

projeto
HISTÓRIA²⁹

**cultura e poder:
o golpe de 1964 – 40 anos depois**

Nº 29
Julho/Dezembro/04

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP

educ

ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 29	tomo 2	p. 353-701	Dezembro/04
----------------	-----------	-------	--------	------------	-------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfour / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - . - São Paulo : EDUC, 1981-
Periodicidade: anual até 1997.
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Maurício Broinizi Pereira

Chefe do Departamento de História

Antonio Pedro Tota

Projeto História

Editores

Antonio Pedro Tota

Antonio Rago Filho

Conselho Editorial

Afrânio Garcia (EHESS/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Pedro Tota

Antonio Rago Filho

Cliff Welch

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Heloísa de Faria Cruz

Hermetes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESS/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Maria Angélica Soler

Maria Antonieta Antonacci

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESS/Paris)

Maurício Broinizi Pereira

Rosa Kulcsar

Vera Lucia Vieira

Yara Aun Houry

Yvone Dias Avelino

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (Univ. Buenos Aires)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Irma Aurélio Antognazzi (Univ. Nac. Rosário)

Janaína Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Maria Eliza Mazzilli Pereira

Denize Rosana Rubano

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Preparação

Vânia Noeli Assunção

Revisão

Sonia Rangel

Revisão de Texto em Inglês

Olga M. M. Charro

Editoração Eletrônica

Claudia M. Nascimento

Capa

Imagem: reprodução iconográfica da foto
"Protesto de artistas e estudantes na Cinelândia
contra a censura e atos de terrorismo"
(Última Hora, 25/7/68), pesquisa iconográfica
de Deborah Estri Motta

Arte: Christof Gunkel Comunicação Visual

educ Editora da PUC-SP

Rua Ministro Godói, 1197

05015-001 - São Paulo - SP - Brasil

Telefax: (55) (11) 3873-3359



Associação Brasileira
de Editoras Científicas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	359
--------------------	-----

TRADUÇÃO

RIVALIDADE E UNIFICAÇÃO: MOBILIZANDO OS TRABALHADORES RURAIS EM SÃO PAULO NA VÉSPERA DO GOLPE DE 1964	363
<i>Rivalry and unification: Mobilizing rural workers in São Paulo on the eve of the brasilian coup d'etat of 1964</i>	
Cliff Welch	

ARTIGOS

AS LIGAS CAMPONESAS ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE 1964	391
<i>The peasant unions just before the coup d'état</i>	
Antônio Torres Montenegro	
ISOTIMIA E ASSINALAÇÃO: CASTELO BRANCO NA LITERATURA DE FOLHETOS	417
<i>Isotopes and Differentiation: Castelo Branco in the popular literature</i>	
Marinalva Vilar de Lima e Paula Cristiane de Lyra Santos	
O MARANHÃO SERÁ TERRA EM TRANSE? HISTÓRIA, POLÍTICA E FICÇÃO NUM DOCUMENTÁRIO DE GLAUBER ROCHA	447
<i>Will Maranhão be earth entranced? History, politics and fiction in a Glauber Rocha's documentary</i>	
Wagner Cabral da Costa	

CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: METAMORFOSES DA AUTOCRACIA BURGUESA (1964-2004)	477
<i>Capitalism and labour in brazil of xxi century: Metamorphoses of the Bougeois Autocracy (1964-2004)</i>	
Giovanni Alves	
DUAS VEZES CALABAR – 1632/1973	499
<i>Two times Calabar – 1632/1973</i>	
Sérgio Alves de Souza	
O GOLPE DE 1964: A VITÓRIA E A VITÓRIA DA DITADURA	513
<i>The putsch of 1964: the victory and the victory of dictatorship</i>	
Paulo Alves de Lima Filho	
O PC DO B DURANTE A DITADURA: DUAS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES	527
<i>The Comunist Party of Brazil (PC do B) during dictatorship: two important contributions</i>	
Carlos Eduardo Carvalho	
O SERTÃO ILUMINADO: O CINE-SERTÃO DE ROSEMBERG CARIRY	553
<i>Enlighened hinterland: Rosemberg Cariry's hinterland cinema</i>	
Iza Luciene Mendes Regis	
FORMAR CORPOS E CONSCIÊNCIAS: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL EM BAURU (1963-83)	571
<i>Making bodies and consciences: the role of the social work in Bauru – 1963-83</i>	
Célio José Losnak	

PESQUISAS

REPRESSÃO E DIPLOMACIA: BRASIL, ESTADOS UNIDOS EA EXPERIÊNCIA DO GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE	593
<i>Repression and diplomacy: Brazil, United States and the experience of 1964 coup d'état in Rio Grande do Norte</i>	
Henrique Alonso de A. R. Pereira	
AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DO GOLPE DE 64	605
<i>The elementary structures of the coup of 64</i>	
Paulo Nicoli Ramirez	

CARLOS LACERDA E O GOLPE MILITAR DE 1964	619
<i>Carlos Lacerda and the 1964 coup d'état</i>	
Carlos Alberto Gasparini	
ASAS DE SANGUE. O VÔO DO CONDOR SOBRE O BRASIL (1973/1985)	627
<i>Blood wings – the fly of the condor over Brazil (1973/1985)</i>	
Neusah Maria Cerveira	
A TORTURA EM PRESOS POLÍTICOS E O APARATO REPRESSIVO MILITAR	637
<i>The torture of political prisoners and the repressive military apparatus</i>	
Elisabete Fernandes Basílio Tamas	
AS FORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS DO “NOVO SINDICALISMO”: AS PARALISAÇÕES METALÚRGICAS DE 1978, 1979 E 1980 NO ABC PAULISTA	647
<i>The organizatiosn and political aspects of the “new unionism”: the metallurgic stikes of 1978, 1979 and 1980 in the region of abc, in São Paulo</i>	
Fabiana Scoleso	
A SOLUÇÃO DO CONFLITO DE ITAIPU COMO INÍCIO DA COOPERAÇÃO POLÍTICA ARGENTINO-BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80	661
<i>The solution of the Itaipu conflict as the begining of the politic cooperation between Argentina and Brazil in the eighty's decade</i>	
Virginia Perez Ferres	
A OPÇÃO DO BRASIL PELO OCIDENTE E A OPÇÃO DO OCIDENTE PELO BRASIL: O GENERAL GOLBERY ENCONTRA O BARÃO DE MÜNCHHAUSEN”	673
<i>The option of Brazil for the West and the option os the West for Brazil: General Golbery meets the Münchhausen Baron</i>	
Vânia Noeli Ferreira de Assunção	

RESENHA

DE COMO O PODER MATOU A ESPERANÇA	687
<i>How the power killed the hope</i>	
Luis Esteban Dominguez	

NOTÍCIAS DO PROGRAMA	691
TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004	695
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	699
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS	701

APRESENTAÇÃO

Neste tomo 2 da *Revista Projeto História*, que ora se apresenta, com a justa homenagem ao cientista político e historiador René Armand Dreifuss, autor de obra seminal intitulada *1964: a conquista do estado*, desenvolvemos o III Encontro de Estudos de Realidade Nacional, que o Programa de Estudos Pós-Graduados em História estimulou e organizou em fins de março e princípios de abril de 2004. As contribuições desenvolvidas no Encontro mais aquelas recebidas configuram esta edição temática.

A *Revista Projeto História* reúne expressivos artigos que sobrevoam assuntos variados e aqui pontualmente apresentados. Recebe atenção a reflexão acerca das lutas sociais no campo brasileiro que incitaram os grandes proprietários rurais a se mobilizarem para o complô contra João Goulart, o presidente democraticamente eleito. Campos de disputas, também no historiográfico, destacam-se a história das Ligas Camponesas de Francisco Julião, a atuação dos comunistas na mobilização dos lavradores rurais, a atuação dos camponeses no Centro-Sul. A rica história das lutas sociais na região da Alta Mogiana, Noroeste de São Paulo, no pré-64. No interior desse vasto painel, destacam-se a resistência armada no sul do Pará, em 1972, e as concepções militaristas de nossa esquerda comunista. Traçam-se as formas de atuação e de organização específicas na articulação das lutas no campo e na cidade. No seguimento dos fracionamentos no V Congresso do PCB, em 1960, a formação da dissidência já comportava uma duplicidade de concepções, seja na preparação, organização e desencadeamento da resistência armada, seja nas organizações legais. No plano cultural, estudos analisam a literatura de cordel, o “folheto epitáfio” com a isotimia e a assimilação do articulador do golpe, o morto pranteado que aparece como “vulto” nacional, general Castello Branco, no seu leito de morte. Interrogam-se as funções das representações políticas nos folhetos populares. O conspirador visto como o salvador das “garras do anticristo”. Os poetas populares justificam ideologicamente os atos autoritários do presidente como promotores de bem comum à nação.

Na esfera artística, examinam-se peças teatrais, como *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, que atuaram na crítica, refletindo sobre as invasões holandesas, para servir de crítica às formas de dominação reinantes. As experiências estéticas de Glauber Rocha são revisitadas num texto instigante que explora o “cinema-verdade” do documentário, todavia, recheado de estratégias de agressão e do grotesco alegórico. Detém-se nas conexões entre *Maranhão 66* e a obra-prima *Terra em Transe* (1967), percebendo a articulação entre história, política e ficção.

Este número da *Projeto História* também congrega inúmeras pesquisas de nosso mestrado e doutorado, as que estão em vias de se completar ou aquelas já defendidas em nosso programa, abrigando contribuições de outras instituições e de fora do nosso estado. Podemos resumir, para não nos alongarmos em demasia, algumas delas, como a questão do terrorismo oficial e da rede de estruturas e equipamentos da repressão; a questão da anistia da perspectiva dos jogos de afetos, dos direitos humanos e das associações da sociedade civil que com sua luta criativa souberam penetrar no coração do regime. O papel da Igreja católica, abrigo e eficácia na denúncia do arbítrio e da barbárie, dos massacres transformados em “banalizações do mal”. No plano da cultura, importantes temas se apresentam, com destaque para resistência cultural, no plano artístico. Questão complexa e de difícil tratamento, mas vital para a compreensão das ditaduras latino-americanas, alinham-se pesquisas sobre a *Operación Condor*.

Reafirmando as críticas inscritas no tomo 1: por esta engrenagem monstruosa e seus resultados, é legítimo se perguntar sobre a responsabilidade da *guerra suja*. Os crimes cometidos são, independentemente dos espaços nacionais onde foram praticados, crimes de *lesa* humanidade. Assim como ocorreu com as Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, que mantêm a memória sempre viva, não para repor perdas do passado, mas porque representam a continuidade da luta pela “memória do futuro”; em nosso país, as responsabilidades pelos desaparecidos, crimes, seqüestros, esquartejamentos, torturas ficaram novamente impunes. A impunidade é a nossa marca registrada. Reconhece-se que houve abusos e atos arbitrários; no entanto, extinta a máquina, com ela desapareceram os agentes da repressão, e com eles, o esquecimento e o silêncio de seus atos, mandantes e inspiradores. O cinismo dominante afirma que nossa ditadura foi “branda”. Há que rebater, no entanto, graças a coragem das famílias, do grupo “Tortura Nunca Mais”, de historiadores e combatentes, que continuam a pesquisar, a denunciar e a refazer as contas acerca do número de mortos e desaparecidos. Há que acrescentar, aos 386 até aqui constatados, aproximadamente mais de um milhar de trabalhadores do campo exterminados.

As conseqüências dos atos bárbaros e arbitrários se misturaram à violência caseira do cotidiano: a prática cotidiana da tortura – comum nas cadeias brasileiras – torna-se, com os

esquadrões da morte, com os aparelhos do Estado, uma *prática institucionalizada*. Um tipo de prática de extorsão, de ascensão social rápida, de enriquecimento ilícito nos meios policiais, de prostituição e jogatinas à luz do dia, vão se juntar à prática suja e indigna dos empresários no financiamento da repressão oficial.

A divulgação recente de várias fotos montadas e falsificadas, do jornalista Vladimir Herzog – numa delas, nu e em posição desesperada e humilhante, e noutra, com uma mulher ao lado –, só comprovam como os órgãos de repressão se valeram de todos os meios para intimidar, amordaçar, amedrontar, punir, eliminar.

Uma “Nota” afrontosa do Centro de Comunicação Social do Exército, publicada na *Folha de S. Paulo*, dia 19 de outubro de 2004, tentava justificar os seus “métodos” na luta contra a “subversão”. Nela se faz a apologia dos atos criminosos e, invertendo os próprios fatos, responsabiliza a oposição por se fechar ao diálogo. A facção durista sustenta que “as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas”. Ao revés do esperado, não houve responsabilizações; pior, o posicionamento contrário de José Viegas Filho, o ministro da Defesa, custou-lhe caro, sendo destituído pelo governo dito de esquerda e popular, que atendeu às reivindicações dos chefes militares. A partir de então, a pressão pela abertura dos arquivos da ditadura foi realimentada ainda que o general Francisco Roberto de Albuquerque tenha salientado que o Exército não possuía mais nenhum documento sobre a guerrilha do Araguaia. A ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), de sua parte, diz ter aproximadamente 4 milhões de documentos da ditadura militar.

No Chile, a 10 de novembro, o presidente Ricardo Lagos divulgava relatório com mais de 35 mil testemunhos de vítimas de tortura sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90). “Quantos países se atreveram a olhar com profundidade sua própria história? Quantos países se atreveram a chegar ao fundo do que ocorreu? O Chile se atreve”, declarou o presidente chileno. Ao contrário da atitude regressiva e covarde do governo brasileiro, o comandante-em-chefe do Exército, general Juan Emilio Cheyre, reconheceu a monstruosidade praticada pelas Forças Armadas de seu país no arbítrio e desumanidade dos atos cometidos. Como escreveu o jornalista Jânio de Freitas, a 19 de dezembro, à página A 13, de 19 de dezembro de 2004, “A participação de militares brasileiros na Operação Condor está razoavelmente conhecida. Mas as Forças Armadas brasileiras deram contribuição importante ao golpe de estado no Uruguai e tiveram participações comprometedoras no golpe de Pinochet. [...] As razões para a recusa à abertura de arquivos são muito maiores do que a solidariedade por espírito de corporação.”

Não custa repetir a rigorosa síntese acerca dos momentos significativos da ditadura militar, que o historiador Nelson Werneck Sodré fez, à época dos trinta anos do golpe, e, com isso, nós fechamos essa apresentação: “O movimento vitorioso em abril de 1964 foi uma ditadura anunciada, longamente anunciada, amadurecida ao longo dos anos da *guerra fria*. Estabelecida, desenvolveu-se em três etapas: a inicial, até o AI-5; a intermediária, do AI-5 à chamada *distensão*; o final, da *distensão* à derrocada. Note-se: a ditadura não foi deposta, daria lugar a profundas modificações na estrutura do regime. Tendo sido extinta pelos seus próprios gestores, pela impossibilidade em continuá-la como desejavam, transferiu à fase seguinte, à chamada *distensão*, todos os seus problemas, todas as suas mazelas, à carga de suas características de atraso. [...] Não, por acaso, tornou normal e usual o que o nazi-fascismo estabelecera de mais torpe, com o exílio, o banimento, a prisão, a tortura, a privação dos direitos elementares, a insegurança do indivíduo, a destruição cultural e, para culminar, o assassinio estabelecido como processo comum e o seqüestro e desaparecimento dos adversários como norma costumeira. *A ditadura foi o crime erigido em lei*. Muitas das suas torpezas foram herdadas pelo que veio depois e por isso continuamos a nos debater com os mesmo problemas de trinta anos atrás. Isso prova que só o emprego da força da violência, sob todas as suas formas, pode impedir a sociedade brasileira de alcançar a vitória daquelas reformas estruturais de que o nosso povo tanto necessita. E merece”¹. 40 anos depois, a tragédia brasileira parece continuar...

Antonio Pedro Tota
Antonio Rago Filho
Editores científicos

Dezembro de 2004

Nota

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. “1964: A Ditadura Anunciada”. In: *Golpe de 64*. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994, p. 10.

TRADUÇÃO

RIVALIDADE E UNIFICAÇÃO: MOBILIZANDO OS TRABALHADORES RURAIS EM SÃO PAULO NA VÉSPERA DO GOLPE DE 1964

Cliff Welch*

*Tradução: Melissa Santos Fortes***

Analistas e acadêmicos costumam concordar que a militância rural ao longo do Brasil estimulou a classe dominante agrária a apoiar a conspiração para destituir o presidente João “Jango” Goulart do poder, em março de 1964. Em um estudo sobre a questão rural, a historiadora brasileira Aspásia Camargo apontou para o papel “decisivo” da mobilização de trabalhadores rurais como elemento da participação de fazendeiros, usineiros e latifundiários no complô para derrubar o presidente. Em uma apreciação do golpe, Gregório Bezerra, o falecido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), chegou a quantificar o impacto do movimento nos conspiradores. “Eu não tenho dúvidas”, disse ele ao jornalista Dênis de Moraes, “que 50% do golpe foi causado pela pressão da burguesia rural sobre o movimento camponês em expansão”. Em uma avaliação mais geral do golpe, o brasiliense Thomas Skidmore afirmou que os conspiradores percebiam a mobilização dos trabalhadores rurais como uma das várias ameaças ao país que “deveriam ser neutralizadas ou eliminadas através de ações efetivas”.¹

Apesar do reconhecimento da importância da mobilização dos trabalhadores rurais, a literatura apresenta desequilíbrio regional. A maior parte dos estudos focaliza os acontecimentos nos estados nordestinos, especialmente em Pernambuco, enfatizando o papel de Francisco Julião e das Ligas Camponesas que ele ajudou a criar.² Na região Centro-Sul, contudo, poucos estudos se dedicaram a este assunto.³ Pode-se especular que essa negligência seja devida à força da sociedade urbana industrial na região, uma vez que vários estudos sobre o trabalho industrial e os movimentos sociais urbanos foram realizados nos

últimos anos. A região, contudo, tem uma rica história social rural e este artigo explora parte dela ao analisar os acontecimentos na região da Alta Mogiana, Noroeste de São Paulo, nos anos que precederam imediatamente o golpe.

Embora as raízes dos movimentos rurais modernos sejam bem anteriores, os anos mais estudados são aqueles que vão da Revolução Cubana de 1959 à queda de Goulart, em 1964. Estes anos trouxeram uma intensificação e expansão do movimento sem precedentes: foram afetados por uma maior militância dos trabalhadores rurais mais lugares do que nunca. A região da Alta Mogiana, com seu centro comercial no município de Ribeirão Preto, merece atenção porque representou uma das grandes mudanças na história agrária brasileira recente: de um setor primário liderado pelo café para outro, no qual a produção de cana-de-açúcar foi predominante. Uma abordagem regional e popular também permite um olhar mais próximo à dinâmica interna do movimento rural. Comunistas, católicos, trabalhadores nas áreas de café e açúcar, donos de fazendas e políticos populistas exerceram papéis na formação do movimento na Alta Mogiana e vê-los atuando revela o quão duvidosas são as crenças comuns sobre a mobilização dos trabalhadores rurais no Brasil.

É surpreendente como os analistas da militância rural de esquerda e de direita compartilham visões semelhantes sobre o fenômeno. No anos 50, avaliações iniciais sobre o movimento foram feitas por grupos conservadores de donos de terras e de empregadores de mão-de-obra rural, tais como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), de São Paulo, uma poderosa associação de plantadores de café e de produtores de carne ligados à economia de exportação. Embora expressassem aceitação acerca da necessidade de organização rural, eles viam o movimento rural existente como ilegítimo, por acreditarem que agitadores externos ao movimento simplesmente o usavam para criar conflitos entre os trabalhadores. Justificavam sua oposição ao presidente Goulart com o argumento de que o governo tolerava e, algumas vezes, apoiava o trabalho desses “subversivos” nos seus domínios. Para os conservadores, portanto, o movimento rural não deu certo em função de sua natureza inorgânica.⁴

Curiosamente, mesmo os analistas favoráveis à agitação dos trabalhadores rurais igualmente questionam a legitimidade dos movimentos formados então. Tivessem eles sido formados de, pelo e para seus membros e teriam resistido ao golpe. Eles “não podem ser entendidos muito bem se considerados como manifestações da luta de uma classe autônoma”, escreveu um analista contemporâneo, argumentando que nem os trabalhadores rurais nem os camponeses eram, então, conscientes de si mesmos como uma classe. Outro analista, o antropólogo Shepard Forman, enfatizou de modo semelhante o papel de líderes externos na crítica à desunião dos movimentos políticos camponeses no Brasil. Em um estudo de caso sobre a militância rural no Rio de Janeiro, o antropólogo Mário Grynszpan

apresentou argumento muito semelhante, em um artigo recente. Essencialmente, muitos concordam que o fracasso desses movimentos foi determinado em parte por líderes que foram ineficientes porque eram “ilegítimos”.⁵

Na Alta Mogiana, dois indivíduos, um comunista e um padre católico, dominaram o movimento rural. Nenhum deles se considerava um trabalhador rural, mas, mesmo assim, inspiraram muitos trabalhadores rurais a liderar segmentos do movimento. Em todo o país, trabalhadores rurais legítimos atuavam como líderes locais, usufruindo de considerável autonomia e de apoio dos outros membros, enquanto militantes indiscutivelmente “ilegítimos” trabalhavam nos níveis locais, estaduais e nacional para expandir o projeto. De acordo com um estudo sobre delegações que participaram do Primeiro Congresso Nacional de Camponeses e Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, em 1961, somente 14 dos 90 participantes entrevistados *não* trabalhavam no campo. Além deles, inúmeros burocratas, padres, pastores, ministros e o próprio presidente Goulart estiveram no Congresso.⁶

Conclusões baseadas no caso da Alta Mogiana desafiam o mito, criado pelos donos de terras, da liderança ilegítima e ineficiente e fornecem evidência contrastante que sugere que foi a disseminação de um movimento cada vez mais unido e eficiente que provocou neles a ira. O governo federal foi o seu alvo porque havia ajudado a unificar as facções do movimento através da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), um órgão do Poder Executivo estabelecido em 1962 para coordenar as políticas sociais rurais, tais como a distribuição de terras para os camponeses e a formação de sindicatos de trabalhadores rurais.⁷ Embora muitos desenvolvimentos inspirassem os donos de terras a se oporem ao regime de Goulart, o potencial da Supra de unificação dos movimentos de protesto dos trabalhadores verdadeiramente amedrontou a classe agrária dominante.

A Supra e seu apoio público à sindicalização rural foram a culminância de décadas de debate e partidas falsas, iniciadas após a revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Na Presidência, Vargas lutou desde o início para encontrar um modo de incorporar os trabalhadores rurais aos processos políticos e econômicos. Um número variado de obstáculos se colocou no caminho dos reformistas, entre eles a própria incerteza destes com relação aos benefícios da campanha. Apesar disso, a idéia de encorajar a formação de sindicatos rurais teve apoio da geração revolucionária de 1930; integrantes do Estado Novo insistentemente introduziram medidas para transformar as relações sociais rurais de modelos paternalistas tradicionais em outros, mais centrados num mercado dirigido pelo Estado.⁸

Enquanto vistas como catalisadoras de mudança, essas reformas geralmente respondiam às necessidades geradas pelas transformações em andamento na economia agrícola. A instabilidade dos preços dos produtos e a depressão de 1930 fizeram com que muitos donos de terra baixassem seus custos através do não cumprimento das obrigações para

com seus trabalhadores. As reduções na oferta de trabalho, que se seguiram, forçaram outras reformas. Tais tendências estabeleceram relações patrão-trabalhador e empurraram alguns trabalhadores rurais para um mercado de trabalho caótico e mal-formado. O Estado tentou instituir uma medida de estabilidade por meio de salários mínimos e de pagamentos de indenização para demissões sem justa causa, com o objetivo de mantê-los na terra e fora das cidades lotadas e sem trabalho adequado. Contudo, poucas dessas medidas se mostraram efetivas até a fundação da Supra. Esta constituiu um passo corajoso no processo de estimular os trabalhadores rurais a definirem, defenderem e avançarem em seus próprios direitos. A atitude dos fazendeiros – de considerar esse órgão uma ameaça aos seus interesses – foi, portanto, razoável.

No contexto da época, teria sido difícil criar uma estrutura diversa para a organização do trabalho rural, pois era um movimento que procurava autoconscientemente integrar os trabalhadores rurais ao cenário da vida política e econômica a partir da mudança radical das relações sociais rurais. Buscava resolver os problemas socioeconômicos que assolavam o interior do Brasil, levando os trabalhadores e os patrões a adotarem medidas de curto prazo, através de processos na Justiça, usura, fuga, conflito e expulsão. Embora a Supra não fosse um projeto dos trabalhadores, era um meio contemporâneo típico de trazer à tona a mudança social, não diferente dos esforços de regularizar a luta pela igualdade de raças nos EUA, no mesmo período. Assim como nas relações de líderes-seguidores em qualquer lugar do mundo, abusos ocorreram. Mas essa experiência corajosa de conduzir a mudança social de forma pacífica teve vida curta: poucos meses depois que a Supra começou a operar no país, um golpe militar a suprimiu e fechou.

Antes da chegada da Supra a Ribeirão Preto, os líderes de trabalhadores rurais mais influentes na região eram o comunista Irineu Luís de Moraes e Celso Ibson de Syllos, um padre católico. Em 1960, Moraes tinha 47 anos e estava confiante. Retornando a Ribeirão Preto depois de dez anos de ausência, Moraes conhecia bem a cidade. Os moradores ainda se lembravam de um longo apagão que Moraes havia provocado, em 1945, para protestar contra os baixos salários e as condições de trabalho nas usinas da empresa estrangeira Light and Power Company (Companhia de Força e Luz). Outros o conheciam melhor pelos seus esforços, em 1946, para organizar e liderar uma Liga Camponesa na vizinha comunidade rural de Dumont. Dada a sua fama no município, então, ele teve facilidade em encontrar alguns companheiros antigos para ajudá-lo a organizar um churrasco para reunir apoiadores da renovação do PCB na Alta Mogiana. Durante o piquenique, nomearam uma diretoria provisória e formaram um novo comitê de organização regional. Moraes, cujo pai havia sido trabalhador na construção de trilhos e que tinha sido operário em várias outras indústrias, era o único membro com origem na classe trabalhadora. “De trabalhador só

tinha eu”, disse Moraes. “O resto eram pequeno-burgueses: tinha médicos aqui, professores lá. Mas eles eram um grupo entusiasmado e jovem.” Moraes não se sentia completamente em casa com eles e, depois de algumas semanas, pediu o seu apoio para aquilo em que se sentia melhor: organizar trabalhadores rurais. A seguir, concentrou sua energia em reunir os trabalhadores das áreas de plantação de açúcar em desenvolvimento, tais como aquelas ao redor de Sertãozinho, Pontal e Barrinha, cidades a Oeste de Ribeirão Preto.⁹

Moraes enfrentou pela primeira vez um adversário à altura nessa linha de trabalho quando Syllós reapareceu em Ribeirão Preto, no início de 1962. Padre Celso, como ele era chamado, havia acabado de retornar, após dois anos de estudos na Europa. Em centros de treinamento jesuítas em Roma e em escolas na Alemanha, padre Celso aprendeu sobre a organização sindical e técnicas de propaganda, bem como sobre os ideais centrais do marxismo.

Tal qual Moraes, padre Celso vinha do interior paulista. Nascido na véspera da grande depressão de 1929, era um dos nove filhos vivos de um casal de professores de escola primária de São José do Rio Pardo. Influenciado por um irmão mais velho, entrou no seminário de Campinas, em São Paulo, quando tinha 14 anos. Aos 25, tornou-se padre de uma paróquia em Ribeirão Preto, mas o arcebispo da província, Dom Luís de Amaral Mousinho, tinha planos maiores para ele: em agosto de 1956, nomeou padre Celso editor do *Diário de Notícias*, o jornal diário da Arquidiocese. Antes de viajar para a Europa, padre Celso aumentou a cobertura do jornal, para incluir notícias internacionais e da política local. Nas colunas do periódico, defendeu a idéia de uma maior consciência pública e de responsabilidade pelos assuntos do dia.¹⁰

O reaparecimento de padre Celso fez com que a diocese fosse do jornalismo de defesa de idéias à agitação política. “Lutaremos com todas as nossas forças pela justiça social”, escreveu padre Celso, ao retomar seu cargo no *Diário de Notícias*, em fevereiro de 1962. “Faremos tudo”, continuou ele, “para estar na linha de frente, comandando campanhas, colaborando efetivamente para a solidificação das causas cristãs e populistas”. Seu estudo na Europa havia enfatizado as implicações sociais da Igreja na última encíclica, *Mater et Magistra*, a qual, entre outras coisas, clamava pelo progresso socioeconômico e pelo enriquecimento cultural dos trabalhadores rurais. Central nessas doutrinas era a formação de “líderes naturais” entre os trabalhadores rurais, a partir de educação política e de programas de sindicalização. De acordo com padre Celso, um líder natural era “a pessoa que, de repente, manifesta-se, faz perguntas, discute com você e tenta explicar coisas para os outros. É aquele que volta para sua segunda, terceira reunião. Os outros deixam de vir, mas ele sempre vem”. Além disso, as pessoas que ele decidiu promover eram frequentadores assíduos da Igreja, geralmente catequistas, e esse critério de seleção teve um significado de peso.¹¹

A abordagem de Moraes para a formação de líderes de trabalhadores rurais carecia da orientação institucional que padre Celso trouxe ao projeto. Embora material marxista-leninista, adquirido em grupos de estudo secretos do PCB, orientasse o seu trabalho de organizador, o maior professor de Moraes foi a experiência. Ele procurava cortadores de cana descontentes em bares do interior e insistia para que falassem com seus amigos sobre a união como forma de mudar sua situação. Eles formavam seu grupo de vanguarda. Para dar confiança aos outros, traziam anúncios de jornal informando sobre a formação dessa ou daquela associação de trabalhadores rurais. “Elas não tinham valor legal nenhum”, disse Moraes sobre as associações, “mas achávamos que iriam ajudar.” Como o número de seguidores aumentou, ele os dividiu em subgrupos, de acordo com sua posição no modo de produção. “Com os trabalhadores, você precisa falar de férias remuneradas, jornada de oito horas, aumento de salário. Mas meeiros e arrendadores não tinham interesse nenhum nisso. Com eles, você precisava falar do aumento nos preços de venda e da obtenção de crédito barato.”¹²

A grande força de Moraes era seu comprometimento. “Você tem de dormir com eles, comer com eles e sofrer as conseqüências com eles, tudo para ganhar a confiança deles, porque os camponeses são pessoas muito desconfiadas.” Os pequenos grupos que conheceu podiam produzir um líder, um novato convertido ao Partido, ou não: o que importava para Moraes era a greve. Através das disputas trabalhistas, os trabalhadores criariam entre si solidariedade e consciência de sua identidade comum de classe. Uma vez terminado este processo, o Partido poderia chamá-los para ajudar a fazer avançar a revolução política que orientava o PCB. Este era o discurso vigente à época; era simplesmente tarefa do organizador do Partido treinado guiar esse processo.

Como um profundo abismo, percepções populares da ideologia comunista separam o trabalho de Moraes do de padre Celso. Embora ambos tenham reconhecido as fortes convicções religiosas dos brasileiros, sobretudo os do interior, a análise secular de Moraes afetou aquela sensibilidade. Em fazendas, onde a natureza regia intensamente a vida, explicações sobrenaturais dos fenômenos tinham uma influência muito mais poderosa do que as científicas. Apesar de muitos comunistas serem tão religiosos quanto qualquer outro brasileiro, um fluxo de propaganda regular tanto do púlpito quanto do bar provocou muitas associações do comunismo a ações anti-Igreja. Os comunistas eram popularmente conhecidos como anticristãos e, assim, acabaram por representar o anti-Cristo para alguns. Para evitar ser considerado o Diabo, Moraes raramente revelava sua orientação política a aqueles que desejava organizar e liderar. Enquanto isso, o anticomunismo foi a pedra fundamental das atividades de padre Celso. “A Igreja Católica no Brasil ficou com medo [da

influência das Ligas Camponesas e dos comunistas sobre os trabalhadores rurais] e começou uma reação de formação [sindical]”, disse Syllós, “e a Igreja passou a ter uma certa influência entre os camponeses.”¹³

As Ligas Camponesas de Francisco Julião haviam feito algumas incursões entre os trabalhadores rurais e camponeses de São Paulo, mas foram suas atividades no Nordeste que inspiraram a Conferência Nacional de Bispos do Brasil a apoiar a organização de trabalhadores rurais católicos no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, no final dos anos 50. Em São Paulo, contudo, organizadores comunistas como Moraes foram o maior desafio aos católicos. A primeira reação calculada da Igreja foi patrocinar os esforços de José Rotta, um comerciante e católico leigo de Presidente Prudente, São Paulo. Rotta tentou incentivar relações de cooperação entre os plantadores de café, os donos de usinas de açúcar e seus trabalhadores.¹⁴ No início, padre Celso trabalhou com Rotta e experimentou sua abordagem, mas os fazendeiros e usineiros da Alta Mogiana rejeitaram sua insistência em formar sindicatos. O bispo apoiou firmemente o jovem padre quando ele dispensou os métodos de Rotta. Ao final do ano, as atividades deste haviam sido suplantadas pelo sucesso de padre Celso em formar sindicatos em várias cidades e em fundar o órgão de alcance estadual Frente Agrária Paulista (FAP).¹⁵

A importância do movimento do trabalhador rural em São Paulo (tanto para católicos quanto para comunistas) foi sublinhada pela decisão de sediar na capital do estado a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Uma criação do PCB e de sindicalistas urbanos simpatizantes, a União foi estabelecida em 1954, para diminuir o poder dos plantadores na política nacional. Segundo seu primeiro-secretário, José Alves Portela, “aqueles que controlavam o café [em São Paulo] eram também aqueles que detinham o poder e esse foi o motivo, o principal impulso por trás da formação da Ultab”.¹⁶ *Terra Livre*, jornal mensal da instituição, atingiu milhares de trabalhadores e os organizadores da Ultab criaram dezenas de sindicatos e lideraram centenas de greves até o final de 1963, quando o órgão se juntou a outras organizações de trabalhadores rurais para formar a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) – órgão sancionado pelo governo. Por influência da Ultab, seu secretário, Lindolfo Silva, tornou-se o primeiro presidente da Contag.

O trabalho principal da organização de trabalhadores rurais foi no campo, onde militantes como Moraes e padre Celso destacavam-se. A Alta Mogiana forneceu solo fértil para agitação. A fonte de descontentamento se encontrava pouco abaixo da superfície de vastos campos de cana-de-açúcar e de morros de árvores de café, onde milhares de homens, mulheres e crianças trabalhavam arduamente, em aparente tranqüilidade. Greves eram uma medida óbvia do desagrado do trabalhador em relação ao *status quo*. Uma dúzia

delas ocorreu em 1954, dez em 1956, chegando a 18 em 1962. Uma das greves de 1962, organizada por Moraes, envolveu milhares de trabalhadores do campo e de usinas em cinco empresas de cana na área de Sertãozinho.¹⁷ Enquanto isso, indicando descontentamento persistente, uma batalha mais sutil ocorria diariamente na Junta de Conciliação e Julgamento, o Tribunal trabalhista, localizado em Ribeirão Preto. Do ano em que a Junta abriu, em 1957, até o final de 1964 os trabalhadores rurais contabilizaram um terço dos requerentes. Os 5.523 que entraram com processos constituíram mais de um quinto do número de trabalhadores rurais permanentemente empregados no âmbito da jurisdição do Tribunal, de acordo com o censo de 1960. Eles acusaram pelo menos 15% dos estabelecimentos agrícolas da área de violar a lei e de lhes negar direitos.¹⁸

A maior parte dos processos abertos pelos trabalhadores rurais buscava alívio em forma de tempo ou dinheiro. Eles queriam um dia de descanso por semana, férias remuneradas, compensação pelas horas-extras e paridade de renda com os trabalhadores urbanos. Fundamentalmente, viam a lei como uma forma de adquirir mais tempo de lazer e mais poder para consumir os produtos que fazem a vida mais prazerosa.¹⁹ Com o passar do tempo, as melhorias percebidas na vida urbana vieram a ser o padrão com base no qual trabalhadores rurais julgavam suas condições de trabalho e de vida. O desenvolvimento da eletrificação e do transporte rural desde a Segunda Guerra Mundial aprimorou a qualidade de vida em Ribeirão Preto e em outras cidades do interior. Além disso, o fundamento das leis trabalhistas que se aplicavam aos trabalhadores rurais enfatizava a necessidade de equilíbrio entre a cidade e o campo. “Assim como o trabalhador urbano, o trabalhador rural também necessita receber proteção legal”, disse Vargas, ainda em 1930.²⁰ As reformas que ele iniciou culminaram com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e até hoje os trabalhadores rurais de São Paulo creditam a Vargas o incentivo ao melhoramento de suas condições de vida. “Getúlio era bom com os pobres”, um colhedor de café contou à antropóloga Verena Stolcke, “ele deixou aquelas leis, que os pobres não eram cachorros, que os trabalhadores não podiam ser demitidos, que os patrões tinham que pagar compensação...”²¹

Na sua pesquisa de campo nos anos 70, Stolcke descobriu que os trabalhadores viveram os anos 50 e 60 como um declínio da “idade da fartura para a época do dinheiro”. Outros caracterizaram esse período como uma transição do *colono* para o *bóia-fria*, em que os colonos eram os típicos trabalhadores fixos até o final dos anos 50, e os bóias-frias, os trabalhadores temporários assalariados que os substituíram de 1960 em diante. Os colonos residiam em moradias na fazenda, tinham salários garantidos e usufruíam de pedaços de terra para o cultivo da agricultura de subsistência e de produtos para venda. Alguns tinham uma considerável mobilidade social. Por outro lado, os bóias-frias, cujo nome se

refere ao almoço frio que eles comiam longe de casa, trabalhando no campo, enfrentavam humilhações diárias, viagens perigosas ao seu local de trabalho e salários desvalorizados.²² Inerente a esta mudança havia uma perda de *status*, de dignidade, na medida em que os trabalhadores rurais iam da quase auto-suficiência, como colonos, à total dependência dos salários, como bóias-frias. Mas, nesta época, antes do golpe, esse processo de transição ainda não era claro e ninguém chamava os cortadores de cana de bóias-frias. A expectativa deles era de serem trabalhadores regulares, com carteira, e não avulsos. A princípio, o conflito da época era relativo à resistência da classe trabalhadora rural contra o processo de pauperização, contra a formação do miserável bóia-fria.

Na Alta Mogiana, dois processos principais eram subjacentes a essa transição. Um foi o declínio do café, e o outro, a expansão do açúcar. O declínio daquelas que haviam sido fartas plantações de café teve várias causas na região, uma das primeiras a ter plantações de café; com o envelhecimento das árvores, a produção e a lucratividade diminuíram. Replantá-las exigiu investimento, e investimento exigiu confiança no mercado. A demanda estrangeira pelo café brasileiro flutuou, atingindo a sua maior baixa da história durante a grande depressão, revigorando-se nos anos 40 e diminuindo novamente na metade dos anos 50. Enquanto isso, o governo procurou desenvolver a base industrial do país, financiada por um imposto sobre as exportações. Esses fatores desencorajaram alguns fazendeiros da Alta Mogiana e, ao fim de um certo período, feixes e feixes de cana-de-açúcar substituíram vastos lotes de terra onde antes se plantava café. Ao chegar 1954, a cana cobria quase três vezes a quantidade de terra destinada às plantações combinadas de café e de algodão. Em 1956, sete grandes usinas de açúcar estavam em operação.²³

O renascimento no Brasil da historicamente dominante cana-de-açúcar teve várias implicações para a decadência das fazendas de café em São Paulo. A produção mais baixa de café e o rendimento comparativo do açúcar forçaram os plantadores a racionalizar os métodos de produção. Nas plantações de café, isso significou que as diminuições na renda foram incorporadas pela redução dos salários e pela eliminação de custos não-essenciais, tais como aqueles associados à manutenção das residências dos colonos e dos benefícios contratuais. Na Fazenda São João, em Jardinópolis, João Geraldo lembrou como o direito dos colonos de criar animais foi suprimido em 1950, para que a terra fosse arrendada e a pastagem produzisse renda. Na Fazenda Santa Cruz, em Colina, Zildete Desterro recorda como sua casa foi deixada sem pintura e os reparos foram negligenciados. Mais tarde, os direitos de uso da terra pela família foram restringidos e uma permissão teve de ser concedida para ir e vir da plantação. Tanto as famílias Desterro quanto Geraldo mudaram-se para Ribeirão Preto. Alguns encontraram trabalho na cidade, enquanto outros trabalhavam como avulsos nas colheitas de açúcar e café. Entre 1950 e 1960, no estado como um todo, a

proporção de empregados fixos em fazendas de médio e grande porte caiu mais de 15%, ao mesmo tempo em que a dependência dos fazendeiros por trabalhadores temporários aumentou em quantidade equivalente. No ano de 1970, a taxa de emprego fixo estava 45% mais baixa que em 1950, ao passo que as taxas de emprego temporário haviam subido pouco menos de 10%. Como esses números sugerem, os plantadores haviam gradativamente adotado maquinário para compensar grupos menores de trabalho.²⁴

Enquanto os colonos viviam um grande desafio aos seus privilégios habituais, aqueles que encontraram trabalho como cortadores de cana tinham muito de que reclamar. A colheita de açúcar é um trabalho pesado. Um cortador tem de ficar curvado a maior parte do dia para cortar os pés de cana, a poucos centímetros do solo, com seu facão. Embaixo de um sol tórrido, um companheiro mantém a área limpa de pés de cana caídos, puxando-os para trás e arrancando-os, e depois içando-os em carroças e caminhões para serem levados para fora da usina. O pagamento era feito por tonelada, calculada em pedaços, e havia muita abertura para falsificar o peso. Para aqueles que moravam na plantação, as despesas de aluguel, comida e luz eram deduzidas do pagamento. Durante a colheita, contudo, um número crescente de cortadores de cana era recrutado por contratantes de mão-de-obra chamados de “gatos”. Donos de caminhões usados no transporte dos pés de cana do campo para a usina, os “gatos” organizavam e comandavam grupos de trabalhadores temporários, exigindo deles produtividade constante para maximizar sua margem de lucro. Não foi necessário ir muito a fundo para desvendar o rancor entre os cortadores de cana.²⁵

Como já observado, Moraes tinha a tendência de partir para a briga, enquanto padre Celso tentava empregar uma estratégia mais calculada. Mas as circunstâncias forçaram mudanças na teoria e na prática de ambos os militantes, como os dois exemplos a seguir ilustram. Eles revelam não somente diferenças no estilo pessoal dos dois organizadores, mas também mostram como a mobilização foi influenciada pelas condições políticas e estruturais. Como prevê a teoria marxista, o maior sucesso ocorreu entre os mais proletarizados: os cortadores de cana na altamente capitalizada indústria açucareira. Entre os colonos nas fazendas de café, o sindicalismo rural atraiu seguidores fiéis, mas a economia mista dos colonos, baseada em salários e autoprovisionamento, bem como a dependência dos trabalhadores por parte dos fazendeiros, fez com que a melhoria das relações fosse mais difícil. Ambos os eventos ocorreram em um clima de tolerância política crescente e de apoio às queixas dos trabalhadores rurais. À medida que o movimento cresceu, contudo, o conflito de classes se intensificou, criando o cenário para o confronto que iria exigir uma resposta rápida de Moraes e de padre Celso.

Em julho de 1962, no pico da época da colheita do açúcar, Moraes aproveitou-se de sucessos anteriores em Sertãozinho para organizar uma greve na Usina São Martinho.²⁶

A propriedade havia sido uma das mais famosas das grandes fazendas de café da Mogiana, aquela da família Prado, antes de, gradualmente, converter-se para o açúcar, de 1940 em diante. Os novos donos, Nelson e Orlando Ometto, construíram uma usina e fizeram tanto sucesso com ela que, em 1960, uma nova cidade foi criada e chamada de Pradópolis, em homenagem à velha família do café. Em 1961, a decisão do governo dos Estados Unidos de impor um embargo ao açúcar cubano foi um impulso aos Omettos e a outros produtores de açúcar brasileiros. Sob o controle dos Omettos, a Usina São Martinho viu um grande crescimento na produção de 1977, quando produziu três milhões de toneladas de açúcar e cem mil litros de álcool.²⁷

Na greve, Moraes enfrentou oposição não somente dos Omettos e da polícia, mas também a competição dos trabalhadores aliados a padre Celso. A maior parte dos seguidores de Moraes era de cortadores. Ele também teve algum sucesso entre aqueles que trabalhavam dentro da usina, em função do seu *status* de trabalhadores industriais sob a lei trabalhista brasileira. Durante o período da colheita, de junho a setembro, os cortadores sazonais eram o grupo mais numeroso. Uma usina do tamanho da São Martinho tinha, em 1962, uma média de cinco mil trabalhadores, além de mais três mil mãos no campo. Enquanto alguns desses homens no campo eram trabalhadores permanentes, que viviam nos domínios da usina, a maioria dos cortadores de cana era formada por trabalhadores temporários contratados pelos “gatos”. Embora, no fundo, mais perto dos trabalhadores do que dos donos, os “gatos” preencheram o papel gerenciador de supervisores do campo na indústria brasileira de açúcar. Entre eles, reveladoramente, a Igreja exerceu influência.²⁸

Moraes começou por encontros com grupos de dez, 12 e 15 cortadores, contando a eles o que os seus pares em Sertãozinho haviam conquistado pela unificação. Simultaneamente, um número de “gatos” aproximou-se da FAP. Orientados por padre Celso, eles advertiram seus trabalhadores a esperar que os Omettos oferecessem salários competitivos e melhores condições. Se a família se recusasse a atendê-los, padre Celso aconselhava que registrassem pedidos de salários mais justos na Junta de Trabalho de Ribeirão Preto. Moraes, contudo, era tipicamente impaciente com tais táticas e argumentava que o momento para a ação coletiva tinha de ser aproveitado rápida e decididamente. Assim, um grupo de quase mil cortadores fez parte da primeira paralisação, mas outro grupo, fiel aos seus contratantes, continuou cortando. Os grevistas ficaram agressivos e movimentaram-se violentamente pelo campo, forçando os outros a pararem o trabalho e a se juntarem à greve, ou então fugir. “Eles jogaram as massas contra as massas”, disse Moraes. “Os grevistas entraram nas terras com paus na mão, todos foram, e os outros começaram a correr. Eles os fizeram abandonar seus empregos à ponta de faca.” Frente a frente com uma guerra civil entre os trabalhadores, Orlando Ometto estava particularmente ansioso para negociar

um acordo. Quando Moraes, um advogado e um grupo de trabalhadores encontraram-se com Ometto, ele concordou em chegar ao mesmo acordo que Moraes havia conseguido em Sertãozinho, escrevendo um contrato para oficializar suas palavras. Significativamente, Ometto também concordou em abolir o sistema de “gato” e admitir os trabalhadores através do departamento de pessoal da usina.²⁹

A derrota que padre Celso e seus seguidores enfrentaram pareceu fortalecer sua fé na necessidade de construir vagarosa e cuidadosamente, forma de contrapor-se à influência dos comunistas. Para ajudar a aumentar a força da frente agrária, padre Celso e seus companheiros identificaram um ponto de foco único que apresentava a maior oportunidade de sucesso. Em Batatais, uma cidade no centro de uma região plantadora de café a Nordeste de Ribeirão Preto, a FAP tinha um líder singularmente capaz em um colono chamado Otávio Sampaio da Silva. Católico devoto e pai de 12 crianças, Sampaio havia contratado sua família para cuidar de dez mil árvores de café na Fazenda Boa Esperança. Aos domingos, contudo, ele não só ia à Igreja, mas também aos “círculos” de treinamento da Frente Agrária, organizados por padre Celso. Lá, Otávio Sampaio era um aluno regular dos cursos sobre a nova doutrina social da Igreja, lei trabalhista e sindicalização. Em consulta a Sampaio, os organizadores da FAP decidiram dar ênfase especial ao ganho do reconhecimento com um sindicato em Batatais. Eles calculavam que um sindicato formado e solidificado de cima (com fortes líderes naturais) e de baixo (com a participação ativa e espontânea dos trabalhadores rurais) seria um modelo ilustre para guiar e promover a formação de outros sindicatos rurais.³⁰

Em março de 1963, a Frente usou Batatais para iniciar uma campanha regional para o pagamento de salários mínimos e a elaboração de contratos escritos. No escaldante calor de verão de um domingo à tarde, Sampaio pegou o microfone pela primeira vez e falou para 3.000 trabalhadores rurais aglomerados na praça da Prefeitura da cidade. Somente duas horas antes ele havia colocado seu nome, como presidente, em um requerimento ao Ministério do Trabalho, pedindo o registro da Associação de Trabalhadores Rurais de Batatais, um movimento facilitado pela passagem do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) um pouco antes, naquele mês. Embora muitos outros tenham falado naquele dia, a ocasião marcou a “estréia” de Sampaio. Declarando-se um líder dos trabalhadores rurais, seu primeiro confronto veio logo.³¹

Nas semanas que se seguiram à assembléia, Sampaio, padre Celso e o Dr. Vicente Tassarini, coordenador da FAP em Batatais, encontraram-se com os colonos em uma dúzia de lugares para se prepararem para a ação. Então, na tarde de 24 de maio, Sampaio, acompanhado por um grupo de colonos, parou o trabalho e aproximou-se do escritório da propriedade, onde encontraram Antônio Bartolomeu Sobrinho, administrador da Fazenda Boa

Esperança. Sampaio apresentou-se como presidente da Associação de Batatais, colocando diante de Sobrinho uma folha de papel com a lista de exigências do seu grupo. Principalmente, eles queriam o pagamento de salários mínimos, mensalmente, em vez de bimestralmente, e a elaboração de contratos uniformes e legais. Mas Sobrinho não queria ouvir nada daquilo, e puniu Sampaio, gritando com ele na frente dos outros. Menos de dois dias depois, o fazendeiro Antônio Josino Meireles tirou do colono Sampaio e de sua família privilégios essenciais de trabalho.³²

Proibido de colher e de cultivar suas árvores, Sampaio lançou-se a um confronto com Meireles. Ele processou a fazenda por reintegração e pelo que a lei dizia que era devido a ele: salários mínimos, salários de compensação e o décimo-terceiro salário, direito de todos os trabalhadores, rurais e urbanos. Encorajado por padre Celso e pela Frente, ele também entrou com uma petição para assegurar a mediação do Estado em negociações contratuais com outras oito fazendas em Batatais. Sampaio e padre Celso exigiram o dissídio coletivo porque os colonos das nove fazendas, “coletivamente insatisfeitos” com os termos de suas contratações, exigiam um representante local do Ministério do Trabalho para mediar as novas negociações contratuais.³³

Enquanto Sampaio e padre Celso aguardavam uma atitude do Tribunal e do Ministério do Trabalho, Meireles e os outros fazendeiros uniram-se para suprimir a revolta. Na Fazenda Boa Vista, o fazendeiro Irineu Marques perseguiu sete famílias de colonos, conhecidos membros da Associação, ao proibi-los de trabalhar na colheita e suspender o crédito que tinham na tenda da fazenda. Como o dissídio coletivo veio antes da presença do Ministério do Trabalho, em junho, os fazendeiros resistiram com uma frente ampla. Os administradores das fazendas Califórnia e Floresta bloquearam a entrada dos agentes da FAP enviados para reunir informações para a audiência, ameaçando-os, até que eles recuaram. Então, na audiência marcada para 7 de junho, fazendeiros de oito das nove fazendas intimados a comparecer não apareceram, efetivamente arruinando as negociações contratuais.³⁴

Enquanto a disputa coletiva de barganha e o processo de Sampaio vagarosamente percorriam seu caminho pelo labirinto do sistema de Justiça, o episódio produziu vários dos efeitos que padre Celso havia antecipado. O movimento que ele havia orquestrado em Batatais fortaleceu a imagem da Igreja como defensora dos trabalhadores rurais. Nesse meio tempo, os comunistas estavam em calmaria: eles haviam conquistado pouco desde suas vitórias em Sertãozinho e em Pradópolis.

Longe de estar complacente com sua perda de prestígio popular, o Partido voltou-se a seus amigos no governo para ajudá-lo a conseguir a força para recapturar a vanguarda do movimento dos trabalhadores rurais. Preocupado com o aumento do poder político da

Igreja em Ribeirão Preto, Almino Afonso, ministro do Trabalho, enviou ao comitê regional do Partido um pacote com materiais para adesão ao sindicato rural, incluindo a *Carta Sindical* (documento oficial do sindicato) para um sindicato de Batatais que o Partido havia tentado cadastrar em 1954, quando o governo ainda não apoiava a sindicalização rural.³⁵

A carta de Batatais foi publicada oficialmente em 16 de julho e, de acordo com a lei, os comunistas tinham quatro meses para fazer uma reunião de sindicato e eleger cargos. Tendo esperado até a véspera do prazo final, uma comissão de oito homens liderados por Arlindo Teixeira – um militante do PCB que trabalhava como carpinteiro em várias fazendas de Batatais e que tinha liderado a campanha pelo reconhecimento de 1954 – tentou negociar um acordo com padre Celso no início de novembro. Eles tinham os documentos necessários para legalizar o sindicato, diziam, e se padre Celso concordasse em assumir o compromisso, deixariam os documentos com ele. O compromisso era dividir a direção do sindicato entre a Igreja e o Partido. Padre Celso, contudo, rejeitou a oferta de Teixeira e exigiu que lhe entregasse a carta. Teixeira recusou, dizendo que o Partido necessitava somente de 50 assinaturas para ter o documento aceito pelo Ministério do Trabalho. Isso daria o sindicato ao Partido e o tiraria da Igreja. Seguindo esse caminho, o Partido colocou um anúncio no jornal de Batatais chamando os trabalhadores rurais a participarem de uma reunião do Sindicato dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Batatais, no domingo, 1º de dezembro.³⁶

Enfurecido, padre Celso escreveu um feroz artigo denunciando o que ele via como um complô comunista e convocando todos os trabalhadores a rejeitarem publicamente os comunistas impostores.³⁷ Naquele domingo, mais de mil trabalhadores convergiram ao local do encontro. Ao ouvir Moraes e padre Celso trocarem acusações, colocou-se a questão de abandonar o encontro, como não representativo e ilegítimo. Feito o movimento, o grupo seguiu padre Celso, Sampaio e Tassarini para fora da Prefeitura. O bando de Teixeira tentou formar *quorum* novamente em 15 de dezembro, mas com padre Celso e Sampaio os importunando com perguntas, poucos trabalhadores compareceram. A tentativa comunista de tomar o controle do movimento dos trabalhadores rurais em Batatais acabou sendo um fiasco. Sua época havia vindo e ido, e Sampaio fez, então, um requerimento formal para reconhecimento da sua Associação de 500 membros como sindicato pelo Ministério do Trabalho.³⁸

A demonstração pública de hostilidade e rivalidade que caracterizou a disputa de Batatais mascarou o respeito relutante entre os dois grupos. No seu ataque mais furioso ao Partido por tentar assumir o controle do sindicato de Batatais, Syllos nomeou Moraes não somente pelo prefácio de sempre, “o comunista conhecido”, mas também por “líder autên-

tico”. Depois do tumulto com relação ao reconhecimento, Antônio Giroto, do comitê regional do PCB, foi ver padre Celso para apelar pelo fim do enfrentamento divisionista. Giroto ofereceu entregar o documento expirado e deixar o sindicato de Batatais nas mãos da Frente. “Não me dê”, disse padre Celso: “Dê a Sampaio, pertence a eles em Batatais”. Anos mais tarde, padre Celso ponderou que “o trabalho dos comunistas era muito difícil. Eles tinham de fazê-lo clandestinamente. Qualquer descuido e eles terminavam na cadeia. Muitos viviam virtualmente no cárcere. Eles foram heróicos pioneiros do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil”. Apesar da forte competição vinda da Frente Agrária, Moraes mais tarde admitiu que admirava o sindicato da Frente em Batatais. “Eles tinham uma ligação forte em Batatais”, disse. “O presidente lá era muito católico e ele ficou impenetrável a qualquer ideologia que não a dele, e por isso construiu um grande sindicato. Eles cobravam os direitos dos membros e davam duro no sistema.”³⁹

Ambos os grupos falavam da revolução brasileira em andamento. Mas padre Celso acreditava que a Ultab e seus militantes trabalhavam para trazer a revolução à tona da noite para o dia, enquanto ele a via como um objetivo de longo prazo. “Eu pensava que o Partido estava forçando o movimento no Brasil e que, ao forçá-lo além das condições históricas, poderiam retrocedê-lo.”⁴⁰ Contudo, como o PCB, ele culpava a “burguesia nacional” de muitos dos problemas do país. “Nós estamos, de fato, sob a ameaça do comunismo”, escreveu no seu Editorial de Natal de 1963, “mas não devido à linha evangélica de muitos bispos e padres, não porque a Igreja possa ter traído a sua missão, não porque os trabalhadores se unem em sindicatos para defender seus direitos”. A culpa desse estado estava com os “capitalistas liberais que instigam sentimentos anticomunistas para gerar a confusão e a anarquia que possa justificar a implantação de um Estado fascista”. O fato de que os liberais estavam falhando em resolver os graves problemas econômicos e sociais do Brasil deixou a porta aberta para a agitação comunista e tornou necessário à Igreja se emaranhar no mundo real.⁴¹

Naquela véspera de Natal, com um golpe militar repressor a menos de cem dias de distância, poucos poderiam ter reconhecido a previsão do seu Editorial. Por outro lado, eles podem ter se perguntado sobre a acurácia da análise. Progressistas da Igreja como padre Celso, os precursores da Teologia da Libertação continuaram desconfiados tanto do comunismo quanto do capitalismo. Os comunistas ganharam a ira dos católicos ao atacarem a Igreja, física e ideologicamente, mas os capitalistas eram suspeitos porque se dizia que as relações de mercado careciam de cheques e balanços espirituais. Foi o setor mais capitalista da estrutura de poder local, a indústria de açúcar, que se mostrou mais disposto a acomodar o movimento dos trabalhadores rurais, enquanto aqueles que mais se encaixavam no rótulo “capitalista liberal”, os fazendeiros de café, foram os que mais resistiram

aos esforços dos trabalhadores de reformar as relações trabalhistas. Politicamente, os tradicionalmente poderosos fazendeiros de café estavam muito mais engajados em avivar “um sentimento anticomunista” do que os usineiros de açúcar. Essas distinções iriam se aprofundar na medida em que o próximo ano de acontecimentos se desdobrava.

No início de 1964, vários funcionários do governo federal chegaram a Ribeirão Preto para estabelecer um escritório regional da Supra. Enquanto o órgão tinha uma ação abrangente, incluindo a identificação de propriedade subutilizada para expropriação e a garantia de serviços de saúde para trabalhadores rurais, a sindicalização rural era sua prioridade em São Paulo. O diretor estadual da Supra, o escritor Mário Donato, estabeleceu o objetivo de formar 252 sindicatos de trabalhadores rurais em 1964, sendo esperado de cada um dos nove escritórios regionais da Supra em São Paulo que atingisse uma cota de 26. Além disso, orientou seus funcionários a “reorganizar e estimular os sindicatos existentes”, informar e educar os trabalhadores e líderes rurais sobre as leis e ensinar-lhes como ler e escrever usando os métodos de Paulo Freire, o educador brasileiro inovador.⁴²

A política orientou a ênfase da Supra em sindicatos rurais. Seguindo as idéias desenvolvidas por políticos da Era Vargas, na Presidência Goulart queria usar os sindicatos para registrar eleitores independentes para ajudarem a erodir a influência do coronelismo, o sistema de patronagem que, tradicionalmente, deixava o poder político nas mãos dos fazendeiros e comerciantes. Mas enquanto a falta de um movimento de trabalhadores rurais viável tornava difícil a Vargas implementar este plano, a presença de um tal movimento cada vez mais autônomo e exigente na época de Goulart gerava uma pressão maior no Estado para que ele interviesse e regulamentasse o movimento, pondo-o sob controle do governo. Liderando esse esforço em Ribeirão Preto estava Hans Alfred Rappel, um agrônomo do Rio de Janeiro. Indicado ao posto por Donato, Rappel procurava centralizar sob sua orientação todas as atividades regionais relacionadas ao movimento dos trabalhadores rurais. Para estes fins, pediu ajuda tanto de Moraes, da Ultab, quanto de padre Celso, da Frente Agrária, além de organizações estudantis, políticos e jornalistas.⁴³

O advento da Supra prometia alterar dramaticamente a dinâmica da luta rural na Alta Mogiana. Lançou o apoio do governo federal àqueles perseguidos como subversivos apenas meses antes. Como padre Celso comentou em um editorial sobre a Supra, “Nunca antes havíamos visto uma única medida governamental que apresentasse à sociedade brasileira tantas possibilidades promissoras”. A Supra, escreveu ele, “dá um novo impulso à marcha da revolução brasileira”. Desde o início, jovens socialmente engajados e ativistas rurais receberam o órgão de forma entusiasmada. Antes mesmo de a instituição estabelecer uma filial regional, Sampaio contatou Goulart para sugerir modos pelos quais a Supra pudesse ser utilizada para ajudar a melhorar o lote de trabalhadores rurais de sua cidade.

Dúzias de jovens profissionais e de estudantes – como Sidney Vassimon, médico residente no prestigioso Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto – ofereceram voluntariamente seus serviços à instituição.⁴⁴

A atividade de organizador de trabalhadores rurais mudou depois que a Supra apareceu na região. Significativamente, o órgão unificou e coordenou os esforços das duas correntes, lideradas por Moraes e padre Celso, trazendo o movimento de trabalhadores rurais sob uma égide. Moraes tirou total vantagem da ajuda do órgão. “As coisas ficaram muito melhores para mim”, recordou. A Supra fornecia ônibus Volkswagen para os organizadores e guias para a formação do sindicato e das leis rurais, tais como o *Guia para organização de sindicatos rurais*, que incluía todos os documentos necessários para cadastrar um sindicato, e o *Catecismo do trabalhador rural*, uma introdução resumida ao ETR. Embora nem ele nem padre Celso tenham se tornado empregados do órgão, ambos serviram à Supra como consultores, e quando Moraes viajava a serviço da entidade, aceitava uma remuneração diária 20% mais alta do que o salário mínimo. Com a intenção de explorar seus conhecimentos diversos, Rappel percebia Moraes mais talhado para a agitação e o cadastramento de trabalhadores e de sindicatos; e padre Celso e os voluntários da FAP como mais qualificados para treinarem líderes e fortalecerem os sindicatos como instituições. “Cada um tinha sua própria área de influência”, disse. Com a Supra existindo, a atividade coordenada passou a ser predominante em relação à rivalidade do passado.⁴⁵

Na quarta-feira, 4 de março, Moraes ajudou a Supra ao cadastrar a formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dumont, uma cidadezinha perto de Ribeirão Preto onde quase 20 anos antes ele havia organizado uma Liga Camponesa. Também lembrou a Rappel de um pedido enviado a Donato, em fevereiro, no qual os presidentes dos sindicatos rurais em Pontal, Barrinha, Ribeirão Preto e Sertãozinho pediam à Supra para organizar uma sessão de treinamento para eles.⁴⁶

Antes de Rappel responder aos sindicalistas, contudo, um vasto evento público ocorreu na Praça Cristiano Ottoni, no Rio de Janeiro, que se mostrou um divisor de águas no Brasil. Às oito horas da noite de sexta-feira, 13 de março, Goulart falou para uma multidão estimada em 200.000 pessoas. Lindolfo Silva, da Ultab, estava ao seu lado enquanto ele assinava um decreto muito esperado, que orientava a Supra a distribuir terras de estradas e ferrovias federais a trabalhadores sem-terra. Além disso, Goulart prometeu enviar uma lei de reforma agrária ao Congresso, fundamentalmente redirecionando a produção agrícola distante dos produtos de exportação para o cultivo de agricultura de alimentos para o consumo interno. Finalmente, pediu publicamente a legalização do Partido Comunista e prometeu reformar o Código Eleitoral, eliminando a exigência de alfabetização.⁴⁷

O evento e o discurso inspiraram uma reação sem precedentes das facções políticas conservadoras e de centro. Não aparente na época era por quanto tempo a direita vinha trabalhando por baixo dos panos para produzir uma crise política.⁴⁸ Grupos de donos de terra da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) e da SRB de São Paulo tornaram-se os primeiros a apoiar a conspiração. Os líderes das duas organizações acreditavam que o Estado havia se tornado muito tolerante com a mobilização rural.

Os líderes da SRB, muitos deles fazendeiros de café com fortes laços com a Alta Mogiana, haviam se tornado impacientes com Goulart. Diferentemente da Confederação Rural Brasileira, que era o corpo representativo nacional oficial das associações rurais locais de donos de terra, a SRB continuou a se opor ao apoio do governo à sindicalização rural, alegando que incitava a “anarquia rural”.⁴⁹ “Como nós viemos defendendo há tempos”, afirmava um editorial de 1963, “o objetivo da sindicalização agrária nacional não é somente a defesa dos interesses da classe proletária rural, mas a criação de instrumentos políticos manipuladores, arquitetados pelos funcionários federais, que constantemente empurram o país na direção de um maior caos social”. Em abril de 1963, o conflito de classes havia se intensificado tanto nas fazendas de café de São Paulo e o número de querelas nas Juntas Trabalhistas tinha se tornado tão oneroso que o presidente da SRB, Sálvio de Almeida Prado, ofereceu compartilhar os escritórios elegantes, novos, revestidos em madeira no centro de São Paulo com a Liga Independente para a Liberdade, uma importante organização de oposição. Em São Paulo, a Liga organizou um vasto evento de protesto em 19 de março, em resposta ao discurso do presidente do dia 13. Chamado de “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, o evento expandiu enormemente o apoio público ao movimento de oposição.⁵⁰

Enquanto capitais estaduais como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro receberam o primeiro foco de atenção por parte dos conspiradores, sua preocupação com a luta dos trabalhadores rurais os induziu a desenvolver campanhas também no interior. Já que o primeiro estágio da oposição a Goulart enfatizou a propaganda, os conspiradores trabalharam para estabelecer grupos que podiam articular uma posição ideológica legítima que contrastasse claramente com o movimento popular. Os líderes encorajaram as mulheres a se unirem à campanha, imaginando que um grupo de mulheres receberia mais atenção do que outra organização de homens. A mulher de Almeida Prado, Sebastiana, formou a Instituição Fraternal Amizade Cristã e Rural (Facur) e a irmã de um dos membros da “Comissão Revolucionária” de São Paulo criou o Movimento de Arregimentação Feminino (MAF), em Ribeirão Preto. Ambos haviam sido gerados com o único propósito de provocar uma crise para justificar a intervenção militar. O confisco de terras de camponeses em Pernambuco e no Rio Grande do Sul os inspirou a anteciparem confrontos semelhantes e pelo menos um vagão-frete com armas foi enviado para suprir os conspiradores.⁵¹

Embora a imprensa em Ribeirão Preto tenha monitorado de perto o evento do presidente no Rio de Janeiro e a espetacular Marcha de oposição em São Paulo, poucos tinham uma suspeita da elaborada conspiração que iria mudar suas vidas. Mesmo no caso dos eventos de massa, muitos dias se passavam até que tivessem repercussões locais. Uma das primeiras controvérsias que surgiram envolveu a área de cursos de treinamento que os líderes trabalhistas haviam pedido à Supra para organizar. No dia 17 de março, Rappel foi à sede da Supra, em São Paulo, arrecadar fundos para as despesas dos cursos. Mas o evento de oposição de 19 de março perturbou Donato e o diretor da Supra pediu a Rappel para cancelar os cursos de treinamento, a fim de evitar futuras controvérsias, até que a crise passasse. Rappel argumentou que o evento não havia afetado a política local e que era muito tarde para cancelar o treinamento, agendado para os dias 21 e 22 de março.⁵²

Contrariamente ao cuidado aconselhado por Donato, o ritmo das atividades da Supra em Ribeirão Preto se intensificou. Enquanto voluntários ofereciam cursos sobre leis trabalhistas e gerenciamento de sindicatos para líderes de toda a região da Alta Mogiana, Rappel viajou a Altinópolis para cadastrar outro sindicato rural. O grande dia da Supra ainda estava por vir (terça-feira, 24 de março), quando dezenas de pessoas participaram do primeiro grande encontro de organização geral do escritório regional. Juntos estavam políticos e jornalistas, tais como Luciano Lepera e Antônio Sant'Anna, do pró-Goulart *Diário da Manhã*, bem como advogados, líderes de trabalhadores urbanos, professores e estudantes de medicina e de odontologia. Conforme esclareceu Rappel, os estudantes de medicina estavam lá para atender às necessidades de saúde dos trabalhadores rurais; os estudantes de odontologia, suas necessidades odontológicas; os professores, suas necessidades educacionais e de alfabetização; os jornalistas, as necessidades de promoção do movimento; os sindicatos, o apoio político e estratégico; e os advogados, queixas trabalhistas e outros assuntos legais dos trabalhadores. Aparentemente não atingido pelos eventos nacionais, o grupo concordou em marcar a inauguração do escritório local da Supra no mesmo dia da planejada visita de Goulart a Ribeirão Preto, 12 de abril. Para pagar um evento maciço de trabalhadores rurais em honra à visita de Goulart, padre Celso pediu a Rappel Cr\$ 2.500 (aproximadamente US\$ 1.400 na época).⁵³

Enquanto o ritmo dos eventos nacionais parecia acelerar e alterar a agenda da Supra, aqueles alinhados com a conspiração contra o presidente simultaneamente continuaram suas atividades. A situação atingiu o pico tanto em Ribeirão Preto quanto em outros lugares no final de março. “Na véspera do golpe”, disse padre Celso, “os burgueses e os fazendeiros já tinham colocado em prática todos os planos para organizar um movimento contra a esquerda”. No fim de março, com um golpe ocorrendo ao redor deles, Moraes apelou para a cooperação de padre Celso para planejar a resistência. Se padre Celso usasse sua

influência para preparar uma greve geral em Ribeirão Preto, Moraes e um bando de 30 camponeses e ativistas (que haviam se engajado em treinamento militar em uma fazenda perto de Altinópolis por várias semanas) tentariam neutralizar a polícia em cidades vizinhas.⁵⁴

Padre Celso ficou impressionado com o que ouviu. Embora os jornais reacionários – como a *Tribuna de Imprensa*, de Carlos Lacerda, e os *Diários*, de Assis Chateaubriand – normalmente escandalizassem os leitores com a conversa sobre exércitos de camponeses revolucionários treinando nos campos, padre Celso ignorou o grito de alarme, convencido de que, se tais exércitos existissem, eles seriam ineficientes. Afinal, o Brasil não era uma ilha-nação, como Cuba. Mas Moraes confirmava os relatos e, mais do que isso, estava pedindo sua ajuda. Em vez de discutir sobre as guerrilhas, alegou que era absurdo pensar que ele poderia preparar uma greve geral do dia para a noite. O movimento trabalhista simplesmente não era coeso o suficiente. Além disso, o apoio popular a seu trabalho ainda era muito superficial. “O que esperam que eu faça”, perguntou ele, “para começar um movimento no meio da manhã com todo mundo dormindo ou ouvindo rádio, quietos, dentro de suas casas, assustados?” Mas o apoio de padre Celso às reformas de Goulart e à revolução brasileira que vinha há tempos ocorrendo era resolutivo. Alerta ao risco que estava correndo, ele mesmo decidiu seguir seus princípios e publicar e distribuir uma edição de oito páginas que se opunha ao golpe. Poucos, contudo, foram distribuídos antes que as autoridades os descobrissem. O chefe de polícia deve ter ficado ultrajado quando leu as garrafais e exaltadas manchetes estampadas na capa: “LUTE PELA PAZ!” e “DECRETA-DA GREVE GERAL!”.⁵⁵

A de 1º de abril foi a última edição de padre Celso. Nas primeiras horas da manhã, o ataque coordenado dos conspiradores a vários alvos estratégicos em toda a nação havia cumprido seu papel. Enfrentando resistência mínima, o golpe estava completado. Goulart foi deposto em dois dias. Em São Paulo, os dez mil guardas civis sob o controle do governador Adhemar de Barros, que havia se juntado à conspiração em junho de 1963, invadiram escritórios de jornais e da mídia eletrônica, prenderam líderes trabalhistas e perseguiram militantes comunistas. Em Ribeirão Preto, a última edição de padre Celso fez com que a polícia ocupasse os escritórios do *Diário de Notícias*, evitando que o jornal publicasse uma nova edição até 12 de maio. Também fecharam o pró-Goulart *Diário da Manhã* antes que sua edição de 1º de abril fosse impressa e não permitiram que se publicasse até 31 de maio.⁵⁶ O escritório da Supra também foi invadido e fechado, e seus funcionários, interrogados. A polícia apreendeu tudo à vista. O novo regime usou documentos da Supra para desacreditar o órgão e o movimento dos trabalhadores rurais na imprensa. Funcionários públicos também os usaram para iniciar uma acusação criminal contra os trabalhadores do

órgão. Todos os envolvidos foram acusados de subversão sob a Lei de Segurança Nacional e o governo militar perseguiu Donato e outros por oito anos, até junho de 1972, quando o Superior Tribunal Militar unanimemente retirou o caso dos tribunais, por infundado.⁵⁷

A reação conservadora contra a mobilização de trabalhadores rurais vinha sendo construída lenta, mas implacavelmente, havia anos. A Supra criou o pior pesadelo dos fazendeiros, ao colocar o Poder Executivo do Estado atrás da sindicalização rural e da implementação de leis trabalhistas rurais. Além disso, a instituição prometeu acabar com a rivalidade rebelde que havia previamente cercado o movimento de trabalhadores rurais, unificando as facções sob uma única autoridade, para fazer seus esforços mais eficientes e efetivos. Embora vários aspectos tenham motivado os militares a agir, as relações hostis entre a classe rural dominante e as classes trabalhadoras pesaram muito.

Como mostra a reação da SRB, os fazendeiros de café de São Paulo, em particular, sentiram-se ameaçados pela intervenção do Estado em seus assuntos sociopolíticos. O potencial de tal intervenção havia sempre inspirado suas mais enérgicas críticas ao governo. Mas a gota d'água foi a ativação da Supra. Dada a extraordinária independência dos órgãos do Poder Executivo sob a Constituição de 1946, a Superintendência ameaçou afetar a balança do poder contra a mais tradicional classe privilegiada do Brasil. Nestas circunstâncias, a própria democracia havia subvertido a ordem social e destruído o caminho adequado ao progresso político e econômico. Eles repudiaram a Supra e, dessa forma, o sistema que a deu à luz. Colocando-se contra um sistema que retrocedia 30 anos antes, à época de Vargas, eles se caracterizaram como revolucionários. Vitoriosos no campo de batalha, apossaram-se do poder determinados a estabelecer um sistema que protegeria suas propriedades e privilégios.⁵⁸

Uma das noções desafiadas por este estudo é a ênfase que outros deram às disputas entre líderes e à conseqüente fragmentação do movimento dos trabalhadores rurais. Os conservadores reforçaram esta interpretação, para argumentar que o golpe militar era necessário para suprimir a anarquia no interior do país. Além disso, quanto mais desordenado e caótico for apresentado o movimento de trabalhadores rurais da época, mais fácil é subestimar “a experimentação da democracia” ou “a República populista”.⁵⁹ A rivalidade foi uma característica da mobilização dos trabalhadores rurais em São Paulo, mas, na época do golpe, o movimento havia atingido um nível sem precedentes de união, sob a égide da Supra. Ao menos no caso de São Paulo, foi a união crescente e a organização do movimento que se tornaram a gota d'água para a classe dominante rural, e não sua dita anarquia.

Outra crença comum sobre o movimento dos trabalhadores rurais desafiada pelo presente estudo afirma que eles eram cegos seguidores de líderes politicamente motivados. Uma outra versão desta hipótese sustenta que os trabalhadores eram pré-políticos, quase

como consequência de suas origens agrárias. Duas experiências na Alta Mogiana desafiam essas visões, ao mostrar como os próprios trabalhadores geravam suas exigências. Em Pradópolis, em 1962, cortadores de cana forçaram melhorias nos salários (incluindo uma mudança de cálculo de valores em peças para remuneração por hora) e nas condições, ao eliminarem o abusivo sistema do “gato”. Em Batatais, o colono Sampaio foi bem-sucedido na reunião de trabalhadores para lutar contra a tentativa do governo de dar o controle do seu sindicato a militantes do PCB. Estes casos ilustram como os trabalhadores se apoderaram de idéias apresentadas a eles por Moraes e padre Celso e as usaram para transformar seu mundo. Eles não eram nem cegos aos seus próprios interesses nem joguetes políticos.

A decisão militar, depois do golpe, de manter a estrutura da sindicalização rural institucionalizada pelo governo Goulart reforça esse argumento. Muitos analistas interpretaram a ação do governo como uma confirmação da função cooptadora da estrutura do sindicalismo brasileiro.⁶⁰ O exemplo da Alta Mogiana sugere que esta visão se baseia em uma leitura não-histórica da história. Quando o governo democrático de Goulart estava no comando do país, a estrutura do sindicato era usada para vitalizar e legitimar um movimento turbulento e permeado pelo conflito. O Estado procurou regularizar a militância trabalhista rural, ao canalizar e formalizar o descontentamento dos trabalhadores rurais, e não destruí-la. Sob o autoritário regime militar, contudo, a estrutura do sindicato foi usada, em primeiro lugar, para silenciar militantes e, mais tarde, para manter os sindicatos fora da política. Portanto, como têm mostrado os estudos sobre trabalho industrial, definir sindicatos como instrumentos de controle estatal sobre a classe trabalhadora depende mais da natureza do Estado do que da própria natureza da estrutura do sindicato. Depende, também, da organização e disposição dos trabalhadores. O caso de São Paulo mostra que, por um tempo, a lei trabalhista rural brasileira e os sindicatos dos trabalhadores rurais deram poder aos líderes rurais militantes e, conseqüentemente, às classes trabalhadoras rurais.⁶¹

Tradução autorizada em dezembro/2004

Notas

* Cliff Welch foi bolsista da Capes e professor visitante estrangeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003-5). É Associate Professor of History na Grand Valley State University, no Estado de Michigan, Estados Unidos. O autor agradece ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC-SP pela ajuda na tradução e a Maurício Broinizi Pereira e Antonio Rago Filho pelo apoio para a publicação do artigo na *Projeto História*. Gentilmente, foi concedido pela Cambridge University Press o direito de publicar o artigo pela primeira vez em português – a versão original foi publicada pela Cambridge com o título “Rivalry and unification: mobilising rural workers in Sao Paulo on the eve of the Brazilian coup d’etat of 1964” no *Journal of Latin American Studies*. Londres, 27(1), pp. 161-87, 1995. E-mail: welchc@gvsu.edu.

** Bacharel em tradução, UFRS. Professora do curso de Letras da Universidade do Vale dos Sinos, Unisinos.

¹ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. III O Brasil Republicano, v. 3, Sociedade e política (1930-1964). 3 ed., São Paulo, Difel, 1986, p. 223; BEZERRA, G. in MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 237; SKIDMORE, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York, Oxford University Press, 1988, p. 4.

² Ver, por exemplo, BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984; AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; MALLON, Florencia. Peasants and rural laborers in Pernambuco, 1955-1964. In: *Latin American Perspectives* 5-4. Fall, 1978, pp. 49-70; PAGE, Joseph A. *The revolution that never was: northeast Brazil, 1955-1964*. New York, Grossman, 1972; MORAES, Clodomir Santos. “Peasant leagues in Brazil”. In: STAVERNHAGEN, Rodolfo (org.). *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York, Doubleday, 1970, pp. 453-501.

³ Entre os mais novos estudos, ver COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998; RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999. Esses livros, contudo, dão atenção à época pós-golpe. Um trabalho expressivo da época é o de STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986, mas somente uma parte pequena do livro aborda o movimento sindical. Alguns estudos relevantes permanecem não publicados, tais como o de BARROS, Fátima Regina. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo entre 1954-1964*. 1986. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp.

⁴ Ver abaixo, além de Sindicalismo e anarquia rural. *A Rural* (antiga *Revista de Sociedade Rural Brasileira*). 43:501, jan. 1963, p. 3; MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4. ed. Porto Alegre, L&PM, 1978, pp. 25-47; 158; 162-3; 183.

⁵ GALJART, Benno. Class and “following” in rural Brazil. *América Latina* 7:3 jul./set. 1964, pp. 3-23; FORMAN, Shepard. Disunity and discontent: a study of peasant political movements in Brazil. *Journal of Latin American Studies*. 3:1 Londres, 1973, pp. 3-24; GRYNZSPAN, Mário. O campesinato fluminense: mobilização e controle político (1950/1964). *Revista Rio de Janeiro*. 1:2, 1988, pp. 19-27. (Obrigado a John Monteiro pela citação de Grynzspan.)

⁶ CHASIN, J. “Contribuição para a análise da vanguarda política no campo”. *Revista Brasiliense*, n. 44, nov./dez. 1962, pp. 102-29; SIGUAD, Lygia. Congressos camponeses, 1953-1964. *Reforma Agrária*. 2:6, nov./dez. 1981, pp. 3-8.

⁷ A Supra foi criada em 11 de outubro de 1962. Ver Leis delegadas 8, 9, 10 e 11. *A Rural*. 42:500, dez. 1962, p. 5. O Decreto 1.878, de 13 de dezembro de 1963, regulou a agência, criando uma variedade de departamentos executivos, tais como o Departamento de Promoção e Organização Rural (DPROR), que mais tarde foi usado para orientar a campanha de sindicalismo rural. Para mais informações, ver abaixo e CAMARGO, “A questão agrária”, pp. 203-5.

⁸ Ver CARVALHO, Hernani de. *Sociologia da vida rural brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1951; WATSON, James B. "Way station to modernization: the Brazilian caboclo". In: *Brazil: papers presented in the Institute for Brazilian Studies*. Nashville, Vanderbilt University, 1953, pp. 1-56. Esses processos são descritos com mais detalhes em WELCH, Clifford A. *Rural labor and the Brazilian revolution, 1930-1964*. 1990. Tese de doutorado apresentada à Duke University; WELCH, Cliff. *The seed was planted: the Sao Paulo Roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964*. State College, PA, Penn State Press, 1999.

⁹ MORAES, Irineu Luis. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 22 ago. 1988. Transcrição, parte I, pp. 37-39. Cópias desta e de outras transcrições de entrevistas feitas pelo autor com líderes rurais usadas neste artigo encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (doravante, Unicamp/AEL). Para mais informações sobre Moraes, ver também WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu Luis de Moraes, 1912-1990*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

¹⁰ Sobre a vida de padre Celso, ver a entrevista concedida ao autor: SYLLOS, Celso Ibson. São Paulo, 19 jan. 1989. Transcrição, pp. 1-4 (Unicamp/AEL) e O ex-padre Celso lembra sua experiência jornalística. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 9. Sobre seu papel na Arquidiocese, ver também Editorial, *Diário de Notícias*, 1 jan. 1959, p. 2. Ver a história concisa do *Diário de Notícias* em Um jovem padre muda a feição do jornal e Apesar dos pesares, chega-se ao fim de 63. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 3.

¹¹ Editorial, *Diário de Notícias*, 6 fev. 1962, p. 2. Syllós, transcrição de entrevista, p. 6. "Procuram-se líderes cristãos para o campo". *Diário de Notícias*, 25 fev. 1962, p. 4. Catequistas e outros católicos leigos também foram selecionados como candidatos para treinamento como líderes de trabalhadores rurais em Pernambuco. Ver: WILKIE, Mary E. "A report on rural syndicates in Pernambuco", trabalho não publicado, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Madison (1964), pp. 7-12.

¹² Transcrição de MORAES, pt. I, pp. 41-3. Ver, também Pontal: criada a Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar, Sertãozinho: Fundação da Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar. *Terra Livre*, jun. 1961, seção central.

¹³ Transcrição de SYLLOS, p. 3. Ver, também, DE KADT, Emmanuel. *Catholic radicals in Brazil*, New York, Oxford, 1970; BRUNEAU, Thomas C. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. London, Cambridge, 1974.

¹⁴ Sobre as Ligas Camponesas em São Paulo, ver JULIÃO, Francisco (Ed.). *Ligas Camponesas (out/1962 e abr/1964)*. Cuernavaca, México, Centro Intercultural de Documentación, 1969. Sobre a organização católica conservadora no Estado, ver MARTINS, Arguaya Feitosa. Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo. *Revista Brasiliense*, v. 40. mar./abr. 1962, pp. 132-41. BARRROS. "A organização sindical dos trabalhadores rurais", pp. 104-22; MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible: the Brazilian rural workers' trade union movement, 1964-1985*. Philadelphia, Temple, 1994, pp. 154-96.

¹⁵ Transcrição de SYLLOS, p. 6; CRUZ, Antônio Crispim. Entrevista concedida ao autor. Ribeirão Preto, 31 mar. 1989, pp. 4-5 (Unicamp/AEL); organizou-se frente agrária estadual. *Diário de Notícias*, 29 jan. 1963, p. 6.

¹⁶ PORTELA, José Alves. Entrevista ao autor. São Paulo, 23 ago. 1988. Transcrição, p. II (Unicamp/AEL).

¹⁷ As estatísticas da greve foram compiladas de relatórios em *Terra Livre*, *Novos Rumos*, *Notícias de Hoje*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias*; por isso, elas certamente não representam o número real de greves que ocorreram durante a década. Sobre a greve de Sertãozinho, ver Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotaram império dos usineiros. *Terra Livre*, ago. 1962, p. 5; a transcrição da entrevista de MORAES, pt I., pp. 43-4. Os trabalhadores ganharam duas concessões sem precedentes nesta greve: 1) uma mudança de cálculo dos valores de preço por pedaço, pago pela tonelada, para remuneração por hora de trabalho e 2) a eliminação de deduções dos seus salários referentes a aluguel da casa.

¹⁸ De um estudo da Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Ribeirão Preto (JT/RP), registros apresentados em WELCH, *Seed* 381-82.

¹⁹ Para um debate inspirador sobre esse tema, ver CROSS, Gary. “Time, money and labor history’s encounter with consumer culture”, além dos debatedores RUSTIN, Michael; GRAZIA, Victoria. *International labor and working class history*, v. 43. Spring, 1993, pp. 2-30.

²⁰ VARGAS. “A plataforma da Aliança Liberal”. *A nova política do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro, 1938, p. 27.

²¹ Um informante chamado D. Maria, citado em STOLCKE, *Cafeicultura*, pp. 292-3.

²² BRANT, V. Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos Cebrap*, v. 19, jan./mar. 1977; HOLLOWAY, Thomas H. *Immigrants on the land. Coffee and society in Sao Paulo, 1886-1914*. Chapel Hill, NC, University of North Carolina, 1980.

²³ Sobre São Paulo, ver Estado e tendências da agricultura paulista. *Agricultura em São Paulo*, v. 10, n. 5/6, mai./jun., pp. 1-61. Sobre Sertãozinho, ver IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 41.

²⁴ Entrevistas feitas pelo autor em Ribeirão Preto com: DESTERRO, Zildete Ribeiro (5 jul. 1989) e GERALDO, João (7 jul. 1989). WELCH, Cliff. “Rural populism and the coffee economy”, trabalho apresentado no XVI Encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos (abr. 1991). Sobre estatísticas trabalhistas, ver SÃO PAULO – SEPLAN. Trabalho volante na agricultura paulista. *Estudos e pesquisas* n. 25, n.d., p. 170.

²⁵ Sobre “gatos”, ver SIGUAD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadoras da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979, pp. 49-82 e a transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 28-9.

²⁶ Transcrição de MORAES, pt. I, pp. 44-7; GERALDO, Sebastião. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 27 maio 1989. Transcrição, parte 3, pp. 25-9 (Unicamp/AEL); 6 mil trabalhadores derrotaram império dos usineiros, op. cit.

²⁷ Ver Vendida uma das mais famosas fazendas de café em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 2 abr. 1950, p. 6. Ver, também, História da Usina São Martinho e Pradópolis, um município integrado. *Diário da Manhã*, 13 set. 1977, pp. 2, II.

²⁸ Transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 28-9; transcrição de SYLLOS, pp. 23-5.

²⁹ Transcrição de MORAES, pt. 1, pp. 45-7; pt. 3, pp. 26-8; 6 mil trabalhadores derrotaram império, op. cit.

³⁰ Sobre Sampaio e os círculos, ver FAP administrará cursos a camponeses; Camponeses da FAP ouviram diretor do HC. *Diário de Notícias*, 23 out. 1962, p. 8; Frente Agrária promoverá concentração. Dois novos sindicatos serão criados. *Diário de Notícias*, 24 fev. 1963, p. 7; transcrição de SYLLOS, p. 56.

³¹ Trabalhadores e oradores vieram de Jardinópolis, Sales Oliveira, Altinópolis, Brodósqui, Ribeirão Preto, Dumont, Guatápara, Bonfim Paulista e, claro, Batatais. Ver Frente Agrária estará amanhã em Batatais. Cria-se sindicato e realiza-se concentração. *Diário de Notícias*, 2 mar. 1963, p. 3. Ver, também, Batatais: Agita-se a roça com assombroso movimento sindicalista. Presidente do sindicato prestou oportunas declarações. *Diário de Notícias*, 16 mar. 1963, p. 9.

³² Ver Camponeses de Batatais receberão Frente Agrária hoje e amanhã; BELLINI, Gilberto. Camponeses de Batatais: unam-se que a vitória está próxima. *Diário de Notícias*, 11 maio 1963, p. 5. A demissão de Sampaio foi registrada em Fazendeiro desacatou líder rural. *Diário de Notícias*, 26 maio 1963, p. 6. Ver, também, Otavio Sampaio c. Fazenda Boa Esperança. Processo 854/63, Packet 175, JT/RP.

³³ Fazenda Boa Esperança declara guerra à Frente Agrária. *Diário de Notícias*, 31 maio 1963, p. 6. As outras plantações eram Boa Vista, Capão Grande, Califórnia, Floresta, Bela Vista, Caridade, Limeira e Moradinha. Fazendeiros decepcionaram trabalhadores. *Diário de Notícias*, 8 jun. 1963, p. 6.

³⁴ Ver Fazendeiro desacatou líder rural, *op. cit.* Colonos tiveram liberdade cerceada. *Diário de Notícias*, 9 jun. 1963, p. 6; Fazendeiros decepcionaram trabalhadores, *op. cit.*

³⁵ Ver transcrição de SYLLOS, p. 56; transcrição de MORAES, pt. 3, p. 30; TEIXEIRA, Arlindo. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 18 out. 1988. Transcrição, pp. 10-1 (Unicamp/AEL).

³⁶ Cf. Carta Sindical do Sindicato dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Batatais, 10 de maio de 1963. *Dário Oficial da União*, 16 jul. 1963, p. 6.159; transcrição de TEIXEIRA, p. 19; transcrição de SYLLOS, pp. 11-2 e 57-8. Ver, também: Camponeses armam expectativa em Batatais. Auxiliares do PC tentam “golpe” sindical. Graves denúncias apresentadas à reportagem pelo atual presidente da Frente Agrária, regional de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 1 dez. 1963, p. 8.

³⁷ Camponeses armam expectativa em Batatais, *op. cit.*

³⁸ Confirmam-se denúncias da Frente Agrária. Camponeses não permitirão nenhum “golpe”. Presidente da FA expôs manobras divisionistas preparadas por elementos diretamente ligados à Ultab (pró-comunista). *Diário de Notícias*, 3 dez. 1963, p. 1; Camponeses repudiam “golpes” sindicais. Elementos do PC continuam abusando. *Diário de Notícias*, 17 dez. 1963, p. 6 (incluía uma cópia do requerimento de Sampaio de 16 de dezembro).

³⁹ Camponeses armam expectativa em Batatais, *op. cit.* Transcrição de SYLLOS, pp. 14-5 e 58; transcrição de MORAES, pt. 3, p. 22; GIROTTO, Antônio. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 19 out. 1988. Transcrição, pp. 20-1 (Unicamp/AEL).

⁴⁰ Transcrição de SYLLOS, p. 22.

⁴¹ Nosso comentário: Quem é comunista?. *Diário de Notícias*, 24 dez. 1963, p. 4. Ver MACHADO, Raul. Dom Ângelo Rossi (bispo de Ribeirão Preto): a militância política social dos sacerdotes existe por falta de quadros leigos [sic] à altura. *Diário da Manhã*, 3 jan. 1964, p. 7.

⁴² O superintendente da Supra, João Pinheiro Neto, falará hoje no salão nobre da Associação Comercial. *Diário da Manhã*, 31 jan. 1964, p. 1. Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra em São Paulo para o ano de 1964. In: *São Paulo*, n. d., v. 7, Arquivo 144, Arquivo do Projeto “Brasil: Nunca Mais” (Unicamp/AEL, doravante: item título, seguido por B: NM: número do volume/número do arquivo). Além do escritório em Ribeirão Preto, outros oito escritórios regionais foram estabelecidos em São Paulo, Taubaté, Campinas, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Bauru e Itapetininga. Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra, documento não publicado, B: NM 7/144.

⁴³ Antes do fim do mandato de Goulart, em janeiro de 1965, o ministro do Trabalho Amaury de Oliveira e Silva quis que a Supra organizasse dois mil sindicatos rurais no território nacional, estabelecesse 500 Tribunais Regionais do Trabalho adicionais, estimulasse a pressão pela implementação de leis trabalhistas rurais e registrasse três milhões de novos eleitores. Supra: máquina de corrupção e subversão. *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 1964, p. 3. Ver, também, PRICE. “Rural unionization in Brazil”, pp. 68-70; Inquirição. Depoimento do Sr. Hans Alfred Rappel, 30 jun. 1964, B: NM 2/144.

⁴⁴ Nosso comentário. Supra: redenção da roça. *Diário de Notícias*, 14 out. 1963, p. 4; Líder rural adverte João Goulart contra perigos da revolta popular. *Diário de Notícias*, 28 dez. 1963, p. 6. Depois do golpe militar, a polícia interrogou Vassimon e perguntou se ele havia sido forçado a trabalhar para a Supra. “Muito pelo contrário”, respondeu Vassimon, fora ele que havia procurado se voluntariar. Termo de declaração de Sidney Gomes Vassimon, 26 jun. 1964, B: NM 9/144.

⁴⁵ Transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 29-30; Termo de declaração de Adhemar Teixeira de Moraes (chefe de administração do escritório de Ribeirão Preto), 10 jun. 1964, B: NM 9/144. Ver B: NM, 7/144 e 12/144 para cópias dos panfletos. A citação de Rappel em Depoimento, B: NM, 2/144.

⁴⁶ Sobre Moraes, ver Fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dumont pela Supra e Ultab. Grande número de camponeses presentes – um minuto de silêncio pela morte de agente da Supra – diretoria. *Diário da*

Manhã, 5 mar. 1964, p. 8. Sobre Rappel, ver Inquirição. Depoimento da Srta. Miriam Di Salvi (assistente executiva de Rappel), *B: NM*, 2/144 e a carta de requerimento assinada por Mário Bugliani, de Pontal; Manoel da Silva, de Barrinha; Sebastião Lopes, de Ribeirão Preto; e Antônio Conte, de Sertãozinho. Curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana, Bugliani et al. para Donato, Ribeirão Preto, 3 fev. 1964. *B: NM*, Anexo 4.971. Dos quatro, pelo menos Lopes e Bugliani eram membros do PCB.

⁴⁷ DULLES, John W. F. *Unrest in Brazil*. Austin, 1970, pp. 269-72; “Personagem 7: Luís Carlos Prestes”. In: MORAES, *A esquerda e o golpe de 64*, pp. 264-5. O discurso de Goulart está citado em BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à revolução de 1964*, v. 2. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, pp. 262-6; BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 6 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, pp. 163-5. Ver, também, GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

⁴⁸ Sobre a conspiração para depor Goulart, ver GASPARI, op. cit.; LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent, OH, Ohio State University, 1990; DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 3 ed., Petrópolis, Vozes, 1988; PARKER, Phyllis R. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin, University of Texas, 1979.

⁴⁹ Oficialmente, a CRB defendeu a idéia de que os sindicatos de trabalhadores e empregados deveriam disciplinar as relações de trabalho rural e estimular maior harmonia social e produtividade econômica. Ver o discurso do presidente da CRB, Iris Meinberg, em *A reforma agrária na VI Conferência Rural*. Rio de Janeiro, 1962, pp. 28-9 e 53. A SRB, por outro lado, parecia mais contrária aos sindicatos rurais do que nunca. Ver, por exemplo, do consultor da SRB: MAGANO, Virgílio dos Santos. A sindicalização rural. *A Rural*, v. 42:494, jun. 1962, p. 71, e Editorial: Proletariado e política. *A Rural*, v. 42:496, ago. 1962, p. 3.

⁵⁰ PRADO, Sálvio de Almeida. Legislações trabalhistas. *A Rural*, v. 43:508, ago. 1963, p. 3; MOURÃO FILHO, op. cit., p. 183. Em uma nota de autocongratulação publicada depois do golpe, Prado escreveu: “Como um dos grupos que idealizaram e dirigiram a ‘Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade’, cuja comissão de organização se localizava na sede da Sociedade Rural Brasileira, e como participante no time que trouxe a vitória na luta contra o governo comuno-peleguista recentemente deposto, a SRB ocupou um lugar de destaque no panorama da política nacional”. Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país. *A Rural*, v. 44:517, maio 1964, pp. 28-30.

⁵¹ Facur: movimento de redenção dos trabalhadores do campo. *A Rural*, v. 43:510, out. 1963, p. 45. Facur era, em português, a abreviatura para Instituição Fraternal Amizade Cristã e Rural. Pellegrini, irmã do editor d’*O Estado de S. Paulo*, Mesquita Filho, era a chefe do MAF. Mesquita Filho foi um dos quatro civis do estado-maior civil-militar que planejou o golpe em São Paulo. Ver: DREIFUSS, op. cit., esp. pp. 294-5 e 373-7; MOURÃO FILHO, op. cit., pp. 216-9; Projetam um golpe nacional as forças da reação. Vagões de armas teriam sido vistos em São Simão. *Diário da Manhã*, 5 fev. 1964, p. I.

⁵² Os interrogadores policiais perguntaram a Rappel e a seu assistente sobre a sessão de treinamento e a disputa com Donato. Depoimentos de Rappel e Di Salvi, *B: NM*, 2/144.

⁵³ Depoimento de Rappel, *B: NM*, 2/144. Participaram do curso 28 ativistas rurais. Ver, também, o relato do encontro em O presidente da República viria dia 12 de abril a Ribeirão Preto para inaugurar agência da Supra. *Diário da Manhã*, 25 mar. 1964, p. 8; transcrição de SYLLOS, pp. 67-70; e Recibo das despesas do curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana, 21-22 de março de 1964, *B: NM*, Anexo 4.932.

⁵⁴ Transcrição de SYLLOS, p. 41; transcrição de MORAES, pt. I, pp. 65-6, 89-90 e pt. 3, p. 32. Sobre o campo de treinamento da guerrilha, ver, também, transcrição de GIROTTI, p. 22. “Foi besteira”, disse Teixeira sobre o campo. “Só serviu para prejudicar a gente. Eu participei lá também. Mas foi bobagem, porcaria total.” Transcrição de TEIXEIRA, p. 22; transcrição de MORAES, pt. I, p. 66 e pt. 3, p. 19.

⁵⁵ Transcrição de SYLLOS, p. 72. *Diário de Notícias*, 1 abr. 1964, p. 1.

⁵⁶ A conspiração civil-militar em São Paulo está detalhada em MOURÃO FILHO, op. cit., pp. 169-288. Ver, também, SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, pp. 103-5; DREIFUSS, op. cit., pp. 376-96. Ver: Em 64, uma paralisação indesejável. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 4; Diário da Manhã. *Diário da Manhã*, 31 maio 1964, p. 1.

⁵⁷ “Considerando que a Supra, organização a que o acusado serviu”, escreveu Dr. Waldemar Torres da Costa, vice-presidente do Tribunal Militar, “era uma instituição oficial, criada pelo governo federal, e que a criação de sindicatos rurais, que tinham como objetivo apoiar os trabalhadores do interior, foi um de seus mandatos (...) e que os acusados se limitavam a cumprir ordens vindas de cima (...) os ministros do Superior Tribunal Militar unanimemente concordam em rejeitar a apelação do promotor”. Apelação nº 39.067 - Estado de São Paulo, Superior Tribunal Militar, Rio de Janeiro, 2 jun. 1972, B: NM, 12/144.

⁵⁸ A lavoura paulista repudia o decreto da Supra e “reafirma seu pensamento em favor de uma reforma agrária justa e real”. *A Rural*, v. 44:515, abr. 1964, p. 6. “Vitoriosa em dois dias”, escreveu Prado, da SRB, “a batalha militar que constituiu a primeira fase da revolução (...) tem um programa completo de exigências para cumprir”. Do editorial assinado Da Marcha da Família à revolução vencedora. *A Rural*, v. 44:517, maio 1964, p. 3. Outros exemplos claros de como os conspiradores se viam como revolucionários estão representados nos títulos de suas memórias. Ver, por exemplo, MOURÃO FILHO, *Memórias de um revolucionário*; D’AGUIAR, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Arternova, 1976. Mais sobre as expectativas da SRB: Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país, op. cit.

⁵⁹ Sobre a “experimentação”, ver SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil (1930-1964). An experiment in democracy*. New York, Oxford, 1967. Sobre a “República populista”, ver FRENCH, John D. *The Brazilian workers’ ABC: class conflict and alliances in modern Sao Paulo*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1992.

⁶⁰ MAYBURY-LEWIS, op. cit.; DREIFUSS, op. cit.; COLLIER, Ruth B.; COLLIER, David. *Shaping the Political Arena*. Princeton, Princeton University Press, 1991, pp. 567-68.

⁶¹ O papel da lei trabalhista foi igualmente destacado no Chile em LOVEMAN, Brian. *Struggle in the countryside. Politics and rural labor in Chile, 1919-1973*. Bloomington, Indiana University, 1976.

ARTIGOS

AS LIGAS CAMPONESAS ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE 1964*

Antônio Torres Montenegro**

Resumo

Este artigo analisa a luta no campo no Nordeste às vésperas do golpe de 1964. A partir da segunda metade da década de 1950, o Nordeste assistiu a uma crescente organização dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista na segunda metade da década de 1940, ganharam uma nova força ante o engajamento do deputado socialista Francisco Julião. Essa organização adquiriu uma visibilidade nacional e mesmo internacional, principalmente após a Revolução em Cuba. Além disso, a Igreja, sentindo ameaçada sua hegemonia sobre os camponeses, foi desafiada a assumir uma posição de apoio à luta destes.

Palavras-chave

Ligas Camponesas; Igreja, luta da terra e imprensa; nordeste insurgente.

Abstract

This article analyses the peasants' fight in the Northeast just before 1964 coup d' état. From the late 1950s on, rural workers increasingly structure themselves into unions in the Northeast. The Peasant Unions founded by the Communist Party in the second half of the 1940s, gain a new force with the support of the socialist congressman Francisco Julião. Their organization gets a national and even international impact mainly after the Revolution in Cuba. On the other hand, the Church feeling threatened by losing its hegemony over the peasants is challenged to assume a position of support to the peasants' fight.

Key-words

Peasant Unions; Church, Fight for Land and Press; Insurgent Northeast.

Escolhemos como trilha para iniciar este artigo algumas reflexões sobre a história. Gramsci (filósofo marxista italiano, morto nas prisões do regime fascista de Mussolini, em 1937) afirmou serem todos os homens filósofos – em sentido espontâneo –, pois a filosofia estaria contida na “própria linguagem”, no “senso comum e no bom senso” e “na religião popular”.¹ Podemos, então, afirmar que, em sentido “espontâneo”, também somos todos historiadores – afinal, narramos histórias e, sobretudo, estamos constantemente retornando ao passado e repensando-o, ressignificando-o. A partir deste movimento de análise do passado, muitas vezes redefinimos nossa maneira de compreender e agir no presente e de refletir sobre os projetos futuros.

A partir dessa perspectiva, podemos indagar: qual a diferença entre pensar a história de forma espontânea e pensá-la como produção do conhecimento, ou seja, uma construção resultante de uma série de atividades complexas, que implicam um conjunto amplo de procedimentos? Em primeiro plano, encontram-se as experiências do presente, lançando novas interrogações, novas indagações, novos questionamentos ao passado; ao mesmo tempo, há de considerar a influência do refazer constante dos conhecimentos teóricos e as ressonâncias advindas de outras áreas do conhecimento, que informam e modulam esse *diálogo maiêutico* com o passado. Frequentemente interligados a este complexo movimento estão registros novos, ou seja, novos documentos selecionados, descobertos ou mesmo produzidos – como entrevistas de histórias de vida e/ou temáticas –, possibilitando à história operar um refazer constante de sentidos e significados. Assim, temos a história como uma atividade intelectual que realiza uma constante crítica de seus parâmetros analíticos, voltada para o presente e para o futuro. Ou seja, toda história é sempre história do tempo presente, pois é a partir das questões e desafios colocados na cotidianidade que interpelamos o passado. Dessa forma, a história não é uma contemplação descomprometida do passado, mas atende a desafios, interrogações da nossa contemporaneidade: é para responder ao presente que reescrevemos permanentemente a história. Em outros termos, arrancamos a história dos perigos da memória ou, na expressão de Pierre Nora, “O movimento da história, a ambição não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação”.²

Ao mesmo tempo, parece-nos significativo, neste preâmbulo, revisitar as análises que desenvolvem uma instigante reflexão acerca da memória, em que esta é vista como uma grande ameaça à história. Memória considerada um conjunto amplo de discursos, rituais e práticas que entronizam, cristalizam, congelam acontecimentos, personagens, períodos históricos, mitificando significados e, dessa forma, impossibilitando a história de exercer sua prática mais fecunda, que é a operação cortante da crítica, ao instituir um constante refazer do passado historiográfico.

Nesse sentido, é muito elucidativo retomar dois momentos emblemáticos da história do Brasil, 1930 e 1964, em que a normalidade constitucional foi interrompida. Concomitantemente a este movimento de ruptura do pacto constitucional, os grupos que se apropriaram do poder político se autoproclamaram realizadores de uma revolução.

A marca de 1930 como revolução transformou-se em memória. Mesmo hoje, com toda a produção historiográfica revisitando criticamente aquele movimento e apontando sua inserção na modernização do capitalismo pela via autoritária, a expressão *revolução de 1930* tornou-se um signo que parece atravessar o tempo, incólume ao movimento da crítica e da desconstrução. Felizmente, em relação a 1964, a expressão “revolução”, adotada pelos militares e seus porta-vozes, só conseguiu se manter publicamente enquanto a censura e o controle sobre os meios de comunicação vigoraram de forma rígida. À medida que a sociedade civil reconquistou o direito à livre expressão, observou-se a produção de um contradiscurso, pontuando aquele acontecimento no quadro da ruptura da normalidade democrática e, portanto, como mais um golpe contra os princípios constitucionais.

O palco da história, no entanto, é revelador de constantes combates. Não podemos ser ingênuos e acreditar que a representação de 1964 como revolução esteja inteiramente esquecida; sobretudo, quando reconhecemos que a narrativa historiográfica não resulta de uma transposição mecânica das evidências documentais, mas, antes, consideramos os diversos documentos formas e estratégias de produção do real. Na extensão deste entendimento, os sujeitos, os princípios ou mesmo os acontecimentos considerados fundadores são abolidos e coloca-se a possibilidade de pensarmos e agirmos como criadores e construtores da própria história.³

Nessa perspectiva, associada à dimensão da representação do passado como combate, voltemos à nossa formulação inicial, de que a história é um território de disputa no presente. Assim, ao escolhermos estudar o período que antecede o golpe de 1964, a partir das lutas no meio rural (privilegiando a temática das Ligas Camponesas), inserimo-nos num campo de disputa que, ao mesmo tempo, defronta-se com questões e desafios do presente, ou seja, a problemática da luta pela terra *hoje*. Em outros termos, somos desafiados por questões atuais como: passados 50 anos, apesar de toda modernização capitalista, o que impede o trabalhador rural de alcançar a condição de cidadania para si e sua família?

Para refletir historicamente sobre a luta pela terra no período que antecede o golpe, propomo-nos realizar um percurso que analisará esta temática a partir de três fontes documentais: os relatos da polícia, da imprensa e de padres.

Fragmentos policiais

Para iniciar este estudo tomando como referência as lutas dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas, há de se considerar o significado que elas adquiriram entre o final da década de 1950 e o início da seguinte. É importante registrar que, embora a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, fosse compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário.⁴ Ou seja, em todo o Brasil, os trabalhadores rurais se organizavam e encaminhavam ao Ministério a carta de sindicalização, mas esta não era autorizada por pressão dos proprietários, por meio da Confederação Rural Brasileira.

Foi nesse cenário que os foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), decidiram criar uma associação de ajuda mútua, de forma que pudessem, de maneira solidária, socorrer uns aos outros nos momentos de necessidade. Dessa forma, acreditavam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que então era realizado num caixão coletivo, cedido pela Prefeitura – este, depois de utilizado, tinha de ser novamente devolvido.⁵

Bastante reveladora da relação que existia entre os trabalhadores e os senhores rurais é a carta-convite enviada pelos foreiros de Galiléia ao Sr. Oscar Beltrão, dono do Engenho, para que este aceitasse o cargo de presidente honorário da Sociedade que eles acabavam de fundar:

Prezado Sr.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sobre o número 92.907 pede vênha para comunicar a Vossa Excelência, que em Assembléia Geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos, foste eleito Presidente de Honra de nossa Sociedade, bem assim, viemo-nos em nome da mesma convidar a Vossa Exa. para assistir e tomar posse do referido cargo, em reunião que terá lugar no 1º domingo de julho do corrente ano, e assistir a posse de nosso advogado, Dr. Arlindo Dourado, como também inauguração da escola que receberá o nome de “Paulo Belence”. Sem mais para o momento subscrevemo-nos, atenciosamente e obrigado. Assinados a Diretoria. Engenho Galiléia, 5 de junho de 1955.⁶

A leitura da carta possibilita diferentes análises: por um lado, esta pode ter sido mais uma tática de despiste dos trabalhadores para que o senhor de engenho não visse naquela *sociedade* um órgão contrário aos interesses patronais, já que os próprios trabalhadores o convidavam para um cargo de honra. Mas, ao mesmo tempo, revela o amplo domínio exercido pelos senhores, pois os trabalhadores, no momento em que

criaram sua organização, necessitaram estabelecer uma estratégia de conciliação ou de autonomia consentida com o proprietário. No entanto, pode-se ainda ler a carta não propriamente como um convite, mas como uma provocação – considerando as condições da época –, já que esta informava que, na reunião em que o proprietário ocuparia o cargo de *presidente de honra*, seria realizada a posse do advogado e haveria a inauguração de uma escola. Ora, podemos imaginar a perplexidade do Sr. Oscar Beltrão ao ler que os trabalhadores do seu Engenho estavam constituindo um advogado e fundando uma escola, como consta na carta-convite.

Em outros termos, ao senhor de engenho era dado conhecimento que seus trabalhadores estavam construindo outras estratégias para enfrentar seus problemas de vida e trabalho. De forma explícita, sem subterfúgios, estavam sendo levadas ao conhecimento do senhor práticas que sinalizavam com a ruptura do pacto paternalista e de compadrio que cimentava as relações de exploração. Contratar um advogado era uma forma de dizer ao senhor que a relação de direitos e deveres entre o dono da terra e os trabalhadores não seria mais estabelecida apenas verbalmente ou por meio da política do que eram considerados “pequenos favores”. Estes tinham o efeito de aprofundar a dependência e dificultar a mudança das relações de exploração. Os trabalhadores, ao constituírem um advogado para defender seus direitos, emitiam o signo de que o fórum das suas querelas seria a justiça, e não mais o silêncio resultante das ameaças dos vigias e administradores a mando dos senhores. Já a criação da escola lhes possibilitaria o acesso à leitura e à escrita – o que, no futuro, dificultaria as perversas práticas de expropriação do trabalhador, quer através das cadernetas de contas do barracão, quer no controle das medições da terra a ser plantada e/ou colhida.

A historiografia sobre o tema afirma que Sr. Oscar Beltrão teria, num primeiro momento, aceitado o convite, mas, alertado por outros proprietários sobre o perigo comunista de tal iniciativa, teria renunciado ao cargo e exigido que os trabalhadores imediatamente dissolvessem a *sociedade*. Ao não se submeterem a tal exigência do proprietário é que teve início a luta de resistência.⁷

Em decorrência desse conflito, os trabalhadores de Galiléia partiram em busca de um advogado ou de um político que os defendesse. Depois de inúmeras tentativas, foi sugerido o nome de Francisco Julião – que, nessa época, além de advogado, era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Este aceitaria a causa e, num curto espaço de tempo, transformaria esta luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil.⁸ A partir deste encontro fortuito dos trabalhadores com o deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas (criadas pelo Partido Comunista desde a década de 1940, mas com atuação pouco expressiva, embora bastante vigiadas pela polí-

cia) ganharam uma nova dinâmica. Transformaram-se, segundo grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à “paz agrária” dos latifundiários.⁹

Em relação a todo esse conjunto de discursos e práticas desencadeadas pelos trabalhadores rurais, vale ressaltar as observações de Foucault, ao analisar as características próprias das relações entre acontecimentos e deslocamentos do sentido histórico:

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento, o que ele pode ter de único e agudo; é preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.¹⁰

Francisco Julião e aqueles trabalhadores jamais poderiam imaginar que a luta de um grupo de camponeses nas terras de um engenho de Pernambuco se transformaria em tema da imprensa não só regional, mas nacional e mesmo internacional, e viria a mudar completamente sua vida.

O que, provavelmente, os trabalhadores não devem ter tido conhecimento à época, porém, é que aquele convite ao dono do Engenho para tomar posse do cargo de presidente de honra foi enviado à polícia e esta, imediatamente, designou os investigadores 118 e 190 para realizar diligências. Em outros termos, na lógica patronal, qualquer movimento dos trabalhadores que pudesse revelar algum sinal de mudança no *modus vivendi* de conformismo e submissão se constituía numa ameaça ao que era considerado ordem e paz no campo e, portanto, tratado como caso de polícia.

Esse monitoramento da polícia não se restringiu ao Engenho Galiléia, mas ocorreu de maneira intensa em quase todo o estado, como aparece num documento produzido pela Secretaria de Segurança Pública, no qual estão registrados os nomes dos municípios e de algumas propriedades em que ocorria mobilização e organização dos trabalhadores. Os investigadores que espionavam a atuação das Ligas produziam relatórios periódicos, em que nomeavam aqueles tidos como os principais líderes e suas atividades. Estes documentos, além de expressarem a visão da polícia, que não se distinguiu daquela da maioria dos senhores, guardavam, entretanto, algumas surpresas. É quando, eventualmente, o próprio policial se mostrava “surpreso e indignado” com a prática dos senhores.¹¹

A descrição do conflito em dois engenhos no município de Paudalho¹² – Engenho Pindobal e Engenho Malemba – feita pelo investigador 239, em relatório dirigido ao Comissário-Supervisor em 11 de junho de 1960, constitui-se num documento emblemático da atuação da polícia, mas, ao mesmo tempo, revelador de signos paradoxais.

O comissário 239 narrava em seu relatório quem são os camponeses responsáveis pela agitação em ambos os engenhos. Após nomeá-los, descrevia as duas tentativas frustradas de prender aquele que era considerado o líder-mor, de nome Felício Inácio da Silva, “chefe local da Liga Camponesa”. O insucesso deveu-se, segundo o comissário, “ao grande número de associados que observavam os nossos movimentos e informavam em tempo a Felício para ele fugir”. Afirmava, ainda, que os mentores dos camponeses eram os agitadores comunistas Sancho Magalhães e Manoel Vicente de Luna, com quem aqueles costumavam reunir-se em Paudalho. Em seguida, registrava no relatório que:

Estes dois elementos Sancho e Manoel de Luna são os responsáveis por todas as agitações reinantes nos engenhos do município de Paudalho. Por outro lado existe outra figura que encoraja os camponeses e os incentiva. Trata-se do promotor público da comarca Dr. Paulo Amazonas, elemento reconhecidamente de tendências vermelhas. Os elementos da Liga Camponesa quando voltam de Paudalho costumam ameaçar de morte todo camponês que não é sócio da Liga e ainda não permitindo que os mesmos plantem qualquer lavoura.¹³

Essas e outras informações relatadas pelo investigador 239 constituiriam a rede de observação, controle e repressão produzida pela polícia. O documento revelava a preocupação em identificar pessoas, nomeá-las e, de forma genérica, estabelecer um padrão de conduta que homogeneizava todos que eram considerados uma ameaça – ou, apenas, suspeitos. Dessa forma, o relatório em foco trilhou os caminhos padronizados pelo que foi instituído pela polícia a ser observado e identificado como fator gerador de ruptura da ordem no meio rural ou mesmo aqueles discursos e práticas que eram tidos como potencialmente perigosos. Ou seja, tudo que parecia significar uma atitude ou um movimento de resistência às práticas dominantes de exploração era considerado quebra da ordem.

Note-se, contudo, que na parte final (e, portanto, conclusiva) deste mesmo relatório, o investigador 239 descreveria uma série de observações que se apresentavam inteiramente paradoxais, tomando-se a ótica policial como referência. Este parece ter se deslocado do seu campo de observação e assimilado os referenciais do discurso das Ligas. No entanto, jamais poderia admitir esta influência – antes, precisava mostrar a seu superior a origem insuspeita de suas observações. Assim, informava que a denúncia acerca das práticas desonestas dos senhores, que passava a descrever, resultou do “contato com os camponeses” e “apuração dos fatos”. O comentário acerca da fonte das informações/denúncias

contra os senhores tinha o intento de produzir a idéia de que estas foram construídas de maneira neutra e objetiva e, por extensão, sem qualquer relação com o discurso produzido pelas Ligas. Relatava, então, o investigador:

Quando ao engenho Malemba o encontramos totalmente em greve. Neste engenho o chefe da Liga é o camponês Odom Barboza, mas as reuniões eram feitas no engenho Pindobal, na residência de Felício Inácio da Silva. Entretanto ao meu ver não era apenas a Liga Camponesa que estava agindo. *Neste engenho, havia um fator mais forte. Entrei em contato com os camponeses e apurei a realidade dos fatos. Alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por 35 cruzeiros diários e comprar no barracão um quilo de charque por \$180 cruzeiros. Em vista disso procuravam o engenho Crusahy ou outros onde pudessem ganhar um salário condigno; este caso fizemos ver a proprietária Dona Ester do engenho, que nos prometeu estudar o caso. Sucede um caso. Na maioria dos engenhos que não convém citar aqui o trabalhador costuma tirar uma conta de 10 X 10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 centímetros perfazendo 441 metros quadrados. Mais na maioria dos engenhos campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto. Neste caso, está o engenho Malemba e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 metros e 30 centímetros, isto é 20 centímetros a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10 X 10 não perfazia 441 metros e sim 529 metros quadrados, isto é 88 metros a mais no serviço do camponês. Neste caso alegaram os camponeses de Malemba que passam um dia e meio para ganhar 35 cruzeiros. Ora, com esta diária alegavam os camponeses não trabalhavam, e então procuravam trabalho em outros engenhos. Deste modo ficava o engenho Malemba completamente parado, não por agitação da Liga Camponesa, mas sim, pela falta de honestidade de seu proprietário. Para provar este caso basta citar que a proprietária do engenho resolveu pagar a conta 10 X 10 a 100 cruzeiros e dos 60 moradores do engenho mais de 50 voltaram ao trabalho.*¹⁴

O comissário, ao afirmar que havia um fator mais forte que o das Ligas concorrendo para produzir – segundo suas palavras – a situação de agitação no Engenho Malemba, nomeou os proprietários *desonestos*. O trabalhador era alvo de roubo por parte do proprietário, que fazia uso de uma vara que não obedecia aos padrões oficialmente definidos para medir a terra cultivada e nem pagava o salário justo. Para comprovar que estava com a razão, informava que a proprietária, ao passar a utilizar a vara do tamanho correto e aumentar o valor do salário, teve a situação de greve no Engenho praticamente normalizada. Esse documento aponta, de alguma forma, como o discurso das Ligas, desnaturalizando aquelas estratégias “desonestas” de exploração praticadas havia décadas pelos proprietários, acabou por influir na maneira de alguns policiais perceberem e compreenderem os conflitos nos engenhos. A própria polícia agiu como negociadora, resultando daí um efeito prático imediato: levou a proprietária a alterar, ao menos momentaneamente, seus procedimentos.

Relatos como o do investigador 239, apontando a desonestidade dos proprietários, no entanto, permaneciam confidenciais. Mesmo quando algum setor da sociedade apresentava alguma crítica às condições de trabalho no meio rural, imediatamente esta era identificada como produzida pelas Ligas, pelos comunistas ou por pessoas atuando em defesa do interesse destes e, portanto, qualificadas como não merecedoras de crédito.

Podemos, então, compreender que as lutas dos trabalhadores por condições elementares de cidadania, ao serem associadas (através do discurso patronal, da imprensa e de órgãos do Estado) a uma tática e uma estratégia comunista, passavam, na ótica oficial, do campo legal e constitucional para o território da ilegalidade e, assim, ofereciam aos senhores os meios para recorrer à proteção policial e, também, fazer uso da violência privada sempre que se sentissem ameaçados.

O Nordeste é notícia

O período 1955-1964, que compreende desde a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar, tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. Seleccionamos algumas matérias acerca do Nordeste para analisarmos como a imprensa descreveu e, por extensão, construiu um conjunto de significados sobre a luta dos trabalhadores rurais pela cidadania. Destacaremos os textos escritos por dois jornalistas que visitaram a região, realizando contatos e entrevistas com camponeses e políticos. O primeiro é Antonio Callado, que fez duas séries de reportagens para um jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, resultantes de duas visitas: a primeira publicada entre 10 e 23 de setembro de 1959, e a segunda, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano.¹⁵ O outro é o jornalista americano Tad Szulc, que realizou uma reportagem para o jornal *The New York Times*, da cidade de Nova York, publicada em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960.

Antonio Callado viajou ao Nordeste a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno) e visitou os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. À época, estava em discussão na Câmara Federal uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontrava resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca eram dos mais graves. Na série de reportagens que realizou, Callado denunciava a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformavam os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denunciou, também, como os açudes construídos com verbas públicas para beneficiar toda uma população rural aca-

bavam atendendo a uns poucos latifundiários. Em seguida, ao visitar Pernambuco, relatou a luta dos moradores de Galiléia. Fez um breve histórico da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP)¹⁶ e de como os moradores estavam mobilizados, na expectativa do desfecho de um pedido de desapropriação do Engenho encaminhado ao governo do estado e que tramitava havia dois anos na Assembléia Legislativa.¹⁷

Toda essa série de reportagens de Callado decorreu de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que procurava, estrategicamente, obter o apoio do jornal *Correio da Manhã* aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, proposto por Celso Furtado e que resultaria na fundação da Sudene.¹⁸

As reportagens escritas por Callado descreviam e produziam um Nordeste em que muitos se reconheciam, e outros não. Instituíam, por extensão, um campo de luta, pois a cada criação estavam associados conceitos, imagens, princípios políticos, análises do presente e perspectivas de ação e mudanças que se confrontavam com outras matérias jornalísticas. Ao mesmo tempo, acontecimentos vários em tempos simultâneos possibilitam estabelecer associações que projetam e ampliam as possibilidades de compreensão do passado. As forças que se digladiam nesse momento apontam para

(...) um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, por verdade não “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.¹⁹

A mobilização dos camponeses de Galiléia tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e a ruptura da *pax agrária*. Após a criação da SAPPP, em 1954, e sua regulamentação, no ano seguinte, o movimento de trabalhadores rurais assistiu a uma constante campanha de acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade na quase totalidade da grande imprensa e nos meios políticos. Por parte do governo do estado, o canal de negociação era bastante reduzido. Apesar de toda esta campanha, as delegacias das Ligas se expandiam em Pernambuco e em 1959 estas já eram em número de 25.²⁰ As mobilizações públicas de cam-

poneses eram uma constante. No 1º de maio de 1956, Francisco Julião mobilizou 600 camponeses para participar das comemorações em Recife. Em 1958, 3.000 participam do Primeiro Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores. Estes últimos, aliás, caminharam até a Assembléia Legislativa, que dedicou uma sessão à questão da Reforma Agrária.²¹

Um incidente com a polícia no final de 1956 possibilita-nos reconstruir um fragmento da resistência a qualquer mudança no meio rural e, por outro lado, revela o apoio oficial a práticas que violavam o Estado de direito. Realizava Julião mais uma reunião com os moradores de Galiléia, num sábado à tarde, quando o capitão da polícia militar estadual o prendeu e cortou a linha telefônica entre Vitória de Santo Antão e Recife, impedindo que os camponeses comunicassem o fato a algum membro do Conselho Regional das Ligas na Capital. Mesmo sendo deputado estadual e, portanto, dispondo de imunidade contra processos legais, Julião foi levado preso a Recife e entregue ao coronel do Exército que atendia como ajudante-de-ordens do então governador Cordeiro de Farias. O coronel se disse indignado com a atitude do capitão e Julião foi libertado imediatamente. Na sessão da Assembléia, o deputado relatou da tribuna o ocorrido e de pronto angariou o apoio dos seus pares. Na semana seguinte, retornou a Galiléia na companhia de mais dois deputados, mas, mesmo nessas circunstâncias, foram cercados por pistoleiros contratados pelo proprietário. Após muita negociação, o impasse foi solucionado, mas revelou o clima de grande tensão na área.²²

Além desses embates cotidianos, há de considerar as disputas políticas mais gerais que ocorriam no estado. Em 1958, durante as eleições estaduais em Pernambuco, formou-se uma frente das oposições, que ficou conhecida como *Frente do Recife*. Partidos legalmente constituídos (PSB, PTB, PST e UDN) formalizaram um programa e lançaram a candidatura de um usineiro, Cid Sampaio, após romper com as diversas resistências entre as esquerdas, sobretudo do Partido Comunista, que tinha muita força política, mas não aparecia legalmente. A eleição do udenista para o governo do estado em final de 1958 sinalizava uma ruptura da hegemonia (desde 1930) do PSD, além de apontar um avanço dos setores comprometidos com as lutas sociais e populares.²³

Nesse cenário político, as reportagens de Antonio Callado, publicadas no *Correio da Manhã*, obtiveram uma grande repercussão nacional. Foram transcritas nos Anais da Câmara Federal e nos Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco, como tema de diversos discursos favoráveis e contrários. Outros órgãos de imprensa também se manifestaram sobre as reportagens, alternando elogios ou ataques ao Nordeste de Callado. Rapidamente, a indústria da seca, a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galiléia transformaram-se em temas centrais do debate nacional.²⁴

Em novembro de 1959, ao retornar a Pernambuco, Callado testemunhou mais uma violência contra os moradores do Engenho Galiléia. Estes decidiram fazer, na data cívica de 15 de novembro, uma manifestação de solidariedade ao prefeito da cidade de Vitória de Santo Antão, o Sr. José Ferrer, que haviam ajudado a eleger. Mas, para surpresa de todos, foram impedidos, a cano de fuzil, conforme relatou o jornalista em matéria para o *Correio da Manhã*. Alguns dias após o incidente, o juiz de Vitória de Santo Antão, que havia quatro anos detinha em suas mãos o processo de despejo movido pelo proprietário, decidiu favoravelmente à desocupação das terras de Galiléia por todos os moradores que se encontravam em débito. Relatou o jornalista que a alternativa que existia para evitar um conflito de conseqüências imprevisíveis seria o projeto de desapropriação, que caminhava de forma vagarosa na Assembléia Legislativa, ser colocado em pauta e aprovado.²⁵

As duas matérias registrando esses acontecimentos, publicadas pelo *Correio da Manhã* nos dias 29 de novembro e 2 de dezembro, produziram uma reação do proprietário. Este, através do seu advogado, acionou o jornalista Antonio Callado e o deputado Francisco Julião como incursos na Lei de Segurança Nacional. O argumento era o de que estariam incitando os foreiros do Engenho a não cumprirem o mandato de despejo decretado pela Justiça de Vitória de Santo Antão.²⁶ Ao divulgar amplamente o fato, a imprensa provocou indignação em parcela significativa da Câmara Federal e mais de cem parlamentares federais assinaram uma moção de apoio a Callado.²⁷ A ação contra o jornalista e o deputado deixou de ser tema estadual ou regional e tornou-se nacional. Em última instância, estava em debate a reforma agrária e a necessidade de institucionalização de outras relações sociais no meio rural.

Desde a posse do governador eleito pela *Frente do Recife*, as Ligas Camponesas ampliaram sua mobilização, acreditando que um governo constituído com representantes da esquerda apressaria o processo de desapropriação das terras. “Em 1958, num período de três meses, as Ligas organizaram 80 atos públicos no Recife.”²⁸ No entanto, foi a publicação do despacho do juiz de Vitória de Santo Antão – que autorizava o cumprimento do mandato de desocupação das terras do Engenho pelos moradores com o pagamento do foro em atraso –, em novembro de 1959, que concorreu para o acirramento do confronto entre a SAPP e o proprietário do Engenho. Na assembléia, o projeto de desapropriação de Galiléia foi reapresentado, à medida que concentrações de trabalhadores na frente da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo aumentavam a pressão política. Editoriais e artigos na imprensa, em sua maioria, criticavam a possível desapropriação como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. O desfecho era imprevisível. Julião, em declaração ao *Diário de Pernambuco* em 30 de outubro do

ano em curso, prognosticava: “As Ligas concentrarão todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores de Galiléia”.²⁹

O governo cedeu à pressão dos trabalhadores e a desapropriação foi assinada. A repercussão na imprensa de outros estados foi imediata, e prevaleceu um tom de crítica e censura ao ato do governo. Em 18 de fevereiro de 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirmava, em editorial:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponezas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.

O jornal apresentava o que poderia ser considerada a reação de uma parcela de setores econômicos e políticos dominantes à desapropriação. Para estes, era como se estivessem perdendo a batalha para os trabalhadores rurais e as esquerdas que os apoiavam. E ainda apresentava-se a agravante de que esta medida era tomada por um governador da UDN, embora tivesse sido eleito por uma frente em que as esquerdas tiveram um papel preponderante. No bojo desta acirrada disputa, após intensa negociação, o governo federal, apesar da reação de uma parcela significativa de parlamentares do Nordeste, conseguiu aprovar a criação da Sudene. Esta validação contou com mobilizações populares em Recife e Fortaleza, pois a Sudene aparecia como um esforço no sentido de industrializar o Nordeste e concorrer para mudanças nas arcaicas relações sociais e políticas da região.³⁰

Pode-se avaliar que havia – por parte do governo de Juscelino Kubitschek, de uma parcela da imprensa, da opinião pública, da Igreja Católica, das associações rurais e sindicatos urbanos – um movimento em direção à mudança do *status quo* do Nordeste. Mas nesses mesmos setores manifestavam-se fortes resistências, que se articulavam em uma ampla rede. Estava em palco, de uma forma como talvez nunca se observara antes, uma disputa entre a mudança e a permanência. As reportagens de Callado produziram um efeito *de verdade* sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja Católica. Dom Hélder procurou Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste, e garantiu-lhe todo apoio, como também abraçou o projeto de criação da Sudene.³¹ O Nordeste precisava modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizavam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-

se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projetou a Operação Nordeste e aprovou a Sudene. Mas, para muitos que combatiam qualquer mudança, todas estas propostas eram indicativas de iniciativas comunistas.

O governo caminhava entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras, reproduziam práticas patriarcais em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturavam a relações de exploração (que se manifestavam através do cambão, do foro, do pulo da vara, do barracão) e apareciam como naturais. O morador submetido ao regime “de condição”, como era conhecido, tinha obrigação de prestar dois ou três dias de trabalho por semana ao engenho ou fazenda. Já o foreiro que arrendava um lote de terra tinha de conceder 10 a 20 dias de trabalho gratuito por ano ao proprietário, podendo, entretanto, enviar uma terceira pessoa para substituí-lo; este sistema era conhecido por “cambão”. O “pulo da vara” era uma expressão muito comum na zona canavieira: o administrador, ao medir com uma vara a extensão da terra trabalhada, comumente saltava um ou dois passos em relação à marca anterior. Assim, um trabalhador que havia cortado, plantado ou preparado uma terra de oito quadras (esta era a medida) era pago como havendo trabalhado seis. A grande maioria dos engenhos de açúcar tinha, também, seu barracão, em que eram vendidos produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores recebiam o pagamento (no todo ou em parte) em vales para comprar no barracão. Havia, ainda, as cadernetas do barracão, em que eram anotadas suas compras durante o mês, que eles, entretanto, por serem analfabetos, tinham poucas condições de controlar.

Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgiam contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas e mobilizações, toda essa situação em que vivia a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento desta mobilização, a aprovação da desapropriação de Galiléia, teve um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. Apesar da dificuldade em computar o número de associados às Ligas, Fernando Azevedo afirma que, em 1961, estes chegaram a dez mil, distribuídos entre as 40 delegacias existentes.³²

As Ligas Camponesas, por intermédio das redes criadas com a participação ativa do deputado socialista Francisco Julião e de aliados diversos como Antonio Callado, transformaram a luta dos trabalhadores rurais em tema nacional. Com a vitória da Revolução em Cuba, a partir de 1959, Julião e alguns setores em que este se apoiava começaram a construir uma forte identidade com aquele país. Nessa construção, o exemplo da China era, também, incorporado. O caminho revolucionário trilhado por esses dois países, predominantemente agrários, transformou-se em exemplo de futuro para o Brasil no discurs-

so de Julião e de alguns segmentos da esquerda. Para os setores defensores do *status quo*, tais discursos, ao propugnarem a revolução, passaram a justificar a ruptura da ordem constitucional.

Foi nesse quadro de acirrado confronto político, social, econômico e cultural que o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, viajou ao Nordeste. Embora não existam informações sobre a forma de envolvimento do Departamento de Estado dos Estados Unidos com esta viagem, é possível que a reportagem tivesse objetivos que iam além de informar a opinião pública daquele país acerca das lutas sociais no campo, no Nordeste do Brasil. Esta reportagem nos faz pensar na história do presente, e somos levados a comparar o movimento das Ligas com a luta dos trabalhadores rurais, hoje, através do Movimento dos Sem-Terra (MST). Embora sejam realizadas mobilizações nacionais e ocupações simultâneas em diversas fazendas, nas diferentes regiões do Brasil, nem mesmo assim o MST é considerado uma ameaça à governabilidade do país e à paz no continente, como era apresentado o movimento rural em 1960, na reportagem de Szulc. Somos, então, obrigados a perguntar: o que fazia com que aquele jornalista construísse um Nordeste incendiário?

Dois fatores interligados – a guerra fria e a Revolução em Cuba – de certa maneira concorriam para produzir a percepção, a compreensão e a representação que Szulc então descrevia e informava ao *The New York Times*. Um jornalista sem militância nas lides da esquerda reproduzia o anticomunismo dominante nos Estados Unidos. O mundo que se construiu após 1947, dividido entre os blocos comunista e capitalista, não deixava alternativa a uma via autônoma, como também pensava Juscelino e seu projeto Operação Pan Americana, em que o Brasil assumiria uma posição de liderança na América Latina e, ao mesmo tempo, de independência em face dos dois blocos.³³ Jânio Quadros e João Goulart também procuraram manter uma política de não-alinhamento automático a nenhum dos dois lados.³⁴ Por parte do governo dos Estados Unidos, havia um grande temor de que o continente latino-americano tendesse para o comunismo e se tornasse alvo do controle soviético. Nesse aspecto, a posição do Brasil era objeto de críticas do governo norte-americano. Além disso, a Revolução Cubana oferecia uma nova representação histórica, ou seja, na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados (com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais) havia sido capaz de fazer uma revolução e tomar o poder. Em outros termos, a imprevisibilidade histórica passava a ter uma influência significativa nas representações construídas, propiciando a produção de um grande medo da força e do poder do comunismo.

Foi, de certa forma, ocupando esse lugar, tomado por esse espírito, que o autor da reportagem acerca do Nordeste e da ação das Ligas Camponesas para o jornal *The New*

York Times pautou seu trabalho. O título da sua reportagem, publicada na primeira página, sentenciava: *Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta*.³⁵ A construção da matéria não deve ter deixado dúvidas ao leitor americano de que uma revolução comunista iminente estava para ser desencadeada no Brasil. Para cimentar sua representação, intermediava suas conclusões com declarações de líderes das Ligas Camponesas; transcrevia alguns trechos de discursos pronunciados em uma assembleia das Ligas, no interior de Pernambuco, em que o orador teria afirmado:

Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas, se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue.³⁶

Ao ler esse pequeno extrato do que teria sido o discurso de um líder das Ligas, o leitor, possivelmente, terá imaginado que a revolução armada estava a caminho e que ela teria como alvo os grandes proprietários do Brasil e os interesses dos Estados Unidos na região. O *efeito de verdade* do enunciado era construído ao apresentá-lo não como interpretação ou comentário jornalístico, mas como expressão direta da fala de um líder camponês. Para reforçar seu argumento, associava declarações de políticos e intelectuais, para quem, se algo não fosse feito em termos de mudanças econômicas e da estrutura social, uma revolução de proporções incontroláveis seria inevitável em poucos anos. Informava ainda Szulc ao leitor que a força do comunismo na região devia-se, sobretudo, ao nível de pobreza, que a tornava vulnerável à pregação revolucionária. O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil teria outras implicações para os Estados Unidos, além da questão da disputa pela hegemonia no continente, haja vista que esta é uma região fundamental para as estações de apoio aos mísseis intercontinentais e para o lançamento de foguetes do Cabo Canaveral – logo, haveria também implicações de estratégia de defesa militar.³⁷

Todo esse discurso, produzido a partir da representação de um Nordeste revolucionário e comunista, estava articulado às alocações e às práticas de diversos setores da sociedade no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Szulc reforçava os laços entre os interesses dos Estados Unidos e os de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revelava como muitos políticos e intelectuais, entre outros grupos, encontravam-se apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente, se nenhuma medida fosse tomada.

A luta dos trabalhadores por direito à cidadania era transformada, por grande parte da imprensa e por diversas instituições da sociedade civil, em um grande medo, em um grande perigo que ameaçava a todos. Assim, de forma gradativa, eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional.

Igreja e imperialismo

Na escrita deste texto, o leitor já deve ter percebido que trabalhamos com a idéia de história como combate, ou seja, como uma construção alvo de controvérsias, oposições, divergências. Logo, das fontes documentais não emana um passado com um significado evidente e objetivo de que os contemporâneos se apropriam.

Nesse sentido, partimos de uma visão de história construída a partir da perspectiva de uma determinada historiografia, e tendo-a como interface das nossas pesquisas, com o que elaboramos nossas questões. Como já assinalamos, a pesquisa sobre os movimentos sociais rurais no Nordeste do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960,³⁸ oferece grandes linhas de entendimento para as lutas sociais naquele período, tanto no contexto mundial (em face da guerra fria) como em âmbito nacional, em que diversas forças políticas e sociais se digladiavam. Poder-se-ia considerar um procedimento coerente com a análise e a operação historiográfica de Certeau estabelecer deslocamentos analíticos construindo outros campos de significado históricos acerca dessas verdades historiográficas. Ao mesmo tempo, surpreende, quando alteramos o nível da abordagem macro e mergulhamos no campo dos relatos orais de memória. Embora as narrativas de memória adquiram os mais diversos matizes, em razão tanto das perguntas formuladas, ou mesmo da postura do entrevistador, como também do entrevistado,³⁹ muitas vezes estes relatos descortinam um novo campo de informações históricas. Experiências, relações, disputas, estratégias cotidianas algumas vezes ocorre não serem registradas em outros tipos de fontes. Nesse sentido, muitos depoimentos concorrem para um tratamento micro-histórico, na medida em que

(...) a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial.⁴⁰

Assim, entendemos que o relato oral de memória não contempla ou atende por si a nenhum patamar especial de conhecimento, mas que, ao oferecer algumas (ou muitas) vezes dimensões e aspectos relativos a microacontecimentos, possibilita modificar a trama, o enfoque. Está, contudo, novamente a exigir do historiador um deslocamento analítico, pois nenhum documento, mesmo inusitado, advindo algumas vezes do relato oral, substituirá o fazer do historiador, a operação historiográfica.

Os padres que migraram da Europa para o Brasil no período em estudo vinham como missionários. Atendiam a um apelo da Encíclica *Fidei Domun* e, nesse sentido, estavam conscientes da importância da sua missão no sentido de barrar o avanço do comunismo, principalmente no Nordeste do Brasil, onde as Ligas Camponesas (desde 1955) transformaram-se numa grande ameaça à hegemonia católica. Isto porque o discurso das Ligas não apontava a *religião como ópio do povo*, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres. Uma cartilha produzida na época pelas Ligas ilustra essa crítica:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...” Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: “É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus”. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo, camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus.⁴¹

O texto da Cartilha, possivelmente lido em voz alta nas rodas de camponeses (em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste, bem como do grande número de analfabetos), deve ter causado um forte impacto entre muitos trabalhadores rurais. Talvez nunca tivessem ouvido, ou lido, uma crítica tão direta ao discurso e às práticas dos proprietários e dos padres e pastores.

Nesse sentido, podemos imaginar a ameaça que as Ligas se tornaram para as lideranças católicas, que talvez viesse a se repetir, em plena metade do século XX, aquilo que, *mutatis mutandis*, ocorreria na Europa, na visão de Pio XI, quando afirmou que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja.⁴² No Nordeste do Brasil, poder-se-ia pensar, iniciava-se o movimento de perda dos trabalhadores rurais.

Era nesse cenário de disputa, de luta pelo poder de controlar os movimentos sociais rurais que os religiosos podiam ser considerados por setores das classes dominantes tão importantes quanto a colaboração dos Estados Unidos. Mesmo em 1968, quando a relação entre o clero e o regime militar já havia sido alvo de diversos enfrentamentos, padre Jaime le Boyer registrava em sua história de vida:

O governo militar havia feito um acordo com a Igreja, e os padres de *Fidei Domun* já vinham com este tipo de visto da Holanda. Naquele tempo já era difícil obter o visto permanente, mas como estratégia dos militares, para manter um bom relacionamento com a Igreja, eles concediam aos religiosos. Tenho esse visto até hoje.⁴³

Garantir um bom relacionamento com a Igreja era compreender, entre outros aspectos, o papel formador da religião. Como observa Bourdieu:

(...) a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.⁴⁴

Eram, no entanto, seus discursos e suas práticas nesse papel formador da religião que a Igreja Católica no Brasil estava sendo desafiada a repensar. As Ligas estavam a pontuar que o discurso tradicional da Igreja era contra o povo trabalhador e, sobretudo, não representava o pensamento e a ação de Jesus – este, sim, um permanente aliado do povo pobre e humilde, como Fidel Castro, Mao Tse Tung e Francisco Julião. Estavam, então, lançados os elementos para construção de uma outra percepção, uma outra sensibilidade e um outro pensamento acerca do universo social, estabelecendo-se um novo pacto entre o sagrado e as relações sociais. Ou seja, o trabalhador rural tinha possibilidade de aprender a ler o mundo ao seu redor de uma maneira diferenciada, com significados distintos do que ouvira e praticara em grande parte da sua vida.

Ao mesmo tempo, os padres que chegavam para ajudar nessa missão contra o comunismo, contra as Ligas, eram lançados no mundo rural sem nenhum processo prévio de adaptação. Não dominavam ainda a língua e desconheciam inteiramente os valores e as

práticas culturais. Vinham carregados da visão imperialista que a Europa construía sobre este lado do mundo. O padre holandês Lambertus Bogaard lembra o desembarque em Recife em 1958: “A idéia que nós tínhamos na Holanda era que o Brasil era um país inteiramente atrasado. Quando desembarquei em Recife fiquei surpreso com todos aqueles prédios. Pensava que ia encontrar especialmente índios e negros pobres, atrasados, mas foi exatamente o contrário.”⁴⁵

A postura, a visão que esse exército de religiosos trazia e praticava era idêntica à do colonizador imperialista, que acreditava no caráter salvacionista do projeto civilizador. Afinal, para a Europa, o domínio sobre as colônias, principalmente na África, ainda era muito presente no período em estudo. Muitos governos continuavam mantendo seu Ministério das Colônias. Logo, essa visão civilizatória, associada ao projeto imperialista e muito presente na cultura européia, era parte da bagagem cultural desses religiosos. O próprio padre Lambertus faria uma certa crítica à sua postura inicial, quando da chegada ao Brasil:

Nossa filosofia era de ajudar no desenvolvimento do País; nos sentíamos também responsáveis, logo pensávamos que tínhamos que fazer as coisas por outros caminhos. Não adiantava fazer as mesmas coisas. Então isso criou problemas. Isso aliás acontece com todos, padres ou leigos, que vêm de fora para ajudar o Brasil. Eles pensam que só eles mesmos têm as respostas e podem impor suas idéias.⁴⁶

A força do discurso religioso, que informava a visão de mundo, os comportamentos e as práticas sociais, vinha carregada de signos civilizatórios que desqualificavam a cultura nacional. Como o próprio Lambertus confessa, todos chegavam com essa visão, mas poucos percebiam o significado dessa postura. Poder-se-ia, então, operando um movimento de deslocamento analítico sobre o relato de história de vida em foco, pensar numa lógica religiosa imperialista. Em outros termos, podemos buscar um novo diálogo inspirador, desta vez com um teórico da cultura e do imperialismo, Edward Said. Suas reflexões, embora estejam construídas a partir das narrativas dos romances produzidos nos países imperialistas entre o final do século XIX e início do XX, possibilitam, de certa forma, estabelecer algumas conexões analíticas com nossa temática. Afirma ele:

O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa... O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.⁴⁷

No caso das Ligas, também encontramos narrativas curtas, de caráter pedagógico, que passavam a demarcar um contradiscurso em relação às representações dominantes de manutenção das estruturas latifundiárias e de suas práticas de exploração do trabalho. Julião se inspiraria nos poetas populares para produzir diversos textos, como *Guia, ABC, Recado, Cartilha do Camponês*. Em uma linguagem simples e direta, como se estivesse conversando com o camponês, elaborava, de forma pedagógica, todo um discurso de mudança e transformação. Os valores da união e da solidariedade camponesa, associados a uma releitura do cristianismo, constituem-se nos pilares deste discurso de mobilização e luta.

Os padres que migraram para o Brasil nesse período vieram em nome de uma cruzada, em defesa dos valores ocidentais cristãos, e seu discurso civilizador, a sua visão de mundo estavam marcados por uma formação imperialista. Mesmo que não estivessem imediatamente a serviço de empresas e projetos econômicos imperialistas, os valores e as práticas com os quais estabeleciam e fundavam suas relações com os diversos segmentos da sociedade, principalmente no meio rural, foram estruturados a partir de uma educação, de uma formação, de uma história e visão de mundo imperialistas. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que aqueles que os recebiam também aprenderam a admirar, a respeitar, a submeter-se aos que vinham de fora, de um outro país. Essa forma de recepção não impedia práticas de trampolinagem,⁴⁸ como observa Certeau, embora estas raramente chegassem a questionar de maneira radical o discurso desses religiosos. Como afirma Saïd, da mesma maneira que Conrad, em seu romance *Heart of darkness*, criticava a crueldade e as injustiças resultantes do imperialismo europeu, mas era incapaz de pensar uma ruptura radical daquele mundo africano com o imperialismo.⁴⁹

Se esta é, entretanto, uma leitura possível do discurso e da prática desses religiosos, um outro relato nos surpreende, pelo que projeta como complexidade das relações sociais. Xavier Maupeou é um padre francês que narra uma história de vida bastante incommon, pois, ao concluir seus estudos secundários na França, entrou para a Escola dos Oficiais da Reserva da Cavalaria, da qual saiu como aspirante. Em seguida, foi mandado para a fronteira da Argélia com a Tunísia, sendo, posteriormente, transferido para a frente de batalha da guerra da Argélia, até ser ferido gravemente e enviado a um hospital em Paris. Ao recuperar-se deixou o Exército e ingressou no seminário. Após cinco anos, ordenou-se padre e, atendendo ao espírito da Encíclica *Fidei Domun*, decidiu aceitar o convite para trabalhar como missionário no Brasil. Em razão de contatos anteriores, viajou para o Nordeste, mais especificamente à cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Uma das práticas comuns, em face do reduzido número de padres nessa região, era a chamada “desobriga”, ou seja, as visitas pastorais que poderiam durar alguns dias, em que eram realizadas dezenas de casamentos, batismos, crismas e, também, ouvida a confissão e rezada a missa. Após o cumprimento de todas as obrigações religiosas, tinha início uma festa, com bastante comida e bebida.

Relembra, então, Xavier que teve problemas na viagem para uma desobriga na cidade de Santo Amaro, no interior do Maranhão, e acabou chegando com muito atraso. O povo, cansado de esperar, fez a festa antes de cumprir as obrigações religiosas. Ao chegar, encontrou as pessoas com ressaca em razão da bebida. Mas, mesmo nestas condições, teve início a reunião de reflexão bíblica. Relata ele:

Chegou então uma hora, em que não me controlei e disse: “Se ninguém falar, eu nunca mais piso aqui...” Não devia ter dito isso. Um velho disse ao filho dele: “Fala”. O rapaz pegou a Bíblia para tentar ler, e a colocou de cabeça para baixo. Eu não me controlei: “Burro, tu não sabes nem pegar na Bíblia direito”. Ele me respondeu: “Burro hoje, o senhor vai ver daqui a três meses”. Continuamos a reunião, apesar da falta de ambiente de fraternidade.

Passados alguns meses, José Martins, o trabalhador que padre Xavier havia chamado de burro, foi à sua casa:

Ele entrou, almoçamos, não tocamos no problema que havia ocorrido... Quando acabamos, ele disse: “O senhor se lembra...” Eu disse: “Me lembro e peço perdão”. Ele então retrucou: “Não se trata disso. Vim marcar uma data para a próxima desobriga”. Quando voltei lá novamente para a desobriga, assisti uma coisa prodigiosa. Prepararam uma verdadeira festa. Enfeitaram tudo, os meninos cantando, e houve então uma pregação desse homem – José Martins – fabulosa.⁵⁰

Este relato nos faz pensar o quanto a atitude de reprovação e cobrança do religioso operou como um enfrentamento para o próprio grupo se superar. No entanto, desafio maior ocorreu alguns meses depois. Relata Xavier:

Poucos meses depois dessa desobriga, teve início o problema da terra nessa comunidade. O “proprietário”, entre aspas, pois não são proprietários, mas ladrões, porque nesse tempo já roubavam as terras, foi falar com o delegado e pedir a este providências para expulsar dois moradores das suas terras. Como era costume, o delegado enviou um bilhetinho aos moradores dizendo: “Venham falar comigo na delegacia”. Nessas situações, normalmente o trabalhador vinha, e o delegado comunicava que tinha duas horas para sair da terra. Mas dessa vez foi diferente. Eles receberam o bilhete do delegado e leram como liam a Bíblia. Leram, discutiram e decidiram que não iriam apenas os dois, mas toda a comunidade. Na hora marcada estavam em frente da casa paroquial, pois a delegacia era vizinha.

Eu não estava sabendo de nada. Quando vi chegar esse povo todo, fui saber do que se tratava. Eles então me explicaram. Eu pensei: “Nossa Senhora de Fátima, vai começar a confusão”. Nós nunca tínhamos em nossas reuniões tratado explicitamente de assunto de terra, mas de toda a vida.

Teve então início dentro da delegacia a reunião com o delegado. Ele exigiu a presença apenas dos dois. O restante esperasse na rua. Houve um diálogo fantástico com o delegado: “Vocês vão sair da terra”. Eles então interrogaram: “Mas senhor delegado, com todo respeito, por quê?” Era a primeira vez na história do município de Urbano Santos que um lavrador dialogava com uma autoridade, e não apenas ouvia calado e respondia “sim, senhor”. Poderia dizer que essa é uma caminhada própria do processo de formação de uma Comunidade Eclesial de Base.

Após esse incidente, começou um “zunzunzum” na elite da cidade. Passaram a dizer: “Isso é comunismo e são os padres”. A partir de então, passamos a ser acusados de pregar Mao Tse Tung e essas coisas de subversão. Quando, de fato, era apenas uma caminhada típica de um padre normal, que queria ensinar o Catecismo e a palavra de Deus. Nunca tínhamos falado de política ou de partido. No entanto, a partir da reflexão e da leitura sobre a palavra de Deus e o Catecismo, foram desfeitas certas relações de poder. Basicamente, fruto do diálogo com o povo.⁵¹

O relato de Dom Xavier privilegia a prática religiosa, colocando-a no centro da mudança da postura política ou mais propriamente da construção da cidadania. Provavelmente, outros fatores devem ter concorrido, além da prática religiosa, para que esse grupo rompesse com o medo e enfrentasse os desafios da polícia. Entretanto, mesmo considerando-se que esse é o registro produzido por Dom Xavier, e que o relato dos trabalhadores seria, talvez, inteiramente outro, mudanças culturais significativas devem ter se processado para um religioso de formação européia construir esta compreensão das práticas sociais e políticas.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido através do projeto “Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas (1954-1970)”, realizado com apoio do CNPq.

** Professor do Departamento de História da UFPE.

¹ GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Trad. Manuel Cruz. Lisboa, Estampa, 1974, p. 25.

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, Educ, v. 10, p. 8, 1993.

³ LACLAU, Ernesto. "A política e os limites da modernidade". In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p. 147.

⁴ LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968*. 1985. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 52.

⁵ CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 48.

⁶ ARQUIVO Público Estadual de Pernambuco. Documentação do Dops. Fundo nº 29.709.

⁷ AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

⁸ PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1972, p. 59.

⁹ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, A Assembléia, 2001 (Série Perfil Parlamentar), p. 53.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 28.

¹¹ Pesquisa da documentação do Dops no Arquivo Público Estadual, em Pernambuco, torna possível rastrear como as atividades das Ligas eram vigiadas em todos os municípios e em engenhos e fazendas onde vinham a ser fundadas. A polícia chegou a desenhar um quadro, localizando-as de forma bastante detalhada, além de, muitas vezes, serem escritos relatórios resultantes deste monitoramento.

¹² Paudalho é um município de Pernambuco, localizado numa área de engenhos voltados para a plantação de cana e a olaria. Classificado pelo IBGE como situado na zona da mata norte, dista 45 km de Recife. Segundo a documentação da polícia, desde a década de 1940 havia registros de uma intensa atividade do Partido Comunista no município.

¹³ RELATÓRIO do Investigador nº 239. Documentação do Dops do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Fundo da Secretaria de Segurança Pública nº 29.265.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ Esta série de reportagens foi publicada em livro com o título *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*, já citado neste artigo.

¹⁶ Este é o nome pelo qual a Liga foi registrada pelos camponeses do Engenho Galiléia, da cidade de Vitória de Santo Antão, no interior de Pernambuco, na segunda metade da década de 1950.

¹⁷ CALLADO, *op. cit.*, pp. 5-31.

¹⁸ Ver FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 46.

¹⁹ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 13.

²⁰ Existiam delegacias das Ligas Camponesas nas seguintes cidades: Goiana, Igarapé, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Pau d'Alho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una, Bonito, Cortês, Escada e Cabo. Cf. CALLADO, *op. cit.*, pp. 5-31.

²¹ Id., *ibid.*, p. 49.

²² PAGE, *op. cit.*, p. 64.

²³ SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

²⁴ CALLADO, op. cit., p. 125.

²⁵ Id., ibid., pp. 132-4.

²⁶ Ibid., p. 145.

²⁷ Ibid., p. 156.

²⁸ SANTIAGO, op. cit., p. 72.

²⁹ Apud AZEVEDO, op. cit., p. 69.

³⁰ FURTADO, op. cit., p. 78.

³¹ FURTADO, op. cit., p. 47.

³² AZEVEDO, op. cit., p. 70.

³³ ROGERS, William D. *The twilight struggle: the Alliance for Progress and the politics of development in Latin America*. New York, Random House, 1967, p. 19.

³⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7 ed. Rio de Janeiro/Brasília, Revan/Ed. UnB, 2001, pp. 46-50.

³⁵ *The New York Times*. New York, monday, october 31, 1960.

³⁶ Id., ibid.

³⁷ Id., november 1, 1960.

³⁸ Certeau observa, acerca da relação pesquisa e escrita: “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até à introdução, já organizada pelo dever de terminar”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, p. 4.

³⁹ Diversos historiadores que trabalham com entrevistas, principalmente com pessoas públicas, percebem como estas, muitas vezes, já têm um discurso pronto, acabado, freqüentemente de caráter macro, que nada acrescenta a outras fontes documentais.

⁴⁰ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 20.

⁴¹ JULIÃO, Francisco. *Cartilha do camponês*. Recife, s.e., set. 1960, p. 9.

⁴² ALVES, Márcio Moreira. *O cristo do povo*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968, p. 68.

⁴³ Entrevista com padre Jaime Le Boyer para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1982, pp. 33-4.

⁴⁵ Entrevista com o ex-padre Lambertus Bogaard para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴⁶ Id., ibid.

⁴⁷ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 13.

⁴⁸ “O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza, no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais.” CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 79.

⁴⁹ SAID, op. cit., pp. 62-3.

⁵⁰ Entrevista com o bispo Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁵¹ Id., *ibid.*

ISOTIMIA E ASSINALAÇÃO: CASTELO BRANCO NA LITERATURA DE FOLHETOS*

Marinalva Vilar de Lima**

Paula Cristiane de Lyra Santos***

Resumo

O texto trata da morte de Castelo Branco sob o ponto de vista dos poetas populares. Em uma lista de pelo menos 10 folhetos disponíveis, nós analisamos, principalmente, dois deles, de autoria de Francisco Soares e Expedito Sebastião da Silva. Ao avaliar as obras destes autores, discutimos a morte de Castelo Branco e o golpe de 1964. Apresentamos uma análise que toma os folhetos como veículo de divulgação e os poetas enquanto indivíduos que constroem suas obras na relação com a comunidade potencialmente consumidora. A morte de Castelo Branco é um episódio que nos permite (re)visitar o regime militar iniciado em 1964, tendo no autoritarismo uma das “chaves” para sua compreensão.

Palavras-chave

Literatura de cordel; ditadura militar; morte; política; Castelo Branco.

Abstract

This text concerns about Castelo Branco's death on the viewpoint of popular poets. Among at least 10 texts available in the popular literature we mainly focused our attention on two texts written by José Francisco Soares and Expedito Sebastião da Silva. By analyzing these authors we discuss the Castelo Branco's death and the understanding about the Brazilian dictatorship started in 1964 on the point of view of the popular poets. The popular texts are means of communication between popular poets and the community. The Castelo Branco's death is an episode that allows us to revisit the Brazilian dictatorship started in 1964, where the authoritarianism is the key for its understandig.

Key-words

Popular literature; military dictatorship; death; politics; Castelo Branco.

No dia 18 de julho
o mundo empalideceu
chorou todo vaquemestre
o Oceano gemeu
quando vagou a notícia
CASTELO BRANCO, morreu.

Amanheceu o dia nublado
pescador não foi nos mares
uma ave de Rapina
não piava nos pomares
uma Coruja agoureira
rasgou mortalha nos ares.

As nove horas do dia
o mundo ficou cinzento
as nuvens paralizaram
agitou-se o firmamento
como que renunciando
um grande acontecimento.

(...)

Nove horas, o presidente
voltava de Quixadá
foi visitar uma amiga
daquelas bandas de lá
e voltava prá Fortaleza
capital do Ceará.

(...)

Um jacto das forças armadas
avião muito potente
chocou-se com o teco-teco
que levava o presidente
e nesse choque CASTELO
morreu instantaneamente.

As emissoras de rádio
entraram logo em ação
cada qual que desejava
notícia em primeira mão
saber Tim-tim por Tim-tim
como foi o triste fim
do ex-chefe da nação.

CASTELO BRANCO é um nome
que tem luz e tem calor
é o céu da pátria brilhando
astro de grande esplendor
tinha bom coração
que toda população
tinha lhe respeito e amor.

Nunca um homem de governo
deixou longe a capital
para visitar as cidades
entrando no matagal
esse grande presidente
fez com isso um precedente
num gesto firme e leal.¹

Nas estrofes acima, recortadas do “folheto epitáfio” que José Francisco Soares² dedicou a Castelo Branco, encontra-se apresentado o infortúnio de que foi vítima o mundo ante o acontecimento sucedido à pessoa do ex-presidente.

A estratégia narrativa de estabelecer reações para a natureza procura incutir um maior grau de materialidade ao fato; dialoga com o leitor, também sujeito a ser atingido pela notícia; constrói um ambiente de sentimentalidade experienciada tanto pelos seres animados quanto pelos inanimados. Serve de presságio da tragédia, procurando conduzir o leitor a um lugar de sentimentalidade solidária que vem a aproximá-lo do morto. Castelo Branco, como todos os homens, encontra-se atingido em sua fraqueza: a mortalidade, aspecto a que o poeta recorre para estabelecer uma certa *isotimia*³ diante da morte.

Em outro estudo sobre a forma como a morte, os mortos e o morrer eram representados pelos poetas populares⁴, foi possível visualizar aspectos aproximativos entre as narrativas dedicadas aos mais distintos personagens.

A idéia de uma natureza a sinalizar o acontecimento funéreo perpassa toda a produção de folhetos que tematizam a morte, aqui sintetizada através da denominação “folhetos epitáfios”. Percebemos na metamorfose da natureza um dos elementos a que os poetas recorrem para construir o ambiente da morte, sendo este um dos aspectos a aproximar os “folhetos epitáfios”. Diante de sua morte, os indivíduos pranteados pelos poetas têm na ambientação funesta um dado de isonomia. A idéia pontua as narrativas dos mais distintos protagonistas, independentemente do lugar ocupado na sociedade dos vivos. A natureza anuncia e se enluta pela morte do político, do santo, do homem comum, do cangaceiro, do poeta, dos amantes, dos mortos de maneira geral, que são aproximados em sua mortalidade – estratégia que não retira do poeta a possibilidade de estabelecer a identificação do falecido.

O folheto citado, epitáfio versificado do ex-presidente Castelo Branco, segue uma lógica que, por um lado, apresenta-se em consonância com as narrativas estabelecidas aos mortos no universo da literatura de folhetos, de maneira geral; por outro, enfatiza o lugar ocupado pelo morto enquanto vivo, assinalando-o no falecimento. Desta forma, o poeta estabelece um roteiro que pode ser pensado enquanto constituído de duas partes: uma em que são destacados aspectos que dizem respeito à realidade do indivíduo na morte, apenas enquanto morto, sendo esta a parte em que o poeta apresenta o fato de forma dramática; estabelece a metamorfose da natureza enquanto reação funesta que antecede e caminha paralela ao acontecimento, promove a purificação do falecido, visto que “o morto, nas representações do ‘homo religiosus’, atinge uma dimensão superior em relação àquela em que habitam os vivos. A morte santifica”.⁵ No outro momento, são apresentados aspectos distintivos do morto, não associáveis aos finados de maneira geral, mas àqueles assinalados, em que o poeta constrói o choque e a comoção geral quando a notícia é divulgada pelos meios de comunicação (neste caso específico, o poeta diz ter sido o rádio o veículo propulsor), estabelece as qualidades abonadoras da personagem homenageada, rememora os feitos identificadores do pranteado.

Diferentemente da lógica estabelecida por José Francisco Soares, Expedito Sebastião da Silva⁶, em seu folheto *A lamentável morte do ex-presidente Humberto Castelo Branco*,⁷ constrói uma narrativa em que é o elemento de assinalação do homem público que lhe interessa apresentar, estando no fato de se tratar de um ex-presidente da nação o “pesar sentimental” com que constrói seu “folheto epitáfio”. A Expedito Sebastião interessa prantejar o morto, sendo o lugar ocupado por ele na comunidade dos vivos que movimenta as estrofes de seu folheto. Dessa forma, o esquema narrativo segue a seguinte lógica: inicia noticiando o fato, passa a falar dos feitos e ações do homem público, retorna para descrever como se deu a morte, apresenta o sentimentalismo da população brasileira, que lastima a perda de um “vulto” nacional. Visualizemos algumas estrofes que possibilitam uma melhor percepção do esquema estabelecido no folheto:

Um pesar sentimental
dentro do meu peito tranco
o qual impede os meus lábios
de brotar um riso franco
devido a morte recente
de nosso ex-presidente
Humberto Castelo Branco.
(...)

Então no dia 18
de julho, ele chegou
no aeroporto do Rio
e um avião tomou
sem esperar embarço
pela via do espaço
para o Ceará rumou.
(...)
O avião que trazia
o nosso ex-presidente
numa asa do a jato
colidiu sinistramente
logo após a colisão
sem meio de salvação
foi ao solo de repente.
(...)
Logo que a triste notícia
vagou por todos os lados
todos quartéis do exército
de pesar foram enlutados
e com a maior tristeza
se juntou em Fortaleza
governos de sete estados.⁸

Tão logo a notícia se espalha, o pesar a acompanha. Todavia, Expedito Sebastião ressalta, dentre os brasileiros a se enlutarem, o pesar dos militares e dos representantes políticos. Os emblemas de identificação do morto são a ele associados.

Os dois “folhetos epitáfios” nos colocam diante de uma série de idéias que fizeram parte do contexto de implementação do regime militar no Brasil. No folheto de José Francisco Soares, estabelecida a condição *isotímica* do morto, o poeta passa a recuperar episódios da cena política nacional, construindo uma narrativa praticamente descolada da parte a que demos destaque inicialmente. Retroage ao período de fim de governo Jango, apontando a época como “mergulhada em confusão”, estando a nação à mercê do retalhamento provocado pela política. Idéia também compartilhada por Expedito Sebastião, que vê o momento enquanto “marchando para o abismo”, e a “pátria” imersa em um “imundo lodaçal”. Então, vejamos:

Quando há 3 anos atrás
que se encontrava a nação
retalhada na política
mergulhada em confusão
dissolveu o Parlamento
que era um moinho de vento
girando mais sempre em vão.⁹

Pois o Brasil se achava
marchando para o abismo
Castelo Branco notando
a onda do barbarismo
bem calmo e com sensatez
se opôs com rapidez
na marcha do comunismo.¹⁰

E governou a nação
conforme o seu ideal
retirando a nossa pátria
do imundo lodaçal.¹¹
(...)

Percepções da realidade imediatamente anterior ao início da militarização da sociedade brasileira que estiveram na pauta, por exemplo, do jornal *O Estado de S. Paulo*, conforme análise feita por Pereira Neto:

Para *O Estado de S. Paulo*, o país vivia um momento de “apreensão e preocupação pelo que pode acontecer, uma vez que tudo na atitude do Presidente da República fere a Constituição” [*O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 1964, p. 3]. O título do editorial do dia 13 é significativo neste sentido: “O presidente fora da lei”. Assim, o princípio liberal da lei, como um limite a qualquer tipo de despotismo, foi resgatado, neste primeiro momento. Para transformar o contexto ainda mais passível de apreensões e preocupações por parte do cidadão comum, o jornal estabeleceu várias estratégias de desmoralização do Presidente Goulart. Por vezes, ele era associado a Vargas, chegando a ser considerado “discípulo dileto do ditador morto” [*O Estado de S. Paulo*, 2 abr. 1964, p. 3]. Outras vezes, o Presidente era considerado alguém que “funciona como instrumento das forças ao serviço da subversão” [*O Estado de S. Paulo*, 10 mar. 1964, p. 3] ou ainda que “inspirava confiança para execução do vasto programa das esquerdas no Brasil” [*O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1964, p. 3]. *O Estado de S. Paulo* exerceu, portanto, um papel relevante na construção de uma imagem negativa do ex-presidente. O antivarguismo e o anticomunismo que foram amálgamas do pensamento liberal dos anos 60 aparecem aqui de forma explícita.¹²

Esta visão de Jango enquanto emblema de subversão e de possível veículo a serviço da esquerda, explicitada tanto no *Estadão* quanto nos folhetos analisados, demarca um discurso sobre o fim do governo que vem justificar o golpe de 1964, sendo este legitimado como ato que restabeleceria a ordem, garantiria a segurança nacional.

As idéias que pautaram a ação dos militares em 1964 e a partir daí, do ponto de vista da segurança nacional, ficaram conhecidas como Doutrina de Segurança Nacional (DSN), subsidiadas, principalmente, pela idéia de que, no Brasil, estar-se-ia vivendo um estado de “guerra permanente”, a guerra total. Esta “guerra de todos contra todos” justificava a necessidade de um Estado forte e a centralização do poder político nas mãos das Forças Armadas e de sua “principal” arma: o Exército. Este garantiria a soberania nacional ameaçada pelo comunismo internacional, considerando-se o fato de que, em nível mundial, vivia-se o contexto da “guerra fria”.¹³

Ao pensarmos sobre os acontecimentos que levaram à deposição do presidente João Goulart e à instalação, em seu lugar, de um regime ditatorial no Brasil, é possível seguir vários caminhos, visto ter sido este tema merecedor de muitas discussões na produção sobre o país, a partir de meados dos anos 60, em âmbito nacional e internacional. Universo de análises que apresenta como lugar-comum, reiteradamente visitado, a idéia de que os atores que organizaram ou que apoiaram o golpe militar de 31 de março de 1964 percebiam o governo de João Goulart como condutor do país a uma revolução comunista.

A idéia da nação vivendo sob constante ameaça, advinda do terror comunista, e da necessidade de proteger o país de sua influência nefasta possibilita a José Francisco Soares e Expedito Sebastião da Silva uma narrativa em que atribuem ao governo militar, personificado na figura de Castelo Branco, um papel salvacionista. Neste sentido, a ascensão de Castelo Branco à presidência da República, em 15 de abril de 1964, vem representar um marco no combate ao comunismo e à subversão.

Nas palavras de J. F. Soares:

No ano 64
ano da Revolução
ele salvou o Brasil
da guerra da corrupção
sob sua diretriz
ele salvou o paiz
da negra subversão.

Salvou todo brasileiro
do maldito Comunismo
mobilizou as 3 armas

mostrou que tinha invismo
o operário almocreve
não tem direito de greve
acabou-se o corrutismo.

Quando foi chefe de Estado
honrou a nossa Bandeira
sempre honrou a sua pátria
do berço até a fronteira
com calma, geito e prudencia
governou com sapiencia
nossa nação brasileira.¹⁴

Para Soares, foi a partir do espírito de “patriotismo” e de “civismo” que Castelo Branco procurou desenvolver seus atos governamentais, tendo como norteamento maior os ideais democráticos.

Aproximado das idéias apresentadas por Soares no que tange à identificação do inimigo maior a que o ex-presidente combateu, o “comunismo”, mas concedendo a Castelo Branco um caráter messiânico, Expedito Sebastião verseja:

Esse vulto inesquecível
filho da Terra da luz
antes de ser presidente
com o poder de Jesus
enfrentou um grande abismo
derrubando o comunismo
da Terra de Santa Cruz.¹⁵

Está na defesa da pátria – “com o poder de Jesus” – a justificativa maior dos atos de Castelo. Os poetas consideram-no, portanto, um presidente que “governou com sapiência”, “dentro da democracia”, que “defendia a bandeira”,¹⁶ “foi um batalhador forte”, era “capaz e perito”, levado ao “agir enérgico”.¹⁷ Donde suas ações de homem público, mesmo quando geradoras de oposição e conflitos, são associadas ao bem-estar da nação.

Universo de compreensão que estabelece forte eco com o tipo de liberalismo que se consubstanciou no Brasil, conforme afirma Pereira Neto: “Ser conservador, elitista e autoritário traduz uma peculiaridade do liberalismo brasileiro (...). Rejeitar, transigir com os princípios liberais clássicos parece ser uma característica marcante do pensamento liberal brasileiro”.¹⁸

Neste sentido, os poetas justificam os atos autoritários do presidente como promotores de bem comum à nação brasileira.

Então pra poder botar
o Brasil no eixo exato
teve que agir enérgico
sem temer falso e boato
pois só com diplomacia
o Brasil permanecia
dormindo no desacato.¹⁹
(...)
foi ele a pedra de toque
de Salvação do Brasil.²⁰

Proclamou as nove leis
que melhorou o paiz
todo mundo confiava
naquele Reto Juiz
em sua jurisprudência
governou com sapiência
pra ver seu povo feliz.²¹

Compreensão que, se considerarmos algumas das análises feitas do período, que indicam o tipo específico de liberalismo que se consubstanciou no Brasil como principal argumento justificador, possibilitam uma interpretação dos acontecimentos de 1964 enquanto experiência histórica perfeitamente plausível com a correlação de forças no ambiente político brasileiro dos anos 60.

Neste sentido, os poetas nos colocam diante de uma contradição imanente aos discursos legitimadores do golpe de 64 e que fundamenta a DSN: os desvios dos interesses nacionais associados ao fim do governo Jango são demonstrados a partir da alegação de que o presidente agia na ilegalidade, afastando-se dos anseios da nação; os Atos Institucionais inaugurados pelo governo militar que, mais e mais, vão cercear a participação da sociedade civil são compreendidos e justificados como necessários para a restauração da ordem e do bem público.

O cumprimento da lei foi um dos argumentos utilizados pelos “revolucionários” de 1964 para justificar o golpe – mesmo que os Atos Institucionais tenham apresentado uma realidade em que a lei fosse empregada de acordo com o interesse dos militares no poder, João Goulart é que desrespeitava as leis e afrontava a hierarquia militar.

Os artífices locais da elaboração da DSN estavam preocupados em fundamentar, legitimar e justificar a implantação de um governo forte e centralizado que destruiu e controlou fortemente as instituições. O Poder Legislativo e o Judiciário passaram a ser ordenados a partir dos interesses de quem controlava o Poder Executivo.

No caso do Brasil pós-64, ficou patente que, apesar da permanência do Parlamento como instituição, este teve sua autonomia cerceada, já que, segundo Adam Przeworski:²²

(...) o aparato do poder autoritário tem a capacidade de impedir a ocorrência de certos resultados políticos através do exercício do controle sobre a sociedade não apenas *ex-ante*, mas também *ex-post* (...). Em outros termos, num sistema autoritário, o aparato de poder exerce não só controle processual, mas também controle substantivo sobre as decisões.²³

O Estado define, assim, as tarefas das quais os cidadãos são convocados a participar. Existe participação nas tarefas, e não decisão sobre elas.²⁴ Qualquer decisão ou conquista do Legislativo, tenha ela o caráter que seja, poderá ser revogada, desde que os militares a considerem contrária aos interesses da “segurança nacional”.

Para Joseph Comblin,²⁵ existe uma idéia básica na DSN, que é a da “guerra total”. Três conceitos militares e políticos participariam na elaboração desta idéia: a) a “guerra generalizada”; b) a “guerra fria”; c) a “guerra revolucionária”.

A “guerra generalizada” seria o conflito armado que se daria entre as grandes potências (Estados Unidos e União Soviética), cujos recursos totais seriam colocados em ação e a sobrevivência de uma seria sempre um perigo para a outra.²⁶

A “guerra fria” seria a tática da União Soviética para evitar o enfrentamento definitivo e armado com os Estados Unidos. Era de caráter permanente e se daria em diversos campos: o militar, o econômico, o político e o psicológico. A partir desta visão, “cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou”.²⁷

Já a “guerra revolucionária” seria uma estratégia do comunismo internacional para conquistar o mundo. Como diz Pinochet, citado por Comblin:

Essa forma moderna de agressão permanente provoca uma guerra não convencional, na qual a invasão territorial é substituída pela tentativa de controle dos Estados a partir do interior. Este imperialismo utiliza-se das táticas. Por um lado, infiltra-se nas células vitais das sociedades livres, como os centros universitários e intelectuais, os meios de comunicação social, os sindicatos operários, os órgãos internacionais, e, como já vimos, os próprios setores eclesásticos. Por outro lado, fomenta a desordem sob todas as formas.²⁸

Dessa forma, a DSN, ao trabalhar com a idéia da guerra total e de suas complementares, apresenta a sociedade em estado de *anomia*, que justificaria a intervenção militar e a necessidade de sua permanência pelo tempo necessário para que os “problemas” advindos da guerra total pudessem ser enfrentados e debelados.

Vale destacar que a DSN foi elaborada pelos militares norte-americanos. Seus congêneres latino-americanos, porém, não foram receptores passivos e não estiveram sozinhos na hora de implantar os Estados autoritários. Vários foram os setores da sociedade brasileira que contribuíram para sua implementação. Parte da burguesia nacional, setores da Igreja, proprietários rurais, intelectuais, políticos profissionais e outros estiveram do lado do golpe militar (apesar de, com as primeiras medidas e as subseqüentes, os militares perderem alguns desses apoios, principalmente diante da violência e da tortura que se institucionalizou). Porém, a influência norte-americana na instalação das ditaduras militares não pode ser negada. Segundo Comblin: “Em fins de 1975, segundo as estatísticas do Departamento de Defesa, 71.651 militares latino-americanos haviam passado por uma das escolas de formação de militares nos Estados Unidos”.²⁹

O golpe de 1964, aqui acessado a partir dos “folhetos epitáfios” de José Francisco Soares e Expedito Sebastião da Silva, pode ser pensado, também, como uma experiência histórica autoritária que contou com a participação fundamental dos veículos de comunicação na construção da idéia de caos. O medo da desordem e de uma interferência norte-americana, potencialmente apresentada, avalizou o golpe e promoveu a ditadura militar no Brasil, visto que esta resultou da união dos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Acerca da idéia de legitimidade do exercício do poder, Hobbes considera a existência de duas formas patentes:

Uma delas é a força natural, quando o homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, a sua autoridade à medida que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Ou quando o homem sujeita através da guerra seu inimigo a sua vontade, concedendo-lhe a vida com essa condição. A outra é quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembléia de homens, voluntariamente com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros. Este último pode se chamar um Estado Político, ou um Estado por Instituição. Ao primeiro pode-se chamar a um Estado por Aquisição...³⁰

Fazendo uso da leitura de Hobbes para estabelecer uma compreensão sobre a tomada do poder pelos militares no Brasil, em 1964, podemos pensar esta experiência específica como pautada em um pacto aceito pelo medo. No entanto, voltando a Hobbes, todo pacto que se estabelece a partir da união entre forças diversas, realizado em situação de desordem total, há de conviver com a desconfiança de todos em relação a todos. Dessa forma,

(...) quando se faz um pacto em que ninguém cumpre imediatamente sua parte, e uns confiam nos outros, na condição de simples natureza (que é a condição de guerra de todos os homens contra todos os homens), a menor suspeita razoável torna nulo esse pacto. Mas se houver um

poder comum situado acima dos contratantes, com direito e forças suficientes para impor seu cumprimento, ele não é nulo. Pois aquele que cumpre primeiro não tem nenhuma garantia que o outro cumprirá depois, pois os vínculos das palavras são demasiados fracos para refrear a ambição, a avareza, a cólera e outras paixões dos homens, se não houver o medo de algum poder coercitivo.³¹

Diante do caos, mais suposto que real – que parecia se corporificar em fatos como a participação de João Goulart no comício da Central do Brasil³² ou na reunião dos sargentos,³³ nas propostas de reforma de base e nas palavras do presidente aos militares de patente inferior, além da insistente idéia veiculada pela imprensa de que o governo de Goulart estaria agindo fora da lei (leia-se: fora da ordem) –, dá-se a intervenção militar, apoiada por amplos setores da sociedade, conforme evidenciado anteriormente, e com a anuência dos Estados Unidos (Operação *Brother Sam*).³⁴ O golpe entra para a história, do ponto de vista dos militares golpistas e de parcelas da população (das quais fazem parte claramente os cordelistas), como uma intervenção necessária e saneadora. Quando o medo do poder coercitivo não é suficiente para garantir a ordem das coisas, é legítimo que este poder seja exercido através da força. Sobre a forma como Castelo vai combater o comunismo, afirma Expedito Sebastião:

Êle sem derramar sangue
com um sistema sutil
no momento mais preciso
se apresentou varonil
deixando, sem fazer guerra
o comunismo por terra
ficando em paz o Brasil.³⁵

Para alguns, a intervenção militar era também vista como ação temporária, ou seja, uma ação de intervir, extirpar o comunismo e devolver a direção do Estado aos civis. Concepção apresentada como tendo sido veiculada pelo próprio Castelo Branco, que considerava sua estada na presidência um acontecimento que objetivava resolver as questões que colocavam em risco a sociedade brasileira, alinhando-a ao bloco comunista. Vale ressaltar que os analistas, quando falam dos militares em si, neste processo, apresentam-nos integrando dois grupos: os “castelistas” ou “moderados” e os “linha-dura”.³⁶ Os militares do primeiro grupo é que teriam a compreensão de um governo temporário, com previsão de curta ocupação da presidência – o suficiente para garantir o restabelecimento da “ordem” – e, então, devolver a nação ao poder civil.

Outra questão interessante apresentada nos cordéis é a idéia de que:

Dentro da democracia
provou com todo civismo
que defendia a Bandeira
com fé e patriotismo
pioneiro Democrata
a sua idéia sensata
não apoiava o racismo.³⁷

Ou seja, merece destaque a característica de democrata atribuída pelo poeta a Castelo Branco, o principal líder do movimento que tirou do poder João Goulart em 1964. Idéia que pode causar uma certa estranheza se, ao lidarmos com este conceito, o compreendermos como um regime político que inclui a mais ampla parcela da população na participação política. Porém, se virmos a democracia como uma forma de governo restrita, como a percebe a elite conservadora brasileira, podemos entender perfeitamente o que pensavam os articulistas do golpe e os seus partidários, bem como a veiculação da idéia pelo poeta citado.

O jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 19 de abril de 1964 diz: “que o Presidente Castelo Branco (...) não perca de vista que a segurança e o futuro de nossas instituições democráticas estão menos na *legalidade formal* [grifo nosso] que imediatamente lhes dermos do que na decisão e na energia com que a protegermos agora”.³⁸

A idéia de democracia apresentada por Adam Przeworski³⁹ – para ser democrático, deve-se amar a incerteza – passa longe da concepção de boa parte da elite de então. Para nossos militares golpistas e seus colaboradores civis, a democracia passava pela certeza de que os setores que estavam colocando em risco os seus interesses seriam silenciados.

As análises do golpe de 64 o constroem como um rompimento radical com a política anteriormente vivenciada no Brasil, o fim do populismo e o início do autoritarismo. Ruptura que os poetas traduzem como saída de um período de falta de controle da sociedade – que estava prestes a ser comandada pelo “anticristo”, na medida em que o “comunismo” campeava sem combate. Portanto, a ruptura dos poetas se dá entre a *anomia* política e a implantação da democracia. Neste processo, Castelo Branco foi visto, no primeiro caso, como o articulador do golpe e, no segundo, como o responsável pela implantação da democracia no Brasil, ou o salvador da nação das “garras do anticristo”.

Prantear a morte de Castelo Branco possibilita aos poetas, dentre outras coisas, rememorar a salvação do Brasil e dos brasileiros do “terror comunista”. Choro este que, em se tratando de um homem público que tonificou o quadro da política nacional dos anos pós-1964, é apresentado como fato que atinge os lares dos brasileiros.

Sua morte promove reações de abrangência. O ex-presidente, garantidor da democracia, encontra-se, em sua morte, aproximado de tantos outros políticos que se projetaram nacional e internacionalmente. O lamento é extensivo a todo o povo brasileiro, como explicitado no versejar de J. F. Soares:

Tinha 80 mil pessoas
no seu enterro tão belo
em cima do seu caixão
um pavilhão verde e amarelo
o povo na trajetória
cantava o hino da glória
em homenagem a Castelo.

Houve grande exaltação
do povo de Pernambuco
parou as atividades
chorou criança e caduco
o chefe do Estado Novo
foi o salvador do povo
da terra de JOAQUIM NABUCO.

O Rio Grande do Norte
Alagoas e Ceará
Piauí e Paraíba
Maranhão e Paraná
chorou todo brasileiro
afinal no mundo inteiro
do Amazonas ao Pará.

No Rio Grande do Sul
Vitória e Rio de Janeiro
Minas Gerais e São Paulo
Bahia e o mundo inteiro
Goiás ficou indeciso
foi um dia de juízo
para o povo Brasileiro.⁴⁰

Independentemente da posição política e dos atos realizados, o fato de terem sido atores de destaque gera a *isotimia* entre os políticos. Estes vão para o céu. Todavia, o céu subjacente às narrativas sobre a morte ou pós-morte dos homens públicos de maior destaque da cena política nacional é apresentado como um ambiente tranquilo, em que as articulações e acordos se mantêm. Os que lá chegam são recebidos, com grande simpatia, por seus parceiros de lida semelhante ou com eles se encontram casualmente.

Nessa perspectiva, Apolônio Alves dos Santos,⁴¹ através da criação de um encontro entre Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, tendo como mote narrativo a morte do líder desenvolvimentista, traduz esta compreensão:

Em poucos dias que ele
estava na eternidade
uma tarde passeando
cheio de tranqüilidade
em uma das ruas largas
encontrou Getúlio Vargas
foi grande a festividade.

Juscelino sem demora
deu-lhe um abraço apertado
disse meu caro Getúlio!
Que prazer inesperado?
Pensei de não te ver mais
isto a mim satisfaz
Estou emocionado!

Getúlio muito educado
abraçou ele também
dizendo meu Juscelino
do lugar que você vem
todo mundo te admira
pois no mundo ninguém tira
o valor que você tem.⁴²

Amizade de que José Francisco Soares⁴³ faz uso para que Juscelino Kubitschek seja aceito no céu, explicitando uma compreensão do momento de pós-morte em que a lógica dos laços de dependência, estabelecida na terra, também define a entrada, ou não, do indivíduo na mansão celeste.

JK disse São Pedro
eu sou uma autoridade
vim atender um chamado
da divina magestade
foi ele que me chamou
eu tenho prioridade.

São Pedro disse zangado
tenho que resolver isto
não sei se você veio
mandado pelo Anti-Cristo
fique aí que eu vou chamar
o secretário de Cristo.

Quando São Pedro voltou
de raiva estava tremendo
junto com Getúlio Vargas
vinham se desentendendo
olhou JK e disse
eu estou lhe conhecendo.

Se o espírito não me engana
o senhor é JK
Deu-lhe um abraço tão grande
que vi a hora quebrar
e perguntou como vão
aquela gente de lá?⁴⁴

Nesta relação que o poeta estabelece entre Getúlio Vargas e São Pedro há a explicitação da intimidade promovida pela convivência. O motivo que os teria levado a se desentenderem é obscuro, mas, através da colocação da situação, José Soares parece querer demonstrar a posição de superioridade em que se encontraria Getúlio, então secretário de Cristo, em relação a São Pedro – na tradição cristã, porteiro do céu.

É em um céu em que o ser conhecido de alguém importante serve de garantia de confiabilidade diante dos poderes instituídos que o leitor é levado a aportar por José F. Soares. Dimensão celestial que reflete as relações sociais instituídas na sociedade brasileira desde a colonização. Estrutura social bastante visualizada nas análises políticas, sociológicas e históricas que procuraram aprofundar uma compreensão da sociedade brasileira.

Procuramos, aqui, apresentar a idéia de forma sintética, apenas para melhor visualizar o pano de fundo construído pelos folhetos para versarem sobre a morte dos políticos. Nesta perspectiva, apresentamos alguns comentários de Ângela de Castro Gomes que consideramos sintetizadores da questão: “Sem dúvida, continua tendo curso o diagnóstico, há muito compartilhado, de que ‘sobra poder privado e falta poder público’ no Brasil, uma sociedade dominada por arranjos clientelistas e personalistas que datariam do ‘período colonial’”.⁴⁵

A forma como José F. Soares articula o encontro entre JK e Getúlio Vargas resulta na construção de um espaço, aos mortos destinado, que repete a complexa experiência socio-

política no Brasil: uma sociedade de base tradicional, em que as oligarquias rurais exercem forte controle, em coexistência com a experiência de fortalecimento do Estado, posta em prática na era Vargas.

Os folhetos⁴⁶ que têm como preocupação descrever o desfecho final da existência de personagens da cena política nacional partem, em sua maioria, da premissa da certeza de sua elevação ao céu.⁴⁷ A consulta ao *Dicionário biobibliográfico de poetas populares*⁴⁸ e a pesquisa nos acervos de folhetos⁴⁹ nos apresentou uma lista em que sobressaíam os nomes de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, João Pessoa, Castelo Branco e Costa e Silva, cujas mortes mais de um folheto tomou como temática central.

Podemos perceber que os poetas, a partir da idéia de narrar a forma e as circunstâncias em que se deu a morte do personagem político, de maneira geral, recordam a carreira e os feitos de maior relevância a eles associados. Neste sentido, Castelo Branco garantiu o seu espaço no céu, junto aos outros políticos que já tinham ido antes dele, conforme verseja Expedito Sebastião da Silva:

Morrera Castelo Branco
porém ficou na história
o seu nome imperecível
ficará como memória
então cercado de luz
fôra viver com Jesus
eternamente na glória.⁵⁰

A continuidade dos laços, das estruturas e das relações de poder no além-morte, apresentada nos cordéis, pode nos remeter à compreensão generalizada, na sociedade brasileira, de que a participação na política iguala seus atores. Esta idéia transcende a existência corpórea, alcançando o campo do pós-morte.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

POETAS E OBRAS QUE HOMENAGEARAM PERSONAGENS DA POLÍTICA NACIONAL⁵¹ – “FOLHETOS EPITÁFIOS”

GETÚLIO VARGAS

POETAS	OBRAS
1. Amador Santelmo	1. Carta e biografia do ex-presidente Vargas
2. Amaro Quaresma dos Santos	1. A pranteada morte do presidente Getúlio Vargas
3. Antônio Eugênio da Silva	1. História completa do suicídio de nosso inesquecível presidente Vargas
4. Antônio Manoel da Silva	1. A morte do presidente Getúlio Vargas
5. Antônio Teodoro dos Santos	1. Vida e tragédia do presidente Getúlio Vargas 2. Vida, tragédia e morte do presidente Getúlio Vargas
6. Apolônio Alves dos Santos	1. Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu 2. Os últimos dias de Getúlio
7. Caetano Ferreira	1. A pranteada morte do Dr. Getúlio Vargas
8. Cícero Vieira da Silva	1. Saudades do presidente Vargas
9. Delarme Monteiro da Silva	1. A morte do presidente Getúlio Vargas e sua carta ao povo brasileiro 2. A morte do presidente Getúlio Vargas 3. Getúlio Vargas, o orgulho do Brasil 4. A morte e os funerais do presidente Getúlio Vargas
10. Divaldo Gomes Ribeiro	1. Assim falou Getúlio
11. Dois amigos	1. A lamentável morte do presidente Getúlio Vargas
12. Expedito Sebastião da Silva	1. A carta do Dr. Getúlio Vargas 2. A morte do Dr. Getúlio Vargas
13. Francisco Antônio de Oliveira	1. Despedida e morte do presidente Getúlio
14. Francisco das Chagas Ramalho	1. A vida e a morte do presidente Getúlio Vargas
15. Francisco Sales Arede	1. A lamentável morte do presidente Getúlio Vargas 2. A lamentável morte do presidente Getúlio Vargas
16. Fred Jorge Japur	1. Tragédia do presidente Vargas
17. Gonçalves de Lima Santos	1. Homenagem póstuma a sua Exa. Dr. Getúlio Dorneles Vargas

POETAS	OBRAS
17. Gonçalves de Lima Santos	1. Homenagem póstuma a sua Exa. Dr. Getúlio Dorneles Vargas
18. Jayme Romeu Fossati	1. A vida e a morte do presidente Vargas em décimas
19. João Antônio de Sena	1. O Brasil de luto com a morte do Dr. Getúlio Vargas e o pranto dos operários do Brasil
20. João Ferreira de Lima	1. A morte de Getúlio Vargas
21. João Norberto & Manoel Apolinário Pereira	1. A morte de Getúlio
22. João Oliveira Lima	1. O suicídio do Dr. Getúlio Vargas e lamentação do povo
23. João Severo de Lima	1. A morte de Getúlio Dornelles Vargas
24. José Alves de Mendonça	1. Homenagem póstuma ao presidente Getúlio Vargas
25. José de Santa Rita Pinheiro Nogueira	1. A carta do saudoso imortal Getúlio Vargas
26. José Estácio Monteiro	1. A nação em luto com a morte de Getúlio Vargas
27. José Francisco Soares	1. O encontro de JK com Getúlio Vargas no céu 2. A morte de Getúlio Vargas
28. José Gomes	1. A chegada de Getúlio no céu 2. Deus no céu e Getúlio na terra 3. O que dizem de Getúlio 4. O regresso de Getúlio 5. O testamento de Getúlio
29. José João dos Santos	1. Nascimento, vida e morte de Getúlio Vargas
30. José Luiz Filho	1. A lamentável morte do presidente Getúlio Vargas
31. José Martins dos Santos	1. A lamentável morte do presidente Getúlio Vargas
32. José Rodrigues da Silva	1. Vida e morte do presidente Vargas
33. Laurindo Gomes Maciel	1. Recordações e saudades do governo de Getúlio Vargas
34. Manoel d'Almeida Filho	1. A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dornelles Vargas
35. Manoel Monteiro da Silva	1. A morte do presidente Getúlio Vargas
36. Manoel Pereira Sobrinho	1. O suicídio do presidente Getúlio Vargas

POETAS	OBRAS
37. Manoel Serafim Ventura	1. A morte do presidente Getúlio Vargas e o clamor do povo brasileiro
38. Minelvino Francisco Silva	1. A carta de Getúlio 2. A carta de Getúlio [2º. folheto de mesmo título] 3. A chegada de Getúlio Vargas no céu 4. A morte do presidente Getúlio Vargas 5. A palestra de Tancredo com Getúlio Vargas no céu sobre a reforma agrária
39. Moisés Matias de Moura	1. A morte do presidente Vargas o braço do Brasil
40. Paulo Teixeira de Souza	1. Recordação e lembrança do ex-presidente Vargas
41. Pedro Alves da Silva	1. A despedida de Getúlio depois da carta com a chegada no céu e as passagens no fim do mundo
42. Permínio Walter Lório	1. A chegada de Getúlio no céu
43. Raimundo Bezerra de Moura	1. A morte do presidente Getúlio Vargas e a carta que ele deixou para a nação brasileira
44. Raimundo Luiz do Nascimento	1. A carta-testamento de Getúlio Vargas 2. Getúlio Vargas e o Estado Novo Carta-testamento
45. Raimundo de Santa Helena	1. A carta-testamento de Getúlio Vargas
46. Rodolfo Coelho Cavalcante	1. Abc de Getúlio Vargas 2. A chegada de Getúlio no céu 3. A chegada de Getúlio no céu e o seu julgamento 4. O encontro de Castelo Branco com Getúlio Vargas no céu 5. A morte do grande presidente Getúlio Vargas 6. Nascimento, vida, paixão e morte de Getúlio Vargas 7. O último adeus de Getúlio
47. Sebastião José do Nascimento	1. A morte do Dr. Getúlio Vargas
48. Severino Cândido Carolino	1. A morte de Getúlio Vargas

JUSCELINO KUBITSCHEK

POETAS	OBRAS
1. Apolônio Alves dos Santos	1. Biografia e morte de Juscelino Kubitschek 2. A morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira 3. Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu
2. Carolino Leobas de França Antunes	1. Encontro com Juscelino e o pedido que ele me fez 2. A morte de Juscelino e o pedido que ele me fez
3. Expedito Ferreira da Silva	1. A morte de Juscelino Kubitschek 2. A tragédia e a morte de Juscelino
4. Franklin Vitória de Cerqueira Barreiros Machado	1. O encontro de Juscelino com Tancredo no paraíso
5. João Carneiro	1. Recordação de Juscelino Kubitschek de Oliveira
6. João Fernandes de Oliveira	1. A morte do saudoso Juscelino Kubitschek
7. José Cunha Neto	1. A tragédia do ex-presidente Juscelino Kubitschek
8. José Francisco Soares	1. O encontro de JK com Getúlio Vargas no céu 2. A morte de Juscelino Kubitschek
9. José João dos Santos	1. Vida, tragédia e morte de Juscelino Kubitschek
10. José Job de Souza	1. A vida e a morte de Juscelino Kubitschek
11. José Rodrigues de Oliveira	1. A morte de Juscelino, o ex-chefe da nação
12. José Severino Cristóvão	1. A vida e a morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira 2. Biografia de Juscelino Kubitschek de Oliveira
13. Leandro Simões da Costa	1. História da morte de Juscelino Kubitschek
14. Minelvino Francisco Silva	1. A morte do doutor Juscelino e sua chegada no céu
15. Olegário Fernandes da Silva	1. A morte de Juscelino o ex-presidente

TANCREDO NEVES

POETAS	OBRAS
1. Abraão Bezerra Batista	1. A agonia de um povo e a morte de Tancredo Neves 2. A misteriosa carta de Tancredo Neves ao povo brasileiro
2. Adalberto Almeida dos Santos	1. A misteriosa morte do presidente Tancredo
3. Afonso Nunes Vieira	1. A morte de Tancredo Neves
4. Aldemar Sebastião Alves	1. O Brasil lamenta a morte do grande estadista construtor da nova república o presidente (doutor) Tancredo de Almeida Neves
5. Antônio de Moraes	1. A verdadeira história da morte do presidente Doutor Tancredo de Almeida Neves
6. Antônio Joaquim de Oliveira	1. A história da morte de Tancredo e a vitória de Sarney
7. Antônio Lucena	1. A morte cruel do presidente Tancredo
8. Antônio Ribeiro da Conceição	1. Tancredo foi prestar contas no tribunal de Jesus
9. Apolônio Alves dos Santos	1. A morte do presidente Tancredo de Almeida Neves 2. Tancredo envia do céu mensagem a Constituinte
10. Augusto Marcelino Gomes	1. Vida e morte de Tancredo
11. Barrazul	1. Glória e morte de Tancredo
12. Benedita Delazari	1. O amor e a dor de Tancredo Neves
13. Carolino Leobas de França Antunes	1. O pedido que fez o saudoso Tancredo Neves ao presidente José Sarney
14. Celestino Alves	1. Tancredo Neves – uma vida pela democracia
15. Chiquinho & José João	1. Encontro de Tancredo com São Pedro no céu
16. Expedito Ferreira da Silva	1. A morte do presidente Tancredo Neves – a dor que abalou o mundo
17. Expedito Sebastião da Silva	1. O encontro de Tancredo com Tiradentes, no céu
18. Flávio Fernandes Dorico Moreira	1. Vida e morte de Tancredo

POETAS	OBRAS
20. Francisco Barros Alves	1. A morte do Dr. Tancredo e o pranto do povo brasileiro
21. Francisco Maia de Queiroz	1. Vida e morte de Tancredo
22. Francisco Pereira Sobrinho	1. A lamentável morte do presidente Tancredo Neves e a Nova República
23. Francisco Zênio	1. O encontro do presidente Tancredo com Getúlio Vargas
24. Franklin Vitória de Cerqueira Barreiros Machado	1. O Brasil de luto com a morte do presidente Dr. Tancredo A. Neves 2. O encontro de Tancredo com Tiradentes no céu 3. A ressurreição de Tancredo, o nosso presidente eleito
25. Geraldo Amâncio Pereira	1. Vida e morte de Tancredo Neves – pai da República
26. Gonçalo Bezerra de Andrade	1. Eleição, doença e morte do presidente Tancredo Neves
27. Gonçalo Ferreira da Silva	1. Morreu São Tancredo Neves deixando o Brasil de luto
28. Gonçalo Gonçalves Bezerra (Gongon)	1. Campanha, vitória e morte do presidente Tancredo
29. Gonçalves Ferreira da Silva	1. Carta de Tancredo aos constituintes
30. Homero do Rego Barros	1. Tancredo de Almeida Neves – o mártir que não morreu
31. Jackson Barbosa	1. Tancredo bem-vindo ao céu
32. João Batista Ferreira Lima	1. O último adeus ao presidente Tancredo de Almeida Neves
33. João Carneiro Filho	1. Vida, sofrimento e morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney e a vitória da Aliança Liberal
34. João José dos Santos	1. Tancredo: o segundo Tiradentes
35. João Vicente da Silva	1. A morte do Dr. Tancredo Neves e o sentimento do povo brasileiro
36. José Alves Filho	1. A morte de Tancredo Neves abalou toda nação
37. José Augusto de Oliveira	1. Vida e morte de Tancredo enquanto presidente
38. José Bento da Silva	1. A morte do presidente Tancredo Neves
39. José Cunha Neto	1. O Brasil chora a morte de Tancredo Neves

POETAS	OBRAS
40. José Francisco Alves (o poeta repórter)	1. A morte de Tancredo Neves abalou toda nação – o Brasil perdeu Tancredo símbolo de amor e perdão
41. José Francisco Borges	1. O Brasil de luto pela morte de Tancredo
42. José Geovaldo Gondim	1. O sofrimento e a morte do Dr. Tancredo Neves
43. José Neves da Silva	1. O adeus de Tancredo Neves
44. Juvenal Evangelista Santos	1. O mártir Tancredo da Nova República 2. O mártir da Nova República
45. Leôncio Marques	1. Tancredo Neves – sofrimento e morte de um presidente
46. Luiz Gonzaga de Lima	1. O grande encontro de Tancredo e Tiradentes no céu
47. Manoel Alves Barreto	1. A morte de Tancredo e a emoção do povo do Brasil em 1985
48. Manoel Basílio de Lima	1. O Brasil chora por Tancredo
49. Manoel d'Almeida Filho	1. O encontro do presidente Tancredo com o presidente Getúlio Vargas no céu
50. Manoel de Freitas	1. Tancredo – o Brasil chora
51. Manoel Santa Maria	1. A chegada de Tancredo Neves no céu
52. Minelvino Francisco Silva	1. A chegada do presidente Tancredo Neves no céu 2. História da cova de Tancredo Neves e seus milagres 3. A morte e o enterro do presidente Tancredo Neves 4. A palestra de Tancredo com Getúlio Vargas no céu sobre a reforma agrária
53. Olegário Fernandes da Silva	1. A morte do presidente Tancredo Neves
54. Os sobrinhos	1. Tancredo chegou no céu
55. Pedro Bandeira Pereira de Caldas	1. O encontro de Tancredo c/ Pe. Cícero no céu 2. Tancredo Neves – o mártir da República
56. Rosentino Oliveira Soares	1. O saudoso presidente Tancredo Neves
57. de João Pessoa	1. Tancredo: 39 dias de agonia – O calvário de Tancredo
58. Salomão Rovedo	1. Tancredo: 39 dias de agonia
59. Silvino Neves	1. A chegada de Tancredo no céu – Tancredo escreve a Sarney
60. Simplício Novais Filho	1. A morte do presidente Dr. Tancredo Neves

POETAS	OBRAS
61. Souza Queiroz	1. Tancredo não morreu, mataram
62. Stênio Diniz	1. A morte do presidente Tancredo – mártir da Democracia 2. Tancredo, o presidente do povo
63. Valeriano Félix dos Santos	1. Tancredo Neves – um novo Tiradentes
64. Waldomiro Félix Castro	1. A chegada de Tancredo Neves no céu
65. Yonne Rabello Álvares Santana	1. Encontro de Tancredo e Juscelino no céu

CASTELO BRANCO

POETAS	OBRAS
1. Antônio Batista Romão	1. A desastrosa morte de Castelo Branco e seus companheiros
2. Expedito Sebastião da Silva	1. A lamentável morte do ex-presidente marechal Alencar Castelo Branco 2. A lamentável morte do ex-presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
3. Fred Jorge Japur	1. Vida e tragédia do presidente Castelo Branco
4. José Francisco Soares	1. A morte do ex-presidente Castelo Branco
5. Manoel Morais	1. A morte de Castelo Branco 2. A vida e trágica morte do ex-presidente marechal Humberto Alencar Castelo Branco
6. Minelvino Francisco Silva	1. A entrada do ex-presidente Castelo Branco no céu
7. Raimundo Barbosa	1. A chegada de Castelo Branco no céu
8. Rodolfo Coelho Cavalcante	1. O encontro de Castelo Branco com Getúlio Vargas no céu 2. A trágica morte do ex-presidente Castelo Branco

JOÃO PESSOA

POETAS	OBRAS
1. Autor desconhecido	1. O assassinato do presidente João Pessoa no dia 26 de julho em Recife 2. A chegada de João Pessoa no céu
2. Antônio de Sousa Coelho (Antonino Guerreiro)	1. A chegada de João Pessoa no céu
3. José Camelo de Melo Rezende	2. O bárbaro assassinato do Presidente João Pessoa
4. Laurindo Gomes Maciel	1. O assassinato do grande Presidente João Pessoa, assassinado covardemente em Recife, na confeitaria Glória, na tarde do sábado de 26 de julho de 1930 2. A chegada de João Pessoa no céu
5. Luiz Nunes Alves	1. A morte de João Pessoa e a revolução de 30
6. Thadeu de Serpa Martins	1. O assassinato do Dr. João Pessoa

COSTA E SILVA

POETAS	OBRAS
1. Erotildes Miranda dos Santos	1. A trágica morte do ex-presidente marechal Artur da Costa e Silva
2. Minelvino Francisco Silva	1. A morte do ex-presidente marechal Artur da Costa e Silva

OUTROS

POETAS	OBRAS
1. Abraão Bezerra Batista	1. Debate da Arena com o MDB antes de morrer
2. Apolônio Alves dos Santos	1. O trágico desastre que causou a morte do deputado Ulysses Guimarães
3. Arnaldo Cipriano de Souza	1. A nação chora sentindo a falta do presidente
4. Augusto de Souza Lima	1. A morte do saudoso deputado estadual Pedro 2. Almeida Valadares de Simão Dias – Estado de Sergipe
5. Minelvino Francisco Silva	1. A morte do saudoso prefeito de Itabuna senhor José de Almeida Alcântara
6. Olegário Fernandes da Silva	1. A morte de Alcides Teixeira, o deputado das vovozinhas
7. Otavio Menezes	1. A pranteada morte do senador Virgílio Távora
8. Raimundo Bezerra de Moura	1. A morte do senador João Câmara
9. Romano Elias da Paz	1. A morte do interventor Anthenor Navarro – seu trágico falecimento na Bahia, no desastre do avião Savóia, no dia 26 de abril

Notas

* Um estudo mais detalhado da visão dos poetas populares sobre os políticos nacionais, no que diz respeito à representação que constroem destes quando de suas mortes, foi realizado em: LIMA, Marinalva Vilar de. *Loas que carpem: a morte na literatura de cordel*. 2003. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Ver capítulo: “No plano de cima, como no plano de baixo: os políticos”.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Campina Grande e doutora em história social pela USP, tendo publicado os livros: LIMA, Marinalva V. *Narradores do Padre Cícero: do auditório à bancada*. Fortaleza, Edições UFC, 2000; LIMA, M. V. e MARQUES, R. (orgs.). *Estudos regionais: limites e possibilidades*. Crato, Ceres Editora, 2004. Atualmente, é membro do Núcleo de Estudos Regionais da Urca; coordenadora das especializações: Estudos Clássicos (cultura greco-romana) e História do Brasil-Turma III; e presidente do Sindurca – Sessão Sindical do Andes Nacional.

*** Professora e coordenadora do curso de história da Urca e mestre em ciências políticas pela UFPE, tendo defendido a dissertação *As práticas políticas dos industriais pernambucanos no governo Médici* (1997). É de sua autoria: “A teoria contratualista de Hobbes e o exercício autoritário do poder no Brasil pós-64”. In: Anais do II Encontro das Ciências Sociais, 7-11 nov. 1994, Recife, UFPE; Uma leitura de Marx através da escolha racional: *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Política Hoje*. Recife, Universitária, v. 2, ano 2, n. 4, jul./dez. 1995.

¹ SOARES, José F. *A morte do ex-presidente Castelo Branco*. S.n.t., p. 1, estrofes: 1-4; p. 2, estrofe: 4; p. 3, estrofes 2-4, respectivamente.

² José Francisco Soares, de acordo com ALMEIDA, Átila; ALVES, José. *Dicionário biobibliográfico de poetas populares*. 2 ed., Campina Grande, UFPB/Campus II, 1990 (v. 2: Biografias), p. 491, “Poeta de bancada nascido em Campina Grande a 5.1.1974 e falecido no Recife em 1980, residindo em Recife, (...) editava seus próprios folhetos, quase todos de época, quer dizer, tendo para temas acontecimentos do dia. Em razão dessa característica, ele mesmo se intitulava poeta-repórter. Seu senso de oportunidade toca as raias do inacreditável. Por exemplo, se Roberto Carlos tivesse morrido antes dele, vinte e quatro horas depois, sua vida, versada, estaria sendo contada num folheto de oito páginas. É que (...) tinha praticamente escrita a vida de cada pessoa muito conhecida. Só as duas estrofes finais ficavam em branco reservadas para a ‘causa mortis’, como ele dizia. Morto o figurão, ele acrescentaria a ‘causa mortis’ e imprimia”.

³ Utilizamos, aqui, a idéia de isotimia no sentido de promoção de igualdade ou equivalência, seguindo a perspectiva com que Jacyntho Lyns Brandão a emprega quando de sua análise sobre a obra *Diálogos dos mortos*, de Luciano de Samósata. Ver comentário de abertura da tradução feita por Maria Celeste Consolin Dezotti, publicada pela Hucitec, 1996.

⁴ Ver: LIMA, op. cit., em especial o capítulo “No plano de cima, como no plano de baixo: os políticos”.

⁵ Id., p. 23.

⁶ Acerca de Expedito Sebastião da Silva, ver: ALMEIDA; ALVES, op. cit., pp. 443-4; KUNZ, Martine. *Expedito Sebastião da Silva*. São Paulo, Hedra, 2000 (Coleção Cordel). Em termos gerais e de forma sucinta, eles colocam: “poeta de bancada, nascido em Juazeiro do Norte-CE a 20.1.1928, tipógrafo e ex-gerente da Tipografia São Francisco, de Juazeiro. Por volta de 1945, começou a trabalhar, como aprendiz de tipógrafo para José Bernardo da Silva. Em 1948, publicou seu primeiro folheto (...). Até o presente [1990], publicou mais de 100 obras. Sua vida é muito parecida com a de Delarme [Monteiro] que muito jovem começou a trabalhar para João Martins de Athayde na tipografia de quem publicou o primeiro trabalho e foi gerente. Expedito continuou a trabalhar na Tipografia São Francisco, mesmo depois de tornar-se propriedade das filhas do falecido José Bernardo”. Em 1994, entrevistamo-lo, quando a Tipografia já estava sob poder do governo do estado do Ceará, então denominada Lira Nordeste. Nesta época, Expedito ocupava o cargo de gerente. Na entrevista, falava da necessidade de respeitar as normas de escrita do cordel, lamentando o uso que os novos poetas faziam dele. Gostava de ser procurado pelos pesquisadores e se mostrava bastante interessado em falar dos mais distintos aspectos de sua vida, obra, relação com outros poetas e com o universo da produção na tipografia. Lamentava que os novos poetas, de formação universitária, descuidassem dos elementos de base do folheto – rima, métrica, oração –, chegando a fazer severas críticas às obras de poetas da região que assim procediam. Em suas palavras, fazer poesia “não é como se quer não, é como é”.

⁷ SILVA, Expedito Sebastião. *A lamentável morte do ex-presidente Castelo Branco*. Juazeiro do Norte, Tipografia São Francisco, de propriedade de José Bernardo da Silva, s/d.

⁸ Id., *ibid.*, p. 1, estrofe 1; p. 4, estrofe 4; p. 6, estrofe 1; p. 7, estrofe 2, respectivamente.

⁹ Id., *ibid.*, p. 4, estrofe 1.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 2, estrofe 2.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 3, estrofe 1, versos 1-4.

¹² PEREIRA NETO, André de Faria. *O Estado de S. Paulo e a deposição do presidente Goulart (1964): um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil*. *Revista de História Regional*, v. 4, n. 2, p. 14, inverno de 1999. Disponível em: <http://www.rhr.uepg.br>.

¹³ Ver: HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹⁴ SOARES, op. cit., p. 5, estrofes 1-3.

¹⁵ SILVA, op. cit., p. 1, estrofe 2.

¹⁶ SOARES, op. cit., pp. 4-5.

¹⁷ SILVA, op. cit., pp. 2-3.

¹⁸ PEREIRA NETO, op. cit., p. 14.

¹⁹ SILVA, op. cit., p. 2, estrofe 4.

²⁰ SOARES, op. cit., p. 4, estrofe 3, versos 5-6.

²¹ Id., *ibid.*, p. 6, estrofe 1.

²² PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 9, pp. 36-46, jul. 1984.

²³ Id., *ibid.*, p. 36.

²⁴ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

²⁵ Id., *ibid.*

²⁶ De acordo com o pensamento de Hobbes, “Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção”. Ver HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril, 1974, pp. 79-80.

²⁷ COMBLIN, op. cit., p. 10.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 48.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 140.

³⁰ HOBBS, op. cit., p. 110.

³¹ Id., *ibid.*, p. 86.

³² No comício das reformas em 13 de março de 1964, Jango discursou inflamadamente para 150 mil pessoas reunidas diante do Ministério da Guerra. A seu lado, no palanque, as principais lideranças esquerdistas da época. Sobre esta questão, ver: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 267.

³³ Em 30 de março de 1964, no Automóvel Club do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango discursou para os sargentos: “Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso país”. Cf.: COUTO, op. cit., p. 267.

³⁴ “A Operação Brother Sam, discretamente deflagrada nos Estados Unidos no final de março de 1964, consistia em apoio logístico ao golpe. Inclusive um porta-aviões – o Forrestal –, seis destróieres, quatro petroleiros, navio para transporte de helicópteros, esquadrilha de aviões de caça. Cerca de cem toneladas de armas leves e munições foram reunidas numa base militar de Nova Jersey para serem trazidas de avião... Como não houve resistência a *Brother Sam* foi suspensa”. COUTO, op. cit., pp. 25-6.

³⁵ SILVA, op. cit., p. 1, estrofe 3.

³⁶ “É a ‘linha-dura’, direita da direita militar, cuja disputa com os moderados vai permear todo o longo ciclo autoritário”. COUTO, op. cit., p. 63.

³⁷ SOARES, op. cit., p. 5, estrofe 4.

³⁸ PEREIRA NETO, op. cit., p. 8.

³⁹ PRZEWORSKI, op. cit.

⁴⁰ SOARES, op. cit., p. 6, estrofe 4; p. 7, estrofes 1-3.

⁴¹ SANTOS, Apolônio Alves. *Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu*. Guarabira, Tipografia Pontes, s/d.

⁴² Id., *ibid.*, p. 2, estrofes 2-4, respectivamente.

⁴³ SOARES, José Francisco. *O encontro de JK com Getúlio Vargas no céu*. Recife, s.n.t., 28/8/1976.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 3, estrofes 1-4, respectivamente.

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: SCHWARTZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 540.

⁴⁶ Ver quadro de autores e obras ao final do texto.

⁴⁷ Mesmo os títulos de alguns folhetos, que podem ser consultados através do quadro no final do texto, sugerem esta idéia.

⁴⁸ ALMEIDA; ALVES, op. cit., v. 3.

⁴⁹ Acervos em que pesquisamos: PPLP (Programa Permanente de Literatura Popular da Universidade Federal de Campina Grande – Campus I - João Pessoa-PB), Laell (Laboratório de Estudos Lingüísticos e Literários da Universidade Federal da Paraíba – Campus II – Campina Grande-PB), Behetçoro (Núcleo de Cultura Popular da Universidade Regional do Cariri – Urca – Crato-CE), FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro-RJ) e acervo próprio.

⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 8, estrofe 3.

⁵¹ Quadro construído a partir da pesquisa nos acervos Laell – Laboratório de Estudos Lingüísticos e Literários da UFCG; PPLP – Programa Permanente de Literatura Popular da UFPB (PB); Beretçoho – Núcleo de Literatura popular da Urca (Universidade Regional do Cariri-CE); do acervo próprio e da consulta a ALMEIDA; ALVES, *op. cit.*, v. 3. Ressaltamos que, na formulação do quadro, nosso interesse esteve voltado para os folhetos que trataram da morte dos políticos ou de questões relacionadas ao pós-morte.

**O MARANHÃO SERÁ TERRA EM TRANSE?
HISTÓRIA, POLÍTICA E FICÇÃO NUM DOCUMENTÁRIO
DE GLAUBER ROCHA***

*Wagner Cabral da Costa***

Resumo

Análise do documentário *Maranhão 66*, de Glauber Rocha, criador da *Eztetyka da Fome*. Ao registrar a posse de José Sarney como governador, o cineasta produziu um curta-metragem de forte impacto, provocando uma intensa polêmica e permitindo um amplo espectro de interpretações, em função das estratégias de agressão e do grotesco alegórico. O diretor do *Cinema Novo* realizou uma experimentação estética com a linguagem do documentário (entendido como *cinema-verdade*), possibilitando discutir as conexões entre *Maranhão 66* e o filme *Terra em transe* (1967), em que se percebe uma singular imbricação entre história, política e ficção.

Palavras-chave

Cinema e história; cinema-documentário; *Eztetyka da Fome*; política – Brasil.

Abstract

Analysis of the documentary Maranhão 66, of Glauber Rocha, creator of the Aesthetics of Hunger. In recording the sworn in as governor of José Sarney, the cinematographer has produced a short-feature movie of strong impact, which has provoked an intense polemics and allowed a wide spectrum of interpretations, employing strategies of aggression and the allegorical grotesque. The moviemaker of Cinema Novo has made an aesthetical experimentation with the language of the documentary (conceived as truth-movie), permitting to discuss the connections between Maranhão 66 and the movie Terra em Transe (1967), where it is perceived a singular liaison between history, politics and fiction.

Key-words

Cinema and history; documentary; Aesthetics of Hunger; politics – Brazil.

O “Dia da Independência do Maranhão”

A verdade que vos digo é que no Maranhão não há verdade.
(Padre Antônio Vieira)

São Luís, segunda feira, 31 de janeiro de 1966. A cidade acordou em festa com a posse do novo governador, José Sarney Costa, eleito pelas Oposições Coligadas (UDN/PSP/PR). A data foi entusiasticamente saudada pela imprensa oposicionista. Seria o “nosso 7 de setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha”, a “Hora da Libertação”.¹ Eis o legado político da “Campanha de Libertação”: o resgate das tradições cívicas e culturais dos maranhenses. O novo governo prometia adotar um programa liberal de “moralização dos costumes políticos” e de “progresso com justiça social”, com o advento de um “Maranhão Novo”.

Panem et circenses. Ocorrendo em plena temporada pré-carnavalesca, a posse contou com uma programação bastante variada. Começando com uma salva de foguetes à zero hora, em frente à residência da família Sarney, significando que “a partir daquele instante uma nova era será contada para o Maranhão”.² A queima de fogos deu início ao “*Carnaval popular*”, com a multidão a cantar o *jingle* de campanha, “Meu voto é minha lei, para governador José Sarney”, em ritmo de samba.³ Os eventos da festa “cívico-popular” foram minuciosamente planejados pela Comissão Central dos Festejos, composta por comitês de bairro, sindicatos, governo estadual, prefeitura de São Luís, delegações do interior. Visando a assegurar uma maciça participação, foram utilizados vários artifícios: ponto facultativo nas repartições estaduais e feriado municipal. Em nota oficial, a Associação Comercial do Maranhão conclamou as “classes produtoras” (o comércio, a indústria e os bancos) a suspender suas atividades no dia 31. Ademais, os bondes, principal meio de transporte coletivo, circularam de graça durante todo o “Dia da Independência”.⁴

Feriado, futebol, Carnaval. O espetáculo político-carnavalesco desenrolou-se por todo o dia, com Missa em Ação de Graças na Catedral; jogo de futebol com portões abertos no Estádio Santa Izabel, o “clássico” Seleção de Ribamar x Ícaro Sport Club. E, ainda, “cinema para o povo”, com sessões gratuitas em todas as salas; visita pública do Palácio dos Leões (sede do governo); churrasco de confraternização, oferecido pela diretoria do Clube Jaguarema. À tarde, houve o compromisso de posse perante a Assembléia Legislativa, seguido de revista e desfile das tropas da Polícia Militar. A comemoração prolongou-se noite adentro, com a realização de inúmeros bailes, o principal dos quais para os “visitantes”, nos salões do prestigiado Grêmio Littero-Português (onde se reunia a fina flor da elite local).

Encontro de um líder com o povo. O ponto culminante das festividades foi a solenidade de transmissão do cargo, no Palácio dos Leões, seguida de comício na Avenida Pedro II, em que, durante cerca de 30 minutos, o governador discursou em rede de rádio e TV, “debaixo de verdadeiro bombardeio de foguetes e ao som de tambores, das Escolas de Samba, e das palmas da multidão incalculável, que lotava a referida avenida”. Segundo um comentarista, o espetáculo foi “indescritível”, com “mais de 100 faixas e cartazes, com dísticos, sintetizando as esperanças do povo no seu novo governante”. Povo, que, “em delírio”, ouviu o pronunciamento, “registrando-se empurrões, gritos, requebros dos integrantes das escolas de samba, charangadas etc.”.⁵ O jornalista José Oliveira assinalou que “segunda-feira foi um dia de muita pagodeira (...). Foi realmente um dia infernal para a turma que gosta da pagodeira de Momo”. Os “clubes populares” – Urussanga, Saravá, Carcará, Estrela Dalva, Tricampeão, Nosso Clube do Anil – abriram as suas portas para “receberem gratuitamente os foliões (...). Escolas de samba e blocos carnavalescos também estiveram dando as suas voltas pelo centro da cidade. A enchente nem se conta”.⁶ Um show de cidadania, pois, uma “incalculável massa humana, numa concentração cívica inédita na história do Maranhão, ocupou literalmente toda a vasta extensão da Praça Pedro II”, transformando o evento “em verdadeiro Carnaval, tão grande era a alegria do povo”.⁷

Segundo a visão dos próprios protagonistas, o significado do acontecimento estaria dado no calor da hora: a ascensão de Sarney ao poder representaria “a mudança radical numa estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção”, sob a tutela política do senador pernambucano Victorino Freire (PSD); seria, ainda, “um protesto contra o abandono a que foi relegada a nossa terra, tão imponente em sua tradição cultural, tão bela em sua fisionomia histórica, (...) tão frágil, como um brinquedo, nas mãos dos governos irresponsáveis”.⁸ Em outro artigo, o jornalista Lago Burnett complementa que o Maranhão “conseguiu se libertar sozinho, depois de 20 anos consecutivos de submissão ao regime de opressão e injustiça social”, “conseguiu emergir da longa noite de dominação vitorinista, de incompetência administrativa, de descalabro econômico, de mediocridade política”.⁹ Interpretação histórica ainda hoje repetida em círculos palacianos, sua idéia central é: com a posse de Sarney, “o vitorinismo, como sistema de prática política e administrativa [dominante entre 1945 e 1965], estava definitivamente aniquilado no Maranhão inteiro”.¹⁰

O processo político, contudo, não foi tão simples assim. A vitória de José Sarney no pleito de outubro de 1965 esteve intimamente associada aos rearranjos promovidos pelo regime militar nas estruturas de poder da federação. Este é um aspecto muitas vezes negligenciado nas análises do autoritarismo militar: seu impacto quanto à reorganização

dos sistemas de poder nos estados, pois, paralelamente à brutal repressão, o regime buscou liquidar os alicerces de sustentação dos partidos dominantes no período “populista” (PSD e PTB), fortalecendo os setores confiáveis da ala civil do golpe, a UDN. Foram inúmeras as intervenções, diretas e indiretas, visando a garantir a dominância de seus subordinados civis, num complexo processo de reengenharia política que objetivava “sanear”, segundo uma ótica elitista e conservadora, o sistema político brasileiro.

Esquemáticamente, podemos dizer que o golpe produziu efeitos em três direções na política maranhense. Em primeiro lugar, o regime militar buscou reprimir as diversas iniciativas de mobilização social que haviam florescido no pré-1964. No campo, com destaque para o Vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se na luta contra a grilagem e a invasão das lavouras pelo gado, defendendo a reforma agrária. Foram criados inúmeros sindicatos de lavradores, bem como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (Atam), sob a influência do PCB. Além disso, já se esboçava a existência de um setor progressista da Igreja Católica, precursor da Teologia da Libertação, caso do padre Alípio de Freitas (defensor da palavra de ordem das Ligas Camponesas – “Reforma Agrária na lei ou na marra”), do Movimento de Educação de Base (MEB) e da catequese avançada conduzida por Dom Antônio Fragoso (bispo auxiliar de São Luís).¹¹ Em São Luís, cresciam as mobilizações de estudantes, trabalhadores e intelectuais, as quais culminaram na fundação, em fins de 1963, da Frente de Mobilização Popular (FMP), órgão de coordenação da luta pelas Reformas de Base e pela constituição de um governo nacionalista. A FMP teve uma composição bastante diversificada, congregando entidades estudantis (União Maranhense de Estudantes), lavradores (Atam), trabalhadores urbanos (sindicatos, Pacto de Unidade Sindical, CGT), associações de bairro e o Grupo Parlamentar Nacionalista.

A forte repressão atingiu em cheio todos estes setores. Passeatas e manifestações públicas foram proibidas. O *Jornal do Povo* (porta-voz do nacionalismo reformista) e a *Tribuna do Povo* (do PCB) foram fechados. Dirigentes comunistas, líderes sindicais e outros considerados “subversivos” foram presos (a médica Maria Aragão e o poeta Bandeira Tribuzi, dentre outros). Com a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1), o deputado federal Neiva Moreira (PSP) perdeu o mandato, bem como os direitos políticos. O parlamentar ainda foi preso, partindo para o exílio (julho de 1964) e somente retornando após a anistia, em 1979. Mais realista que o rei, a Assembléia Legislativa aprovou uma resolução declarando a perda dos mandatos de alguns deputados estaduais e suplentes, em razão do “exercício de atividades comunistas” e da “prática de atos subversivos”.¹² Por conseguinte, os setores mais radicais das Oposições Coligadas foram expurgados e depurados.

Em segundo lugar, o golpe provocou o acirramento dos conflitos internos do PSD maranhense, aprofundando a crise do vitorinismo. Ainda em 1962, um grupo de seis deputados federais abandonou o PSD e ingressou no PTB, na esperança de obter apoio do presidente João Goulart para suas pretensões de conquista do governo estadual (projeto abortado com o golpe). Mas a principal disputa opôs o governador Newton Bello ao senador Victorino Freire, cada qual buscando controlar o Partido e obter do regime militar o beneplácito necessário para eleger o novo governador. Em meio a intrincadas intrigas palacianas, verificou-se a ruptura entre os dois. Assim, Newton Bello lançou a candidatura do prefeito nomeado de São Luiz, Costa Rodrigues (PDC/PL), enquanto a “raposa” apoiou o deputado federal Renato Archer (PTB/PSD), cujo nome havia sido vetado pelo regime. O vitorinismo estava cindido, o que aumentou as chances de vitória das Oposições, possibilitando a diversos coronéis e chefes políticos do interior mudar de lado.

A terceira e decisiva reorientação foi o apoio proporcionado pelo governo do general Castelo Branco à candidatura de José Sarney, segundo a lógica já explicitada de garantir a vitória de grupos favoráveis ao regime. Para concretizar este apoio, foram adotadas medidas como a “intervenção branca” na Justiça Eleitoral e a convocação de tropas para garantir as eleições. Porém, a medida mais significativa, por seu valor simbólico e prático, foi a revisão do eleitorado, quebrando a “Universidade da Fraude” vitorinista. O resultado: a eliminação de mais de 200 mil “fantasmas”, num universo de 497 mil eleitores (um expurgo de cerca de 40% do eleitorado).

Tantas e tão profundas intervenções surtiram os efeitos desejados, propiciando a vitória udenista em 1965: Sarney obteve 121.062 votos (49%), Costa Rodrigues ficou com 68.560 votos (27,7%), Renato Archer obteve 36.103 (14,6%), e houve ainda 21.431 votos em branco ou nulos (8,7%). Dava-se mais um salto espetacular do “canguru” Sarney, transmutando-se de nacionalista e reformista no governo João Goulart a subordinado civil do regime autoritário. Em discurso agradecido, o governador recém-empossado enfatizou que “foi preciso que o governo federal iniciasse novos métodos para que a oligarquia do Maranhão ruísse, fosse abaixo, desmoronasse”. Complementando que a vitória das Oposições Coligadas teria sido impossível sem “a determinação do governo do marechal Castelo Branco, no sentido de que as eleições fossem livres e que fossem limpas”.¹³ Em outra oportunidade, José Sarney enumerou algumas das “vitórias da Revolução de 31 de março”, destacando a extinção dos partidos políticos. A conclusão foi cartesianamente cristalina: com tais medidas, “as oligarquias começaram a ruir em todos os quadrantes do Brasil”.¹⁴

Dessa forma, a “Revolução” (leia-se, a ditadura) seria um “antídoto” eficaz ao autoritarismo político dominante no Maranhão (da *Ocupação* de Victorino Freire), conformando e produzindo uma singular “democratização pela via autoritária”. A bandeira da “moralização dos costumes políticos” foi empunhada pela ditadura, que, “do alto”, determinou a mudança das regras do jogo, reestruturando o sistema de dominação e provocando a alternância de grupos no poder estadual. Uma “vitória outorgada”, nas palavras de José de Ribamar Caldeira, para quem a eleição de Sarney representou “apenas o *referendum* da sociedade civil do Estado para a consecução dos objetivos do governo central”, quais sejam, a “necessidade de inserção do Maranhão dentro do projeto político estabelecido pela Revolução de 1964”, através do “afastamento dos centros de decisão política de alguns Estados, de alguns coronéis tradicionais do PSD”.¹⁵ Portanto, vitória eleitoral e consagração popular sob tutela militar, num paradoxal processo de “libertação pelo alto”, em que o desejo oposicionista de uma intervenção federal “saneadora” finalmente se concretizou, mas ao custo de reestruturar (e não romper) o sistema oligárquico e patrimonial de dominação (com o que discordamos frontalmente de todos aqueles que apontam uma descontinuidade na política maranhense, com uma suposta ruptura das estruturas políticas básicas no pós-64).

O sucesso da *estratégia periférica* das Oposições Coligadas produziu uma inusitada combinação entre populismo e autoritarismo. De um lado, a condição de “herdeiro” do legado simbólico das Oposições Coligadas transformou Sarney em uma liderança populista, capaz de canalizar as energias e esperanças de significativa parcela da população em torno da promessa de “Redenção” do Maranhão. Mas, por outro lado, a articulação com o centro político nacional foi essencial para sua ascensão, consolidação e perpetuação no poder – processo ocorrido sob a égide de relações íntimas estabelecidas com o regime militar e seu partido, a Arena.¹⁶ Sob este aspecto, Sarney seguia uma trajetória de “preposto civil do poder central” bastante similar à de Victorino Freire 20 anos antes – pois ambos tornaram-se chefes da oligarquia em conjunturas críticas de transição, em que interesses dominantes na política nacional forçaram uma reestruturação do sistema de poder no Maranhão em favor de novos personagens.¹⁷ Assim, através de um jogo de espelhos, de imagens sobrepostas, o “canguru” sobrepujou a “raposa”, preparando-se para os novos saltos que viriam.¹⁸

TV Eldorado apresenta: Maranhão 66

E vencemos! As coisas que vi naquela campanha! Uma tragédia muito maior que nossas próprias forças... eu, agora a teu lado, pensava nos problemas que surgiriam e me perguntava como responderia o governador eleito às promessas do candidato (Paulo Martins).

Em meio às batalhas de confete e serpentina, deve ter passado despercebida a muitos a presença em São Luís do cineasta Glauber Rocha, que viajara, juntamente com o produtor Luís Carlos Barreto e a equipe da Mapa Filmes, para a cobertura da posse. Apesar disso, as atividades do grupo foram intensas. Poucos dias depois, houve a “*avant-première* mundial” do filme *A hora e a vez de Augusto Matraga*, do diretor Roberto Santos, vindo de uma premiação no Festival de Brasília. Produzida e distribuída por Luís Carlos Barreto (Difilm, a distribuidora do Cinema Novo), a película teve uma sessão especial no Cine Éden (o mais antigo e luxuoso da cidade), a qual foi anunciada com estrépito: “Cinema nacional homenageia Sarney”.¹⁹ O evento mexeu com a vaidade local, pois o filme, já premiado em Brasília e candidato do Brasil em Cannes, seria “exibido pela segunda vez no país e no mundo, o que muito representa para a cultura maranhense”.²⁰ O anúncio foi acompanhado de críticas bastante elogiosas ao chamado “Novo Cinema brasileiro”, o qual “ganhou uma maturidade surpreendente, lançando para o mercado nacional e internacional filmes de uma qualidade artística superior a qualquer expectativa e que mostram facetas ainda desconhecidas do talento de uma nova geração ativa e cheia de idéias”. Foram acertados, ainda, contratos com a Empresa Roxy (proprietária de vários cinemas) para a exibição de “uma série de lançamentos nacionais da nova linha”, inclusive *Deus e o Diabo na terra do Sol* (de Glauber Rocha) e *Menino de engenho* (de Walter Lima Júnior).²¹

Sobretudo, porém, a semana foi utilizada para a realização das filmagens do documentário para cuja realização foram contratados, um curta-metragem denominado *Maranhão 66: posse do governador José Sarney*. Nessa época, Glauber Rocha já ascendia à condição de mito devido ao vertiginoso sucesso internacional de *Deus e o Diabo na terra do Sol*, lançado em 1964, às vésperas do golpe militar. O sucesso, contudo, não era suficiente para bancar a produção de seus filmes. Por conta disso, em 1965 e 1966, fez dois “trabalhos de encomenda”, os documentários *Amazonas*, *Amazonas* e *Maranhão 66*. Em texto comentando o período (no sugestivo tópico “em busca do ouro”), o próprio Glauber relata que, num determinado momento de 1965, “as propostas em volta, eu fugi do Festival [Internacional do Cinema, na Guanabara]”, tendo ido “para o Amazonas fazer um

documentário de encomenda para sobreviver, voltei ao Maranhão para fazer outro documentário e quando pude ter o mínimo de dinheiro para organizar meu tempo”, o cineasta começou a reescrever o roteiro de *Terra em transe* (lançado em 1967).²²

Por ocasião da fundação do Tempo Glauber (responsável pela preservação da memória do cineasta), Sarney narrou seu convite nos seguintes termos: “com humildade, aceitou. Quando o filme foi apresentado ao público, em um cinema de arte, há quase 20 anos, a reação inicial de desconfiança transformou-se em aplausos. Por quê? Porque ao invés de filmar minha posse, filmou o Maranhão, seus casebres, suas ruas, sua miséria e sua esperança”.²³ De concreto, da relação de amizade então iniciada entre o cineasta e o político, resultou, ainda, segundo Sylvie Pierre, “a ajuda particular de José Sarney para o financiamento de *Terra em transe*”.²⁴ Na verdade, a ajuda não foi tão “particular” assim, conforme pode ser visto nos créditos do filme, nos quais consta o Banco do Estado do Maranhão (BEM) como um dos patrocinadores.

As relações entre o curta-metragem e o filme foram, contudo, além dos aspectos mencionados, residindo na própria escritura fílmica. Em uma de suas poucas referências, Glauber comenta que *Maranhão 66* foi importante, sendo “uma experiência muito útil” para o longa-metragem, porque “pela primeira vez filmei com som direto e porque participei das etapas de uma campanha eleitoral”.²⁵ O cineasta exercitou a linguagem do documentário, dialogando com as técnicas do *cinema-verdade* europeu, cujas idéias vinham sendo discutidas desde fins dos anos 1950 pelos cineastas brasileiros, dada a sua proximidade com o discurso cinema-novista (tomadas em som direto, entrevistas a populares, câmera na mão).²⁶ Por outro lado, ao acompanhar os bastidores da política, Glauber pôde reverter sua experiência “para a ficção exuberante de *Terra em transe*, o melhor estudo cinematográfico sobre populismo, messianismo e burguesia nacional”.²⁷

Sons e imagens de *Maranhão 66* foram inseridos no longa-metragem, precisamente na seqüência da campanha, eleição e posse do carismático Felipe Vieira como governador da província de Alecrim, país atlântico de Eldorado. Segundo Rossini Corrêa, a proximidade entre ambos seria ainda maior. Baseando-se em entrevista com o político Edson Vidigal, o sociólogo sinaliza a idéia de que a matéria-prima do filme foi retirada da trama política maranhense, com a correspondência inclusive entre atores reais e ficcionais: José Sarney seria o líder populista *Dom Felipe Vieira* (lembremos José Lewgoy de bigode); o poeta Bandeira Tribuzi, o amargurado intelectual de esquerda *Paulo Martins* (interpretado por Jardel Filho); já Victorino Freire corresponderia ao líder reacionário e conservador *Dom Porfírio Diaz* (vivido por Paulo Autran).²⁸ Apesar de insustentável, uma vez conhecida e analisada toda a complexa trama do longa-metragem, esta afirmação remete à necessidade de uma investigação mais elaborada das interfaces entre as duas películas glauberianas.

Ao que parece, havia, porém, ainda outras pretensões na associação entre o cineasta e o político: o Maranhão seria *Terra em transe*, num sentido mais concreto. Em 1º de abril de 1966, um matutino noticiava que “São Luís do Maranhão será incluída no roteiro de filmagens do cineasta Glauber Rocha, que estará aqui em meados de maio próximo acertando as necessárias providências para as tomadas das cenas que integrarão *Terra em transe*”. O cineasta foi apontado como um dos mais ativos colaboradores do “chamado Cinema Novo, fugindo à chanchada (...) e utilizando o cinema como instrumento de cultura para o povo”. Dessa forma, a esperada “segunda experiência cinematográfica” do diretor baiano em terras timbiras se seguiria ao “documentário de 15 minutos, que está concluído, [retratando] o imenso potencial econômico do nosso Estado”.²⁹ Apesar de publicada no tradicional dia da mentira, a matéria gerou expectativas e, no dia seguinte, um colunista social informava que “possivelmente no próximo mês de maio, Fernanda Montenegro e Orlando Vilar estarão filmando em São Luís, sob direção de Glauber Rocha”.³⁰ Nenhuma previsão se confirmou, entretanto. Por razões várias, o longa-metragem foi rodado em apenas um mês, no Rio de Janeiro, com Glauce Rocha e Jardel Filho em lugar dos atores mencionados. Já a presunção de que o documentário mostraria “o nosso imenso potencial econômico”, convertendo-se em peça de propaganda, logo foi dissipada. *Maranhão 66* foi uma arma de propaganda política e econômica, sim, mas em sentido diametralmente oposto, como veremos.

“*O Diabo na terra onde até o Sol mente*”

Os vícios da língua são tantos, que fez Drexélio um Abecedário inteiro, e muito copioso deles. E se as letras deste Abecedário se repartissem pelos Estados de Portugal; que letra tocaria ao nosso Maranhão? Não há dúvida, que o M. M – Maranhão, M – murmurar, M – motejar, M – maldizer, M – malsinar, M – mexericar, e, sobretudo, M – mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente (*Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*, Padre Antônio Vieira).

Até então, ao que parece, apenas um círculo restrito de pessoas com acesso ao governador e ao cineasta tinha noção do roteiro e da narrativa de *Maranhão 66*. Segredo bem guardado, apenas entrevisto nas palavras de Lago Burnett, ao comentar que o cineasta baiano estava “fazendo um documentário para o governador das condições em que o Estado foi deixado por seus antigos donatários”, seguido da lembrança de que, daí a cinco anos, seria necessário compará-lo com os resultados da administração Sarney.³¹

Assim, num domingo, três de abril, dois meses após as filmagens, *Maranhão 66: a posse do governador José Sarney* estreou nas telas do luxuoso Cine-Teatro Éden, caindo como uma bomba na pacata capital maranhense. Na véspera, o *Jornal do Dia*, em sua coluna dedicada à programação dos cinemas, anunciava sua apresentação extra, como cine-jornal, precedendo a exibição de *O Rolls-Royce amarelo*, filme em cores com um “elenco internacional de famosas estrelas: Ingrid Bergman, Alain Delon, Rex Harrison, Jeanne Moreau, Shirley MacLaine”. Com produção de Luís Carlos Barreto, o documentário continha “uma visão impressionante editada por Glauber Rocha sobre o grande acontecimento político”.³²

No domingo, já preparando os ânimos para o que se veria nas telas, a manchete de primeira página do mesmo jornal assinalava que “São Luís, seus azulejos e contrastes, o interior maranhense, a sua miséria e a grande festa que o povo fez no dia em que levou José Sarney ao governo do Estado – constituem os temas principais do filme”. Em breves palavras, a nota orientava o “olhar” do espectador, a “leitura” do filme, indicando a direção em que se deveria pensá-lo: “O documentário mostra o Maranhão que José Sarney encontrou”. Qual seria este Maranhão? Aquele de “hospitais abandonados, o homem desprovido dos seus direitos, ‘os mais sagrados da pessoa humana’, ‘obras’ [fantasmas] como a ponte de São Francisco, o nosso potencial econômico simbolizado no babaçu, ‘flashes’ impressionantes do ‘dia da libertação’”. Segundo o matutino, “o trabalho de Glauber Rocha e sua equipe sintetiza o grito do Maranhão ao resto do Brasil, precisando de ajuda para não ficar sozinho, depois de vitoriosa luta árdua que durou 20 anos”.³³

Apesar do esforço didático-político do jornal, contudo, a exibição de *Maranhão 66* gerou uma intensa polêmica na cidade, que se estendeu por semanas. As “estratégias de agressão” adotadas, bem como a montagem vertical (imagem e som independentes entre si) nas seqüências que acompanham o discurso de posse, acabaram surtindo o efeito desejado: estranhamento, problematização, paralisia. Em lugar de “aplausos-unânicos-a-exaltar-a-genialidade-de-Glauber-Rocha” (conforme sugerido pela supracitada entrevista de Sarney), as reações do público à *Eztetyka da Fome* foram bem mais complexas e diversificadas.

“– Chocante! – é em geral o lacônico comentário de quantos assistiram ao curta-metragem *Maranhão 66*”, resumiu o colunista social de “Passarela”.³⁴ Outro articulista publicou que foi “*muito comentado o ‘complemento’ cinematográfico que está sendo projetado no Éden, mostrando apenas o lado podre do Maranhão. As opiniões se entrecrocaram com favoráveis e contrárias à produção*”.³⁵ Estas assertivas, vindas de jornalistas francamente favoráveis ao governo Sarney, foram até comedidas diante de outras opiniões. “Nem pretendo descobrir quem financiou, e por que o fez, o filme criminoso que

apresenta a nossa tão decantada, bela e atraente capital na imagem mais grotesca, irreal e tendenciosa”, exclamou, indignado, monsenhor Ladislau Papp, professor da Faculdade de Filosofia.³⁶

Representações estéticas da cidade em jogo, gerando uma polêmica cujos contornos não foram definidos nem demarcados pelos alinhamentos políticos então vigentes, sendo aberto um processo de acirrada competição em torno das representações sociais e idéias-imagens acerca do Maranhão e sua identidade. O documentário propiciou, em um curto espaço de tempo, uma verdadeira explosão vulcânica, em que o magma constitutivo dos imaginários sociais sobre o Maranhão se revolveu, expandiu, liquefez, volatilizou, com a (des)construção de novas e antigas significações. Nas palavras de Bronislaw Baczko, “o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva, e, em especial, do exercício do poder. Simultaneamente, ele é o *lugar* dos conflitos sociais e um dos *objetos em disputa* nesses conflitos”.³⁷

Dessa forma, o cronista José Chagas, preocupado com a imagem externa do estado, reconheceu alguma validade na argumentação dos críticos do documentário, afinal, “a impressão de nossa capital lá fora é de espantar o turista mais afeito. Pois ninguém há de querer passar uma temporada no inferno” [como Dante e Rimbaud]. A título de exemplo, o jornalista menciona, bastante ressentido, a expressão usada pelo colonista carioca Ibrahim Sued para se referir a São Luís: “uma cidade onde só há carroças de burro”. Logo, a contratação de Glauber Rocha não foi aleatória, pois “o filme foi feito com o objetivo de provocar um impacto tremendo no espectador”, sendo “chocante para muitos maranhenses”. Tendo dirigido *Deus e o Diabo na terra do Sol*, o cineasta foi escolhido pelo governador “para filmar, desta vez, somente o Diabo na terra onde até o Sol mente, como exclamava o padre Antônio Vieira”.³⁸

O colonista Jámenes procurou manter uma atitude “imparcial”, mostrando as razões de cada lado, tanto dos que “estão envergonhados com o filme, que poderia receber o nome de *O embaixador da miséria*” quanto daqueles que o defendem, afirmando que “aquilo é a mais pura das realidades, misturada com a melhor técnica desmoralizante em matéria de destruir uma administração política que passou” (no caso, o governo Newton Bello – 1961-65). Uns, querendo que “aquelas verdades não fossem levadas para fora do Estado”; outros, desejando o contrário, “para que as autoridades da República olhassem e vissem o Maranhão verdadeiro”. Então, com ambigüidade salomônica, o jornalista sentenciou: “que aquilo é verdade não se pode negar, que não deveria ser levado para fora do Maranhão também não se pode contestar”.³⁹

A polêmica ainda repercutia quando, em 11 de abril, José Sarney Costa foi empossado na presidência da Academia Maranhense de Letras, em concorrida cerimônia.⁴⁰ Acos-

sado pelas críticas ao documentário, respondeu indiretamente, afirmando que “falar de Maranhão” é falar de tradição, de poetas, de riqueza, de passado. “Mas, o que devemos afirmar, hoje, é que somos um Estado pobre, miserável, de estatísticas terríveis. Não envergonha mostrar e é crime encobrir”. Citando os historiadores Mário Meireles e Jerônimo de Viveiros, o acadêmico estabeleceu a identidade entre “a fase de prosperidade da economia maranhense” e “a época áurea de nossas letras” (o Grupo Romântico, de Sotero dos Reis, Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa). Por isso, firmava seu compromisso de “restaurar as nossas letras e artes” juntamente com a “restauração” da economia. Pois “a fome é bom tema para obras de ficção, não para o criador da obra de arte e a tuberculose deixou de ser a fonte inspiradora dos poetas”.⁴¹

Não sabemos se havia, nesta questão, divergências estéticas entre o novo ocupante dos Leões e seu colaborador Leucipo Teixeira (pseudônimo de Bandeira Tribuzi). Porquanto o jornalista destacou precisamente a “genialidade” de Glauber, ao realizar uma “pequena obra-prima”, pois se tratava de “um filme-impacto em expressiva linguagem cinematográfica e num estilo renovador do documentário”. Além da “qualidade artística”, o “povo” teria aplaudido no filme o seu “valor histórico”, seu “exemplo da decisão dos maranhenses ao condenar erros graves e crônicos e preferir o Progresso e a Liberdade”.

Composição polissêmica de um retrato do Maranhão. O poeta Leucipo apresentou uma interessante proposta de leitura do documentário a partir de sua estrutura narrativa. De um lado, “expressivos flashes da realidade maranhense: a miséria, os signos da violência, as evidências da omissão do poder público, mas também, as belezas tradicionais e as riquezas potenciais”. Tecia-se, desta forma, a narrativa grotesca da *Ocupação* (o domínio do pernambucano Victorino Freire). Esboço de uma geopolítica do torrão maranhense: configuração imagética do espaço estadual como uma ilha de atraso, microcosmos do subdesenvolvimento, mas também espaço mítico e edênico de natureza exuberante e bela (com sua promessa permanente de pomos de ouro, de rios de leite e mel, incitando desejos fáuticos de desenvolvimento).

Esta a moldura do acontecimento mais relevante: “a comemoração do reencontro do Estado com suas tradições”. A narrativa épica da *Libertação* (a eleição de José Sarney), com o restabelecimento dos mecanismos de controle sobre o tempo regional. Ansiado reencontro em praça pública, “onde massa popular de dezenas de milhares de pessoas aplaudiam a libertação do Estado dos vícios políticos, da mesquinha, da falta de grandeza para respeitar o passado e encarar o futuro”. O articulista conclui afirmando que “insulto ao Maranhão” foi feito por aqueles cuja “conduta no Poder” condenou “nossa terra ao atraso”, transformando-a “no campo de concentração da democracia brasileira”.⁴²

Signos da morte *versus* tradições de liberdade – um titânico e celestial combate travado num decadente *Maranhão 66*. Dois eixos narrativos, portanto, combinados e contrapostos a conformar e cumprir uma função político-pedagógica. A estrutura narrativa foi composta conforme uma lógica dualista, operando a partir da elaboração de pares antitéticos. Assim, o enredo possui um caráter bifronte, sendo organizado para expor a evolução simultânea de duas linhas de pensamento: o discurso de posse de José Sarney e o discurso fílmico de Glauber Rocha (segundo a *Eztetyka da Fome*). Complexa operação de enredamento com base em duas matrizes discursivas, que guardam diferenças e afinidades entre si, que dialogam e disputam a produção de sentido, mas que, em função dessa mesma duplicidade, ampliam as possibilidades de outras leituras e outros olhares. Verifica-se uma convivência tensa entre estas diferentes escrituras, revelando ambigüidades e contradições, constituindo um documento-monumento para a história. Contudo, as duas matrizes narrativas são convergentes em um ponto essencial: sua visão teleológica da história, enquanto duelo entre o épico e o grotesco, entre o moderno e o arcaico.⁴³ Dualismo alegórico em seu sentido teológico, o qual, conforme assinala Angus Fletcher, “implica a oposição radical entre duas substâncias independentes, mutuamente irredutíveis e mutuamente antagônicas: em suma, a oposição entre o Bem Absoluto e o Mal Absoluto, que pode ser encontrada numa variedade de doutrinas maniqueístas”.⁴⁴ Deus e o Diabo na terra onde até o Sol mente.

O curta-metragem, portanto, permite uma variedade de olhares e interpretações, gerando a complexificação da rede discursiva. As querelas que gerou possibilitam vislumbrar as estratégias adotadas pelos diversos grupos políticos, suas ofensivas e contra-ofensivas. Assim, devido ao clima generalizado de brutal e sangrenta repressão às esquerdas (inspirado na Doutrina de Segurança Nacional, que identificava no “inimigo interno” o alvo a combater), os atores políticos ligados a Victorino Freire e ao ex-governador Newton Bello desenvolveram ampla campanha contra o novo governo, acusando Sarney e seus assessores de “vermelhos”, “subversivos” e “bolchevistas”, com o objetivo de produzir *manu militari* uma “virada de mesa” na política estadual (via uma intervenção federal). As relações anteriores do deputado Sarney com a ala “progressista” da UDN (a “Bossa Nova”), com as “posições nacionalistas” e com os comunistas foram constantemente denunciadas, assim como o seu “oportunismo” político, quando aderiu à “Revolução Redentora”.⁴⁵ Boatos e mexericos eram freqüentes, boa parte dos quais envolvendo um possível veto militar à candidatura de Sarney, em 1965, ou mesmo a cassação de seus direitos políticos.

No decorrer da campanha anticomunista, um caso de bastante repercussão foi o do poeta e economista Bandeira Tribuzi (diretor do reformista *Jornal do Povo* e presidente

da Frente de Mobilização Popular no Maranhão). O jornalista foi preso no quartel do 24º BC (abril de 1964), sendo demitido do DNER, além de ter seus direitos políticos cassados. Considerado pelos órgãos de segurança um reconhecido “adepto do credo vermelho”, respondeu a Inquérito Policial-Militar na Auditoria da 10ª Região Militar (CE), junto “com outros elementos considerados subversivos”.⁴⁶ No IPM (nº 5/65), era acusado de ser “um dos chefes do PC em São Luís”, juntamente com Maria José Aragão, atuando na campanha de legalização do Partidão e na realização de “cursos básicos” em que “manifestou aulas da Doutrina Comunista, nas quais eram pregadas a Subversão da Ordem Política e Social, com a finalidade de estabelecer uma ditadura da classe proletária”.⁴⁷ Após sua soltura, não seguiu o caminho do exílio, como tantos outros, permanecendo no estado, onde veio a se tornar uma figura-chave (e controversa) do governo Sarney, na área de assessoria e planejamento econômico.

A exibição do polêmico *Maranhão 66*, por conseguinte, forneceu novos argumentos para fortalecer a cruzada anticomunista, atingindo em cheio o “camarada Glauco”. Aproveitando-se da reviravolta autoritária na conjuntura após o AI-2, o *Diário da Manhã* criticou acerbamente o documentário, apontando-o como “obra-prima” realizada por “bolcheviques” e idealizada pelo “camarada governador Caos”. Ao apresentar apenas “a parte negativa da cidade”, o cineasta “esqueceu-se” de que “São Luís é ponto turístico do Brasil”. O Estado não seria “essa caricatura grotesca, deprimente e vergonhosa (...) em que pontificam egressos dos cárceres que a Revolução instituiu para punir os traidores da Pátria”. Assim, *Maranhão 66* seria uma “subversão criminosa”, uma “película-chantagem, rodada e exibida por conta do erário público estadual”. O matutino argumentava que o filme poderia ter sido rodado nos mocambos de Recife e Olinda, nas favelas da Cidade Maravilhosa ou na periferia de qualquer metrópole. O curta-metragem só não poderia representar a “infeliz Moscou”, onde a miséria dos bairros suburbanos ficava escondida por trás de “muros artísticos”, os “celebrados painéis-murais, dissimulando as terríveis zonas proibidas, que são as delícias do Paraíso Vermelho”.⁴⁸ Moscou eles não mostravam...

Assim, o *Diário da Manhã* construiu de maneira explícita a necessidade de mobilização do aparato policial-militar para combater o subversivo cinema-verdade. O jornal explorou politicamente a prisão do diretor baiano, lembrando que o “chefe da ‘cinematografia oficial’, ‘camarada’ Glauber Rocha” foi o “‘intelectual’ que participou daquela ‘manifestação’ ao presidente Castelo Branco, à entrada do Hotel Glória, façanha que lhe valeu algumas horas de ‘repouso’ numa ‘gaiola’ do Dops da Guanabara”.⁴⁹ Essa manifestação ocorreu por ocasião da Conferência Interamericana Extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Rio de Janeiro (novembro de 1965), quando foi orga-

nizado um protesto contra a ditadura e contra a intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana.⁵⁰ Na ocasião foram detidos, além do “camarada Glauco”, Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro, Flávio Rangel, Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves e Jaime Rodrigues.⁵¹ O episódio teve repercussão internacional. Da Europa, intelectuais se solidarizaram (Francois Truffaut, Jean-Luc Godard, Alain Resnais, Abel Gance, Joris Ivens, dentre outros), enviando telegrama de protesto ao governo do general-presidente no qual consideravam a prisão um atentado flagrante à liberdade de expressão. Através da agitação política, Glauber Rocha marcava pontos na construção do seu mito. Numa mensagem pessoal, o cineasta Gianni Amico comemorava: “Vecchia puttana adorata. Então conseguistes ir para a prisão. *L’Avanti* já tinha previsto há um ano. Tinhas vocação”.⁵²

Obviamente, a campanha anticomunista teve outro alvo em mira: José Sarney, denominado por seus opositores, durante este episódio, de “insuflador vermelho”, “comunista” e “subversivo”, “gastador”, “corrupto” e “incompetente”, “prestidigitador de auditórios de subúrbio”, dotado de “altas virtudes políticas demagógicas”. Assim, segundo o *Diário da Manhã*, Maranhão 66 serviria “apenas como tema político de Zé Meu Filho”, cuja “idéia fixa” e “labor insano” seria “denegrir a reputação e obscurecer a obra administrativa de seu antecessor, julgando, com isso, engrandecer-se aos olhos do Brasil”. Para tanto, manteve uma postura de “candidato em campanha” e orquestrou uma “dispendiosa propaganda” através da “imprensa oficiosa, do rádio e da cinegrafia subversiva”. Desta maneira, o filme de “propaganda das misérias de nossa terra” serviria para demonstrar “os baixos propósitos demagógicos de um governante” e atestaria ser “o Sr. Sarney (...) peça fundamental no sistema de desmoralizar, lá fora, o conceito de evolução do Estado e o caráter dos maranhenses”.⁵³ Em cáustico editorial, o matutino construiu uma fórmula estilística de impacto para pensar o futuro, afirmando que, “das cinzas fumegantes” do solo arrasado [profecia ou simples amargura de derrotado?]:

O carrasco do Maranhão

surgirá uma esplendorosa Sarneylândia – símbolo nortista de um renascentismo lunático, fruto dourado do sonho hipnótico de um turco ou beduíno caviloso, que jurou implantar, aqui, as virtudes calculistas e absorventes do orientalismo nababesco... – Ave Sarney, os que te elegeram, hoje sacrificados e desiludidos, tristemente te saúdam e te contemplam a face convulsa de ilusionista impiedoso, encarnação de carrasco da tua própria terra sacrificada aos teus caprichos e à tua vaidade desmedida.⁵⁴

Tal rede discursiva produziu uma demonização de sua imagem pública, segundo uma lógica maniqueísta, através da sobreposição de imagens metafóricas, compondo uma

figura grotesca e terrível, maquiavélica, ameaçadora – a personificação alegórica do próprio Mal (tal como, anteriormente, as Oposições Coligadas haviam feito com Victorino Freire). O agenciamento de imagens e representações coaduna-se com o ideário ultraconservador da Doutrina de Segurança Nacional, buscando construir fontes alternativas de legitimação política capazes de mobilizar a opinião pública (leia-se, a opinião militar, da “linha-dura”) contra o “camarada governador Caos”, “carrasco de sua própria terra”, provocando a sua cassação.

Alegorias da Eztetyka da Fome

Feriam-me o nervo óptico e a retina
Aponevroses e tendões de Aquiles,
Restos repugnantíssimos de bñlis,
Vômitos impregnados de ptialina
(*Os Doentes*, Augusto dos Anjos).

Possivelmente o leitor que ainda não teve a oportunidade de assistir a *Maranhão 66* esteja se perguntando: “Mas como se desenrola o documentário? O que ele mostra de tão terrível? Como se aplicam os postulados da estética glauberiana?”. Visando a satisfazer a estas questões, passaremos a evidenciar a estrutura de enredamento do curta-metragem, a peculiar combinação de tipos de montagem, a utilização do som direto, de ângulos e movimentos de câmera – ou seja, os mecanismos de construção de um retrato 3x4 do Maranhão através da imagem em movimento.

De início, a agradável sensação de estar em casa, pois tudo é familiar a um maranhense, do batuque carnavalesco aos azulejos e casarões coloniais. A maltratada fonte do Ribeirão, com suas carrancas e lendas – de serpentes, tesouros e galerias subterrâneas. A seqüência reforça os efeitos de similaridade, não destoando de outros rituais do poder. A marchinha executada pela Banda da Polícia Militar pontua os primeiros momentos da cerimônia. Vemos Sarney caminhando. Um batalhão (com armas em prontidão) está prestes a ser revistado. A Banda e o batalhão, consoante a escritura fílmica, compõem a moldura da cena por onde o líder transita, com desenvoltura de mestre-sala. Assim, de modo sutil, a montagem sinaliza para a existência de relações (íntimas? perigosas?) entre o governador e a ditadura militar (a qual se constitui, sob vários ângulos, em uma ausência onipresente no documentário, pois nunca é nomeada, mesmo sendo o pressuposto do próprio acontecimento, como já apontamos).

Sinos dobram na Igreja da Sé. É a missa em Ação de Graças. O governador entra num carro oficial, cercado pela massa, seguindo até o palanque em frente ao Palácio dos Leões. Imagens da população em festa, as faixas de comitês de bairro e de sindicatos. Som direto: palmas, fogos, gritos – “*Sarney, Sarney, Sarney*”. A escalada do governador até ocupar a tribuna de honra. Um “papagaio de pirata”, nos ombros de Sarney, oferece ao espectador a visão do próprio líder. A montagem designa os atores sociais em cena e suas relações espaciais e políticas. *Câmera alta*: uma panorâmica da avenida Pedro II, totalmente ocupada. *Câmera baixa*: Sarney na tribuna, acenando para o povo. Um “chicote” em diagonal: de Sarney (no alto) à multidão (embaixo).⁵⁵

Súbito, o estouro de um rojão. Os movimentos de *zoom* dificultam a percepção das imagens. Produz-se uma ruptura no ritmo da narrativa, provocando efeitos de estranhamento. Montagem vertical. Ouve-se, então, Sarney exclamando (voz *off*): “Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão, direito que me foi dado pela vontade soberana do povo”. As imagens, contudo, conduzem o espectador a outro lugar: às fábricas têxteis de São Luís, falidas e abandonadas nos últimos anos. O lento vagar da câmera desvendando ruínas e decadência. Uma parede de fábrica vê-se transformada em parede de barro. Palafitas, periferia urbana. Desemprego, miséria. A câmera revela as péssimas condições de moradia, enquanto as pessoas permanecem paradas. Palavras soltas ao vento (ainda em voz *off*): “O Maranhão não suportava mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais, com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero”.

Verifica-se uma primeira convergência de sentido entre som e imagem na montagem vertical. O enredo acompanha o “diagnóstico” do Maranhão que Sarney encontrou, seu “repúdio” à herança do vitorinismo, compondo um mapa dos “campos de concentração da democracia”. O documentário é um libelo acusatório contra a *Ocupação* de Victorino Freire e Newton Bello, a partir de um inventário previamente estabelecido. Pois, segundo entrevista de Zelito Viana (produtor do documentário), foi “o próprio Sarney [quem] pautou as locações onde nós gravávamos as cenas de miséria”, numa escolha pessoal dos cenários e elementos de pronúncia dos crimes de lesa-democracia.⁵⁶ O novo governador teria mesmo declarado à imprensa carioca que, já no primeiro dia de mandato, apresentaria “obras”, pois seriam “fechados todos os campos de concentração mantidos pelo seu antecessor” no interior e na capital.⁵⁷

A câmera focaliza um imenso buraco num canto de teto. A voz *off* prossegue: “um estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso” (aplausos). As primeiras cenas deixam dúvidas: seria um hospital, um colégio, o leprosário do Bonfim? Aos poucos, consegue-se identificar a Penitenciária de Pedrinhas. A câmera perscruta, lenta e

inquisidoramente, os ambientes (sujos e destruídos) e os “vegetais de carne e osso” (os presos). Ainda o “repúdio” do novo governador: corrupção, violência, impunidade, assassínios e delegados mancomunados (mais aplausos). Signos de morte da ocupação vitorinista.

Da prisão, o curta-metragem conduz o espectador a outro ponto no mapa da ilha: o Largo do Carmo, a histórica *Praça da Liberdade*. O *coração da cidade* está batendo cheio de vida e dinamismo. O moderno e o colonial. Carros, corre-corre e trilhos de bonde. Igreja, sobrados e casas comerciais. E o discurso prossegue: “O Maranhão não quer mais a Coletoria como uma caixa privada a angariar dízimos inexistentes, (...) se pode pronunciar os nomes dos beneficiários e identificá-los ao longo destes anos de corrupção” (aplausos). Largo do Carmo: verniz de modernidade em meio à caótica decomposição da cidade colonial. Coração vibrante de uma *cidade morta*. A câmera sente o (mínimo) pulsar de vida urbana, realizando um veloz giro de quase 180 graus e, depois, andando na contramão, atrapalhando o tráfego.

Corta! Outro ponto no mapa daquilo que o “Maranhão não quer mais”: Sanatório Getúlio Vargas (cujas péssimas condições foram criticadas durante a campanha eleitoral). Um menino tuberculoso em seu leito. A voz prossegue: “O Maranhão não quer a miséria, a fome e o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária, de xistossoma, como um exercício do cotidiano”. A câmera registra os tristes hóspedes do nosocômio. Um lento movimento conduz a um jovem tuberculoso, deitado sob a aura do *Leito Luz do Oriente*. Neste instante, crucial à estrutura de enredo, a sincronia da montagem som/imagem é perfeita: “O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático e de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir”. Personificação alegórica, o rapaz estático e de olhos parados é o próprio Maranhão, condensado numa imagem emblemática. Um signo da morte, porquanto marginal de toda forma de progresso, condenado pelo simples desejo de querer viver. *Maranhão 66*, uma alegoria da *Ocupação* vitorinista – a onipresença da doença, do grotesco e da morte.

O jovem maranhanguara fala com a cabeça baixa, chorando. A montagem horizontal produz um corte inesperado na narrativa, compondo um quadro expressionista, tendo a *peste branca* como inspiração. Microfone a postos: uma entrevista no sanatório geral. Eis o grito de morte de uma “outra voz” a dizer coisas do Maranhão. “Há ano o doutor (...) me deu alta como curado. Então, agora, próximo a seis meses, derramei quase a minha última gota de sangue, e, como prova, ontem, também, todos os meus colegas viram, eu derramar até a última gota do meu sangue”. É uma voz periférica a confrontar o respeitável público com imagens grotescas: sangue, pele, ossos, olhos e lágrimas. O depoimento

aflora “sem uma esperança, sem... sem nada, só esperando por Deus. Esperava uma operação, mas tô vendo que... que me acabo sem fazer essa operação. Como hoje, tô aqui trêmulo, sem ter um pingo de sangue na minha veia”. Logo, uma terceira voz – uma enfermeira reclamando do atraso no pagamento dos baixos salários. Rompe-se a primazia da fala concedida ao governador, sendo orquestrado um dueto e depois um trio, variando os ângulos de composição. A polifonia enquanto elemento da escrita fílmica. Técnica e política de “dar a palavra ao povo”, atitude inovadora, mas, por outro lado, uma quase exigência do populismo de Sarney e das concepções políticas e estéticas do cineasta. A escritura acompanha os postulados do *cinema-verdade*, movimento europeu que influenciou fortemente o Cinema Novo. Tomar a realidade “sem artifícios”, “câmera na mão” (sem tripé, *travellings* feitos à mão), “sem maquiagem”, sem ambientes que não sejam reais, “para mostrar o verdadeiro rosto e gesto do homem” – eis suas propostas. Segundo o próprio Glauber, a idéia seria fazer “um tipo de documentário em que se usa o som direto, entrevistando pessoas, (...) procurando captar o maior realismo possível, (...) [procurando] pelo som direto e pela imagem refletir uma verdade, uma realidade”.⁵⁸

Corta! Montagem vertical. Voz em *off*: “Como iremos abrir novas estradas? Como iremos formar os nossos técnicos? Como iremos construir os nossos portos? Como poderemos industrializar o Maranhão e criar novos empregos? Como iremos mudar a face do Maranhão 100% pobre quanto a habitação, vestiário e alimentação?”. Uma macérrima mulher de imensos olhos se esconde por trás de um lençol. Um homem negro sofre uma convulsão e escarra sangue num urinol (a hemoptise, estágio terminal da tuberculose). Panorâmica: uma nuvem de urubus levanta vôo, compartilhando sua rapinagem com homens e meninos no lixão de São Luís. Ao fundo, as águas mansas do Rio Bacanga, o mangue, a maré baixa. Estômagos mais sensíveis ficam embrulhados. Revolta na platéia. “– Chocante! – é em geral o lacônico comentário de quantos assistiram ao curta-metragem *Maranhão 66*”, resumiu um colunista.

Dessa forma, *Maranhão 66* abalou a “ilusão de verdade” do cinema documentário. Pois, até então, a maioria das pessoas partilhava da convicção de que ele seria uma expressão (reprodução) legítima do real. Afinal, havia no país uma cultura documentarista que, via de regra, girava em torno de duas temáticas: a exaltação ufanista do Brasil (a “visão do paraíso”) e os rituais do poder (acentuado desde o período Vargas). Eram documentários baseados numa concepção histórico-naturalista, que buscava oferecer ao espectador a ilusão de estar diante dos fatos narrados, propondo uma leitura única da história, sem questionamentos e contradições.⁵⁹ Contudo, a acesa polêmica logo evidenciou os limites desta concepção, pois foram colocados em xeque os procedimentos adotados: a escolha das locações (pautadas por Sarney), a manipulação de imagens, a seleção dos

entrevistados. Um questionamento que passava por uma problematização da linguagem cinematográfica, suas formas narrativas, seus impactos emocionais. Questionamento que apontava implicitamente na direção de pensar o documentário enquanto uma modalidade de discurso que tendia a construir e/ou interpretar a realidade (ou, em outros termos, elaborar e difundir representações sobre ela), e não simplesmente reproduzi-la especularmente.

Experimentalista, Glauber Rocha testava (e rompia) os pressupostos da concepção histórico-naturalista e mesmo do *cinema-verdade*. Realizava uma crítica interna da forma, através da explicitação da importância do processo de montagem na produção de significados e efeitos-conhecimento. A montagem dialética como elemento de dinamização da expressividade e de provocação. Um jogo com fragmentos da realidade, a serem combinados e recombinaados pelo olhar estético. Um jogo com a descontinuidade, com a “interrupção da ordem lógica das seqüências, criando blocos autônomos de imagens”, causando estranhamento.⁶⁰ Rapidamente, o espectador se confronta e espanta diante dos mecanismos de construção, da seleção e manipulação de imagens inerente à narrativa fílmica (inerente a qualquer narrativa...). Um distanciamento que, por sua vez, foi ainda motivado pelas estratégias de agressão utilizadas. O cineasta buscava atingir o gosto do público, consoante a lógica enunciada pelo alucinado poeta: “Esse povo precisa da morte mais do que se possa supor. / O sangue que estimula no irmão a dor. / O sentimento do nada que gera o amor. / A morte como fé e não como temor” (Paulo Martins). A estética glauberiana propunha uma pedagogia da dor, revelando ambigüidades, contradições, colonizações.

No *Manifesto da Eztetyka da Fome*, o cineasta apresentou suas armas: “a fome latina é o nervo de sua própria sociedade”. Esta “a trágica originalidade do Cinema Novo: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida”. Dirigindo-se ao outro, civilizado e colonizador, acrescentava que a fome “para o europeu é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro é uma vergonha nacional”.⁶¹ Em sua *Eztetyka*, a violência ocupava um papel primordial, sendo “a mais nobre manifestação cultural da fome”. A violência simbólica como ataque sensorial, estabelecendo o confronto da sensibilidade do público com o grotesco, o mórbido, o terrível, o repulsivo, o imundo – ataque que provoca ambivalência de sentimentos e alimenta as paixões políticas e estéticas.⁶² O *Manifesto* propunha um cinema-guerrilha, capaz de pensar esteticamente a diferença brasilgira/latino-americana e de, em conseqüência, promover a descolonização política e cultural.

Sob este prisma, a aplicação dos postulados da *Eztetyka da Fome* à forma do documentário em *Maranhão 66* conduzia à problematização da cena e ao distanciamento

crítico, buscando a paralisia e agitação dos sentidos como efeitos estéticos. Nas telas foi projetado um “filme feio e triste”, sem complacências, um espelho em negativo da sociedade maranhense, composto a partir daquilo considerado intolerável: o outro, o marginal, o feio, o doente, o pobre, o lixo. O filme circunscreve uma geografia da fome, fabrica alegoricamente um microcosmos em branco e preto da miséria no Terceiro Mundo, com a onipresença da peste, do grotesco e da morte em terras timbiras. Um Maranhão de azulejos, casarões, babaçuais, promessas e contrastes. “Terra das palmeiras onde canta o sabiá”, mas também de fábricas arruinadas, de mangues e palafitas, de miseráveis, ladrões e tuberculosos – uma terra de poesia, decadência e subdesenvolvimento.

Corta! Montagem vertical. O mapa da miséria se completa com imagens do campo. Lavradores riem. Casas de taipa à beira de uma estrada de terra. A lentidão dos movimentos de câmera potencia a situação de apatia e atraso no meio rural: close numa mulher acendendo um cachimbo, uma criança barriguda toma água numa lata, uma família de camponeses, o perfil de um velho lavrador. Voz *off*: “Palmeiras... no Maranhão está a maior reserva do mundo de gordura vegetal: nos 150 mil km² cobertos de babaçu e que cada vez mais iremos exportar, valorizar, industrializar e mostrar ao Brasil que ele pode ser, em vez de um problema, uma grande solução para todos nós!”. Depois do repúdio, ouvese a promessa de um *Maranhão Novo*: usina hidrelétrica, porto, riquezas minerais, petróleo. Palmeiras. Uma panorâmica da mata dos cocais. Um casal quebra o coco babaçu, coquilhos espalhados, um homem caminha na floresta. Um contraponto entre o arcaico e o moderno, entre o “diagnóstico” e as “soluções” projetadas pelo governador, que pretende reviver a *Idade de Ouro* da economia provincial (um período de *prosperidade* surgido a partir das reformas do marquês de Pombal, da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e da implantação do sistema agroexportador escravista). Sarney propõe um “milagre maranhense” – coevo do “milagre brasileiro” (1968-73), um filho dileto e bastardo do processo de modernização e de expansão do capital monopolista para a Amazônia, patrocinado pela ditadura militar, com a colaboração ativa das elites políticas regionais. O discurso reitera uma concepção cíclica da história estadual, postulando o *progresso* como forma de superação de uma situação de *decadência* historicamente herdada. Produz uma fusão imaginária do mito maranhense da *Idade de Ouro* com a mística nacional-desenvolvimentista, elaborada e difundida em suas diferentes tendências desde Vargas e Juscelino Kubitschek, desde Volta Redonda e Brasília, retroalimentada com a ascensão dos militares ao poder através da mitologia do *Brasil – Grande Potência*.

Corta! Montagem horizontal. Espacialização dos atores em jogo. *Câmera baixa*: o governador fala ao povo, as mãos seguram o discurso, gestos firmes e enérgicos. *Câmera alta*: as massas populares da *Ilha Rebelde* ouvindo, silenciosas. “Vamos (...) viver a pai-

xão deste governo novo (...). Paixão que hoje é alegria e é sorriso, e amanhã, trabalho e perseverança, para construir o Maranhão da liberdade e do progresso, da grandeza e da felicidade. Muito obrigado, meus amigos” (aplausos, fogos). “Sarney, Sarney, Sarney.” A montagem e a angulação de câmera explicitam e constroem a teatralidade que preside os rituais do poder. As relações no espaço funcionam como modos de constituição do real: a um espaço assim hierarquizado pela câmera correspondem relações entre forças sociais também hierarquizadas – a relação direta, mas desigual, entre líder e povo. *Câmera baixa*: o político faz o V da vitória, braços erguidos, acena para a multidão. *Câmera alta*: a avenida explodindo em festa. Delírio coletivo da multidão, a grande coadjuvante do teatro maranhense – ora aplaudindo e ovacionando ora ouvindo, hipnotizada, ora caindo no abismo infernal da pagodeira de Momo. “Sarney, Sarney, Sarney.” Os tambores de São Luís cadenciam uma panorâmica do centro histórico: rios, cais, barcos, telhados, igrejas e ruas. E assim o documentário se encerra, com o apoteótico desfile pela avenida do GRES “Sarneylândia”.

Nesse ponto, já temos melhores condições de voltar à questão desde sempre formulada: *o Maranhão será Terra em transe?* A partir da análise efetuada, podemos afirmar que diversas técnicas e elementos narrativos utilizados em *Maranhão 66* foram retomados em *Terra em transe*, momento em que o cineasta pôde dispensar-lhes um melhor tratamento do ponto de vista estético, produzindo uma peça alegórica e didática de crítica ao populismo e à política brasileira em geral.⁶³ Nesse sentido, pensar as interfaces entre ambos não significa simplesmente atribuir correspondências entre personagens reais e de ficção, mas sim pensar estas interfaces ao nível da escritura fílmica, da linguagem cinematográfica e suas formas narrativas. Perspectiva que, em sua radicalidade, implica lançar um olhar sobre as nebulosas e instáveis fronteiras entre *verdade* e *ficção*, através dessa singular imbricação entre história, política e cinema.

Eldorado, país atlântico e imaginário. O filme acompanha a trajetória de ascensão ao poder de um líder populista, Dom Felipe Vieira, na província de Alecrim.⁶⁴ Com uma narrativa sintética e linear, a seqüência identifica as etapas de um processo eleitoral: a campanha, a eleição e a posse. Marchinhas emprestam às cenas um elemento cômico e circense: representação da política de massas como festa e espetáculo. A teatralidade é reforçada pelos movimentos, gestos e falas do *candidato popular* em seu contato corpo-a-corpo com o eleitorado: abraços, beijos, apertos de mão, discursos, a fingida atenção às falas do povo – enfim, manipulação satírica e burlesca dos clichês do “demagogo populista”. Dessa forma, Felipe Vieira não possui propriamente uma personalidade ou “vida interior”, seus traços remetem a uma condição mais geral de personificação de forças sociais, no caso, a imagem (caricatural) do líder carismático, “progressista” e “reformis-

ta”.⁶⁵ O “mundo”, a multidão e a câmera parecem girar ao seu redor. Por isso, o ritmo da montagem é dinâmico e vertiginoso, acompanhando o frenesi e a agitação que cercam o candidato.

Luz, Ação! *Câmera alta*: uma ladeira numa comunidade do interior, lá embaixo está Dom Felipe discursando: “Melhores dias para os pobres e vida nova para todos, minha gente! Pois é! É assim que vai ser!”. A câmera desce o morro e se aproxima, a multidão grita: “Vieira, Vieira, Vieira”. A bandinha marca o compasso, alternando momentos da campanha, no campo e na cidade: “Vieira, Vieira, Vieira”. Uma mulher se aproxima do candidato, que a abraça e diz: “Fala, minha velha! Pode falar, não tenha medo não!”. Técnica e política de “dar a palavra ao Povo”, numa aparente polifonia. Surge Felício (líder camponês), que apresenta de maneira hesitante e subserviente suas demandas: “água para nossas terras melhorar (...) se o senhor quiser também, o senhor podia, pode...”. Paternalmente, Dom Felipe exclama “Fala, meu filho!” e pede que um assessor “tome nota de tudo”. *Câmera alta*: Vieira sobe a ladeira carregando no colo uma criança, ao seu lado um padre. *Câmera baixa*: numa tribuna improvisada, o candidato discursa, dedo em riste, cercado de assessores e repórteres. Sua fala é alucinada e obsessiva: “Legítimos representantes do povo!... povo!... povo!”. As relações no espaço, definidas pelo trabalho de câmera e pela montagem, constroem paulatinamente o movimento ascensional do líder.

Eldorado, uma tarde tropical. A capital de Alecrim acordou em festa com a posse do novo governador, Dom Felipe Vieira. *Câmera alta*: uma grande massa popular ocupa as escadarias da igreja matriz e acompanha o carro oficial em passeata. Palmas e gritos, altofalantes, o repicar dos sinos. [Som e imagem de *Maranhão 66* foram inseridos na ficção, para marcar a festa e o delírio popular. A redenção das massas pelo Messias esperado.]⁶⁶ *Câmera baixa*: numa sacada, bem no alto, está Felipe Vieira acenando. O som *off* da multidão, que grita repetidamente: “Vieira, Vieira, Vieira”. Devagar, entra em cena um conjunto de forró com os característicos chapéus de couro. Oba! Daqui a pouco deve começar o arrasta-pé, animado pelo baião *Meu voto é flecha certa, pra governador Felipe Vieira*. Assim, a ascensão ao poder, com a separação nítida dos atores sociais, está inscrita na própria escritura fílmica, em que Felipe Vieira sai de baixo, de junto ao povo, e vai subindo aos poucos, até atingir o topo, solitário.

Os sons diminuem até o completo silêncio. Vemos Paulo e Sara abraçados, a câmera se aproxima lentamente, girando. Os dois assessores escrevem e trabalham, fazendo planos para o novo governo. O fluxo da narrativa é interrompido para introduzir um comentário externo: as reflexões de Paulo Martins, seu amargurado e impotente monólogo interior. O ritmo é lento para demarcar a consciência dilacerada do intelectual progressista ante os paradoxos da política populista (voz *off*):

E vencemos! As coisas que vi naquela campanha! Uma tragédia muito maior que nossas próprias forças (...) eu, agora a teu lado, pensava nos problemas que surgiriam e me perguntava como responderia o governador eleito às promessas do candidato. Sobretudo, eu perguntava a mim e aos outros: como reagiríamos nós?

Um silêncio total segue-se às dúvidas e angústias do poeta. Vemos outra cena de *Maranhão 66*, desta vez uma lenta panorâmica do comício na Avenida Pedro II: o palanque vazio, a tribuna de honra vazia, bandeiras, a multidão atenta, faixas de saudação ao novo governador da província de Alecrim. Silêncio e imobilidade que buscam provocar a reflexão sobre a experiência política, seus limites, contradições e perplexidades. Um silêncio revelador da crise vivenciada pelas esquerdas após o fracasso de suas propostas de uma “Revolução Brasileira”.

Passemos a outra seqüência particularmente significativa para nossa discussão das interfaces entre história, política e ficção. Com o objetivo de lançar a candidatura de Dom Felipe Vieira à presidência, Paulo Martins celebra uma aliança com o magnata Júlio Fuentes, recebendo deste uma carta branca para dirigir o jornal e a televisão de seu império empresarial. O jornalista prepara então uma ofensiva midiática, visando a desmoralizar a imagem pública de Dom Porfírio Diaz, candidato dos setores conservadores de Eldorado.⁶⁷ Para tanto, Paulo realiza um documentário, um filme dentro do filme, tecendo uma narrativa tensa e plural.

Montagem vertical. Várias imagens de Dom Porfírio Diaz, envolto em densa simbologia relacionada à tríade Religião, Poder e Violência – desfilando em carro aberto com um crucifixo e uma bandeira negra, andando pelos jardins e sacadas de seu palácio barroco, empunhando um revólver. Sempre sozinho (pois avesso à multidão), o personagem vai adquirindo progressivamente ares de louco, esquizofrênico, um obcecado pela idéia fixa de transformar, a todo custo, até pela “harmonia universal dos infernos”, seu Eldorado natal em uma “civilização”. Nessa passagem, a teatralidade da política se desloca para os espaços da direita conservadora, com sua particular *mise-en-scène*. “O transe e a decadência estão presentes tanto na direita quanto na esquerda”, diria Glauber em entrevista. Simultaneamente, a voz *off* de Paulo Martins narra:

O carrasco de Eldorado

E atenção, senhoras e senhores. Vejam como se faz um político... Em 1937 recebia dinheiro alemão e fazia campanha pró-nazista. Em 1939 passou a receber dinheiro americano e fez campanha para levar o país à guerra. Em 1945 entrou para o Partido Comunista e combateu os americanos. Em 1947 traiu o Partido e se aliou aos grupos da extrema-direita, elegendando-se deputado. Pulou da Câmara para o Senado e depois conspirou para derrubar três presidentes. De fascista a revolucionário, da corrupção ao suborno e do suborno ao crime, sempre com o nome de Deus na boca, enganando o povo e seus próprios sócios na quadrilha que assalta o poder.

Na história e na ficção, o repúdio e a denúncia são dispostos através da *montagem vertical*, imagem e som como elementos dialeticamente convergentes e contrastantes. Em *Terra em transe*, a voz *off* reconstrói a trajetória de Dom Porfírio Diaz, em tom forte e incisivo, enquanto as imagens compõem um perfil grotesco, oportunista e maquiavélico, num crescendo que atinge seu clímax nas cenas finais de sua coroação como imperador de Eldorado (após a vitória do golpe). Em *Maranhão 66*, as imagens constituem as provas dos crimes de lesa-democracia perpetrados pela *Ocupação* vitorinista, enquanto a voz *off* combina a negação do passado com promessas de redenção econômica e social. Em ambos, o cineasta pretende *ferir o nervo óptico e a retina*, provocar a reflexão e o distanciamento crítico, estabelecendo uma representação do documentário como arma político-ideológica nos conflitos contemporâneos, em aguda percepção do poder estratégico dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, pôde afirmar que a *Eztetyka da Fome* havia produzido um “*Cidadão Kane de esquerda*”.⁶⁸

O Maranhão será Terra em transe. As experimentações políticas, estéticas e financeiras em torno de *Maranhão 66* – a campanha eleitoral, *cinema-verdade*, som direto, imagens da multidão, estética da agressão, o patrocínio do BEM (*em busca do ouro*), os efeitos de montagem, o questionamento do papel do documentário – sendo revertidas para a ficção tropicalista que expõe sem retoques, num retrato em branco e preto, a crise política brasileira (ou mesmo latino-americana), desconstruindo ideologias e mitos fundadores de Eldorado, relativizando todas as verdades, todas as certezas. O cinema-guerrilha, qual metralhadora giratória, monta uma alegoria do Brasil como um caos delirante em que se justapõem o moderno e o arcaico, a esquerda e a direita, o crucifixo e o revólver, o babaçu e o azulejo, em que todas as coisas se misturam e se combinam sem levar a lugar nenhum, pois a *história do Brasil* seria “apenas um grande *Maranhão 66* sem a menor complacência com a situação colonial”.⁶⁹

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado: *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

¹ Cf. os seguintes periódicos de São Luís: *Jornal Pequeno*, *Jornal do Dia* e *O Imparcial*, nos dias 28 a 31 jan. 1966.

² JÁMENES escreve: Diário da Cidade. *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 4, 26 jan. 1966.

³ *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 1, 1 fev. 1966. O *jingle-baião*, de autoria do poeta popular João do Vale, tornou-se marca registrada do político, que o utilizou sistematicamente em suas campanhas.

⁴ *O Imparcial*, São Luís, p. 1, 28 jan. 1966.

⁵ *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 1, 1 fev. 1966.

⁶ *Diário da Manhã*, São Luís, p. 2, 2 fev. 1966.

⁷ *O Imparcial*, São Luís, pp. 1-2, 1 fev. 1966.

⁸ BURNETT, Lago. O significado da vitória. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 9, 30 jan. 1966.

⁹ Id. O Maranhão não pode ficar só depois da Libertação. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 5, 8 fev. 1966.

¹⁰ BUZAR, Benedito. *Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965)*. São Luís, Lithograf, 1998, p. 499.

¹¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. São Luís, CPT/MA, 1981, p. 56. Cf., ainda, COSTA, Wagner Cabral. *O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão (1976-81)*. 1994. Monografia (Graduação em História) – UFMA, São Luís.

¹² BUZAR, op. cit., pp. 441-454.

¹³ SARNEY, José. Discurso ao Maranhão Libertado. *Jornal do Dia*, São Luís, pp. 4-5, 1 fev. 1966.

¹⁴ SARNEY exalta a Revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 1, 20 nov. 1965. Trata-se de um discurso pronunciado em cadeia nacional de rádio, poucos dias após a edição do Ato Institucional nº 2.

¹⁵ CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, separata n. 46, p. 66, 1978.

¹⁶ Cf. COSTA, Wagner Cabral. *Do Maranhão novo ao novo tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís, 1997 (mimeografado).

¹⁷ A ascensão de Victorino Freire na política maranhense esteve ligada às suas relações com o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e com a posição dominante do PSD na política nacional após a queda do Estado Novo. A expressão é de MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite política brasileira pós-1930”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1991, t. III, v. 3, n. 10, pp. 578-579.

¹⁸ Victorino comenta (e lamenta) esta identidade fundamental em suas memórias, num capítulo sugestivamente intitulado “O trampolim de José Sarney ou O salto do canguru”, no qual relembra a carreira deste, desde o amparo inicial no PSD, passando pela mudança para a UDN, até sua “guinada de 180 graus”, para, “como por encanto”, cair “nos braços da Revolução”. Cf. FREIRE, Victorino. *A laje da raposa (memórias)*. Rio de Janeiro, Guavira, 1978, pp. 273-278.

¹⁹ *Jornal do Dia*, São Luís, 3 e 4 fev. 1966.

²⁰ *Diário da Manhã*, São Luís, p. 2, 2 fev. 1966.

²¹ PASSARELA. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 2, 4 fev. 1966.

²² ROCHA, Glauber. “A destruição dos mitos (ou o paraíso perdido)”. In: GERBER, Raquel. *O mito da civilização atlântica: Glauber Rocha, cinema, política e a estética do inconsciente*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 240.

- ²³ SARNEY, José. “Um presidente homenageia um artista”. In: PIERRE, Sylvie (org.). *Glauber Rocha: textos e entrevistas*. Campinas, Papyrus, 1996, p. 213. Segundo o depoimento de 1985, a primeira exibição teria ocorrido em um cinema de arte, na Rua Payssandu (Rio de Janeiro), para um público de cinéfilos que inicialmente vaiou o curta-metragem.
- ²⁴ PIERRE, op. cit., p. 211.
- ²⁵ Apud SIRKIS, Marcelo. Uma câmera e muitas idéias. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 14 mar. 1999, Caderno Alternativo, p. 3.
- ²⁶ O *cinema-verdade* foi possibilitado pelo avanço tecnológico (equipamentos mais leves de som e imagem), que estimulou um cinema feito nas ruas, no contato direto com a população, captando a “realidade imediata”. Cf. RAMOS, Fernão. “Os novos rumos do cinema brasileiro (1955-70)”. In: RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo, Art Editora, 1987, pp. 362-365.
- ²⁷ BENTES, Ivana. “O devorador de mitos”. In: BENTES, Ivana (org.). *Glauber Rocha: cartas ao mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 36.
- ²⁸ CORREA, Rossini. *Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís, Sioge, 1993, p. 286.
- ²⁹ MARANHÃO será *Terra em Transe*: filme de Glauber. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 5, 1 abr. 1966.
- ³⁰ *Jornal do Dia*, São Luís, p. 2, 2 abr. 1966. O nome correto do ator é Leonardo Vilar, intérprete do obstinado Zé do Burro no filme *O pagador de promessas*, do diretor Anselmo Duarte (Palma de Ouro em Cannes, 1962).
- ³¹ BURNETT, Lago. Maranhão não pode ficar só depois da Libertação. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 5, 8 fev. 1966.
- ³² *Jornal do Dia*, São Luís, p. 2, 2 abr. 1966.
- ³³ *Ibid.*, p. 1, 3 abr. 1966.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 2, 13 fev. 1966.
- ³⁵ *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 4, 7 abr. 1966.
- ³⁶ MONSENHOR PAPP. Documentário. *Jornal Pequeno*, São Luís, p. 2, 7 abr. 1966.
- ³⁷ BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984, p. 33.
- ³⁸ CHAGAS, José. Cinematografia governamental. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 3, 10 abr. 1966.
- ³⁹ JÁMENES escreve: Diário da Cidade. *Jornal Pequeno*, São Luís, 7 e 18 de abr. 1966.
- ⁴⁰ Incorporado à Academia Maranhense de Letras aos 22 anos (em 1952), José Sarney foi eleito presidente da Casa de Antônio Lobo (cognome da AML) em dezembro de 1965, logo após sua vitória no pleito para governador.
- ⁴¹ SARNEY, José. *Cultura e governo*. São Luís, Departamento de Cultura do Estado, 1966, pp. 6-8.
- ⁴² TEIXEIRA, Leucipo. Assim é... se lhe parece. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 3, 6 abr. 1966.
- ⁴³ Para uma discussão acerca das questões da narrativa e da teleologia na filmografia de Glauber, cf. XAVIER, Ismail. *Sertão mar: Glauber Rocha e a Estética da Fome*. São Paulo, Brasiliense, 1983. E ainda, do mesmo autor: *Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- ⁴⁴ FLETCHER, Angus. *Allegory: the theory of a symbolic mode*. New York, Cornell University Press, 1990, p. 222.

⁴⁵ A título de exemplo: no Manifesto da Bossa Nova, apresentado à Convenção Nacional da UDN (abril de 1963) e assinado por 23 deputados (entre os quais, os maranhenses José Sarney e Pedro Braga), o grupo fechou posição a favor das reformas agrária, tributária, bancária e urbana; da política externa independente; da democratização do ensino; do monopólio estatal do petróleo e do Plano Trienal apresentado pelo governo João Goulart.

⁴⁶ Pedido de Busca nº 97 DSI/MJ (Confidencial), da Divisão de Segurança e Informações/Ministério da Justiça, de 10/2/1969. Os pedidos de busca eram utilizados, entre outras coisas, para obter informações e monitorar pessoas que ocupavam cargos públicos ou, nos termos da “lógica” repressiva, detectar “comunistas infiltrados na administração”.

⁴⁷ Pedido de Busca nº 41/77 (Confidencial) – PM-2/Polícia Militar do Maranhão, de 18/5/1977. O pedido contém um resumo das acusações formuladas no IPM. Cf. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Acervo Dops/MA (arquivo 1/código 7: subversão/pasta 105).

⁴⁸ PERVERSIDADE de Sarney em filme de misérias. *Diário da Manhã*, São Luís, p. 1, 5 abril 1966. Cf., ainda, as edições de 6 e 16 de abril (o jornal era ligado ao ex-governador Newton Bello).

⁴⁹ O QUE se diz. *Diário da Manhã*, São Luís, p. 2, 13 abr. 1966.

⁵⁰ No Dossiê Glauber Rocha (Dops/RJ) consta o seguinte: “Foi um dos autores do *Manifesto dos Intelectuais*, protestando na porta do Hotel Glória, contra o que chamava de ‘DITADURA DO GOVERNO CASTELO BRANCO’. Foi um dos criadores do chamado ‘Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais’ (...). O marginalizado assinou manifesto dos intelectuais contra a intervenção dos EEUU no Caribe. Em 18/5/1965, foi apresentado com Ofício 341/65 ao Comandante do I Exército, juntamente com outros elementos, em virtude de estarem perturbando a ordem pública, com protestos e ameaças ostensivas à viva-voz e por cartazes, no momento da chegada do Sr. Presidente da República à Conferência da OEA”. O Dossiê aponta, ainda, que “o controle da indústria cinematográfica está nas mãos dos comunistas, a quem compete a seleção, indicação e distribuição de películas, coisa de maior importância. Os executores das diretivas partidárias do PC, no setor cinematográfico, são: Alex Viany, Joaquim Pedro de Andrade e Glauber Rocha, entre outros”. Cf. Arquivo Nacional. Acervo Dops/RJ – Divisão de Informações. SD/SAF nº 16846 – Atividades subversivas no Instituto Nacional de Cinema (INC), de 16/7/1970. Disponível para consulta no *site* da Fundação Tempo Glauber: <<http://www.tempoglauber.com.br>>.

⁵¹ De acordo com Tereza Ventura, a manifestação teria sido organizada pelo comitê cultural do PCB, que esperava contar com uma concentração (que não houve) de operários e estudantes. Cf. VENTURA, Tereza. *A poética política de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro, Funarte, 2000, pp. 239-41.

⁵² Apud BENTES, op. cit., p. 35.

⁵³ Fizemos um mix das seguintes edições do *Diário da Manhã*, São Luís: 5, 6, 10, 14, 23 e 24 abr. 1966.

⁵⁴ O CARRASCO do Maranhão. *Diário da Manhã*, São Luís, p. 2, 17 abr. 1966.

⁵⁵ *Câmera alta*: que filma de cima para baixo. *Câmera baixa*: de baixo para cima. “Chicote”: movimento veloz em panorâmica. *Montagem horizontal*: imagem e som sincronizados. *Montagem vertical*: a imagem e o som são independentes entre si. *Voz in*: aquele que fala está em campo. *Voz off*: aquele que fala não aparece.

⁵⁶ Apud SANTOS, Ernildo. Maranhão em transe. *O Imparcial*, São Luís, 25 jun. 2000. Caderno Ímpar, pp. 5-6. Um dado assaz instigante da entrevista é o relato de uma segunda visita da Mapa Filmes ao Maranhão (sem Glauber), em novo convite do governador, “para registrar as benfeitorias realizadas por ele em seu primeiro ano de mandato”. Nas palavras de Zelito Viana, “o curioso é que não conseguimos fazer o documentário e o Sarney até brincou com a gente dizendo que nós éramos bons para fazer críticas e não para falar bem”.

⁵⁷ CHAGAS, José. Campos de concentração. *Jornal do Dia*, São Luís, p. 3, 15 fev. 1966.

⁵⁸ ROCHA, Glauber. “Revolução do Cinema Novo” apud GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 161.

⁵⁹ Cf. BRASIL, Umbelino. O filme documentário como documento da verdade. *Olho da História* (revista de história contemporânea). Salvador, UFBA, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~revistao>>.

⁶⁰ GOMES, op. cit., p. 390. O autor discute a questão da linguagem e do experimentalismo em Glauber, ressaltando sua singular concepção sobre a importância do processo de montagem.

⁶¹ ROCHA, Glauber. Uma Estética da Fome. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 165-170, jul. 1965. O *Manifesto da Estética da Fome* foi apresentado durante a Resenha do Cinema Latino-Americano (Itália, 1965).

⁶² Sobre os efeitos temáticos da alegoria, cf. FLETCHER, op. cit., pp. 220-78.

⁶³ Para uma discussão sobre *Terra em transe* como desconstrução e crítica do populismo, sob perspectivas teóricas diversas, cf. BENTES (1997) e XAVIER (1993).

⁶⁴ Cf. ROCHA, Glauber. *Roteiros do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Alhambra/Embrafilme, 1985.

⁶⁵ A personificação alegórica é um elemento estrutural do filme. Assim, enquanto um “tipo social”, Felipe Vieira pode ser comparado a Sarney, como a JK, ou a Vargas, Jânio, Jango. Fica ao gosto do freguês...

⁶⁶ Na entrevista supracitada, o cineasta Zelito Viana afirma que Glauber já tinha intenção de usar parte do material do documentário em *Terra em transe*, o que se confirma nessa seqüência.

⁶⁷ Se pensarmos em termos de personificação de forças sociais, Júlio Fuentes representaria a “burguesia nacional”, com quem a “esquerda progressista” pretendia se aliar no processo da “Revolução Brasileira”. Já Dom Porfírio Diaz seria um líder cristão-conservador, com apoio das multinacionais, em suma, uma síntese das forças golpistas em 1964 – tanto que, no final do filme, Júlio Fuentes abandona a aliança populista, passando a apoiar Dom Porfírio.

⁶⁸ Apud BENTES, op. cit., pp. 36-7.

⁶⁹ ROCHA, Glauber. “Carta a Raquel Gerber, 1/9/1976”. In: BENTES, op. cit., p. 611. O comentário refere-se ao filme *História do Brasil*, lançado em 1974, no qual “os fatos principais da história do país são narrados em *off* em ordem cronológica dos acontecimentos. A montagem, no entanto, é dialética: as imagens não têm uma ligação direta com o que está sendo dito e cabe ao espectador tirar suas próprias conclusões a partir do que vê e ouve”. O filme foi realizado por Glauber e Marcos Medeiros no exílio (informações retiradas do *site* da Fundação Tempo Glauber).



CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: METAMORFOSES DA AUTOCRACIA BURGUESA (1964-2004)

Giovanni Alves*

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar um panorama crítico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nos últimos 40 anos, discutindo os vários surtos de reestruturação produtiva e a natureza da crise do capitalismo brasileiro, em suas múltiplas dimensões. É importante apreendermos as transformações na classe que vive da venda da força de trabalho a partir das metamorfoses (e da crise) do sistema sociometabólico do capital no Brasil, em sua articulação com o capitalismo mundial.

Palavras-chave

Trabalho; capitalismo; reestruturação produtiva; toyotismo.

Abstract

The objective of this paper is to present a critical view of the development of the capitalism in Brazil in last the 40 years. It also discusses the moments of productive reorganization and the nature of the crisis of the Brazilian capitalism in its multiple dimensions. It is important to apprehend the transformations of labour class from the metamorphoses (and of the crisis) of the socio-metabolic system of the capital in Brazil, in its joint with the world-wide capitalism.

Key-words

Labour; capitalism; productive reorganization; toyotism.

O que nos interessa neste ensaio é apresentar alguns elementos para uma reflexão sobre o desenvolvimento e a crise do capitalismo no Brasil, vislumbrando, através dele, de forma meramente introdutória, a constituição particular-concreta do precário mundo do trabalho no país. Num primeiro momento, apresentaremos, como nexos mediativos da nossa abordagem, o *complexo de reestruturação produtiva* que se constituiu no bojo deste desenvolvimento capitalista. Num segundo momento, discorreremos sobre as dimensões da crise do capitalismo no Brasil e seus impactos na estrutura de classe do mundo do trabalho.

Em sua feição moderna, o processo de reestruturação produtiva no Brasil nasceu com a industrialização pesada na década de 1950 e, a partir do golpe de 1964 (com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado), assumiu proporções inéditas. O que consideramos *reestruturação produtiva* pode ser caracterizado como a adoção mesclada de novos paradigmas socioorganizacionais e tecnológicos do centro capitalista mais desenvolvido pelos pólos mais avançados de acumulação de capital. Ontem, seu *momento predominante* era o taylorismo-fordismo; hoje, o toyotismo, em suas variadas tonalidades. Ela atinge tais *loci* produtivos (e reprodutivos) de forma desigual e combinada e insere o país no drama moderno, mas com particularidades candentes, em virtude da nossa objetivação colonial-prussiana.

Em primeiro lugar, procuraremos situar os vários *processos de reestruturação produtiva* no país, principalmente de Kubitschek a Cardoso, como algo intrínseco à própria lógica complexa (e contraditória) do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, sob as condições determinantes do capitalismo mundial. São verdadeiras *ofensivas do capital na produção*, que tendem a constituir e reconstituir a objetividade (e subjetividade) do trabalho.

Após 1945, deu-se o (1) primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista/fordista. Desenvolveu-se a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek, a *era do desenvolvimentismo*. O (2) segundo ciclo ocorreu na época do “milagre brasileiro”, sob a ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, foi decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o (3) terceiro (e atual) impulso de reestruturação produtiva vincula-se à época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista (a *acumulação flexível*), cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte, os anos 1990, a *era neoliberal*: é o que denominaremos *novo complexo de reestruturação produtiva*, sendo vinculado à Terceira Revolução Industrial e à proliferação dos novos paradigmas de organização industrial.¹

Todos esses surtos de reestruturação produtiva se inseriram no bojo de uma integração do país ao sistema mundial do capital. São parte de um processo complexo de desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo seu conteúdo dado pelo caráter deste desenvolvimento. O que procuramos salientar é que, do ponto de vista do mundo do trabalho, o novo complexo de reestruturação produtiva (que se desenvolve na época neoliberal) possui um potencial significativo de regressividade histórica, em virtude de promover a debilitação da sociabilidade contestatória da classe e “desmontar” os nichos de modernidade e de sociedade salarial mais desenvolvida. Na verdade os reconstitui, sob a ótica da nova forma de acumulação capitalista afetada pelo sociometabolismo da barbárie social.² Não se trata, meramente, de uma *reposição* da modernidade do capital, mas de sua *problematização* nas condições de uma crise estrutural rastejante. Como sintoma desta regressividade histórica, é perceptível a precarização da base social do sindicalismo de massas, cujo desenvolvimento ocorreu sob o período da “industrialização substitutiva”. Foi a partir do novo surto de reestruturação produtiva que se instaurou, com maior vigor, a crise do sindicalismo, a crise de um sujeito histórico capaz de pôr obstáculos à superexploração do trabalho (um dos traços estruturais do capitalismo retardatário no Brasil).

O novo complexo de reestruturação produtiva que se impulsionou a partir da “década neoliberal” no Brasil contrasta, por exemplo, com o surto de reestruturação produtiva que ocorreu a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek, e mesmo com aquele que se desenvolveu a partir de 1964 e chegou ao ápice na década de 1970. A partir de então, criaram-se no país as bases materiais de uma modernidade hipertardia, que instaurou uma nova sociabilidade do trabalho urbano-industrial, vinculada à grande indústria de cariz taylorista/fordista. Surgiu o operário-massa, com potencial contestatório à superexploração do trabalho. O que ocorreu a partir dos anos 1990 foi a diluição desta base moderna e a constituição problemática de um novo (e precário) mundo do trabalho.³

A expansão do capitalismo industrial no Brasil

Apenas na década de 1930 o capitalismo no Brasil tendeu a se integrar ao processo da Segunda Revolução Industrial, ainda como uma “industrialização restringida”; razão pela qual alguns autores o consideram um capitalismo hipertardio, que seguiu uma trajetória distinta da dos países da Europa Ocidental e da dos Estados Unidos, de caráter clássico; ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio.⁴ Na verdade, o processo de industrialização brasileira desenvolveu-se sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado.

Em meados dos anos 50, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, ocorreu um vigoroso processo de acumulação de capital no país. O aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, acompanhada e amparada pelo investimento público (energia, transportes, etc.), promoveria, entre 1956 e 1961, um pronunciado salto no processo de “industrialização pesada”.⁵

Foi a partir daí que se constituiu um novo tipo de objetivação do capitalismo industrial no Brasil, uma nova base material de acumulação do capital, adequada à lógica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra, que tendia a restabelecer, num novo patamar histórico, a relação centro-periferia. Em seu bojo irrompeu, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, sob o predomínio do padrão taylorista/fordista, que tendia à constituição de um novo mundo do trabalho, um novo proletariado metalúrgico, vinculado a indústrias produtoras de bens de consumo duráveis (cujo maior exemplo é o complexo automotivo sediado na região do ABC paulista).

Subjacente à constituição dos novos pilares da modernização hipertardia no Brasil, ocorria, no plano mundial, um novo período de internacionalização do capital, que instaurava uma nova divisão internacional do trabalho. Esta nova etapa ocorria não apenas em sua dimensão comercial, com o incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais, mas em seu aspecto *produtivo* – os países do capitalismo central começavam a deslocar seus aparelhos industriais para a periferia do sistema capitalista mundial.⁶

Ocorreu uma mudança no eixo estratégico do seu processo de industrialização, com um redirecionamento do padrão de acumulação de capital no Brasil, no sentido da ampliação não mais do setor de produção de capitais, mas do alargamento da esfera de produção de bens de consumo duráveis, sob propriedade do capital estrangeiro (o Departamento III da economia, na acepção dos esquemas de reprodução de Marx). O setor de produção de bens de consumo duráveis, liderados pelo complexo automotivo, tornaria o pólo “dinâmico” da nova industrialização brasileira. Seria em torno das novas grandes empresas da indústria automobilística (ou, ainda, da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica) que circulariam as pequenas e médias empresas industriais, a maioria delas localizadas em São Paulo (ou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais).

Deste modo, de 1956 a 1961, desenvolveu-se no Brasil um complexo de reestruturação produtiva, voltado para a realização da grande indústria de perfil taylorista/fordista, e a vinculação do país às promessas da modernidade urbano-industrial. Ocorreu o crescimento do proletariado industrial moderno, vinculado à linha de montagem, com um potencial de desenvolvimento de uma consciência de classe.

A instalação com um “só golpe” do Departamento III da economia, o *setor de produção de bens de consumo duráveis*, promoveu uma reestruturação do aparelho industrial

no país, um crescimento acelerado da capacidade produtiva, um salto qualitativo com respeito à tecnologia vinculada à Segunda Revolução Industrial, à organização industrial taylorista/fordista. A instalação de imensas plantas industriais do capital internacional, concentrando uma massa de operários diretos e incentivando a criação de um complexo industrial (e de serviços), levou à constituição do “trabalhador coletivo” moderno no Brasil, que se tornaria o suporte material do sindicalismo de massas. Seria esta nova classe operária que se insurgiria, nos anos 70, contra a superexploração do trabalho.

Deu-se um avanço da divisão social do trabalho no país, uma maior diferenciação da estrutura social, em que se destacavam as novas classes assalariadas urbanas. Além do novo proletariado urbano, apareciam novas classes trabalhadoras não-operárias – por exemplo, “uma nova classe média” – dedicadas à produção de serviços, exigência dos requerimentos da matriz técnico-institucional da produção.

Através do Plano de Metas, a partir de meados dos anos 50, o governo Juscelino Kubitschek não só mudou o padrão de acumulação da economia brasileira, com o desenvolvimento da “industrialização pesada”, como redefiniu – e aprofundou – o papel do Estado, instaurando, de modo real, a grande empresa capitalista industrial como unidade-chave do sistema social, de capital internacional ou nacional. A corporação internacional se tornaria, então, o principal “agente” da modernização técnico-organizacional no país.

A expansão do capitalismo no Brasil não poderia deixar de estar apoiada no Estado: desde 1930, nosso processo de modernização capitalista ocorreu através desta instituição, que promoveu um desenvolvimento compulsório do setor industrial. Em meados dos anos 50, sua ação foi decisiva para o processo de implantação do capital internacional no país, a inserção do capitalismo brasileiro na nova etapa do capitalismo mundial. Primeiro, por investir na ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura – principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos núcleos produtores. Em segundo lugar, por “estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e concedendo-lhe generosos favores”.⁷ Naquele período histórico constituiu-se, em seus contornos essenciais, um novo padrão de financiamento do processo de acumulação capitalista no Brasil, centrado no tripé *Estado, capital estrangeiro e capital nacional*: era a instauração do Estado desenvolvimentista.

O objetivo supremo do “Estado desenvolvimentista” (ou, ainda, do Estado burguês tal como se constituiu no Brasil no período da “industrialização pesada”) era promover uma intervenção deliberada para a expansão da acumulação do capital industrial, que deveria se dar a partir de uma nova inserção do capitalismo brasileiro no sistema mundial.

Por isso, o papel de mediação do Estado era da máxima importância, principalmente considerando-se a sua particularidade histórica (o Estado desenvolvimentista como o “Leviatã” de uma “modernização conservadora”).

A constituição do novo padrão de acumulação capitalista no Brasil, a partir de meados dos anos 50, não é inteligível economicamente “em si”, como algo já determinado pela nova divisão internacional do trabalho, pela lógica intrínseca do processo de acumulação do capital internacional (o que nos conduziria a um “economicismo” que isola a economia da política). Na verdade, as classes sociais – e as frações de classes – atuaram deliberadamente em busca da ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento de novo tipo.⁸ É importante considerar, deste modo, o processo político, a dialética (e a luta) das classes sociais no interior do espaço nacional, a própria posição do Estado e suas relações com os agentes sociais internos (e externos), capazes de operar – e mediar –, por um lado, as necessidades da acumulação do capital, e, por outro, a pressão maciça das classes subalternas e os interesses da burguesia monopolista, nacional ou estrangeira, num novo período de internacionalização do capital.

O capitalismo industrial, sob a direção do “Estado desenvolvimentista”, possuiu uma positividade histórica, não apenas do ponto de vista do capital, mas da perspectiva do trabalho: constituiu um processo civilizatório nos trópicos que assentou as bases materiais da modernidade, ainda que hipertardia, instaurando um novo patamar de industrialização (e urbanização). A partir daí, desenvolveu-se um mercado interno, as novas classes assalariadas e, principalmente, uma nova classe operária com um potencial contestatório de massa, capaz de impulsionar a democracia política (e social) no país. Enfim, surgiu uma nova sociabilidade do trabalho (e do capital) capazes de ir além dos preconceitos tradicionais locais e regionais (além, é claro, de repor, num patamar superior, as contradições sócio-históricas).

Ascensão do capitalismo industrial no Brasil

O desenvolvimento capitalista no Brasil alcançaria, de 1968 a 1973, índices de crescimento impressionantes: o denominado “milagre brasileiro”, sustentado pela expansão do Departamento III. Outros “milagres capitalistas” ocorreriam alhures, como no México e na Coreia do Sul, demonstrando que o caso brasileiro vinculava-se a uma nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial.⁹

Sob o chamado “milagre brasileiro”, o novo padrão de acumulação do capital instaurado em meados dos anos 50, de cariz desenvolvimentista, alcançaria o seu êxtase. O

ABC paulista despontava como um dos principais pólos industriais do país, cujo maior símbolo é o complexo automotivo. Intensifica-se um novo surto de reestruturação produtiva, com a ampliação das bases industriais vinculadas ao paradigma taylorista/fordista. Nesse período de modernização “desenvolvimentista”, pelo menos até a *crise da dívida externa* em 1983 e no decorrer da década de 1980, expande-se o mundo do trabalho moderno no país.

É irônico que ocorresse na periferia do sistema a expansão de uma modernidade já “afetada de negação” no centro capitalista (nos países capitalistas centrais, sob o impulso da nova crise de valorização do capital, a partir de 1973, desenvolvia-se a Terceira Revolução Tecnológica, que impunha novos padrões de organização industrial, de traços flexíveis). Esta é uma forma típica dos *capitalismos de exceção*: o *descompasso histórico* entre a modernidade nascente na borda subalterna mais desenvolvida do sistema mundial do capital – cujo exemplo maior é o Brasil – e a crise estrutural deste sociometabolismo que se manifestava no centro sistêmico do capitalismo mundial significava que o desenvolvimento desigual e combinado do sistema do capital imprimia sua marca em formas diferenciadas de sociotemporalidades no interior do próprio processo de modernização.

À medida que o capitalismo industrial se desenvolveu no Brasil, expandiu-se a base de exploração na indústria e nos serviços. No período da ditadura militar, a *superexploração do trabalho* assumiria a sua maior perversidade histórica, articulando, por um lado, uma jornada prolongada com uma intensidade extenuante do processo produtivo e, por outro, uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico.¹⁰ Um outro aspecto da superexploração do trabalho sob a ditadura militar era o despotismo do capital no local de trabalho e a utilização de operários não-qualificados, com alto grau de rotatividade na linha de produção.¹¹

A crise da modernização subalterna

Após atingir seu ápice, o padrão de acumulação capitalista no Brasil, de matiz desenvolvimentista, experimentalista, a partir de 1974, a sua agonia, que se manifestaria abertamente nos anos 1980. É possível indicar, apenas a título de síntese, que a crise do capitalismo industrial no Brasil, surgida a partir de 1973, foi a crise de um padrão de industrialização capitalista centrado na expansão do Departamento III – o setor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.). Deste modo, é uma crise capitalista que *não* passa, de imediato, pelo esgotamento do padrão de organização do trabalho

intensivo baseado nos princípios taylorista/fordista. Mesmo no decorrer dos anos 80, como veremos mais adiante, a metamorfose da superexploração do trabalho garantiria, sob diversas formas, elevados patamares de lucratividade, articulando padrões tayloristas/fordistas no interior do novo paradigma industrial (o que denominamos toyotismo restrito).

Na verdade, a crise do capitalismo industrial no Brasil pós-1973 era uma crise do padrão da industrialização retardatária, que exacerbou a contradição existente entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do Departamento III (que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital).¹²

No período do “Estado desenvolvimentista”, a industrialização retardatária, comandada pelo capital internacional, voltava-se para o mercado interno, protegido pela reserva de mercado, com os oligopólios internacionais (e nacionais) conseguindo um elevado patamar de lucratividade (principalmente em suas relações de “promiscuidade” com o Estado). Entretanto, era possível constatar, em seu desdobramento histórico, uma contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e a nova etapa da economia capitalista mundial, caracterizada pela internacionalização do capital.

O incremento da industrialização no país, centrada nos setores de bens de consumo duráveis, tal como ocorreu a partir dos anos 50, exigia a importação de bens de produção dos países capitalistas centrais – implicando, portanto, a necessidade de meios internacionais de pagamento (no caso, dólares norte-americanos) –, que seriam adquiridos através do endividamento externo, propiciado pela liquidez do mercado internacional nos anos 60 e 70. O limite da industrialização hipertardia era posto, assim, pela sua condição de dependência à lógica do capital internacional, de acesso aos circuitos do capital financeiro internacional.

Em seu período de êxtase, pois, o padrão capitalista de cunho desenvolvimentista criou seus próprios limites de crescimento ao incrementar a *desproporcionalidade* entre o Departamento III e o Departamento I, o setor de bens de produção.

No período 1968-73, as importações de bens de capital (e intermediários) se expandiram muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise da balança de pagamentos. Na mesma proporção, incrementou-se a remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros de empréstimos – acarretando uma crise na conta serviços. A recorrência ao capital financeiro internacional destinava-se a suprir o crescente déficit da balança comercial: a solução imediata foi aumentar ainda mais a dívida externa, a fim de propiciar os meios de pagamento internacionais necessários para o retorno dos lucros do capital internacional sediado no Brasil à circulação internacional.

Deste modo, o *horizonte de estrangulamento das contas externas tendia a ameaçar a própria continuidade da expansão capitalista no país*.¹³ Persiste ainda hoje, como uma espada de Dâmocles sobre o processo de acumulação do capital no Brasil, a perspectiva de estrangulamento das contas externas, como uma ameaça à própria continuidade do novo ciclo de desenvolvimento no país instaurado pela era neoliberal, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

Na perspectiva do “Estado desenvolvimentista”, preocupado em garantir a continuidade da reprodução interna do capital, a solução estratégica para sair da contradição entre o progresso da industrialização e o problema dos meios de pagamento internacionais foi dada pelo redirecionamento do padrão de industrialização no país para o Departamento I, com a implantação do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. A produção proveniente do Departamento I criaria, via exportação, os meios de pagamento internacionais, imprescindíveis para a reprodução capitalista no país.

O II PND, de 1976, sob o governo Geisel, tentou resolver, através da industrialização centrada na produção de bens de produção, o problema dos limites de uma industrialização voltada para o mercado interno, em um cenário de internacionalização do capital (que exige, portanto, a criação de meios de pagamento internacionais). Mas a tentativa de completar a matriz industrial no Brasil, de inseri-lo, por completo, na Segunda Revolução Industrial, encontrou limites:

Primeiro, em seus próprios alicerces – *o padrão de financiamento do Estado desenvolvimentista*. Como observa Goldenstein, ao assumir um esforço de investimento muito superior à sua capacidade de arrecadação fiscal e à sua disponibilidade de recursos próprios, “o Estado rompe a lógica que norteava o capitalismo brasileiro até então, sobreendividando-se em condições financeiras de alto risco e sem criar a correspondente capacidade de geração de divisas, que implicaria ‘outra’ conexão externa”.¹⁴

Segundo, é preciso observar que, nessa época, o cenário do capitalismo internacional era deveras hostil (principalmente após 1973). Ocorria uma nova *crise do capitalismo mundial*, expressão da crise estrutural do capital, que tendeu a promover uma instauração lenta (e contínua) de um novo padrão de acumulação de feição flexível. Desenvolvia-se a mundialização do capital e alteravam-se as condições da concorrência no mercado mundial.

Além disso, surgia um *novo complexo produtivo*, vinculado à Terceira Revolução Tecnológica. O que significava que um Departamento I preponderantemente orientado pelo paradigma tecnológico anterior, que começava a ser ultrapassado, no mundo capitalista central, pelo desenvolvimento da nova base técnica – a microeletrônica – e os novos materiais (que substituíam, por exemplo, o aço), tenderia a encontrar sérias dificuldades de realização no mercado mundial.

Nos anos 80, ocorreu a deterioração do cenário da economia capitalista no Brasil, caracterizada pela instabilidade macroeconômica – hiperinflação, recessão, crise financeira. A crise da dívida externa (1981-82), a instauração da crise estrutural do balanço de pagamentos, o estrangulamento das contas externas tendiam a debilitar a reprodução interna de capital. *A economia brasileira viu-se colocada diante da necessidade desesperada de novos saldos na balança comercial, visando a adquirir meios de pagamento internacionais para cumprir o serviço da dívida externa.* Sob a imposição dos ajustes ortodoxos do FMI, com a tutela dos credores internacionais, o país se concentrou no equilíbrio do balanço de pagamentos, adotando, para isso, políticas recessivas que deixavam o circuito interno do capital paralisado. Ocorreu a deterioração crescente do setor público, que se debilitava ainda mais (paralelo à deterioração das condições sociais).

Foi na “década perdida” de 80 que o Brasil se tornou um dos principais países exportadores, com uma pauta variada de produtos industriais, redirecionando, portanto, a sua industrialização para o mercado externo, em busca de superávits na balança comercial (de certo modo, os investimentos públicos do II PND começaram a surtir resultados em meados daquela década).

Diante da nova situação da economia capitalista no Brasil, da crise do capitalismo hipertardió em seu padrão de industrialização substitutivo de importações, impulsionou-se um novo ciclo de reestruturação produtiva, vinculado a paradigmas de organização industrial incorporados à Terceira Revolução Tecnológica.

Um dos seus principais objetivos foi preparar a indústria brasileira para concorrer no mercado mundial, em busca de meios de pagamento internacionais (em primeiro lugar, para saldar os compromissos da dívida externa e, depois, para garantir o retorno da parcela dos lucros das empresas transnacionais à circulação internacional do capital). Deu-se um novo impulso a inovações tecnológico-organizacionais nas principais indústrias do país, surgindo, aos poucos, um novo padrão de flexibilidade vinculado ao toyotismo, que se desenvolvia, ainda, como “toyotismo restrito”. É o que poderíamos salientar como sendo o início de um *novo complexo de reestruturação produtiva*, que assumiria um maior impulso apenas nos anos 1990, indicando a constituição de um “toyotismo sistêmico”.¹⁵

Mais uma vez, portanto (tal como ocorreu na década de 50), um novo surto de reestruturação produtiva acompanhava o redirecionamento do padrão de acumulação capitalista no país, com impactos decisivos sobre o mundo do trabalho. Desta vez, o novo complexo vinculava-se à Terceira Revolução Industrial, à nova lógica da racionalização do trabalho sob a mundialização do capital – o toyotismo. Representava uma nova ofen-

siva do capital na produção e uma nova lógica da superexploração do trabalho sob o capitalismo mundial. Mais ainda: desenvolvia-se no bojo de um sociometabolismo da barbárie vinculada aos desdobramentos da crise estrutural do capital.

As transformações neoliberais no Brasil dos anos 1990

A partir dos anos 1990, de Collor a Cardoso, a política neoliberal surgiu como uma tentativa de recuperar (e promover) a reprodução interna do capital, debilitada, no decorrer da década anterior, pela incapacidade do “Estado desenvolvimentista” de ir além das suas próprias armadilhas. Deste modo, procurava-se instaurar um novo tipo de inserção internacional do capitalismo, aproveitando-se, para isso, as condições propícias do mercado financeiro internacional. De certo modo, o novo ciclo de crescimento capitalista no Brasil, sob o governo Cardoso (pelo menos até 1998), não seria possível se não ocorresse diante de um panorama internacional propício à retomada dos fluxos financeiros internacionais para o país.

O que podemos denominar “política neoliberal” é um processo complexo de medidas de reforma do Estado e da economia capitalista, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista, um novo padrão de desenvolvimento, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital.

Iniciou-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prosseguiu, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-94) e Fernando Henrique Cardoso (1994-98). O governo Lula, que se iniciou em 2003, não conseguiu romper com os constrangimentos do Estado neoliberal. Aliás, com Lula se explicitou a natureza estrutural da nova forma de Estado político que se engendrou a partir da mundialização financeira na borda subalterna e desenvolvida do sistema do capital – o *Estado neoliberal*, que tende a desmistificar os limites da esquerda *politicista*. O que significa que ou se desmonta a forma política do Estado burguês ou, entra governo e sai governo, a dinâmica social não sofre alteração significativa. Pelo contrário, aprofunda-se a crise de legitimidade e de representação política desta forma estatal, dilacerada pelo capital financeiro. No sentido comum, pode-se dizer que cada vez mais o Estado se coloca contra a sociedade.

É claro que a política neoliberal no Brasil tende a assumir formas (e dinâmicas) programáticas diferenciadas a partir dos anos 90. É possível caracterizar um neoliberalismo do tipo “acumulação primitiva”, cuja implantação foi perseguida pelo governo Collor e pelos governos Cardoso, que se caracterizaria pela liberalização comercial abrupta e

pelo novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, etc. Algumas dessas medidas neoliberais assumiram um caráter datado, mas o que tende a se preservar como núcleo deste Estado neoliberal é a macroeconomia da financeirização.

Na verdade, a política neoliberal inclui medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova lógica do capitalismo mundial. O que quer dizer que o neoliberalismo, considerado enquanto ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital, não implica “negar” a centralidade do Estado na economia capitalista, mas reconstituir segundo a lógica das corporações transnacionais. Ou seja, o “Estado mínimo” para os neoliberais é, na verdade, o “Estado máximo” para o capital.

O neoliberalismo busca, através da liberalização comercial (que acirra a concorrência capitalista no país), dar um novo salto na concentração e centralização do capital. A partir daí, tende a ocorrer, nos setores mais dinâmicos, a instauração de uma verdadeira onda de produtividade e qualidade nos setores industriais (e de serviços). É o desdobramento amplo (e intenso) do ciclo de reestruturação produtiva em um novo patamar histórico, um novo complexo, capaz de dar um novo ordenamento à estrutura produtiva – e de classes – no Brasil.

Além da liberalização comercial, impulsionada nos primórdios dos anos 90, sob o governo Collor, é necessário que a política neoliberal instaure medidas capazes de atrair uma nova onda de investimentos de capitais no país. Procura-se incentivar a constituição de novos horizontes para o investimento capitalista, principalmente do investidor internacional, capaz de trazer meios internacionais de pagamento, os dólares necessários para a nova decolagem do padrão de acumulação do capital (é importante salientar que, logo no início da década, ocorreu uma mudança no cenário do capitalismo internacional: existia um novo fluxo de capitais sedentos de valorização nos mercados emergentes, tanto através de investimentos diretos – o capital produtivo – como de investimentos financeiros – o capital especulativo). Por isso, em primeiro lugar, no horizonte de uma “neo-acumulação primitiva” da década de 90, é preciso recompor o horizonte do cálculo capitalista, debilitado, nos anos 80, pela persistente hiperinflação (o que vai se tornar uma obsessão do Estado neoliberal). Nesse bojo é que se procurou promover, como principal objetivo, a estabilização da moeda (tentou-se, em 1991, com Plano Collor e, com mais sucesso, em 1994, com o Plano Real).

Por outro lado, impõe-se a reforma do Estado capitalista no Brasil, como a própria condição para a sustentabilidade da reprodução interna do capital. É um processo complexo, sinuoso e quase impossível nos marcos de um sistema político de clientelas, mas torna-se outra obsessão recorrente do Estado neoliberal. Collor e Cardoso fizeram sua parte no espólio reformista, Lula está fazendo a dele. É importante para a preservação do ciclo de

crescimento capitalista, baseado no equilíbrio das contas externas e do balanço de pagamentos, a presença de novos investimentos externos diretos, atraídos pelas novas oportunidades de negócios criadas pela privatização, cujo ciclo de “acumulação primitiva” se esgotou, e pelo novo espaço de valorização do capital posto pelo Mercosul (um projeto problemático, tendo em vista a *débâcle* irremediável do capitalismo neoliberal na Argentina). Estamos diante de tentativas insistentes de instaurar, tal como ocorreu sob o governo Kubitschek, um novo padrão de financiamento da acumulação capitalista, adequado à época da mundialização do capital. No seu bojo está a determinação da crise estrutural do capitalismo brasileiro – os desequilíbrios persistentes do balanço de pagamentos.

Cabe salientar, entretanto, o caráter ideológico de um suposto padrão de desenvolvimento capitalista. As medidas neoliberais (liberalização comercial, terceirização e fratura da cadeia produtiva, macroeconomia da financeirização) só aprofundam a vulnerabilidade crônica do balanço de pagamentos do país, obrigando-o, para minorar as próprias fragilidades de sua reprodução sistêmica, a se recompor como uma plataforma primário-exportadora, em busca de superávits comerciais cada vez mais instáveis, em virtude da crise de superprodução que atinge o capitalismo mundial.

A partir da década de 80, os agentes do capital mundial – as empresas, conglomerados e corporações transnacionais – incrementaram um novo tipo de internacionalização do capital, cuja principal característica era a rede produtiva mundial, o que resultou no crescimento do comércio interindustrial.¹⁶ A constituição desta produção mundial em rede é uma nova determinação crítica sobre um dos elementos estruturais da crise dos capitalismo subalternos (o problema do balanço de pagamentos).

A nova dependência

O padrão de desenvolvimento capitalista do Brasil sob o “Estado desenvolvimentista” era baseado na “substituição de importações”, num padrão de industrialização vinculado à Segunda Revolução Industrial e no investimento em setores de bens de produção voltados para a “industrialização pesada”. Como salientamos acima, enquanto se implantava no Brasil o II PND, em meados da década de 70, nos países capitalistas centrais, sob o impulso determinante da nova crise de valorização do capital, ocorria um novo complexo de reestruturação industrial voltado para incorporar as novas determinações da Terceira Revolução Tecnológica, dos complexos eletrônicos, da economia cibernética. Surgiram novos setores dinâmicos, vinculados a esta revolução, tais como o “complexo eletrônico-mecatrônico”.¹⁷

Na verdade, a nova crise de valorização do capital que se instalou a partir de 1973 tendia a promover *alterações nas condições da concorrência capitalista internacional*, não só na sua intensidade, mas na *espécie*, cada vez mais vinculada à capacidade de lançamento de novos produtos. Surgia um novo tipo de acumulação do capital, denominada “acumulação flexível”, que tendia a desenvolver uma “nova dependência” no interior do sistema do capitalismo mundial.

Por exemplo, na economia das transações mercantis vigentes na era da mundialização do capital, os produtos industriais aproximavam-se de possuir um maior valor agregado por unidade, o que implica considerar que um país capitalista que não possuísse um complexo eletrônico – ou “complexo eletrônico-mecatrônico” – seria incapaz de constituir a matriz industrial da época da Terceira Revolução Industrial, sendo, portanto, dependente da obtenção de produtos de alta tecnologia dos países capitalistas centrais.

Além disso, o cenário mundial da concorrência capitalista exigia não apenas investimentos em capital intensivo na produção, através de novas tecnologias microeletrônicas, mas, principalmente, novos padrões de gestão da produção capitalista, capazes de propiciar um elevado patamar de qualidade e competitividade (o toyotismo surgia, deste modo, como “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva). Era necessário, portanto, um novo tipo de manipulação da subjetividade operária, uma captura desta pela lógica do capital.

Desse modo, a dinâmica da crise estrutural do sistema do capital que se desenvolve a partir dos anos 70 alarga e aprofunda o lapso de dependência do Brasil para com o capitalismo central desenvolvido. Esta é uma das determinações da crise estrutural que se rebate na crise do capitalismo brasileiro.

No Brasil, a partir de meados da década de 70, o II PND procurava completar a matriz de relações industriais segundo o padrão industrial vigente sob a Segunda Revolução Industrial. Mas a nova crise de valorização do capital, que impulsionou a Terceira Revolução Tecnológica nos países capitalistas centrais, adiou (ou eliminou de vez) a possibilidade objetiva de o país integrar-se na “nova modernidade”. Esta é mais uma determinação estrutural da “nova dependência”.

Na verdade, desde os anos 50, aprofundou-se a subalternidade fundante do capitalismo brasileiro, um processo de dependência estrutural à lógica do capitalismo mundial que contrasta com a “ilusão de autonomia”, alimentada pela aspiração de um capitalismo nacional (o nosso paradoxo histórico é que o novo surto de industrialização, em meados dos anos 50, permitiu que se desenvolvesse uma “ilusão de autonomia” do capitalismo nacional, ao mesmo tempo em que se aprofundavam, cada vez mais, seus vínculos básicos com o capitalismo mundial).

Apesar de a “industrialização pesada” no Brasil, a partir de meados da década de 50, ocorrer sem o interesse estratégico do país capitalista hegemônico (os Estados Unidos), ela tinha apoio dos centros de decisão capitalista emergentes no Japão e na Europa Ocidental. Ou seja, era uma industrialização que se constituía nas “brechas do policentrismo”, no plano do capitalismo mundial.¹⁸

No novo período da mundialização do capital, entretanto, não interessa a nenhum pólo capitalista mundial que o padrão de industrialização no Brasil prossiga nos velhos moldes do desenvolvimentismo, baseado na “substituição de importação” e na proteção do mercado nacional, mas que haja, pelo contrário, liberalização comercial, seguindo a lógica das novas estratégias corporativas das empresas e conglomerados transnacionais.

É esta nova dinâmica que instaura as determinações políticas e financeiras do *Estado neoliberal* em sua configuração brasileira. O Estado neoliberal é o Estado político da nova dependência, esgotamento das energias utópicas da modernidade burguesa no Brasil. É claro que se abre um campo de contradições internas interclasses e intraclasse capitalista, tendo em vista a necessidade de preservar espaços de reprodução sustentáveis no território nacional. Por exemplo, a retomada de uma política industrial e as dificuldades da construção da Alca no governo Lula expressam a busca de um *tertius* cada vez mais precário entre interesses burgueses internos e os do capital global financeirizado.

A nova etapa do capitalismo mundial implica uma alteração dos circuitos de investimentos diretos externos, das estratégias de transferência de tecnologia das empresas, corporações e conglomerados transnacionais, dos seus padrões de competição, do sistema financeiro internacional. É por isso que, para o Brasil – um país capitalista dependente e subalterno no campo do mercado mundial –, o novo padrão de desenvolvimento (e o surto de reestruturação produtiva associada a ele), integrado à mundialização do capital, possui um sentido histórico negativo, principalmente na perspectiva do mundo do trabalho organizado (o que significa o desenvolvimento do processo da nova precarização do trabalho).

É claro que o cenário de mundialização do capital promete a constituição de novos circuitos de investimentos de capital dirigidos para os países de capitalismo hipertardio, como o Brasil. Contudo, resta perguntar que capital é este. Na verdade, é um circuito de capital predominantemente de curto prazo, altamente especulativo, vinculado aos mercados financeiros internacionais e cujo único objetivo é a “reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” (é claro que o Brasil tem recebido capitais de mais longo prazo, o que, no entanto, não os salvaguarda dos movimentos especulativos de curto prazo).

Deste modo, os novos fluxos de capitais são incapazes de dar, por si sós, uma solução estratégica ao problema estrutural do capitalismo industrial no Brasil: o estrangulamento das contas externas. Essa nova dinâmica do capital financeiro instaura uma determinação *financeiróide* deste problema estrutural, abrindo mais um flanco da crise.

Temos observado – desde o Plano Real – o crescimento dos investimentos externos diretos no Brasil. Só que o capital produtivo não é mais o investimento direto externo que traz a promessa de novos empregos industriais, tal como ocorreu nos anos 50 e 60, no período de “industrialização pesada”. Pelo contrário, é o investimento produtivo intensivo *em capital*, e não em trabalho. É, portanto, uma nova lógica de acumulação do capital – a acumulação flexível – que incorpora os pressupostos da *lean production*, que altera o processo (e organização) de trabalho na perspectiva de uma nova hegemonia do capital na produção, criando um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil e instaurando, num novo patamar histórico, a crise do sindicalismo classista no país.

É por isso que, sob a era neoliberal, o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, pode ser considerado uma nova ofensiva do capital na produção. Ele é parte intrínseca de um processo sócio-histórico de desenvolvimento capitalista cujo resultado é a desconstrução do mercado de trabalho urbano, através da precarização de empregos e salários e da debilitação do operário-massa e do sindicalismo classista, tal como se constituiu sob a industrialização substitutiva. É, portanto, a desconstituição do terreno nacional-popular, que tende a enfraquecer os principais obstáculos sócio-históricos postos à perversidade do capital em nosso país, tal como os sindicatos de classe, que se caracterizaram como baluartes à superexploração do trabalho, como trincheiras de resistência da democracia de massa contra as taras do capitalismo retardatário.

Múltiplas dimensões da crise do capitalismo no Brasil

A crise do capitalismo brasileiro tem uma dimensão histórico-clássica decorrente de sua objetivação hipertardia, caracterizada pela busca de financiamento para a reprodução do capital. Ela se manifesta, por exemplo, nas crises de balanço de pagamentos, recorrentes desde os primórdios da industrialização. Na verdade, a economia capitalista industrial se impulsionou, num primeiro momento, a partir de fundos de base agroexportadora, e para se manter ou se sustentar nas condições da concorrência capitalista monopolista precisou constituir, a partir de investimentos do Estado, uma infra-estrutura pesada adequada ao novo patamar de uma economia capitalista complexa.

A crise fiscal do Estado no Brasil, com suas múltiplas determinações que não convém analisar aqui, implica uma (re)articulação da nossa objetivação capitalista com o sistema capitalista mundial. Ela ocorre a partir das políticas neoliberais. A inserção subalterna do Brasil na mundialização financeira apenas *sobredetermina* o problema crônico de crise do balanço de pagamentos e suas determinações sobre as demais variáveis da acumulação de capital e desenvolvimento de sua base sociomaterial.

É no contexto da mundialização do capital que se (re)põe o problema clássico da *questão nacional*. Um dos limites (e impossibilidades) do desenvolvimentismo era conciliar objetivação capitalista e integração nacional, no sentido dos interesses das massas historicamente excluídas do processo de modernização retardatário. A teleologia *desenvolvimentista* apreendia os potenciais de acumulação de riqueza, mas *não* conseguia resolver a charada da inclusão social. Na verdade, trata-se de uma incapacidade ontológica, e não meramente política, pois se está lidando com um “sujeito” de modernização, o capital em geral, cuja forma de ser pressupõe exploração, desigualdades e exclusão em todas as formações históricas pretéritas, principalmente naquelas que se inseriram de maneira hipertardia.

Por exemplo, num artigo intitulado “Redefinindo a questão nacional”, Tavares vislumbra possibilidades de inserção virtuosa do Brasil no novo sistema mundial do capital. Depois, assaltada por uma lembrança “desenvolvimentista”, interroga-se sobre como transformar a acumulação em inclusão social: “Um novo ‘modelo primário exportador’ ou a retomada da industrialização num patamar tecnológico mais avançado não garantem a inclusão social no futuro, como não o fizeram no passado”.¹⁹ Na verdade, desde 1964 o dilema “desenvolvimentista” persiste e insiste, assumindo dimensões quase trágicas. Se no crescimento “estatal-autocrático” dos anos 1969-73 havia um lastro de projeto de nação, que criava bases territoriais de modernidade (e Santos diz que “o território deve ser a fala privilegiada da nação”), a perspectiva do “crescimento” neoliberal dos anos 1990 é diluir tais bases territoriais da modernidade e “implodir” a nação, enterrando de vez as promessas de desenvolvimentismo clássico.²⁰

A crise primordial, enfim, em que ainda nos debatemos como objetivação capitalista retardatária, é a da incapacidade do financiamento da acumulação interna, intrincada com o endividamento externo que tende a estrangular, nas condições da mundialização financeira, a própria perspectiva de desenvolvimento sustentável. A dinâmica do capital financeiro, que se tornou predominante nos últimos 30 anos e que se incrustou na própria forma política do Estado burguês (o Estado neoliberal), não é a dinâmica do capital produtivo.

Existe, portanto, uma clivagem histórica na dinâmica capitalista que tende a *sobre-determinar* a crise crônica do capitalismo industrial no Brasil. Surge uma nova determinação da crise: a da reprodução dos interesses parasitários do capital financeiro interno e externo, colocando problemas para a constituição das bases de um desenvolvimento industrial-produtivo sustentável.

Finalmente, existe uma outra dimensão da crise do capitalismo no Brasil – a da crise do sistema mundial do capital em si e para si. É uma dimensão sistêmica que impõe limites ao projeto de desenvolvimento da nação, tanto quanto o da predominância do capital financeiro. Ele se dá pelas determinações do comércio mundial, mas sob a lógica da financeirização dos capitais transnacionais (imbrica-se, portanto, com a dimensão anterior, limitando mais ainda a capacidade de desenvolvimento nos moldes *desenvolvimentistas* clássicos).

Trabalho e a mundialização do capital no Brasil

O desenvolvimento e a crise do capitalismo no Brasil em suas múltiplas determinações (a dimensão crônica do balanço de pagamentos, a *financeiróide* e a sistêmico-estrutural) se rebate sobre o mundo do trabalho. Verificamos como a fase clássica do desenvolvimento industrial criou um mundo urbano-industrial, integrando o Brasil ao sistema mundial a partir do governo Juscelino Kubitschek, quando se criaram as bases materiais da promessa de modernidade. Apesar de imersa na crise crônica de balanço de pagamentos, a materialidade da modernização era progressiva. Mesmo o desenvolvimento espúrio que ocorreu a partir de 1964 até a crise do “milagre” mantinha a promessa de crescimento do “bolo” a ser dividido por pressão política – talvez seja essa a base do *politicismo* vigente tanto na direita como na esquerda no período da abertura democrática.²¹ O surgimento de um novo proletariado urbano-industrial e de serviços criou a perspectiva da modernidade insurgente, do projeto de nação inconcluso nas objetivações hipertardias. A base material do mundo do trabalho que nasce do surto de desenvolvimentismo espúrio é que cria os sujeitos da democratização, que levanta os movimentos sociais da década de 1980.

A crise em que o capitalismo brasileiro se debate há pouco mais de 20 anos, contudo, e não apenas em sua dimensão crônica, mas em seu viés *financeiróide* e de lastro sistêmico, esgarçaria as bases materiais deste mundo do trabalho progressivo. O complexo de reestruturação produtiva que destacamos acima aparece como ofensiva do capital na produção.

Ela assume um caráter regressivo no plano da sociabilidade que merece ser investigado, rebate-se de forma múltipla no mundo do trabalho, assumindo, deste modo, uma dimensão variada, que indicaremos apenas de forma preliminar – é a determinação *financeiróide* da crise, que se articula com a sistêmica para aprofundar a precariedade e a precarização.

Surge o *precário mundo do trabalho*, cujo nexa não é o da precariedade crônico-estrutural das massas marginais que o velho desenvolvimentismo não conseguia incluir: trata-se da precariedade e da precarização das bases modernas de acumulação, alucinadas pela lógica da financeirização e do trabalho abstrato elevado à enésima potência (o incremento da produtividade do trabalho que não apenas enxuga as empresas, mas exige o desmonte dos direitos parcos do salarizado).

No ensaio *O ornotorinco*, Francisco de Oliveira destacou que, com a “década neoliberal”, ocorreu uma transformação abrupta da estrutura de classes no Brasil. Presenciamos, hoje, uma crise da representação política e dos seus sujeitos coletivos organizados, uma dimensão da crise do Estado. É tal “implosão” das bases materiais da modernidade salarial que inviabilizaria, por exemplo, um projeto “desenvolvimentista” de base cepalina. A tragédia do ornotorinco, descrita por Oliveira, seria a expressão alegórica destas múltiplas determinações da crise do capitalismo no Brasil. A dimensão clássica do desajuste estrutural do balanço de pagamentos é *sobredeterminada* pela dimensão *financeiróide* e pelas determinações sistêmicas do mundo do capital. O crescimento alucinado da produtividade do trabalho é o dado sistêmico decisivo que atinge a crise do capitalismo no Brasil: “Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato”. Inclusive, para ele, o desmonte deste parco *Welfare State* e o avanço da precarização dos *nichos* modernos no Brasil decorreria desta determinação sistêmica: “o fenômeno que preside tudo é a enorme produtividade do trabalho”.²²

De certo modo, Oliveira salienta, também, a dimensão *financeiróide* da crise, que se manifestaria, por exemplo, através da obsessão por um superávit primário mais elevado, imposto pela tecnoburocracia do FMI. Entretanto, ela se expressaria também, por outro lado, no campo das classes sociais, através de um estratagema: dela surgiria uma “verdadeira nova classe social” que, saindo do mundo do trabalho, seria a síntese social desta dimensão *financeiróide* da crise. Ela se estruturaria sobre, “de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT”.²³ Ou seja, a “nova classe social”, incrustada no governo Lula, em articulação com os setores do capital financeiro

internacional (cujo mediador-mor é o grão-ministro da Fazenda, Antonio Palocci!), decorreria, portanto, desta base material dos nexos da financeirização exacerbada. Sua contrapartida social de massa seria o precário mundo do trabalho, resultado desta nova precarização que atingiria não apenas os trabalhadores industriais, mas os de serviços e os da administração pública.

Pode-se dizer que os trabalhadores do setor público desta década são os “metalúrgicos da era neoliberal”. É deles que surgirá – com todos os limites de sua consciência de classe contingente e de sua inserção na divisão social do trabalho – a rebeldia do trabalho urbano contra as novas clivagens da crise do capitalismo no Brasil e do Estado neoliberal. Deste modo, é sintomático, por exemplo, o surgimento, em 2004, do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL), cujo manifesto, assinado por Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, entre outros intelectuais de esquerda que militavam no PT de outrora, aparece como alternativa política de esquerda à ordem. É um produto deste “novo campo gravitacional” que surge da confluência orgânica, no Brasil, entre neoliberalismo e capitalismo mundial em crise. Esta formação político-partidária expressaria, em sua contingência, a dilapidação de um elo reprodutivo-sistêmico – no campo do trabalho – do “Estado desenvolvimentista” em liquidação pela nova lógica sistêmica vigente. Entretanto, a questão é saber quais as verdadeiras perspectivas de intervenção político-social deste Partido, nas condições socioinstitucionais de ampla precarização (inclusive organizacional) do mundo do trabalho e de crise irremediável da democracia representativa e da institucionalidade política da ordem do capital no Brasil *neoliberal*.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

¹ ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a degradação do trabalho no capitalismo global*. Londrina, Editora Práxis, 1999.

² Id. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sociometabolismo da barbárie. *Revista Katalysis*. CRSS, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

³ Id. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2000.

⁴ CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

⁵ CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. São Paulo, Nobel, 1989.

⁷ CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo tardio*, op. cit.

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: a crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Cebrap, 1971.

⁹ LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo, Nobel, 1991.

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980*. São Paulo, Editora Ensaio, 1988.

¹¹ HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. São Paulo, Vozes/Cebrap, 1982.

¹² OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência*, op. cit.

¹³ Id., *ibid.*

¹⁴ GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 181.

¹⁵ ALVES, op. cit.

¹⁶ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

¹⁷ COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial. *Economia e Sociedade*, n. 1. São Paulo, Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1992.

¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: a crítica à razão dualista*, op. cit.

¹⁹ TAVARES, Maria da Conceição. Redefinindo a questão nacional. *Folha de S. Paulo*, 25 de abril, 2004, B2 (Lições Contemporâneas, B2.)

²⁰ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

²¹ CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-94: do golpe militar à crise social*. São Paulo, Ad Hominem, 2000.

²² OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista & O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

²³ Id., *ibid.*



DUAS VEZES CALABAR – 1632/1973*

Sérgio Alves de Souza**

Resumo

Este artigo analisa como a peça *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, usa as invasões holandesas ao Brasil ocorridas no período colonial para produzir uma reflexão crítica sobre a Ditadura Militar. A hipótese central é de que a peça não se limita a repetir aquilo que foi produzido pela historiografia, mas dialoga com esta, propondo outras perspectivas de leitura deste momento da História do Brasil.

Palavras-chave

Ditadura militar; luta armada; teatro; holandeses no Brasil; historiografia.

Abstract

This article analyses the play Calabar written by Chico Buarque and Ruy Guerra and shows how the authors have used the Dutch invasions in Brazil to make critical considerations about the military dictatorship. The central hypothesis is that the authors do not just work based on an established historiographical concept but they also propose other ways of seeing that moment in the history of Brazil.

Key-words

Military dictatorship; Guerrilla; Theater; Dutchmen in Brazil; Historiography.

...o que importa não é a verdade
intrínseca das coisas, mas a
maneira como elas vão
ser contadas ao povo.
(Frei Manuel do Salvador, em
Calabar, o elogio da traição)

A censura, ela gosta da arte
Mas é a Medusa retocando a musa.
(Tomzé – *Sem saia, sem cera, censura*)

Na década de 1970, existia vasta produção artística e cultural que procurava posicionar-se ante a ditadura apropriando-se de temas do passado brasileiro, sobretudo o período colonial.¹ Parte de tal processo, a peça *Calabar, o elogio da traição*, escrita por Chico Buarque de Holanda, em parceria com Ruy Guerra, é a terceira incursão do compositor no teatro² e a primeira de suas obras a direcionar o olhar para a História, compreendida enquanto uma reflexão sobre o passado.

O mais marcante na peça é sua ausência: às vésperas da estréia, a obra foi proibida, sendo inclusive censuradas as notícias em relação à própria censura do trabalho; o disco com músicas da obra teve título, capa e várias letras vetados na íntegra e uma (“Fado Tropical”) mutilada (entendeu-se que não deveria ser feita a referência à sífilis em nossa herança portuguesa).³

Calabar é um paradigma das relações entre arte, política e historiografia no período, pois nos dá vários parâmetros para a pesquisa – sua primeira edição, publicada em 1973,⁴ apresenta uma bibliografia (retirada da edição revista de 1978) que, para a época, resume a melhor historiografia a respeito do período holandês no Brasil: Varnhagen, Boxer, Gonçalves de Mello, Netscher, Watjen e José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro,⁵ além do Frei Manoel Calado,⁶ testemunha cuja qualidade divide os historiadores.

Boxer dedica a *O Valeroso Lucideno*, de Calado, quase duas páginas de comentários, colocando suas qualidades e defeitos (resumindo, é tendencioso por estar tão envolvido na guerra e preocupado em disfarçar seu colaboracionismo, por isso é tão valioso), desenvolvendo as considerações de Gonçalves de Mello, para quem se trata do “mais importante testemunho sobre Pernambuco sob o domínio holandês”. O livro não é citado na “Relação comentada das fontes consultadas para a composição desta obra” feita por Netscher. Watjen ocupa mais espaço que Boxer, não para recensear a obra, mas para censurar seu autor, cuja apreciação dos holandeses “torna-se ainda mais revoltante quando se considera com que cavalheirismo e bondade esse padre foi tratado por João Maurício”. Para Varnhagen,

falta a Calado “dignidade histórica”, pois se fia em boatos que possam ajudá-lo em seu objetivo de enaltecer João Fernandes Vieira. Além disso, escreve mal; entretanto, pode ser usado com algum critério.⁷

Menos que me fiar em quais testemunhos e análises apresentam maior qualidade, procuro pensar como esta bibliografia produziu temas que puderam ser retrabalhados pelos autores da peça com uma intenção política bastante marcada, ou seja, como, naquelas circunstâncias, o olhar para o passado pode ser utilizado para interferir no debate político naquele presente. Não pretendo discutir a obra como parte de uma série histórica de Chico Buarque,⁸ pensando-o como “o filho do Sérgio”⁹ – como se houvesse uma transmissão genética do fazer historiográfico.

Óbvio que não se trata de aferir o grau de veracidade histórica de uma obra de ficção, tarefa à qual dedicaram-se os censores.¹⁰ Tarefa inútil, até por declarações dos responsáveis pela peça: há esquematismo, há a necessidade de contar uma história no palco. Entretanto, é conveniente retomarmos alguns parâmetros assumidos pelos envolvidos no ato de criação: as personagens existiram, o tema existiu, a única personagem assumidamente ficcional é a prostituta Ana de Amsterdam, tida como modelo, ou somatório, de personagens reais.¹¹

Ficção produzida a partir de personagens reais e de um acontecimento real, usando como fonte uma bibliografia de qualidade, *Calabar* é teatro, mas não deixa de ser uma reflexão sobre a História. Nesse sentido, apontar erros seria cobrar da peça o que ela não é; entretanto, é necessário pensar quanto *Calabar* aproxima-se da reflexão historiográfica, seguindo – ou até mesmo propondo – temas presentes nessa produção.

O primeiro momento de aproximação entre *Calabar* e os historiadores é a colocação das indagações direcionadas ao passado a partir de uma preocupação política com seu presente. Sendo um viés que atravessa a obra, faz-se necessária uma tentativa de compreensão de como *Calabar* se inscreve na luta política da década de 70, a partir do levantamento de temas presentes na obra e suas articulações com o momento em que foi escrita. Ao mesmo tempo, procuro buscar as origens e os tratamentos dados aos temas na bibliografia utilizada pelos autores, percorrendo suas fontes, pensando em como e quais temas nelas aparecem. Além disso, proponho a existência de alguns temas nascidos não da bibliografia centrada na presença holandesa no Brasil, mas em outras obras possivelmente conhecidas pelos autores.¹²

Não se trata de um esgotamento desse viés de leitura, uma vez que *Calabar* tem uma riqueza de detalhes e referências que vai além da bibliografia sobre o período colonial indicada pelos autores, sobretudo se pensarmos que a segunda versão, de 1978, dialoga com outro tempo (que inclui até mesmo a proibição da versão anterior) e, possivelmente,

com obras historiográficas mais recentes; além disso, somente tive acesso a uma parte dos livros usados por Buarque e Guerra na feitura da peça, alguns em edições diferentes.¹³ Outro ponto que não abordo são as possíveis influências de temas lançados por *Calabar* na historiografia que lhe é posterior.

Uma História com várias vozes

A história é uma colcha de retalhos
(Bárbara, em *Calabar; o elogio da traição*)

Calabar inicia com um sermão do Frei Manuel do Salvador, dedicado a uma crítica à situação de fausto vivida pelos pernambucanos antes da chegada dos holandeses. Textualmente, são citadas várias passagens do primeiro capítulo do *Valeroso Lucideno*. Paralelamente, Mathias de Albuquerque dita uma carta prometendo o perdão a Calabar caso abandone os holandeses (pp. 7-10), passagem extraída de Varnhagen.¹⁴

Após a lamentação de Albuquerque contra a traição de Calabar, Frei Manuel nos apresenta Bárbara, com quem Calabar era “amancebado”. Esta, depois de cantar sua canção de apresentação, pede ao público sua atenção, “Não a atenção que costumais prestar aos oradores sacros. Mas a que prestais aos charlatães, aos intrujões e aos bobos da rua” (p. 13).¹⁵

Toda a história – cerco a Porto Calvo, entrega, julgamento e execução de Calabar, lamento de Bárbara pela perda do marido, chegada e instalação de Nassau no Brasil – irá desenvolver-se a partir do confronto entre estas três vozes: a Igreja Católica (a partir de transcrições e paráfrases ao *Valeroso Lucideno*), o colonizador (a partir dos textos dos historiadores) e uma fala popular, com forte apelo humorístico, construída sobretudo a partir das entrelinhas e de algumas passagens involuntariamente cômicas dos vários textos utilizados, principalmente, Calado.¹⁶

Enfrentando uma bibliografia cujas fontes são governamentais ou eclesiásticas, Buarque e Guerra vislumbram um mundo com prostitutas, bêbados, crises de disenteria, negros e índios não embranquecidos como Henrique Dias ou Camarão. Esses temas aparecem apenas marginalmente em algumas das obras citadas.¹⁷ A questão é a amplificação de personagens que a historiografia até então produzida mal era capaz de perceber: em Watjen, a prostituição é, como nos pregadores holandeses, um problema moral; em Boxer, havia uma inevitável atmosfera de corrupção em Pernambuco, expressa na frase de Barléu,¹⁸ para quem “Não existia pecado além do equador”, e uma diferença cultural – seguindo Calado – entre portugueses e holandeses no trato com as mulheres; Gonçalves de Mello dá

maior abertura a esses temas, não tratando a prostituição, por exemplo, do ponto de vista moral, mas nega-lhe autonomia, vinculando-a ao problema sanitário.

Buarque e Guerra diferenciam sexualidade e saúde, derivam das referências à prostituição e à bebedeira a existência de um mundo feminino e de um universo de prazer que vão além da simples preocupação com a colonização de corpos e almas, colocando-se como formas alternativas de sociabilidade. Talvez não haja exagero em pensar no conhecimento pelos autores da problemática do riso popular e de temas como o baixo corporal, ainda que a edição brasileira de Bakhtin seja bastante posterior à peça.¹⁹

Traição

“nesta guerra nunca faltaram traidores”
(Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno*)

O tema mais forte presente na peça é a traição. Recorrente, aparece no título, no paralelo entre Calabar e Sebastião do Souto (que inclui um relacionamento amoroso, inexistente na bibliografia, entre este e Bárbara, viúva de Calabar) e em toda trama, que se inicia com a derrota dos holandeses em Porto Calvo, a partir da tramóia montada por Souto, traidor dos holandeses.

Pensar a traição no início da década de 1970 é propor um tema fortemente político. Estamos na era do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, apregoadado pelo governo Médici. Momento de grandes feitos da nação, que serviam tanto para demonstrar sua superioridade quanto para integrá-la, desde a conquista do Tricampeonato de Futebol aos chamados “projetos de impacto” (Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Mobral, Projeto Rondon). Momento no qual ou se está a favor do governo, ou se é traidor da Pátria, pois país e governo confundem-se. Cartazes espalhados pelas cidades listam militantes procurados, traidores dos valores da nação.

Dentre os traidores, um foi caçado com especial predileção, sendo morto em 1971: o capitão Lamarca, traidor duplo, pois além de trair o país, traiu o exército, arma na qual tinha forte influência por suas capacidades táticas e de tiro – com certeza, nesse contexto, poder-se-ia dizer a respeito dele que “como militar, ajuramentado às bandeiras, (...) foi perjuro, desertando delas, e que (...) abrindo exemplo à deserção, e prestando serviços na guerra contra a sua pátria e os seus concidadãos, foi ao mesmo tempo traidor” ou, “foi um desertor, que praticava o que a lei chama de crime permanente”.²⁰ É neste contexto que é escrita a peça, e se retoma o tema da traição.

A escolha de Calabar enquanto personagem, num momento em que a traição aparece fortemente tematizada, não é fortuita. Estigmatizado desde Calado, a ele é atribuída a responsabilidade pelas vitórias holandesas e pela conseqüente conquista das capitanias do Nordeste. Mesmo Watjen, autor que diminui a importância do desertor, localizando sua troca de lado como concomitante à chegada de reforços da Holanda, não economiza elogios em relação à sua sagacidade.²¹

Numa guerra na qual, a nos fiarmos em Calado, a traição era uma constante, Calabar assume uma certa unanimidade. A novidade do texto de Buarque e Guerra é tratar a traição fora de um quadro comparativo que coloque a superioridade do projeto colonial de Portugal ou Holanda, questão ainda presente na historiografia de então.²²

Inexistindo unanimidade em torno da qualidade do projeto colonial a ser seguido, a própria traição de Calabar pode ser trabalhada na peça como ambigüidade.²³ Mesmo a viúva Bárbara, única voz a defender Calabar depois de sua morte, pensa menos nos resultados da deserção e mais na crença do falecido sobre esses resultados: foi o único a agir na guerra não por interesse pecuniário – pelo contrário, recusa as ofertas de Mathias de Albuquerque –, mas por acreditar que os holandeses fossem melhores para o Brasil,²⁴ perspectiva desmontada ironicamente no final da peça.

Calabar é descrito na canção *Cala a boca, Bárbara* da seguinte maneira:

Ele sabe dos caminhos
Dessa minha terra
No meu corpo se escondeu,
Minhas matas percorreu,
Os meus rios,
Os meus braços.
...
Ele sabe dos segredos
Que ninguém ensina:
Onde eu guardo o meu prazer,
Em que pântanos beber,
As vazantes,
As correntes.

Esta descrição poética de Bárbara sobre o marido, se tem um sentido sensual, narrando – segundo os padrões possíveis na época – a exploração do corpo por um amante, parece aproximar-se bastante das referências feitas pelos diferentes autores a Calabar:

...Mameluco mui esforçado e atrevido (...) Também lhe cobrou muita afeição o General do mar dos holandeses, que o trazia em sua companhia, para que lhe ensinasse as bocas dos rios navegáveis. (Calado, p. 54)

...era conhecedor do sistema de guerra adotado no Brasil. Ativo, hábil, empreendedor e de uma grande temeridade. (Netscher, p. 121)

...excelente conhecedor da região, o qual lhes veio a servir nas operações de guia ousado e ladino, iniciando-os também nos segredos das guerrilhas brasileiras. (...) Por água e por terra, ao Norte e ao Sul de Pernambuco começaram os holandeses a tentar as suas investidas de surpresa. A sagacidade de Calabar lhes prestou nesta emergência serviços inestimáveis. Ele ideou planos contra aldeias, fazendas e plantações de canas, e com incansável zelo instruiu oficiais e soldados na arte de guerrilhar. (Watjen, pp. 119-120)

...conhecia palmo a palmo toda a região (...) Homem muito ativo e inteligente, não poderiam os holandeses ter achado melhor guia e informante para lhes indicar os pontos fracos do inimigo. Era forte como o boi do provérbio, correndo muitas histórias sobre a prodigiosa força física de que dava provas na perseguição do gado, afora outros indícios de grande resistência. (Boxer, pp. 70-71)

Todos os textos são unânimes em indicar um profundo conhecimento, pelo mesmo Calabar, da região.²⁵ Entretanto, nenhum é explícito o suficiente para definir tal conhecimento como estruturado na canção – mesmo se pensarmos nas várias descrições de ataques planejados por Calabar. A colocação da natureza como segredo não dominado pelos adventícios remete a outro tema historiográfico, possivelmente conhecido pelos autores, mesmo indiretamente: trata-se da compreensão de como os europeus, inicialmente, dependeram do elemento nativo para assenhorear-se da terra.²⁶ Tal problema, apesar de não tematizado pela bibliografia, era visivelmente sofrido pelos holandeses no início da colonização, quando ocupavam apenas uma estreita faixa de terra no litoral e ainda tinham que enfrentar uma população nada receptiva, e foi contornado não apenas pelo aproveitamento dos desertores, mas também pelas alianças com grupos indígenas.

O traidor e sua memória

Eu proíbo a história de pronunciar esse nome.
(Bárbara, em *Calabar; o elogio da traição*)

Existe, ao longo do texto, uma luta de Bárbara no sentido de garantir o não esquecimento de Calabar. Num mundo de traidores, ele é o único que merece ser lembrado, pois sua ação move a história – é com traidores assim que “todos os países poderão ser independentes, seja lá do que for”. Nem mesmo a condenação dos portugueses pode levá-lo ao esquecimento. De acordo com a viúva: “Não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar não

morre. Calabar é cobra-de-vidro. E o povo jura que cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três, mil pedaços facilmente se refaz” (p.133).

Na segunda versão (p. 59), esta passagem é deslocada para a metade da peça e modificada, ganhando uma amplitude ainda maior:

Sabe, é até bom eles pensarem que mataram Calabar. Esquartejaram Calabar e espalharam por aí os seus pedaços. Mas Calabar não é um monte de sebo não. Eu sei que Calabar deixou uma idéia derramada na terra. A gente da terra sabe dessa idéia, colhe essa idéia e gosta dela, mesmo que ande com ela escondida, bem guardada, feito um mingau esquentando por dentro. A idéia é dessa gente. Os que não gostam da idéia, esses vão se coçar, vão fazer pouco dela, vão achar que é um bicho de pé. Depois essa idéia maldita vai começar a aperrear e aperrear o pensamento desses senhores, vai acordar esses senhores no meio da noite. Eles vão dizer: que porra de idéia é essa? Eles então vão querer matar a idéia a pau. Vão amarrar a idéia pelos pés e pelas mãos, vão pendurar a idéia num poste, vão querer partir a espinha dessa idéia. Mas nem adianta esquartejar a idéia e espalhar seus pedaços por aí, porque ela é feito cobra-de-vidro. E o povo sabe e jura que o cobra-de-vidro é uma espécie de lagarto, que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz.

Tal capacidade de Calabar e sua “idéia” de se refazerem coloca como problema o refazer-se da História: trata-se da capacidade dos dominados – afinal, é isto que o mulato Calabar e a mulher Bárbara são – de se rearticularem, e lutarem, em diferentes momentos.²⁷ Calabar não é necessariamente traidor, ainda que o termo seja aplicado a ele ao longo de todo o texto, mesmo pela guardiã de sua memória, Bárbara. Sua traição é o abandono de uma posição confortável de serviçal dos portugueses – nesse sentido, opõe-se claramente a Henrique Dias e Camarão.

Nenhum dos autores consultados fala na existência de uma patente anterior a sua troca de lado na guerra; Calado afirma que foi transformado pelos holandeses em sargento-mor (major); segundo Netscher, teria virado capitão.²⁸ Buarque e Guerra, entretanto, colocam na boca de Mathias de Albuquerque o seguinte verso: “Capitão aqui, major passou no salto” (p. 11) existindo ao longo da peça outros momentos em que ele é chamado capitão pelos portugueses.

Brasil, 1635. Uma guerra de guerrilhas, um desertor-herói chamado capitão Calabar, cuja perícia incomoda seus antigos superiores, que o matam pois a “guerra é um vaivém. Calabar vivo é um perigo” (p. 42). Mas mesmo morto, ele pode se rearticular.

Voltemos a 1973. Fazia apenas cerca de cinco anos que Geraldo Vandré pregara o início imediato da ação armada em “Caminhando”, Gilberto Gil gritara o nome Marighela na canção “Alfômega”, gravada por Caetano Veloso, e Os Mutantes haviam anunciado, em “Dom Quixote”, “uma luta que vai começar”, três canções emblemáticas de uma

tendência crescente ao engajamento e à radicalização, por diferentes caminhos.²⁹ Entretanto, a repressão apertava o cerco e as coisas estavam de tal maneira mudadas que nem mesmo a perspectiva da guerrilha enquanto tema artístico conseguia manter-se.

O capitão Calabar tem uma forte proximidade com o capitão Lamarca. Uma guerra de guerrilhas, um desertor-herói, cuja perícia incomodava seus antigos superiores – perícia no manejo das armas, perícia nas táticas de guerra, sobretudo quando se trata de um terreno pouco propício: em 1970, Lamarca consegue escapar de um enorme cerco no Vale do Ribeira em São Paulo, com um pequeno grupo de guerrilheiros.³⁰ O pouco material disponível sobre o Capitão cita o grande embaraço do exército pela deserção daquele, traição amplificada pelos meios de comunicação à época.³¹

Calabar e Lamarca são termos quase anagramáticos,³² o que aumenta as possibilidades de aproximação entre os dois. Entretanto, se, por um lado, Calabar contém – na forma gráfica e no significado – uma possibilidade de expressão bastante forte naquele momento, também carrega em si o termo calar.

A imposição do silêncio era uma temática bastante forte à época, através de mortes, prisões, censura. Um dos momentos mais emblemáticos dessa situação foi produzido por ela própria, em um show de 1973: com a proibição da letra da canção “Cálice” – que também aproveita semelhanças fonéticas como meio de expressão –, Gilberto Gil e Chico Buarque apresentam-se tocando a melodia ao violão e dizendo palavras desconexas, os microfones são desligados, conseguem outros microfones, que também vão sendo sucessivamente desligados.³³

A canção já citada “Cala a boca, Bárbara” explora esse dado: a descrição feita por Bárbara das capacidades de seu marido tem como contraponto um coro que repete:

“CALA a boca, BÁRbaraaaaa”³⁴

O verso não apenas recoloca o nome de Calabar, mas sugere sua permanência através do eco (*BÁR/bar/aaaaa*). Pelas frestas do silêncio imposto, Calabar reaparece. Apesar de trazer em si o germe do silêncio (ou por isso mesmo), Calabar retorna por outras vias – tal como a cobra-de-vidro que não morre. A morte de Calabar não é o silêncio de Calabar, mas a possibilidade de retomar e continuar por outros caminhos a fala de Calabar, antes de tudo, instrumento de libertação. *Calabar* busca interferir em um momento cuja aparência era inviolável, vislumbrando no silenciamento de Calabar e seu duplo Lamarca a abertura de possibilidades.

A obra busca claramente usar o passado colonial como ponto de partida para uma intervenção no presente. Existem pontos abertamente ficcionais, como a morte de Souto,

deslocada da Bahia para o Recife.³⁵ Entretanto, o diálogo não busca em momento algum uma mitificação da História, a transposição de temas ou a simples reprodução da historiografia, constituindo-se um universo de discussão bem articulado, no qual a arte discute com a historiografia e intervém de maneira ativa no presente e no passado, pensando em diferentes leituras do segundo como a abertura de alternativas para o primeiro.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Este texto é parte de um capítulo da tese de doutorado *A História é uma colcha de retalhos – Historiografia, Linguagem e Produção artística: política e tempo histórico na ditadura militar* (Brasil, 1969-1986), apresentada à FFLCH-USP em 2002 e financiada pelo CNPq. Agradeço à Prof^a Dr^a Laura de Mello e Souza pelas sugestões, entretanto, não a responsabilizo pelos resultados. O título retoma um texto de Fernando Peixoto, diretor da peça *Calabar, o elogio da traição*, referindo-se às duas montagens do espetáculo (1973 e 1980). Ver PEIXOTO, Fernando. “Duas vezes Calabar”. In: BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar: elogio da traição*. 15 ed. com texto revisto e modificado pelos autores. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

** Doutor em História Social - FFLCH-USP e da Rede Pública Municipal – São Paulo

¹ SOUZA, Sérgio A. *A História é uma colcha de retalhos*, op. cit.

² Anteriormente, o compositor musicou *Morte e vida severina*, de João Cabral de Mello Neto, encenada no Tuca em 1965, seu primeiro trabalho importante, e escreveu *Roda Viva*, peça encenada pelo Teatro Oficina entre o final de 1967 e o início de 1968 e responsável pela desmontagem do mito de bom moço criado em torno do músico.

³ A sífilis é uma constante na bibliografia sobre as invasões holandesas, mas como “contribuição” holandesa. A referência à sífilis portuguesa possivelmente deve-se ao conhecimento pelos autores do binômio “civilização/sifilização” formulado por FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29 ed. Rio de Janeiro, Record, 1994 (1^a edição: 1933).

⁴ BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. São Paulo, Círculo do Livro, 1973. As páginas das citações a esta edição serão colocadas no corpo do texto. A segunda versão (1978) mereceria estudo específico, por conter não apenas mudanças pontuais, mas desmembramentos e deslocamentos de algumas passagens, algumas das quais bastante úteis para minhas reflexões. Quando necessário, indico, antes da citação, que se trata da segunda versão e o número de página em seguida: BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. 15 ed, op. cit.

⁵ São citadas as seguintes obras: VARNHAGEN, F. A. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo, Cultura, 1943 (1^a edição, 1871); BOXER, C.R. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1961 (1^a edição: Oxford, 1957); MELLO, J. A. G. *Dom Antônio Filipe Camarão*. Recife, Universidade do Recife, 1954; id., *Henrique Dias*. Recife, Universidade do Recife, 1954; id. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947; NETSCHER, P.M. *Les hollandais au Brésil*. La Haye, Belifantes Frères Editeurs, 1853; WATJEN, H. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. (1^a edição: sl, 1921); RODRIGUES, J. H. e RIBEIRO, J. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940.

⁶ Edição citada por Chico Buarque e Ruy Guerra: CALADO, Frei Manoel. *O valeroso lucideno*. São Paulo, Cultura, 1954 (1ª edição: Lisboa, 1648).

⁷ BOXER, op. cit., pp. 420-421; MELLO, J. A. G. *Tempo dos flamengos*. 2 ed. Recife, BNB/Secretaria da Educação e Cultura, 1979, p. 31; NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil*. Trad. Mario Sette. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, pp.15-32; WATJEN, op. cit., pp. 37-39; VARNHAGEN, op. cit., p. 13.

⁸ Depois de *Calabar*, escreveria as peças *Gota d'água* (adaptação de *Medéia*), *Ópera do malandro* (adaptação da *Ópera dos 3 vinténs*, de Brecht, ambientada no Estado Novo) e, em parceria com Edu Lobo, as músicas para *O corsário do rei* de Augusto Boal e *Doutor Getúlio*, de Dias Gomes e Ferreira Gullar. A rigor, tal série, caso exista, deve iniciar-se não com *Calabar*, mas com as versões, também em parceria com Ruy Guerra, das canções do musical *O homem de la Mancha*, feitas em 1972.

⁹ Faço alusão à comentada transformação de Sérgio Buarque de Holanda no pai do Chico. Ver NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Sérgio Buarque de Holanda, o Homem”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de São Paulo, 1988, pp. 17-26.

¹⁰ Pai de Chico foi usado para proibir *Calabar*. *Folha de São Paulo*, 03/06/1990, p. E-2.

¹¹ PEIXOTO, Fernando. “Duas vezes Calabar” e “Uma reflexão sobre a traição”. In: BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar, elogio da traição*, 15 ed., op. cit., pp. XII-XV e XVI-XXIII; BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. “A Roda Viva de Calabar: Dialética da Traição”. In: id., *ibid.*, pp. IX-XI.

Em outro contexto, a historiografia recente irá tematizar a inserção de uma personagem – real – em uma série construída anteriormente. Refiro-me ao caso de Cabral de Taíde, lido por Vainfas como parte do senhorio escravocrata e sodomita de outros de seus trabalhos: ver VAINFAS, R. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 90-91.

¹² Como já foi visto na nota 3.

¹³ Além da bibliografia indicada na nota 7, foi possível consultar: CALADO, F.M. *O valeroso lucideno*. vol. 1. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1987; RODRIGUES e RIBEIRO, op. cit.

¹⁴ VARNHAGEN, op. cit., p. 108.

¹⁵ A segunda versão (p. 6) é mais explícita em relação ao tipo de história que não será contada: o trecho inicia-se com Bárbara pedindo ao público “Não a atenção que costumam prestar aos sábios, aos oradores, aos governantes...”.

¹⁶ Por exemplo, quando o Frei se recusa a viver com Nassau usando como um dos argumentos a necessidade de publicidade de seus atos “porque ali [no palácio de Nassau] ainda que ele [Calado] comesse meninos, tudo se lhe encobriria”. Ou na articulação feita pelos autores de *Calabar* entre a falta de viveres em função da guerra e a ordem de Albuquerque – citada por Boxer – para que se transformasse em balas o chumbo das redes. Ver CALADO, op. cit., p. 94; BOXER, op. cit., p. 58.

¹⁷ BOXER, op. cit., pp. 102, 176-182; MELLO, J. A. G. *Tempo dos flamengos*, 2 ed., pp. 124-126; WATJEN, op. cit., pp. 394-397.

¹⁸ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1974 (1ª Edição: Amsterdã, 1647).

¹⁹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo, Hucitec, 1987. É certo que as edições desta obra em francês e italiano, ambas línguas bem conhecidas por Buarque, são anteriores ao texto de *Calabar*. Entretanto, seria interessante pensar como tais temáticas não foram adquiridas pela via teórica, mas do contato com obras literárias e teatrais, a começar pelo *Dom Quixote* (conforme nota 8), e, tendo no horizonte a erudição do compositor, autores analisados por Bakhtin, como Shakespeare ou Rabelais.

²⁰ A primeira citação é de Varnhagen, a respeito de Calabar, a segunda, do Coronel Hermes Cruz, da PM paulista, referindo-se a Lamarca. Ver VARNHAGEN, op. cit., p. 104 e Polícia faz sua versão de *Lamarca, Folha de São Paulo*, 16/06/1994, pp. 5-1.

²¹ WATJEN, op. cit., pp. 119-120.

²² As indicações para encenação da segunda versão chegam a incluir como necessário que Mathias de Albuquerque e Maurício de Nassau sejam interpretados pelo mesmo ator, sinal de uma absoluta correspondência entre os dois projetos – o que valeria a crítica de que se acabam perdendo especificidades. Apesar disso, os censores viram na peça uma apologia à colonização holandesa, o que seria uma justificativa para a proibição. Ver PEIXOTO, F. “Uma reflexão sobre a traição”, op. cit., p. XXII; Pai de Chico foi usado para proibir *Calabar*, op. cit. A superioridade da colonização holandesa ainda era uma questão forte à época, sendo tema central de uma obra então recém-publicada e não utilizada pelos autores de *Calabar*. Ver NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo, Difel, 1971.

²³ Joaquim Silvério dos Reis, por exemplo, cumpre o papel de traidor com mais desenvoltura, se pensarmos em um outro momento lido como crucial para a formação do país. Na tradição artística de esquerda, Reis aparece com a mesma marca de traidor que nos discursos oficiais. Consultar: BOAL, Augusto e GUARNIERI, Gianfrancesco. *Arena conta Tiradentes*. São Paulo, Sagarana, 1967; *Os Inconfidentes*, dir. Joaquim Pedro de Andrade, 1972; Para a direita, a caracterização do delator é bastante semelhante, ver *O mártir da Inconfidência, Tiradentes*, dir. Geraldo Vietri, 1977.

²⁴ Nesse sentido, a peça discute com Calado, que afirma ter Calabar trocado de lado para livrar-se da pena por “alguns furtos graves”, informação aceita sem quaisquer restrições por Varnhagen, apesar de suas reservas em relação ao *Valeroso Lucideno*. Ver CALADO, op. cit., p. 54; VARNHAGEN, op. cit., p. 164.

²⁵ Os caminhos brasileiros no século XVII certamente eram um segredo para poucos. Alguns dados para comparação: em 1675, mais de 40 anos depois da morte de Calabar, a expedição de Manoel Lopes Galvão demorou um mês para cobrir os menos de 100 quilômetros entre Porto Calvo e a Serra da Barriga; em pleno século XIX (1806), era verossímil que o Conde da Ponte, então governador da Bahia, em correspondência enviada à Corte, engrossasse seus argumentos para a constituição de um corpo de cavalaria definindo os escravos fugitivos como negros que aldeavam-se “nos vastos desertos deste incompreensível continente”. Para a expedição de Galvão: LARA, Sílvia Hunold. “Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109, especialmente pp. 86. Para o cálculo da distância, usei mapa da região publicado por Funari: FUNARI, P. P. A. “A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”. In: REIS e GOMES, op. cit., pp. 26-51 (mapa na p. 35). Parte da carta do Conde dos Arcos foi publicada em: REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”. In: REIS e GOMES, op. cit., p. 342

²⁶ Um enfoque do problema a partir do viés da maior adequação da cultura indígena para decifrar os segredos da terra aparece em: HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e Mamalucos”. In: *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, pp.13-179. Este texto ecoa e redimensiona algumas colocações relativas à formação cultural brasileira descritas em: FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. In: *Casa grande & senzala*, op. cit., pp. 88-187.

²⁷ Aqui há uma aproximação com temática tratada por Buarque em *Os saltimbancos*: ver BARDOTTI, Sergio. *Os saltimbancos*. Trad. e adap. Chico Buarque. São Paulo, Global, 1999; Chico Buarque (Trad. e adap.); *Os saltimbancos*, CD, 518.222-2, Polygram, 1993. (repressagem de LP lançado em 1977); SOUZA, S. A. Vozes da infância, falas da política: *Os saltimbancos* no debate do final da década de 1970. *Projeto História*, 24:289-306, junho/2002.

O tema é recorrente na produção de esquerda do período, aparecendo também em Henfil, em história publicada em 1973, na qual a personagem Graúna, ave negra, feminina e nordestina, morre e reaparece desafiando seu

carasco repetidas vezes, a partir do apelo a distintos universos argumentativos – Filosofia, Ecologia, Literatura, Religião –, que tendem a conformar múltiplas facetas da personagem. Embora dê mais ênfase à produção dos universos feminino e masculino, tomo por base a análise feita por Marcos A. Silva, que reproduz a história: ver SILVA, Marcos A. *Rir das ditaduras – Os dentes de Henfil. Ensaios sobre Fradim – 1971-1980*. Tese de Livre-docência apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, Digitado, 2000, pp. 155-202. O tema retorna em vertente marcadamente mítica no filme *Quilombo*, a partir das diferentes características dos quatro líderes quilombolas que se sucedem. Consultar: *Quilombo*. Dir. Cacá Diegues, 1984.

²⁸ CALADO, op. cit., p. 59; NETSCHER, op. cit., p. 139.

²⁹ Geraldo Vandré. “Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)”. Gravação ao vivo por Geraldo Vandré no *Festival Internacional da Canção*, 1968. Fita cassete, Acervo Pessoal; Gilberto Gil. “Alfômega”, gravada por Caetano Veloso em *Caetano Veloso*, LP, R 765.086 L, Philips, 1969 (conhecido como “Disco Branco”); Dom Quixote”, dos Mutantes, in: *Mutantes*, LP 44026, Polydor, 1969.

No caso específico de “Caminhando”, a polarização com “Sabá” (de Chico Buarque e Tom Jobim), vencedora do Festival Internacional da Canção sob as vaias de um público que preferiu a canção de Vandré (2ª colocada), a proibição quase imediata desta e sua transformação em canção de resistência, estigmatizaram a obra, tornando panfleto inconseqüente – entretanto, não se pode censurar Vandré por um radicalismo político comum a várias obras (Chico Buarque compôs, logo em seguida, “Apesar de você”) e a fusão hino, marcha e guarânia na música e luta armada na letra demonstram uma inventividade rara no autor. Para uma análise detalhada destas canções – e dos dilemas políticos que já iam se colocando no final da década de ’60, consultar os capítulos 6 (“O enredo transfigurado”) e 8 (“A mística da canção em ritmo de redenção”) de minha dissertação de mestrado: SOUZA, Sérgio A. *Cenas de Povo explícito. Elementos para a análise de um tema político (Brasil, 1962-1969)*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 1994, pp. 88-112 e 132-158.

³⁰ Gorender calcula em 2.000 homens o tamanho da tropa burlada por Lamarca. Em entrevista publicada no Brasil somente em 1980 por Emiliano José e Oldack Miranda, o próprio capitão cita 20.000 soldados. Segundo Gorender, uma avaliação causada pelo entusiasmo (ou por um erro de impressão ou transcrição?). GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1987, pp. 188-189; JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo, Global, 1980, p. 90.

³¹ GORENDER, op. cit., p. 188; JOSÉ e MIRANDA, op. cit., passim.

O filme *Lamarca*, adaptação livre do livro de José e Miranda explora bastante esta situação, com o delegado Flores (Fleury) ridicularizando o exército por sua ineficácia para localizar um homem por ele mesmo criado, enquanto o Major (Nilton Cerqueira) expressa profunda aversão ao homem que “foi um dos nossos, andou no meio da gente, fez os mesmos cursos, os mesmos treinamentos nos mesmos quartéis. Sentou na nossa mesa e tramou contra nós”. Como fundo, há uma diferenciação entre o sadismo imediatista de Fleury e a tática paciente de caçador de Cerqueira, apesar de sua repulsa, repetida diversas vezes ao longo do filme, à traição. *Lamarca*, dir. Sergio Rezende, 1994.

³² Em português, b e m são a representação de fonemas próximos – ambos são bilabiais e sonoros, a diferença devendo-se apenas à oposição oralidade/nasalidade. Esta análise estava pronta quando li o depoimento de Buarque a Regina Zappa, no qual o Compositor afirma: “A idéia era discutir a traição, mas a traição com uma finalidade louvável. (...) Era como discutir se o Lamarca, um militar que passou para o lado da guerrilha, era ou não um traidor. Havia um paralelo evidente. O interesse era esse na época. Mais tarde, a peça foi encenada mas não tinha mais graça.” Apud ZAPPA, Regina. *Chico Buarque*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 1999 (Perfil do Rio). p. 192.

³³ Existe gravação feita por Buarque e Milton Nascimento após a liberação da canção pela Censura: Chico Buarque de Hollanda e Gilberto Gil. “Cálice”, gravada por Chico Buarque de Hollanda e Milton Nascimento em *Chico Buarque*, LP 6349398, Philips, 1978. De acordo com Humberto Werneck, não foi a Censura, mas a própria gravadora que, com medo de represálias, ordenou o corte dos microfones. WERNECK, Humberto. “Gol de Letras”. In: HOLLANDA, Chico Buarque de. *Chico Buarque, letra e música*. São Paulo, Companhia das Letras,

1989, pp. 131-132. Em um programa exibido pela TV Bandeirantes (provavelmente em fins de 1978 ou início de 1979) apresentando o disco de Buarque acima citado, foi incluído um trecho de filme registrando esta dramática situação.

³⁴ Desenvolvo uma interpretação esboçada pela organizadora de uma coletânea de letras de Buarque. Não reproduzo a forma como o verso foi publicado em *Calabar* ou na coletânea, mas tento representar graficamente a maneira como a canção foi gravada. *Chico Buarque de Hollanda*. Seleção de textos por Adélia Bezerra de Meneses Bolle. São Paulo, Abril Educação, 1980, p. 43; Chico Buarque. *Chicocanta*, LP, 510008-2, Philips, 1973.

³⁵ Segundo Calado, Souto teria avançado sozinho e gritando sobre as tropas holandesas, num sacrifício que teria servido de exemplo para os demais luso-brasileiros e impedido a invasão à Bahia. Na primeira versão de *Calabar*, Souto deixa-se apanhar pelas tropas holandesas não em um gesto heróico, mas tragicômico: para convencer Bárbara de sua capacidade de traição, trai a si próprio (pp. 113-117).

Na segunda versão (pp. 102-104), um Souto apavorado e incrédulo diante da notícia do fim da guerra, e paranóico com a possibilidade de ser traído por Bárbara (questão que aparece apenas rapidamente na primeira versão), acaba chamando a atenção dos holandeses para a possibilidade de reinício da guerra e é por eles fuzilado.

O GOLPE DE 1964: A VITÓRIA E A VITÓRIA DA DITADURA*

Paulo Alves de Lima Filho**

Resumo

Este trabalho procura estabelecer uma síntese do período histórico que se inicia com o golpe de Estado civil-militar de 1964 e vai até nossos dias. A economia política do imperialismo norte-americano e as transformações políticas e econômicas ocorridas nessa época no Brasil, sob a sua influência, mostram-nos a vitória das forças ditatoriais. A evolução particular da sociedade brasileira sob estas condições e as da crise econômica global iniciada em meados dos anos 70, seguidas pela sua incompreensão teórica pelas forças socialistas e democrático-populares, conduziram o país a uma séria e inesperada involução de sua vida republicana.

Palavras-chave

Ditadura e democracia no Brasil; complexo industrial-militar; controle social do capital; via particular de transição ao capitalismo; sociedade pós-capitalista.

Abstract

This work intends to establish a synthesis of the historical period that begins with the civil-military putsch of 1964 until our days. The political economy of the USA imperialism and the political and economic transformations occurred in Brazil in this period under its influence show us a victory of dictatorial forces. The particular evolution of the Brazilian society under these conditions and the global economic crisis started in the middle 70s, followed by its theoretical misunderstanding by the popular-democratic and socialist forces, drove the country towards a serious and unexpected involution of his republican life.

Key-words

Dictatorship and democracy in Brazil; military-industrial complex; fall of social control of capital; particular way of capitalist development; post-capitalist society.

O golpe de Estado de 1964 está para a sociedade brasileira como o episódio decisivo de uma grande guerra, em que um dos campos conquista vitória decisiva, obrigando as tropas inimigas a iniciar retirada estratégica. Esta terminaria sob as ruínas de seu centro de poder, a partir do qual se imaginava conquistar o mundo. O golpe não foi desfecho de uma exclusiva guerra doméstica, mas episódio de um conflito maior, a se desenrolar nos campos do vasto mundo, no qual desempenhávamos um papel mínimo, quase insignificante. Potencialmente, entretanto, constituíamos a possibilidade de virmos a ser a mais forte democracia latino-americana a aceitar o desafio de abrir-se à emancipação política e social dos trabalhadores – acompanhada, assim, da possibilidade da afirmação da emancipação econômica capitalista da nação. Abatido em pleno vôo, o capitalismo brasileiro viu, com o golpe, assumirem o poder as forças pró-imperialistas que estiveram em estado de insubordinação civil permanente desde que foram apeadas do poder, em 1930 (com interregnos pacíficos) e, de forma aberta, no período que se inicia no pós-guerra.

Liquidavam-se, desse modo, as condições políticas, econômicas, sociais e institucionais alimentadoras do projeto de um capitalismo aberto a graus crescentes de participação política das massas assalariadas, assim como à eliminação dos complexos socioeconômicos da miséria. Estes (tais como a questão agrária, urbana, educacional e assim por diante) estavam na mira de reformas apontadas a reverter o quadro da subordinação econômica acelerada após o suicídio de Getúlio Vargas e o governo Juscelino Kubitschek.¹

Se na dança jusceliniana a burguesia no Estado, assim como a criada por este, já cedera em seu ímpeto autonomista – nunca radical –, abraçando-se alegremente às forças entreguistas, a emergência popular apresentava matrizes ideológicas de um democratismo popular, nacionalista e de um reformismo burguês com tinturas insubordinadas. A emergência deste bloco burguês-popular dava-se sob crescente influência de uma intelectualidade bem mais à esquerda, cujos grupos, equipes e partidos pressionavam por graus decisivos de autonomia nacional, a começar pelo salto à expansão definitiva de um sistema universitário capaz de abrigá-los e fornecer-lhes os meios materiais de trabalho e, desse modo, ampliar seus quadros e implementar suas pesquisas. A intelectualidade orgânica a esse processo emancipador contrastava fortemente com a timidez ideológica dos políticos burgueses e constituía-se em estamento insubstituível para a conquista de patamares crescentes de autonomia nacional. A arte, a cultura, a ciência e a educação eram, nitidamente, a ala esquerda deste processo – embora extremamente bem comportada, em que, no máximo, vibrava um Iluminismo burguês velho de séculos, já realizado nas revoluções burguesas radicais, tais como a inglesa, a francesa ou a norte-americana.

Tal possibilidade, porém, já era um escândalo para os limites ideológicos do padrão imperialista e do seu bloco entreguista nacional. E grande o suficiente para mobilizar os

meios de comunicação e o reacionarismo beato do catolicismo burguês, força auxiliar e de massas, para uma cruzada contra as supostas transformações atéias e comunistas.

O golpe de Estado de março de 1964 veio coroar a evolução da assim chamada Revolução de 30, transformando-se em momento decisivo do desfecho do processo da revolução brasileira, questão historiográfica central desse período,² moldando-a ao padrão imperialista do capital mundialmente dominante.³ Solução histórica a passar às classes trabalhadoras a plena responsabilidade tanto pela realização das tarefas históricas que as burguesias e sua revolução não realizaram (e nunca mais realizariam) assim como daquelas outras, específicas à sua emancipação enquanto classe. Ou seja, sua emancipação significaria a libertação de toda a sociedade.

Ignorando a questão da particularidade da constituição e evolução do capitalismo brasileiro, as forças da insubordinação viam-se apanhadas na armadilha da eternização da contra-revolução burguesa, de tal forma que finalizamos o século XX e iniciamos o seguinte sob a égide da catástrofe republicana, da plena vitória dos objetivos da ditadura.

A evolução do capitalismo: ascensão e queda do controle social do capital

O processo de constituição das sociedades do e para o capital apresenta-se marcado por ingentes lutas sociais. As vicissitudes da democracia bem o ilustram. Na transição a cada uma das suas formas históricas e em cada uma delas, as relações entre estamentos e classes conferiu ao capital, nas várias regiões e áreas do globo – em especial a Europa e suas colônias –, dinâmicas e características próprias.

A história nos diz que a democracia não é um atributo inalienável das sociedades do capital. Esta, em sua longa evolução através de pelo menos metade do último milênio, soube muito bem conviver com diferentes graus de despotismo e formas de exploração do trabalho. Do mesmo modo, a despeito de profissões de fé de uma certa vertente liberal, sua afirmação histórica até os dias atuais deu-se através de perene extermínio sistemático dos povos e classes, em especial a dos explorados, assalariados ou não, por meio das guerras e vários níveis de pauperização e suas conseqüências.

Nas duas últimas etapas históricas de sua evolução, estas sociedades observaram profundas transformações nos padrões de sua reprodução social, em especial a política. Na etapa que vai dos fins da Segunda Guerra Mundial até os anos 80, nos assim chamados “30 gloriosos”, momento em que se encerrou o curto século XX, as esperanças de universalização da democracia resultaram infundadas. Apesar das terríveis provações dos povos da América Latina, o terror imperial dos Estados Unidos e seus aliados nativos (ou

não) foi inexorável e sistematicamente liquidando, um após outro, os arroubos democráticos e pela autodeterminação nacional de seus povos. Universalizaram-se as ditaduras civil-militares sob as asas do apoio norte-americano. Algo semelhante ocorria na Ásia e África, em luta pela independência nacional, sob a forma de verdadeiras guerras formais abertas contra seus povos.

A *guerra fria*, denominação desta fase, face universal desse processo, cobrou um preço idêntico e decisivo aos povos das sociedades pós-capitalistas, impedidos de avançar no controle democrático da reprodução social e, logo mais, em grande medida devido a isto, condenados ao retrocesso capitalista.

A democracia (como forma civilizada de expressão legal das contradições oriundas da reprodução da sociedade do capital) permaneceu praticamente restrita à Europa Ocidental e Estados Unidos. O imperialismo, enquanto forma histórica de expressão da hegemonia global do capital financeiro nos marcos das potências ocidentais, mostrou-se compatível com os vários graus de democracia de suas nações, desde que as aspirações socioeconômicas básicas de seus respectivos assalariados nativos estivessem suficientemente atendidas, nos limites da nação, deixando-os desocupados de quaisquer veleidades revolucionárias.

Horrorizados pela barbárie a que haviam sido submetidos nas duas primeiras guerras mundiais e nas várias escaramuças que as precederam e sucederam – assim como pelas imensas privações físicas, sociais, culturais e econômicas derivadas da crise incontida que as desencadeara –, os povos europeus e suas elites mais lúcidas decidiram pôr cobro à plena liberdade do capital (do financeiro em primeiríssimo lugar), teorizando e realizando uma nova forma de sociedade, agora sob a égide de um supercapitalista coletivo, um super-Estado, o *Estado do bem-estar social*.

Este, por sua vez, voltava-se a limitar, na medida do possível, os ímpetos suicidas e genocidas do capital financeiro, enquanto atendia aos crescentes interesses sociais dos trabalhadores e suas famílias. A economia política keynesiana romperia com os dogmas liberais neoclássicos: transformaria o Estado capitalista em força pública para o capital, econômica, política e social a mais poderosa, destinada a peitar o capital financeiro privado, condená-lo a uma civilidade pacífica (no que respeitasse às outras potências), assim como ao atendimento das essenciais necessidades da reprodução da força de trabalho assalariada. O preço desta ousadia foi a expansão incontornável da face imanente a este Estado, a militarista, consubstanciada no grande e fundamental negócio do principal bloco industrial capitalista, o complexo militar-industrial.⁴

A crise mundial, entretanto, cujo ponto de inflexão costuma-se datar em 1974, veio esfacelar esta configuração estatal.⁵ Sob a crise, tornar-se-ia sobremodo impossível o fun-

cionamento capitalista deste Estado, o que recolocaria em voga o Estado liberal dos neoclássicos, o retorno à barbárie da qual brevemente se evadira. A crise liquidou as possibilidades de o capital público impedir a realização dos desígnios privados maiores e exclusivos do capital financeiro.⁶

Igualmente, as sociedades pós-capitalistas, sob o peso de suas próprias contradições, vergaram-se em definitivo ao capital e à subordinação ao núcleo financeiro mundial. Operou-se em todo o mundo um imprevisível, vasto e assustador retrocesso social; instaurou-se a repauperização global com incrível rapidez.⁷ A política do *status quo* deixava de acarretar proteção crescente ao trabalho: por toda parte, impunha-se, como lei imanente, a desproteção, a destituição de direitos, a perda da soberania dos Estados nacionais. As forças políticas que o sustentavam se enfraqueceram, o que permitiu à direita clássica exercer o engodo do discurso salvacionista. O capitalista coletivo, em primeiro lugar nos Estados Unidos, foi desarmado de seus poderes sociais anteriores e passou a ser adestrado na servidão aos interesses privados do capital dominante.⁸

Perdia, então, a roda da política seus dentes sociais e passava a girar em falso, fazendo com que a retórica do bloco das políticas públicas também perdesse substância. O reinado do capital passava, então, a realizar-se com vários níveis mundiais de liberdades civis e formas democráticas, simultâneo ao descalabro do terror econômico (e bélico) ininterrupto. Este, por sua vez, contava com instituições mundiais reitoras de sua fiel aplicação (FMI, Bird, etc.), em torno das quais concertam-se as políticas econômicas e sociais.

Esse real parlamento do capital financeiro, sob a batuta norte-americana, ergueu-se como o quinto e mais poderoso poder, ao lado dos quatro outros (os clássicos três poderes mais a mídia). O 11 de setembro, ao desamarrar as mãos da direita militarista, imprimiu tom e ritmos mais dramáticos a este processo.⁹

Na América Latina, ao girar em falso, a política nacional esvaziou-se de substância democrática a política, já que, no plano econômico e social, regem absolutos os interesses privados. Deste modo, democraticamente, a Argentina foi destruída, liquidada econômica e socialmente.¹⁰ O que fazer?

*Ditadura e pós-ditadura: crise econômica, economia política
e a democracia da miséria*

A função normativa de todas as vertentes da economia política visa a formular políticas econômicas aptas, no seu entender, a garantir as melhores condições possíveis à acumulação ampliada do capital, assim como a autodeterminação nacional desses Estados.

No capitalismo, necessariamente uma sociedade de classes, tais políticas econômicas alteram as relações entre estas, assim como entre os Estratos dos quais elas se compõem. A vertente neoclássica atualmente dominante nas esferas decisivas do capital é, em máxima medida, uma ideologia específica do capital financeiro ou monopolista. Seus dogmas teóricos – ao excluírem radicalmente de seu horizonte as relações sociais e, assim, a história e seu processo –, do mesmo modo que as crises, instalam a mercadoria e sua realização como objeto exclusivo de seu catecismo. Para esse credo e para todo o sempre, o tempo histórico é o das mercadorias – e, portanto, do capital e do capitalismo. Expressa-se, politicamente, como vertente específica do liberalismo; suas políticas econômicas visam a garantir a máxima liberdade possível ao capital, condição essencial para que o grande herói desta ideologia, o capitalista (no caso atual, as corporações), possa realizar suas opções econômicas, aprioristicamente definidas como as mais racionais possíveis.

Este é o quadro genérico e sucinto da escolástica dominante. Não à-toa ela se adapta perfeitamente às necessidades de expansão e domínio absoluto, nos planos nacional e internacional, do capital financeiro.

Após um breve e conflituoso reinado da macroeconomia de matriz keynesiana, do após Segunda Guerra Mundial até os anos 90 do século passado, os postulados neoclássicos da microeconomia voltaram a dominar absolutamente a teoria acadêmica e os meios de comunicação – ambos, em grande medida, extensões do poder monopolista –, assim como a maioria dos legislativos e executivos das Repúblicas burguesas em todo o mundo.

Incapazes de permanecerem sendo os capitalistas coletivos mais poderosos, os Estados (as classes e estratos, burgueses ou não, que os controlam) – seja o das Repúblicas mais ricas e dominantes, imperialistas, ou aqueles que ousaram, no século passado, promover a industrialização de seus países, enfrentando a fúria das potências monopolistas (ex-colônias do capital ou impérios arrebatados revolucionariamente por seus miseráveis) – soçobraram em sua missão keynesiana, supostamente socialista, de estabelecer controle sobre o capital financeiro (e, genericamente, sobre o capital, em particular aquele vinculado ao complexo bélico).

A crise geral capitalista, ao impor-se desde meados dos anos 70, enfraqueceu fatalmente os assim chamados Estados do bem-estar social e do pós-capitalismo e, conseqüentemente, as forças interessadas em controlar a insânia do capital e capazes de redistribuir a riqueza produzida, fazê-lo funcionar, na medida do possível, longe de guerras com outras potências – manietando o seu braço nuclear. Voltaram a se impor as forças do capital financeiro da matriz industrial-militar, incluídas as das mais antigas facções monopolistas, conhecidas pelo seu aguerrimento colonialista e belicista, cuja expressão maior é aquela do petróleo e derivados, membro de proa do complexo energético, ao lado da facção nuclear, em geral sob tutela direta dos militares. A reprodução social sob o capital voltava a ter, no complexo industrial-militar, nas condições da crise econômica mundial, um de seus eixos mais dinâmicos – aliado à taxa decrescente de utilização das mercadorias, agora mais do que nunca necessária, também, como instrumento anticíclico.¹¹

Desatadas as amarras políticas que atavam o novo bloco dominante do capital financeiro, este passou, celeremente, a completar a obra deste, já iniciada desde o imediato pós-guerra, mas com trajeto mais universal e eficaz a partir dos anos 60. Esta situação polarizou decisivamente as burguesias do mundo, encadeando-as aos desígnios globais do núcleo reitor monopolista e seus Estados, com os Estados Unidos à cabeça, potência econômica e bélica dominante.

Gerava-se uma quase unanimidade burguesa, a qual plasmaria a reprodução política do sistema mundial, oferecendo-nos pelo mundo parlamentos quase monocromáticos e monoglotas, nos quais o avanço das forças conservadoras era notório. Estas, quase unânimes na desmontagem das amarras do capital, para que este, em luta por sua reprodução sob crise geral, pudesse desatar seu terror contra os assalariados, obrigando-os a pagar o preço máximo possível pela crise. À desvalorização global da força de trabalho e supressão dos fundos públicos antes destinados à sua reprodução seguiu-se a política como apêndice do dogma econômico da economia política. A democracia política deveria, portanto, servir ao terror econômico contra os proletários.

Nas sociedades pós-capitalistas, desaparecida a forma específica de controle do capital, a maior parte das forças mundiais vinculadas a esta empreitada arrojava-se em genuflexões ao capital, ao financeiro em particular, definitivamente conciliada com o capitalismo. Transmutadas tais forças, ao lado dos conservadores tradicionais, em novos teólogos da ordem, concorriam decisivamente para o emparedamento da rebeldia popular, cujas antigas raízes anticapitalistas de seu solo histórico passariam a dar frutos envenenados. Deste modo, novos e velhos adeptos da ordem burguesa construíram, solidários, a forma política específica desta etapa da dominação do capital, a *democracia contra os assalariados*, ou da *política antidemocrática*.

Diga-se: da política pela política, seccionada a sua esfera que mergulhava e nutria-se da expansão dos direitos dos trabalhadores e dos Estados nacionais contra os interesses dos capitais dominantes das potências mais poderosas.

Nos capitalismos da miséria da América Latina, sucedeu-se ao terror pleno das ditaduras civil-militares (em geral iniciadas nos anos 60, sucessoras de um processo de sedição branca das forças conservadoras desde o pós-guerra) uma ordem política restauradora dos plenos direitos civis, mas grávida de monocórdia complacência com o terror econômico burguês e seu séqüito de reformas. Com exceção do processo venezuelano, os demais países apresentam-se sob este figurino.

Triturados e devidamente espanados pelas ditaduras, os núcleos políticos rebeldes à dominação imperial da antiga ordem política, os nacionalistas, seus aliados democrata-populares e os anticapitalistas, todas as forças da ordem (inclusive aquelas autodenominadas de esquerda e mesmo socialistas) podem, agora, refestelar-se em suas respectivas variantes de unanimidade capitalista. Enquanto a seiva da legitimidade e do voto popular vivificarem os novos ramos e os destroços dos antigos troncos políticos, outrora rebeldes à ordem imperialista, estes sobreviverão como fantasmas a assombrar o século XXI, personagens maiores da desqualificação da política aos olhos do povo, perplexo e desesperançado. A democracia ofertada promove o ambiente para a perpetuação da miséria, uma *vera democracia da miséria*.

*A opção política da política econômica e a economia política no Brasil do PT –
Completa-se um ciclo: a mensagem aos pósteros*

A crisálida de democracia burguesa, sob sua forma específica no capitalismo da miséria brasileira, completa sua evolução. Com a entronização de Lula no Poder Executivo, o antigo projeto da democracia dos estudantes e sindicalistas enfim chega ao poder e diz de si a que veio.

Não veio para contestar os fundamentos econômicos da ordem nacional, tampouco internacional. Não veio para emancipar as maiorias do poder do capital nem a nação das garras do capital financeiro. Veio para, timidamente, ousar emancipar o capitalismo nativo de algumas de suas limitações, emancipá-lo de si mesmo, para seu livre vôo, enfim liberto de atrasos, *através* da dominação nacional e internacional do capital financeiro.

Nosso Messias não veio negociar nossa liberdade, levar-nos à nossa terra ancestral, onde, enfim, seríamos livres. Nosso presidente veio melhor acomodar-nos nos duros assentos da estação da miséria, propondo-se, pelo menos em palavras, saciar nossa fome.

O que não conseguirá, dadas as limitações que circunscrevem a fome entre as determinações da miséria deste capitalismo: miséria e fome como dimensões totalizantes da forma histórica.

A democracia dos estudantes e sindicalistas, advinda sem a ruptura da ordem ditatorial, através de uma Constituinte dominada pelo grande capital, pelos grandes proprietários de terras, pelos interesses monopolistas nacionais e internacionais, desdobra, enfim, sua última página, aquela que escondia o projeto do maior partido de oposição dentro da ordem. Neste seu lance culminante, desvenda a ousadia dos novos donos do poder. E esta não passa de ser o projeto da *subordinação com face humana*.

Como São Paulo, nosso Messias verbera desejos redentores dos pobres dentro e através da ordem poderosa das mercadorias, definitivamente reconciliado com ela. Como todos os pequeno-burgueses, quer melhorá-la, convencê-la, através de sucessivas perorações públicas, a não ser tão exclusivista, classista, horrorosamente miserável. Não passa de ser um liberal-popular, convencido de que um outro capitalismo é possível, em que todos sejam irmãos e um mínimo de dignidade e igualdade seja plausível. Quer refundar o capitalismo monopolista em bases mais sociais, ou seja, menos miseráveis. Este liberalismo cristão, travestido de socialista e popular, veio, de fato, *reformular a ordem burguesa para o capital financeiro*, para lhe dar melhores condições de reprodução dentro de sua ordem mundial e nacional conflagrada. Ao empenhar-se para afastar deste os temores da revolta dos miseráveis – sempre latente nesta situação de crise, haja vista o que já ocorre entre os insubordinados hispanoamericanos –, pensa ganhar seu reconhecimento sob a forma de migalhas dos superlucros transformadas em políticas sociais compensatórias da miserabilidade necessariamente mantida. Entretanto, mesmo tal ensejo é questionável.

Àqueles fora do pacto hegemônico restam os intermináveis anos da solidão da espera.

A vitória e a vitória da ditadura

Em recente entrevista a um canal universitário, por motivo do golpe de 1964, respondi à pergunta final sobre os resultados da ditadura dizendo que esta fora plenamente vitoriosa. Entretanto, convém explicar-me, pois me faltou o tempo necessário naquele programa.¹²

No plano mundial, a economia política de guerra dos Estados Unidos tinha vários objetivos interligados. Destinava-se a liquidar um certo bloco político que impedia, desde 1930, a consecução de seus objetivos maiores, quais sejam, transformar o Brasil em espaço econômico apêndice da estratégia de hegemonia mundial, em particular no Cone Sul da

América Latina. Transformar a economia brasileira em campo de expansão segura das corporações norte-americanas é, *per se*, objetivo estratégico maior. Para tanto, havia que pulverizar as forças nacionalistas, anticapitalistas e democráticas, aliadas na estratégia de conquista da autodeterminação econômica, social, cultural e política do país. Este objetivo foi realizado a contento; igualmente, a transformação da economia brasileira em plataforma das corporações norte-americanas, capazes de ter, no país, complexos industriais estratégicos, subsidiários e complementares àquela.¹³ Este é o caso do complexo industrial-militar brasileiro, momento maior da autodeterminação bélica do país, incapaz, por si só, de conquistar a plena autodeterminação econômica e política da nação, vindo a tornar-se simples peça da divisão internacional do trabalho do complexo mundial das indústrias de guerra.¹⁴

O objetivo de trituração política dos seus inimigos estratégicos permitiu que pudessem florescer nos ramos tradicionais do bloco popular galhos complacentes com a subordinação planejada pela superpotência do capital financeiro mundial. A industrialização em marcha forçada, por sua vez, ao construir definitivamente as complementaridades industriais necessárias a um parque industrial maduro e contemporâneo, preparou as bases para a etapa seguinte, cumprida à risca pelos governos que se sucederam a Sarney.

A nova unanimidade capitalista, em torno dos postulados e exigências do capital financeiro – em que se destacam os carros-chefe da dívida externa e estabilidade monetária –, e do norte-americano em decisiva instância, vem, desde então, promovendo a adequação da economia nacional a uma função satelitizada, desde sempre desejada. Não se poderia pensar em vitória mais estrondosa da ditadura.

A economia política debate-se

Daí que a alquimia proposta por Buarque¹⁵ ao governo Lula seja impensável. A ausência de tensão ideológica entre a academia e as forças conservadoras observada por ele¹⁶ deriva exatamente da impossibilidade dessa alquimia. Ou seja, ainda que teoricamente seja possível pensar na vigência de uma economia política neoclássica para tratar com afagos o capital financeiro e garantir uma redistribuição popular do orçamento sobranante, na realidade, ambos os momentos encontram-se definitivamente casados. Abrir esta brecha no dogma imperial seria peitar os aliados da base governista, promover uma política social e econômica de enfrentamento das forças capitalistas exclusivamente desejosas de ambiente econômico favorável a elas, ou seja, que garanta o máximo de rendimento para seus capitais. Seria fazer o que o atual ministro da Educação condenava no governo Chávez.¹⁷

Os economistas, em geral incapazes de apreender a transformação social, prisioneiros da história, acreditam poder escapar às determinações solidárias, específicas entre a economia e a política nas plagas brasílicas.¹⁸ Juram publicamente que é possível ao governo Lula safar-se da herança maldita deixada pelo governo anterior, seja para reavaliar a política de redistribuição da renda, seja para relançar o desenvolvimento com outro modelo macroeconômico,¹⁹ ou reafirmar a preeminência da nação para um outro capitalismo²⁰ e mesmo fazer tudo isso nos marcos dessa aliança, desse pacto “capaz de dar ao país ‘força econômica, política e militar’”.²¹

Mentes brilhantes e insuspeitas das atuais hostes governistas ousam ir mais além da alquimia buarquiana, escapando ao economicismo reinante, ao propor verdadeira revolução keynesiana, de caráter popular, de “vigorosa ação republicana e democrática”.²² Tal saída política do imbróglio econômico pressupõe a possibilidade de autotransformação do atual governo, aliada à crença na viabilidade histórica de um capitalismo keynesiano-democrático. Essa possibilidade de mutação está implícita também em intelectuais de outras áreas do saber.²³

A perplexidade com a nova ortodoxia econômica²⁴ – que se abate preferencialmente sobre os economistas e dirigentes políticos e se plasmou com a crença, prévia às últimas eleições, em possível ruptura com o FMI e seus dogmas econômicos²⁵ – deve-se à impossibilidade de estes compreenderem, em primeiro lugar, a política como momento determinante das políticas econômicas e, depois, da transformação social para além das formas históricas das sociedades do capital, ou seja, as políticas anticapitalistas com sentido anticapital, ainda que sob a férula deste (já que não se pode eliminá-lo por decreto, mas, sim, constrangê-lo até sua desapareção, através da construção de uma sociedade cujo centro já não seja exclusivamente o mundo das coisas).

É difícil, enfim, para os teóricos da ordem conceber que a saída histórica para os povos da América Latina, depois da experiência das ditaduras e das reformas neoliberais, seja a da ruptura com a ordem,²⁶ já que, de fato, o governo Lula é simplesmente um interregno entre um e outro governo orgânico à ordem mundial das finanças.²⁷ Mesmo os que concebem um governo alternativo como devendo ser popular e contra os ricos parecem não estabelecer relação entre o modo apressado da concepção e execução das reformas governistas e a *impossibilidade de outro capitalismo para o bloco da ordem*.²⁸

Eis o drama. *A ordem não se concebe fora dos marcos da complacência com a estratégia da subordinação*. É correto dizer-se que há uma crise de projetos, de destino para o Brasil (e não só, como vemos pela experiência das reformas pela América Latina afora).²⁹ Entretanto, eis que a realidade local e global impõe pensar-se fora dos marcos do capital.³⁰

As forças determinantes da ordem reduziram ao máximo a fabricação de mercadorias teóricas para uma nova ordem capitalista insubordinada. O declínio do império e dos seus apêndices aproxima-se da tragédia.³¹

Eis que estamos diante da vitória e da vitória da ditadura. A ordem entoava, em quase uníssono, o cântico dos escravos. Daqueles que não lutam para libertar-se, que não atravessam o deserto sob o comando de um Messias, que nem sequer ousam dizer que são escravos. Daqueles que adentraram as portas do inferno e rumam, impávidos, para os seus círculos cada vez mais profundos.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* O título é uma paráfrase do conto de Jorge Amado, “A morte e a morte de Quincas Berro D’Água”, do livro *Os velhos marinheiros*.

** Professor do Departamento de Economia da Unesp/Araraquara e diretor-geral do Ibec – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos.

¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003, cap. IV.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Grafia, 1997.

³ Afirma o autor: “a ‘revolução burguesa’ no Brasil não se deu pela burguesia nacional, mas pelo capital monopolista. (...) É o imperialismo que tem o papel hegemônico e realiza os papéis dos prussianos ou então da dinastia Meiji. O capital estrangeiro moderniza, mas, ao mesmo tempo, retira da modernização o seu conteúdo e sentido revolucionário. E com isso temos uma sociedade que pode avançar no sentido do desenvolvimento capitalista, mas raramente pode associar esse desenvolvimento capitalista a uma democracia que estenda a todos as liberdades fundamentais dos cidadãos, as garantias sociais. (...) a esquerda não incorporou esta questão fundamental”. FERNANDES, Florestan. Constituinte e revolução (Entrevista.) *Revista Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 17/18, pp. 136-7, 1989.

⁴ PERLO, Victor. *Militarismo e indústria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

⁵ MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio, 1990.

⁶ O’CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁷ LIMA FILHO, Paulo Alves. “A emergência do novo capital”. In: IANNI, O.; DOWBOR L. e RESENDE, P. E. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.

⁸ MAGDOFF, Harry. *Imperialism without colonies*. New York, Monthly Review Press, 2003.

⁹ CHOMSKY, Noam. *9-11*. New York, Seven Stories Press, 2001; MOORE, Michael. *Cara, cadê o meu país?* São Paulo, Francis, 2004.

¹⁰ BORON, Atilio. *A coruja de Minerva*. Rio de Janeiro/Petrópolis, Vozes/Contraponto/Clacso, 2001.

¹¹ MÉSZÁROS, István. *Beyond capital*. New York, Monthly Review Press, 1995, ch. V: “The decreasing rate of utilization under capitalism”.

¹² LIMA FILHO, Paulo Alves e ALMEIDA, Lúcio Flavio Rodrigues (entrevista). Programa “Café com ciência”: *Tempos de chumbo – aniversário do golpe de 64*. TV Unicsul, 2004.

¹³ TAVARES, Maria da Conceição e TEIXEIRA, Aloísio. A internacionalização do capital e as “multinacionais” na indústria brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 29, 1982; FIORI, José Luis. “Introdução: depois da retomada da hegemonia”. In: FIORI, J. L. e MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 29.

¹⁴ LIMA FILHO, Paulo Alves. *A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil*. 1993. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, cap. V; CONCA, Ken. *Manufacturing insecurity: the rise and fall of Brazil's military-industrial complex* Boulder. Lynne Rienner Pbls, 1997, Part 2.

¹⁵ “Falta ao núcleo do poder petista inspirar um novo projeto para o país. Combinar o pragmatismo do equilíbrio financeiro no curto prazo com a ideologia histórica do longo prazo. Desestancar a revolução.” BUARQUE, Cristovam. A revolução estancada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-3, 15 jun. 2004.

¹⁶ BUARQUE, Cristovam. (Declarações.) In: CONSTANTINO, Luciana. Cristovam contesta documento da Fazenda. *Folha Online*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u55890.shtm>, acessado em 28 nov. 2003.

¹⁷ “O grande erro de Chávez foi ter subestimado as instituições e a sociedade. Ele não entendeu que a política passa por mediações, pela negociação.” GENRO, Tarso. Ex-prefeito de Porto Alegre denuncia a “radicalização” de Hugo Chávez. *Le Monde*, Paris, 4 dez. 2003.

¹⁸ “Não estamos de forma nenhuma condenados à estagnação e ao desemprego. Mas ilude-se quem imagina ser possível melhorar a vida dos brasileiros sem abandonar o modelo econômico herdado do governo anterior. A herança é mesmo maldita. Continuará-la pode ser fatal para o governo Lula. Para o Brasil, a sua continuação significará provavelmente uma terceira década perdida em termos de desenvolvimento.” BATISTA JR., Paulo Nogueira. Presente de 1º de maio: desemprego. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2004.

¹⁹ CINTRA, Marcos Antonio. O abutre e sua gaiola. *Planeta Porto Alegre*. Disponível em: <http://desempregozero.org.br/entrevistas/o_abutre_e_sua_gaiola.pdf>, acessado em abr. 2004.

²⁰ “(...) não compartilho da idéia de que havia uma herança maldita em macroeconomia”. BENJAMIN, César. A verdadeira herança maldita. (Palestra.) Rio de Janeiro, UFRJ, 4 dez. 2003. A mesma noção encontramos em outro artigo do mesmo autor (co-autoria de Rômulo Tavares Ribeiro), Autonomia legal para o BC: uma tragédia anunciada. Disponível em: <<http://www.contrapontoeditora.com.br/docs/o5.dezembro%2003.doc>>, acessado em dez. 2003.

²¹ DIRCEU, José. Brasil precisa de aliança político-empresarial. *Noticiário UOL*. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>, acessado em 6 ago. 2004.

²² OLIVEIRA, Francisco. Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco. Fev. 2004. “(...) a construção da nação não está interrompida, está por (re)fazer a revolução burguesa, não está por completar, por meio da passagem a uma ‘ordem competitiva’”. TAVARES, M. C. “A propósito de um debate sobre globalização e socialismo”. In: TAVARES, M. C. et alii. *Globalização e socialismo*. São Paulo, FPAA, 2001, pp. 24-5.

²³ “Enfim, se em 2004 o governo se transformar no governo da mudança, se concretizar a prioridade do social, se sair do modelo neoliberal e iniciar uma nova era na história brasileira, terá vencido a esperança.” SADER, Emir. Um ano entre a esperança e o medo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 2003.

²⁴ BATISTA JR., Paulo Nogueira. As quatro transfigurações da ortodoxia econômica. *Agência Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/brasil/040403nogueira.htm>>, acessado em 23 mar. 2004.

²⁵ “Enquanto não sairmos da UTI e do hospital, caminhamos para a morte inexorável. (...) isto o Brasil só conseguirá fazer elegendo o candidato mais corajoso e ousado, o que está mais identificado com o povo e a Nação brasileira e mais comprometido com a causa de um Brasil livre, soberano, justo e autenticamente participativo.” ARRUDA, Marcos. O médico é o monstro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-4, 2 ago. 2002.

²⁶ “A única política de esquerda é a da ruptura. (...) A nova política seria endossada pelo apoio popular e pela intervenção direta das pessoas no processo e no entusiasmo das novas gerações. Nesse ponto, ela seria uma ruptura com o ‘socialismo real’ e com um regime chinês. Logo, seria um caminho novo.” CHESNAIS, François. “Ruptura radical” é a saída para o Brasil, defende professor francês. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org.br/politica2004/lula/lula-39.htm>>, acessado em 16 ago. 2004. É evidente que a solução do dilema do pós-capitalismo, aqui vislumbrada como questão de participação democrática das massas, é insuficiente.

²⁷ “(...) deixemos de falar de algo que não existe – e que a mídia costuma chamar de governo Lula –, para estudar com lupa e muita luta social o interregno assegurado por uma administração interina que em 2006 devolverá, civilizadamente, é claro, o poder aos seus donos, detentores do *copyright* do roteiro original acerca da plataforma de valorização financeira e exportação de *commodities* em que nos transformaram. Se é para reinventar, ou reencontrar a esquerda, está na hora de virar o disco.” ARANTES, Paulo. Não podemos excluir a hipótese de aniquilação recíproca. (Entrevista). *Brasil de Fato*, 1 jul. 2004.

²⁸ STÉDILE, João Pedro. Por um governo “contra os ricos”. (Entrevista.) *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 abr. 2004.

²⁹ “Não há uma crise política no governo Lula. Há uma crise de projetos na sociedade. Há uma crise de destino do Brasil.” Id., *ibid.*

³⁰ “(...) a questão do controle real de uma ordem alternativa do metabolismo social surgiu na agenda histórica, por mais desfavoráveis que fossem as suas condições de realização no curto prazo”. MÉSZÁROS, István. *O século XXI, socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo, 2003, pp. 105-6.

³¹ “A questão é o que nos reserva o futuro. Do ponto de vista da tecnologia (...) talvez seja capaz de se adaptar ao novo ambiente e aprender a usar as enormes forças a sua disposição sem destruir a si mesmo. (...) o que não vejo com clareza é o futuro das relações políticas e culturais entre os seres humanos. Pois grande parte das soluções, grande parte das estruturas que herdamos do passado foram destruídas pelo dinamismo extraordinário da economia na qual vivemos.” Cf. HOBBSAWM, Eric. O novo século. (Entrevista a Antonio Polito.) São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 194. “A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranqüilidade ou certeza” (MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 109).

O PC DO B DURANTE A DITADURA: DUAS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES

Carlos Eduardo Carvalho*

Resumo

A sobrevivência do PC do B à violenta repressão da ditadura militar, em especial após o início da luta armada no sul do Pará, em 1972, pode ser analisada pela combinação peculiar das concepções militaristas, de inspiração foquista, largamente predominantes nas organizações revolucionárias na segunda metade da década de 1960, com orientações políticas amplas e de massas. Embora ocupassem posição claramente subordinada desde a criação do partido, em 1962, estas orientações estavam presentes nos seus principais documentos e na sua atividade política, sempre mescladas com a orientação militarista predominante. A coexistência das duas perspectivas é uma explicação para a trajetória do PC do B no movimento estudantil em Salvador, entre 1967 e 1975, em que o partido evoluiu para formas de atuação e de organização distintas das que prevaleciam nas demais organizações revolucionárias e muito próximas das propostas do PCB na época. A permanência destas concepções no PC do B pode ser atribuída à força da tradição comunista, herdada do velho PCB, e à influência de um dos seus principais dirigentes, Pedro Pomar.

Palavras-chave

PC do B; ditadura militar; guerrilha do Araguaia; movimento estudantil – Bahia; Pedro Pomar.

Abstract

The survival of the Communist Party of Brazil (PC do B) after the violent repression of military dictatorship and specially after the beginning of guerrilla in the south of Pará, in 1972, may be explained by the singular combination of militarist conceptions, widely predominant in the revolutionary organizations during the second half of 60's, based on wide political mass orientations. Although these orientations were not dominant since the party was created in 1962, they were always present in the main documents and in the party's political activity, always mixed with the prevailing militarist orientation. The coexistence of both views is one explanation for the trajectory of Communist Party of Brazil in the students movement in Salvador, during the period of 1967 and 1975. During this period, the party developed ways of action and organization different from the ones that prevailed in other revolutionary parties and very close to the ones proposed by PCB - Brazilian Communist Party at that moment. The persistence of these concepts in the Communist Party of Brazil may be attributed to the strength of communist traditions, inherited from the old PCB and also to the influence of one of its main leaders, Pedro Pomar.

Key-words

Communist Party of Brazil; military dictatorship; guerrilla of Araguaia; students movement – Bahia; Pedro Pomar

Introdução

O Partido Comunista do Brasil, o PC do B,¹ foi a única das organizações revolucionárias que se lançaram à luta armada durante a ditadura militar² que conseguiu sobreviver como força política organizada e manter atuação política de algum destaque. O PC do B conservou certa influência em movimentos e organizações sociais, conquistou representação parlamentar e algumas prefeituras e ocupa posição de destaque no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma explicação para esta trajetória singular destaca a combinação, específica do PC do B, de adesão radical à luta armada, que culminou na guerrilha do Araguaia (1972-73), com ênfase na atuação política ampla, o “trabalho de massa” e a inserção em espaços políticos legais durante o período mais violento da ditadura.³ O Partido aderiu plenamente às concepções militaristas e foquistas prevalentes na época, mas manteve os elementos desta linha ampla nos seus principais documentos políticos e na orientação de seus militantes em diversas áreas. Esta combinação peculiar permitiu, inclusive, a conquista de novos militantes mesmo depois de ter deslocado grande parte dos seus quadros mais experientes para a região da guerrilha, entre 1968 e 1971, e de ter perdido muitos outros com a violenta ação repressiva de que foi alvo a partir da deflagração da luta armada no Sul do Pará.⁴

Dois trabalhos recentes trazem importantes contribuições ao conhecimento da trajetória do PC do B e da luta política durante os primeiros anos da ditadura militar. *Pedro Pomar, uma vida em vermelho* é a biografia pessoal e política de um dos principais dirigentes do PC do B, e também do antigo PCB, escrita por seu filho, Wladimir Pomar – ele próprio ex-membro da direção do Partido.⁵ *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-73)* é a dissertação de mestrado de Andréa Cristiana Santos, na área de história social, defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA).⁶

Andréa Santos analisa a evolução da atividade do PC do B no movimento estudantil de Salvador de 1965 a 1973. Em trabalho anterior, a autora traçou o perfil dos militantes baianos do PC do B que se juntaram à preparação da Guerrilha do Araguaia.⁷ Com orientação semelhante, a dissertação de mestrado amplia o leque de indagações e questiona os motivos de o PC do B ter sobrevivido na Bahia como força organizada e ter conseguido crescer e conquistar a hegemonia do movimento estudantil. Com base em entrevistas, análise dos inquéritos policial-militares, registros de imprensa e nos poucos documentos disponíveis, a dissertação traça um panorama da atividade política destes militantes em Salvador. O título procura acentuar a dimensão afetiva e de relacionamento pessoal, que assumiu papel crescente na sua atuação política.

A atividade do PC do B na Bahia, desde que ali se organizou, em 1965, combinou as duas vertentes da linha política do Partido: de um lado, defesa da luta armada e prática política radical nas greves e manifestações estudantis; de outro, a “linha de massas”, o encaminhamento de reivindicações específicas dos estudantes, a preocupação com as entidades legais. A dissertação mostra o progressivo predomínio da segunda vertente, na medida em que as dificuldades da direção do Partido para acompanhar os militantes, devido à violenta repressão, abriram grande grau de liberdade na formulação e execução da atividade política, justamente durante os anos de maior endurecimento da ditadura. À medida que se intensificava a repressão, os militantes do PC do B no movimento estudantil da Bahia adotaram prática política cada vez mais ampla e legal, processo em que conquistaram a direção de importantes entidades estudantis e conseguiram manter a organização clandestina em atividade.

O livro de Wladimir Pomar é uma ampla exposição da vida pessoal e da atividade política de seu pai, Pedro Pomar, desde a infância em Óbidos, no Pará, onde nasceu, em 1913. Wladimir desenvolve a tese de que o PC do B, assim como o velho PCB, era “um conjunto de partidos dentro de um partido”.⁸ Para o que se analisa aqui, a temática de maior interesse diz respeito à formação e à evolução do PC do B até 1976, quando Pedro Pomar foi assassinado em São Paulo pela ditadura, no trágico episódio conhecido como “chacina da Lapa”.

Para Wladimir, desde a definição do grupo que formaria o PC do B, nos desdobramentos do V Congresso do PCB, de 1960, o novo Partido abrigava uma duplicidade de concepções, presente tanto nas formulações programáticas e nos posicionamentos políticos quanto na atividade prática, na preparação e desencadeamento da luta armada, nas formas de organização interna, na atuação nos movimentos de massa e nas organizações em que desenvolvia atividade legal. Wladimir defende a idéia de que estas diferenças guardavam continuidade com o período anterior do PCB, desde a reorganização e a curta temporada de legalidade, na década de 1940, os embates entre “renovadores” e “dogmáticos”, de 1956 até o V Congresso. Para ele, os dois campos envolviam diversos matizes e Pedro Pomar manteve sempre posição singular, contrária ao reformismo dos “modernizadores”, dos quais discordava intensamente, mas divergente também das posições “burocráticas” dos “dogmáticos”, aos quais acabou associado na formação do PC do B e na literatura sobre o PCB.⁹

Os dois trabalhos têm origens, objetivos e enfoques distintos. Além das relevantes contribuições que oferecem, é possível estabelecer um fecundo diálogo entre os dois para compreender melhor a trajetória do PC do B e as questões mais gerais das atividades e das concepções das organizações de esquerda naqueles anos. A experiência da Bahia pode ser

analisada a partir do processo caracterizado por Wladimir, cujas teses podem ser conferidas pela experiência prática no movimento estudantil de Salvador. Vale ressaltar, também, que os dois trabalhos apresentam importante estudo de militantes individuais, seja a figura singular de Pedro Pomar, seja o conjunto de militantes menos conhecidos, cuja atividade e concepções são analisadas na dissertação de Andréa Santos.

Este artigo estabelece um diálogo entre os dois textos, apoiado, também, na experiência pessoal do autor, militante do PC do B entre 1970-80, na organização estudantil da Bahia, entre 1970 e 1972, e na estrutura de apoio da Comissão de Organização do Comitê Central em São Paulo, entre 1974 e 1976, dirigida no período pelo próprio Pedro Pomar.

Depois desta introdução, a segunda seção traça um breve quadro histórico do PC do B, a terceira apresenta e discute o trabalho de Andréa Santos sobre o Partido no movimento estudantil baiano, a quarta apresenta as teses de Wladimir sobre a trajetória de seu pai e a convivência de “dois partidos” no PC do B; a quinta e última traz as considerações finais.

Breve histórico do PC do B

O PC do B nasceu na Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro de 1962. Retomou o nome de Partido Comunista do Brasil, mantido pelo PCB desde sua fundação, em 1922, até 1961, quando o substituiu por Partido Comunista Brasileiro. A troca de nome pretendia facilitar a recuperação do registro legal do Partido, cassado em 1947 sob o pretexto, entre outros, de que, como seção “do Brasil” do movimento comunista internacional, não era “brasileiro”. Além da mudança de nome, o Programa e os Estatutos divulgados em agosto de 1961 eliminaram as referências à ditadura do proletariado. Um grupo de cem membros do partido apresentou uma carta de protesto por tais decisões terem sido tomadas fora de um congresso:

Eles exigiam a convocação de um congresso, de acordo com as normas estatutárias, para que todo o partido tivesse o direito de discutir as mudanças propostas. E, ao contrário do que conta a historiografia oficial, entre esses cem militantes estavam quadros que haviam concordado com as teses para o V Congresso, outros que continuavam totalmente fiéis ao PCUS, vários que ainda acreditavam piamente que Prestes não compactuava com as medidas do Secretariado, alguns já totalmente descrentes do mito prestista, vários que ainda reputavam Stálin como o maior guia que os povos haviam tido, uns que colocavam a unidade do partido acima de tudo e outros que gostariam de romper antes de serem expulsos. (...) Pomar não foi apenas um dos que assinaram, mas seu principal mentor e o que conseguiu dar-lhe o propósito de manter a divergência nos marcos da democracia interna do partido. Isto, porém, não

valeu de nada. Para a direção do PCB eram todos stalinistas e como tal deveriam ser tratados. (...) No velho estilo prestista-stalinista, tudo que cheirasse a fracionismo deveria ser extirpado. Os signatários da carta foram sendo chamados um a um para retirar ou manter sua assinatura e sendo expulsos separadamente, à medida que não mudavam sua posição. A expulsão de Pomar, nos meses finais de 1961, encerrou sua longa trajetória de quase 30 anos no partido.¹⁰

Esta interpretação conflita em diversos aspectos com trabalhos sobre o movimento comunista brasileiro em que a formação do PC do B, em 1962, é apresentada como uma opção do grupo stalinista ou dogmático, que dirigira o PCB desde a reorganização dos anos 1940 até serem desbancados, em 1958, na esteira dos debates que se seguiram ao XX Congresso do PCUS e do que foi chamado de “desestalinização”.¹¹ Para Wladimir Pomar,¹² o processo foi bem mais complexo: a formação do novo partido não foi uma opção deliberada, mas uma decorrência das expulsões de 1961, e o grupo original era bem menos coeso do ponto de vista político e ideológico do que em geral se afirma. Esta heterogeneidade é um dos elementos que destaca para sustentar sua tese sobre as diferenças de concepção presentes nos anos seguintes.

Ainda assim, os documentos iniciais do Partido, em especial o Manifesto-Programa, reproduziam as concepções do IV Congresso, de 1954. O PC do B se definiu por um governo revolucionário, contra as forças do imperialismo e do latifúndio, e a favor de um regime de “liberdade, cultura e bem-estar social”. O novo regime seria antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, definindo, assim, a revolução em duas etapas, nos moldes da visão prevalecente na III Internacional desde o final dos anos 1920. Aparece nestas definições o apego do PC do B à herança comunista e às posições prevalecentes no PCB até o processo aberto em 1956. Estes elementos definiram a coesão do grupo que organizou o Partido em 1962 e compuseram seus os traços distintivos nos anos seguintes.

O PC do B atraiu poucos militantes do antigo PCB e manteve dimensões reduzidas até o golpe de 1964. Nos primeiros anos da ditadura, adquiriu maior autoridade na esquerda, por ter se oposto à linha pacífica do PCB desde antes da ditadura. Ainda assim, atraiu número muito reduzido dos militantes que deixaram o PCB quando o fracionamento do velho “partidão” se generalizou, em 1967-68. Nestes primeiros anos, o PC do B se destacava pelo alinhamento com o PC chinês, pela defesa dos princípios e métodos dos partidos comunistas e pela recusa das novas idéias e propostas que proliferavam na esquerda mundial.

Na linha política, o Partido defendeu a adoção de todas as formas de luta, legais e ilegais, pacíficas e armadas, mas acentuou que o processo revolucionário seria lento e não se deveria tentar uma insurreição armada de imediato. A ênfase dada às lutas de massa ficou evidente na VI Conferência Nacional, de junho de 1966 (era a primeira, mas a

numeração seguiu a tese de que o Partido era a continuidade do velho PCB). O documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça de recolonização* defendia a luta armada, mas na forma de guerra popular prolongada, cuja preparação demandava intenso trabalho político e de organização de massas. O Partido não aderiu às propostas de desencadeamento imediato da luta armada, como a maioria das organizações de esquerda na época. A preparação do confronto armado seria uma tarefa longa, a ser feita com cautela, conhecida como “quinta tarefa” – as demais incluíam a luta por democracia, independência nacional, progresso e liberdade, a ser desenvolvida de todas as formas possíveis, de maneira ampla e maciça. Ainda assim, a direção do Partido foi se concentrando na preparação da luta armada e a montagem dos grupos na região do Araguaia tornou-se rapidamente sua preocupação central e quase exclusiva.

Nos anos seguintes à VI Conferência, o Partido acentuou a análise esquerdista do quadro político. Como outros grupos de esquerda, apontou um suposto enfraquecimento da ditadura como determinante da repressão cada vez mais violenta e conclamou os militantes a desenvolver formas de luta mais audaciosas. Ainda assim, nos principais documentos da época este apelo a “mais audácia” convivia com recomendações para aproveitar os espaços legais e desenvolver ações políticas amplas. Em dezembro de 1969, o documento *Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo* lançou a “campanha de revolucionarização” do Partido e incentivou os militantes a “adotar métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo revolucionário”.¹³ A preparação da luta armada se tornou a atividade central do Partido, quase a única de que o núcleo da direção se ocupava, conduzida em absoluto sigilo em uma região ampla e pouco povoada, na margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará.

Nestes anos o Partido foi pouco visado pela repressão, concentrada desde 1968 em destruir as organizações que praticavam ações armadas. Com a descoberta do esquema militar no Araguaia e o início da Guerrilha, a repressão voltou-se para o PC do B e causou-lhe graves perdas, com a prisão e o assassinato de vários dirigentes nacionais, no final de 1972 e 1973. O Partido se recuperou aos poucos, graças, inclusive, à adesão da maioria dos militantes e dirigentes da Ação Popular (AP).¹⁴

Singularidades do PC do B no movimento estudantil baiano

A trajetória do PC do B na Bahia¹⁵ na primeira metade da ditadura se destaca não apenas pelo elevado número de militantes estudantis que se deslocaram para a preparação da luta armada na região do Araguaia, dez de um total de 69,¹⁶ mas também pela formação

sucessiva de novas gerações que asseguraram a continuidade do Partido como força organizada durante os anos da repressão mais violenta. A Bahia foi um dos poucos estados em que o PC do B se manteve até meados dos anos 1970 com base nos quadros originários dele próprio.¹⁷

A dissertação de Andréa Santos oferece um painel amplo e detalhado desta trajetória, incluindo as experiências pessoais dos militantes envolvidos. A reconstituição apresentada reforça o papel decisivo da duplicidade de orientação política presente no PC do B naquele período. A capacidade de conquistar novos militantes foi bastante fortalecida pela perspectiva de atuação legal, promoção de atividades artísticas e culturais e criação de espaços para vínculos de amizade e de ligação afetiva com os colegas “de massa”. Esta linha política ampla se combinava todo o tempo com a perspectiva da luta armada, sempre presente para os militantes, mas colocada como um horizonte algo distante, a se materializar depois de um tempo não determinado de preparação para o deslocamento para outras regiões. A militância não implicava a realização de ações armadas nem sua preparação imediata. A formação de “grupos de autodefesa” foi abandonada progressivamente, bem como a realização de ações de propaganda de elevado risco, como pichações, comícios-relâmpago e distribuição de material clandestino.

O PC do B surgiu na Bahia a partir de um pequeno grupo de militantes na Faculdade de Direito da UFBA. De 1965 a 1975, o Partido em Salvador era formado basicamente por estudantes, universitários e secundaristas. Não houve dissidências importantes do PCB no estado que se juntassem ao PC do B.

Entre os anos de 1968 e 1973, foram indiciados 75 militantes do PC do B na Bahia. Destes, 44 atuavam na capital do Estado e 31 nas cidades do interior. De acordo com estes dados estatísticos, podemos dizer que a composição social da militância do PC do B foi, predominantemente, do sexo masculino (80%), com faixa etária entre 16 e 27 anos (70%), e com atuação na capital nos segmentos universitário e secundarista (57%). (...) parte considerável dos militantes estudantis no ano de 1968 nasceu no interior, 13 de um total de 18 processados. As cidades mais citadas como local de nascimento foram Alagoinhas (7), Ilhéus (3), Itabuna (3), Itapicuru (4), Jequié, Buerarema, Geremoabo, Paramirim, Serrinha, Barra do Mendes, Abaré, Senhor do Bonfim. A origem “rural” dos militantes pode ter contribuído para maior identificação com a linha política que defendia trabalho integrado ao campo.¹⁸

A principal singularidade do PC do B na Bahia que emerge da dissertação de Andréa não é a aglutinação de militantes que desenvolviam a linha de massas antes do AI-5, pois foi assim com outras organizações. Também não é o fato de o PC do B ter reunido naquela época jovens vindos do interior, mais “simples” que os intelectualizados e que tomaram de repente grande destaque no movimento. A diferença reside na combinação peculiar entre a definição do caminho armado e a linha de massas.

A adesão à luta armada era elemento decisivo para quem aderira ao PC do B, para a sua identidade política, mas não implicava a realização de ações armadas de imediato:

(...) a perspectiva de aliar-se a um partido que defendia a luta armada sob a forma da guerra popular prolongada foi um elemento constituinte da identidade política da militância, que rejeitava a concepção política dos grupos de esquerda que pregavam a luta armada imediata e estavam voltadas, naquele momento, às ações de confronto armado. De modo que a perspectiva da luta de massa sempre esteve presente. Ao contrário do que ocorria com as organizações da esquerda armada que ficavam, cada vez mais, envolvidas em ações políticas de confronto aberto com o regime, a militância do PC do B na cidade de Salvador conseguiu desenvolver (...) atividades (...) no movimento estudantil, com a reestruturação dos diretórios acadêmicos e do DCE, que contribuíram para o ressurgimento de manifestações estudantis no ano de 1975. Além disso, o Partido conseguiu uma hegemonia política e cultural na condução do movimento estudantil baiano.¹⁹

Distinguem-se três períodos nesta trajetória, com base na pesquisa de Andréa Santos e nas memórias do autor: 1965-68, com forte predomínio das manifestações de rua e das greves estudantis, quando o PC do B emergiu como força relevante; 1969-71, com o deslocamento de militantes experientes para o Araguaia e o refluxo do movimento estudantil, quando a tentativa de organizar entidades estudantis clandestinas foi logo substituída pela política de reabrir as entidades legais; e 1972-75, em que se consolidou o abandono das ações clandestinas e o Partido concentrou esforços em iniciativas políticas amplas e de massas.

O período inicial

De 1965 a 1968, os poucos militantes do PC do B,²⁰ identificados como “maoístas”, tinham prática e discurso político bastante radicalizados, participavam ativamente dos movimentos de rua, greves e manifestações e defendiam a preparação da luta armada, mas não a sua realização imediata. Com o forte ascenso das lutas estudantis em 1967, nas eleições para a União dos Estudantes da Bahia (UEB), em novembro, militantes do PC do B, junto com segmentos estudantis independentes, lançaram uma chapa ampla, de massas, derrotada pelo candidato do PCB. No ano seguinte, o PC do B ganhou o Centro Acadêmico Rui Barbosa (Carb) da Faculdade de Direito da UFBA:

A conquista do Carb por militantes do PC do B que, até então, não havia conquistado nenhum diretório acadêmico foi considerada uma verdadeira surpresa, um espanto (...). No dia 8 de maio de 1968, assumia a presidência da entidade Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido

em Caldeirão Grande, interior do Estado. Seu pai, Rosalvo Souza, era presidente da Associação de Artífices de Itapetinga e sustentava a família de cinco filhos trabalhando como pedreiro e encanador, e qualquer função compatível com um trabalhador braçal cujo rendimento pudesse sustentar a família.²¹

O perfil singular de Rosalindo o destacava não apenas da Faculdade de Direito, mas em todo o movimento estudantil baiano da época. O grupo ligado ao PC do B era conhecido pela origem no interior, com poucos vínculos prévios na capital, estudantes-trabalhadores filhos de pequenos proprietários, pequenos comerciantes e funcionários públicos.

Seus militantes combinavam o discurso inflamado e a ação radicalizada nas manifestações de rua com a ação política de massas dentro das faculdades. A gestão pecedebista no Carb defendia a radicalização das lutas contra a reforma universitária e a ditadura, mas tomou também uma série de iniciativas de massas, como a criação do curso pré-vestibular noturno, de uma discoteca para doação de discos ao corpo discente e do departamento de apostilas, para facilitar o acesso dos alunos a livros e à bibliografia das disciplinas. O Carb solicitou também à diretoria da faculdade melhorias na biblioteca e a ampliação do horário de funcionamento, com abertura aos sábados e feriados, para facilitar o acesso de alunos do curso noturno. É interessante que não tenha se concretizado a prometida retomada da revista *Ângulos*, criada em 1950 (18 edições até 1966), proposta semelhante às que dariam a tônica da atividade do Partido no movimento estudantil baiano anos depois, como se discute adiante.

O *Boletim Informativo* de junho de 1968 apresentava assim a nova concepção que norteava a ação da entidade:

Queremos todos UNIDOS. Só assim poderemos desenvolver uma administração profícua, cujos primeiros passos já são sugestivos. É chegada a hora de todos apresentarem sua parcela de trabalho. Mas não devemos permanecer tão-somente nessa tarefa administrativa. A situação por que passa a sociedade brasileira exige que cada estudante se transforme em político; que cada estudante conheça a realidade brasileira e participe das manifestações pela liberdade; que cada um esteja em comunhão com os ideais de nosso povo.²²

O segundo período: 1969-71

A partir do AI-5, no final de 1968, a repressão generalizada afastou do movimento estudantil os militantes mais conhecidos do PC do B na Bahia, com proibição de matrícula e expulsão de diversas instituições, em especial na Faculdade de Direito. Foram

substituídos por novos militantes, provenientes, na maioria, do movimento estudantil secundarista da capital e do interior. O Partido acompanhou a radicalização das organizações de esquerda no movimento estudantil e, com o fechamento dos espaços legais, tentou reorganizar clandestinamente a UEB e a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (Abes), o que se mostrou inviável.

O compromisso com a luta armada mantinha-se como referência fundamental da identidade dos militantes do PC do B, fator que lhes permitia diferenciar-se de outras correntes políticas. Era forte o apelo do “deslocamento” para outras tarefas, como se lê nos depoimentos de militantes da época:

A possibilidade de aderir ao trabalho em regiões onde o Partido atuava e tivesse algum tipo de ação política fazia parte do cotidiano dos militantes comunistas, que costumavam usar a expressão “ter a mochila preparada”, numa demonstração de que estavam à disposição para integrar-se em organismos de base em outra região do país. (...) “a idéia de ir para o campo era muito arraigada. Havia a concepção de que quem é revolucionário vai para o campo preparar a luta armada. Ir para o campo era a grande aspiração (...). A luta armada era concebida como um processo ritualístico, desenvolvido gradualmente e surgido através de um movimento de massa”. (...) “Uma coisa que era muito clara, isso eu não me esqueço, é que o PC do B deixava com muita clareza que a perspectiva era a guerrilha, o trabalho no campo. E se trabalhava no sentido de todos estarem prontos e preparados para um dia ir trabalhar no campo. Não havia nenhuma ilusão disso. Não se dava ilusão para ninguém. A perspectiva era essa, a perspectiva era a luta armada, mas a luta armada como um processo que se alcançaria depois de atender a todo um desenvolvimento e tal. Na verdade, não era colocada a luta armada como uma questão imediata, era colocada dentro de um processo, mas que o trabalho de massa era fundamental, a integração com as massas era fundamental”.²³

Apesar da força de que se revestia, este compromisso progressivamente deixou de ter implicações práticas na atividade política e na vida cotidiana de quem ingressava no PC do B ou apoiava suas atividades. A realização de ações políticas amplas, de massas, passou a ser o único objetivo efetivo, além da manutenção da estrutura clandestina do Partido.

A mudança não teve um momento determinado. Em 1970, o PC do B fez campanha aberta pelo voto nulo e contribuiu para a derrota do candidato ao Senado do MDB, criticado com dureza por “fazer o jogo da ditadura”. Ainda em 1971, militantes secundaristas formaram grupos de autodefesa, incumbidos de defender reuniões e proteger comícios-relâmpago e outras atividades de propaganda. A tarefa lhes teria sido passada por um dos últimos dirigentes regionais deslocados para o Araguaia naquele ano.

Os grupos de autodefesa, chamados de “vietcongs” pelos estudantes, foram formados por secundaristas do Manoel Devoto e da Escola Técnica Federal no ano de 1971. (...) Contudo não realizaram ações. Nos depoimentos, (...) os militantes secundaristas não se referiram a

armas fornecidas pelo Partido. Porém um grupo de estudantes realizou treinamento com uma arma, Bereta 765, cuja propriedade era de um dos pais dos alunos. Além disso, teriam lido um *Manual de autodefesa pessoal da Força Área Canadense*. (...) Essas atividades foram analisadas (...) como “uma relação muito romântica”, porque não havia treinamento especializado e traziam consigo perigo, pois os estudantes não sabiam manusear armas de fogo.²⁴

A principal surpresa deste segundo período foi a progressiva incorporação de novos militantes e o deslocamento da atividade para a reabertura das entidades legais, em especial os diretórios acadêmicos e os dois diretórios centrais dos estudantes (DCEs), o da Universidade Católica e o da UFBA, tarefas difíceis no contexto de refluxo do movimento estudantil e de fechamento político. A ênfase neste trabalho legal e amplo era uma das propostas que diferenciavam o PCB das organizações que defendiam a luta armada. O PCB tinha influência em centros acadêmicos ainda em atividade e reunia militantes com liderança nas faculdades mais importantes. Suas propostas, na época, eram de trabalho amplo, legal e de massas. Apesar do envolvimento do PC do B com a preparação da Guerrilha no Araguaia, e apesar de os novos militantes terem clareza de que aderiam a um Partido que preparava a revolução armada, estes foram progressivamente deslocando sua prática para atividades semelhantes às que eram propostas pelo PCB, que criticavam como “revisionista” e “traidor da revolução”.

Nesta mudança de orientação política não havia qualquer sentimento de identificação com o PCB, tratado sempre como “traidor” e “revisionista”. Ao contrário, a orientação ampla e de massas era entendida e defendida como parte da crítica das concepções do PCB e acabou sendo decisiva para que os militantes do PC do B derrotassem colegas do PCB em diversas eleições de diretórios acadêmicos importantes, ocupassem seus espaços políticos nas faculdades e consolidassem ampla hegemonia no movimento estudantil de Salvador na época.

O DCE da Católica foi aberto já em 1970, com a realização de eventos culturais, festas e palestras com intelectuais e professores. Foram organizadas semanas culturais e semanas científicas também na UFBA. No final de 1971, criou-se a primeira comissão para reorganizar o DCE desta última universidade.

As atividades amplas e de massas podem ser entendidas como uma tática utilizada pelo Partido para estar presente no segmento estudantil, criar e aproveitar espaços de convivência, mobilizar os estudantes para reivindicações específicas, desenvolver a conscientização política e criar relações de solidariedade e apoio e viabilizar o recrutamento de novos militantes no futuro:

As semanas científicas, no caso as semanas de história natural, eram sempre momentos de envolvimento de outras pessoas, porque necessariamente não entravam no Partido, mas se-

riam fundamentais no apoio, seja em colaboração financeira, seja para guardar material, seja para arrumar um espaço de reunião. A cada ano, sempre tinha um [*colega de turma*] mais próximo, em função dos desdobramentos das atividades provocadas pela própria semana e também agregava pessoas. Por exemplo, naquela época tinha a Universidade Federal da Bahia e tinha a Católica, então era um momento também de aproximação. Naquela semana, se revelavam também outras figuras que não eram do dia-a-dia. E era um contato que, necessariamente, não acabava no Partido, ou até fosse do Partido ligado a outra base.²⁵

A aproximação de secundaristas com o PC do B ocorreu pelo trabalho cultural nos grêmios. Até 1969, o Partido tinha presença reduzida no movimento secundarista, em apenas três dos maiores colégios da rede pública de Salvador (Central, Iceia e Escola Técnica Federal). Até 1971, o Partido criou núcleos em mais quatro colégios públicos e quatro privados, os mais “tradicionais” da cidade, e em dez cidades do interior. No Colégio Estadual Manoel Devoto, em Salvador, estudantes promoveram

(...) eventos culturais e mostras de poesias. Quando Gilberto Gil e Caetano Veloso foram para o exílio em Londres, os estudantes fizeram um mural onde os dois cantores apareciam amordaçados, uma alusão à falta de liberdade de expressão. O protesto claramente político não passou incólume. A Direção do Colégio viu na manifestação cultural dos alunos uma atitude política e mandou retirar o mural. Para o militante do PC do B, esse episódio foi um marco para que tivesse a percepção de que se vivia sob o regime militar e com restrições à liberdade de expressão, cultural e política. As sanções do próprio Colégio lhe fizeram despertar um sentimento de contestação, que o depoente denominou de “sensibilidade de esquerda” (...). Também o que os movia era um sentimento misto de fraternidade e de esperança que os unia e os fazia conscientes de que existia um contexto político-social de repressão. Este sentimento estaria expresso na música *Apesar de você*, do Chico Buarque, cantada pelos militantes. Como dizia a letra da música, apesar de “hoje você é quem manda / falou tá falado/ não tem discussão”, os secundaristas acreditavam que amanhã seria um outro dia.²⁶

Outro fator de crescimento do PC do B no meio estudantil foi a adesão em bloco de um conjunto de membros da Juventude Estudantil Católica (JEC), reorganizada por volta de 1967 pelos padres jesuítas em Salvador. Este episódio revela a adesão à militância de esquerda a partir de relações de amizade e identidades comuns.

O terceiro período: 1972-75

A partir de 1972, a organização do Partido na Bahia passou a atuar de forma cada vez mais autônoma. O deslocamento dos quadros mais experientes para o Araguaia enfraqueceu os vínculos com as concepções e práticas arraigadas. Os contatos com a direção se tornaram mais difíceis com o início da luta armada no Araguaia e com a prisão e a morte

de vários dirigentes no Sul do país. As ondas repressivas provocaram a fuga de alguns militantes que haviam dirigido a organização estudantil no segundo período. Os contatos com a direção nacional eram muito rápidos e pouco freqüentes. Os remanescentes e os recém-ingressados se orientavam pelos documentos do Partido e pela programação da Rádio Tirana, capital da Albânia, que abrigava um grupo de militantes do PC do B e oferecia ao Partido suporte internacional.

Militantes que atuavam no movimento estudantil avaliam que, em função da direção não centralizada, os membros do Partido puderam imprimir uma linha de massa mais intensa. Abandonavam as atividades políticas de panfletagem e se preocupavam com atividades culturais com uma inserção no meio estudantil e entre intelectuais na cidade. (...) a situação de Partido que estava no processo de estruturação permitiu aos militantes a possibilidade de não ficarem restritos a uma estrutura partidária burocrática. (...) Essa relativa liberdade de aproveitar o “talento” e o esforço individual e coletivo da militância pôde ser acompanhada pela inserção que acabaram conquistando no meio universitário. Em função dos problemas decorrentes da Reforma Universitária (aumento de excedente interno, falta de verbas, vagas), os militantes estudantis puderam canalizar as insatisfações para reorganizar os diretórios acadêmicos e criaram uma série de artefatos culturais, mobilizadores, como as “semanas culturais” e o Centro Universitário de Cultura e Arte, o Cuca.²⁷

Foi nestes anos que o PC do B consolidou sua hegemonia no movimento estudantil baiano, não só pela reorganização do DCE da UFBA, mas também pelo grande número de iniciativas culturais e artísticas. Em junho de 1975, esta Universidade registrou a primeira greve geral de estudantes depois do AI-5, um dos marcos da reorganização do movimento estudantil, que se consolidaria nacionalmente dois anos depois.

No período de 1971 até 1973, militantes vinculados ao PC do B participaram da reorganização dos DA e do DCE. O movimento que começou com os alunos passando em sala de aula, convidando os demais colegas para reativarem os DA, tomaria impulso com a realização de eventos culturais na Universidade. Durante o segundo semestre de 1972, a imprensa local divulgou as atividades de reorganização do movimento estudantil vinculadas às atividades do Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca). Entre elas, a Semana do Estopim, realizada de 15 a 20 de junho em comemoração aos 50 anos da Semana de Arte Moderna, lançamento de livros como *Antologia Poética*, produzidos pelos estudantes da Faculdade de Direito, Semana de Arte Popular e eventos culturais no Teatro Vila Velha, à época considerado um território livre para expressão da arte e liberdade artística (*A Tarde*, 4/9/1972; 13/9/72, 25/10/72). Além das oficinas de expressão corporal que fomentariam, futuramente, núcleos de Teatro Amador Universitário. Originariamente, (...) a iniciativa de criar um centro cultural surgiu em reuniões entre militantes do PCB, mas teriam sido ativistas do PC do B, que trabalhavam com arte e cultura, que levaram à frente a criação do Cuca como um meio de mobilizar os estudantes e confluir para a reestruturação dos DA. (...) as atividades culturais realizadas e incentivadas por militantes do Partido não apareciam como tarefas político-partidárias, mas resultante

da efervescência do final dos 60 em que cada manifestação cultural poderia se transformar em evento político. (...) o Cuca foi uma iniciativa de estudantes que se interessavam por arte, literatura e cultura.²⁸

Os estudantes mais intelectualizados que ingressaram na universidade no início da década de 1970 eram muito ligados ao tropicalismo e aos movimentos culturais contestatórios da Europa e EUA. Os novos militantes do PC do B traziam e mantiveram estas influências e referências culturais. Misturavam-se Mao Tse-tung, o vietcong e a Tropicália com Beatles, Janis Joplin e Hendrix. Chico Buarque, Gil e Caetano eram referências permanentes.

Se fizermos uma analogia com o início do PC do B na Bahia, entre os anos 1965 e 1968, cujos militantes não tinham conquistado uma inserção cultural na universidade, podemos dizer que as atividades desenvolvidas por essa geração de militantes dos anos de 70 representaram uma mudança de perfil que vai se concretizar na representação que eles conquistaram no segmento estudantil ao longo dos anos 70. Alguns ativistas do Cuca e também de sua outra vertente o Cuci (Centro Universitário de Cinema) passaram a ser dirigentes dos diretórios acadêmicos.²⁹

Este novo perfil de militantes passou a ser maioria nas organizações estudantis do PC do B em Salvador. As ações clandestinas foram suspensas e os critérios de recrutamento e admissão tornaram-se mais cautelosos. Os militantes que ingressaram a partir de 1973 não tinham contato com o Comitê Universitário ou seus integrantes não se apresentavam como tal. Os contatos regulares com o Comitê Regional só foram restabelecidos em 1976.

Os “dois partidos” no PC do B e o papel de Pedro Pomar

A coexistência das duas vertentes da política do PC do B já havia sido destacada por Wladimir Pomar em trabalho anterior, no qual analisa os principais documentos do Partido e uma seleção de editoriais do jornal *A Classe Operária*, de 1969 a 1975.³⁰ A dubiedade já estava delineada, segundo Wladimir, na avaliação do Partido sobre o golpe de 1964 e nas primeiras definições do caminho a ser seguido no combate à ditadura:

Pomar avaliava que o movimento operário e popular não forjara uma força própria para enfrentar o projeto reacionário. (...) A direção do PCB, que era hegemônica, tinha a responsabilidade maior por não haver elevado a consciência das massas, por haver se subordinado à direção vacilante de uma burguesia fraca e desfibrada, mas (...) o movimento social, em si mesmo, ainda não era suficientemente pujante. (...) “temos que nos preparar para uma luta dura, árdua e prolongada. As condições em que o golpe se realizou e a facilidade com que as

forças reacionárias tomaram o poder deveriam nos alertar para o fato de que teremos que combinar adequadamente a construção do Partido, a sedimentação de uma forte base política de massas nacional e a preparação de uma luta armada que englobe todo o povo”. Pomar também defendeu a necessidade de traçar uma tática de frente única que agregasse todas as forças que se opunham à ditadura e tivesse como objetivo central a sua derrubada e a reconquista das liberdades democráticas. (...) A tática deveria ter como meta dar fim à ditadura, obstáculo principal ao avanço da democracia, da independência nacional e dos direitos dos trabalhadores [e] só por meio dela se conseguiria acumular forças e reunir condições para avançar rumo aos objetivos programáticos. Estas opiniões bateram de frente com as de Danielli, para quem o problema fundamental e imediato era preparar a luta armada. Esta deveria passar a ser a tarefa número um.³¹

A definição da luta armada como tarefa central e imediata foi o eixo principal das definições ideológicas e políticas de toda a esquerda brasileira, e não apenas do PC do B, a partir da grave derrota sofrida com o golpe de 1964. Os grupos que se separaram do velho PCB e os que haviam se organizado fora dele enveredaram por concepções militaristas,³² inspirados pelo foquismo:

Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. (...) A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara (...) e de Régis Debray. (...) O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. (...) Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo, ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor, as massas. (...) Escritos posteriores do próprio Che (...) salientaram o beco sem saída das formas legais de lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária.³³

Nas definições do PC do B sobre o caminho da luta armada, a crítica do foquismo sempre ocupou papel destacado. O Partido defendia a concepção de guerra popular prolongada, inspirada na experiência da revolução chinesa e defendida pelos principais dirigentes do PC chinês na época, especialmente Lin Biao. Nesta concepção, a luta armada deve ser uma luta de massas desde o seu início e não deveria surgir por decisão dos revolucionários, e sim como parte do avanço da luta das massas.³⁴

Embora criticasse com veemência o foquismo, a direção do PC do B implementou as teses cubanas na prática. A dubiedade entre as duas perspectivas estava presente em todos os documentos do Partido na época e aparece com clareza em *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, de janeiro de 1969, o qual

(...) engloba num só texto, como complementares, concepções divergentes e até antagônicas quanto à participação das massas (...) e quanto ao papel do partido de vanguarda (...). As idéias que predominaram na prática viam o campo, em primeiro lugar, como um terreno favorável para a ação de destacamentos de combatentes “firmes e de grande lealdade ao povo, com consciência revolucionária e confiança em si mesmos (...)”. Em segundo lugar, desde que estes combatentes tivessem “forjado sólidos vínculos com as massas da região” e tivessem formulado as reivindicações dessas massas, seria possível ganhá-las para participar da guerra. A luta armada vinha antes de ganhar as massas, era o instrumento para ganhar as massas. A essas concepções contrapunham-se as de que “o início da guerra popular não pode ser um ato voluntarista desta ou daquela corrente política. Na realidade, surge numa determinada situação em que se torna necessária a passagem da fase da luta de massas não armada para a fase da luta armada de massas”. Esta idéia subentendia que os próprios camponeses, através de sua experiência de luta, deveriam ganhar consciência da necessidade da luta armada que eles mesmos deveriam empreender (...). O campo, nesta concepção, é fundamentalmente massas camponesas, e não terreno. O papel dos elementos partidários deslocados para o campo deveria ser, assim, basicamente político, de integrar-se com as massas camponesas (...), de despertá-las para os próprios problemas, de ajudá-las a descobrir, na luta pela solução desses problemas, que eles só podiam ser resolvidos por meio da revolução social. (...) a luta armada surgiria das próprias massas em luta (...). O “surgimento de pequenos grupos armados” era possível, mas “a partir da luta das massas”.³⁵

A dubiedade de orientações permaneceu nos documentos, mas se resolveu em favor da vertente foquista na preparação da Guerrilha do Araguaia. Prevaleceu a orientação de privilegiar a ação de um grupo de militantes decididos, capazes de preparar a luta armada em segredo, isolados do movimento político da região do interior em que se realizaria esta preparação. A outra concepção, presente nos documentos do PC do B, definia a preparação da luta armada e seu posterior desencadeamento como parte da luta política da população rural. Todo o processo deveria estimular e acompanhar a consciência política e a organização dos trabalhadores da região em que o Partido estivesse atuando.

O triunfo avassalador da orientação militarista, voluntarista, foi muito favorecido pelas avaliações sobre a conjuntura de 1968, comuns a todos os grupos de esquerda que empreenderam ações armadas naquele momento:

A maior parte da direção do PC do B acreditava que as lutas surgidas em 1968 não expressavam suficientemente o grau de revolta do povo e seu ódio crescente contra a ditadura. Haveria, pois, um reclamo por lideranças esclarecidas, já que, a qualquer momento, aquela revolta e aquele ódio ao regime militar poderiam levar as massas a romper o cerco ditatorial e se engajar em poderosas lutas. (...) Existiria (...) uma situação revolucionária que exigia o emprego de ações revolucionárias. O corolário era que o Partido deveria tomar a iniciativa dessas ações. (...) Com as ações de guerrilha urbana em pleno desenvolvimento, acabou por firmar-se na maior parte da direção do PC do B a antiga idéia de que quem primeiro começasse a guerra popular no campo arrastaria o resto. Foi nesse contexto que, entre 1968 e 1969, todo o centro de preparação da luta armada foi transferido para o Sul do Pará.³⁶

Segundo Wladimir, no início de 1970, Pedro Pomar avaliou que

(...) sua resistência ou sua crítica ao que chamava de blanquismo tinha poucos resultados positivos. (...) Criara-se uma situação interna de tal ordem no Partido que [tudo] era sempre tomado como uma indicação do avanço inevitável da revolução. Quando as massas se mantinham apáticas, isto ocorria porque esperavam uma direção conseqüente na luta armada. Quando as massas iam à luta, mesmo econômica, era porque já estavam dispostas a pegar em armas. Sem nenhuma função específica de direção nacional, em total minoria (...), Pomar voltou-se para a construção do trabalho no Vale do Ribeira e nas áreas limítrofes. (...) orientava os quadros destacados para a região a manterem atividades econômicas e sociais legais, (...) a descobrir brechas pelas quais pudessem realizar atividades amplas, de massa, sem chamar a atenção do aparelho repressivo, e construir o Partido com segurança. Com esse trabalho, em Londrina, Avaí, Registro e outras cidades, começaram a se desenvolver iniciativas que levavam os quadros (...) a descobrir os movimentos reais de resistência de massa à ditadura e a criar alternativas de longo prazo para o Partido. (...) desenvolveram na Universidade de Londrina um programa de atividades e debates literários, tendo como foco Lima Barreto e sua obra. Com isso, de uma forma ampla e de massa, abriam caminhos novos para a discussão da situação brasileira e para descobrir outros militantes para a luta revolucionária.³⁷

A divergência entre as duas concepções reapareceria de forma clara na mudança de métodos a que a direção se viu obrigada depois da violenta onda repressiva iniciada no segundo semestre de 1972 e que levou à desarticulação dos organismos dirigentes e de boa parte das estruturas regionais. No final de 1973, João Amazonas, o dirigente máximo do Partido e principal defensor do caminho armado seguido no Araguaia, pediu a Pedro Pomar que assumisse a Secretaria de Organização, no lugar de Carlos Danielli, assassinado um ano antes. Pomar concordou, mas impôs a condição de que os métodos de organização e de segurança fossem modificados radicalmente, pois não correspondiam ao quadro repressivo:

O trabalho do Partido era muito agitado e pouco organizativo. A direção e a militância, até então, haviam se preocupado unicamente em manter vivo o nome do Partido, distribuindo materiais, pichando muros e paredes e proclamando sua presença, em vez de ligar-se às massas e lutar com elas. (...) Foi uma conversa dura e penosa, mas Amazonas acabou concordando (...). Assim, em setembro de 1973, o Partido que restara começou a tomar conhecimento da primeira orientação de “fingir-se de morto” e levar à prática a política do Partido sem falar no Partido. Na prática, isso representava uma mudança na linha militarista, uma virada para a defensiva estratégica na organização e para um trabalho de massa de longo prazo, enquanto o discurso político ainda se mantinha na linha da ofensiva, já que a maioria da direção ainda não tomara consciência plena das condições que enfrentava.³⁸

A mudança era substancial, era a prevalência das orientações que Pomar defendera em vão durante os anos anteriores. Era a explicitação da linha que a organização estudantil do PC do B em Salvador tinha implementado na prática nos anos anteriores.

Para Wladimir, a coexistência de posições divergentes e antagônicas é um elemento explicativo fundamental para a análise da história do PCB, pelo menos desde o processo de reorganização iniciado em 1941-42, no qual se formou o grupo que dirigiu o Partido nas décadas seguintes. Wladimir apresenta a tese de que o PCB era, de fato, um conjunto de partidos, ou conjunto de correntes, e que o PC do B manteve esta característica. A idéia é estimulante, inclusive porque o livro traz informações novas sobre momentos em que esta diversidade teria se manifestado e dado a tônica dos movimentos do Partido.

É o caso das greves do final de 1957, em São Paulo. Naquele momento, em meio à desorientação dos dirigentes do Partido pelos acontecimentos internacionais do ano anterior (XX Congresso do PCUS e Revolução Húngara), e em meio à crise aberta na direção, “independentemente de qualquer outro tipo de divisão interna, as tradicionais correntes camufladas que conviviam mescladas e confundidas no PCB se fizeram novamente presentes nesta situação, contribuindo para o desencadeamento das lutas operárias”.³⁹

Este e outros episódios apresentados no livro sugerem que setores das bases do Partido tomavam iniciativas relevantes em momentos de enfraquecimento da autoridade da direção. Outros episódios relatados por Wladimir mostram que estes conflitos não se limitavam às tensões entre as direções e as bases e perpassavam a própria direção. Neste sentido, a tese do “conjunto de partidos”, ou “conjunto de correntes”, estimula pelo menos duas linhas de análise promissoras, que Wladimir desenvolve de forma preliminar em diferentes momentos do livro.

Uma delas é a sucessão de mudanças no posicionamento dos dirigentes do Partido na disputa geral entre “reformadores” e “burocratas”, de 1943 até o V Congresso, em 1960. Wladimir critica trabalhos historiográficos⁴⁰ que simplificam estes conflitos ao identificar dois grupos permanentes e homogêneos, “burocrático” e “renovador”. Afirma que os dois grupos se confundiram em muitos momentos e houve diversas trocas de posição:

Em 1954, o grupo que detinha o controle e o domínio sobre o Partido era formado por Prestes, Arruda, Amazonas, Grabois, Holmos – o Secretariado da Comissão Executiva. (...) Giocundo Dias, mesmo não fazendo parte da Executiva e do Secretariado, era o quadro responsável pelo funcionamento da Secretaria-Geral, isto é, de Prestes, fazendo a ponte entre este e Arruda, que operava o Secretariado. Dias, portanto, concentrava um poder prático muito além de seu poder formal. (...) Quem ajudou Prestes a elaborar a linha do IV Congresso, além de Arruda, foram Mário Alves, Jacob Gorender e Holmos. Amazonas e Grabois estiveram ausentes durante a preparação do IV Congresso, fazendo um curso na União Soviética, na mesma turma que (...) Pomar. Este nem foi eleito para o Comitê Central do IV Congresso (...). Em 1957, Arruda estava em oposição a Amazonas e Grabois, enquanto Pomar (...) tinha posições que o distinguia dos três.⁴¹

Wladimir defende que alguns dos líderes da “renovação” e da linha do V Congresso, como Gorender e Mário Alves, participaram ativamente da elaboração da linha anterior. Com as destituições de dirigentes em 1957, depois do XX Congresso do PCUS, os alinhamentos foram se alterando sucessivamente, processo que se acentuou depois do golpe. Na desintegração do PCB, líderes da ala “renovadora” formaram organizações que se lançaram à luta armada, como Marighella, na ALN, Jacob Gorender e Mário Alves, no PCB/R.

O autor não isenta a trajetória de Pedro Pomar de muitos dos equívocos que aponta nos diversos grupos dirigentes, mas destaca que ele teria defendido sempre uma perspectiva simultaneamente de massas e revolucionária, embora não tenha conseguido formulá-la de maneira completa e organizada nos diversos momentos da história do PCB e do PC do B nos quais ocupou posições dirigentes de relevo. Pedro Pomar teria tido sempre uma posição distinta tanto da corrente “renovadora” ou “reformista”, afinal triunfante no V Congresso, de 1960, quanto do “burocratismo dogmático” prevalecente desde a reorganização de 1943. Esta posição teria se mantido na formação e desenvolvimento do PC do B, no qual Pomar teria sido o formulador principal da “linha ampla”, em oposição ao “militarismo voluntarista”, e o principal crítico da forma como se preparou a luta armada no Araguaia.

Wladimir apresenta diversas críticas a autores que trataram da história do PCB por não terem dado a devida atenção às diferenças entre os grupos que se opuseram na direção do Partido em diversos momentos, mas não formula estas críticas de forma rigorosa e detalhada, o que não era seu propósito.⁴² Cabe observar que as dificuldades dos historiadores para identificar as opiniões de Pedro Pomar se explicam, em boa medida, pelo desconhecimento a que estas se viram relegadas. Convencido dos métodos de organização típicos da III Internacional, de não divulgar divergências existentes no interior dos órgãos dirigentes do Partido nem mesmo para as direções intermediárias, as teses de Pomar permaneceram mescladas com posições divergentes nos documentos partidários, em especial nos textos posteriores a 1962.

O leitor atento consegue hoje distingui-las, mas na época o resultado era um conjunto eclético e contraditório, suficiente para permitir que as posições hegemônicas dessem o tom da política do Partido, como ocorreu com os militantes estudantis da Bahia entre 1965 e 69. Apenas diante de situações peculiares ou inesperadas, como as verificadas com as organizações baianas do Partido de 1969 a 75, é que estas posições puderam se transformar em fontes de orientação da prática política dos militantes partidários, em decorrência da forma como foram entendidas por aqueles militantes nas condições específicas que enfrentavam.

Comentários finais e indicações de pesquisa

A trajetória do PC do B nos primeiros dez anos da ditadura coloca questões muito relevantes sobre a história das esquerdas e sobre as condições da luta política no período, em especial quando se consideram situações específicas.

Ao contrário do ocorrido com as demais organizações revolucionárias que partiram para a luta armada, o PC do B sobreviveu como força política organizada. No movimento estudantil de Salvador, cresceu continuamente até conseguir liderança incontestável, com atividade política ampla e forte presença nas entidades legais desde os anos de maior fechamento político. Há fortes indicações de que esta capacidade decorreu, no essencial, da combinação peculiar da orientação “estratégica” para a luta armada com uma “tática” ampla e de massas, muito semelhante à que propunha o PCB.

As concepções militaristas eram hegemônicas no PC do B e seguiam a matriz de inspiração foquista comum às organizações revolucionárias na época. O Partido conservou, contudo, um conjunto de concepções que enfatizavam a luta política ampla e de massas, a atuação nos espaços institucionais e a combinação de variadas formas de atividade. A presença e a persistência destas concepções deveu-se à identificação do Partido com a herança comunista da III Internacional e também à forte influência de Pedro Pomar. Um dos principais dirigentes comunistas brasileiros desde a década de 1940, Pomar opôs-se às idéias militaristas e foquistas, mas sem romper com o Partido nem com suas orientações estratégicas gerais.

A trajetória no movimento estudantil de Salvador, analisada no trabalho de Andréa Santos, seguiu uma das vertentes que compunham as concepções do PC do B, expostas no livro de Wladimir Pomar. Esta vertente apontava para atuação política ampla e de massas, com ênfase nos espaços legais, e para concepções organizativas “recuadas”, o “fingir-se de morto”.

Pode-se afirmar que a organização estudantil do PC do B em Salvador enveredou por este caminho a partir de sua própria experiência e da leitura dos documentos do Partido, em um período de pouco controle da direção nacional sobre sua atividade e de “deslocamento” dos dirigentes locais mais experientes para fora da Bahia. Não há registro de que estas orientações tenham sido passadas explicitamente aos militantes estudantis do estado por dirigentes do Partido. Esta hipótese é muito improvável, pois toda a direção do PC do B aceitava o princípio comunista de manter as divergências no interior dos organismos dirigentes, sem expô-las sequer para as direções intermediárias.

As orientações adotadas intuitivamente em Salvador anteciparam a autocrítica que os sobreviventes da esquerda armada fariam a partir de 1973-74, de forma mais ou menos

explícita. Tais orientações, contudo, foram geradas anos antes deste processo geral, por militantes organizados em torno de uma definição pela luta armada, quando esta definição era o divisor de águas da esquerda revolucionária e a sua principal identidade política. Esta hipótese reforça a tese de que estas políticas amplas estavam contidas nos principais documentos do PC do B, embora subordinadas e mescladas com a vertente voluntarista que deu a tônica do Partido até pelo menos 1973, quando as práticas amplas já haviam se consolidado na organização estudantil baiana.

A passagem para esta orientação em Salvador se deu sem ruptura com as definições gerais pela luta armada, mas estas deixaram progressivamente de ter implicações imediatas para a atuação dos militantes estudantis. Ainda assim, eles se identificavam com as definições gerais pelo caminho armado, que eram parte relevante de sua identidade política, inclusive para diferenciar-se das propostas “reformistas” do PCB que, de fato, aplicavam.

Havia, portanto, uma articulação complexa entre a definição pelo caminho armado, que inspirava e sustentava a militância política, e a prática ampla e “reformista”, que efetivamente o negava. A natureza desta articulação é um elemento importante para compreender um dos paradoxos da trajetória do PCB e do conjunto da esquerda brasileira naqueles anos.

O fracasso das tentativas de luta armada confirmou o acerto geral das propostas do PCB sobre a tática política e sobre a natureza da ditadura. A autocrítica da esquerda armada reconheceu isso implicitamente, da mesma forma que a prática seguida pelo PC do B no movimento estudantil em Salvador.⁴³ Contudo, além de nunca ter sido explicitado, este reconhecimento não recuperou o prestígio do PCB nem levou militantes de volta ao velho partido. Os desdobramentos da nova prática ampla e de massas, a partir dos meados dos anos 1970, deixou o PCB à margem da renovação da esquerda e desaguou na formação do PT e da CUT. A implosão do velho Partido Comunista e de todo o campo político e cultural que nele se referenciava teria sido, portanto, um processo definitivo e relativamente precoce em relação a outros países que contavam com tradição comunista relevante. A “novidade” do PT e da CUT pode ser reavaliada a partir destas indagações.

Reflexões semelhantes podem ser feitas a respeito do papel que desempenhou no PC do B a fidelidade a teses centrais do leninismo e do stalinismo. O Partido criticava o foquismo com base no apego ao que entendia ser a tradição marxista-leninista, definida pela leitura maoísta, na forma da guerra popular, e pela leitura stalinista, na forma dos esquemas interpretativos herdados III Internacional e cristalizados no IV Congresso do PCB. Desta herança vinham dois elementos que não se ajustavam às teses do foquismo: o papel dirigente do Partido, que se opunha às idéias de que a vanguarda é tudo e de

que a ação cria o partido, teorizadas de forma clara por Marighella;⁴⁴ e o papel das massas, que contrariava a absolutização dos grupos armados feita na maior parte das demais organizações.

Ainda assim, o PC do B aderiu de fato ao foquismo na preparação do Araguaia, mas transitou para uma prática distinta em algumas das áreas em que atuava. Em outras organizações revolucionárias a dubiedade estava presente, mas se resolveu pelo afastamento e dispersão dos que defendiam a orientação de massas ou que se opunham ao militarismo.⁴⁵

Todo este conjunto de questões torna mais complexa a trajetória e as opções de Pedro Pomar, desde a crise do PCB, na segunda metade dos anos 1950, até a transformação do PC do B em uma organização de fato militarista e foquista. A fidelidade de Pomar à herança comunista explica, ao menos em parte, sua decisão de participar da criação do novo partido, em 1962, depois de expulso do PCB, e também sua permanência até a derrota da Guerrilha, depois de atravessar por anos um ostracismo semelhante ao vivido mais de uma década antes. Cabe refletir, contudo, sobre as relações entre as posições de Pomar e seus vínculos com práticas e organizações de base do velho PCB, nos anos 1950, em especial as organizações operárias de São Paulo e as grandes greves do período. A análise dos elementos de continuidade entre as indagações, as propostas e os espaços de Pomar, no PCB e no PC do B, pode contribuir muito para a compreensão da trajetória do movimento comunista no Brasil.

A experiência do PC do B no movimento estudantil de Salvador coloca a indagação sobre os determinantes das peculiaridades assumidas ali, se teriam sido fruto de algo específico ao Partido naquele estado e naquele momento ou se seriam as primeiras manifestações de uma tendência geral de superação do militarismo e do voluntarismo, de passagem para a prática “basista” e de massas, da qual resultou o movimento que conduziu à formação do PT e da CUT.

Todo este conjunto de questões ressalta a relevância de analisar as peculiaridades das organizações de esquerda e da sua atuação em espaços específicos, embora estivessem envolvidas em determinações gerais muito fortes: todas se tornaram militaristas e foquistas entre 1967 e 73-74, todas se tornaram basistas e “de massas” nos anos seguintes.

Resta, por fim, a indagação crucial sobre as possibilidades históricas de criação de alternativas políticas consistentes, tanto às práticas do PCB até o golpe quanto ao militarismo da esquerda revolucionária nos primeiros anos da ditadura. As questões colocadas pela história do PC do B contribuem para esta reflexão, de grande atualidade quando o PT e a CUT aderem ao chamado caminho único do neoliberalismo.

Recebido em novembro/2004; aprovado em dezembro/2004

Notas

* Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo. E-mail: cecarv@pucsp.br.

¹ Partido Comunista do Brasil foi o nome do PCB desde sua fundação, em 1922, até 1961, quando passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantida a sigla PCB. Dezenas de dirigentes e militantes criticaram abertamente esta e outras mudanças, foram expulsos do PCB e, em 1962, criaram um novo Partido Comunista do Brasil, conhecido pela sigla PC do B.

² Sobre a esquerda revolucionária no Brasil – e o PC do B neste conjunto –, as duas referências básicas são: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5 ed. rev. e ampl., São Paulo, Ática, 1999; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

³ A análise do PC do B com base nesta tese foi feita anteriormente em: POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980. Tese semelhante foi levantada por Hélio da Costa em seu trabalho sobre o PCB entre a democratização e o golpe de 1964. Ver COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

⁴ Os trabalhos dedicados diretamente ao PC do B não são muito numerosos: CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, UFG, 1997; CÍCERO, Péricles. *PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro*. São Paulo, Novos Rumos, 1985; GALDINO, Antônio C. *O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. 1994. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas; LEVY, Nelson. O PC do B: continuidade e ruptura. *Teoria e Debate*, 1(1), São Paulo, Brasil Debates, 1980, pp. 22-59; LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa Ômega, 1984; POMAR, Valter Ventura R. *Comunistas do Brasil: interpretação sobre a cisão de 1962*. 1999. Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; POMAR, 1980, op. cit.; PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2 ed., São Paulo, Global Editora, 1979; REIS FILHO, Daniel A. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. I, pp. 105-32; SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. 2000. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas; id. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. *Cadernos AEL: Tempo de Ditadura*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, pp. 13-50, 2001.

⁵ POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo, Xamã, 2003, 360 p. O caráter de biografia romaneada (ou romance biográfico) oferece um painel diversificado de aspectos pouco conhecidos da vida dos comunistas brasileiros, de como eram as pessoas, seus valores e suas condutas. Aparece com destaque a memória do cotidiano, da vida pessoal e familiar de Pomar, de como atuava e se relacionava com as pessoas. Wladimir estruturou o livro em diversos planos de narração, como se fossem as memórias do próprio Pedro. Esta forma de apresentar a vida do biografado amplia bastante o espectro de questões abordadas e torna a leitura mais agradável do que seria a de uma obra apenas de rigor acadêmico, mas deixa para o leitor a dúvida sobre a real autoria das lembranças pessoais – se são provenientes de conversas dos dois, de anotações, de memórias de outras pessoas. Diz: “espero que os leitores saibam perdoar os possíveis deslizes filiais num trabalho em que, para ser inteiramente isento, o autor deveria manter distanciamento adequado em relação a seu objeto de estudo” (p. 12).

⁶ SANTOS, Andréa C. *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. 2004. Dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 207 p. A autora apresenta assim a metodologia adotada: “Interessa-

nos saber de que forma a ação política se concretizou, em que segmento encontrou ressonância e quem a protagonizou, as estratégias e os desafios para executá-la. Trata-se de analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se auto-explicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática. A investigação sobre a ação coletiva dos militantes pode nos revelar aspectos pouco conhecidos da vida partidária, ainda mais se considerarmos que alguns ativistas políticos estão mortos e não deixaram registros de sua participação nem das estratégias políticas usadas para organizar o Partido” (p. 13). E, ainda: “É particularmente difícil reconstruir a história da militância pela escassez de dados tanto em relação à trajetória do Partido na Bahia quanto em outros Estados. O novo Partido que se construía na década de 60 tinha à frente pequeno número de militantes (...). Foram usados na dissertação 27 depoimentos orais com militantes e ex-militantes do PC do B que nos permitiram reconstruir as ações e as experiências vividas pelo grupo, além de identificar elementos da história de vida que serviram para traçar um perfil da militância” (p. 23). “Em relação aos processos judiciais, a principal fonte utilizada foram as peças processuais que tramitaram na Justiça Militar e arquivados no fundo Brasil: Nunca Mais” (p. 26).

⁷ SANTOS, Andréa Cristiana. *Memórias da Resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia*. Projeto experimental de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2001, 146 p.

⁸ POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 205-9, 238, 271.

⁹ Segundo Wladimir, “ao tomar conhecimento paulatino das memórias e reconstituições históricas do (...) PCB (...), fui-me dando conta de que, invariavelmente, meu pai era um homem *fora do lugar* em todas elas. Não se tratava de nada premeditado, tendencioso ou malévolo, a não ser raramente, mas de desinformação mesmo, de desconhecimento da própria história vivida, em função das condições de clandestinidade e de um sistema organizativo que funcionava como espelho deformante da realidade refletida”. Id., *ibid.*, pp. 9-10.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 250.

¹¹ Gorender não aponta as expulsões durante 1961 como um dos fatores que levaram à decisão de criar o PC do B e não procura explicações para a trajetória singular de Pedro Pomar no processo: “Colocados na defensiva durante o debate de 1956-1957, Amazonas e Grabois não cederam com relação às posições stalinistas. Mantiveram estas posições depois de excluídos do Comitê Central, em 1960. Pedro Pomar amargou, desde 1948, longo período de descenso na hierarquia partidária. Por motivos não esclarecidos, passou da Comissão Executiva à suplência do Comitê Central e, em 1955, atribuíram-lhe a direção do Comitê Distrital do Tatuapé, em São Paulo. Pomar se portou com dignidade diante do rebaixamento e continuou a cumprir as tarefas com a mesma dedicação. No primeiro momento do debate aberto em torno do informe confidencial de Kruchov, foi severo crítico da Comissão Executiva. Assim, porém, que as linhas ideológicas de discussão ficaram definidas, prevaleceu nele a formação stalinista, o que o reaproximou de Amazonas e Grabois”. op. cit., p. 37.

¹² POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 250-8.

¹³ Segundo W. POMAR, *id.*, *ibid.*, p. 286, com a campanha de revolucionarização da direção partidária, “pensava superar a escassez de quadros e militantes para o dispositivo militar do Araguaia e preparar o Partido para o desencadeamento da luta armada”.

¹⁴ “Estas perdas apressaram a incorporação da AP (...). Metade do Comitê Central do PC do B se preencheu com dirigentes vindos da AP” (GORENDER, op. cit., p. 240).

¹⁵ Sobre as organizações de esquerda na Bahia no período, além do trabalho de SANTOS, *Ação entre amigos...*, op. cit., ver: SILVA, Sandra Regina Barbosa. “*Ousar Lutar, Ousar Vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da FFCH/UFBA, Salvador; e também o artigo inédito de FERREIRA, Miniz G. *A história política da esquerda baiana: uma história em construção*, Salvador, mimeo., 22 p.

¹⁶ O PC do B deslocou 69 militantes para a região do Araguaia, segundo GORENDER (op. cit., pp. 233-243), 12 dos quais vinham da Bahia. Destes 12, dez eram provenientes do movimento estudantil baiano. Dos dez, oito estão desaparecidos e devem ter sido mortos: Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Demerval Pereira, Dinalva Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira, José Lima Piauhy Dourado, Rosalindo Souza, Vandick Reidner Coqueiro e Uirassu Batista; sobreviveram Luzia Ribeiro, presa na primeira campanha do Exército, em maio de 1972, e Eduardo Monteiro Teixeira, preso quando chegava à região, em 1972. Também estão entre os desaparecidos, e devem ter sido mortos, Nelson Lima Piauhy Dourado, funcionário da Petrobrás em Mataripe, e o veterano Maurício Grabois, fora do estado havia muitos anos. Com exceção de Grabois, o perfil dos militantes baianos deslocados para o Araguaia foi analisado detidamente no trabalho anterior de Andréa Santos (*Memórias da Resistência*, op. cit.).

¹⁷ Sobre a luta interna na AP e o processo de incorporação ao PC do B, ver GORENDER, op. cit., pp. 122-129. Na Bahia, a incorporação da parte da AP que aderiu ao PC do B se deu já em 1972, mas a composição da organização estudantil em Salvador não se alterou.

¹⁸ SANTOS, *Ação entre amigos*, op. cit., p. 103.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 181.

²⁰ “Depoimentos revelam que, nesse período, o Partido teve 50 membros efetivos (...). Com base nos processos judiciais, conseguimos contabilizar 18 pessoas que responderam a interrogatório sobre o movimento estudantil, destes 15 homens e 3 mulheres”. Id., *ibid.*, p. 70.

²¹ Id., *ibid.*, p. 52.

²² Id., *ibid.*

²³ Id., *ibid.*, p. 127. Trechos selecionados de entrevistas com militantes estudantis baianos da época.

²⁴ Id., *ibid.*, pp. 94-95.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 81.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 84.

²⁷ Id., *ibid.*, pp. 74-5.

²⁸ Id., *ibid.*, pp. 96-9.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 100.

³⁰ POMAR, *Araguaia...*, op. cit. Os principais documentos foram publicados nas coletâneas da Editoria Maria da Fonte, Lisboa: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*, 1974; id., *Política e revolucionarização do Partido*, 1977; id., *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, 1974.

³¹ POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 274-5.

³² Para GORENDER, op. cit., p. 92: “O termo militarismo, dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas”.

³³ Id., *ibid.*, pp. 88-89. Nas páginas seguintes, o autor mostra como o foquismo se originou “num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial, o mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de 12 ou 17 sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada” (p. 90).

³⁴ Gorender resume as diferenças entre o foquismo e guerra popular prolongada apenas ao papel dirigente do Partido Comunista e ausência do objetivo socialista imediato, e aponta como semelhanças o papel atribuído ao campesinato e à guerrilha rural (op. cit., p. 91). Wladimir Pomar acentua as diferenças entre as duas concepções, em função do papel atribuído, desde seu início, ao caráter de massas da luta armada, em oposição ao voluntarismo que identifica no foquismo (*Araguaia...*, op. cit., pp. 23-25).

³⁵ POMAR, *Araguaia...*, op. cit., pp. 23-24.

³⁶ Id., *Pedro Pomar...*, op. cit., p. 288.

³⁷ Id., *ibid.*, pp. 290-291.

³⁸ Id., *ibid.*, pp. 302-303.

³⁹ Id., *ibid.*, p. 222.

⁴⁰ Dentro do estilo geral do livro, Wladimir não apresenta estas críticas de forma sistemática e nem a referência bibliográfica adequada.

⁴¹ POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 224-225.

⁴² É o caso do pronunciamento de Pedro Pomar na reunião conhecida na época como Pleno Ampliado do Comitê Central, em janeiro de 1946, de que o texto fornece apenas o título, *O PCB no trabalho de massas*, sem indicar que a referência de publicação está na bibliografia. Falta a referência de um importante comentário de Graciliano Ramos sobre este discurso, apresentado como exemplo relevante da procura de Pomar por uma linha “de massas” (Id., *ibid.*, pp. 139-147).

⁴³ Para GORENDER, op. cit., pp. 230-231, a *Autocrítica 1967-1974*, da Ala Vermelha, foi “o primeiro documento da esquerda armada a reconhecer seu erro fundamental: o erro de ter feito da opção pela luta armada imediata o divisor de águas com relação ao reformismo pacifista do PCB. Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar luta armada *imediate*, nem mesmo concentração de esforços no sentido de preparar qualquer luta armada. Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas, o que, em momento favorável sem prazo fixado, quando se concentrassem suficientes condições objetivas e subjetivas, conduziria à luta armada revolucionária”. Não há, aqui, qualquer reconhecimento de acertos do PCB, mas é correto concluir que esta afirmação implica perceber que a orientação mais adequada da esquerda revolucionária estaria mais próxima daquilo que o PCB propunha, e não do que foi efetivamente feito, ou seja, a concentração de esforços em preparar a luta armada e em desencadeá-la por decisão dos militantes revolucionários.

⁴⁴ GORENDER, op. cit., pp. 103-105.

⁴⁵ Houve divergências deste tipo na Dissidência da Guanabara, no PRT e no PCBR. Id., *ibid.*, pp. 168-169; 114-226.

O SERTÃO ILUMINADO: O CINE-SERTÃO DE ROSEMBERG CARIRY

Iza Luciene Mendes Regis*

Resumo

A partir da análise dos três primeiros filmes de longa metragem do cineasta cearense Rosemberg Cariry, buscou-se, aqui, perceber qual imagem de sertanejo e sertão é posta na tela de cinema. Divergindo da interpretação que o considera atávico e inerte, guiado pelas determinações do meio, a obra deste diretor tenta mostrar que, fazendo uso de tradições que se renovam, os sertanejos de sua trama fílmica tornam os símbolos que os emolduram como bárbaros em gritos de rebeldia. Assim, localizado em seu tempo, o cinema de Rosemberg Cariry atua, sobretudo, veiculando a arte neste processo de transformação.

Palavras-chave

História do Brasil; cinema brasileiro; sertão brasileiro; rebeldia; Rosemberg Cariry.

Abstract

From the analysis of Rosemberg Cariry's three first films, this article discusses the perception of "sertanejo" (the man who lives in the hinterland) and hinterland in the screen. Despite the interpretation which considers sertanejos atavic and inert, guided for the determination of the environment, the Cariry's work tries to show that, through the traditions which renew themselves, those "sertanejos" of his plot turn the symbols which label them as Barbarians into shouts of revolt. Thus, located in their time, Cariry's movies act out the reality, over all, propagating the art in the process of transformation.

Key-words

Brazilian history; Brazilian cinema; Brazilian hinterland; revolt; Rosemberg Cariry.

Rosemberg Cariry nasceu no interior do Ceará, em Farias Brito, região do Cariri, na década de 50. Morava num lugar pobre e sempre esteve envolvido com as tradições populares e religiosas do local. Com suas próprias palavras, explica a sua origem e a inspiração para suas obras:

Criei-me no meio desse caldo cultural, dessa cultura popular imensa e profunda. Com o tempo, comecei a identificar essa cultura cabocla que se fizera herdeira de importantes vertentes das culturas ocidentais, principalmente ibérico-mediterrâneas. Por outro lado, estudei em seminários católicos e tive acesso a um saber mais clássico, aos pensadores e poetas eruditos da Antiguidade. Depois, quando cursei filosofia, entrei em contato com pensadores modernos. Dessa junção do popular nordestino, herdeiro de culturas afro-indígenas, e de saberes populares europeus medievais, com a cultura mais clássica européia, nasceram as minhas inquietações. O que terminou por desaguar na carreira múltipla de cineasta, poeta e jornalista.¹

Hoje, é um estudioso da cultura popular e se interessa, sobretudo, em mostrar as artes, histórias e lendas de um povo do qual se considera parte.

Diante disto, é importante ter em vista que as influências de Rosemberg Cariry partiram tanto da cultura erudita quanto da popular, e é justamente esta mistura que lhe permite afirmar que seus filmes trazem arquétipos universais, devido ao paralelo que ele cria entre os fenômenos sociais ocorridos no interior do Nordeste – das histórias que ele ouvia quando criança, dos indivíduos que teve a oportunidade de conhecer – e os personagens da literatura universal, que expressam mitos de origem de outras regiões e, também, fenômenos sociais ocorridos em toda parte do mundo.

Deste caldeirão de saberes – que não são díspares, e sim se completam – ele tira roteiros e argumentos para compor suas histórias, sempre calcadas no passado do sertão e dos sertanejos, trazendo para o campo da história construções de uma concepção que vincula os tempos e os homens a suas experiências, principais matérias-primas do fazer historiográfico. Dito isto, compreendemos que, dentro do fazer artístico, Rosemberg Cariry captura todo o universo cultural – seja ele nascido do popular ou do erudito, da escrita ou da oralidade, do imaginário ou do real, das utopias ou das práticas –, chegando às suas sensibilidades e recompondo dentro da sua arte as lutas sociais que se manifestaram, de modo a poderem ser classificadas como fenômenos tipicamente regionais, característicos dos sertões e dos sertanejos.

O cineasta, no entanto, torna móvel o tempo em que tais fenômenos existiram e o faz a partir das manifestações populares que conhece de perto, utilizando-as para fazer o entrelaçamento entre presente e passado e, assim, visitar as perspectivas do futuro. Por estas razões, faz-se necessário, também, perceber a cultura enquanto agente tanto no pas-

sado quanto no presente, como “representações coletivas” ou “práticas” que trazem implícitas não só os costumes, crenças e valores (práticas vividas), como também símbolos (representações extraídas do passado).

Não raro vemos, dentro das instituições do saber, conceitos como o de “cultura popular” ou manifestações populares sendo tratados como um lugar onde se pode dar voz ao povo, sugerindo que este necessite de um agente externo que o conceitue para que possa permanecer em evidência. Assim como é recorrente, inclusive por parte do saber institucionalizado, uma homogeneização dos costumes e valores do “homem ordinário” ou, para alguns, das “classes populares”.

A reconhecida incerteza quanto às fronteiras do domínio popular quanto à sua homogeneidade diante da unidade profunda e sempre reafirmada da cultura das elites poderia justamente significar que o domínio popular não existe ainda porque somos incapazes de falar dele sem fazer com que ele não mais exista.²

Permitir que haja um diálogo entre as classes, e não um monólogo da classe dominante, seria uma forma de perceber a construção dos conceitos de “cultura popular”, de modo que possibilite uma maior compreensão do complexo corpo de valores que compõem estes grupos. Isto se aplica a todas as categorias e conceitos concernentes à produção de estudos históricos.

O saber institucionalizado, durante muito tempo, serviu à classe dominante, criando certas conceituações que tendiam a padronizar ou homogeneizar os grupos sociais/culturais. A chamada “cultura popular”, por exemplo, foi, a princípio, trabalhada como um todo homogêneo, perdendo seu poder enquanto agente dotado de personalidade, transformando-se num todo sem nome, portanto, sem referenciais; todos ou cada um deixam uma impressão de anonimato.³ As representações da “cultura popular” ou do “homem ordinário” têm sido há muito enquadradas em formas únicas; os discursos lhes conferem uma forma simples, ignorando a diversidade social, econômica e cultural dos meios nos quais eles estão insertos. Estas são as duas dimensões: o suporte e o discurso.⁴

Ao fazer quaisquer discussões acerca das propostas argumentativas do cinema de Rosenberg Cariry, é necessário que se tente vislumbrar qual a forma cinematográfica empregada por ele para construir artisticamente sua obra. É claro que não é pretensão deste texto denominar qual seria a estética em Rosenberg Cariry – o máximo a ser feito é buscar perceber que elementos são por ele usados para desenvolver seu trabalho e de qual estética a elaboração dos seus filmes mais se aproxima.

Ao falar de um cinema produzido no Ceará (que traz como temas principais as chamadas revoltas camponesas, reportando-se aos movimentos do cangaço, messiânico e

camponês e que possui como questão mais relevante a luta em torno da terra), é impossível não lembrarmos de um outro cineasta nordestino: Glauber Rocha – principalmente porque Cariry declara a influência que sofreu ao assistir *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, entre outros – e sua “estética da fome”, inaugurada no Cinema Novo. Afirmo isso pelas semelhanças que identifico entre os projetos do Cinema Novo – do qual Glauber Rocha é o cineasta que traz maior preocupação com a teoria, e o faz tomando não só seus filmes, mas também os de outros cineastas como referência – e os de Rosenberg Cariry.

Discorrendo sobre o filme *Corisco e Dadá*, que considera ter uma narrativa mais linear do que as demais obras de Cariry, Firmino Holanda aponta o distanciamento que o trabalho deste cineasta toma diante dos filmes de Glauber Rocha. Nesse terceiro longa-metragem,

(...) a diferença essencial entre Cariry e Glauber poderia ser melhor caracterizada tomando-se o próprio *Dragão da Maldade*... (...) citado pelo diretor de *Corisco e Dadá* como grande influência na sua decisão de fazer cinema. O novo filme do cearense, se comparado àquela saga, apresenta uma “escrita cinematográfica” bem diferente, buscando realismo, mesmo nas cenas onde a violência dos personagens parece chegar ao paroxismo.⁵

Além da proximidade temática, refiro-me, principalmente: em primeiro lugar, quando se trata de questões rurais, há um forte caráter político em ambos os projetos, que transforma seus personagens e suas obras em agentes do contexto histórico por eles vivenciados; em segundo, por prezarem um cinema autoral, isto é, que parta dos princípios e valores defendidos pelo autor da obra, que percebe a arte como um poderoso veículo de idéias; em terceiro lugar, porque as condições de criação da arte cinematográfica dentro da estrutura na qual os cineastas do Cinema Novo realizavam seus filmes, revertida numa nova forma de execução da arte (baseada no uso dos recursos possíveis dentro dos limites da escassez), assemelham-se às dificuldades enfrentadas pelo cineasta cearense, como ele mesmo expressa:

A partir do momento que, superando a nossa dor e a nossa fome, fazemos cinema, estamos afirmando a nossa vida e a nossa história, estamos construindo uma nova beleza, uma estética voltada para o homem e para sua liberdade. Eu faço o cinema das beiradas do mundo, o cinema da periferia. Eu faço cinema como exercício da minha vontade e da minha paixão. Para fazer cinema tenho enfrentado muitas dificuldades, mas a única coisa que quero é trabalhar de forma digna; construir uma obra artística que seja a expressão legítima da cultura e da alma do povo brasileiro, numa perspectiva universal e libertária. Eu faço cinema com o que tenho nas mãos em qualquer situação, por mais adversa que seja, e com qualquer verba disponível.⁶

A questão da autoria no cinema é motivo para muitas discussões acerca de quem teria o direito de ser chamado de *autor* de uma realização cinematográfica. Os cineastas eram assim chamados desde 1921 – ainda no cinema mudo –, pois, mesmo se não fossem responsáveis “pelo roteiro, quase sempre assumiram a decupagem, a filmagem, a montagem, e orientavam o fotógrafo”. Essa definição delega a autoria ao diretor, devido às muitas atividades que ele ocupava no processo de produção fílmica. Porém, muitas discussões ainda se delinearam a partir daí: na década de 50, o conceito gerou novas formas de autoria, e autor seria quem mostrasse na obra “a contribuição individual, o ‘si mesmo’, a individuação pelo ‘estilo’”. Contudo, a palavra *autor* era vista, muito frequentemente, como indissociável da produção literária, havendo, assim, quem defendesse a idéia de que o título deveria ser dado ao roteirista: “O autor é um cineasta que se expressa, que expressa o que tem dentro dele”. Mas a discussão acerca do conceito continuaria e apontaria três formas de reconhecer o autor: primeiro, “juntar as funções de argumentista-roteirista e realizador numa só pessoa, com predominância da função de realizador”; segundo, “juntar, a essas, também a função de produtor (...). Essa junção das três funções tornou-se o ideal do cinema de autor e do que conhecemos no Brasil como cinema independente”; no terceiro, “o filme deve ser marcado autoralmente pelo seu realizador, sem, no entanto, que ele tenha sido obrigatoriamente roteirista e produtor do filme.

Esta última definição talvez seja a que mais se aproxima do autor ao qual este artigo faz referência. Contudo, não é demais lembrar que Rosemberg Cariry preenche, também, os quesitos apontados nas definições anteriores. Para Glauber Rocha, o cinema de autor deve, também, romper com as formas de produção já desenvolvidas,

(...) na concepção de autor segundo Glauber: “Se o cinema comercial é a tradição, o de autor revolução. A política de um autor moderno é uma política revolucionária. (...) o autor é o maior responsável pela verdade: sua estética é uma ética, sua *mise en scène* é uma política”.⁷

Mesmo que, no último capítulo de seu livro, Bernardet venha discutir que a existência da questão sobre a propriedade da autoria no cinema já é, em si, um indício da fragilidade deste conceito, considero que o cinema enquanto arte traz no seu realizador um autor e, portanto, Rosemberg Cariry é, independentemente de qualquer definição mais ou menos aceitável, o autor de seus filmes.

É certo que semelhanças com Glauber Rocha existem. Mas isso não define a estética de Rosemberg Cariry – mesmo porque, como já foi sinalizado, não me sinto com autoridade para dizer qual a estética por ele criada ou adotada. O que posso é criar relações com

as que já conhecemos. Além do que, este é um texto de história, e não de crítica cinematográfica, e ainda, quando digo que Glauber Rocha trazia e desenvolvia nos seus filmes uma “estética da fome”, faço-o a partir do que ele mesmo já havia dito:

A fome latina (...) não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa miséria, é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida. (...) Nós compreendemos esta fome que o europeu e o brasileiro na maioria não entende. Para o europeu é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro é uma vergonha nacional. Ele não come, mas tem vergonha de dizer isto; e, sobretudo, não sabe de onde vem esta fome. Sabemos nós – que fizemos estes filmes feios e tristes, estes filmes gritados e desesperados onde nem sempre a razão falou mais alto – que a fome não será curada pelos planejamentos de gabinete e que os remendos do tecnicolor não escondem, mas agravam seus tumores. Assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente: a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência.⁸

Lendo atentamente as citações dos dois autores, não podemos negar que Rosemberg Cariry traz para a estética de seus filmes elementos usados pelo Cinema Novo na “estética da fome”, mas temos de considerar, sobretudo, a autonomia do autor, uma vez que também fica explícito, em todo o corpo deste artigo, que ele traz elementos próprios.

Como já apontamos as semelhanças, tratemos agora das diferenças. Nos filmes de Rosemberg Cariry não há a presença dessa terceira pessoa do conflito: o intelectual de classe média (não entrarei aqui nas questões da dualidade presente nas representações destes personagens), que Glauber insere em sua obra – argumento que serviria para fazer com que o povo encontrasse o seu rumo. Isto porque, para Cariry, é o próprio povo quem abre os seus caminhos, que busca suas possibilidades, e o faz através de suas manifestações mais simples de revolta ou de fé. O cangaço e o messianismo são, para Cariry, já a forma de insurgência do povo, a revolta da qual ele participa e a qual ele promoveu a partir de valores particulares à sua cultura.

Outro aspecto de muita importância é que há uma busca pela beleza e pela alegria. O sertão que este cineasta figura mostra uma realidade crua, mas não destituída de fantasias. Inspirado em *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, outro cineasta-ícone do Cinema Novo, Rosemberg Cariry traz o sol nordestino para iluminar o sertão. Mas o faz de uma forma diferente: enquanto Luiz Carlos Barreto, diretor de fotografia de *Vidas secas*, traz a luz para nos mostrar “claramente” uma miséria impactante, Ronaldo Nunes, diretor de fotografia dos três filmes analisados neste artigo, traz sob o sol um sertão com riquezas próprias, nascidas da sua natureza e da sua cultura. Sobre esta iluminação, especificamente a do filme *Corisco e Dadá*, discorre Helena Salem:

A fotografia, de Ronaldo Nunes, explora a imensidão e a luz ofuscante do sertão nordestino. “Trabalhamos a beleza da caatinga em tempo seco, quando o capim vira ouro e a mata adquire a tonalidade da prata: são tons em torno do amarelo, até o bordô”, descreve Cariry.⁹

No fundo, o que parece ser a pretensão de Rosemberg Cariry é seguir construindo um cinema nacional que represente os valores culturais e estéticos do país, sem importar uma forma ou um espírito cinematográfico de narrar a beleza para extasiar ou o sofrimento para comover, mas um e outro para trazer às telas histórias que sejam construídas e construtoras de outras histórias. Sem alçar vôos tão maiores do que a arte de realizar cinema num país que espera pelo futuro, em vez de projetá-lo, Cariry continua produzindo, mesmo nos tempos de maior escassez de possibilidades. Talvez por isso ele afirme, quando fala d’*O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*:

Minha estética nasce da precariedade e do absurdo social e cultural brasileiro. Fazer arte no Brasil é uma vitória cotidiana sobre a morte. Eu nunca tive dinheiro, nem negativos, nem equipamentos para fazer o filme que desejava. (...) Não usei nesse filme uma única luz, porque não tinha. Era tudo o sol alumando o mundo, como em “Vidas secas”.¹⁰

Hugo Sukman, em uma pequena matéria sobre *Corisco e Dadá*, diz que Cariry “consagra uma estética mais onírica e linear do que o estilo de Glauber Rocha ou o realismo de Nelson Pereira dos Santos”.¹¹ Confesso que esta vertente nos deixa compelidos a querer seguir: admitir que Cariry emprega o que Glauber Rocha teria chamado de “estética do sonho”. Porém, quando notamos o distanciamento que Rosemberg Cariry toma da estética de Glauber, ainda quando o último teoriza a estética da fome, só podemos perceber que, diante da conceituação da estética do sonho, a obra de Cariry distancia-se mais ainda. Porque se Cariry torna sua narrativa mais linear a cada filme, Glauber faz o contrário. No entanto, as características semelhantes voltam à cena, sobretudo no que se refere às questões abordadas como eixo discursivo da obra, na medida em que vemos Glauber Rocha aprofundar o que seria esta estética do sonho.

As raízes índias e negras do povo latino-americano devem ser compreendidas como única força desenvolvida deste continente. Nossas classes médias e burguesas são caricaturas decadentes das sociedades colonizadoras.

A cultura popular será sempre uma manifestação relativa quando apenas inspiradora de uma arte criada por artistas ainda sufocados pela razão burguesa.

A cultura popular não é o que se chama tecnicamente de folclores, mas a linguagem popular de permanente rebelião histórica.

O encontro dos revolucionários desligados da razão burguesa com as estruturas mais significativas desta cultura popular será a primeira configuração de um novo signo revolucionário.

O sonho é o único direito que não se pode proibir.¹²

Esta é uma proposta, para nós, por demais fascinante, uma vez que vemos na obra de Rosenberg Cariry uma crescente busca por possibilidades, algo que, no sonho, é infinito.

Para findar essa discussão, talvez fosse mais coerente admitir a definição do sociólogo Daniel Lins:

Lá onde se esperava uma produção e consumação voraz de significados, o cineasta impôs, de maneira lúcida e rebelde, a estética do “acontecimento”, numa rebelião explícita contra a tirania do sentido. Acontecer é poder embriagar-se com o olhar, com um sorriso, com uma nostalgia que não foi contada, numa existência que não se satisfaz com a linearidade da história, com a narrativa redundante e reducionista dos “vencedores”. Acontecer é poder mudar o destino social e romper com os magmas imaginários que fazem do dominado um excluído e de sua cultura um estigma.¹³

Como não sou, entretanto, obrigada a assumir uma definição fechada, fico com a união das duas últimas, e defendo a idéia de que Rosenberg Cariry cria uma estética que passeia não só pelos diferentes tempos e pelos diferentes espaços, mas também pelo sonho, pelo acontecimento e pelas possibilidades narrativas, técnicas e argumentativas que os sentidos do sonho e do acontecimento são capazes de fertilizar.

Esse despretenhoso perfil que tentei traçar sobre a marca estética da obra de Rosenberg Cariry remete a outro problema, também merecedor de apreciação: a questão autoral. Nota-se que em todo este texto chamo o cineasta de autor; contudo, esta classificação para diretor de cinema é bastante questionada e passa por outra dúvida, que interroga se é o cinema uma arte – sua realização necessita de uma equipe e sua comercialização é corrente, pelo que recai sobre ele a crítica de ser um processo industrial –, discussão da qual abro mão porque, além de considerá-la infrutífera, faço uso do cinema, neste artigo, como um documento, registro do homem sobre seu meio, antes de qualquer coisa. Quanto a ser o cineasta um autor ou não, posso dizer que, além da questão financeira – um dos motivos geradores da crítica de que o cinema é uma indústria – não se enquadrar neste caso, já que Cariry é o responsável direto por suas produções, há a questão mais importante, que é a marca do autor, o que identifica seus filmes enquanto criação sua. É esta marca, peculiar, que me leva a afirmar que ele tem no conjunto de seus filmes uma mesma obra, acompanhando uma linha de pensamento na abordagem dos temas dos quais trata, com elementos que se diferenciam de leituras feitas por outros artistas. Criando técnicas que, talvez se possa ousar dizer, possibilitam uma nova estética do sertão ou, melhor dizendo, profundamente calcada na estética sertaneja, Cariry traz à tela marcas particulares de suas realizações cinematográficas, tornando o sertão um espaço mais dinâmico e não circunscrito a visões predeterminadas – antes, propício à vivacidade e às relações com outros espaços.

Apesar de esses esclarecimentos serem imprescindíveis à compreensão da proposta do cineasta, o que tento perceber, aqui, é como a linguagem cinematográfica foi se apropriando dos discursos construídos socialmente e de que forma foi interpretando, reelaborando e reproduzindo esses discursos, produzindo um relato próprio, quando entendo que o cinema interfere diretamente nos valores culturais de uma sociedade. E, ainda: o filme traz muitos mundos dentro dele, relaciona-se com outras realidades e lê os tempos e espaços, inserindo nas suas construções narrativas o desenvolvimento das relações entre presente e passado.

No caso específico do meu objeto de estudo – *como o sertão e o homem sertanejo são representados na produção cinematográfica de Rosemberg Cariry* –, há, além de uma presença de passado – comum a todo e qualquer documento que nos permita ver, estudar e interpretar um tempo que não é o nosso tempo presente –, uma representação deste mesmo passado, isto é, uma relação de leitura que permite ver este documento, sobre o qual detenho as minhas análises – *o discurso impresso pelo cinema* – como uma construção que parte do presente. Mas, além dos tempos que são postos nesta representação – tempo de produção e tempo ao qual a obra remete –, há, também, uma representação de espaços – espaço de produção e espaço ao qual a obra se refere – existentes em um mesmo tempo.

Explico melhor: os filmes com os quais dialogo expõem a representação do homem sertanejo imprimindo um discurso quase uníssono, no entanto, divergente do discurso há muito propalado por uma certa historiografia ou outras artes, como a pintura, a literatura e o próprio cinema nacional do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, que trazem elementos escassos para servirem de composição da identidade do sertão; apesar de a filmografia que analiso apresentar elementos que enriquecem a imagem do homem sertanejo nela representada, ainda assim é pertinente considerar que há tanto o espaço de quem constrói a representação – lugar de criação e realização da obra – como o espaço do que é representado, o que torna flagrante uma ação social que explicita a presença de um no outro.

O que é mais importante, no entanto, nessas relações entre tempo presente e tempo futuro, espaço de construção da representação e espaço representado, é termos uma compreensão do quanto o filme se coloca como agente de transformação destes referidos tempos e espaços, passando não só pelas relações passado-presente, mas averiguando uma possível tentativa de trazer implicações para o futuro.

Os três filmes surgem num período que poderíamos chamar de “um novo tempo”. No sentido de que consideramos que há uma mudança no curso dos acontecimentos e há, também, uma tendência a querer perceber quais novidades surgiram para determinado campo de atuação – como o da redemocratização pós-1985; as situações em que o senti-

mento de mudança, de transformação da época em que se vive atravessa um período novo são, segundo Paul Ricoeur, por exemplo, o período que sucede a uma revolução; do mesmo modo que, quando não é possível visualizar perspectivas de mudança, costumamos chamar o período de “*momento de crise*”.¹⁴ É claro que o desejo de transformar ou de tornar estático o tempo e as situações históricas é relativo aos segmentos das sociedades que projetam e executam tais transformações. Se o período de “crise” é percebido por determinado setor da sociedade como infértil e estagnado, este mesmo período serve aos interesses de outro segmento social.

Por exemplo: quando, em determinado momento do filme *O Caldeirão*, o locutor diz a frase “ainda no escuro ano de 1937”, ele está registrando que houve uma mudança neste ano que o tornou escuro – referindo-se ao golpe de Estado dado por Getúlio – mas, se a voz do locutor Rosenberg Cariry revela que considera esta uma mudança ruim, o mesmo não pensavam os setores da sociedade que tiveram seu poder aumentado no período; ao mesmo tempo, os demais segmentos sociais que se opunham a tal regime e lutavam para transformar as situações políticas e sociais em que viviam faziam-no a fim de gerar um “tempo novo”. Sendo assim, o “tempo novo” pode trazer perspectivas de transformações que melhorem ou piorem a vida dos agentes sociais e históricos. Este julgamento é feito por cada segmento da sociedade a partir de seus anseios, principalmente quando há uma relação constante de conflito.

É por isso que as categorias de análise utilizadas por Paul Ricoeur, que apresento a seguir, permitem-me fazer uma leitura dos filmes pelo viés das significações do tempo, alocando as perspectivas de mudança impressas pelo cineasta nos conflitos narrados em suas histórias.

Na opinião do diretor dos três filmes aqui discutidos, na época da realização de cada obra sua o país passava por vários processos de mudanças nas questões de cunho político-social e econômico, com implicações que incidiram nas artes, mais especificamente, na realização da produção cinematográfica. Explicitemos os que nos interessam, por terem influenciado na feitura da obra. O filme *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* foi lançado em 1986, ano que se seguiu aos 21 anos de ditadura do período militar (1964-85); a redemocratização permitiu que uma obra de arte exibisse ideais socialistas claros. Embasado em fatos que ocorreram na primeira metade do século XX, no interior do estado do Ceará, o diretor trouxe à tela problemas ainda existentes no Brasil do presente. O segundo filme, *A saga do guerreiro alumioso*, foi lançado em 1993, período pós-Collor (primeiro presidente eleito pelo voto direto depois da ditadura militar); porém, tendo sido rodado em fevereiro de 1992, quando Collor ainda era presidente, o filme traz em sua narrativa as críticas ao modelo modernizador que o governo queria, a todo custo, implantar no país,

que não tinha estrutura econômica (e muito menos política) para tais propostas de mudança no curto prazo; outro aspecto marcante é que, em 1989, tinha caído o muro de Berlim, último grande símbolo da resistência do sistema socialista – talvez por este motivo percebamos uma menor ênfase na defesa dos modos de distribuição da terra baseados nos preceitos do socialismo real. Se em *O Caldeirão* o problema da terra é apresentado como sendo de cunho político-social, em *A saga* ele aparece mais como econômico-social, ainda que as instâncias do poder político estejam claramente representados neste filme. O terceiro filme, *Corisco e Dadá*, traz uma história que é contada no presente sobre uma época passada, a época do cangaço, e o presente, na figura da narradora do romance, corta o passado para dele falar; este filme, como já foi mencionado, marca a retomada do cinema nacional, e vem como para dar seqüência ao filme anterior, que, por sua vez, pode ser visto como dando continuidade ao primeiro. Melhor dizendo: Rosemberg Cariry termina *O Caldeirão* dizendo que ele é um grito dos sem-terra, e em *A Saga* este grito se solta, mas logo é sufocado, para, em *Corisco e Dadá*, através dos seus personagens, vir mostrar outra força latente.

Na obra de Rosemberg Cariry, os tempos se entrecruzam. No decorrer de todos os filmes, ele faz com que os tempos passado, presente e futuro passem uns pelos outros. Vemos isto claramente no conteúdo da narrativa do filme em *A saga do guerreiro alumioso*, nas personagens de Delfina e de Genésio: a primeira profetiza a chegada de um guerreiro alumioso e o segundo, a todo instante, rememora os tempos do cangaço – ambos vão buscar no futuro e no passado, respectivamente, soluções para os problemas que seu meio enfrenta no presente. Nos demais filmes, *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* e *Corisco e Dadá*, este entrelaçamento entre os tempos é feito através dos recursos técnicos que o suporte cinematográfico oferece. É possível dizer que, nestas obras, nas quais o diretor dá ao presente o poder de contar o passado, também dá ao passado o poder de ter projetado este presente que o conta, à medida que seus narradores são sobreviventes do pretérito de que falam.

Faz-se pertinente refletir sobre o papel do tempo narrado e do tempo que narra na obra deste cineasta, inclusive a partir da idéia de que a realização dos filmes ocorreu numa época, como o próprio autor reconhece, de mudanças no contexto social e político do país, permitindo que reconheçamos que este período que traz perspectivas novas, isto é, a chegada de um “tempo novo”.

Para tanto, é lícito que se lance mão das reflexões elaboradas por Paul Ricoeur sobre os significados que essas mediações entre os tempos históricos carregam, de forma que não se minimize o conhecimento do passado em detrimento das expectativas construídas

para o futuro, tendo o presente como linha de intercâmbio. Para fazê-lo, o autor trabalha com as categorias, introduzidas por Reinhart Koselleck, de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.¹⁵

Assim, o tempo presente, lugar onde se constrói a história-conhecimento e a história-acontecimento, é fundamentado e construído a partir dos rastros deixados pelo passado – “espaço de experiência” – que busca projetar um futuro – “horizonte de expectativa” – ensejado pelo tempo atual que o precede. Paul Ricoeur esclarece as relações entre os tempos históricos e o fazer da história – a qual, a partir das propostas do presente, passa a ser condicionada à vontade do homem – destacadas em três temas, segundo Reinhart Koselleck:

Em primeiro lugar, a crença de que a época presente abre o futuro, a perspectiva de uma novidade sem precedente; em seguida, a crença de que a mudança para melhor se acelera; e, por fim, a crença de que os homens são cada vez mais capazes de fazer sua história. Tempo novo, aceleração do progresso, disponibilidade da história – esses três temas contribuíram para o desdobramento de um novo “horizonte de expectativa” que, por ricochete, transformou o “espaço de experiência” em que se depositaram as conquistas do passado.¹⁶

Ricoeur acredita que o tempo que chamamos de “tempo novo” ainda não o é, apenas oferece possibilidades para que o futuro que o tempo atual projeta seja realmente um “tempo novo”, isto é, transformado.

O tempo o qual chamamos de *novo* é aquele em que podemos imprimir mudanças, é aquele que podemos transformar de acordo com nossos projetos. Sendo assim, a perspectiva de uma mudança implica um poder que nos delegamos de mudar o curso da história, tornando-nos, assim, agentes diretos do fazer histórico.

Este tempo de transformação, de perspectiva de mudança, no entanto, só tem reais possibilidades e só terá operacionalidade através de visitas ao passado, permitindo, inclusive, que ele se expresse de forma dinâmica, e não como um banco de dados em que buscamos informações, mas, também, como um agente transformador que ganha novas significações mediante interpretações que o presente lhe dá. Não seria mudar o sentido do passado, e sim compreendê-lo sob a ótica de um presente que gerencia um “horizonte de expectativas”.

Ricoeur defende, a partir de Koselleck, a idéia de que a época moderna provoca um encolhimento do passado, o que resulta num presente em meio a um passado superado e a um futuro determinado, levando à classificação do tempo presente como um tempo de crise.¹⁷ Para evitar que percebamos o nosso como um tempo de crise, o que nos anula como agente construtor de sua história,

(...) é preciso resistir ao encolhimento do “espaço de experiência”. Para tanto, é preciso lutar contra a tendência a só se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, o irrevogável. É preciso reabrir o passado, nele reviver potencialidades não realizadas, contrariadas ou até massacradas. Em suma, contra o adágio que pretende que o futuro seja em todos os aspectos aberto e contingente, e o passado univocamente fechado e necessário, é preciso tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada. Ora, essas são duas faces de uma mesma tarefa: pois só expectativas determinadas podem ter sobre o passado o efeito retroativo de revelá-lo como “tradição viva”.¹⁸

Assim, fazemos do presente o elo transformador que faz da “experiência de passado” um “horizonte de expectativa”, e este, um “tempo novo”.

O papel que Paul Ricoeur delega ao passado e à permanência das tradições (que não morrem, mas se renovam para continuarem vivas no contexto do presente) permite-nos traçar um paralelo com a importância dada por Rosemberg Cariry às tradições. Estas são postas não como próprias de um passado – pois ele as traz para figurar como permanentes no tempo presente, com a intencionalidade clara de revelá-las como importante elemento com poder de ensejar mudanças, que permitem que o futuro não traga os mesmos problemas do presente, por ignorar as importantes contribuições que as vivências do passado ainda podem oferecer.

Os fenômenos e os costumes referentes ao tempo histórico das histórias narradas pelos filmes são postos na tela para interagir com o tempo da narrativa. Assim, quando cangaceiros e beatos aparecem em conflito com o poder institucionalizado, outras formas de confronto estão sendo representadas, embora não se refiram diretamente a estes temas, que serviram apenas como mote para a construção dos roteiros dos filmes. Mas o conflito ultrapassa as questões cotidianas da vida dos sertanejos, que talvez não possam ser vistos como personagens principais em nenhum dos filmes, mas estão presentes em todos eles, e é através dessa luta que Rosemberg Cariry expõe os costumes, as crenças e os valores de um povo – e que não fazem parte apenas do passado, são expressões vivas no presente.

É este lugar vivo que o cineasta figura com mais força na sua obra, um lugar onde nascem homens capazes de transformar seu destino, porque das suas tradições não sobram só memórias, sendo elas próprias ressignificadas pelo tempo em que atuam.

O sertão e o sertanejo de Rosemberg Cariry têm vida dinâmica, que se renova e se ressignifica, buscando no “espaço de experiência” elementos transformadores que os guiam rumo a um “tempo novo”, que possibilite a eles mesmos construir seu “horizonte de expectativa”.

Quando fala das dificuldades enfrentadas na produção do seu primeiro longa-metragem, *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, o cineasta descreve o que significou tirar,

no sentido de fazer surgir do sertão o cinema, o que para ele é uma construção que parte mais de anseios sociais do que artísticos – isto é, não é só a arte que pode fazer brotar, é também o sertão um lugar onde é possível nascer tudo, mostrando, assim, uma fertilidade sertaneja capaz de gestar todas as coisas, até a mais moderna das artes. O cineasta declara:

O filme nasceu dessa paixão muito grande, desse desejo desesperado de fazer cinema numa região pobre e sem grandes tradições cinematográficas. Cinema a partir do zero. A precariedade técnica era a síntese de todas as minhas inquietações e dela inventei novas possibilidades. A busca, a paixão e a precariedade se combinam em toda a minha trajetória. Foi a tentativa de superar a precariedade que resultou na inventividade narrativa de, por exemplo, mostrar uma batalha com bonecos de barro ou colocar ex-votos como marcas reais de um povo dilacerado.¹⁹

Diante destas afirmações, podemos seguir para o conteúdo mostrado nesta obra que o cineasta, como ele mesmo diz, fez nascer da precariedade.

Rosemberg Cariry mostra nos seus filmes – além de visões oníricas que têm um distante referimento no real, como no caso do personagem Genésio – figuras dramáticas percebidas como parte da cultura popular do Nordeste, presentes no cotidiano das cidades do interior, como: violeiros, artesãos, poetas andarilhos, cantadores de benditos, romeiros; e os que permeiam a imagem que se construiu sobre os sertões nordestinos – cangaceiros, fanáticos e santos canonizados pelo povo; mostra, também, homens e mulheres dispostos a lutar por uma vida melhor para si e para os seus, quando aborda a questão fundiária, o mandonismo local ainda persistente, trazendo uma situação de conflito carente de solução.

Na representação destes conflitos, vemos envolvidos num embate, de um lado, os pequenos produtores rurais sem-terra (entre eles o líder sindical), os penitentes e romeiros, os cangaceiros e todos que figuram como o povo destituído de posses; do outro lado, latifundiários, religiosos (exceto, é claro, padre Cícero, beato José Lourenço e seus seguidores), juízes, prefeitos, delegados e soldados, representando o poder institucionalizado através das Forças Armadas, do Estado e da Igreja. Contudo, em seus filmes, Rosemberg Cariry aponta os problemas e sinaliza para a importância de ouvir o povo e de valorizar suas tradições, mas deixa as respostas em suspenso, preferindo não ser ele a indicar os caminhos pelos quais o povo deve se guiar. Aqui, podemos perceber – a partir de uma idéia elaborada tanto por Jean Claude Bernardet como por Ismail Xavier e tão bem sintetizada por Tolentino – que o autor se distancia da proposta do Cinema Novo, em especial de Glauber Rocha, quando concebe o personagem Antônio das Mortes:

Para Jean-Claude Bernardet (1967), Antônio das Mortes era a própria figura do intelectual brasileiro projetado no cinema, na função de preparador da guerra do outro, porque incapaz de formular um projeto próprio – estético e de classe. Para [Ismail] Xavier (1983), entretanto, ele é o nó da situação antitética entre alienação e lucidez, em que a história se afirma, ainda que por caminhos que, em princípio, se mostrem contrários ao avanço. O jagunço, força da reação na origem, daria impulso à consciência revolucionária, liberando Manoel da alienação.²⁰

Essa opção de Rosemberg Cariry talvez possa ser pensada como uma forma de ser coerente com a proposta apresentada em sua obra – a de que o homem sertanejo é agente de sua própria história, com capacidade de mostrar-se transformador do espaço em que vive.

Percebemos claramente esta ausência de solução e a necessidade de que ela venha a existir quando observamos que, dos personagens centrais que Rosemberg Cariry traz à tela, poucos sobrevivem. Morreram os beatos e seus seguidores, morreram Baltazar e Genésio, morreram Corisco e seus cangaceiros; mas morreram também soldados e oficiais que combateram contra o Caldeirão, morreram o coronel Abigail e os policiais que Genésio conseguiu mirar e morreram, ainda, os “macacos do governo” e os camponeses que viraram alvo da ira de Corisco. Diferentemente do Corisco do filme de Rosemberg Cariry (que, por ele, “botava fogo nesse sertão, matava tudo quanto é gente ruim e depois fazia outro sertão”), o cineasta mata seus personagens e deixa viva apenas a tradição de guerreiros que os faz lutar sempre que se fizer necessário.

(...) o cineasta não cai nunca na armadilha de uma representação estereotipada da miséria e da opressão; pelo contrário, ele contribui para mostrar um aspecto muitas vezes desconhecido da identidade brasileira nordestina do interior: uma capacidade de resistência e de defesa notáveis. Não é a imagem de uma população passiva, resignada, sem espírito crítico que nos é proposta. Mas a de uma população responsável, determinada, solidária, às vezes com o espírito subversivo.²¹

Desta forma é que Rosemberg Cariry tenta, através da sua obra, não construir um outro sertão, mas, pensando fazer o que está ao seu alcance, criar uma outra imagem de sertão, que possa ser dada à leitura sem os mesmos vícios das construções da imagem sertaneja de que já temos conhecimento, e que tenha uma forma estética com fonte no passado, porém, projetando na tela as experiências do presente. Com essa intenção, visa a chegar próximo de “dar a esse presente histórico todos os traços de uma iniciativa que lhe permitam realizar a buscada meditação entre a recepção do passado transmitido por tradições e a projeção de um ‘horizonte de expectativa’”.²²

Antes que se faça algum tipo de interpretação equivocada, não estou querendo dizer que Rosemberg Cariry parte do lugar da modernidade para filmar o lugar do “atraso” ou da “permanência”: o que as obras vêm mostrar é um sertão em movimento, um sertão vivo, que se faz registrar e que interage com os “mundos das cidades” e com a modernidade que estes cultivam no cotidiano de suas construções. O cineasta busca trazer para a tela um sertão que se ressignifica a partir de suas mais antigas tradições e costumes. É um sertanejo transformador que Rosemberg traz à tela, e não um ser atávico, subjugado pelas determinações do meio onde vive.

Esta ressignificação do homem e do meio tem uma localização no tempo: os filmes foram realizados no período que compreende a segunda metade da década de 80 e a primeira metade da década de 90, época em que o país passava pela experiência da redemocratização.

A obra traz de volta temas imprescindíveis à história do país, principalmente do Nordeste, por figurar num período de mudanças decisivas para a nova forma do fazer artístico no Brasil, que marcou a retomada do cinema nacional, sobretudo depois da tentativa de “assassinato” perpetrada pelo governo federal à sétima arte. Portanto, a ressignificação do sertão e do homem sertanejo presente nos filmes do cineasta traz, também, um significado novo para o próprio cinema, que toma fôlego dentro de uma obra que tem sua elaboração completamente calcada numa estética sertaneja.

E como numa moviola, em que ele pode encaixar as cenas, montando as seqüências do modo que desejar, o cineasta desliza entre os tempos da história, trazendo em sua narrativa um passado menos remoto, um futuro menos impossível e um presente vestido de agente do fazer histórico, para mostrar um sertão gigante, que não pode ser engolido nem pelo mar nem pela cidade, nem pela “civilização” nem pela modernidade, nem pela miséria nem pela fome, nem pela seca nem pela violência e nem pelo atraso – porque, em seus filmes, o sertanejo, o homem que neste sertão habita, não é só sua cria, é também o seu dono.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Mestre em história social – UFC.

¹ NAGIB. Lúcia. *O cinema da retomada: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90*. São Paulo, Ed. 34, 2002, p. 151.

- ² CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas, Papyrus, 1995, pp. 70-71.
- ³ Id. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 60.
- ⁴ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001, p. 89.
- ⁵ HOLANDA, Firmino. Cearenses em Toulouse. *O Povo*. Fortaleza, 8 abr. 1997.
- ⁶ BERNARDET, Jean-Claude. *O autor no cinema: a política dos autores: França, Brasil anos 50 e 60*. São Paulo, Edusp/ Brasiliense, 1994, respectivamente, pp. 10, 11, 21, 23 e 139.
- ⁷ CARIRY, Rosemberg. Entrevista a Sylvie Debs (dez. 1994). *Iberoamericana*. Frankfurt: 65: 58/77, 1997.
- ⁸ PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Campinas, Papyrus, 1996, pp. 126-128.
- ⁹ SALEM, Helena. Corisco e Dadá deve estrear até maio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Caderno 2, 7 mar. 1996.
- ¹⁰ NAGIB, op. cit., p. 153.
- ¹¹ SUKMAN, Hugo. Corisco e Dadá é revelação em Fortaleza. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 maio 1996.
- ¹² PIERRE, op. cit., p. 137.
- ¹³ LINS, Daniel Soares. A paixão segundo Rosemberg Cariry. *O Povo*. Fortaleza, 30 nov. 1996.
- ¹⁴ RICOEUR, Paul. "Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica". In: *Tempo e narrativa*. São Paulo, Papyrus, t. III, 1997, pp. 359-415.
- ¹⁵ Id., *ibid.*, pp. 359-415.
- ¹⁶ Id., *ibid.*, p. 363.
- ¹⁷ Id., *ibid.*, p. 367.
- ¹⁸ Id., *ibid.*, p. 372.
- ¹⁹ NAGIB, op. cit., p. 153.
- ²⁰ TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo, Unesp, 2001, p. 186.
- ²¹ DEBS, Sylvie. Rosemberg Cariry: defesa e ilustração da cultura nordestina. *Iberoamericana*. Frankfurt: 65: 58/77, 1997.
- ²² RICOEUR, op. cit., p. 398.



FORMAR CORPOS E CONSCIÊNCIAS: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL EM BAURU (1963-83)*

Célio José Losnak**

Resumo

Este artigo discute a atuação do serviço social em Bauru durante a ditadura militar. Ele analisa Trabalhos de Conclusão de Curso de estagiárias daquela área, que relatam sua atuação em diferentes empresas. A partir destes documentos, o artigo debate concepções de sociedade, trabalho e assistência social expressas por aquelas estagiárias, que tendem a desqualificar, política e culturalmente, os trabalhadores, aplicando, indiretamente, diretrizes da ditadura militar.

Palavras-chave

Serviço social (Bauru); ditadura militar (Brasil); trabalhadores.

Abstract

This article discusses actions of social work in Bauru during the military dictatorship. It analyses the course conclusion work's of trainees who give account of their action in different enterprises. Making use of those documents, this article debates concepts of society, work and social welfare workers explained for those trainees who have a tendency to disqualify politically and culturally the workers, applying indirectly policies of military dictatorship.

Key-words

Social work (Bauru); Military Dictatorship (Brasil); working class.

Este artigo tem o objetivo de problematizar historicamente o serviço social em Bauru, no período 1963-83, e relacioná-lo à temporalidade da ditadura militar.

Autores como Jean Chesneaux, Michel Foucault, Walter Benjamin, E. P. Thompson e Raymond Williams orientaram a pesquisa a considerar o serviço social uma prática social que se constitui em uma forma de diálogo entre classes sociais, que possui historicidades, é produto e, ao mesmo tempo, elemento formador da sociedade moderna.¹

Partindo desses autores, por meio da análise dessa prática social, pode-se identificar que tipo de relação existe entre os setores dominantes e os pobres, como o espaço da liberdade é pensado e praticado, quem é valorizado como agente político e histórico, a dimensão da democracia efetiva, além do discurso liberal, o modo como são tratados os trabalhadores pobres e os excluídos em uma sociedade profundamente desigual, enfim, em que medida há repercussões do Estado Militar em instituições sociais e sintonias estabelecidas entre ambos.

O serviço social é um saber técnico e profissional surgido no final do século XIX e consolidou-se no decorrer do século XX, ao propor a superação da filantropia.² Ainda influenciada por aqueles autores, especialmente Foucault, a pesquisa revelou tal prática profissional fundada em princípios de racionalização, planejamento e administração.

O serviço social reforça a exclusão política e a manutenção da memória que define as elites como os únicos agentes históricos, porque realizariam as práticas historicamente corretas. Ou seja, esta prática também mostra as bases políticas da sociedade e o modo como sua história está sendo engendrada.

A pesquisa buscou fontes de informações em vários tipos de documentos, livros, entrevistas e, principalmente, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da Faculdade de Serviço Social de Bauru (FSSB). O TCC constitui-se em um relato e uma análise do estágio realizado pelos formandos, sendo (desde 1953) uma atividade obrigatória para todos os cursos de serviço social do país. O TCC oferece informações significativas sobre a formação do aluno, as orientações teóricas, o trabalho cotidiano das instituições sociais e a cidade.

Nessa perspectiva, a FSSB é o ponto de partida e uma instituição importantíssima para entender uma nova atuação social que se intensifica na cidade na década de 1960, bem como uma outra forma de Bauru conviver com seus problemas sociais, com dinâmicas semelhantes a algumas oriundas da ditadura militar. A FSSB é, aqui, entendida na condição de elemento importante de convergência das discussões e ações sobre o social na cidade e, ao mesmo tempo, símbolo do surgimento do serviço social em Bauru, aspectos não desconectados dos acontecimentos ocorridos em nível nacional.

Neste artigo, utilizamos os TCCs que abordam experiências em torno do trabalho – referência, todavia, onipresente noutras atividades, mesmo que de forma oblíqua. Na pesquisa, o tema dos trabalhadores foi, originalmente, dividido em duas abordagens, referentes a jovens e a adultos. Em relação aos jovens, discutimos as instituições e os projetos voltados para a faixa de 10 a 17 anos e que tinham o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho, com a justificativa de protegê-los da marginalidade. Nessas entidades, o contato e a educação constituíam-se, também, em um meio de atingir suas famílias. Reconhecia-se que a (trans)formação não deveria ser unilateral – daí que a família necessitasse estar aliada à instituição e, ao mesmo tempo, acatar as orientações desta. A disciplina e a norma eram a tônica da educação dos jovens, mas não somente deles.

Na segunda abordagem, a experiência é semelhante à primeira, com a diferença de que os trabalhadores era adultos e já estavam empregados. Problemas de absenteísmo, indisciplina, falta de empenho no trabalho; seleção de pessoal; orientações na área de saúde e na segurança do trabalho são alguns dos assuntos abordados. Este é o tema do presente artigo.

Bauru não é, tradicionalmente, reconhecida pelos estudiosos como uma cidade operária. Até 1980, seu setor industrial era inexpressivo. Ao ler os TCCs, identificamos que práticas de educação e orientação, controle e repressão, incentivo ao trabalho e à profissionalização – temas normalmente tratados entre os operários fabris e nos grandes centros industriais – não são exclusividade destes. Nesse sentido, o universo que as estagiárias da FSSB revelam não é muito diferente daquele dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Ou seja, um trabalho sobre Bauru, uma cidade do interior do estado de São Paulo, poderia aparecer como o estudo de uma província que não possui importância na relação com a sociedade brasileira.³ Mas não é isso que se desvela. Nós observamos, inclusive, a significativa presença de instituições mais amplas ao âmbito da cidade. Além de o serviço social ser uma área de conhecimento que remonta ao universal, encontramos instituições nacionais (Senai, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Refrigerantes Bauru – Coca-Cola, Sistema Judiciário), estaduais e até internacionais (Rotary Club, patrocinando a Legião Mirim, e o Lions Club, a Legião Feminina).

Se os jovens e as crianças se constituem em “clientes” do serviço social, que objetiva torná-los trabalhadores, os adultos não estão excluídos desta preocupação, sendo também atendidos pelo serviço social. O que se observa, quanto aos estágios realizados pelas formandas da FSSB, é que poucos eram efetivados com operários industriais. O setor secundário é o menos expressivo na economia de Bauru e o número de trabalhadores empregados no setor industrial é pequeno (pela existência de poucas indústrias, e não pela sofisticação tecnológica).⁴

Com predominância do setor terciário, a cidade destaca-se pela presença de escritórios e sedes regionais de órgãos e empresas públicas. Este perfil está presente nas empresas escolhidas para estágio pelas alunas da FSSB: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), Tipografia e Livrarias Brasil (Tilibra), Prefeitura Municipal de Bauru e Departamento de Água e Esgoto (DAE), Acumuladores Ajax, Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Rede Santo Antonio de Supermercados, Refrigerantes Bauru S/A, Granoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., Construtora Marta-Pinho Ltda., Rádio Auri-Verde. Dessas 12 unidades, apenas quatro são do setor industrial, sendo que, na Tilibra, o estágio foi realizado nos anos 60, e nas demais, a partir da década seguinte.

Há, também, outros estágios que, embora não tenham sido feitos em empresas, revelam-se preocupados com o aprimoramento do trabalho: as experiências no Sindicato dos Empregados do Comércio (SEC) e na Agência de Empregadas Domésticas.

As ferrovias contribuíram para definir o perfil terciário da cidade. Até o final do século XIX, Bauru não alcançava maior expressividade no estado de São Paulo: era um lugar de aventureiros e ponto de passagem para o sertão do Mato Grosso. O que mudou a vida da cidade foi a chegada das ferrovias. Em 1905, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru a Corumbá, no Mato Grosso. O plano inicial para o traçado da Ferrovia previa a ligação entre Uberaba e Coxim. Em 1904, o ministro da Viação, Lauro Müller, aprovou o parecer de uma comissão de engenheiros e, através de um decreto, alterou o traçado da Ferrovia para o estado de São Paulo.⁵ Em 1905, a Companhia de Estradas de Ferro União Sorocabana completou a construção do trecho Botucatu-Bauru. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro chegou a Jaú em 1897, e a Bauru, em 1910. Ferrovias como as duas últimas foram instaladas no interior do estado para facilitar o transporte do café.

Em um período de cinco anos, houve grandes mudanças para uma vila (quando os engenheiros da construção da Noroeste chegaram, havia 200 casas na cidade).⁶ Antes da própria ferrovia, chegaram os homens que trabalhariam em sua construção: engenheiros, trabalhadores da linha, funcionários burocráticos, capatazes. O dinheiro começava a circular em Bauru, seja através dos pagamentos dos trabalhadores, seja através da economia em torno da construção. Neste período, comerciantes e aventureiros acompanhavam a construção das ferrovias e as pequenas vilas e cidades sofriam modificações em nível urbano e econômico, enquanto novas vilas iam se formando ao longo das linhas férreas. Bauru tornava-se caminho para o centro-oeste do estado e para o Mato Grosso e o perfil de entroncamento rodo-ferroviário veio contribuir para definir o crescimento da cidade. Ela se caracterizaria como sede de depósitos de cereais e mercadorias, de entrepostos

comerciais, de escritórios de órgãos e empresas públicas, de uma rede bancária significativa, de empresas de transportes e de filiais de grandes estabelecimentos,⁷ tudo isso atendendo à região e aos novos mercados mais distantes, que se comunicam mais facilmente com Bauru. Em 1921, foram construídas as oficinas de manutenção de todo o maquinário na NOB. Tem-se, então, o setor técnico e burocrático de uma empresa federal sediada ali.

Em 1965, embora alunas da Faculdade de Serviço Social já estivessem fazendo estágio na Ferrovia, não havia o setor de serviço social na Noroeste. Os TCCs concentraram-se nos anos de 1966 e 1967 e foram realizados no Setor de Licenciados (funcionários em licença do trabalho) e nos departamentos de Mecânica e da Via Permanente (funcionários encarregados de estações e manutenção da via férrea, morando com a família, em pequenos grupos, ao longo dela).

Outra intervenção das estagiárias na mesma área foi na Fepasa, empresa estadual criada, em 1971, através da unificação de várias ferrovias, inclusive duas que atingiam a cidade: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Sorocabana.

Nos relatos e reflexões sobre os estágios em empresas estão presentes dois tipos de trabalho: o controle dos funcionários e a preocupação com a produtividade, de um lado, e de outro a preocupação com a assistência. Pode-se perceber que esta assistência tentava legitimar a insuficiência salarial, melhorar emocionalmente a relação entre empresa e empregado e propiciar maior incentivo ao trabalho, entre outros.

As estagiárias das ferrovias apresentam visões semelhantes sobre a profissão do Assistente Social. Lançando mão de uma citação, Galvão diz que o serviço social do trabalho preocupa-se em “elevar o nível moral, material, social e cultural dos trabalhadores, (...) com o objetivo de ajudar a estes e a sua família a adaptar-se a uma vida melhor”.⁸ Mas para que serviria esta melhoria de vida? Para o estabelecimento das relações harmônicas entre empregado e empregador.⁹ Por meio de maior harmonia entre as classes, da “humanização do trabalho”¹⁰ e da “elevação do nível de vida”¹¹ do trabalhador, o serviço social “contribui efetivamente para melhorar as condições de produtividade e rentabilidade da empresa”.¹²

Aqui, é preciso destacar duas questões importantes. A primeira é que não há dúvidas sobre a necessidade de “humanização do trabalho” e de elevação do “nível de vida” do trabalhador. Afinal, essas são reivindicações consensuais entre os próprios trabalhadores, como aponta a bibliografia sobre o movimento operário. O problema é a proposição do serviço social de substituí-los, ou seja, não são estes que irão organizar-se e decidir as suas necessidades e a forma de satisfazê-las, mas o serviço social, através da educação que lhes será dada. O caminho apresentado para pacificação da sociedade não é a resolução das contradições ou, pelo menos, a participação do empregado em discussões e deci-

sões sobre o social e, sim, a educação dos trabalhadores. Esta educação não significa a libertação, a autonomia, mas a adaptação e submissão às diretrizes traçadas por especialistas – uma visão técnica da política social afinada com as intervenções do Estado Militar, repressão direta, para alguns, e programas e instituições substitutas da ação política autônoma, para outros.

A segunda questão é que a harmonia no trabalho e as melhores condições de vida não são vistas como fins em si próprias: essas conquistas apresentam-se como importantes por se constituírem em caminhos para o aumento da produção e do lucro. O trabalhador continua a ser pensado como mero instrumento do capital.

Riccó¹³ atribui dois sentidos ao serviço social do trabalho, o lato e o restrito. O primeiro seria composto de “todas as atividades que visam à harmonização das relações entre capital e trabalhador, ocasionando deste modo maior produção harmonizada”. O sentido restrito seriam todas as atividades dentro da empresa, com muitos objetivos como “colaborar: na seleção do pessoal, no controle do absenteísmo, na diminuição da flutuação de mão-de-obra, no bem-estar, segurança e higiene do trabalhador, no embelezamento do ambiente, na introdução de novas técnicas de participação do pessoal, na administração da empresa”.

Quando ocorrem as situações conflituosas no lugar de trabalho, o serviço social pode intervir para sanar o problema. Assim, Aoki¹⁴ constatou que “não havia somente interações positivas, existindo, também, desajustamentos, desentendimentos, falta de compreensão entre chefes e subordinados”. Para solucionar tais problemas, utilizou-se o serviço social de grupo, com o objetivo de “ajudar os indivíduos a estabelecerem relações sociais satisfatórias, que os ajudariam a se desenvolver emotiva e intelectualmente, habilitando a atuar mais adequadamente na sociedade e no ambiente de trabalho”.

O que essa prática sugere é que os conflitos no trabalho são analisados através da ótica individual. Existiria aí uma imaturidade emocional e intelectual que explicaria problemas de comportamento e de relacionamento, a serem resolvidos com a normalização dessas pessoas problemáticas por meio do desenvolvimento emocional e intelectual. Assim, o caráter político do conflito no trabalho é apagado. As relações de trabalho são despolitizadas através de um procedimento técnico – serviço social de grupo, carregado de teor psicologizante –, que descaracteriza os insatisfeitos e discordantes por meio da inferiorização.

Assim, os trabalhadores não são reconhecidos como sujeitos sociais. Seu comportamento não é visto como ação política, mas na condição de desvio, que define o caráter de anormalidade e, portanto, inferioridade, donde a necessidade de intervenção para recuperação. Nesse momento, é atribuída ao indivíduo a incapacidade de discernir a realidade.

O que poderia ser discordância em relação à empresa ou às condições de trabalho – e, nesse sentido, uma opinião sobre a sua realidade e um tipo de ação política (a negação da autoridade da chefia, por exemplo) – é visto como insuficiência. O objetivo desse processo seria estimular a passividade do trabalhador, tornando-o dócil e conformando-o às relações de trabalho.¹⁵

Naquele período, os militares, bem como os civis aliados ao Estado, partilhavam de concepções elitistas semelhantes. Os membros das classes populares, especialmente aqueles segmentos considerados próximos à ideologia de esquerda, eram tidos como imaturos e presas fáceis das idéias comunistas, pelo que precisavam ser tutelados e excluídos das instâncias de decisão.¹⁶

A estagiária Alves manteve essa postura política ao explicar a “aplicação dos processos de serviço social” e classificar os desajustamentos que ocorriam na empresa:¹⁷ havia os “profissionais propriamente ditos”, divididos em físico-mentais e de ordem emocional. Aqui, o problema emocional significava rebeldia no trabalho, era entendido como conflito no relacionamento entre superiores e subordinados.

Pela avaliação de Alves, esse problema parecia ser muito comum na fábrica da Tipografia e Livrarias Brasil (Tilibra). A própria autora sugeriu o contexto dessa rebeldia: no início do TCC, do ano de 1966, há o reconhecimento dos baixos salários pagos pela empresa, o que dificultaria a sobrevivência mínima de seus trabalhadores. Sete anos depois, em 1973, Baptista,¹⁸ ao iniciar o estágio no mesmo local, fez um “diagnóstico da realidade de trabalho” e concluiu que os funcionários não eram especializados e tinham baixo nível socioeconômico. Grande parte dos trabalhadores se constituía de adolescentes, e as condições de trabalho eram ruins, com muito barulho e alta temperatura. Esses são os únicos momentos em que as estagiárias assumem existirem problemas na empresa.

Os primeiros estágios na Tilibra indicam tensões na relação das estagiárias com os trabalhadores. Rocha,¹⁹ ao entrevistar 55 operários faltosos (30 mulheres e 25 homens), para averiguar as causas do absenteísmo e aconselhar uma mudança de procedimento, identificou ausência de sinceridade nas respostas.

Notando que alguns deles não estavam sendo totalmente sinceros, procuramos orientá-los e conscientizá-los de quais as atitudes que devem tomar (...). Todos parecem aceitar bem nossas orientações (...). Notamos que dos 55 operários, 60% disseram a verdade sobre suas faltas e outros, por rodeio ou por outro motivo qualquer, não foram realmente sinceros.

Aqui aparece, novamente, a inferiorização do trabalhador – agora, através de um critério moral: a sinceridade. Sua recuperação se daria pela conscientização para o trabalho, ou seja, esses trabalhadores não teriam consciência das atitudes corretas no trabalho (ou, pelo menos, no trabalho definido pela empresa).²⁰

A entrevista, momento de observação do empregado problemático e estratégia para solucionar o problema, teve seu sentido revertido pelos entrevistados. Desta forma, quando os operários justificavam as faltas por chegarem atrasados e não poderem entrar, apontavam dois problemas e faziam reivindicações. Algumas das faltas eram explicadas pelo problema de transporte, e os operários consideravam a empresa em condições de oferecê-lo: “70% dos operários comentaram sobre a falta de condução da firma, pois acham que uma indústria com tantos operários já pode ter uma condução própria”.

Argumentavam, também, que faltavam porque chegavam “atrasados alguns minutos e o guarda não deixa picotar o cartão, e como já perderam meio dia, preferem voltar para casa a trabalhar”. Mesmo considerando que este argumento pode ser uma desculpa para ocultar outros problemas ou até a falta de vontade de trabalhar, aponta uma crítica à organização do trabalho.²¹ A disciplina da organização da produção não permitia o aproveitamento do operário após o horário inicial da jornada. A funcionária entrevistada recusava essa decisão, abandonando toda a jornada, mesmo que isto implicasse diminuição de seu salário.

Outro elemento que apontava tensões na Tilibra está no trabalho de Pelegrini. Como preparação para a “ação social” na empresa, a estagiária realizou uma “pesquisa social” através de formulários com respostas individuais. Pelegrini, um pouco assustada com o episódio, disse que os trabalhadores “recearam em responder algumas perguntas e houve mesmo trabalhadores que divulgaram entre os companheiros que a pesquisa era para a Diretoria saber a opinião de seus empregados e depois persegui-los”.²²

Essa afirmação sugere a existência de um clima de repressão aos funcionários. Se o boato pode ter-se originado de algumas pessoas, a atitude de não responder a certas perguntas foi coletiva. A estagiária – inocentemente, é o que parece – acabou intermediando o conflito sem o perceber. A inocência ou a opção de não se ater aos embates políticos não é um episódio isolado entre os relatos dos TCCs.

Sabemos que os primeiros grupos reprimidos com o golpe de 1964 foram os trabalhadores. Não há referências a nenhum tipo de movimentação dos funcionários da Tilibra no período. Ao contrário, pelo menos o presidente do Sindicato dos Gráficos manifestava-se a favor do golpe, apoiando a repressão aos “comunistas”, junto com os presidentes dos sindicatos dos Comerciantes, dos Bancários, dos Metalúrgicos e dos Trabalhadores da Indústria de Cerveja e Bebidas de Bauru.²³

A Associação dos Ferroviários da Noroeste adotou postura diferente. No primeiro dia de abril de 1964, houve manifestação dos trabalhadores na sede da entidade contra o golpe e de apoio a Goulart, tendo ocorrido repressão policial. O diretor e o vice-diretor da Associação foram presos, apesar de o primeiro ser suplente da Assembléia Legislativa (pela UDN), e a polícia interferiu, empossando interventores na Diretoria.²⁴

Em relação ao Departamento de Mecânica da Estrada de Ferro Noroeste, os problemas apontados como mais freqüentes pela estagiária Aoki foram: alcoolismo (decorrente de fatores individuais e sociais); doenças ocupacionais, cabendo ao serviço social providenciar o encaminhamento médico; inadaptação (ou rebeldes); pessoas propensas a acidentes (note-se que o acidente de trabalho é entendido como de causa humana e provocado pelo trabalhador); queixas sobre condições de trabalho, remuneração e horário, além de licenças freqüentes.

A preocupação com o absenteísmo também está registrada nos TCCs e quase todos os trabalhos referentes às empresas fazem menção ao problema. Pagan²⁵ efetuou um levantamento dos faltosos por meio das fichas individuais e de algumas entrevistas. A estagiária classificou quatro principais causas de absenteísmo: doença, acidente de trabalho, alcoolismo e problemas psiquiátricos. Com muita perspicácia, a pesquisadora ressaltou os fatores “subjativos” que contribuíam para a existência dessas causas, relacionando o desinteresse, a desqualificação, a estagnação e a irresponsabilidade profissionais, o desajustamento social e profissional, o mau relacionamento no ambiente de trabalho e a existência de problemas familiares. No entanto, sua perspicácia não chegou a problematizar essas ditas subjetividades, explicadas pelo baixo nível de escolaridade e por problemas de adaptação individual. Após o levantamento, os faltosos foram acompanhados durante vários meses e, nos casos de reincidência, efetuaram-se entrevistas, visitas domiciliares e aplicação de serviço social de grupo. Em casos graves, segundo Pagan, os reincidentes eram levados à Divisão de Administração de Pessoal. No entanto, ela não explica o que acontecia posteriormente.

A descaracterização cultural²⁶ é muito comum na fala das estagiárias. Margarido²⁷ relacionou os “problemas que prejudicam a produtividade da empresa”, em que havia um item chamado “condicionamentos psicossociais e culturais”, que seriam decorrentes dos seguintes problemas: “padrões de comportamentos rígidos ou mal-estruturados; distorção no conhecimento dos direitos e deveres; ausência de motivação para seu próprio desenvolvimento pessoal; baixo nível de escolaridade etc.”.

Em 1982, Neves apresentou um TCC chamado *Causas das discrepâncias de desempenho na empresa* na CPFL.²⁸ O tema de trabalho da estagiária era o desempenho dos funcionários, cujas discrepâncias tinham base em problemas disciplinares, absenteísmo,

dificuldades de relacionamento interpessoal e trabalho insatisfatório, qualitativa e quantitativamente. A estagiária escolheu 35 casos e acompanhou-os para levantamento das causas e da área de trabalho em que ocorria o maior índice.

Ela propôs-se a intervir na relação empresa-funcionário e restabelecer a harmonia, a fim de garantir maior estabilidade na produtividade da empresa. Neves pressupôs a existência de um contrato jurídico-ético-administrativo entre ambas as partes, justificando a importância de cumprir as obrigações, por exemplo, quanto à disciplina:

A CPFL tem por princípio diligenciar para que a legislação trabalhista e a predominância sejam corretamente aplicadas nas relações empregado-empresa. Zela por cumprir suas obrigações, demonstrando assim sua honestidade. Os empregados devem corresponder com lealdade e disciplina, que são fatores essenciais à realização do trabalho e satisfação comum.²⁹

O cumprimento dos direitos trabalhistas não se apresentava como uma das obrigações componentes da cidadania da empresa e, sim, como questão de honestidade que, em contrapartida, implicava agradecimento por parte do trabalhador e retribuição, via lealdade. Nessa perspectiva, a relação contratual não pressupõe acordo, mas, exclusivamente, honestidade e lealdade.

Neves, em 1982, estava convivendo com a reformulação dos referenciais da FSSB quanto aos estágios e à elaboração dos TCCs e com o fim do governo militar. As modificações na Faculdade apontavam para o movimento de reconceituação, lançado em 1965 e propagado na década seguinte, que defendia a tendência de servir à organização popular. Como pensar a divergência de propostas? Neves respondeu: na década de 60, houve o “movimento de reconceituação que questionava a atuação reformista da profissão...”, ao mesmo tempo em que ocorreu o rápido crescimento do serviço social de Empresa no Brasil, mas não houve influências mútuas. Assim, no momento em que setores do serviço social questionavam “suas formas tradicionais de intervenção e suas teorias de adaptação ao sistema”, o mercado oferecia alto número de vagas nas empresas.

Além da não influência, ela definia a derrota das propostas “revolucionárias” da reconceituação. É como se o projeto de industrialização do período militar oferecesse suporte para vitória do serviço social tradicional. Em outras palavras, a estagiária apontava um suposto êxito da proposta dos militares para a sociedade brasileira, interferindo até nos embates entre os assistentes sociais. No pós-64, o crescimento da economia, com ênfase na produção industrial e conseqüente ampliação do mercado de trabalho nessa área, teria inviabilizado a opção do serviço social pela organização popular e bloqueado o movimento social.

Paulo Netto lembra, porém, que o movimento de Belo Horizonte foi uma tendência surgida no serviço social em 1973, com um referencial explicitamente marxista e voltado para a transformação social.³⁰ Mais tarde, em 1978, surgiu, em São Paulo, a revista *Serviço Social e Sociedade*, que também se constituiu numa demonstração de que, durante os anos 70, o serviço social estava em efervescência. Portanto, a afirmação da estagiária Neves sobre a derrota das reformulações a que o serviço social se propunha não é precisa.

O interessante no seu discurso é o fato de utilizar os argumentos dos militares sobre o golpe, seu sistema de governo e, de forma mais ampla, a memória que eles construíram para desqualificar outras experiências sociais ocorridas durante as décadas de 60 e 70.

A reconceituação trouxe consigo teorias voltadas à superação do “status quo”. A luta revolucionária com o propósito de instaurar uma nova ordem social passou a ser objetivo da intervenção do serviço social. Surgiam propostas socialistas como alternativas para as problemáticas sociais dos países capitalistas. Todavia, aquelas propostas demonstraram-se inviáveis no momento de concretizar a ação.³¹

Na época em que ela fazia essas afirmações, as movimentações dos metalúrgicos no ABC já questionaram a viabilidade do Estado Militar, o Partido dos Trabalhadores já fora fundado, as propostas dos militares estavam sendo afastadas de cena e o movimento social voltava às ruas com mais liberdade.³²

Em outro viés de intervenção, no estágio com trabalhadores da Via Permanente da Estrada de Ferro Noroeste, próxima a Bauru, as atividades estavam voltadas para a educação, o lazer e os trabalhos manuais. Havia alfabetização de adultos, esclarecimentos sobre a Cipa e Previdência Social, orientação sobre alimentação e profilaxia de doenças, prevenção à verminose, vacinação Sabin, análise da água consumida, incentivo e orientação à horticultura, comunhão pascal, Primeira Comunhão, comemoração de sete de setembro e dia das árvores, curso de corte e costura, recreação (dominó, loto, festa junina, futebol).³³

O cotidiano desses trabalhadores e de suas famílias sofria uma intervenção maior do que os anteriormente apresentados aqui. As casas pertenciam à empresa e estavam circunscritas à sua área de atuação (ficam à beira da linha férrea). Há indícios de que a situação se agravava devido à inexistência de infra-estrutura urbana para esses moradores e, possivelmente, a salários insuficientes. Segundo as estagiárias, a educação e a higienização desses grupos deveriam passar pela ação do serviço social na família e na mudança das relações de intimidade. Ao mesmo tempo em que as estagiárias ofereciam algumas atividades de lazer, elas reorientavam as práticas cotidianas: higiene doméstica e pessoal, educação alimentar, incentivo ao cultivo da horta.

Um trabalho de educação semelhante ocorreu com os funcionários do DAE, no setor da Usina de Recalque e Estação de Tratamento de Água, em 1970.³⁴ Eles moravam próximo à Usina e à Estação, situadas fora da área urbana, e pareciam viver em más condições de conforto e higiene, segundo a própria estagiária. Nos grupos de orientação, eram realizadas reuniões sobre educação sanitária (doenças infantis, primeiros socorros, puericultura, higiene pessoal e do meio), educação alimentar (higiene alimentar, alimentação sadia, economia na compra de alimentos), educação familiar (relações humanas na família), economia doméstica (corte e costura, confecção de flores, trabalhos com espuma e plástico) e recreação (comemoração de datas, confecções de fantoches e leitura).

Como entre os moradores da Via Permanente da Estrada de Ferro Noroeste, a infraestrutura urbana e os serviços ficavam distantes. Essas deficiências tornavam-se mais graves associadas ao fato de os trabalhadores não terem qualificação e receberem salários baixos.

A interferência no cotidiano e na intimidade atingia até as relações familiares. O serviço social se apresentava como o gestor da família. Devido à insuficiência “educacional” dos membros familiares, estes passavam a sofrer um tipo de tutela, já que a vida na família e na casa deveria ser modificada para além do conhecimento coletivo do grupo. Não se trata, aqui, de desprezar os conhecimentos de higiene, que inclusive diminuem a mortalidade infantil e influem na melhoria das condições de vida. A questão é que, de um lado, não houve mudanças nas condições materiais gerais e no acesso à educação formal. De outro, ocorria o desprezo por formas de vida que continham uma historicidade, não se valorizando, portanto, a autonomia de sujeitos criadores de suas vidas. A questão seria garantir condições para as pessoas discutirem as mudanças necessárias. De qualquer forma, além das polêmicas a partir desses TCCs, percebe-se que em Bauru estava ocorrendo, na segunda metade da década de 1960, uma intervenção sistematizada e profissional nas formas de vida dos setores populares urbanos mais pauperizados e até mesmo daqueles grupos que ainda estavam vivendo entre o campo e a cidade.

Em relação ao lazer, ele esteve presente em inúmeros estágios. As atividades apareciam como uma tentativa de suprir a sua ausência entre os trabalhadores, de criar ambiente de convivência que dissimulava ou reconfigurava os conflitos do local de trabalho e oferecer um canal de expressão emocional e simbólica dos trabalhadores como um espaço possível de manifestação.

Na Fepasa, além dessas atividades de educação e lazer, havia uma parte denominada assistencialista: o assistente social fazia controle da periodicidade de exame médico, encaminhamento ao tratamento dentário, visitas hospitalares a funcionários internados e atendia aos pedidos de empréstimo para compra de óculos, reforma de casa e tratamento de saúde.³⁵

Na Estrada de Ferro Noroeste, existia, ainda, orientação sobre alcoolismo e acidentes de trabalho, curso de relações humanas, festas comemorativas do Dia de Tiradentes e Dia do Trabalho. Os itens desse curso eram: o homem, ser social; a importância da colaboração; o ajustamento do trabalhador – os desajustados; as relações na empresa; o problema da disciplina; higiene e segurança no trabalho.

Em 1967, Aoki referia-se a um curso para formação e treinamento de líderes voltado aos chefes. O objetivo era “despertar e conscientizar os mestres de seção para a responsabilidade e missão que possuem como chefes e líderes institucionais”.³⁶ O conteúdo girou em torno de noções de liderança, tipos e qualidade dos líderes e controle e influência de pessoas.

Uma experiência realizada por algumas estagiárias com intento de atenuar os problemas dos baixos salários foi a criação do Fundo Social. Na fábrica da Tilibra, o fundo de auxílio mútuo foi citado em TCCs de 1967 e 1968 (Rocha; Pelegrini). Pelegrini reconheceu que os salários na Tilibra eram muito baixos e que havia a necessidade de uma “caixa de empréstimo aos trabalhadores”. Apontava como objetivos “proporcionar melhores condições econômicas aos trabalhadores da empresa através do fundo; bom relacionamento entre os trabalhadores; despertar a iniciativa e responsabilidade dos interessados pelo fundo”.³⁷ Cada inscrito nele contribuía, em 1967, com Cr\$ 1,00 por mês, podendo solicitar empréstimo a partir do terceiro mês. O Fundo não sobreviveu: segundo a estagiária, havia o problema de serem poucos os sócios e de os membros da Diretoria não apoiarem.

No estágio no Departamento de Água e Esgoto (DAE), em 1977, Toni³⁸ também tentou a criação de um Fundo Social para empréstimos em dinheiro. A experiência durou alguns meses. Em 1975, Gomes³⁹ fez estágio na Rádio Auri-Verde, sendo criado também um Fundo Social. O dinheiro era arrecadado com apoio da empresa. Alguns anúncios, como os de falecimento, tinham 50% da renda destinados ao Fundo. Foram realizadas brincadeiras dançantes e jogos de futebol, como meio de arrecadar recursos. Era possível tomar emprestado 70% do salário, com parcelamento da quitação em até cinco vezes, sem juros, para tratamento médico e odontológico.

Outra atividade realizada pelas estagiárias foi a seleção e o recrutamento de pessoal. Celarino⁴⁰ fez entrevistas para a Rede Santo Antonio de Supermercados, visando a conhecer e selecionar os candidatos. A estagiária indagou sobre os empregos anteriores e a vida em geral, observando sempre a personalidade do entrevistado. Na Granolplast, Riccó também participou da seleção de pessoal. Em suas palavras, “A entrevista de seleção se destina geralmente a apurar a posse, pelo candidato, de qualidades relacionadas com a aparência e apresentação pessoal, o modo de expressar-se, visão de sua personalidade”.⁴¹

Diferente das experiências anteriores, essas estagiárias colocaram o trabalho à disposição da empresa de forma direta. Neste caso, não havia objetivos mais “nobres” e humanitários mesclados aos materiais: a assistente social selecionava o melhor candidato segundo os interesses e as necessidades da empresa. A semelhança permaneceu em torno das estratégias: a análise da ordem inscrita nos corpos era fundamental, a normalidade psicológica (que, aqui, significava caráter moral) era entrevista na expressividade pessoal.

A atenção ao corpo do trabalhador passava, também, pela segurança no trabalho. De 1966 a 1970, o DAE, a Tilibra e a Noroeste estavam se constituindo em espaços de educação dos funcionários sobre a prevenção de acidentes e a formação da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Nos anos 70, essas experiências apareceram nas empresas Construtora Martha-Pinho, Granoplast e Refrigerantes Bauru. Naquele período, o argumento de desenvolvimento econômico como elemento da segurança nacional estava em andamento.⁴² O desenvolvimento industrial e a formação de trabalhadores capacitados eram apresentados como importantes para o modelo econômico do governo militar e como garantia para manter a ordem na política interna.⁴³ A Cipa estava prevista na legislação trabalhista desde 1945;⁴⁴ entretanto, só foi definida como órgão obrigatório em 1977.⁴⁵ Há indicações de que, no decorrer dos anos 60, ela foi progressivamente difundida, ampliando-se na década seguinte. Singer informa que, pelo menos no início dos anos 70, o índice de acidentes de trabalho era alto.⁴⁶

A articulação entre a “necessidade” de desenvolvimento do país e a importância da Cipa pode ser feita através dos TCCs. Margarido realizou estágio na empresa Refrigerantes Bauru, fabricante da Coca-Cola, em 1979. Ligada a uma multinacional, a empresa pôde oferecer uma administração moderna para o estágio. O tema da obra foi higiene e segurança no trabalho, um relatório estritamente técnico em relação à segurança e acidentes na empresa. Vejamos a fala de Margarido:

Prevenir acidentes não é só uma obrigação social imposta por lei, pois é também eficiente empreendimento, que traz lucros substanciais e certos para a empresa. O índice elevado de acidentes, em grande número de nossas indústrias, demonstra que os empregadores ainda não perceberam esta importante faceta da prevenção.⁴⁷

A diminuição de acidentes, assim, não era vista apenas como uma questão legal, mas entendida, também, como forma de aumento da produtividade, fazendo parte do investimento do capital. O que era comum à visão das estagiárias era a necessidade de educação do trabalhador. No entanto, não se falava em problematização e discussão das condições de trabalho e das atividades cotidianas na empresa, fatores que interferiam na saúde do empregado. Ao suscitar esses problemas entre os funcionários, poderiam surgir questões

inesperadas, como a necessidade de investimento das empresas em segurança do trabalho. As estagiárias entendiam segurança somente como prevenção de acidentes. Com isso, estes eram vistos como resultado de comportamentos inadequados e descuidados, com exceção de Margarido, em quem a abordagem é mais sofisticada.

Outro momento em que se percebe a vinculação do atendimento ao trabalhador, por parte do assistente social, com o governo militar é o estágio no Sindicato dos Empregados do Comércio de Bauru. Nucci e Bérghamo elaboraram, em 1974, uma pesquisa entre os funcionários de lojas da cidade, cujo número era estimado em 3.000. Destes, 241 responderam ao questionário; 26% deles desconheciam o Sindicato. É difícil inferir o motivo do reduzido número de respostas devolvidas; poderia estar ligado à indiferença dos trabalhadores em relação ao Sindicato, mas aí, talvez, haja uma falha técnica e política das estagiárias: elas não entregaram pessoalmente os formulários aos trabalhadores e, sim, aos gerentes de cada loja. É possível, ainda, que este intermediário fosse regularmente utilizado na comunicação entre Sindicato e comerciários.

Por constatarem a inexistência de literatura sobre serviço social em sindicatos, elas elaboraram “em conjunto com a supervisora de estágio um quadro de funções e atividades que o assistente social pode exercer...”: motivar a sindicalização, dinamizar os setores (médico, odontológico, recreativo, cultural, colônia de férias), incentivar os associados a uma maior utilização dos benefícios do Sindicato, arrecadação de dinheiro, palestras sobre direitos trabalhistas, atração da família do sindicalizado, seleção e orientação dos bolsistas.⁴⁸ No entanto, o que elas realmente realizaram durante o estágio, além da pesquisa, foi a semana do comerciário: campeonato (futebol de salão, voleibol feminino, pingue-pongue, dama), palestra sobre PIS e FGTS, missa em ação de graças e baile.

O Sindicato apresentado se constituía em um órgão prestador de serviços, tendência comum no período. Ao mesmo tempo, o órgão aparecia como elo de harmonização entre as classes e até substituto das ações reivindicativas dos comerciários. O conceito de Sindicato pode ser mais bem observado com Soldara,⁴⁹ para quem as finalidades de um sindicato eram: elevar o homem, educar para a democracia, realizar a justiça social, suprir a causa da luta de classes e não alimentá-la, realizar o bem comum e buscar a grandeza nacional.

Os conflitos e as deficiências também estavam presentes no trabalho doméstico. Com o apoio do Serviço de Relações Públicas da Prefeitura Municipal, algumas estagiárias criaram uma Agência de Empregos para Domésticas. Como exigência para inscrição na Agência, as mulheres precisavam apresentar referências e carteira de saúde. As inscritas eram incentivadas a participar de reuniões realizadas duas vezes por semana, com aulas sobre formação moral, etiqueta social, trabalhos manuais e arte culinária. Como havia muitas

faltas, passou-se a fazer sorteio de prêmios durante as reuniões, incentivo à presença das domésticas. Segundo as autoras, a estratégia não teve efeito:⁵⁰ as faltas continuaram.

A Agência apresentava uma preocupação de profissionalização das domésticas. A exigência de referências já era uma seleção que visava à garantia de boas trabalhadoras em potencial. Os cursos e as reuniões pretendiam aperfeiçoá-las. No entanto, as estagiárias demonstravam uma visão mais ampla da questão: a Agência podia perpetuar a estrutura social.

Teríamos a elevação do nível de vida da doméstica com o aperfeiçoamento de seu serviço e conseqüentemente melhor remuneração; com a diminuição dos desajustamentos sociais, que poderiam constituir uma cadeia entre as domésticas e sua família, pois geralmente os filhos dessas pessoas também se dedicam a esse tipo de serviço.⁵¹

Maddi justificava a preocupação com a doméstica devido à sua instabilidade no emprego e aos conflitos entre elas e as empregadoras. Para a autora, a principal questão que ocasionava os problemas era a

(...) grande discrepância existente entre os dois ambientes aos quais as domésticas encontram-se relacionadas: o meio em que vive e aquele em que trabalha. No primeiro, temos o baixo nível econômico, cultural e higiênico e muitas vezes, a miséria; no outro, o nível econômico satisfatório, a cultura e a higiene desenvolvidas e algumas vezes o luxo e a riqueza.⁵²

O contraste é delineado através do resultado de uma pesquisa realizada pelas estagiárias entre as domésticas da Agência de Emprego. Foram consultadas 62 pessoas, das quais quase 70% tinham até 20 anos de idade; somente 20% nasceram em Bauru e a maioria era de cidades menores da mesma região; 51% possuíam casa própria, mas 33% não dispunham de luz elétrica e 37% não recebiam água encanada; 25% não eram donas de qualquer aparelho eletrodoméstico, sendo que 35% possuíam fogão a gás, 5% tinham fogão elétrico, 13% dispunham de geladeira e 11% eram proprietários de TV.

Para Maddi, a diferença de universos entre a casa *local de trabalho* e a casa própria da família tornava necessária a aprendizagem do trabalho. Produzia, ainda, uma crise existencial na doméstica – muitas vezes, causada pela incompreensão da patroa do problema da funcionária –, prejudicando a eficiência do seu trabalho. A Agência seria, então, um anteparo às situações conflituosas entre patroa e empregada.

A Agência não durou muito, mas iniciativas deste tipo permaneceram. Os TCCs registram mais duas experiências, agora ligadas à Igreja Católica. Em 1972, um grupo de Senhoras Cursilhistas da Comunidade da Catedral do Divino Espírito Santo criou a Esco-

la de Promoção da Mulher Doméstica, visando à sua profissionalização. A partir de 1974, o projeto passou a ser conveniado com o Centro de Entidades Sociais de Bauru (Cesb), órgão da Prefeitura que gerenciava as entidades sociais. Em 1978, o projeto foi transferido para o Conselho Central de Bauru da Sociedade São Vicente de Paula.

Os vicentinos mudaram a clientela: eles decidiram trabalhar com as famílias que já eram atendidas pelo dispensário familiar, devido à “crescente escassez de mão-de-obra para o trabalho doméstico” e à “ociosidade principalmente de jovens do sexo feminino na periferia da cidade”.⁵³

Os objetivos eram “fornecer uma habilitação básica” às pessoas que iriam trabalhar como domésticas, eliminar a falta “de recursos humanos no mercado de trabalho de empregadas domésticas”, oferecer possibilidade de melhoria do orçamento familiar e oportunidade de autopromoção.⁵⁴ No programa, constavam educação alimentar e confecção de alguns pratos, higiene e limpeza geral de uma casa, “relações humanas na família e no trabalho”, higiene e saúde.

Nos mesmos moldes da Escola de Promoção da Mulher Doméstica, a Comunidade Paroquial da Igreja Santa Terezinha criou, em 1975, a Casa do Lazer das Empregadas Domésticas de Bauru. Nela, além dos cursos de formação profissional, havia atividades de lazer.

Como em inúmeros outros momentos, a Igreja aparecia na condição de aliada do serviço social. Nos anos 70, já eram nítidas as diferenças entre a Igreja tradicional e os partidários da Teologia da Libertação. Enquanto em 1970 já havia inícios de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na cidade de São Paulo⁵⁵ e nos anos seguintes setores da Igreja organizavam-se contra a repressão política realizada pelos militares,⁵⁶ havia também os Movimentos de Cursilho de Cristandade. No período de certa elevação do poder aquisitivo da classe média (“milagre econômico”), o Cursilho explodiu como uma forma de religiosidade despreocupada com o contexto sociopolítico.⁵⁷ A promoção com a doméstica foi a via escolhida para sua intervenção da realidade. A imagem do ócio nas ruas – e, principalmente, na periferia – ameaçando as mulheres pobres foi retomada.

Apesar da diferença temporal dos TCCs, a postura das estagiárias em relação aos trabalhadores tem semelhanças. Percebe-se a ausência de debate quanto à relação política entre capital e trabalho e o não reconhecimento da historicidade de práticas culturais distintas, inclusive os significados que a “inadaptação” representava para o empregado. Com isso, a lógica de intervenção das estagiárias era a normatização do comportamento, do pensamento e da ação política no trabalho e fora dele. Se havia preocupação com a melhoria das condições de vida e de trabalho para o trabalhador, fica claro que isso era um caminho para o incremento da produção.

O interesse das empresas e da Faculdade de Serviço Social em atender a problemas dos trabalhadores não era produto da simples iniciativa delas. O tipo de relacionamento e de postura que os funcionários estabelecem com o trabalho, com a hierarquia, com a disciplina e com os saberes sobre o trabalho demanda preocupações e intervenções. Após 1966, as empresas e a cidade contariam com um profissional que poderia facilitar essas ações: o assistente social. Se a despolitização da relação capital/trabalho era argumento presente em quase todos os momentos do passado brasileiro, neste ela estava desenvolta, já que a repressão ao movimento sindical e às lutas na produção, após o golpe de 1964, foi violenta.

O serviço social apresentava-se, em Bauru, como uma alternativa para atenuar a degradação física do trabalhador e mantê-lo sintonizado à produção, contornando ações que eram politicamente rejeitadas pela ditadura. Atendendo às novas demandas de uma sociedade urbana e industrial, constituídas de trabalhadores mal pagos, carentes de conforto material e insubmissos ao direcionamento do capital, um viés dominante do serviço social atuaria, no pós-64, visando à atenuação dos conflitos sociais e políticos, à harmonização da produção, à padronização dos trabalhadores, à substituição da sua luta e à garantia de que apenas a política afinada à do Estado poderia ser praticada.

A ditadura militar, desde o seu início, reprimiu a livre organização e manifestação política das classes populares e segmentos operários, buscando compensar a perda de legitimidade com a ampliação do Estado de Bem-Estar Social. O serviço social, inserido em uma longa trajetória de mediação política entre setores dominantes e classes subalternas e grupos considerados perigosos, assumiu mais intensamente esse papel com tendências sintonizadas com os direcionamentos autoritários da ditadura militar, implantados no pós-64.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Artigo originado de parte de um capítulo de minha dissertação *Olhares na formação do serviço social: trabalho, comunidade, lazer e assistência. Bauru – 1966/1983*. 1993. Dissertação de mestrado em História Social apresentada à FFLCH-USP, São Paulo.

** Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp – Campus de Bauru: Av. Luiz Edmundo C. Coube, s/nº - 17033-360 – Bauru – SP.

¹ CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* Trad. de Marcos Silva. São Paulo, Ática, 1995; FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1982; BENJAMIN, W. “Sobre o conceito

de história”. In: *Obras escolhidas. Magia e arte, técnica e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 222-232; THOMPSON, E. P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989; WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

² VIEIRA, B. O. *História do serviço social*. 4 ed., São Paulo, Agir, 1985.

³ Sobre a complexidade da discussão do regional, ver SILVA, M. A. A história e seus limites. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 6, pp. 59-65, jan./jun. 1992.

⁴ CAMARGO, A. B. M. *Análise demográfica regional: região de Bauru. Uma área de recuperação demográfica*. São Paulo, Seade, 1983.

⁵ NEVES, C. *História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Bauru, Tipografias e Livrarias Brasil S/A, 1958, pp. 32-38.

⁶ Id., *ibid.*, p. 59.

⁷ FARIA, C. A. C. *Desenvolvimento econômico e urbanização: estudo de caso do município de Bauru – 1960-85*. Campinas, 1988, mimeo; SEMEGHINI, U. C. *Bauru*. Araraquara, 1988, mimeo.

⁸ Apud GALVÃO, M. L. S. *Introdução e organização do serviço social na EFN do Brasil de Bauru*. TCC, 1966, p. 16.

⁹ CARVALHO, M. E. *O serviço social do trabalho e sua aplicação em uma comunidade ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. TCC, 1966, p. 4; GALVÃO, *op. cit.*, p. 16.

¹⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 4.

¹¹ GALVÃO, *op. cit.*, p. 16

¹² BERTOLUCI, M. M. *Uma experiência de serviço social na Fepasa – Ferrovia Paulista S/A*. TCC, 1976, p. 10.

¹³ RICCÓ, J. C. C. *Experiência e intervenção do serviço social na Granoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda*. TCC, 1974, p. 24.

¹⁴ AOKI, T. *O serviço social contribuindo para a promoção de um grupo de ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. TCC, 1967, pp. 62-63.

¹⁵ THOMPSON, *op. cit.*

¹⁶ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed., Petrópolis, Vozes, 1985; D’ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D. e CASTRO, C. (orgs.). *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. 2 ed., Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹⁷ ALVES, M. H. A. F. *Tilibra e serviço social*. TCC, 1966, pp. 27-31.

¹⁸ BAPTISTA, T. L. C. *Uma experiência de serviço social*. TCC, 1973.

¹⁹ ROCHA, Y. P. *Dinamização do serviço social na empresa Tipografia e Livrarias Brasil S/A - Tilibra*. TCC, 1968, pp. 16-17.

²⁰ LINEBAUGH, P. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. In: PINHEIRO, P. S. (org.). *Crime, violência e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983; MARGLIN, S. “Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?)”. In: GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

²¹ Sobre a questão da administração científica do trabalho e a expropriação do saber operário, ver: RAGO, L. M. e MOREIRA, E. F. P. *O que é taylorismo*. São Paulo, Brasiliense, 1987. Acerca do treinamento do traba-

lhador brasileiro em torno da “organização racional industrial” nos anos 1920, ver: ANTONACCI, M. A. Institucionalizar ciências e tecnologia em torno da fundação do Idort. São Paulo, 1918/1931. *Instituições – Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero/Anpuh, n. 14, pp. 59-78, 1987.

²² PELEGRINI, V. *Desenvolvimento do serviço social na firma Tipografia e Livrarias Brasil S/A*. TCC, 1967, p. 16.

²³ PEDROSO JR., A. (coord.). *Subsídios para a história da repressão em Bauru*. Bauru, Comitê Brasileiro pela Anistia – Bauru, 1979.

²⁴ Id., *ibid.*, pp. 121-139.

²⁵ PAGAN, R. H. *Alternativas de ação do serviço social junto à Fepasa-BAURU-UR-3*. TCC, 1978, pp. 43-4. Ver, também: MARGARIDO, C. G. *Higiene e segurança do trabalho*. TCC, 1979; ROCHA, Y. P. *Dinamização do serviço social na empresa Tipografia e Livrarias Brasil S/A*. TCC, 1967; RICCÓ, J. C. C. *Experiência e intervenção do serviço social na Granoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda*. TCC, 1967; PAVAN, A. T. G. *O fator social e a produtividade na Tilibra S/A*. TCC, 1980; NEVES, S. F. B. *Causas das discrepâncias de desempenho na empresa*. TCC, 1982; BIGHETTI, B. R. *Diferentes fatores sociais que interferem na produtividade da empresa*. TCC, 1983.

²⁶ PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

²⁷ MARGARIDO, *op. cit.*, p. 17; CARVALHO, *op. cit.*

²⁸ NEVES, S., *op. cit.* Outro TCC com a mesma tendência de preocupar-se com a produtividade, voltando-se a problemas como o absentéismo e a alta rotatividade, trata da Fábrica de Acumuladores Ajax: BIGHETTI, B. R. *Diferentes fatores sociais que interferem na produtividade da empresa*. TCC, 1983.

²⁹ NEVES, S. *op. cit.*, p. 16.

³⁰ PAULO NETTO, J. *Ditadura e serviço social*. São Paulo, Cortez, 1991, pp. 276-289.

³¹ NEVES, S., *op. cit.*, p. 30.

³² ABRAMO, L. W. “Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho”. In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 207-245; SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

³³ GALVÃO, *op. cit.*

³⁴ FAVRETO, A. et alii. *De como o serviço social pode colaborar com uma autarquia municipal*. TCC, 1970.

³⁵ BERTOLUCI, *op. cit.*; PAGAN, *op. cit.*

³⁶ AOKI, *op. cit.*, p. 95. Participaram mestres das seguintes seções do Departamento de Mecânica: tornos, ferraria, bombas e locomóveis, motor de explosão, bateria, solda, caldeiraria de cobre, funilaria, fundição de bronze, aros e eixos, caldeiraria de ferro, eletricidade, carpintaria, truque, pintura, marcenaria, serralheria, modelagem, diesel, frima e fresas.

³⁷ PELEGRINI, *op. cit.*, p. 32.

³⁸ TONI, L. *DAE e serviço social na minimização de problemas de bem-estar social*. TCC, 1977.

³⁹ GOMES, M. F. *Aplicação da metodologia atual do serviço social numa emissora de rádio bauruense*. TCC, 1975.

⁴⁰ CELARINO, N. F. B. *A reintegração do serviço social à rede Santo Antonio de Supermercados Ltda*. TCC, 1980.

⁴¹ RICCÓ, *op. cit.*, p. 73.

⁴² ALVES, M. H. M., op. cit., pp. 48-51.

⁴³ SILVA, G. C. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.

⁴⁴ AROUCA, A. M. T. "O trabalho e a doença". In: GUIMARÃES, R. (org.). *Saúde e medicina no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 111.

⁴⁵ Lei 6.514, de 22 dez. 1977. Organização e funcionamento foram regulamentados pela Portaria 33 do Ministério do Trabalho – Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, em 27 out. 1983. *Cipa: Apostila de Treinamento*. Senac- SP.

⁴⁶ SINGER, P. *A crise do milagre*. 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 82.

⁴⁷ MARGARIDO, op. cit., p. 34

⁴⁸ NUCCI, M. B. e BÉRGAMO, M. L. *Experiência de serviço social no SEC de Bauru*. TCC, 1974, pp. 17-18.

⁴⁹ SOLDERA, C. M. *Atuação do serviço social no SEC de Bauru*. TCC, 1976, pp. 11-12.

⁵⁰ BRAGA, M. E. L. *A promoção e colocação da doméstica na comunidade de Bauru*. TCC, 1966.

⁵¹ MADDI, T. M. *O serviço social na promoção e aperfeiçoamento da doméstica*. TCC, 1967, p. 9.

⁵² Id., *ibid.*, p. 2.

⁵³ VALENTE, M. F. M. *Execução do projeto de orientação profissional para empregadas domésticas CSEB-CCBSSVP*. TCC, 1978, p. 33.

⁵⁴ Id., *ibid.*

⁵⁵ SADER, op. cit., pp. 146-167.

⁵⁶ ALVES, M. H. M., op. cit., pp. 200-208.

⁵⁷ GIL, B. M. Os Cursilhos de Cristandade e o conservadorismo católico no Brasil. *Anais de História*. Assis, ILHPA, ano IX, pp. 78-87.



PESQUISAS

REPRESSÃO E DIPLOMACIA: BRASIL, ESTADOS UNIDOS E A EXPERIÊNCIA DO GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE*

Henrique Alonso de A. R. Pereira**

Desde o início da década de 1960, o Rio Grande do Norte despertava atenção especial do governo dos Estados Unidos. O objetivo deste estudo é analisar as circunstâncias que levaram esta potência a escolher o estado como *locus* preferencial de sua política externa para o Brasil, especialmente através da Aliança para o Progresso, e também examinar como as relações entre Brasil e Estados Unidos interagiram com a experiência do golpe de 1964 no estado.

A Aliança para o Progresso foi uma das maiores expressões da política externa norte-americana durante a década de 1960. Embora oficialmente o objetivo dos Estados Unidos fosse fazer uma “aliança” com todos os países da América Latina para promover o “progresso” econômico do continente, tratava-se do processo de enfrentamento do “perigo” comunista. Tal “ameaça” havia se materializado na Revolução Cubana (1959), que constituiu grande entrave ao controle norte-americano sobre a América Latina.

Logo no seu discurso inaugural como presidente, em 13 de março de 1961, transmitido ao vivo em cadeia de rádio para todo o hemisfério ocidental, John Fitzgerald Kennedy (JFK) afirmou que faria um “vasto esforço cooperativo, sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas do povo latino-americano”.¹ O presidente norte-americano e seus conselheiros logo deram substância a tal retórica. Na Conferência Interamericana ocorrida em agosto de 1961, em Punta del Este, no Uruguai, na qual a Aliança foi oficialmente lançada, o então secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon,² garantia aos delegados latino-americanos que poderiam contar com investimentos de US\$ 20 bilhões dos Estados Unidos na América Latina, sob a forma de capital público e privado, pelos próximos dez anos. Combinado o influxo de capital estrangeiro com o investimento interno adicional de cerca de US\$ 80 bilhões, as nações latino-americanas poderiam esperar alcançar uma média de crescimento econômico de 2,5% ao ano, aproximadamente o dobro da média do continente em fins da década de 1950.³

Outros representantes do governo Kennedy haviam ido além e chegaram mesmo a superar o otimismo do secretário do Tesouro. Adolf Berle, que havia sido embaixador no Brasil entre 1945 e 1946 e um dos principais arquitetos da Aliança para o Progresso, profetizava que os Estados Unidos conseguiriam fazer subir o padrão de vida dos latino-americanos em, no mínimo, 50%.⁴ Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil entre 1961 e 1966, vislumbrava que, graças à iniciativa dos Estados Unidos, via Aliança, a América Latina “deve embarcar numa década de progresso democrático, para demonstrar neste hemisfério que o crescimento econômico, a equidade social e o desenvolvimento democrático das sociedades pode ocorrer”.⁵

A Aliança para o Progresso falhou, no entanto, em alcançar sua meta de construir sociedades democráticas, prósperas e socialmente justas. Durante a década de 1960, várias mudanças extraconstitucionais de governo, muitas das vezes resultantes de golpes de Estado, abalaram a América Latina. Apenas durante a gestão JFK, entre 1961 e 1963, grupos militares, na maioria das vezes com apoio dos Estados Unidos, derrubaram e destituíram seis presidentes eleitos e com apoio popular.⁶

Além disso, de maneira geral, as economias latino-americanas tiveram uma *performance* aquém dos devaneios e ilusões prometidos pelo secretário do Tesouro norte-americano, registrando uma média anual de crescimento inferior a 2%. A maioria das economias latino-americanas que experimentou algum crescimento só o conseguiu no fim da década de 1960. O número de desempregados no continente latino cresceu, nesse período, de 18 para 25 milhões; além disso, a produção agrícola *per capita* teve decréscimo.⁷ Para Joseph Tulchin, a Aliança foi apenas uma “promessa de progresso”.⁸

Durante a década de 1960, ao mesmo tempo em que implementava a Aliança para o Progresso, o governo do Estados Unidos dava prosseguimento aos contínuos investimentos em treinamento de policiais e militares latino-americanos associados aos programas de contra-insurreição. Tal postura, que vinculou a instrução em táticas militares a parcela da política externa, marcou profundamente as relações entre a potência continental e a América Latina, naquele momento. Nesse sentido, ainda enquanto candidato a presidente, Kennedy afirmava: “embora saibamos que a guerra fria não será vencida na América Latina, ela pode ser perdida lá”.⁹

A US Army Caribbean School in the Canal Zone, mais conhecida como Escola das Américas, foi uma das principais instituições utilizadas pelos Estados Unidos para treinar latino-americanos. Nessa “Escola”, ensinavam-se, entre outros, cursos como: operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda.¹⁰

Até 1964, passaram pela Escola das Américas, mantida pelos Estados Unidos no Panamá, 105 brasileiros. Entre 1961 e 1963, outros 142 receberam treinamento policial-militar nos Estados Unidos.¹¹

No começo de setembro de 1961, o governo Kennedy lançou um documento importante a respeito do posicionamento militar dos Estados Unidos ante a América Latina. Tal documento, à época classificado como “secreto” pelo governo norte-americano, só foi disponibilizado para consulta 35 anos depois, em 1996. Tratava-se do *National Security Action Memorandum* número 88 (NSAM-88), através do qual o presidente Kennedy demonstrava sua preocupação com as relações militares no continente. A situação política do Brasil contribuíra, em grande medida, para a atenção especial concedida às questões militares na América Latina, pois, nesse momento, o país vivia uma crise institucional resultante da renúncia de Jânio Quadros (fins de agosto de 1961). Os militares, que tiveram papel importante e decisivo nesta conjuntura, vetaram a posse do então vice-presidente João Goulart – que, mesmo assim, assumiria depois, com seus poderes significativamente reduzidos, através da implantação do parlamentarismo. Nessa circunstância, John Kennedy procurava deixar clara a importância prioritária que dava às questões militares na implementação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina:

Gostaria de ouvir de você quais são os passos que nós estamos dando para treinar as Forças Armadas da América Latina para controlar tumultos, guerrilhas etc. Além disso, como os eventos da semana demonstraram no Brasil, os militares ocupam uma posição estratégica extremamente importante na América Latina. Quero saber quantos oficiais nós estamos trazendo da América Latina para treinar aqui e o que nós podemos fazer para aumentar seu número. Também [quero saber] quais outros passos estamos tomando para aumentar a intimidade entre nossas Forças Armadas e os militares da América Latina. (...) Nós devemos trazer vários bons oficiais de diferentes países da América Latina para um período de um ou dois meses; devemos ter membros do FBI que podem lhes falar sobre técnicas que eles desenvolveram para controlar o comunismo e a subversão, e podemos, também, ter nossos militares vindo para ensiná-los como controlar tumultos e lutar contra guerrilhas. Além disso, para aumentar sua eficácia, [tais ações] devem fortalecer os laços [dos latino-americanos] com os Estados Unidos.¹²

Por sua importância geopolítica, o Brasil recebeu atenção especial da Aliança para o Progresso na primeira metade da década de 1960. Nesse período, o Nordeste brasileiro foi escolhido como o foco privilegiado de atuação do programa. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – órgão das Nações Unidas que, entre outras atividades, prestava assessoria econômica aos países latino-americanos –, o Nordeste era a região com menor renda *per capita* da América Latina.¹³ Nos Estados Unidos, o Nordeste brasileiro era visto como uma “região explosiva” e, portanto, deveria ser a principal área

de atuação da Aliança para o Progresso. Mesmo antes do lançamento oficial do programa, seus formuladores já consideravam que o “foco” da Aliança era o “Nordeste do Brasil, a bomba-relógio da política latino-americana”. A situação inflamável da região decorreria do fato de “20 milhões de camponeses estarem vivendo na pobreza e esqualidez, a maioria deles amontoados em cidades costeiras (...) maduros para a infecção pró-Castro”.¹⁴

Dessa forma, para o governo norte-americano, a conjuntura do Nordeste favorecia a possibilidade da realização de uma segunda Revolução Cubana, desta vez em solo brasileiro. Pernambuco, à época governado por Miguel Arraes, era, para os Estados Unidos, estado aglutinador de “forças subversivas”. Lá, a atuação das Ligas Camponesas preocupava a potência hegemônica, na medida em que encarnavam aquilo que o governo norte-americano encarava como “ameaça comunista” no continente.¹⁵ Diante desta percepção, tornou-se fundamental para aquele país apoiar e fortalecer políticos e governos estaduais que se mostrassem confiáveis e receptivos à “ajuda” e que seriam mostruários do “sucesso” da empreitada americana.

Como enfrentou sérias resistências em Pernambuco de Arraes, a Aliança para o Progresso procurou atuar em outros estados, na perspectiva de criar aquilo que o então embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, chamou de “Ilhas de Sanidade”. Tais Ilhas seriam os *loci* preferenciais da atuação da *Aliança* e demonstrariam o que a política externa norte-americana poderia fazer para promover o progresso no país. No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi a principal “Ilha de Sanidade” e, efetivamente, funcionou como um contraponto a Pernambuco.

Ainda antes do lançamento oficial da Aliança para o Progresso, a Embaixada norte-americana no Brasil já alertava o Departamento de Estado para a necessidade de “encontrar meios para fortalecer governadores amistosos em relação aos Estados Unidos através da assistência econômica e técnica, a fim de preservar o equilíbrio de poder entre o governo federal e os estaduais”.¹⁶ Segundo Black, tornou-se necessário para os Estados Unidos cooptar economicamente as elites políticas, visto que era imperioso conter a “ameaça comunista”.¹⁷ O governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, por sua trajetória política, encaixava-se nesse modelo de político “confiável”, não tendo dificuldades para conseguir ajuda americana. Como assinala Dreifuss:

(...) através da UCF [União Cívica Feminina] organizaram-se [em São Paulo] conferências de promoção e relações públicas a favor do governo do Rio Grande do Norte. Estas atividades relacionavam-se com a criação do plano de desenvolvimento (orientado pelo Ipes [Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais]) daquele Estado. Por coincidência o Rio Grande do Norte era um dos Estados-chave escolhidos como “vitrine” para a promoção das “Ilhas de Sanidade”, denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos Estados cujos governa-

dores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros para projetos de impacto e outros meios, essas “Ilhas de Sanidade em um mar conturbado” visavam a frustrar a crescente mobilização trabalhista e de esquerda e escorar as imagens dos vários governadores do problemático Nordeste. (...) O plano projetado pelo Ipes consistia em tornar o Estado do Rio Grande do Norte um exemplo do que a empresa privada poderia fazer pelo Nordeste, tentando solucionar os problemas da região.¹⁸

Aluizio Alves havia sido eleito para o governo do Rio Grande do Norte em 1960, com o decisivo apoio de movimentos sociais e grupos políticos de esquerda (incluído o Partido Comunista, que atuava na ilegalidade), todos de orientação nacionalista. Em trabalho anterior,¹⁹ analisei como estes expressivos setores da cena política potiguar traziam à tona reivindicações das quais Aluizio Alves se tornou porta-voz durante a campanha eleitoral. Aluizio tinha suas origens políticas ligadas à tradicional oligarquia norte-riograndense. Entretanto, em 1960 sua imagem pública foi metamorfoseada e se lhe construiu uma nova. Nessa produção, foram fundamentais a mobilização de uma equipe de publicitários e a utilização de uma série de técnicas de propaganda política. Nesse momento, “valendo-se de toda essa elaboração imagético-discursiva, passou a representar a ‘esperança’ de redenção para o Rio Grande do Norte”.²⁰

Garantida sua ascensão ao poder, verificou-se o rompimento daquela liderança com os grupos nacionalistas que a apoiaram. Logo que assumiu o governo do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves reelaborou as práticas da oligarquia com a qual rompera e de onde se originara. Os grupos políticos de esquerda, que tinham tido fundamental participação na vitória do “candidato da esperança”, foram, durante seu governo, duramente reprimidos.

Com a decisiva ajuda das verbas provenientes da Aliança para o Progresso, a gestão Aluizio Alves desenvolveu importantes realizações em diversos setores da administração estadual. O dinheiro do programa americano também ajudou a financiar a construção de um bairro em Natal (Cidade da Esperança), além de ainda ter sido usado no estabelecimento de toda uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento.²¹ Na área da educação, com recursos da Aliança, foram construídas e reformadas várias escolas. Além disso, o projeto-piloto do que ficaria conhecido posteriormente como *método Paulo Freire de alfabetização* foi realizado na cidade de Angicos, terra natal do governador, com verbas da Aliança para o Progresso. Embora tenha tido bastante sucesso, o projeto seria depois sustado, ao ser considerado “subversivo” pelo governo norte-americano.²²

Concomitantemente a tal ação, havia o interesse dos Estados Unidos, corroborado e ratificado pela administração norte-riograndense, de conter o “perigo” comunista. Desde o início do relacionamento de seu governo com a Aliança para o Progresso, Aluizio sabia exatamente com o que estava se envolvendo. Em um de seus livros de memórias, ele deu demonstrações claras de estar em sintonia com o objetivo de conter aquela “ameaça”:

A Aliança para o Progresso nasceu da consciência de uma emergência: aquela provocada pela ascensão comunista em Cuba (...). A Aliança para o Progresso nasceu sob o impacto de um perigo dramático. Este perigo não cessou, ainda que não tenha assumido novas formas tão dramáticas quanto a Revolução Cubana. Imaginar que o perigo desapareceu porque não se apresenta, de imediato, dramaticamente exteriorizado, seria manifestação criminosa de imprevisão política. Será melhor, portanto, pagar o preço do êxito para não ter que pagar o preço muito mais caro do fracasso. O preço do êxito é o preço pago imediato. Nesse sentido, para a Aliança existem investimentos políticos – no bom sentido [*sic*] – válidos, antes mesmo que se atendam a todos os alegados pré-requisitos sociais e de eficácia econômica constantes na Carta de Punta del Este.²³

Se em Pernambuco as Ligas Camponesas foram o mais importante movimento social rural, no Rio Grande do Norte sua atuação foi inexpressiva. Fortemente influenciados pela Igreja Católica, e com o apoio decisivo da Aliança para o Progresso, os Sindicatos Rurais funcionaram como uma das maiores expressões que o Rio Grande do Norte, na qualidade de “Ilha de Sanidade”, ofereceu em contraposição ao “subversivo” Pernambuco. Em 1962, num aerograma enviado diretamente à sede do Departamento de Estado, em Washington, no qual tratava do suporte financeiro dos Estados Unidos aos Sindicatos Rurais no Estado, o cônsul norte-americano em Recife alertava que “o governo dos Estados Unidos devem ajudar o governador [Aluizio] Alves”. Insistindo, o diplomata lembrava que o “Rio Grande do Norte é nossa prioridade no Nordeste brasileiro”.²⁴

Calcado nos dólares da Aliança para o Progresso, o governo Aluizio Alves e seus aliados colheram grandes frutos políticos. Em 1962, por ocasião das eleições para o Senado Federal, o governador tinha como seu candidato um clérigo católico: monsenhor Walfredo Gurgel, seu vice. Durante a campanha eleitoral, financiada pelo Ipes, Walfredo deixou clara sua vinculação à Aliança. Num discurso, ele anunciava: “Como cristão católico e democrata, (...) estamos em sintonia com os valores da Aliança para o Progresso”. “O comunismo”, continuava, para não deixar dúvidas sobre sua sintonia, “é uma ameaça à fé cristã segundo prega a Igreja e, como tal, deve ser combatido”.²⁵ Monsenhor Walfredo foi eleito senador.

O Rio Grande do Norte foi o Estado brasileiro que mais recebeu recursos da Aliança para o Progresso. Autores americanos que estudaram as relações Brasil-Estados Unidos corroboram a afirmativa.²⁶ Não faltam, também, dados de autores brasileiros, como Celso Furtado, à época presidente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que assevera: “o Estado mais bem aquinhado foi o Rio Grande do Norte, cujo governador udenista, Aluizio Alves, disputava por essa época a Carlos Lacerda, governador da Guanabara, a primazia das atenções das autoridades americanas, então empenhadas em barrar a infiltração ‘comunista’”.²⁷

Com o golpe de 1964, o governo do estado do Rio Grande do Norte não teve dificuldades para adequar-se à nova ordem, pelo contrário, ajudou a estabelecê-la. O período final da gestão Aluizio Alves foi marcado pelo seu alinhamento com o novo sistema político que se instaurava no país após o golpe. Na capital potiguar, Natal, como de resto em todo o estado, os quartéis estavam em prontidão. Em 1º de abril de 1964, os comandantes militares publicaram uma nota de apoio ao golpe e deixaram evidenciados seus vínculos com Aluizio, ao afirmar que “medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimentos com o senhor governador do Estado”.²⁸

Através do primeiro Ato Institucional, a nova ordem que se estabelecia com o golpe de 1964 criou os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), comandados por coronéis do Exército, em todo o Brasil. Como assevera Moreira Alves, “a simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura”.²⁹ No Rio Grande do Norte, além da instalação dos IPMs, o governador Aluizio Alves ainda criou, em 17/4/1964, uma outra Comissão Especial de Investigações, a qual era coordenada por dois policiais que haviam sido treinados na “Escola das Américas”. Esta Comissão logo começou a “caça às bruxas”, como alardeava o jornal *Tribuna do Norte*, de propriedade do governador:

Comissão do Estado quer nomes de funcionários subversivos

A Comissão nomeada pelo governador Aluizio Alves para promover a execução do Ato Institucional no estado, reunida ontem pela segunda vez, deliberou que todos os secretários de Estado e chefes de serviços enviarão listas completas dos funcionários para que (...) sejam identificados os que estão comprometidos com os movimentos subversivos e comunistas que a revolução de 1º de abril cortou.³⁰

Encerrados os “trabalhos”, foi produzido um relatório intitulado *Subversão no Rio Grande do Norte* (também conhecido como *Relatório Veras*, alusão ao nome do delegado que presidia a Comissão), publicado na íntegra pelo jornal *O Poti*, dos Diários Associados, em setembro de 1964. Mostrando fotos das pessoas indiciadas, acusadas de “subversão”, o relatório fornecia detalhes dos inquéritos e depoimentos realizados com cada um dos “subversivos”. Entre as acusações, registrava-se que alguns combatiam a Aliança para o Progresso.³¹

O *Relatório* da Comissão descrevia situações que seriam cômicas, se não fossem trágicas. Por exemplo, Mailde Pinto Galvão teve vários de seus livros apreendidos e listados como “peças acusatórias” no seu inquérito. Entre os livros, vários volumes do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato, considerados “de caráter comunista devido às vinculações de seu autor ao nacionalismo esquerdista desde a Campanha do Petróleo”.

Outro livro apreendido tratava da fase inicial do trabalho do pintor espanhol Pablo Picasso, no qual ele usava muitas formas cúbicas. O livro, intitulado *O Cubismo*, foi relacionado no inquérito à Revolução Cubana.³² O governo Aluizio Alves aproveitou-se da Comissão que havia criado e dos IPMs para perseguir seus inimigos. A este respeito, Mailde Galvão comentou:

Aqueles foram tempos muito difíceis. Você não pode imaginar. (...) Logo vieram os IPMs chefiados por militares. Mas a novidade aqui no Estado foi a criação de uma Comissão de Investigações por Aluizio. Ele mandou trazer dois policiais (...) que tinham treinamento na CIA (...). Olha, eu, que fui interrogada por esses crápulas – eu só, não, eu e outras pessoas, também –, nós chegamos à conclusão de que eles eram muito mais perigosos que os próprios militares. Eles nos intimidavam muito mais que os militares. Parece que eles tinham uma técnica de interrogatório, sei lá (...). Aluizio se valeu não só dos IPMs, mas também dessa comissão pra prender e torturar muita gente que não sabia nem o que era revolução. Gente que não tinha envolvimento com nada. Gente que nem sabia o que estava acontecendo (...). Ele foi muito esperto. Aluizio anulou, literalmente, uma boa parte de seus inimigos políticos.³³

O trabalho dessa Comissão no Rio Grande do Norte foi referido num despacho do cônsul norte-americano em Recife como “um meio interessante” através do qual os Estados Unidos puderam oferecer *know-how* para o novo governo federal.³⁴ Aderindo prontamente ao golpe de Estado, sem esboçar nenhuma resistência – pelo contrário, prestando total apoio –, Aluizio Alves conseguiu manter-se até o fim de seu governo, em 31 de janeiro de 1966, em sintonia com o novo sistema político que se instaurava. Findo o seu mandato, monsenhor Walfredo Gurgel, que tinha sido vice-governador e fora eleito senador em 1962, sucedeu-o no governo do Rio Grande do Norte.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Uma versão inicial deste texto foi apresentada no III Encontro de Estudos da Realidade Brasileira “1964: A Conquista do Estado 40 Anos depois”, promovido pela PUC-SP entre março e abril de 2004.

** Historiador e professor da UFRN. Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Pedro.

¹ Todas as traduções doravante mencionadas são do autor. Todos os textos serão transcritos em sua língua original e aparecerão, juntamente com as respectivas referências bibliográficas, nas notas que seguem. “(...) vast cooperative effort, unparalleled in magnitude and nobility of purpose, to satisfy the basic needs of Latin American people”. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Department of State Bulletin* (a partir de agora, *DSB*), 44, Washington, DC, Government Printing Office, April 3, 1961, pp. 464-465.

² O secretário do Tesouro, equivalente norte-americano do ministro da Fazenda brasileiro, era o representante direto do presidente Kennedy e chefiava a delegação dos Estados Unidos na Conferência.

³ Dados constantes no discurso principal de Douglas Dillon durante a Conferência de Punta del Este, reproduzido em *DSB*, 45, Washington, DC, Government Printing Office, August 28, 1961, pp. 356-60.

⁴ Cf. *DSB*, 44, op. cit., pp. 617-21.

⁵ “(...) should embark on a decade of democratic progress, to demonstrate in this Hemisphere that economic growth, social equity, and the democratic development of societies can proceed”. Draft Memorandum from the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President’s Assistant Special Counsel (Goodwin). Washington, March 6, 1961. Official Use Only. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States* (doravante, *FRUS*), 1961-63. In: American Republics. Vol. XII. Washington, DC, Government Printing Office, 1996, pp. 6-8. Este e outros documentos produzidos pelo serviço diplomático norte-americano na década de 1960 recebiam uma classificação que variava de *Unclassified* (não classificado, ou seja, liberado para consulta), passando, numa ordem crescente, por *Official Use Only* (somente para uso oficial), *Limited Official Use* (uso oficial limitado), *Confidential* (confidencial), *Secret* (segredo), indo até a classificação mais alta, *Top Secret* (ultra-segredo).

⁶ Esse foi o caso da Rafael Trujillo (República Dominicana), François Duvalier (Haiti), Miguel Ydígoras Fuentes (Guatemala), Cheddi Jagan (Guiana Britânica), Arturo Frondizi (Argentina) e Manuel Prado y Ugarteche (Peru).

⁷ Dados coletados em LEVINSON, Jerome e ONÍS, Juan. *The alliance that lost its way: a critical report on the Alliance for Progress*. Chicago, Quadrangle, 1970, pp. 5-12, 23.

⁸ Cf. TULCHIN, Joseph S. The promise of progress: US relations with Latin America during the administration of Lyndon B. Johnson. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 30, pp. 1-36, 1988.

⁹ “(...) although we know that the Cold War will not be won in Latin America, it may well be lost there”; Speech in Tampa, Florida, October 18, 1960, Campaign Speech File, Presidential Papers. NARACP, General Records of the Department of State, Central Decimal File 1960-63, Box 1.055. Unclassified.

¹⁰ Cf. SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1981, pp. 230-233.

¹¹ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 304-305.

¹² “I would appreciate hearing what steps we are taking to train the Armed Forces on Latin America in controlling mobs, guerrillas, etc. In addition, as the events of the past week have shown in Brazil, the military occupy an extremely important strategic position in Latin America. I would like to know how many officers we are bringing up from Latin America to train here and whether we could increase the number. Also, what other steps we are taking to increase the intimacy between our Armed Forces and the military of Latin America. (...) We would bring up a good many officers from the different countries of Latin America for a period from one to two months; we would have FBI people there who could talk to them about the techniques they have developed to control communism, subversion and we could have our military coming in to teach them how to control mobs and fight guerrillas. In addition to increase their effectiveness it would also strengthen their ties with the United States”. NSAM-88. Washington, DC, September 5, 1961, Secret. *FRUS*, 1961-63. Vol. XII, *American republics*. Op. cit., p. 180.

¹³ Cf. ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Analysis of the economic and social evolution of Latin America since the inception of the Alliance for Progress*. Washington, DC, Organization of American States, 1971, p. 135.

¹⁴ “Focus”; “Northeast Brazil, the time-bomb of Latin politics”; “20 million peasants are living in poverty & squalor, most of them crowded into coastal cities (...) ripe for pro-Castro infection”. Report from the Research

Institute of America to the Department of State. July 22, 1961. NARACP, General Records of the Department of State, Bureau of Inter-American Affairs, Office of East Coast Affairs, Records Relating to Brazil 1954-63, Box 1. Confidential.

¹⁵ “Subversive forces”; “Communist threat”. ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1972, pp. 70-74.

¹⁶ “Seek ways to strengthen governors friendly to the United States with economic and technical assistance in order to preserve the balance of power between the federal and state governments”. Letter from Niles W. Bond, American Embassy, Rio de Janeiro, to J. W. Wilson, Bureau of Inter-American Affairs, Department of State, Washington, DC, Rio de Janeiro, June 15, 1961. NARACP, General Records of the Department of State, Bureau of Inter-American Affairs, Office of East Coast Affairs, Records Relating to Brazil 1954-63, Box 1. Confidential.

¹⁷ BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1977, pp. 64-77.

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 295-296.

¹⁹ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *O Homem da esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-66)*. 1996. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

²⁰ *Ibid.*, p. 53.

²¹ No governo Aluizio Alves foram criadas a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (Cosern), a Companhia de Águas e Esgotos (Caern) e a Companhia de Telecomunicações do Estado (Telern). As duas primeiras existem ainda hoje, embora a Cosern tenha sido privatizada. A Telern foi incorporada à Telemar.

²² Cf. PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro, Record, 1989, pp. 205-206.

²³ ALVES, Aluizio. *Sem ódio e sem medo*. Rio de Janeiro, Nosso Tempo, 1969, pp. 177-178.

²⁴ “US government must help governor Alves”; “Rio Grande do Norte is our priority in the Brazilian Northeast”. Assistance to Rural Labor Federation of Rio Grande do Norte. Airgram from the American Consulate in Recife to the Department of State. November 16, 1962. National Archives and Records Administration at College Park (NARACP), General Records of the Department of State, Central Decimal File 1960-63, Box 1.055. Limited Official Use.

²⁵ *Tribuna do Norte*. Natal, 28 set. 1962.

²⁶ Cf. BLACK, op. cit., pp. 109-11; ROETT, op. cit., pp. 55-60.

²⁷ FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 180.

²⁸ *Diário de Natal*. Natal, 1 abr. 1964.

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 57-58.

³⁰ *Tribuna do Norte*. Natal, 29 mar. 1964.

³¹ SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório dos Inquéritos realizados pelos Drs. Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. Natal, Imprensa Oficial, 1964. Ver, também, *O Poti*. Natal, 27 set. 1964.

³² *Ibid.*

³³ Entrevista concedida ao autor por Mailde Ferreira Pinto Galvão, então diretora do Departamento de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

³⁴ “An interesting way”. Preferi manter “know-how” no original por duas razões: em virtude de o termo ser bem conhecido no Brasil. Uma tradução literal por “conhecimento” ou “saber fazer” me parece distante do sentido original com que a palavra foi usada. Politics in Northeastern Brazil. Airgram from American Consulate in Recife to the Department of State. December 2, 1964, 11p. NARA – College Park, General Records of the Department of State, Central Foreign Policy Files 1964-66, Box 1929. Confidential.



AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DO GOLPE DE 64*

Paulo Niccoli Ramirez**

Uma das leituras possíveis sobre o golpe de 1964, como esta que aqui realizamos, permite que se tome de empréstimo um princípio ou conceito científico difundido pela engenharia civil, *concreto protendido*. Na realidade, a protensão “pode ser definida como artifício de introduzir, numa estrutura, um estado prévio de tensões, de modo a melhorar sua resistência ou seu comportamento, sob ação de diversas solicitações”.¹

Na engenharia civil, portanto, o conceito de concreto protendido possui como pressuposto básico a noção de que as estruturas se contraem ao mesmo tempo em que se expõem. Há uma força vetorial que age em sentidos opostos, de modo a gerar o equilíbrio na estrutura, provocando, com isto, maior capacidade de sustentação da construção, tendo em vista a utilização de um número apenas necessário de pilares de sustentação. Em linhas gerais, pode-se dizer que as forças vetoriais das estruturas são opostas e complementares – por isto, sustentam-se mutuamente, garantido, assim, o equilíbrio.

Nesse sentido, o referido conceito é introduzido nas ciências humanas, isto é, na avaliação de fatos e fenômenos materiais ou concretos que envolvem as práticas sociais, políticas e econômicas, enfim, a cultura de qualquer sociedade, na tentativa de auxiliar o pesquisador na formulação de uma construção mental fundamentada a partir da coleta e investigação do maior número possível de dados e informações sobre as estruturas, que dizem respeito à ação dos agentes sociais em relação às instituições, associações e afins.

Cabe destacar que agentes sociais (e também as instituições) apresentam plasticidade no que se refere às suas ações e comportamentos, que variam de acordo com as circunstâncias históricas específicas e peculiares de dada sociedade. No presente estudo, referimo-nos às estruturas do golpe militar ocorrido no Brasil no ano de 1964.

Dessa forma, o conceito de concreto protendido é utilizado de modo a auxiliar a investigação das tensões existentes entre as estruturas sociais – para sermos mais exatos, o

estudo do que torna possível um acontecimento histórico relevante. Adotar este pressuposto teórico² permite que se dê atenção a uma vasta gama de fatores determinantes que confluíram para a eclosão do golpe militar no Brasil, conforme será exposto.

A utilização do conceito evita que se cometam certos equívocos ou que se negligenciem ocorridos históricos fundamentais. Resulta disso, por exemplo, a necessidade de articulação entre fatores econômicos, sociais, políticos e até mesmo de ordem “moral”, promovidos por agentes históricos e que estão intrinsecamente associados e, muitas vezes, apresentam-se de maneira inconsciente e oculta na ação dos homens. Vemos, assim, a importância da utilização do conceito de protensão aplicado às estruturas sociais.

A presente exposição vem à tona por haver profundas divergências no campo teórico acerca das causas do golpe de 64. As teses mais conhecidas e difundidas tendem a dar maior relevância a somente um fator ou estrutura social, excluindo outros, essenciais e intimamente articulados a estas causas. Tais teses apresentam suas hipóteses como a força motriz e principal determinante da eclosão da auto-intitulada “revolução” realizada pelos militares brasileiros.

As teses ora dão ênfase somente às circunstâncias econômicas, ora à crise político-institucional do período, ora somente à ação direta de agentes históricos, mais precisamente os militares. É preciso, a partir de agora, realizar uma breve exposição das referidas teses.³

Alfred Stepan avalia o golpe de 1964 a partir das ações dos atores políticos e meios de manipulação das massas (Exército, elites nacionais, meios de comunicação) como fator predominante para a ação militar. A principal premissa de Stepan é a de que, até 1964, havia no Brasil uma espécie de “padrão moderador”⁴ – herança do Império – exercido pelos militares desde a instauração da República, em 1889. Pode-se afirmar que o método intuitivo do autor não deve ser reduzido ao funcionalismo, pois seu estudo não está atrelado a e não apresenta aspectos econômicos deterministas, que conduziriam o país, inevitavelmente, à transformação e alteração do regime político ou a uma nova fase de desenvolvimento do modelo capitalista. Na realidade, sua análise está fixada no papel dos atores políticos, como os militares, que agiram de forma politizada e racionalizada em apoio às elites civis.

O Brasil apresenta, segundo o autor, características pretorianas, isto é, trata-se de um país com instituições muito fracas e grupos sociais muito fortes. O resultado disso não poderia ser outro senão intensos conflitos políticos periódicos que necessitam passar pela “moderação” de um quarto poder, exercido pelo próprio Exército. Portanto, este não age por conta própria, mas a pedido das elites nacionais. Sob estas condições, tem-se muito claro que cabe aos militares defender o Poder Executivo, desde que este atue conforme o

que está estabelecido na legislação: “No modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do Executivo e à transferência do poder político para os grupos civis alternativos”.⁵

Com o advento da República, o Exército emergiu como uma instituição à parte da sociedade, que se constituiu por meio da valorização de sua hierarquia interna e pelo já mencionado exercício de um padrão moderador, ou seja, pelo zelo e manutenção da estabilidade política do país, de modo a assegurar que o Poder Executivo preserve a Constituição vigente. O padrão moderador está diretamente atrelado aos anseios das elites civis nacionais, o que significa dizer que qualquer ação empreendida pelos militares, seja ela bem ou mal-sucedida, passa a ser o reflexo da opinião pública, conforme ocorreu nas sucessivas crises políticas e deposições de governos no Brasil até 1964.⁶

A tese elaborada por Stepan fundamenta-se em duas hipóteses: quanto menor a coesão civil, maior a probabilidade de intervenção militar; e quanto maior a legitimidade do presidente da República, menor será a possibilidade de êxito, por parte dos militares, na deposição do presidente em exercício. A questão a ser aqui levantada é a de que os civis tentam cooptar os militares exatamente para que a ação de intervenção na esfera política favoreça a classe dominante. Um dado interessante da tese demonstra haver nas Constituições republicanas brasileiras (1891 e 1946) o favorecimento da existência do padrão moderador, quando abrem brechas para que os militares intervenham nos conflitos entre grupos políticos, os quais prejudicam o andamento do Poder Executivo. Por isto, Stepan sugere que os militares são uma camada política que reflete a opinião pública.

A primeira hipótese relaciona a propensão dos militares a intervir com a coesão das camadas políticas importantes, e afirma que esta propensão é elevada quando a coesão civil é baixa, e reduzida quando a coesão civil é elevada. A segunda hipótese liga o êxito dos golpes ao grau de legitimidade pública outorgada pelo Executivo e ao militar. Os golpes militares tendem a ter sucesso quando, antes da tentativa de golpe, a legitimidade do Executivo é reduzida e a legitimidade conferida pelas camadas políticas à intervenção dos militares é elevada. Segundo esta hipótese, os golpes tendem a fracassar quando a legitimidade do Executivo é elevada e a legitimidade atribuída aos militares é reduzida.⁷

Dessa forma, a presença de um padrão moderador é algo rotineiro na vida política do país, de maneira que o povo brasileiro não estaria apto à democracia, a qual sofre o constante risco de subversão. Em 1964, havia no Brasil uma intensa crise institucional que opunha a elite civil ao governo, ou seja, havia pouca legitimidade concedida pela sociedade ao presidente João Goulart, ao passo que esta convocava e concedia legitimidade ao Exército para que intervisse drasticamente a fim de garantir a ordem nacional. Esta dico-

tomia entre governo e sociedade chegara naquele ano ao seu extremo limite, conduzindo o Exército a uma mudança radical de postura: abandonou o padrão moderador e, em seu lugar, passou a ambicionar o controle do próprio Poder Executivo.

Naquele ano, houve uma série de peculiaridades que promoveram a não devolução do poder Executivo aos civis, como havia ocorrido em outras oportunidades, o que provocou uma ruptura com o padrão moderador. As causas disto giram em torno da efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional elaborado pelos militares por meio da ESG,⁸ aliada, ainda, ao contexto internacional que opunha capitalistas (ligados aos interesses norte-americanos) a comunistas (ligados aos russos) – dois pólos distintos que avaliavam o Brasil como estratégico para a difusão de suas respectivas ideologias. A tendência de apoio aos americanos foi concretizada pelo Exército brasileiro na forma de um projeto nacional que deveria afastar o “perigo” comunista, intimamente associado ao governo de João Goulart.

Tais condições geravam o iminente conflito entre as elites civis e o Executivo, sendo preciso intervenção militar. Entretanto, no ano de 1964, não era necessária apenas uma intervenção passageira, senão de longo prazo. A sociedade civil, por isto, via na figura de Castelo Branco, na posição de presidente, o mediador mais responsável, intelectualizado e capaz de lidar com os interesses das elites. Estava consolidado o golpe.

O golpe de 1964, conforme a avaliação de Stepan, não foi mero resultado de um processo determinista-fatalista da história, que corresponderia ao progresso natural do desenvolvimento do modelo capitalista, mas, ao contrário, a resultante de um conjunto de ações de grupos civis e militares, aliado aos interesses externos norte-americanos. Dessa forma, fica evidente não apenas o papel fundamental das camadas politizadas e elitizadas brasileiras, mas também a importância de Jango como ator político, na medida em que foi responsável pela tentativa de cooptação dos próprios militares e dos grupos de trabalhadores de esquerda, do que não lhe resultou logro.

A tese de G. O'Donnell, apresentada na obra *Reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários*,⁹ pouco dá atenção à ação dos atores políticos do período. Em vez disto, sua análise está centrada numa visão de ordem econômica, determinante na articulação do golpe de 64. A premissa principal do autor resgata o cientificismo do marxismo ortodoxo, o qual está intrinsecamente associado ao determinismo econômico (pois avalia a sociedade como o resultado da marcha natural e gradual das leis da história, que necessariamente conduzem à luta de classes) e a suas influências sobre o processo político. Sendo a esfera política diretamente dependente da estrutura econômica, o método utilizado pelo autor em muito se aproxima do modelo conceitual de bonapartismo difundido na avaliação do populismo na América Latina, de modo que sua explicação referente à causa da eclosão do golpe militar pode ser considerada funcionalista.

No Brasil, houve dois marcos cronológicos fundamentais de superação do modelo econômico: a Revolução de 1930, com o fim do modelo oligárquico, e o movimento militar de 1964, que rompeu com o populismo e promoveu a ascensão do autoritarismo. No primeiro caso, promoveu-se a industrialização e modernização do país, ou seja, uma alteração no campo econômico, a qual gerou novas classes sociais (trabalhadores) e, também, foi responsável pela alteração na esfera política, decorrente do afastamento da elite agrária do Poder Executivo – a cujo lugar ascendeu um líder populista.¹⁰

O segundo evento, o golpe de 64, representou a inserção do país numa segunda fase do modelo capitalista ou de industrialização. Vê-se, novamente, que a tese é determinista, pois esboça a noção de que o movimento militar – e, portanto, a alteração da esfera ou modelo político (tornado autoritário) – foi fruto de um aprofundamento da modernização, promovida, essencialmente, pelo progresso da estrutura econômica. O'Donnell revela que ao longo do regime populista não havia capital suficiente para o desenvolvimento econômico nacional, dado que o governo, ao ativar a classe trabalhadora e ao desalojar as oligarquias da política, cedeu inúmeros benefícios para estas classes, o que acarretou a escassez ou desvio de capital e recursos financeiros a serem investidos em outras áreas, como a industrial, impulsionada pelo Estado.

No Brasil de 1964, havia a necessidade de verticalização da produção de bens de consumo, intermediário e de capital, ou seja, era preciso promover o surgimento de um parque industrial que elevasse a capacidade de produção e consumo, para evitar a importação de produtos primários. Após a intervenção militar, as importações destes produtos diminuíram e eles passaram a ser fabricados no país em maior escala.

Nesse sentido, o movimento militar veio à tona exatamente para anular as constantes diminuições de acumulação de capital e investimentos do Estado, e também para inibir o temor dos investidores estrangeiros no país.¹¹ Em resumo, O'Donnell tem uma avaliação linear do golpe de 64, determinada por fenômenos de ordem econômica, os quais agem diretamente na esfera política, de modo que aquele ano representou a ruptura com o populismo e a ascensão do modelo político autoritário.¹²

A tese de Wanderley Guilherme dos Santos (*Sessenta e quatro: anatomia da crise*)¹³ fundamenta-se no conceito de “paralisia decisória”.¹⁴ O golpe de 64 seria consequência da paralisia na esfera política, sendo inevitável a intervenção militar. O método utilizado pelo autor é dedutivo e assemelha-se ao estruturalismo, pois há a tentativa de “esclarecimento” de apenas um momento histórico. W. Guilherme dos Santos aproxima-se das explicações ou mecanismos causais do golpe por conduzir sua investigação às estruturas políticas do período.

A análise é influenciada pela teoria de Sartori, o qual avalia, por meio de procedimentos matemáticos, questões referentes aos partidos políticos, mais precisamente ao peso do partido na manipulação e participação no Congresso. A teoria monta a tipologia partidária, demonstrando que, quando há um certo número de partidos com diretrizes radicalizadas e distintas, poderá ocorrer estagnação decisória ou impasses no Congresso. Esta seria a causa determinante para a eclosão do golpe de 64, segundo Wanderley.

Tratava-se de uma crise política que envolve não apenas o poder Legislativo, mas também o Executivo, exigindo uma intervenção, conforme a intensidade de preferências, na esfera política. As provas empíricas da tese do autor estão explicitadas na quantidade de projetos aprovados no período pré e pós-64 – os quais revelam uma extrema radicalização e conflito entre os partidos (principalmente UDN, PTB e PSD), de modo que decisões relevantes do Congresso foram praticamente nulas ou contrárias aos anseios do presidente. O governo de João Goulart possuía pouco apoio no Congresso, o que lhe custou intensas críticas públicas por parte dos legisladores e, por fim, a deposição. Ante a paralisia decisória, a ruptura (isto é, o golpe) parecia ser inevitável, conforme a análise de Wanderley: a paralisia conduziu à sua superação, por meio de intervenção externa, mais precisamente a militar.

As teses apresentadas, conforme afirmamos no início de nossa discussão, tendem a enfatizar apenas uma variável, colocando-a em um patamar mais elevado em relação às demais, como determinante para o desencadeamento do golpe militar. As hipóteses que apresentamos, de maneira geral, negligenciam ou nem sequer consideram outras variáveis que se articulam profundamente às questões políticas, econômicas e à ação dos atores políticos.

Nesse sentido, Angelina Figueiredo parece ter realizado um grande esforço e avanços significativos. Na obra *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*,¹⁵ a autora promove sua tese a partir da intenção dos atores políticos, o que significa dizer que a causa do movimento militar está associada às escolhas deliberadas e intencionais dos sujeitos. É influenciada pelo marxismo analítico, o qual valoriza as ações dos indivíduos, assim como pela teoria econômica marginalista, que toma as ações dos sujeitos como racionalizadas e utilitárias.

Há a elaboração de uma teoria das escolhas racionais dos homens nos campos político, social e econômico, enfim, relações históricas concretas que são articuladas por meio de estratégias e interações em nome de determinados fins.¹⁶ A tese de Angelina Figueiredo afasta-se da discussão sobre quem determina os atos humanos: a infra ou a superestrutura econômica. Diferentemente dessa visão, os próprios homens,¹⁷ em relação às escolhas de seus semelhantes e ao meio em que vivem, realizam suas decisões. Pode-se dizer que

Angelina não anula as demais teses, mas, em vez disto, dá-lhes outro peso, na medida em que não há determinações primordiais e únicas dos fatores até aqui apresentados, mas, sim, influências recíprocas.

O golpe de 64, segundo a tese da autora, foi decorrência de uma crise institucional (1961-64) promovida pelo conflito de escolhas intencionais realizadas pela participação de atores políticos relevantes. Este fenômeno, por sua vez, reduziu o grau de consenso democrático, sendo este abandonado, dando lugar à conspiração contra o governo Goulart. O resultado disso foram as inevitáveis crises econômicas, políticas, sociais e militares.

Os meses que precederam o golpe dividiram o país: de um lado estava João Goulart, acusado de tentar subverter a hierarquia militar na tentativa de cooptação e conquista de apoio de generais, e também trabalhadores de esquerda, o que poderia conduzir a um golpe bonapartista; do outro, os grupos de direita estavam articulados, contrapondo-se ao governo com o apoio de parlamentares e militares. As ações racionais dos sujeitos, assim como suas estratégias e interações, culminaram na vitória do grupo que estava mais bem-organizado: os militares tomaram o controle do Poder Executivo com o apoio das elites nacionais.

Como vemos, a tese de Angelina é capaz de articular as relações materiais históricas em plena relação com a ação dos indivíduos e as instituições a que estes pertencem. Porém, sua análise está fixada nas ações de cunho racional dos sujeitos, ao passo que não há a tentativa de uma construção mental que elabore uma tese a partir de relações intrínsecas entre as referidas estruturas, que se mantêm por meio de influências recíprocas muitas vezes ocultas no próprio conjunto de atividades humanas racionalizadas e dotadas de sentido.

Aplicar o conceito de concreto pretendido emerge como necessidade de promover esta articulação,¹⁸ ou seja, das tensões e influências simultâneas dos indivíduos entre si e em relação ao meio. Evidentemente, este conjunto de tensões apresenta a objetividade dos homens, ao mesmo tempo em que guarda relações íntimas e inconscientes destes com o conjunto de instituições da sociedade.

Para ilustrarmos de maneira sintética o conceito aqui utilizado, comentaremos as relações de tensões e interações no período a partir da avaliação da *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade* realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, duas semanas antes da eclosão da ditadura. A Marcha, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, foi organizada a partir das Associações das Senhoras Católicas, ligadas às alas conservadoras da Igreja. Os propósitos do evento estavam diretamente relacionados à crise política, econômica e social do período.

A finalidade da Marcha era contrapor-se aos comícios realizados dias antes, no Rio de Janeiro, por João Goulart e Leonel Brizola, os quais se encontravam cada vez mais isola-

dos e sem o apoio político das elites nacionais. Jango e Brizola precisavam do suporte popular para, de alguma forma, dobrar seus opositores no Congresso e, por fim, realizar as metas almejadas.¹⁹ Após ter vencido o plebiscito com larga margem de apoio e com o cargo presidencial restabelecido em 6 de janeiro de 1963, João Goulart passou a defender uma política que pouco agradava à burguesia brasileira (empresários e proprietários de terra), ao capital estrangeiro, a diversos setores da Igreja Católica, aos militares e à grande potência hegemônica do continente: os Estados Unidos. As reformas de base propostas por João Goulart sofreram críticas de diversos setores que, acima de tudo, temiam o comunismo, o caos e a quebra da ordem.

Os últimos meses de Goulart na presidência foram conturbados e marcados por sucessivos fracassos quanto à aceitação de suas propostas. Os mais críticos afirmavam que a política de Jango constituía, na realidade, uma “revolução de esquerda”, pois tentava atrair o apoio de nacionalistas e comunistas (em grande parte, sindicalistas, estudantes e pessoas com vínculos com as Ligas Camponesas).

Havia o temor das mulheres católicas quanto às imaginadas políticas adotadas por um sistema comunista, o que, para muitas destas senhoras, significava a extinção das liberdades concedidas pela Constituição, incluindo-se a propriedade privada de seus respectivos maridos, grande parte pertencente à elite financeira brasileira. Boa parte dos setores da imprensa concedeu ampla repercussão à Marcha; estes grupos que controlavam os meios de comunicação estavam atrelados ao complexo Ipes/Ibad.

O Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática talvez tenham sido os maiores colaboradores do movimento militar durante o período pré-64 e, também, durante boa parte do tempo em que o regime esteve em vigor no Brasil. Suas conspirações e ações voltaram-se a uma forte oposição a Goulart, além de coordenarem uma ampla campanha política, ideológica e militar de reação ao governo legal do país. Reunindo empresários, banqueiros, multinacionais, meios de comunicação, militares – enfim, a elite brasileira e os interesses externos –, este complexo organizou os diversos grupos opositores a J. Goulart e obteve um enorme sucesso, já que influenciaria os militares no golpe de 31 de março de 1964, direcionando definitivamente o país aos interesses norte-americanos. Não há mais dúvidas no que diz respeito à capacidade do complexo Ipes/Ibad de persuasão das massas. Utilizando todos os meios possíveis, foi capaz de desestruturar diversas políticas e planos de governo que Jango praticou em favor das camadas mais baixas (classes médias baixas e trabalhadores em geral) e, conseqüentemente, contra os interesses de setores da elite brasileira e mesmo contra a lógica do imperialismo norte-americano:

(...) o IPES constituiu a peça principal para a montagem da operação que, deflagrada em 1964, estabeleceu a ditadura militar e impôs ao país, com o AI-5, um regime fascista sob o qual não só as franquias democráticas desapareceram como foram realizadas operações destinadas a estabelecer o controle econômico, político e militar do país, tudo sob comando direto do imperialismo, a que se submeteram, como de praxe, os elementos nacionais ligados à conspiração.²⁰

Vejamos, a seguir, algumas manchetes de jornais publicadas às vésperas da eclosão da auto-intitulada “revolução”, expressando o temor dos meios de comunicação diante de um alegado (pela imprensa) golpe de esquerda por parte de Goulart: “UDN denuncia a subversão no governo” (*O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1964); “Bilac Pinto denuncia organização do golpe” (*O Globo*, 16 de janeiro de 1964); “Basta! Até quando o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vista, a classe média e a classe operária?” (*Correio da Manhã*, 31 de março de 1964).

O apelo dos jornais é claro. Os meios de comunicação levaram a opinião pública ao pânico, ao desespero e à angústia quanto às futuras ações do então presidente João Goulart que, segundo os jornais relatavam, estava prestes a impor uma “República sindicalista”, que passaria por cima de todos os mecanismos legais e até mesmo coibiria as medidas adotadas pelo Congresso e por todos os seus opositores. Não por acaso, a Marcha das mulheres católicas havia conquistado o apoio de diversos setores da sociedade.

Um outro objetivo da Marcha, talvez o mais importante, foi o pedido de apoio das camadas conservadoras (aliás, muito bem-organizadas, conforme observamos) aos militares, sendo que estes não demorariam nem sequer um mês para atendê-las:

A escolha da dona de casa da classe média como potencial ponta-de-lança para o contra-ataque contra João Goulart foi de especial importância. (...) No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações feministas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas.²¹

As mulheres de classe média que compuseram a Marcha foram o impulso último de pleno apoio civil para que os militares agissem efetivamente. Cabe apenas reiterar que estas mulheres católicas conservadoras foram, na verdade, *transmissoras* do descontentamento de boa parte de seus maridos, pertencentes a setores médios e à burguesia nacional. O Exército, por sua vez, estava mantendo relações de tensões com o governo.

Inúmeros incidentes envolvendo Jango e os militares podem ser destacados; todos eles representaram uma afronta à hierarquia e à disciplina militar. Podemos mencionar: a nomeação de oficiais considerados “comunistas” para cargos ministeriais; os planos de Jango de realizar as “reformas de base” a todo custo (via fortalecimento do Poder Executivo, por exemplo, o que provocaria uma ruptura com a Constituição vigente); e o pior de todos os incidentes, talvez o que tenha determinado o golpe de 64: o Motim dos Marinheiros.

O movimento ingressava numa fase explosiva. Havia o risco de Goulart perder o controle da esquerda como instrumento tático efetivo. O risco residia na perda de um equilíbrio entre os civis cada vez mais radicais e o quadro de oficiais, crescentemente ameaçado. O motim naval de 26 de março ocorreu contra este pano de fundo. Mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se barricaram num arsenal do Rio de Janeiro. O Ministro da Marinha tentou sufocar a rebelião. Em vez de apoiá-lo, Goulart de fato exonerou-o e permitiu que os sindicatos participassem da escolha de um novo ministro. Goulart estava totalmente indeciso quanto ao seu curso de ação. O motim colocou-o diante de uma decisão que ele se recusava a tomar – punir os marinheiros pelo motim e correr o risco de perder seu apoio ativo, ou tratar os revoltosos com leniência e arriscar-se grandemente a aumentar a apreensão entre os oficiais, que viam nesta condescendência uma ameaça ao princípio da disciplina militar. Goulart vacilou e concedeu ao novo Ministro da Marinha carta branca para resolver a questão e acabou por conceder anistia aos revoltosos. A rebelião naval galvanizou os conspiradores ativos, civis e militares, para uma ação contra Goulart.²²

A indecisão de João Goulart custou-lhe muito caro, pois um golpe militar, a esta altura, já estava em processo, na medida em que diversas camadas da sociedade, interesses externos e os próprios militares já não suportavam mais a ameaça que sua figura representava à ordem nacional.

Por último, a hierarquia do Exército sofria constantes afrontas do senhor Leonel Brizola, o qual financiou e armou seu próprio grupo de apoio, intitulado-o “Grupo dos Onze” (segundo seu mentor, constituído por mais de 500 mil homens), que deveria guerrear em nome de Jango (incluindo o combate contra o próprio Exército). Além disso, estes grupos estariam, também, preparados para tomar as indústrias multinacionais com o objetivo de nacionalizá-las sem o pagamento de indenizações:

Alguns chefes militares, gorilas e reacionários, traíram o seu juramento (...) transformando-se em simples capitães-do-mato das minorias privilegiadas e reacionárias. Quero através destas mensagens iniciar a derrubada desses chefes militares golpistas e traidores (...) nós iremos ver realmente quem tem fibra na hora de correr bala. Quanto a mim, podem ter segurança e a certeza de que o meu lugar é exatamente aqui, convosco! Aqui ao vosso lado.²³

Para pôr fim ao pânico trazido pelas conturbações políticas, econômicas e sociais e à “ameaça comunista” fez-se uma “revolução”. No dia 31 de março de 1964 o Exército foi às ruas. Não houve resistência; o golpe havia sido bem-sucedido, Jango fugiu para o Uruguai e os militares estavam prontos para pôr em prática o que tanto lhes fora pedido por setores da sociedade, imprensa, grupos estrangeiros, entre outros: a “ordem” e a administração do poder Executivo. Para além dos intensos e fervorosos pedidos das elites brasileiras – sob os olhos atentos do complexo Ipes/Ibad –, de grupos estrangeiros e da imprensa para que o Exército pusesse fim à ameaça que representava o governo Jango, os próprios militares estiveram envolvidos em incidentes que tornaram quase impossível uma não-intervenção no país.

Estava, assim, deflagrada a “revolução” de 1º de abril de 1964. Quando uma série de variáveis ou estruturas sociais encontram-se em plena tensão e influem umas às outras, conflito mútuo e inevitável, nada mais resta senão a busca de uma nova organização de universo. A moral de um povo (ou da maioria dele), isto é, suas concepções de organização de mundo não estão atreladas às leis ou à marcha da história, mas, sim, a um conjunto de transformações e metamorfoses específicas e peculiares a cada sociedade, que, inevitavelmente, constituem e são constituídas simultaneamente por atributos econômicos, políticos, entre tantos outros, os quais compõem a própria cultura.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* O título deste trabalho é uma homenagem ao mais sincero e realista dos pensadores, Claude Lévi-Strauss, que completou recentemente 96 anos de idade.

** Aluno de graduação do curso de ciências sociais da PUC-SP; autor do projeto de iniciação científica (Pibic-Cepe) 1964-1968: *Os mecanismos de censura e repressão da primeira fase de ditadura militar no Brasil*; aluno da graduação do curso de Filosofia da USP.

¹ PFEIL, Walter. *Concreto pretendido*. 2 ed, Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1988, p. 1.

² É importante ressaltar que se está adotando o conceito ou preceito do que vem a ser o concreto pretendido, e não os cálculos matemáticos que o envolvem nas atividades dos engenheiros civis. Neste sentido, há a pretensão de considerar as estruturas plásticas e em constante tensão umas com as outras (ou seja, maleáveis conforme as condições históricas) algo que caracteriza a organização social humana investigada pelas ciências sociais. Por isto, o que os engenheiros civis consideram concreto e também estrutura esboça a noção estática destas, enquanto tais conceitos, aplicados às ciências humanas, possuem outro significado: estão vinculados às práticas concretas humanas, que jamais se apresentam de maneira estática.

³ Cabe destacar que esta discussão é devedora da disciplina política VII do curso de ciências sociais da PUC-SP, lecionada pelo professor Rogério Arantes, que muito em breve deverá lançar uma nova tese, muitos mais aprimorada do que a que vamos expor.

⁴ Como sabemos, o Poder Moderador remonta ao período imperial do país (1822-89), em que o próprio imperador acumulava o Poder Executivo, além de exercer o que poderíamos designar o “quarto poder”, isto é, a possibilidade de fazer valer suas ações e vontades políticas, sobrepondo-se às decisões dos poderes Judiciário e Legislativo, quando não estivessem em harmonia com os anseios do Executivo.

⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p. 27.

⁶ Desde a instauração da República e, conseqüentemente, nos rotineiros momentos de crise política e institucional no Brasil, segundo Stepan, a função moderadora dos militares esteve presente. Os militares encarregavam-se de destituir e tomar o poder do Executivo e, em seguida, devolvê-lo aos grupos civis assim que a estabilidade política retornasse. Com isto, por exemplo, no ano de 1945, Vargas foi derrubado exatamente por haver baixo grau de apoio das elites nacionais em relação a seu governo, ao passo que o suporte deslocava-se para o Exército. Outro exemplo que comprova a tese de Stepan é a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República, em 1961, quando o vice, João Goulart, deveria assumir; porém, alguns setores civis viam em Jango uma ameaça comunista e pressionaram os militares para que não assumisse o cargo. O padrão moderador apareceu novamente na redução dos poderes presidenciais como forma de satisfazer à opinião pública.

⁷ STEPAN, op. cit., p. 71.

⁸ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada após a Segunda Guerra Mundial, por meio do contato entre militares brasileiros e oficiais norte-americanos, os quais criaram fortes vínculos de amizade durante a Guerra. A Escola realizava estudos sobre projetos de desenvolvimento do país e contava, ainda, com a participação de muitos civis, principalmente das elites.

⁹ O'DONNELL, G. *Reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.

¹⁰ Tais modificações foram impulsionadas por aquilo que se convencionou designar como populismo ou bonapartismo, que representam uma forma comum de explicação da ascensão tardia do capitalismo, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina. Seriam fomentadas, geralmente, a partir de um líder político, o qual promove a tutela de classes sociais, como a dos trabalhadores industriais. O caso mais típico, no Brasil, é o de Getúlio Vargas.

¹¹ O temor dos investidores acentuou-se no breve governo de Jânio Quadros, mas, principalmente, com o governo João Goulart, pois que era considerado comunista, opositor dos interesses capitalistas no Brasil.

¹² Nesse aspecto, apresenta-se uma grande contradição na tese de O'Donnell, pois o populismo seria um processo de modernização econômica que se desgasta, dando origem ao autoritarismo. Porém, nada nos impede de avaliar o primeiro governo de Getúlio Vargas como um governo autoritário. Outra contradição da tese, apresentada pelo já mencionado professor Rogério Arantes, é a de que a mesma classe de trabalhadores que impulsionou o desenvolvimento econômico foi suprimida em 64.

¹³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

¹⁴ A premissa que qualifica a paralisia decisória esboça a noção de existência de uma autonomia da política que, por sua vez, apresenta macro-tendências sociais e econômicas.

¹⁵ FIGUEIREDO, Angelina. *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

¹⁶ Nesse ponto, apresenta-se uma outra influência na tese de Angelina, a *teoria dos jogos*, de John Nash.

¹⁷ Recordemos que Max Weber afirmava que a ação social dos sujeitos é sempre dotada de racionalidade, ou seja, de sentido.

¹⁸ Não se trata, portanto, de negar completamente as demais teses, senão de encontrar relações à primeira vista imperceptíveis entre elas: uma análise mais detalhada é capaz de aproximar as estruturas econômicas, políticas, sociais, religiosas e outras presentes em qualquer cultura.

¹⁹ O Plano Trienal (desenvolvido pela equipe de ministros de João Goulart, entre eles Celso Furtado, San Tiago Dantas e Darcy Ribeiro) representou uma política articulada para o desenvolvimento brasileiro; entretanto, sofreu resistência das camadas que detinham o poder econômico, já que uma das medidas mais polêmicas do projeto seria uma extensa reforma agrária. Podemos destacar tentativas de alteração institucional, sobretudo a precedência do Executivo sobre o Legislativo, o que lhe permitiria governar com maior facilidade e impediria a oposição do Congresso – que Jango tentava influenciar para aprovar suas reformas –, assim como suas políticas voltadas para a habitação popular, a saúde, a Previdência e a assistência social.

²⁰ SODRÉ, Nelson W. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 32.

²¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 152.

²² STEPAN, op. cit., p. 62.

²³ Apud PAULA, Adolpho J. C. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre, Gente do Livro, 1999, p. 90.



CARLOS LACERDA E O GOLPE MILITAR DE 1964

Carlos Alberto Gasparini*

O objeto da minha pesquisa é a análise imanente dos discursos de Carlos Lacerda proferidos no turbulento intervalo histórico compreendido entre 1954 e 1968, marcado por suas intervenções de natureza golpista e que inclui seus mandatos como deputado federal e governador da Guanabara. Este mesmo período também foi, em contrapartida, perpassado por movimentos populares que tentaram ser partícipes de um processo de transformação social, econômica e política abortado pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, que implantou uma ditadura burguesa de talhe bonapartista. Mais tarde, o país assistiu ao “golpe dentro do golpe”, em 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI-5.

Seria verdadeira a afirmação de que o polêmico ex-governador teria formulado o programa que a ditadura militar simplesmente colocou em prática? Segundo o jornalista Paulo Francis, o projeto lacerdista foi executado naquele período tristemente célebre da história brasileira, mas tal execução não pôde contar com seu mentor. Esta apreciação, que nos parece falsa, expressa um certo reducionismo: busca na trajetória política deste “intelectual orgânico”, marcada por sua permanente oposição aos desígnios comunistas e às reformas varguistas, a solução bonapartista que, defendida e consubstanciada em vários momentos, ancorava-se num “regime de exceção” que tirasse de cena os políticos corruptos, getulistas e comunistas. É certo que Lacerda pleiteou tais idéias, além de um “bipartidarismo” à moda norte-americana para acabar com a confusão partidária, a reforma tributária, administrativa e a legislação trabalhista – entre outras que foram, em seus princípios mais gerais, postas em prática pela ditadura, embora não exatamente como ele propunha. Por isso é que Paulo Francis afirma que, desde 1954, Lacerda defendia uma “ditadura transitória que limpasse a área de políticos antiquados e corruptos, e depois convocasse eleições entre sanitizados /.../ foi esse o espírito do golpe ou revolução de 1964. Lacerda foi expurgado do sistema, mas é o pai da criança”.¹

Em 1960, Lacerda apoiou a candidatura presidencial de Jânio Quadros; alguns meses após a posse deste, porém, passou a liderar a crescente campanha de oposição ao governo de seu aliado de ontem, descontente com os rumos assumidos pela política – tanto interna como externa.

A noite de 18 de agosto de 1961 marcou a aceleração da crise política que culminaria com a renúncia de Jânio. Lacerda encontrou-se com o ministro da Justiça, Pedroso Horta, e com o próprio presidente. Segundo o governador da Guanabara, o ministro teria sondado sua posição a respeito de uma "reforma institucional" a ser realizada exclusivamente pelo Executivo, com o fechamento do Congresso. Para tanto, teria lhe pedido que enviasse uma série de artigos nos quais ele, Lacerda, defendera a implantação de um regime de exceção, em 1955.

Lacerda teria afirmado, num segundo encontro com o ministro: "ou renuncio amanhã" ou "vou denunciar ao país o que vocês estão fazendo". Ficou com a segunda opção: durante uma semana, dedicou-se a contatar uma série de lideranças políticas e militares, repassando informações e procurando confirmações do pretense golpe em andamento. A tensão aumentou diante da condecoração, no dia 19 de agosto, do guerrilheiro argentino-cubano Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa do presidente. O governador da Guanabara e os militares bradaram ainda mais contra a política externa vigente. No dia 22, em discurso proferido em São Paulo via TV Excelsior, Lacerda insinuou que havia a possibilidade de golpe. No dia 24, formou, a partir do Rio de Janeiro, uma rede de rádio e TV e, para citar suas palavras, "virou a mesa": atacou duramente a política externa do presidente e descreveu seus encontros com o ministro da Justiça, afirmando ter sido convidado para um golpe.

A fala de Lacerda explodiu como uma bomba em todo o país, em especial na Câmara dos Deputados, onde líderes partidários e deputados se reuniram para discuti-la, decidindo apresentar requerimentos para a convocação do ministro da Justiça e do governador da Guanabara, a fim de que depusessem sobre a denúncia do golpe. No dia 25, o que houve foi a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Após participar da cerimônia do Dia do Soldado, Quadros convocou os ministros militares e comunicou oficialmente sua saída do governo. Surpresos, eles reiteraram seu apoio ao presidente, apelando para que reconsiderasse sua decisão. O marechal Denys, ministro da Guerra, afirmou: "Diga o que é preciso para Vossa Excelência continuar. Nós o faremos". E Jânio disse: "Com esse Congresso não posso governar. Formem uma junta".²

As conseqüências desta tentativa de golpe foram prisões, espancamentos, censura e apreensão de jornais, censura também à rádio e à televisão, tentativa de controle das comunicações telefônicas e telegráficas e a tradicional guerra psicológica. Em vários

estados ocorreram invasões às sedes de jornais, censura, proibição de reuniões e passeatas, invasão de faculdades, mas a repressão mais violenta foi desencadeada pelo governador Carlos Lacerda, na Guanabara. Percebe-se sua participação tanto na elaboração quanto na divulgação daquele amplo processo de propaganda ideológica anticomunista e anti-Jango. De fato, Carlos Lacerda era, efetivamente, o que podemos chamar de um intelectual orgânico da burguesia, pois ele estava formulando e propondo idéias no calor dos acontecimentos, no próprio decorrer, portanto, da luta diária, dos conflitos, confrontos e embates. Ele se configurava como agente prático e teórico da burguesia brasileira, sempre interessado em formular uma plataforma pela qual esta burguesia pudesse desempenhar mais plenamente seu papel autocrático e subordinado, próprio de uma burguesia limitada, incipiente e mesquinha. Trata-se, pois, de um formulador de idéias voltadas para a prática do poder, o *lacerdismo*, que tinha uma dada função e inserção social, já que se disseminava especialmente no Rio de Janeiro, ganhando adeptos em grande quantidade – a ponto de Lacerda se tornar governador. Neste sentido, era um intelectual orgânico que se alçou ao poder com o intuito de melhor colocar suas idéias em prática.

Em princípios de outubro de 1963, Lacerda declarou ao *Los Angeles Times* que o governo Jango poderia cair antes do fim do ano, estando os militares discutindo se seria melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término de seu mandato ou destituí-lo agora mesmo. Diante de tais revelações, os ministros militares de Jango quiseram a decretação do Estado de Sítio, mediante o envio de mensagem ao Congresso Nacional. No dia seguinte, entretanto, nada aconteceu: o Estado da Guanabara não foi ocupado militarmente, como combinado, nem Lacerda foi encontrado. A operação desastrosa causou desconfiança tanto na esquerda como na direita e, na noite da votação da mensagem – em que a Comissão de Justiça da Câmara rejeitou o parecer do deputado Roland Corbusier, do PTB, favorável à decretação do Estado de Sítio –, Jango teria comentado: “nesta madrugada começou a minha deposição”.³

Dias após o golpe contra Jango, Lacerda apoiou a indicação e posse imediata de um dos chefes do golpe para a Presidência da República. A escolha recaiu sobre um oficial lacerdista, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Após a posse deste, em 15 de abril de 1964, a meta principal do governador passou a ser a cassação dos direitos políticos do ex-presidente JK, para uma evidente operação de limpeza com vistas à sucessão presidencial – de fato, Lacerda era candidato às eleições de outubro de 1965. Com a prorrogação do mandato de Castelo até 15 de março de 1967 e com a data da eleição presidencial transferida para outubro de 1966, passou a fazer oposição aberta ao governo, pois tais medidas atrapalhavam seus objetivos de chegar à Presidência da República. Sua candidatura se enfraqueceu quando não conseguiu fazer seu sucessor no governo da Guanabara, em 1965.

Carlos Lacerda já vinha, no entanto, fazendo oposição ao ditador empossado, Castelo Branco, pois percebia que suas pretensões de chegar à Presidência da República seriam frustradas pelo desejo dos militares de se perpetuar no poder. Segundo ele, esta percepção já lhe ocorrera nos primeiros dias após o golpe e fora manifestada em carta dirigida ao então ministro da Guerra, Costa e Silva. Centrava suas críticas na política econômica da ditadura, formulada por Roberto Campos, e passava, a partir daí, a oferecer propostas que se contrapunham às do ministro do Planejamento. Assim ele argumentava a respeito de importantes questões econômicas: o setor mais inflacionário da economia era o estatal. Este não podia ser reduzido nem sua eficiência aumentada em pouco tempo – nem em 13 meses nem em dois anos, nem, talvez, num quadriênio. Logo, não se devia contar com o fim da inflação tão cedo, pois o setor maior e mais inflacionário da economia estatizada não podia ser recuperado. O que não convinha era, mantendo-se a área estatal inflacionária, esvaziar a economia privada para custear a estatal. Por isso, contando como inevitável certo grau de inflação, durante certo número de anos, devíamos concentrar nossos esforços e provocar a baixa progressiva, racional e cautelosa da taxa inflacionária e, ao mesmo tempo, desencadear um grande esforço de produção. Para isso, seria necessário dotar a iniciativa privada de meios para ajudar o país a sair da inflação com produção e ativar urgentemente a administração pública, melhorando sua produtividade, pois a área estatizada abrangia mais da metade da economia nacional: era o grande campo do desperdício e da exigência de recursos, até aqui retirados da iniciativa privada, como antes eram da emissão de papel-moeda. Para isso, ainda, era essencial uma política de mobilização popular e de fé no povo, de atenção para com os seus problemas e motivações.⁴

Reiterava suas propostas, reafirmando que não se podia “marcar prazo” para debelar a inflação, alimentada, principalmente, pelo setor estatal. Se esta não podia ser esvaziada – “porque há um, núcleo de atividades econômicas pioneiras e fundamentais que tem de permanecer com o Estado” –, também não se podia em prol dela trazer prejuízos à área privada, a que mais produzia. A “conclusão lógica” era que a inflação persistiria durante certo tempo e a questão era mantê-la sob controle. Aumentar a produção e a confiança no Brasil também deviam ser objetivos imediatos do governo.

É evidente a visão liberal de Carlos Lacerda, pois o centro de suas críticas dirigia-se ao setor estatal da economia. Tratava-se, portanto, de um projeto privatista. Sua crítica liberal ao programa econômico da ditadura se intensificava na medida em que o tempo passava e a recessão se aprofundava em nome do combate à inflação. Apontando que nos dez primeiros meses da política econômica dos militares não tinha havido estabilização de preços e moeda, acreditava que a situação se agravava ainda mais com a deflação. Estava convicto de que o “preço da depressão será a ditadura ou a volta dos que foram

derrubados”, já que não havia o contraponto em obras e serviços ao apetite fiscal. Para ele, já era claro que não seriam atingidas metas do programa e fazia-se necessária uma “política vigorosa na ação e empolgante na imaginação” para repor a “fé coletiva” nas nossas “possibilidades reais de desenvolvimento”. A produção nacional, outrora amarrada “pelo medo”, “tem agora até os braços amarrados pela política econômica” que, em vez de se pôr a “serviço da Revolução, pôs a Revolução a seu serviço”. De fato, a política econômica vigente estaria exaurindo a Nação e “extinguindo a confiança com que a Revolução foi recebida”.⁵

Sua argumentação mais uma vez apontava que o combate à inflação “reduziu a capacidade de consumo e, com isto, diminuiu a velocidade das trocas”. Em vez da desinflação, o governo tentou a deflação. Vale ressaltar que Lacerda fez uma observação muito interessante sobre Castelo Branco. A certa altura de seus *Depoimentos*, em 1977, ele afirmava que “Castelo /.../ separou a política da economia”.⁶

Discutir sempre as questões políticas em detrimento das econômicas, fazendo com que estas se tornassem fundamentos inquestionáveis, foi uma tática utilizada pela ditadura ao longo de seus 21 anos de existência. A esta tática diversionista dos militares J. Chasin deu o nome de *politicismo*, ou seja, a ditadura não *politizou* as questões, ao contrário, as *despolitizou*, evitando o debate econômico e empobrecendo toda a questão.

Com a transformação das eleições presidenciais de 1966 em indiretas, Lacerda ainda esboçou uma última cartada, ao tentar unir-se a seus inimigos históricos, JK e Jango, criando a Frente Ampla, que seria posta na ilegalidade pela ditadura. Em 13 de dezembro de 1968, o general Arthur da Costa e Silva decretou o AI-5, que cassou seus direitos políticos por 10 anos. Afastado da vida pública e vivendo no ostracismo, veio a falecer antes que o tempo fosse completado.

Lacerda foi um autêntico representante do pensamento conservador brasileiro que, como vimos, não se limitou a observar e teorizar sobre os fatos e acontecimentos de sua época, como intelectual equidistante da arena de lutas cotidianas – antes, ao contrário, formulava suas idéias a partir de suas batalhas como empresário, jornalista, político e escritor, procurando influir nos rumos da história brasileira. Seu anticomunismo radical não poupou ninguém: mesmo aqueles que não eram comunistas, mas que conviviam democraticamente com eles, foram tratados como se fossem agentes do “comunismo internacional”. Lacerda era, em tudo e por tudo, um formulador de idéias contra-revolucionárias e conspirador ativo, voltado ao golpismo.

Tributário de uma tradição conservadora e autocrática (dominante no Brasil em todos os momentos históricos) que tem no poder bonapartista o centro de sua formulação, muitas de suas propostas eram desdobramentos de outras, já existentes, adaptadas ao

momento histórico vivido. Uma característica básica de seu ideário era a defesa de um liberalismo econômico radical ou primitivo e de uma autocracia política, mal disfarçada de liberalismo. Portanto, em ambos os casos o paradigma liberal era seu ponto de partida e também o de chegada.

Lacerda propunha a volta do privilegiamento da agroexportação pelo Estado, nos moldes da República Velha, ficando a industrialização subsidiária daquela, através do financiamento externo – ou seja, para ele, somente o capital internacional poderia fazer que o país se desenvolvesse. Em outros termos, Lacerda buscava o desenvolvimento associado e subordinado aos centros capitalistas de decisão, em especial aos EUA, tendo a agricultura como carro-chefe da economia.

Era a defesa intransigente do capitalismo norte-americano, conjugada com a herança conservadora brasileira, que o tornava, muitas vezes, um líder de extrema-direita que defendia posições golpistas, antidemocráticas e reacionárias. Esta visão de mundo faria com que o “Corvo” tomasse uma posição francamente pró-americana no contexto da guerra fria, advindo daí (bem como de sua condição mal-resolvida de ex-comunista) seu repúdio total ao comunismo. Somadas, tais características faziam de Lacerda talvez o mais implacável anticomunista já havido na história brasileira.

Segundo sua visão anticomunista, somente o capital internacional poderia fomentar o crescimento da produção e da produtividade, aumentando, assim, a renda nacional. O crescimento do poder aquisitivo, no entanto, só se efetuaría com o controle da moeda e com o aumento da educação da força de trabalho, o que implicaria a manutenção de um dos pilares da via colonial de objetivação do capitalismo, o arrocho salarial. Este, evidentemente, é um dos pressupostos que mantêm a subordinação do país aos centros capitalistas de decisão, além da manutenção da agroexportação como cerne da economia nacional.

Para implementação de tal programa econômico, era essencial o combate às idéias comunistas e nacionalistas de talhe getulista e trabalhista – ou, numa fórmula mais sucinta, ao “nacional-popular”, também denominado de “getulismo de massas” – e a remoção de seus representantes dos postos de mando da nação. Uma das fórmulas de combate ao getulismo de massas era apresentá-lo como antidemocrático, demagógico e corrupto, fruto da ditadura do Estado Novo, de inspiração fascista. Assim sendo, deveria ser combatido, pois era um obstáculo à “democratização” do país, na medida em que se manteve no pós-45 o processo de industrialização, a legislação trabalhista, a estrutura sindical e o Estado interventor.

Lacerda e toda a direita brasileira se batiam por uma reforma administrativa voltada à racionalização do Estado e sua conseqüente diminuição, além de uma reforma na estrutura sindical capaz de quebrar qualquer resistência ao seu projeto socioeconômico.

Chama a atenção sua proposta de mudança – flexibilização – da CLT que acabasse com a estabilidade no emprego e instituisse uma indenização por tempo de serviço. Coincidentemente ou não, a ditadura bonapartista iniciada em 64 fez a reforma preconizada, num clima de repressão generalizada aos sindicatos, criando, a partir daí, o FGTS.

Lacerda seria também um duro opositor de uma reforma agrária que mexesse com a estrutura da propriedade da terra, apresentando algumas medidas jurídicas, além do incremento tecnológico, como alternativa para o aumento da produção agrícola. Ele ainda propunha um golpe de Estado perpetrado contra o trabalhismo/getulismo que promovesse um “regime de exceção” que higienizasse e “sanitizasse” o país dos políticos “corruptos” e “demagogos”, da mesma forma que dos comunistas e nacionalistas, além de realizar uma reforma partidária que extinguisse os partidos tradicionais, criando um “bipartidarismo” baseado no modelo norte-americano – democratas e republicanos. Talvez inspirada nesta idéia, a ditadura militar extinguiu os partidos e criou um bipartidarismo bonapartista, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O “regime de exceção” proposto por Lacerda se caracterizava por uma ditadura provisória que promoveria a “reforma democrática” através da “revolução democrática” e instituiria, então, o liberalismo político “liberto” de qualquer propositura que o confrontasse, de preferência com ele próprio na Presidência da República.

No fundamental, este projeto se realizou, pois o regime implantado em 1964 aprofundou a subordinação da economia brasileira ao capital internacional e a política salarial assentada na superexploração da força de trabalho, o arrocho salarial, mas prosseguiu com o processo de industrialização, embora não dispensasse a agroexportação. O regime de exceção de Lacerda – uma ditadura por tempo limitado – transformou-se em ditadura permanente, por tempo ilimitado. Ao perceber isso, o político fluminense voltou-se contra aquilo que ajudou a criar, o regime autocrático-burguês de 1964. Mas era tarde: seu objetivo principal – a Presidência da República – já havia lhe escapado.

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Excertos de *A ideologia conservadora de Carlos Lacerda: um “Corvo” na história política brasileira (1954-1968)*. 2003. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC-SP.

¹ FRANCIS, Paulo. *Trinta anos essa noite. O que vi e vivi*. 1994.

² Apud LABAKI, Almir. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 47.

³ Apud BANDEIRA, L. A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 133.

⁴ Apud LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda: 10 anos depois – oposição*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 131.

⁵ Apud id., *ibid.*, pp. 139-40.

⁶ LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 405.

ASAS DE SANGUE
O VÔO DO CONDOR SOBRE O BRASIL (1973/1985)

Neusah Maria Cerveira*

Eu bem gostaria de ser sábio.
Nos velhos livros se encontra o que é sabedoria:
Manter-se afastado da luta do mundo e a vida breve
Levar sem medo
E passar sem violência
Pagar o mal com o bem
Não satisfazer os desejos, mas esquecê-los
Isto é sábio.
Nada disso sei fazer:
É verdade, eu vivo em tempos negros.
(Bertolt Brecht, “Aos que vão nascer”)

Este trabalho procura contar e analisar uma história recente, um fragmento de história que ainda está acontecendo e da qual, apesar das muitas versões e ficções, resta tudo a desvendar. A proposta visa a uma abordagem histórica e analítica da gênese e do desenvolvimento da Operação Condor, durante o período de 1973/1985, na América Latina. Ela foi o sistema que, nas décadas de 70 e 80, reuniu diversos governos militares sul-americanos para combater grupos opositores, independentemente das fronteiras nacionais. Mais especificamente, este projeto propõe fazer um estudo de caso da atuação dessa Operação no Brasil.

O principal objetivo da pesquisa é saber como ocorreram os crimes de desaparecimento e eliminação de militantes políticos – só na Argentina, de 1976 a 1983, houve de 8.961 (reconhecimento oficial) a 30.000 casos (estimativas de várias entidades, entre elas a das Mães da Praça de Maio).

Na Espanha e na Argentina, há juizes investigando ações de governos militares. No Chile, o ex-ditador Augusto Pinochet, líder do regime militar (1973-1989), ainda pode ser julgado. No último país, houve pelo menos 2.279 mortos naquele período. No Brasil do

regime militar, de 1964 a 1985, restam, no mínimo, 138 desaparecidos (oficialmente reconhecidos pelo atual governo brasileiro). Além deles, sumiram 7 militantes brasileiros de esquerda na Argentina, 5 no Chile e 1 na Bolívia.¹

Por la Memoria, la Verdad y la Justicia

Brazil

El golpe militar de 1964 fue el preámbulo a un período largo de represión social y política en Brazil. Las autoridades utilizaron prácticas inhumanas tales como la tortura, las ejecuciones extrajudiciales y la desaparición forzada para eliminar a sus opositores políticos. Brazil también participó en la Operación Cóndor por la cual agentes de países latinoamericanos entraron a Brazil para secuestrar y matar a sus propios ciudadanos. Ciudadanos brasileños también fueron desaparecidos en otros países vecinos. Brazil no ha tenido una comisión de verdad y la documentación sobre las violaciones ocurridas durante y desde la dictadura es limitada y su aparición se debe a los esfuerzos de las organizaciones de derechos humanos. Este sitio es un lugar donde recordar a los muertos y desaparecidos brasileños. Agradecemos toda información que podamos agregar.

Martín Almada, professor visitante da Kansas State University, nos EUA, foi o responsável pela descoberta, no Paraguai, em 1992, do Arquivo do Terror, duas toneladas de documentos que comprovam a existência da Operação Condor. Pode-se afirmar que Almada identificou o primeiro ovo do Condor e um de seus ninhos.

Ex-preso político, ele localizou, em 1992, num prédio a 20 km de Assunção, o arquivo da polícia política da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), com 8.369 fichas de militantes (64 brasileiros), 10.000 fotografias, relatórios policiais e correspondência entre as Forças Armadas do Cone Sul. Hoje, Almada, o “Caçador da Operação Condor”, é um “caçador” de “todos” os arquivos. Ele espera que a CIA libere novos documentos sobre o governo Stroessner, na vigência do qual o próprio Almada foi torturado.

O professor não defende mais a extradição do ex-ditador, que viveu no Brasil, para o Paraguai. O governo paraguaio é muito ligado a Stroessner e suas vítimas gostariam que ele fosse julgado e condenado pela justiça brasileira por seus crimes contra os direitos humanos.

Almada pesquisa atualmente, também, sobre o que chama Operação Condor 2, aliança sul-americana para a repressão política, que funcionaria ainda hoje, na sua avaliação. Ele se baseia em atas de reuniões dos Exércitos de vários países do sub-continente, em 1995.

Dos principais regimes militares sul-americanos recentes, só são conhecidos arquivos secretos significativos do Paraguai (1954-1989) e do Brasil (1964-1985). Os únicos com acesso amplo do público são os das polícias políticas do Rio de Janeiro e de São Paulo – no

Paraguai, a Justiça ainda está com os papéis encontrados em 1992. Na Argentina (1976-1983), no Chile (1973-1989) e no Uruguai (1973-1984), há pouquíssimos documentos confidenciais conhecidos. Não se sabe se o resto foi destruído ou está escondido.

As condições mundiais repercutindo na América Latina, bem como suas próprias particularidades serão objeto de preocupação desta pesquisa. Recorrer-se-á a uma revisão bibliográfica. E à análise da conjuntura internacional e latino-americana e suas características nacionalistas e popular-reformistas, que não puderam ou não quiseram resistir de forma armada à maioria dos golpes militares orquestrados pela CIA,² sucedidos em cascata na América-Latina no período que aqui se propõe estudar. Diante do imobilismo momentâneo dos Partidos Comunistas da América Latina, vai-se compreender pelo menos a opção de uma parte das esquerdas brasileiras em relação à luta armada, além dos diversos matizes desse tipo de resistência,³ representados pelos muitos partidos e organizações que escolheram a via armada como forma possível para a imediata derrubada das ditaduras militares.

No início da década de 60, em plena vigência da Guerra Fria, e com a recente vitória da Revolução Cubana (1958), o capitalismo – numa nova fase de expansão hegemônica – não podia admitir novas surpresas. A ameaça comunista era uma realidade na cabeça dos governantes dos países do Primeiro Mundo e o capitalismo, capitaneado pelos Estados Unidos da América do Norte, não podia tolerar a idéia de perder mais nenhuma posição na América Latina.

As idéias de Régis Debray varriam o continente americano, insuflando novas concepções nas mentes dos jovens latino-americanos, consolidando nos comunistas mais velhos a percepção de que poderia ter-se chegado ao momento-limite, em que uma situação revolucionária estava prestes a conduzir forças alternativas de representação ao ponto de substituírem formas representativas institucionais vigentes. A revolução estava em marcha, e o caminho era personificado nas ações do poético revolucionário “Che” Guevara.

O trabalho de pesquisa proposto aqui será estruturado da seguinte forma:

No mundo, são diversos os tratamentos dados aos arquivos de extintos serviços de segurança de Estado em antigos regimes repressivos. Na Rússia, os arquivos da KGB, polícia política comunista da ex-URSS, são considerados os mais espetaculares, em termos de repressão pura e simples.

Os documentos da KGB e da Stasi, polícia secreta da ex-Alemanha Oriental, são os mais conservados do mundo, considerando regimes antidemocráticos. Acredita-se que a possibilidade de trabalhar nos arquivos da Stasi é muito maior, devido aos meios, à disponibilidade, ao pessoal, e que não há lugar melhor no mundo para pesquisar esse campo temático e documental, hoje, que na Alemanha.

Essas informações e análises são do historiador Antonio González Quintana, coordenador dos Arquivos Militares da Espanha – órgão do Ministério da Defesa daquele país. Quintana é uma das maiores autoridades mundiais no estudo de arquivos secretos de governos repressivos. Em 1994 e 1995, dirigiu o projeto sobre o tema desenvolvido pela Unesco, órgão da ONU.

Não se pode ter nem idéia da importância dos arquivos até que os países se encontrem em processos de transição política. Isso tanto pela sua existência (Alemanha) como pela sua inexistência (Chile).

No Brasil, os principais arquivos secretos das Forças Armadas e do extinto SNI (Serviço Nacional de Informações) nunca vieram a público.

Além do fascínio que essa pesquisa exerce sobre o cientista e da necessidade e justiça da investigação ora proposta, é necessário deixar claro que sou filha da primeira vítima brasileira (oficial) dessa operação macabra no Cone Sul. Hoje, no Brasil, o assunto adquire uma proporção gigantesca no nível de envolvimento pessoal com o objeto. Fazer parte da história que se quer investigar tem dois lados.

Um é a imensa boa vontade dos militantes em colaborar para desvendar o destino do companheiro assassinado, além da cumplicidade e intimidade desenvolvida pelas vítimas dos holocaustos, não importa as proporções, para as vítimas, sejam 100 ou 100.000, a dor é a mesma; o sentimento é igual, bem como o desejo de justiça. Conto também com a simpatia das entidades de direitos humanos e de funcionários de agências oficiais e não oficiais. O principal: a memória, que me permite selecionar o relevante na pesquisa, e documentos de um arquivo pessoal organizado através de 30 anos, além dos documentos de outros familiares e entidades de familiares.

Mas como tudo tem um duplo, um outro lado: dificuldades também resultam desse “fazer parte da história”, tais como vigilância permanente da “neutralidade” mínima exigida pela ciência numa pesquisa acadêmica, controle emocional para ouvir atrocidades por vezes proferidas pelos próprios algozes. Há que ouvi-los, infelizmente.⁴

Operação Condor – BRASÍLIA (ABN) – Impressionante é o estardalhaço do noticiário nacional, nas últimas semanas, referente a uma presumida ação de Órgãos de Inteligência de países do Cone Sul, na década de 70. O assunto ganhou corpo a partir da ação do juiz espanhol Baltasar Garzón que, após indiciar o General Augusto Pinochet, passou a buscar documentos objetivando demonstrar que, depois da deposição de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, os governos de cinco países – Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai – uniram-se, sob o comando da DINA, o Serviço de Inteligência chileno, numa espécie de “Mercosul do Terror”. A parceria teria sido formalizada em 1975, sendo denominada “Operação Condor”. Vamos aos fatos. É sabido que quando existe uma ameaça terrorista de caráter internacional, os órgãos de segurança dos países ameaçados se coordenam. Nesse sentido,

a “France-Press” divulgou, em 21 de novembro de 1998, o seguinte telegrama: “O presidente francês, Jacques Chirac, e o Primeiro-Ministro Lionel Jospin, confirmaram ao chefe do governo espanhol, José Maria Aznar, a adesão da França à luta antiterrorista na Espanha, ao ser concluída, ontem, a reunião de cúpula França-Espanha, em La Rochelle”. Ou seja, esses dois países passaram a coordenar-se para combater a ETA-BASCA espanhola. Muitos militantes da ETA-BASCA têm sido presos, e alguns têm desaparecido, em território francês, em operações conjuntas dos órgãos policiais da França e Espanha, conforme a imprensa internacional freqüentemente noticia. Em 1974 – menos de um ano após a deposição de Allende – foi fundada em Paris uma Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), integrada pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), da Bolívia, Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina, Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro (MLN-T), do Uruguai, e Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR), do Chile. Em outubro de 1974, a Comissão Política do MIR, através de seu jornal “El Rebelde en la Clandestinidad”, dava conta desse fato nos seguintes termos: “No campo internacional, nosso partido redobrará a coordenação e o trabalho conjunto com o ERP, o MLN-T e o ELN da Bolívia, e junto com eles lutará para fortalecer e acelerar o processo de coordenação da Esquerda Revolucionária Latino-Americana e Mundial (...) Chamamos a todas as organizações e movimentos irmãos a redobrar a luta em seus próprios países, a fortalecer e ampliar a Junta Coordenadora do Cone Sul (...)”. O dirigente do PC Chileno, já falecido, que foi Ministro de Allende, Orlando Millas, diz em suas “Memórias, 1957-1991”, Ediciones Chile-América, Santiago, 1995, pág. 186 e 187, o seguinte: “Reunimo-nos em Moscou, em 1974, os membros da Comissão Política do partido que estávamos no exílio, ou seja, os titulares Volodia Teitelboim, Gladys Marin (atual Secretária-Geral do Partido Comunista Chileno), eu e o suplente Manuel Cantero. Nessa oportunidade soube do acordo que haviam chegado, em Havana, dirigentes dos respectivos partidos (chileno e cubano), para que contingentes de militantes comunistas chilenos fossem aceitos como alunos, na qualidade de cadetes, na Escola Militar de Cuba. Foi recrutado para essa tarefa o melhor do melhor da nova geração no exílio. Senti que os conduzíamos a queimar-se no Chile em batalhas impossíveis. Quem menos direito tem de criticá-los somos nós, que assumimos a responsabilidade, estremecedora, de sugerir-lhes, sendo adolescentes, que o caminho para ser dignos de seu povo deveria ser percorrido empunhando armas”. Anteriormente, no Congresso do Partido Socialista Chileno, ao qual pertencia Salvador Allende, realizado na cidade de Chillán, em 1967, havia sido aprovada uma Resolução Política que dizia: “(...) A violência revolucionária é inevitável e legítima (...) Só destruindo o aparato burocrático e militar do Estado-burguês, pode consolidar-se a revolução socialista” (isso é marxismo-leninismo puro). A decisão do PS Chileno de optar pela “violência revolucionária” estava de acordo com os protocolos adotados no ano anterior, 1966, em Havana, na “Conferência Tricontinental”, quando foi aprovada pela unanimidade das 27 delegações presentes a sugestão de criar a “Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)”. Uma cópia do Komintern dos anos 30, um pacto político-militar para revolucionar a América Latina. É importante assinalar que o autor dessa proposta foi o delegado que representava o Partido Socialista Chileno: o então deputado Salvador Allende. Nos anos 80, a ação armada subversiva, no Chile, ganhou impulso com os sucessivos desembarques de armas realizados desde navios cubanos, em janeiro, junho e julho de 1986: 3.200 fuzis, 114 lança-foguetes soviéticos RPG-7, 167 foguetes anti-blindagem LAW (utilizados na denominada Operação Século XXI: atentado contra Pinochet nesse mesmo ano de 1986, que causou a morte de 5 militares de sua escolta), grana-

das, munições e outras armas (livro “Chile, Crônica de um Assédio”, Santiago, 1992, tomo I, página 98). A prova da intervenção de Cuba e de que um contingente dessa nacionalidade encontrava-se no Chile durante o governo Allende, inclusive integrando a segurança pessoal do presidente – denominada GAP-Grupo de Amigos do Presidente – foi confirmada, no final da década de 80, quando do julgamento de diversos oficiais do Exército cubano, acusados de narcotráfico. Um desses, o coronel Patrício La Guardia, amigo pessoal de Fidel Castro, condenado à morte e fuzilado, viu-se submetido ao seguinte interrogatório: Pergunta: “E missões internacionalistas que cumpriu anteriormente, além dessa de Angola? Resposta de Patrício La Guardia: “Estive no Chile. Fui condecorado com a Medalha Internacionalista de Primeiro Grau porque estava no Chile à frente dos companheiros de Tropas, quando do golpe de Estado, e cumpri outras operações especiais” (“Vindicación de Cuba 1989”, “Editorial Política”, Havana, Cuba, página 291) Pergunta-se o que poderiam fazer os governos ameaçados frente a uma internacional terrorista – a OLAS, nos anos 60, e a JCR, nos anos 70? Obviamente, o mesmo que fazem hoje França e Espanha: coordenar suas ações antiterroristas. Assim como à dupla Garzón-Garcés não ocorre submeter a processo os governantes franceses e espanhóis pelas operações de combate à ETA, existiria fundamento para acusar o atual senador Pinochet, por alguma atuação indevida de seus subordinados durante o desenrolar da “Operação Condor”, há 25 anos atrás? É indiscutível que face a um desafio terrorista coordenado, que não era um pic-nic, os Órgãos de Inteligência dos países ameaçados fizeram o mínimo: coordenar-se. E deverão fazê-lo sempre. A comunidade jurídica internacional sempre considerou profundamente injusto julgar uma época aplicando os padrões morais de outra. Por isso, entre outras razões, é reconhecido universalmente o instituto da prescrição, através do qual o transcurso do tempo extingue as responsabilidades. Há, pois, um ingrediente de tremenda injustiça querer julgar, 25 anos depois, acontecimentos que hoje parecem desprovidos de toda a carga de incerteza, temor e ódio que existia no Chile e em toda a América Latina nos anos 70 que, segundo Che Guevara, deveria ser transformada em um enorme Vietnã. Sempre, “antes” as coisas são diferentes do que parecem “depois”, quando o perigo já passou. Um velho ditado diz que “depois da batalha, todos são generais”. Recentemente, em 3 de julho de 1998, o tiranete Fidel Castro, em discurso no encerramento de um seminário, em Havana, sobre o tema “Globalização”, convocado pela “Associação de Economistas da América Latina”, reconheceu seu papel de promotor da guerrilha em toda a América Latina nos anos 60. Guerrilha – esta sim – que fez uma montanha de mortos.

Malgrado, o acerto de contas com Pinochet é considerado pela esquerda como politicamente correto, pois ele destruiu um mito do marxismo-leninismo: a derrubada do poder de um governo comunista. É isso que a esquerda de todos os matizes não admite, não aceita e não perdoa.

É necessário rescrever a história recente, a história deste país não pode mais se permitir ser contada na forma de relatos enfadonhos e simplistas, que apenas reiteram relações de poder presentes nos documentos consultados. A importância de uma pesquisa séria e bem orientada é fundamental. Todo cidadão democrata precisa saber o que se passou quando fecharam as cortinas do cenário nacional em 1964 e começaram a mostrar o país como num mau desenho animado, que isolou a verdade, não permitindo a gerações subseqüentes

sequer apreender, em suas consciências, uma memória política e cultural verdadeira de sua própria cidadania e nacionalidade. Saber a verdade, descerrar as cortinas da história oficial é o mínimo e fundamental direito que deve ser oferecido nesse momento à geração que, ávida, procura respostas que não sejam fantasiosas ou montagens. E a pesquisa erudita tem um profundo papel a desempenhar nessa tarefa.

A tarefa é árdua. Em que pesem os esforços de pesquisadores sérios, a construção da memória nacional intrinsecamente ligada ao resgate crítico de nossa cultura ainda está engatinhando e precisa avançar muito mais, sob pena de perder-se definitivamente na manipulação orquestrada de forma organizada e inteligente pela elite dominante.

Essa compreensão é necessária para o entendimento da ferocidade com que a repressão ditatorial liquidou seus opositores das organizações de resistência armadas. Mas os diversos segmentos, organizados ou não, da sociedade brasileira demonstram agudo interesse pelo destino dado às vítimas das garras da Operação Condor, como retrata a carta a seguir:

Na íntegra, carta enviada ao Sr. Presidente da república do Brasil por uma cidadã brasileira; 'Matar? Por quê?

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso,

Solicitamos a Vossa Excelência que, na condição de chefe supremo das Forças Armadas, determine a abertura dos arquivos sobre a "Operação Condor" e todas as demais informações produzidas durante o regime militar hoje em poder do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do antigo Serviço Nacional de Informações, da Polícia Federal e de quaisquer outras instituições federais.

Fazemos este apelo público a Vossa Excelência após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na qual foi consensual o entendimento de que os arquivos existem, a sociedade tem o direito de conhecê-los e o Estado o dever de disponibilizá-los, para o conhecimento pleno da nossa História.

Também consideramos a decisão do Supremo Tribunal Federal em colaborar com o inquérito presidido pelo juiz Claudio Bonadio, da Argentina, assim como a anunciada disposição do Poder Executivo, por meio da Agência Brasileira de Informações, em responder oficialmente às indagações formuladas pelo magistrado argentino. Ora, se a justiça do país vizinho pode ter acesso às informações ocultas até hoje, é justo que a sociedade brasileira também tenha acesso aos mesmos arquivos.

São incontestáveis as bases jurídicas tanto em apoio a nossa colaboração com a justiça de outros países onde se processam investigações sobre a Operação Condor, quanto para a abertura de investigação sobre esse tema no Brasil. A Constituição Federal determina, em seu Artigo 4º, que nosso país se rege, nas suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos. Somos signatários de instrumentos internacionais como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece o caráter imprescritível do crime de desaparecimen-

to forçado, definindo-o como ação continuada; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, das Nações Unidas; e a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes. A Constituição de 1988 garantiu o exercício da plena cidadania, por meio de uma série de direitos, dentre os quais o direito à informação. Este passou a ser afinal reconhecido como pilar de sustentação da democracia e do direito à cultura, que se traduz, também, no direito à memória e ao passado histórico de nosso país.

Tendo reconhecida trajetória de acadêmico e intelectual antes mesmo de ingressar na vida política, Vossa Excelência sabe, mais que qualquer outro Presidente da República que o País já teve, que não se constrói o futuro sem conhecer o passado. Sabe também Vossa Excelência que, mais cedo ou mais tarde, com ou sem sua colaboração, o imenso quebra-cabeças será montado e a verdade emergirá. A sociedade brasileira, assim como a argentina, chilena, paraguaia, uruguaia e da África do Sul; que também amargaram longos períodos de arbítrio; não interromperão o processo de resgate da memória sobre o passado obscurecido nos anos de chumbo. O Brasil já avançou no resgate da nossa memória histórica, quando diversos Estados da Federação disponibilizaram os arquivos remanescentes dos DOPs e outros organismos da esfera estadual que participaram da repressão política. Já os organismos federais permanecem indiferentes ao apelo da sociedade civil e das famílias dos opositores políticos do regime de arbítrio desaparecidos, que têm o direito de saber o que aconteceu a seus entes. Com a inestimável colaboração de Vossa Excelência, o Brasil já deu passo importante para o restabelecimento da verdade, ao aprovar a Lei 9.140/95, instituindo a Comissão Especial que reconheceu a responsabilidade do Estado sobre mortos e desaparecidos políticos. As Forças Armadas tiveram seu representante no organismo, garantindo-se o contraditório e mesmo a sustentação das versões oficiais. O Brasil foi então aplaudido por instituições internacionais de direitos humanos como país que lançava premissas de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Não há motivos para que a verdade seja escondida. Os tempos são outros. Ressentimentos foram amenizados pelo tempo. Agora a palavra revanchismo chega a soar ridícula. As instituições democráticas estão suficientemente amadurecidas para conhecer a verdade em toda a sua extensão.

O meritório emprego de contingentes do Exército na missão de paz da ONU em Timor Leste, a desativação de minas explosivas em Angola e o atendimento de populações isoladas da Amazônia são exemplos de que nossas Forças Armadas têm funções suficientemente nobres para legitimá-las perante a sociedade.

Não espere, Senhor Presidente, que a justiça de outros países se adiante e monte o quebra-cabeças antes de nós, brasileiros. Determine já, Senhor Presidente e chefe supremo das Forças Armadas, que se abram, afinal, os arquivos militares, e de uma vez por todas seja reparada a injustiça para com as famílias dos desaparecidos políticos que continuam a viver a incerteza e o horror de não poder enterrar seus entes queridos.

Brasília, 18 de maio de 2000 OPINIÃO

Os documentos fundamentais para esta pesquisa (maior desafio) serão “garimpados”:

1. do governo dos EUA, especialmente da CIA (Agência Central de Inteligência);
2. dos organismos repressivos militares e policiais de cada país;
3. da Comissão de Direitos Humanos da ONU;

4. da Junta Interamericana de Defesa;
5. da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e
6. da Conferência de Exércitos Americanos.

A documentação de órgãos pró-direitos humanos das Nações Unidas e da OEA (Organização dos Estados Americanos) serviria para conhecer detalhes de vários episódios, porém, hoje o acesso a ela é vetado. No caso da CIA, o pedido será de ampliação da desclassificação de documentos, abrangendo períodos mais amplos para consulta.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Doutoranda em História Social na FFLCH/USP.

¹ Mortos e Desaparecidos; Dossier Tortura Nunca Mais Mortos e Desaparecidos; Lista do Tortura Nunca Mais; Listado de Desaparecidos em Brasil; Archiose de São Paulo; Catarinenses muertos y desaparecidos; Represores Documentos; Informes sobre los Derechos Humanos en Brazil; Voces Enlaces; Derechos Humanos en Brazil; Por Equipo Nizkor y Derechos Human Rights; Tortura Nunca Mais – Pernambuco; Tortura Nunca Mais – RJ; Comitê Catarinense Pró-memória Dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

² CIA: Central de inteligência e informação norte-americana que ajudou a institucionalizar o terror de diversas ditaduras sanguinárias em vários países periféricos.

³ Focismo; maoísmo; de libertação; revolucionárias ou simplesmente defensivas.

⁴ Carlos Ilych Azambuja é articulista da ABN (por incrível que pareça).



A TORTURA EM PRESOS POLÍTICOS E O APARATO REPRESSIVO MILITAR*

Elisabete Fernandes Basílio Tamas**

A imposição do Ato Institucional nº 5 significou, efetivamente, o retorno da “operação limpeza” ocorrida entre abril e junho de 1964, quando ocorreram inúmeras demissões, exonerações, cassações, prisões, torturas e mortes em nome da conservação da democracia, da contenção do perigo do comunismo e da manutenção da segurança nacional. O Ato Institucional promulgado pela Junta Militar, no início de abril de 1964, propiciou ao presidente Castelo Branco plenos poderes de ação, anulando a legislação vigente por dois meses.

O ano de 1968 foi marcado por muitas manifestações populares. O contexto mundial era o da Guerra Fria, e o nacional, o de contestação da continuidade do controle do país pelos militares. Grupos armados de esquerda se formavam, defendendo a revolução socialista. Eram pequenas células que intensificavam suas ações para obtenção de recursos financeiros que se destinavam à compra de armas e ao treinamento dos seus integrantes. Em dezembro, os militares mais radicais conseguiram a aprovação do AI-5 e o Brasil retornava ao regime de exceção – mas, agora, por tempo indeterminado. Nos meses seguintes, a censura prévia e a autocensura nos meios de comunicação atingiram dimensões inesperadas, ao mesmo tempo em que a propaganda de governo foi usada de forma mais ostensiva.

Muitas pessoas não aceitavam esta imposição do silêncio à sociedade, efetivada violentamente pelos governantes, e engrossaram as organizações armadas que objetivavam tirar os militares do comando do país.

As instituições de repressão não estavam preparadas para a reação armada dos grupos de esquerda. A organização das informações existente nos primeiros anos da ditadura militar mostrou-se ineficaz para o controle da sociedade brasileira após 1968. A luta armada deflagrada por diversos grupos trouxe à tona as fragilidades deste sistema: morosi-

dade e falta de integração nacional das informações. As ações das organizações de esquerda materializaram-se em inúmeros assaltos, principalmente a bancos. As ações militarizadas, identificadas como guerrilha urbana, multiplicaram-se e a reorganização do aparato repressivo passou à ordem do dia.

Em São Paulo, a título emergencial e experimental, surgiu a Operação Bandeirante (Oban), em julho de 1969. O delegado Sérgio Paranhos Fleury¹ ganhou grande destaque nessa fase mais repressiva da história recente do país, efetivando uma carreira meteórica por seu “ótimo” desempenho nos quadros da repressão. Considerado um dos homens mais temidos do país, Fleury utilizava a tortura como o principal método para a obtenção de informações.

Em outubro do mesmo ano, Médici assumiu a presidência com o discurso de que o desenvolvimento do país dependia de ações mais incisivas do governo, defendendo, assim, a necessidade do uso dos poderes e instrumentos extraordinários do Executivo para promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar, de tranquilidade e de paz. Para intensificar o combate ao inimigo interno, o novo governo passou a sustentar a urgência da implantação da Doutrina de Segurança Nacional, através da criação de novos órgãos de repressão e da reestruturação dos já existentes.

A criação de órgãos oficializando o envolvimento das Forças Armadas em operações policiais não era consenso entre os militares. O auxílio financeiro do empresariado paulista foi decisivo e esta experiência foi realizada de forma extralegal e custeada, em grande parte, por empresas privadas. O financiamento deste órgão de repressão, que se tornou um famoso centro de torturas no Brasil, demonstra que boa parte da elite apoiou a radicalização do autoritarismo dos militares.

Com a criação da Oban, o que estava em discussão não era, simplesmente, mais um órgão ou departamento governamental, mas a reestruturação do pensamento e da ação militar, que incorporava a idéia de que todo indivíduo poderia ser considerado inimigo, um perigo potencial à segurança nacional, até que fosse provado o contrário.

O conceito de segurança que as Forças Armadas vinham empregando para os inimigos externos passou a ser usado para os membros da sociedade brasileira que questionavam o governo militar, identificando-os como inimigos internos. Como a Oban estava subordinada ao II Exército, o envolvimento das Forças Armadas contra a chamada subversão passou a ser, além de ideológico, também operacional.

Na avaliação do governo, a experiência paulista obteve êxito nos objetivos propostos, visto que muitos militantes foram presos ou mortos, e uma nova malha foi criada sobre a já existente. Os que se opunham a essas medidas não tiveram mais espaço para discussões. Segundo a jornalista Ana Lagôa, o país foi dividido em quatro Exércitos e dois comandos

regionais e cada uma das Forças Armadas passou a ter um órgão centralizador de informações: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Embora o Cenimar já existisse desde 1964, e o CIE desde 1967, foi em 1970 que receberam atribuições mais importantes dentro do aparato repressivo. Coube ao CIE, tido como o mais importante dos órgãos de informações, coordenar uma rede de Centros de Operações de Defesa Interna (Codi), e estes, uma rede de Destacamentos de Operações Internas (DOI).² Assim, cada Exército tinha um Codi, comandado pelo chefe do Estado-Maior, e cada Codi tinha um ou mais DOI.

Teoricamente, os DOIs, a partir das informações conseguidas pelo Cenimar, pela Cisa e centralizadas pelo CIE, tinham a função de efetuar prisões e fazer interrogatórios, a fim de obter mais dados no menor tempo possível. Estes eram repassados ao Codi, a que estavam subordinados os DOI, e o Centro poderia, em momentos de necessidade, reunir todas as chefias civis e militares das três armas para ações conjuntas, designando as funções de cada órgão naquela determinada operação. Assim, a Oban paulista, que tinha servido como experiência-piloto, foi extinta e os DOIs passaram a existir em todo país.

Além dessa malha repressiva reestruturada e comandada diretamente por militares, foram mantidos os Dops (Departamentos de Ordem Política e Social). Era para este órgão que os presos vindos dos terríveis interrogatórios ocorridos nos DOI eram encaminhados para que fossem registrados seus depoimentos oficiais e iniciado o processo a que responderiam legalmente. Criado em 1924, o Dops exercia a função de coletar, registrar e sistematizar os depoimentos de pessoas presas por causas políticas, e também se encarregava de vigiar e armazenar informações sobre vários acontecimentos, como assembleias em universidades,³ encontros eclesiais,⁴ reuniões em sindicatos,⁵ velórios,⁶ missas e homenagens em intenção de pessoas mortas por agentes da repressão.⁷ Dentre essas informações constavam a quantidade aproximada de pessoas presentes, os nomes das que os espíões conseguiam reconhecer, os nomes e resumos das falas das que se destacavam por discursarem e dos comentários gerais feitos por pessoas presentes. A partir destes registros, os chefes do Departamento elaboravam relatórios reunindo todos os dados que pudessem oferecer elementos para incriminar o investigado.

Defendendo a posição de que participavam de uma guerra revolucionária, todos esses órgãos montaram suas equipes de busca e interrogatório, embora tais atividades dessem ser executadas pelos DOI. Isto trouxe rivalidades entre os órgãos, fomentada ainda mais pelas recompensas em dinheiro oferecidas pelos empresários às equipes que efetuassem determinadas prisões.⁸ Como realizavam praticamente as mesmas atividades, um sentimento de disputa tornou-se constante e nem todas as informações que um órgão conseguia compartilhava com os outros.

Na mesma proporção em que os militares se afastavam do diálogo com os vários setores da sociedade que, muito ou pouco, questionavam-nos, mais necessitavam da rigidez hierárquica no interior das Forças Armadas, das instituições militares e da repressão que elas utilizavam. A violência passou a ser vital para esse projeto de nação e o silêncio de toda e qualquer oposição foi obtido pela força.

O aumento da repressão foi acompanhado pelo crescimento da economia brasileira – foi o período conhecido como “milagre brasileiro”. Colhendo os frutos do plano econômico implantado por Roberto Campos no governo Castelo Branco – que promoveu grande arrocho salarial, o fim da estabilidade dos trabalhadores, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o fim do teto de 10% anuais para as remessas de lucros das empresas multinacionais instaladas no país –, iniciou-se um período de crescimento acelerado da produção industrial.

Recebendo grandes somas de empréstimos e de investimentos feitos pelo Estado e por empresas norte-americanas, respectivamente, o governo Médici promoveu um grande aumento no número de empregos oferecidos aos trabalhadores no início dos anos 70, ao mesmo tempo em que muitos bens de consumo, como eletrodomésticos e automóveis, passaram a ser mais acessíveis à classe média e aos trabalhadores com maior especialização. Era daí que o governo esperava receber a legitimação de seu governo.

Em seus discursos à nação, Médici apontava a importância da intervenção militar para a garantia da democracia no país,⁹ ressaltando que essa aceleração da economia brasileira estava ameaçada pela insegurança promovida pelos “maus brasileiros” que estavam seguindo uma orientação vinda do exterior e que não condizia com a índole pacífica do povo brasileiro.¹⁰ Fazia, então, um apelo aos “bons brasileiros” e às famílias, no sentido de ajudarem o governo a enfrentar a onda de “terrorismo” que estava assolando o país, denunciando aqueles que estavam impedindo o avanço político e econômico pretendido pelos militares.¹¹

A busca da legitimidade foi constante em todos os governos militares, e inclusive foi isso que tornou tão importante a troca de presidentes. A preocupação com a licitude de suas ações também pode ser observada nas várias mudanças na legislação: fizeram uma nova Constituição em 1967, uma Emenda Constitucional em 1969 e assinaram Atos Institucionais ao longo dos 21 anos do regime. Os militares criaram leis que lhes davam poderes extraídos de outros segmentos sociais e, assim, diziam-se cumpridores da legislação vigente, embora várias denúncias comprovem que muitas dessas leis não foram obedecidas.

O governo também buscava um maior contato com a população através da intensificação da propaganda de governo. A ativação dessa propaganda (que enaltecia o cresci-

mento do país, promovendo a idéia de que o Brasil estava superando o subdesenvolvimento) ocorreu simultaneamente à censura imposta aos meios de comunicação.

As grandes empresas de comunicação apoiaram o golpe de 1964, mas a radicalização dos militares acabou com o consenso. Após o AI-5, todos os meios de comunicação passaram a ser ainda mais vigiados. Alguns, por suas próprias convicções ou pelas vantagens econômicas de estarem aliados ao governo, não sofreram grandes interferências. Outros, embora tenham apoiado o golpe, não amparavam a permanência dos militares no comando da nação por tempo indeterminado e tiveram de conviver com censores do governo em suas redações.

Assim como as denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos feitas por setores da sociedade, a da própria censura era proibida. As publicações não podiam informar que estavam sendo censuradas e, de fato, a censura em si era um dos temas mais censurados¹² e mesmo os meios de comunicação que não sofriam a censura prévia praticavam a autocensura.

O trio “milagre brasileiro”, propaganda de governo e censura funcionou bem por algum tempo no Brasil, porém, no exterior, as notícias mais correntes eram sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo e as torturas sofridas pelos presos políticos.

Tanto o presidente quanto os membros do alto escalão do governo deram declarações à imprensa afirmando que, no Brasil, havia o respeito às leis do país e que a realidade era bem diferente daquela apresentada no exterior, “sem torturas, sem perseguições políticas e com pleno respeito à dignidade do homem”.¹³ Contestando as denúncias feitas no exterior sobre a violência promovida pelo Estado contra os cidadãos e refutando a existência de *livros negros* nas redações de jornais e revistas (nos quais eram anotados os assuntos que não poderiam ser publicados), o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, declarou que seria elaborado um “livro branco” em que o governo brasileiro responderia a todas as acusações feitas pela imprensa estrangeira.¹⁴

Defendendo o princípio de que os exilados políticos eram os responsáveis pelas campanhas contra o governo brasileiro, os militares tentavam desqualificar as denúncias de torturas – que, proibidas no Brasil, eram espalhadas por organizações internacionais de defesa dos direitos humanos. Representantes do governo diziam que os exilados prepararam um complô com a imprensa internacional e alguns setores internos, como os “padres de passeata”,¹⁵ com a intenção de desestabilizar o país. A propaganda de governo e a censura, tentáculos do aparato repressivo, alcançavam todo o território nacional, mas, fora do país, convertiam-se em mais elementos para denúncias.

A censura e o apoio de grandes empresas de comunicação ao governo foram decisivos para endossar as falsas versões apresentadas à população para ocultar as torturas

empregadas nos órgãos de repressão. Os casos que vieram à tona e se tornaram notícia foram tratados como ações de “perigosos terroristas” contidas pelos “competentes” agentes dos órgãos que estavam sob o comando do Estado. As versões oficiais propiciavam a interpretação das medidas repressivas como mantenedoras das instituições existentes e da paz social, e não do combate autoritário a todos os que questionavam o regime militar.

As ações violentas dos órgãos de repressão que se tornaram públicas foram justificadas pela “necessidade” de contenção da *guerra revolucionária* que, na visão dos governantes, estava em curso e se formara para perturbar a ordem existente e a vocação pacífica do povo brasileiro.

As punições não ocorreram, porém, apenas aos integrantes de organizações armadas de esquerda. A prática da tortura se disseminou nos órgãos de repressão como método de obtenção de informações para todas as pessoas suspeitas de qualquer relação com os chamados “subversivos”. Vários membros de instituições governamentais foram à Inglaterra e aos Estados Unidos para aprender a (sem deixar muitas marcas) causar desespero e dores insuportáveis em presos. Estes “especialistas” colaboraram para a instalação de verdadeiros centros de torturas dentro de algumas dependências dos órgãos repressivos, em casas e sítios clandestinos mantidos pelo governo ou por empresários.

A aplicação dos suplícios tinha duas finalidades: obter informações rapidamente, para que novas prisões fossem efetuadas, e conseguir confissões. Considerando a auto-incriminação uma das provas mais importantes para os processos, os agentes do aparato repressivo aplicavam muitos métodos de torturas, obrigando os presos a falar o que sabiam e a assinar depoimentos que, em grande parte, não correspondiam ao que eles haviam dito, forçando-os a assumir delações que não haviam feito. Esses depoimentos eram mostrados em interrogatórios a outros integrantes da mesma organização, para desestabilizar emocionalmente os interrogados, fazendo-os ter menos resistência às sessões de torturas a que, invariavelmente, eram submetidos.

A polícia política ganhou o *status* acima da lei e a idéia de que os fins justificavam os meios tornou-se corriqueira nos órgãos de repressão. Várias equipes foram montadas para eliminar quem incomodava (de armas na mão ou não), criar provas e apresentar versões legais para os fatos. Estes atos eram ilegais, pois nem pela legislação feita pelos militares os agentes poderiam ter tantos poderes. As ações dos policiais civis e militares que investigavam, prendiam, interrogavam, torturavam e criavam as versões para os assassinatos (ocorridos nas dependências dos órgãos públicos ou lugares clandestinos mantidos por eles) não estavam descoladas das orientações recebidas dos comandantes desses órgãos.

As falsas versões eram, geralmente, mal montadas. Os principais motivos para tantos erros posteriormente constatados nos processos de presos políticos foram o apoio que os

agentes recebiam de seus superiores e a certeza da impunidade. O caso Wladimir Herzog foi o primeiro em que o Estado foi obrigado a reconhecer a responsabilidade pela morte de um preso político. Através de um processo em que foram analisados os erros contidos na versão oficial, Clarisse, viúva de Herzog, conseguiu desmascarar oficialmente a farsa montada pelo II Exército para encobrir o assassinato de seu marido. Os comandantes militares, através de leis como a da Anistia, tiveram a intenção de perpetuar a impunidade desses agentes.

A violência institucionalizada pelo Estado através da malha repressiva criada a partir de 1968 foi justificada pela luta armada, deflagrada por alguns grupos mais radicais de oposição – porém, a partir de 1972, a maior parte destas organizações não tinha mais poder de fogo. Muitos de seus integrantes e quase todos os seus líderes estavam exilados, presos, mortos ou “desaparecidos”. Os remanescentes não conseguiam mais manter as articulações entre os seus companheiros nem promover ações para captar recursos, tornando cada vez mais difícil a vida na clandestinidade. Os relatórios feitos neste período pelo Dops comprovam que os órgãos de repressão tinham plena ciência disto. Apenas o PC do B, com a Guerrilha do Araguaia, conseguiu impor resistência armada entre 1972 e 1974.

Apesar dessa constatação, o aparato repressivo continuava a todo vapor, pois o que mais colaborou para o seu surgimento foi a guinada à direita que os militares deram durante os governos Costa e Silva e Médici. Com esta afirmação, não se pretende minimizar a luta armada no Brasil, mas resgatá-la como o segmento social que fez oposição aos governos militares de forma mais contundente, obrigando-os a mostrar a violência que eram capazes de aplicar aos seus opositores. A institucionalização da tortura como método de obtenção de informações e de confissões fez parte de um projeto político defendido pelos militares da linha-dura que, em determinado momento, conseguiram impor a Doutrina de Segurança Nacional como eixo de condução política ante outras propostas existentes, inclusive entre os militares.

A chegada de Ernesto Geisel ao Palácio do Planalto significou o fim da hegemonia da linha-dura. A proposta de Geisel era uma abertura política lenta e segura. A devolução dos altos cargos públicos aos civis e a volta aos quartéis foi defendida pelo novo presidente, porém só se realizariam quando os militares considerassem a oposição controlada e disposta a não interromper a proposta desenvolvimentista que havia sido o motivo da tomada do poder em 1964.

O processo de abertura não foi tranquilo. Os desentendimentos entre os grupos militares que tinham diferentes propostas, somados às pressões vindas da sociedade civil, afloraram os interesses antagônicos que estavam em jogo. A linha-dura tentava manter uma con-

tinuidade do controle extremamente centralizado e autoritário das instituições políticas e da sociedade, os moderados defendiam a abertura lenta e segura, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se firmava como partido de oposição e lutava por uma abertura política imediata, aglutinando vários segmentos sociais que questionavam a ditadura militar. O resultado foi um processo de distensão repleto de avanços e recuos.

Um dos grandes obstáculos enfrentados por Geisel foi a malha repressiva existente quando assumiu a Presidência da República. A maior parte dos agentes que trabalhava na repressão não queria perder os cargos e poderes alcançados nos anos anteriores e, muito menos, assumir a responsabilidade pelos abusos cometidos, que se tornavam cada vez mais visíveis, através das denúncias feitas por movimentos de familiares de presos políticos, pela ala progressista da Igreja Católica e pela imprensa – visto que, a partir de 1975, a censura foi se tornando cada vez mais branda.

Com o fim da luta armada, os órgãos de repressão precisavam encontrar novos alvos, tão “perigosos” quanto os “terroristas”, que representassem a ameaça de outros focos comunistas e justificassem a necessidade de sua existência e a eficácia de seus métodos de atuação. Entre estes novos alvos estava o PCB, que não defendeu a luta armada durante os governos militares.

O projeto de distensão incluía o fim da censura aos meios de comunicação e, apesar de ter sido aplicado de forma bastante lenta, resultou em várias publicações que desagradaram ao governo e transformaram-se em motivo para que os contrários à abertura política pressionassem o presidente a manter a estrutura repressiva.

O presidente sabia que teria de enfrentar o aparato repressivo, porém não optou por seu rápido desmonte. Os militares da linha-dura ainda reuniam um número de pessoas considerável no interior das Forças Armadas e poderiam apostar em uma nova guinada para a extrema-direita, interrompendo o processo de distensão, como realmente tentaram. Além disso, mais interessante do que desativar o aparato repressivo era controlá-lo.

Geisel, assim como os demais militares ligados à ESG, não discordava da importância da existência de órgãos de informação e repressão e nem do uso da tortura para acabar com a oposição mais radical, como afirmou em entrevista aos historiadores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro: “Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!”.¹⁶ Porém, o caráter provisório com que o presidente encarava a intervenção militar proporcionava a certeza de que era impossível manter o poder por muito tempo através da força e do controle extremado.

Além disso, o contexto mundial já não favorecia a existência de ditaduras. A guerra fria não era mais uma grande preocupação, nem o comunismo um perigo iminente. A

pressão externa alicerçou a proposta de abertura defendida pelo governo e, internamente, a exaltação econômica vivida durante o “milagre econômico” chegara ao fim.

O governo Geisel foi marcado pela ambigüidade: defendeu e promoveu a abertura política do país, ao mesmo tempo em que fez uso do aparato repressivo e do AI-5 para controlar rigidamente a oposição (tanto à direita quanto à esquerda).

Como as denúncias de torturas nos porões da ditadura se espalhavam e as farsas criadas para explicar as mortes de presos políticos estavam sendo questionadas, o número de mortes em “atropelamentos”, em “tiroteios em confronto com a polícia” e em “tentativas de fuga” foram diminuindo, à medida que aumentavam os “desaparecimentos” de pessoas procuradas pela polícia.¹⁷

Embora algumas mudanças tivessem ocorrido desde o início do governo Geisel, no sentido de diminuir o poder do aparato repressivo, continuava o mesmo grau de perversidade, à medida que as mortes eram mascaradas pelos desaparecimentos. Oficialmente, a violência nos órgãos de repressão havia sido bastante reduzida. Esse direcionamento não agradou à linha-dura: a ala mais radical do Exército assumiu uma postura de enfrentamento às ordens do presidente, assassinando três presos políticos em órgãos de repressão e explicando oficialmente tais mortes como suicídio. Para contê-los, Geisel demitiu o comandante do II Exército no início de 1976 e, em outubro de 1977, exonerou o ministro do Exército Sylvio Frota, que vinha questionando suas ações e pretendendo ser o seu sucessor.

O apoio dos militares das três armas à decisão do presidente de afastar Sylvio Frota do governo selou a proposta de distensão, afastando definitivamente a possibilidade de volta da linha-dura ao comando do país. Os órgãos de repressão foram, lentamente, perdendo o poder que haviam alcançado no governo anterior e, conseqüentemente, foram diminuindo as denúncias de prisões e torturas de presos políticos. Porém, o comando do país continuou sob domínio dos militares até 1985.

Embora a linha-dura tivesse efetivamente perdido a hegemonia alcançada em fins dos anos 60 e início dos 70, continuou sendo um segmento que não pode ser desprezado nas análises das forças políticas existentes nas décadas posteriores.

Muitos atentados de pequenas proporções e dois de grandes proporções, como o massacre na Lapa e a bomba no Riocentro, ocorreram no final da década de 70 e início dos anos 80, dando visibilidade à força que esses órgãos ainda tinham e à impunidade de que os seus agentes desfrutavam.

Recebido em novembro/2004; aprovado em dezembro/2004

Notas

* Este texto é um substrato de minha dissertação de mestrado *A tortura e o discurso do poder: um estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968-78*. 2002. Dissertação de mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, tendo como orientador o Prof. Dr. Maurício Broinizi Pereira.

** Mestre e doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

¹ Sobre a vida de Fleury, uma boa referência é: SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Globo, 2000. Sobre o envolvimento de Fleury com o esquadrão da morte, pode-se, ainda, citar BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo, Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1976.

² LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 71.

³ Relatório de Observação no campus da USP sobre a morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, ocorrida em 1973. Arquivo do Deops, documento nº 20-C-44-18510.

⁴ Relatórios de Informações sobre curso de atualização teológica ocorrido em Campinas, em maio de 1980, do qual participou Frei Betto. Arquivo do Deops, documentos nº 20-C-44-10800, 20-C-44-10808, 20-C-44-11079 e 80, 20-C-44-11099 e 20-C-44-11101.

⁵ Relatório referente à solenidade de posse da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ocorrida em 15 de agosto de 1981. Arquivo do Deops, documento nº 20-C-44-18762.

⁶ Relatório sobre o velório de Wladimir Herzog, ocorrido em 27 de outubro de 1975, no Hospital Israelita, em São Paulo. Arquivo do Deops, documento nº 30-B-38700.

⁷ Em intenção de Alexandre Vannuchi Leme. Arquivo do Deops, documentos nº 21-Z-14-2253 e 50-C-22-10044. Em intenção de Wladimir Herzog, documentos nº 30-B-38-853, 870, 20-C-44-14192, 21-Z-14-5662, 3914 e 12458.

⁸ BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 189.

⁹ MÉDICI, Emílio G. Mensagem lida no rádio e na televisão, 07 out. 1969.

¹⁰ Id. Discurso proferido na Vila Militar, 21 fev. 1970; Aula Inaugural ministrada na Escola Superior de Guerra. Guanabara, 10 mar. 1970; Pronunciamento lido pelo presidente em rede de rádio e televisão, 31 mar. 1971.

¹¹ Id. Discurso de posse, 30 out. 1969; Mensagem transmitida por rádio e TV, 31 dez. 1969; Discurso pronunciado em São Paulo, 25 jan. 1970.

¹² SMITH, Anne-Marrie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, p. 96.

¹³ Médici renova desmentido à violência. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 1, 5 ago. 1970.

¹⁴ Livro branco refutará denúncias de violência, diz ministro Buzaid. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 6, 4 out. 1970.

¹⁵ Mém de Sá: continuam a distorcer a nossa imagem. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 4, 20 out. 1970.

¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 3 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 109.

¹⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *O regime militar*. Tomo I. Projeto Brasil: Nunca Mais, p. 935.

**AS FORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS DO
“NOVO SINDICALISMO”: AS PARALISAÇÕES
METALÚRGICAS DE 1978, 1979 E 1980 NO ABC PAULISTA**

Fabiana Scoleso*

Fundo de greve: o próprio sindicato quando das intervenções

Apresento aqui parte da pesquisa desenvolvida no mestrado. Essa pesquisa teve como tema central as formas organizacionais das paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980, em que os trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lançaram mão de inúmeras alternativas de confronto para reivindicarem seus direitos em plena ditadura militar, marcada por forte repressão e intolerância. O Fundo de Greve foi uma das várias formas de organização dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos, sob intervenção, precisou encontrar uma alternativa para a não fragmentação do movimento, dando uma “sede”, *in locus*, aos trabalhadores grevistas e auxílio alimentício e financeiro aos metalúrgicos que não estavam recebendo seus salários. Sendo assim, o Fundo de Greve se constituiu como uma forma organizacional que possibilitou a seqüência do movimento e o respaldo necessário para que o Sindicato não perdesse seu poder de comando e para os trabalhadores, que se sentiam acolhidos e fortalecidos para dar continuidade às paralisações.

Criado em 1979, com o nome de Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Fundo de Greve centralizava toda a coordenação do movimento grevista da época. Em sua sede, instalada próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos e próximo também da Cooperativa da Volkswagen, os metalúrgicos não encontravam tão-somente um galpão com doações recebidas por moradores e metalúrgicos da região como também a maioria dos dirigentes sindicais afastados e impedidos de utilizarem seu real espaço. Sua idéia foi efetivada a partir das Campanhas Salariais de 78 e 79 e, num primeiro momento, serviria de elo de ligação entre a categoria e os dirigentes sindicais quando das intervenções do governo junto à sede do Sindicato.

O Fundo de Greve passou a ser a resposta mais ofensiva e organizada que os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema encontraram para enfrentar a estrutura sindical brasileira e a incompreensão dos patrões. “O que nós queremos com o Fundo de Greve é a própria organização econômica dos trabalhadores, é como formar a poupança do trabalhador contra os patrões”,¹ afirmou Djalma Bom em entrevista realizada pelo *ABCD Jornal* na época dos acontecimentos. No contexto em que foi criado, o Fundo veio a atender à necessidade de arrecadar e distribuir recursos aos operários para que pudessem subsistir durante os dias parados e sem pagamento.

Quando das intervenções, o Fundo de Greve permitiu a continuidade da prática sindical livre da tutela do Estado por uma única razão: era um órgão autofinanciado e, portanto não era passível de sofrer qualquer intervenção oficial. Apesar da autonomia, não chegou a se constituir como um sindicato paralelo, pois todo trabalho sindical desenvolvido até então continuava a ser dirigido pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Foi dentro desse contexto que se desenvolveu uma perspectiva classista, de autonomia da classe trabalhadora respaldada principalmente pela união, solidariedade e objetivos de luta em comum, o que fortaleceu sua participação naquele cenário enquanto agente político no processo de transformação da realidade brasileira.

As principais características desta estrutura sindical que começou a despontar no fim dos anos 70: buscou a democracia pela base, através de novas formas de organização da categoria (CIPA's, Comissões de Fábrica, Comissão de Mobilização, Assembléias, etc.) e todo um trabalho que originou e sustentou estas novas formas de organização e representação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Para o movimento sindical em São Bernardo e Diadema, a autonomia em relação ao Estado e a liberdade de organização eram duas reivindicações fundamentais. De modo geral, o sindicalismo brasileiro estava preso e amordaçado pelo Ministério do Trabalho, que tinha total poder de intervir nos sindicatos e cassar suas lideranças. Além disso, o Ministério interferia diretamente no modo de utilização dos recursos obtidos com o imposto sindical. Uma das maneiras de se evitar essa submissão era acabar com o imposto sindical. Mas para isso era necessário, ao mesmo tempo, criar uma outra fonte de obtenção de recursos.

O Fundo de Greve consistiu na criação de uma entidade que garantisse a resistência e as condições para o avanço do movimento sindical. Foi também instrumento de educação política, pois incentivou e inseriu neste momento a organização, a mobilização e a conscientização da classe trabalhadora.

Do ponto de vista jurídico, a estrutura criada para a constituição do Fundo de Greve estava, desde o começo, desatrelado e independente do Sindicato. Mas essa independência jurídica de forma alguma significou independência política. Na verdade, o Fundo de Greve só foi constituído de maneira autônoma porque os instrumentos jurídicos repressivos adotados pelo governo vigente poderiam, a qualquer momento, com a intervenção no Sindicato, desarticular o Fundo e impedir sua efetivação e funcionamento caso estivesse sendo realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. E também, com a intervenção federal no Sindicato, a “nova” sede passaria a funcionar como a nova entidade dos trabalhadores enquanto perdurasse a intervenção.

Com menos de um ano de funcionamento o Fundo de Greve passou por vários momentos e situações importantes no movimento reivindicatório de 1979 e 1980.

O Fundo de Greve era tema das discussões informais no Sindicato. A experiência do Fundo de Greve em outros países, como na Alemanha, por exemplo (o fundo de greve alemão pagava aos metalúrgicos o salário correspondente aos dias parados), despertou, primeiro, o interesse e, posteriormente, a necessidade de debates e a efetivação da idéia diante dos episódios grevistas que despontaram a partir de 1978. Uma das necessidades sentidas era a obtenção de recursos para conquistar a autonomia em relação ao Estado e manter as greves dos trabalhadores sem que estes sofressem grandes prejuízos.

No 3º Congresso realizado pelo Sindicato, em 1978, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema chegaram a discutir sobre a criação do Fundo de Greve, mas foi somente em 1979 que o Sindicato efetivou a idéia e buscou organizar a arrecadação de fundos para a distribuição de alimentos aos metalúrgicos em tempos de paralisações.

Em janeiro de 1979, início da Campanha Salarial daquele ano, o Sindicato já se preocupava com a organização do Fundo de Greve. A experiência do ano anterior já havia demonstrado as dificuldades financeiras que a classe trabalhadora enfrentara no ano anterior com o não pagamento dos dias parados.

Para tanto, a greve de 79 e o fundo que estava se constituindo receberam importantes apoios: políticos e materiais. Outros movimentos sociais também apostavam na greve que despontava naquela região, pois o que estava em jogo não era tão-somente as reivindicações dos metalúrgicos, mas o descontentamento geral contra o Estado e sua política de proteção ao capital. Com o apoio concreto que o Sindicato passou a ter de parcela da Igreja, outros sindicatos, movimentos populares, parlamentares, até então sem nenhuma relação mais intensa com eles, desenvolveu-se um entrosamento que contribuiu sobremaneira para a sustentação das paralisações.

Com a importância que o movimento começara a adquirir e, principalmente, o papel fundamental que o Fundo de Greve desempenharia a partir de então, a diretoria estabeleceu critérios para a distribuição dos mantimentos. Só seriam atendidos os metalúrgicos da base, mediante a apresentação da carteira de trabalho. Os ativistas, em grande número, ficaram responsáveis por receber os alimentos, ensacá-los formando cestas, em quantidade suficiente para atender famílias pouco ou muito numerosas.

Durante o período de paralisação em 1979, foram arrecadados 1 milhão e meio de cruzeiros para o pagamento de carnês, prestações e aluguéis e 76.600 kg de alimentos, atendendo a 6.384 famílias, o que em média representou cerca de 31.920 pessoas (dados obtidos na publicação da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, p. 10).

Em 1980, sua função foi colocada à prova e a importância de seu papel se fez presente na greve iniciada em abril e que durou 41 dias. Nesse momento, sua principal tarefa foi arrecadar alimentos entre a comunidade para distribuir aos grevistas e suas famílias ao longo da greve. Havia, então, seis tipos de pacotes com alimentos essenciais, distribuídos conforme o tamanho da família. Para que esse trabalho fosse o mais amplo possível, foram criados oito postos de arrecadação e distribuição, sendo que o posto central funcionou na Igreja Matriz.

“No dia de maior movimento foram atendidas 1.725 famílias. No total, foram distribuídas 485 toneladas de alimentos que custariam mais de 8 milhões de cruzeiros. A distribuição de remédios, com postos montados no Centro de Saúde de São Bernardo atendeu 3450 famílias”.²

O Fundo de Greve, mesmo aparentando inexperiência, passou a dar sustentação para o trabalho da diretoria confeccionando os boletins informativos e ajudando nos recursos para que se mantivesse o trabalho sindical nos períodos de intervenção na sede do Sindicato, quando portanto, este trabalho não poderia ser realizado. Foi na Igreja que se desenvolveu a atuação sindical deste período. A diretoria mantinha reuniões por fábricas para avaliar os resultados da greve, organizando os trabalhadores para outras possíveis paralisações após a trégua de 45 dias para negociações. Os diretores do Sindicato e trabalhadores mais ativos no movimento continuavam presentes nas portas das fábricas e mantinha-se a impressão e distribuição dos boletins que informavam o que acontecia nas fábricas e tudo que envolvia os aspectos gerais greve (negociações com o Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, etc).

A partir de 1979, com a experiência adquirida na Campanha Salarial, o Fundo de Greve definiu suas principais características: assistir os trabalhadores grevistas e garantir infra-estrutura para o trabalho sindical, quando houvesse intervenção no Sindicato.

Em assembléia realizada no dia 13 de maio de 1979, após os 45 dias de trégua, Djalma Bom chamou os trabalhadores para discutirem a legalização do Fundo de Greve. Ampliando a convocação, a diretoria distribuiu boletins. Em entrevista ao *ABCD Jornal*, Djalma ainda disse:

Se todos os trabalhadores colaborarem com a importância mínima de 30 cruzeiros por mês, nós temos condições de levar o movimento adiante. É importante que todos colaborem! A responsabilidade de sustentação econômica do movimento não é só do pessoal do macacão não. A responsabilidade é de todos, sejam horistas ou mensalistas. Afinal, quem dividiu os trabalhadores assim não fomos nós, foram os patrões.³

Cinco dias após esta assembléia, terminou a intervenção no sindicato e a diretoria retornou ao prédio.

Uma comissão formada por trabalhadores de várias fábricas e diretores do sindicato, após várias reuniões, distribuiu um boletim entre a categoria convocando-a para um seminário e conseqüente discussão sobre o Fundo de Greve. Neste boletim havia explicações afirmando que os patrões tinham formas de se sustentar durante a greve e contavam com o apoio do governo. Além disso, os trabalhadores deveriam constituir uma organização de caráter beneficente que fosse “uma sociedade civil, independente juridicamente, mas ligada aos objetivos do Sindicato, para fim de constituir, arrecadar e administrar o Fundo de Greve, cuja diretoria deveria ser formada por dirigentes sindicais e companheiros da base”.⁴

O seminário foi realizado no dia 2 de setembro de 1979, no qual se discutiram os objetivos, a política, as atividades, os estatutos, as formas de arrecadação e distribuição dos fundos. No dia 7 de outubro realizou-se assembléia, onde decidiu-se que o Fundo se chamaria “Associação Benéfica e Cultural” constituída como entidade independente da estrutura jurídica e contábil do sindicato, mas sob orientação política deste. Desta forma, o Fundo de Greve mantinha sua própria conta bancária e infra-estrutura. Sua finalidade principal seria “prestar auxílio financeiro ou em espécie aos trabalhadores metalúrgicos; arrecadar fundos para assistir os trabalhadores quando participantes em movimentos reivindicatórios ou que tenham sofrido represálias por causa de sua participação; promover o nível cultural dos metalúrgicos mediante seminários, debates, shows, conferências; desenvolver o espírito de solidariedade”.⁵

A Associação seria dirigida por uma diretoria de sete membros efetivos, três suplentes para cada efetivo e um Conselho Fiscal formado por três membros e três suplentes. O órgão máximo de decisão da Associação seria a assembléia geral dos sócios. Todos os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema poderiam se filiar e teriam como

deveres pagar a mensalidade de sócio e participar das assembleias com direito a voz e voto. Aqueles que não fossem da categoria também poderiam contribuir com o Fundo, na qualidade de sócio-colaborador, mas sem direito a votar ou ser votado para qualquer cargo. A mensalidade seria cobrada como uma taxa mensal definida pela assembleia, paga através de carnês nos bancos.

Essa assembleia também elegeu a primeira diretoria do Fundo de Greve que ficou composta assim:⁶

Diretor: Gilson Luís Correia de Menezes;

Vice-Diretor: Djalma de Souza Bom;

Suplentes: José Carlos Aguiar de Brito;

Keiji Kanashiro;

Iran Trevisan;

Augusto Cassio Portugal;

Arquimedes Andrade;

Wagner Lino Alves;

André Felipe Dardis;

João Batista Lemos.

A diretoria ficou composta, na sua maioria, por militantes que se destacaram na época e tinham participado das discussões antes do Seminário. Desta forma, buscou-se garantir a integração política entre a diretoria do Sindicato e a nova entidade. O que possibilitou um movimento muito mais consistente no ano posterior.

Após a intervenção no Sindicato e a proibição de reuniões e assembleias no estádio de Vila Euclides e na Praça da Matriz, os postos de arrecadação e distribuição de alimentos para o Fundo de Greve localizados nos bairros serviram também como pontos de reuniões dos trabalhadores. Alguns destes postos chegavam a reunir, diariamente, de 300 a 400 trabalhadores. “Tiraram o Sindicato dos metalúrgicos. Mas para prosseguir, o movimento precisa manter-se organizado, pois sem organização não se pode fazer trabalho de porta de fábrica, manter reuniões, rodar e distribuir boletins que informem a categoria”.⁷

Na Campanha Salarial de 1980, o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, assim como os de Sorocaba, Campinas, Taubaté, Jundiaí e Santa Bárbara d’Oeste, negociou separado da Federação dos Metalúrgicos, dados os desacordos ocorridos no ano anterior. Os metalúrgicos, para aquele ano, tinham como principais reivindicações:

1. INPC de 39,9% mais 15% de produtividade;
2. reajuste salarial trimestral;

3. piso salarial por função;
4. estabilidade no emprego;
5. reconhecimento do delegado sindical;
6. redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários.

Em contrapartida, os patrões contra-atacaram oferecendo 5% de produtividade e piso salarial de Cr\$ 5.904,00, sem atender a nenhuma das outras reivindicações.

Diante da intransigência dos empresários e insensatez do governo, no dia 30 de março, 60 mil trabalhadores metalúrgicos foram ao Estádio de Vila Euclídes em reunião e decidiram decretar a greve geral da categoria.

Nesse ano as estratégias grevistas se modificaram, dadas as experiências adquiridas nas paralisações anteriores. A greve deveria acontecer sem piquetes, os trabalhadores não compareceriam em hipótese alguma aos locais de trabalho para evitar ao máximo a violência advinda da repressão policial.

Assim intensificou-se a mobilização e o Sindicato articulava as reuniões com os trabalhadores ampliando a distribuição do *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica* (esse suplemento trazia artigos que davam um panorama dos acontecimentos no ABC Paulista quase que diariamente. Informava e convocava os trabalhadores para reuniões e assembleias, assim como trazia artigos sobre como o governo estava lidando com a greve), boletim criado a partir de 1979 para informar e orientar os trabalhadores em greve.

A organização foi ampliada com a Comissão de Mobilização e a criação de um “grupo especial”, chamado de “Grupo dos 16”, que substituiria a diretoria do Sindicato caso ela fosse presa.

A Campanha Salarial de 1980 começou bem organizada. O Sindicato tinha consciência de que a luta seria longa e muito difícil, pois, no ano anterior, as paralisações haviam se configurado assim e 1980 não seria diferente, porque os patrões e o governo estavam decididos a não ceder em nada. Desde o início da greve, em 30 de março, o Fundo de Greve tinha sido deslocado para a Igreja Matriz, pois já se previa que o Sindicato poderia sofrer intervenção.

Os sindicatos aglutinados no grupo chamado “Unidade Sindical” buscaram formas alternativas de contribuir com a greve dos metalúrgicos.

O Fundo de Greve estava bem organizado, contando com a participação de cerca de cem militantes e tendo a Igreja Matriz como sede provisória. Foram formadas três comissões: 1. de distribuição de alimentos; 2. de compra de alimentos; 3. de finanças. A sua função era centralizar toda a distribuição da ajuda que chegava. Como era necessário

embalar os alimentos formando cestas básicas, ter o controle do que havia e do que era necessário comprar, além de ter o controle sobre a distribuição, foram organizados vários grupos de trabalho. Suas funções eram de arquivo, triagem, de entrega de pacotes, de empacotamento, de recebimento, estoque e dispersas.

Só eram atendidos os metalúrgicos grevistas, que deviam apresentar a carteira profissional, a folha de pagamento de abril e o registro dos filhos. O cônjuge do grevista não era atendido. Pegar os alimentos era uma forma de acompanhar os acontecimentos e todo o processo de organização e articulação do movimento.

Com o decorrer da greve, para atender os grevistas de maneira mais eficaz, facilitando a arrecadação e distribuição, o Fundo de Greve abriu diversos postos (São Miguel Paulista, São Mateus, Vila Elba, Vila Alpina, Sapopemba e Mauá). Os ativistas dos movimentos populares, da igreja e os militantes sindicais cuidaram do funcionamento desses postos. A diretoria coordenava todo o trabalho nos bairros e na Igreja Matriz.

As constantes reuniões entre os militantes que compunham o Fundo de Greve levaram a um bom entrosamento de todos. Desta forma, todos os postos de arrecadação funcionavam com os mesmos critérios, de forma coordenada. Essa integração entre o movimento sindical e popular levou a uma mobilização de grandes proporções.

As assembleias e a distribuição dos boletins puderam ser feitos nos bairros onde havia um número maior de metalúrgicos. Como não era possível nem recomendado ir até as portas das fábricas, esse trabalho de distribuição dos boletins foi fundamental para indicar aos trabalhadores o andamento da greve, além de esclarecer dúvidas que frequentemente ocorriam.

O Fundo de Greve foi um importante espaço de atuação conjunta da diretoria e militantes do Sindicato com os militantes dos movimentos populares nos bairros. Todo esse trabalho construído com o apoio dos vários setores da sociedade e, principalmente, dos próprios trabalhadores, contribuiu e teve papel fundamental para o significado da greve enquanto forma de luta e caminho possível para a melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária brasileira. A experiência conquistada por meio do Fundo de Greve de São Bernardo do Campo e Diadema foi um passo fundamental para o movimento sindical. A partir de 1980, outras categorias em greve se utilizaram desse tipo de organização para estruturar seus respectivos Fundos de Greve.

A greve de 1º de maio de 1980

Em 1980, os metalúrgicos já haviam avançado na sua organização. Mesmo antes da intervenção, os dirigentes tinham um esquema para substituir cada diretor preso por um membro do “Grupo Especial” que levaria a greve adiante a partir do Fundo de Greve, caso perdessem o Sindicato.

A greve iniciada no dia 1º de maio, sem piquetes, sofreu uma turbulenta repressão policial e causou uma grande confusão entre governo e patrões. Num primeiro momento, o TRT decidiu ser incompetente para julgar a ilegalidade ou não da greve e fixou o índice de produtividade em 7% para até três salários mínimos e 6% para acima disso. Foram realizadas novas reuniões de conciliação na DRT, retomando as negociações. Os patrões queriam o retorno imediato ao trabalho como ponto de partida para se discutir qualquer acordo. Os trabalhadores não aceitaram a proposta e não se chegou a qualquer resultado.

Os partidos de oposição se manifestaram também divulgando nota oficial em solidariedade à greve, afirmando que o movimento era “pacífico, legítimo e justo”, assinada por Ulisses Guimarães (PMDB), Jacó Bittar (PT), Leonel Brizola (PTB) e Tancredo Neves (PP).⁸

Durante esse tempo, os metalúrgicos se reuniram constantemente em assembléias de toda a categoria, com a presença, em média, de 60 mil trabalhadores que decidiram continuar a greve. Após as falhas de negociação junto à DRT, o TRT julgou novamente a greve, desta vez decretando sua ilegalidade.

O impasse continuava e os patrões pressionavam o governo a tomar uma atitude mais firme contra os grevistas. No dia 17 de abril, o ministro Murilo Macedo decretou a intervenção no Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema e Santo André, afastando 42 dirigentes sindicais acusados de incitamento à greve. No mesmo dia da intervenção no Sindicato, o Deops chamou 11 diretores do Fundo de Greve para prestarem depoimento sobre a procedência e uso do dinheiro arrecadado. A polícia dizia que não havia provas e controle de como estava sendo utilizado o dinheiro. Na verdade, o governo começara a perceber a importância do Fundo de Greve para a sustentação do movimento. Os diretores foram liberados no mesmo dia, já sabendo da intervenção no Sindicato.

O choque entre a polícia e os trabalhadores se agravavam. Dois dias após a intervenção, vários diretores foram presos, o que não os impediu de acompanhar os acontecimentos. Com a prisão dos diretores, o Comando de Greve tomou a frente na liderança para a continuidade do movimento. Depois deste acontecimento, os trabalhadores incluíram entre suas reivindicações a libertação dos presos e a suspensão da intervenção em assembléia realizada no Estádio de Vila Euclídes. Logo após essa assembléia o governo proibiu o uso

do Estádio e os grevistas passaram a se reunir na praça da Igreja. As prisões continuaram e as assembléias na praça também foram proibidas. O único espaço possível então, foi o interior da Igreja Matriz.

A partir da intervenção, o papel do Fundo de Greve foi fundamental, pois, além de atender os grevistas, acabou dando infra-estrutura para a continuidade do trabalho do Comando de Greve (condução, gasolina, etc).

Neste momento, também alguns sindicatos que compunham a “Unidade Sindical” deram condições para que se continuasse rodando os boletins diários, uma das formas de comunicação entre as lideranças e os grevistas. Esses boletins eram distribuídos nos bairros, nas assembléias e nas fábricas.

A intensidade da violência policial dificultava o trabalho. A polícia tentava impedir que as contribuições ao Fundo de Greve chegassem à Igreja. Para que isso fosse possível, alguns deputados acompanhavam os caminhões com alimentos. A ajuda que vinha do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Bárbara d’Oeste, por exemplo, eram trazidas em ambulâncias com as sirenes ligadas.⁹

Parecia que quanto mais intensa e implacável a repressão policial se apresentava, maior solidariedade a greve despertava. As contribuições vinham de todas as partes. Desde diretores que não se identificavam até favelados, mas a maior parte do apoio vinha mesmo dos movimentos sociais e sindicais.

Durante a greve, chegou o 1º de Maio: Dia do Trabalhador, que foi comemorado no Paço Municipal. A polícia cercou todo o Paço, então os 100 mil trabalhadores ali reunidos se direcionaram para o Estádio de Vila Euclides, indo até lá em passeata. O governo foi obrigado a retirar o esquema policial da cidade. No estádio foi lida uma carta, enviada pelos dirigentes sindicais que estavam presos, dirigida à classe trabalhadora. Vejamos:

Companheiros e companheiras: Do fundo do cárcere dirigimos a vocês esta mensagem de 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Estamos presos, mas em cada um de vocês, multiplicamos a nossa liberdade. Não importa o que se passa conosco. Antes interessa a inquebrantável firmeza de todos vocês nesta luta que, desde o início, sabíamos longa e difícil. Unidos, paramos todas as empresas de São Bernardo e Diadema. Não queríamos a greve pela greve. Nossa aspiração era e ainda é negociar com os patrões um aumento real de salários, um mínimo de estabilidade no emprego, o pagamento desses dias parados, sem qualquer espécie de punição. Porém, o governo continua impedido os patrões de dialogarem conosco. Muitos donos de empresa querem negociar, mas o governo não quer que a abertura política, social e econômica se estenda à classe trabalhadora. Neste país a abertura é só para os privilegiados. Os trabalhadores continuam confinados no campo de concentração da exploração intensiva da mão-de-obra, torturados pelo arrocho salarial, vigiados pela CLT, amarrados pelos sindicatos atrelados ao Estado, condenados quando reivindicam pacificamente melhores condições de vida (...). Por essas grades, todos nós que estamos presos estendemos nossos braços em comovido e fraterno abraço a cada um de vocês.¹⁰

Esse trabalho de organização feito pelos dirigentes sindicais e por metalúrgicos mais engajados foi fator essencial para a continuidade de suas ações, apesar de todos os problemas e transtornos que ameaçaram o movimento: Sindicato fechado e a maioria dos dirigentes sindicais presos. A prisão dos dirigentes sindicais mais ativos, como Luís Inácio, o Lula, não os impedira de acompanhar, organizar e passar as diretrizes de ação para os trabalhadores, assim como estimular os trabalhadores a continuarem suas ações. Esta carta foi enviada à categoria metalúrgica pelos dirigentes sindicais presos e lida na missa de 1º de Maio aos trabalhadores.

Alguns dias depois da vitória obtida em 1º de maio, ocorreu um dos choques mais violentos entre policiais e grevistas. Dele saíram 54 feridos e muitas prisões. Como forma de protestar contra esse episódio, as mulheres dos metalúrgicos e ativistas realizaram uma passeata de crianças e mulheres portando faixas, flores e bandeiras pedindo a abertura das negociações e a libertação dos presos.

A greve começara a enfrentar sérias dificuldades. Com a prisão dos dirigentes sindicais, principais referências do movimento, a dura atuação da polícia, a falta de perspectiva de negociação com a Fiesp, ameaças de demissões e dificuldades de organização, os trabalhadores começaram a voltar ao trabalho.

No dia 11 de maio, após 41 dias de greve, os metalúrgicos em assembléia na Igreja decidiram retornar ao trabalho.

Terminada a greve, o Fundo continuou atendendo os grevistas que não receberam nenhum salário e aos demitidos por justa causa (por mais de um mês parado). Ao todo foram atendidas neste momento 32.365 famílias, o que em média atingiu 485.175 toneladas de alimentos.¹¹ Mesmo depois de encerrada a greve, e até o final do mês de maio, o atendimento continuou a ser dado aos grevistas e suas famílias, pois a greve originou duas circunstâncias bastante diferentes: primeiro, gerou uma grande experiência para os trabalhadores e, segundo, gerou conseqüências péssimas para os trabalhadores. Ao voltarem da greve para seus postos de trabalho, iniciou-se um período de repressão dentro das fábricas que, pouco a pouco, intensificou-se, ocasionando até mesmo demissões por justa causa. A partir de então, o Fundo de greve passou a atender prioritariamente os trabalhadores demitidos por justa causa.

Em momentos de intervenção no Sindicato, o Fundo de Greve mostrou potencialidades durante e após as greves, revelando-se como o principal meio organizativo dos trabalhadores, levando a luta sindical adiante. Demonstrou ser uma proposta útil, inteligente e prática na articulação do movimento e no respaldo aos trabalhadores que, apesar das dívidas e dos medos, tiveram, ao menos, a garantia do sustento de suas famílias.

O Fundo de Greve contribuiu também com outras categorias que entraram em greve, como os funcionários da extinta TV Tupi e da Santa Casa da Misericórdia em Santos. Além de atender a categoria e garantir a continuidade do trabalho sindical, o Fundo de Greve passava a ajudar grevistas de outras categorias, mostrando na prática a solidariedade e o compromisso com a luta dos trabalhadores em geral.

No final da greve, a diretoria fez uma avaliação do trabalho desenvolvido e concluiu que o Fundo de Greve deveria ser mais bem estruturado. No seu relatório de avaliação, concluiu-se que o

Fundo de Greve é um desafio à estrutura sindical, no sentido que ajuda o movimento sindical a conquistar um sindicalismo livre e autônomo. O Fundo de Greve é a solidariedade espontânea ou organizada dos trabalhadores e do povo [ele] não compete com o sindicato, pois tem os mesmos objetivos. Nesse sentido, não determina o início nem o fim da greve. Coloca sua estrutura e recursos a serviço da greve e do sindicato quando houver intervenção. Não é uma entidade nem paternalista, nem assistencialista, pois tem critérios políticos bem definidos e tem que se encontrar suficientemente organizado para atender aos que estão dentro dos critérios.¹²

O relatório ainda propunha que, na sua continuidade, o Fundo de Greve deveria ter como atribuições os seguintes critérios:

criação de atividades culturais permanentes com a participação da categoria, formação de quadros novos; apoio às lutas da categoria e a solidariedade aos trabalhadores em luta e ao movimento popular; levar amplamente a experiência para outras categorias; criar novas formas de arrecadação de fundos das mensalidades; melhorar a infra-estrutura.¹³

Ao final do ano, o Fundo de Greve tinha 2.436 sócios. Foi o ano de maior filiação de toda sua história. Com o fim da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Fundo de Greve passou a ter uma sala dentro do prédio para atender aos associados. Mesmo assim, a casa da Rua Alferes Bonilha continuou a funcionar, mas agora desenvolvendo atividades de formação e lazer.

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Mestre em História Social pela PUC- SP.

¹ *ABCD Jornal*, n. 67, 28 ago. 1980.

² Id. *ibid.*, p. 6.

³ Id., *ibid.*

⁴ Fundo de greve, Boletim de Convocação, 1979.

⁵ Fundo de greve, Estatuto, out. 1979.

⁶ Associação Beneficente e Cultural, p. 12.

⁷ Id., p. 6.

⁸ Associação Beneficente e Cultural, p. 15.

⁹ Id., p. 9.

¹⁰ Carta escrita por Lula, Severino, Djalma Bom, Devanir Ribeiro, Rubens, Expedito Soares Batista, Gilson Menezes, Venâncio, Alemão e João Batista, todos da diretoria do Sindicato. *ABCD Jornal*, n. 63, 7 maio 1980.

¹¹ Dados obtidos pela Associação Beneficente e Cultural, p. 18.

¹² Fundo de Greve, Relatório de Avaliação, 1980.

¹³ Id., *ibid.*



A SOLUÇÃO DO CONFLITO DE ITAIPU COMO INÍCIO DA COOPERAÇÃO POLÍTICA ARGENTINO-BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

Virginia Perez Ferres*

As relações argentino-brasileiras constituem o principal eixo bilateral do equilíbrio de forças econômicas e políticas entre os países latino-americanos. Nos últimos tempos, a intensificação desse relacionamento vem adquirindo especial importância no contexto regional. Entre suas características mais relevantes está a abrangência de seus objetivos, já que reúne propósitos econômicos, políticos, militar-estratégicos e culturais. Outro traço próprio do projeto de integração regional é uma preocupação de caráter estratégico global referente à inserção no sistema internacional – não somente do Brasil e da Argentina como dos demais integrantes do Cone Sul.

Todavia, para melhor entender a evolução das relações destes dois países nos últimos anos, enfocando o projeto de integração em curso, devemos, necessariamente, analisar a década de 1970. Neste período, quando a quase totalidade da América Latina estava sob regimes de caráter militar ou ditaduras de fato, deu-se a negociação do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai. A partir daí, abria-se uma fase caracterizada por grandes rivalidades político-militares e econômico-comerciais entre os dois grandes países da região, Brasil e Argentina, que passaram a se enfrentar diplomaticamente, em face das divergências em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata.

As disputas envolvendo a construção de Itaipu se estenderam até o final da década, mais exatamente até 1979, quando foi assinado o acordo tripartite sobre Itaipu entre Brasil, Argentina e Paraguai, dando espaço para que a confrontação hegemônica fosse substituída pela cooperação econômica e pelo entendimento político. Neste sentido, podemos afirmar que a assinatura do tratado tripartite substituiu a histórica rivalidade argentino-brasileira pela hegemonia regional encetando uma nova fase nas relações bilaterais, baseada no voluntarismo político e no desejo de concretizar um processo de integração regional. A aproximação política entre Brasil e Argentina se intensificou ainda mais durante a segunda

metade da década de 80, com o retorno de ambos os países à democracia. A partir deste período, é possível perceber o início de um processo real de cooperação jamais visto na história destes dois países, que levou à assinatura de vários acordos integracionistas.

O objetivo deste estudo é examinar as relações entre Brasil e Argentina, durante a década de 1970, no que concerne à questão da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Como mencionamos, a solução do conflito de Itaipu era decisiva para o início de uma aproximação política entre os dois países naqueles anos. Faremos, assim, uma análise da evolução deste conflito, buscando perceber quais eram as principais divergências em torno do projeto Itaipu entre as duas chancelarias que impossibilitaram um relacionamento harmonioso durante o período e, portanto, dificultaram a possibilidade de concretizar um acordo de cooperação bilateral, essencial ao desenvolvimento econômico da região.

O início dos desentendimentos sobre a construção de Itaipu

Em junho de 1961, na reunião de Uruguaiana entre Jânio Quadros e Arturo Frondizi, abordava-se, pela primeira vez, um tema que se tornaria, alguns anos depois, o pomo da discórdia entre os dois países: o aproveitamento do rio Paraná, na região das Sete Quedas, local onde posteriormente se construiria Itaipu.¹ No encontro de Uruguaiana, Quadros afirmou que o aproveitamento energético do Rio Paraná deveria ser realizado de forma conjunta entre Brasil e Argentina. Também nessa ocasião o presidente brasileiro propôs a criação de um grupo de trabalho em que técnicos de ambos países pudessem colaborar com todas as informações necessárias para a realização de obras de interesse comum. Tais intenções, contudo, permaneceram somente no papel.

Em 1965, o governo argentino realizou uma consulta aos demais países integrantes do Cone Sul (Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) com o objetivo de organizar uma reunião para estabelecer parâmetros para o aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata.² A idéia do governo Arturo Illia era vincular os países a um esforço com o objetivo de promover a integração física e organizar o aproveitamento dos recursos naturais da região. Para isso, foi elaborado um projeto para o aproveitamento da Bacia do Prata, com a assessoria do chanceler argentino, Guillermo Cano, um dos mais conceituados especialistas na área.³ No documento, Cano afirmava que a Argentina se situava “águas abaixo” na Bacia, o que a colocava em uma situação de desvantagem em relação ao Brasil. A idéia de Cano era buscar um entendimento com o Brasil na construção de obras na região da Bacia do Prata que não ocasionasse danos à Argentina.⁴

Percebemos, assim, que desde o início da década de 60 o governo argentino mostrava certa preocupação em relação à questão do aproveitamento dos rios na Bacia do Prata. Daí a tentativa deste governo de regulamentar um tratado que estabelecesse critérios e normas claras para a utilização dos rios para projetos hidrelétricos que não viessem a causar prejuízos ao país. Porém, até meados de 1965, os esforços empreendidos pelo governo Illia não haviam alcançado acordos concretos nesta matéria.

Em 1966, o general Juan Carlos Onganía (1966-70) desfechou um golpe militar contra o governo de Arturo Illia, iniciando o período que se chamou de “Revolução Argentina”. A percepção deste governo sobre o tema do aproveitamento dos rios na Bacia do Prata foi modificada – não na sua essência, mas nos meios empregados para lograr os objetivos pretendidos. A idéia de Onganía era reconstruir o “Vice-Reino do Rio da Prata”,⁵ com o objetivo de tentar recuperar, no contexto regional, o poder que a Argentina vinha perdendo desde a década de 50. Julgava-se que, se a Argentina conseguisse novamente a preponderância sobre a Bolívia e o Paraguai, conseguiria restabelecer a hegemonia na região.

Em abril de 1969, os chanceleres Nicanor Costa Mendez, da Argentina, e Magalhães Pinto, do Brasil, juntamente com os chanceleres dos países vizinhos, finalmente subscreveram, em Brasília, o Tratado da Bacia do Prata. A essência do Tratado era somar esforços com o fim de promover o desenvolvimento equilibrado e a integração física na região da Bacia do Prata. Os mecanismos utilizados seriam a realização de estudos para facilitar a navegação e utilização racional da água (através do aproveitamento equitativo dos recursos naturais da região), a complementação econômica regional, mediante a radicação de indústrias para desenvolvimento da Bacia do Prata, e a elaboração de projetos, principalmente aqueles de interesse comum.

É importante mencionar que o governo brasileiro não via este acordo com “bons olhos”, já que sua idéia era não contrair obrigações com terceiros que pudessem restringir-lhe a liberdade de construir obras dentro de suas fronteiras ou de realizar projetos bilaterais com países vizinhos. Para este governo, a obrigatoriedade de consultar⁶ os demais integrantes da Bacia do Prata antes de realizar um projeto dentro de suas fronteiras geográficas era incompatível com os interesses nacionais de desenvolvimento econômico. No seu julgamento, o governo argentino procurava “amarrá-lo a compromissos, a fim de deter seu progresso nacional na Bacia do Prata a pretexto de beneficiar o desenvolvimento regional harmônico equilibrado”.⁷ Mesmo assim, acabou apoiando a iniciativa, pelo fato de que o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia já haviam aderido. Para a Argentina, ao contrário, o Tratado da Bacia do Prata era uma forma de tentar equilibrar o desenvolvimento na região. Nesse sentido, é plausível supor que o projeto da Bacia do Prata, que havia sido concebido como um instrumento de cooperação sub-regional,

(...) fué adquiriendo a partir de su institucionalización y aún antes, una muy diferente significación para el gobierno de la Revolución Argentina, que lo consideró más que nada un instrumento para mediatizar la política de rivalidad entre la Argentina y el Brasil, en todo lo que se refiere a la utilización del potencial energético de los ríos y la construcción de obras de infraestructura.⁸

A visão geopolítica que acabou orientando as diretrizes de política externa do chanceler Costa Mendez, como a de seus sucessores, foi a de favorecer somente as ligações Norte-Sul e objetar aquelas no sentido Leste-Oeste, que afetavam os interesses geopolíticos argentinos. A idéia central do Tratado da Bacia do Prata acabou sendo alterada pelo governo Onganía, que passou a utilizá-lo como um instrumento para impedir a construção de obras por parte do Brasil, tanto na área de infra-estrutura física como no campo do potencial hidrelétrico. Dessa forma, mostra-se clara a postura defensiva que a Argentina começou a adotar na região em meados da década de 60 em relação à sua política externa. O governo argentino passou a tentar obstaculizar o desenvolvimento brasileiro como forma de não perder, definitivamente, o pouco poder que ainda detinha no cenário platino. Aliás, esta era a principal explicação para a postura que a Argentina vinha assumindo ante o Brasil: até meados do século XX, aquele país havia gozado de grande prestígio político no cenário regional e internacional e de considerável poder econômico, pelo que não podia aceitar uma posição secundária na América Latina. Neste sentido, a perspectiva da construção de Itaipu, uma das maiores hidrelétricas do mundo, entre o Brasil e o Paraguai – portanto, sem a sua participação – alarmou drasticamente o governo argentino.

As pressões por parte do governo Onganía no campo do direito internacional, sobre a questão da consulta prévia, não conseguiram, contudo, conter os avanços das obras brasileiras. Enquanto o governo argentino gastava suas energias em tentar impedir a construção de Itaipu, o Brasil adiantava pragmaticamente os trabalhos. Mesmo assim, a diplomacia argentina continuou a insistir na proposta de intercâmbio de informações e consulta prévia oficial – o que, definitivamente, não significava uma proposta prática de cooperação internacional. Para o governo brasileiro, os Estados somente deveriam fornecer informações pertinentes a atividades e acontecimentos dentro de sua jurisdição ou sob seu controle quando tivessem razão para crer que a dita informação poderia ser necessária para evitar o risco de importantes efeitos adversos nas zonas localizadas fora de sua competência nacional. Fora disso, qualquer país teria o direito de construir obras sem consultar os demais.

Nos meses finais do governo Lanusse, o último presidente da fase da Revolução, o leque de opções do governo argentino no tema do aproveitamento dos rios não parecia ser amplo. O chanceler Eduardo McLoughin apenas aspirava a um empate honroso perante o Brasil. Não obstante, Lanusse não modificou as estratégias nesta questão: continuou a

apelar ao direito internacional “como única alternativa válida para reger a atividade entre indivíduos, comunidade e Estados”.⁹ Em um de seus discursos, afirmou que “nós argentinos não aceitamos, sob condição alguma, um destino secundário”.¹⁰ A posição de indignação da Argentina, entretanto, não alterou a postura brasileira, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a execução de obras em rios internacionais.

Após o término do governo Lanusse, as fases de governo constitucional de Héctor Cámpora, Juan Perón e Maria Estela de Perón inauguraram mudanças no tratamento do tema. De fato, foi com Perón que se promoveu uma distensão no relacionamento da Argentina com o Brasil. Ele desistiu da política antiintegracionista que os governos militares haviam defendido até então, “a guerra dos papéis”, como chamou o dilema em torno da construção de Itaipu, e tratou de ganhar tempo e recompor o prestígio da Argentina. Ele entendia “*que lo fundamental era el aprovechamiento de los rios y no las normas que debian regularlo*”.¹¹

Com Perón novamente no governo, iniciou-se uma estratégia diplomática com o objetivo de recompor o prestígio e romper o isolamento da Argentina. Ele viajou para o Uruguai e assinou com o presidente Juan Maria Bordaberry o Tratado do Rio da Prata, superando as dificuldades com este país em relação aos limites fluviais sobre aquele curso d’água. Também viajou para o Paraguai, com o objetivo de firmar com o presidente Alfredo Stroessner “o Tratado de Yaciretá, ao mesmo tempo em que impulsionava os projetos de Corpus e Salto Grande”,¹² parados, até aquele momento, devido aos conflitos jurídicos dos governos anteriores. Em setembro de 1973, menos de sete meses após a posse de Perón, foi, finalmente, assinado o Tratado de Yaciretá com o Paraguai, “*sin duda un hecho muy importante en la política argentina en la cuenca, con que el presidente Perón respondía a la diplomacia anterior de discutir y no hacer*”.¹³ Segundo a percepção de Perón,

*(...) la política trata de crear la comunidad económica latino-americana como una imposición de la historia y de la necesidad que el futuro no la plantea, para podernos organizar y defender adecuadamente. Yo he dicho muchas veces que el año 2000 nos encontrará unidos o dominados, y por eso la política internacional especialmente la de nuestro país tiende a esa unidad; unidad para la defensa comun. Y en esa unidad nada hay mas importante que la unidad de los pueblos...*¹⁴

Percebemos que, na lógica de Perón, a integração entre os países latino-americanos era essencial para a sobrevivência da região, isto é, para que os Estados da América Latina pudessem ter um relativo poder político e econômico no cenário mundial. Nesse sentido, percebemos que uma questão de grande importância para esse presidente foi a tentativa de compatibilizar a hidrelétrica de Itaipu. Por isso, desde o início de seu mandato, Perón modificou a estratégia política para a questão da Bacia do Prata, com o objetivo de

proporcionar o retorno do diálogo entre Brasil e Argentina e a perspectiva de uma solução factível para o caso de Itaipu. Mas em 1º de julho de 1974, cerca de três semanas após o término da VI Conferência dos Chanceleres da Bacia do Prata, realizada em Buenos Aires, Perón faleceu, deixando um vácuo no poder. A estratégia para obter concessões e a concórdia do Brasil e do Paraguai terminou com sua morte.

Itaipu – divergências e convergências nas relações Brasil-Argentina

Em março de 1976, Rafael Videla assumiu o governo argentino e propôs, desde o início, a retomada das relações entre Buenos Aires e Brasília, afirmando que, durante o seu governo, elas seriam consideradas prioridade. Contudo, defendeu algumas posturas em política externa contrárias a seu discurso político, como a suspensão dos projetos de Garavi, San Pedro e Roncador sobre o rio Uruguai, argumentando que favoreciam mais o Brasil do que a Argentina e que não seria possível sua realização sem antes chegar a um acordo sobre Corpus.¹⁵ Também não iniciou a construção da Represa de Yaciretá-Apipé, com o Paraguai. O governo argentino acabou paralisando todos os projetos hidrelétricos potenciais com os demais participantes do Cone Sul até que se “resolvesse” a questão de Itaipu com o Brasil, o que demonstra que, no discurso, consideravam-se as relações com o Brasil prioridade, mas, na prática, as ações de política externa foram pautadas em impedir que o Brasil e o Paraguai continuassem as obras referentes ao projeto de Itaipu, iniciadas em 1973.

Em dezembro de 1976, o ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, vice-almirante César Augusto Guzzetti, viajou a Brasília, com o intuito de restabelecer um diálogo bilateral que levasse ao caminho da cooperação sub-regional. A proposta elaborada pelo governo argentino tinha como fator fundamental para tentar lograr um ótimo relacionamento com o Brasil a unificação “de critérios, sobre bases estáveis e equitativas para o aproveitamento integral dos rios internacionais de curso sucessivos”,¹⁶ ou seja, a proposta argentina tentava estabelecer critérios políticos e técnicos para os projetos de Itaipu e Corpus, como a possibilidade de realizar negociações em caráter tripartite, altura das cotas e número de turbinas. Nesse ensejo, o presidente Videla enviou uma carta ao presidente Geisel exprimindo o propósito de estreitar relações com o Brasil e de resolver as questões pendentes. Em 9 de março de 1977, inspirada na convicção “*de que el estrechamiento de vínculos entre Argentina y Brasil producirán beneficios extraordinários, no solo para nuestros pueblos sino para el Continente todo*”,¹⁷ a chancelaria argentina enviou ao governo brasileiro uma nova proposta. O documento sugeria o envio de uma missão especial de alto nível a Brasília para estudar a constituição de uma comissão tripartite, integrada por Argentina, Brasil e Paraguai, com a finalidade de compatibilizar os projetos de Itaipu e Corpus.

Em abril de 1977, o ministro Azeredo da Silveira escreveu um relatório para Geisel no qual abordava a situação com a Argentina na questão de Itaipu e mencionava a nota enviada um mês antes (9 de março de 1977) pelo chanceler Guzzetti. Nesse relatório, Azeredo da Silveira afirmava que a própria idéia de compatibilização dos projetos de Itaipu e Corpus, defendida pela chancelaria argentina, colidia frontalmente com a doutrina do governo brasileiro e com o espírito e a letra da Declaração de Assunção sobre o aproveitamento dos rios internacionais, e que a proposta agora apresentada pelo ministro Guzzetti não condizia com o espírito das conversações que tiveram lugar na VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.¹⁸ Na opinião do ministro, o chanceler argentino cometia um equívoco fundamental quando, em vez de propor novas soluções práticas, insistia nos mesmos argumentos do passado, que não haviam gerado nenhum avanço nas relações bilaterais. A posição de Azeredo da Silveira sobre o assunto era bem clara:

a) o tratado de Itaipu foi celebrado de acordo com os preceitos da Declaração de Assunção sobre aproveitamento de rios internacionais. Esta condiciona, pois, o projeto, as obras e a operação da Usina; b) tratando-se de rio internacional contínuo, os dois ribeirinhos (Brasil e Paraguai) entraram em entendimento prévio e decidiram, através de tratado, executar o aproveitamento conjunto; c) o rio contínuo em apreço (Paraná) é, ao mesmo tempo, sucessivo, a montante, em relação ao Brasil, e, a jusante, em relação ao Paraguai e à Argentina e, após, à Argentina. Nessas condições, seu aproveitamento, em qualquer de seus trechos, não poderá causar prejuízos sensíveis a outros Estados da Bacia. Este princípio fundamental, que se aplica tanto à fase de construção da barragem quanto à de sua futura operação, é a única limitação a que a Usina está sujeita.¹⁹

O ministro também afirmava no relatório que, de acordo com a Declaração de Assunção, Itaipu era um aproveitamento binacional exclusivamente brasileiro-paraguaio, enquanto Corpus era um projeto binacional exclusivamente paraguaio-argentino,²⁰ de forma que o Brasil nada tinha que ver com Corpus e a Argentina nada tinha que ver com Itaipu.²¹ A posição do ministro ante o tema do aproveitamento do rio Paraná era perfeitamente clara: desde que não houvesse prejuízo sensível a um ou a outro Estado, nenhum país teria direito de intervir na construção de obras dentro de sua jurisdição. A mesma opinião era defendida por Geisel. Nas palavras do presidente, a

Argentina era contra Itaipu porque o empreendimento consolidava nossas relações com o Paraguai. Além disso, Itaipu fica na área da fronteira argentina. Tinham a concepção de que iríamos ter ali um grande centro de desenvolvimento, o que poderia ser muito inconveniente para eles. (...) Acredito que era uma ação negativa, do contra. Eles tinham, naturalmente, restrições ao desenvolvimento do Brasil.²²

É importante observar que, na percepção de Geisel, a construção de Itaipu não causava nenhum tipo de prejuízo à Argentina. Para o presidente, a oposição da Argentina em relação ao projeto de Itaipu era apenas uma tentativa de obstruir o desenvolvimento do país. Não havia, no seu julgamento, outra explicação para as travas que o governo argentino tentava impor a este projeto. Por isso, a posição da diplomacia brasileira se tornava, muitas vezes, quase irredutível em alguns pontos, o que dificultava um acordo bilateral.

Não obstante, o governo argentino sabia bem da dificuldade de pactuar um acordo com o Brasil. Assim, para chefiar as negociações entre os dois países foi nomeado por Videla, junto ao governo brasileiro, o embaixador Oscar Camilión.²³ Sua missão era tentar reverter a difícil situação da Argentina e lograr um acordo com o Brasil na questão de Itaipu. A estratégia do embaixador foi lançar uma campanha na imprensa brasileira com a finalidade de mostrar à sociedade que era possível alcançar um entendimento com a Argentina. A idéia era tornar Itaipu um tema passível de negociação e convencer o Itamarati de que o aproveitamento do rio Paraná era um assunto a ser necessariamente negociado entre as três partes, pois este seria o melhor caminho para a superação dos constrangimentos gerados pelas divergências. Em outras palavras, Camilión passou a utilizar os meios de comunicação como forma de pressionar o governo brasileiro a negociar com a Argentina.

A estratégia do embaixador argentino acabou, porém, gerando sérios impasses entre as duas chancelarias. Para Azeredo da Silveira, era insólito, para não dizer inaceitável, que assuntos entre dois Estados fossem negociados em público. Para ele, a atividade diplomática deveria ser conduzida necessariamente de forma reservada. Todavia, o jeito discreto do ministro brasileiro se chocava com o estilo persuasivo, acessível e eloquente do embaixador Oscar Camilión.²⁴ Outro artifício usado por este foi tentar “culpar” Azeredo da Silveira pela falta de vontade política em concretizar um acordo entre Brasil e Argentina. Por exemplo, o jornal argentino *La Opinión* afirmava que a posição do Itamarati sobre as relações com Buenos Aires refletia a luta entre o grupo dos “duros” e o dos que defendiam negociações com a Argentina. Em 1977, o jornal divulgou uma reportagem mencionando que

(...) provavelmente as flutuações experimentadas no manejo do poder interno brasileiro por ambos os setores possam explicar em parte a linha zigzagueante e contraditória da diplomacia brasileira, na qual prevalece a natural predisposição de Azeredo da Silveira de agredir a Argentina.²⁵

Percebemos, assim, que, durante a segunda metade de década de 70, as relações entre Brasil e Argentina caminharam para o conflito e a rivalidade. A diplomacia argentina culpava a arrogância de Silveira pela falta de avanços nas negociações. Por outro lado, a

chancelaria brasileira acusava o governo argentino de tentar obstruir o desenvolvimento de Itaipu, trazendo à baila temas já pactuados em tratados anteriores. Neste sentido, é possível observar que, durante o governo Geisel, a repulsa de Azeredo da Silveira (não somente em relação à postura do embaixador argentino como em relação à pessoa de Camilión) influenciou de forma negativa a possibilidade de efetivar um acordo bilateral.

Além disso, também devemos observar algumas questões importantes para tentar entender a postura do governo argentino. Em primeiro lugar, Camilión sabia que Azeredo da Silveira não gostava dele e que o governo brasileiro não atenderia às demandas argentinas. Em segundo lugar, o embaixador estava ciente da posição brasileira de que Itaipu era um empreendimento exclusivamente entre Brasil e Paraguai e, portanto, a Argentina nada tinha que ver com ele. Finalmente, Camilión conhecia bem o conteúdo da Declaração de Assunção, assinado em 1971 pelos cinco chanceleres dos países membros da região da Bacia do Prata e que garantia a liberdade de navegação nos rios internacionais e a responsabilidade internacional do Estado pela qualidade das águas na Bacia, isto é, cada Estado poderia aproveitar as águas do rio Paraná em razão de suas necessidades, sempre que não causasse prejuízos sensíveis a outro Estado da Bacia.

Assim, partindo do pressuposto de que, técnica e juridicamente, a Argentina havia perdido todas as negociações com o Brasil, a única opção encontrada por Camilión foi pressionar o governo brasileiro através dos meios de comunicação, utilizando-se do argumento de que a não concretização de um acordo com o Brasil na questão de Itaipu se dava somente devido à falta de vontade política do governo brasileiro. Para o governo argentino, era clara e urgente a necessidade de concretizar um acordo “razoável” com o Brasil, após tantos anos de exposição na imprensa nacional. Um acordo tripartite seria visto em Buenos Aires como uma derrota brasileira e uma vitória argentina.

Nos dias 12 e 13 de setembro de 1978, foi realizada em Assunção uma reunião tripartite. Neste encontro, tentou-se novamente chegar a um consenso sobre as questões técnicas que causavam divergências, como a altura da cota de reagente em Corpus e o número de turbinas a ser instaladas em Itaipu.²⁶ Em 24 de outubro do mesmo ano, o chanceler argentino comunicava ao ministro Azeredo da Silveira que aceitava a cota de 105 metros, mas insistia em 18 turbinas em funcionamento, exigência que acabou sendo aceita pelo governo brasileiro. Nunca um acordo havia estado tão próximo. Todavia, no dia 30 de outubro de 1978,

(...) los Cancileres de Brasil y Paraguay subscribieron las notas reversales que disponian la posibilidad de 20 turbinas para Itaipu. Este hecho obligó a la Argentina a replantear la negociación enviando un memorando a los gobiernos de Brasil y Paraguay en el que expre-

saba que la cuestión era eminentemente política. Asunción y Brasilia contestaron proponiendo reiniciación de las negociaciones sobre las bases de 18 turbinas “en operación” (lo que técnicamente significaba la instalación de 20) y 105 metros para la cota de Corpus.²⁷

Na X Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, realizada em Punta del Este (Uruguai) em dezembro de 1978, as negociações tripartites estavam praticamente interrompidas; no início de janeiro de 1979, a chancelaria brasileira encerrava as negociações com a Argentina, deixando para o próximo governo a responsabilidade de pactuar um acordo com este país na questão de Itaipu. Dias depois, o general Figueiredo assumia a presidência do país, e com ele mudava-se o tom das relações com a Argentina. Assim, em outubro de 1979, finalmente, foi assinado um acordo tripartite com o formato desejado por Buenos Aires e o conteúdo propugnado por Brasília, o que demonstra que a dificuldade de alcançar um acordo durante o governo Geisel se deveu a questões eminentemente políticas.

É relevante perceber que a mudança nas diretrizes de política externa brasileira com relação à Argentina, a partir do governo Figueiredo, esteve baseada numa estratégia de integração regional selada com a assinatura do Tratado de Assunção, no início dos anos 90. Para o governo brasileiro, a integração regional passou a ser a saída mais viável para vencer os desafios impostos pelo sistema internacional e a opção mais concreta de desenvolvimento econômico para os países latino-americanos. Assim, na sua percepção, ao estreitar laços com o vizinho austral no decorrer dos anos 80, a política externa brasileira não somente aumentava a possibilidade de diversificar os vínculos econômico-comerciais com o resto do mundo como aumentava o peso político da América Latina nas negociações com os países desenvolvidos. Não obstante, é importante observar que a estratégia de globalização dos vínculos comerciais foi iniciada por Geisel. A grande mudança do governo Figueiredo foi perceber que não seria possível concretizar uma estratégia de integração regional sem a Argentina.

Durante os anos 80, é possível evidenciar a assinatura de vários protocolos procurando incrementar o intercâmbio comercial e a cooperação econômica, tecnológica e militar. O objetivo de constituir um mercado comum entre Brasil e Argentina (posteriormente, com a participação do Uruguai e Paraguai), no início dos anos 90, demonstrou-se de difícil realização pela complexidade dos obstáculos envolvidos, pelas condições desiguais dos países participantes e pelo curto prazo estabelecido, mas também se evidenciou como a única possibilidade de os países da região superarem a crise econômica e se inserirem no mercado mundial. Assim, podemos afirmar que o Mercosul é o resultado de uma efetiva reestruturação, de natureza estratégica, do relacionamento Brasil-Argentina. Exprime uma visão de regionalismo aberto e trabalha o objetivo de compatibilizar as políticas internas e externas dos países membros para alcançar um mercado comum. É um marco, de referên-

cia democrática, dos países que o integram e simboliza uma perspectiva real de desenvolvimento regional. É verdade que surgiram dificuldades e discrepâncias entre os países membros, ligadas a problemas de harmonização das políticas macroeconômicas que, muitas vezes, atrasaram ou mesmo paralisaram o processo de integração. Mas também é verdade que divergências surgiriam, pois são inevitáveis a qualquer processo de integração.

O Mercosul dos anos 90 tem a natureza de um imperativo comum para Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e representa uma possibilidade efetiva de integração e de desenvolvimento regional. Significa não só uma estratégia defensiva favorável aos países sul-americanos para enfrentar a nova ordem mundial, mas também exprime uma nova presença da região latino-americana no mundo pós-guerra fria – fundamental para negociações entre a Alca e a União Européia. Por todas estas razões, percebemos que o Mercosul, mesmo distante de haver alcançado os objetivos propostos nos protocolos originais e enfrentando sérios problemas de compatibilização das agendas internas e externas dos países membros, continua sendo a opção mais viável para os países da região, para não dizer a única perspectiva de inserção no mercado mundial e de desenvolvimento regional.

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Professora da IESB-Preve. Defendeu, em 2004, a dissertação de mestrado intitulada *Rivalidade, tensão, integração. Análise da política externa argentino-brasileira no contexto da Bacia do Prata (1974-1979)*. Orientada pelo professor doutor Maurício Broinizi Pereira, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

¹ Historicamente, a região da Bacia do Prata, como citamos anteriormente, tem sido um espaço de confrontação e harmonia entre os países da região. Não obstante, para este trabalho, consideramos a década de 60 o ponto de partida para a análise do conflito em relação à questão de Itaipu.

² FROTA, Luciana Silveira de Aragão. *Brasil-Argentina: divergências e convergências*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1991, p. 133.

³ Id., *ibid.*, p. 19.

⁴ Id., *ibid.*

⁵ BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2 ed., São Paulo, Ensaio, 1995, p. 240.

⁶ Uma das propostas defendidas pelo governo Onganía foi a de estabelecer um mecanismo da consulta prévia entre os países integrantes da Bacia do Prata. A idéia que se defendia era a de que os Estados ribeirinhos que pudessem vir a construir uma obra deveriam consultar previamente os outros Estados.

⁷ BANDEIRA, *op. cit.*, p. 239.

⁸ LANÚS, Juan Achibaldo. *De Chapultepec al Beagle: política exterior Argentina, 1945-1980*. Buenos Aires, Emecé, 1982, p. 20.

⁹ Discurso do general Lanusse no Palácio do Itamaraty. *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 1972.

¹⁰ Id., *ibid.*.

¹¹ LANÚS, op. cit., p. 27.

¹² BANDEIRA, op. cit., p. 250.

¹³ LANÚS, op. cit., p. 28.

¹⁴ MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES DE ARGENTINA. Discurso de Juan Domingo Perón 1973-1974: Todos sus discursos, mensajes y conferencias v. I, p. 209.

¹⁵ LANÚS, op. cit., p. 311. A determinação de um valor para a cota de Corpus foi uma das principais divergências entre Brasil e Argentina durante o processo de negociação bilateral. Na Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, realizada em 1974, o chanceler Alberto Vignes havia indicado uma comissão interministerial com representação das três Forças Armadas com o objetivo de analisar e estabelecer uma cota conciliável para Corpus. A conclusão a que o governo argentino havia chegado era: a cota mínima deveria ser de 115 metros, o que imediatamente foi negado pelo governo brasileiro, cuja proposta havia sido de 112,5 metros.

¹⁶ CPDOC. Ministério das Relações Exteriores – Informação para o senhor presidente – Índice: Itaipu e Corpus – Proposta argentina. AAS/MRE – 1977, p. 2. As divergências entre Argentina e Brasil, neste momento, concentram-se exatamente no estabelecimento de critérios políticos e técnicos para os projetos de Itaipu e Corpus, como a possibilidade de negociações em caráter tripartite, altura das cotas e número de turbinas.

¹⁷ CPDOC. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Documento para o ministro de Relações Exteriores de la República Federativa de Brasil, embaixador D. Antonio Azeredo da Silveira. Buenos Aires, 9 de março de 1977.

¹⁸ Na VIII Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, realizada em Brasília em dezembro de 1976, foram levantados pelo ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina os seguintes assuntos como passíveis de negociação e entendimento com o Brasil: comércio; pontes sobre o rio Iguaçu; transportes marítimos (frete); cooperação técnica, inclusive no campo nuclear; aproveitamento hidrelétrico do rio Uruguai; pesca; trigo; aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná.

¹⁹ CPDOC. Ministério das Relações Exteriores, op. cit., p. 7.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 8.

²¹ Id., *ibid.*

²² CASTRO, Antonio Pinheiro e D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997, p. 346.

²³ Oscar Camilión nasceu em Buenos Aires, em 1930. Foi professor da Faculdade de Direito de Buenos Aires. Em 1955, iniciou sua carreira política: foi subsecretário de Relações Exteriores e ministro da Embaixada argentina durante o governo Arturo Frondizi. Trabalhou como chefe de redação no jornal *El Clarín*. Foi embaixador argentino junto ao governo do Brasil durante o governo Videla (1976-80), ministro das Relações Exteriores no governo Viola (1981-82) e ocupou o cargo de ministro de Defesa durante o governo Menem.

²⁴ CPDOC. Informações para o senhor presidente da República - 14/05/1976/ AAS/MRE.

²⁵ CPDOC. Minuta de Telegrama. Relações Brasil-Argentina. Noticiário de imprensa nº 924, expedido em 1/8/77.

²⁶ Neste momento, a Argentina demandava a cota de Corpus de 110 metros e 18 turbinas em operação. O Brasil propunha a cota máxima de 105 metros, mas requeria que fosse 20 o número de turbinas para Itaipu.

²⁷ LANÚS, op. cit., p. 32.

**A OPÇÃO DO BRASIL PELO OCIDENTE E A OPÇÃO DO
OCIDENTE PELO BRASIL: O GENERAL GOLBERY
ENCONTRA O BARÃO DE MÜNCHHAUSEN***

Vânia Noeli Ferreira de Assunção**

À memória de Maurício Tragtenberg

O general Golbery do Couto e Silva (1911-87) foi uma das principais personagens da história brasileira a partir dos anos 1950. Unia perfeitamente as qualidades de intelectual e homem prático a serviço da burguesia brasileira. O agir nas sombras era a marca de sua, às vezes, dramática importância para a história do Brasil.

Não obstante a relevância histórica do general, pouca coisa de monta se escreveu acerca de seu pensamento. As análises sobre ele, em sua quase totalidade, constituem-se de artigos curtos, que apenas o tomam como ponto de partida para o estudo de outro tema – seja a auto-reforma do regime, seja a ditadura, sejam temas geopolíticos.¹

Além de tratarem apenas de um ou alguns dos muitos temas trabalhados por Golbery, tais textos, com raríssimas exceções, também não abordam a integralidade do pensamento do general, pois se baseiam quase sempre só em uma de suas obras, *Geopolítica do Brasil* e especialmente, *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo*, conferência realizada na ESG em 1980. O livro *Planejamento estratégico* é praticamente desconhecido. Ambas escritas no decorrer dos anos 50, tais obras complementam-se e se explicam. Os liames que as unem precisavam ser explicitados por um estudo que tomasse o general em sua integralidade, refazendo os nódulos de seu pensamento e respeitando, inclusive, incoerências e falhas que pudessem existir. Esse foi um dos objetivos do estudo que empreendemos em nosso mestrado, de que destacamos, aqui, a relação entre soberania, nacionalismo, desenvolvimento e opção pelo Ocidente, tal como expressas pelo general.

Golbery realizava uma análise geopolítica do Brasil de caráter eminentemente positivo e otimista. O aspecto negativo ressaltado era o processo incompleto de conquista efetiva do território do Brasil (GB, p. 42),² “esse colosso imperial de nossos dias – e muito

mais de um futuro que a passos largos se aproxima” (GB, p. 110). Propunha, em face disto, um *expansionismo para o interior*, a “incorporação efetiva e vitalização de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio do homem e da civilização fecundadora” (GB, pp. 47; 92; 60-61). De resto, o Brasil “está magistralmente bem situado para realizar um grande destino tão incisivamente indicado na disposição eterna das massas continentais, quando lhe soar a hora, afinal, de sua efetiva e ponderável projeção além-fronteiras” (GB, p. 213).

Como prenúncio dessa construção, acreditava o general, havia uma evolução favorável do país em todos os campos. Uma população crescente e migrante ia vivificando, humanizando e unificando o território nacional. Bem assim, no campo econômico, haviam sido “ultrapassadas, embora nunca de todo, as formas pré-capitalistas”, com o que a economia brasileira ia-se elevando a tipos estruturais mais modernos “pela industrialização intensiva, não confinada aos meros bens de consumo mas alicerçada na grande indústria de base” e voltada à constituição de um mercado interno de “grandes e inegáveis potencialidades amplas”. Também havia progresso nas possibilidades de concorrência no mercado internacional (GB, p. 71) – o que permitia visualizar a superação das formas de produção semicoloniais do país:

Não mais a exclusiva produção de bens primários, de matérias-primas e outros produtos de exportação, sujeita a todas as escorchedouras imposições do exterior e jungidas inteiramente nos moldes das clássicas *plantations*, aos interesses imediatistas de empresários e capitalistas estrangeiros. (...) Não mais a secular renovação de ciclos econômicos (...) conduzindo afinal à estagnação e ao desalento, após um período, mais ou menos efêmero, de euforia e riqueza. (GB, pp. 72-73)

Havia, pois, em andamento um desenvolvimento econômico-social,

(...) em ritmo embora ainda inferior ao que seria desejável, dependente sem dúvida, em muito, de contribuições maciças do exterior, mas que apresenta já, de fato, apreciável grau de autonomia em certas áreas progressistas de elevados índices de poupança, amplas economias externas, forte propensão para investir; e, demais, um indiscutível espírito imperialista, alerta e vigoroso, muitas vezes até mesmo incontido e extravagante. (GB, pp. 109-110)

Golbery não ignorava que o “desenvolvimento econômico acelerado, na ânsia de queimar etapas, pode gerar, por si mesmo, as mais sérias crises”, entre as quais citava problemas creditícios, de divisas, inflacionários, “as sucessivas greves, a insatisfação e motins” (GB, p. 72). Ademais, podia agravar os *pontos de estrangulamento* do sistema: déficit energético, problemas nos serviços urbanos, falta de técnicos qualificados, deficiência de mão-de-obra. Se não bastasse,

(...) onera, terrivelmente, as sempre reduzidas disponibilidades de um equipamento de circulação constantemente em forte retardo com relação à demanda; aumenta cada vez mais o alarmante descompasso entre uma agricultura atrasada, de rendimento ainda muito baixo, e uma indústria em promissor avanço, a despeito mesmo dos gravames iniciais que lhe tolhem a produtividade; aumenta, dramaticamente, o perigoso desnível entre as várias regiões do país, exacerbando os contrastes e criando zonas marginais e áreas-problemas – uma periferia nitidamente subdesenvolvida em derredor de alguns núcleos vigorosos de elevado ritmo de expansão econômica. (GB, pp. 72-73)

Tais sacrifícios eram, contudo, imprescindíveis para que, pela industrialização, pudesse ser alcançada, “afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos”, móveis do dinamismo econômico mundial e contribuintes, eles mesmos, para tal desenvolvimento libertário. Isso também virá “em benefício da unidade e da coesão nacionais, e na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio (...) a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais” (GB, pp. 72-73).

Já “No campo psicossocial, a despeito dos enormes tropeços e de muitos erros de orientação”, a educação se avigorava, ampliando-se seu âmbito de difusão e distanciando-se de um “academicismo de ostentação para formas mais técnicas e bem mais produtivas” (GB, pp. 72-73). Ocorria um “enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da nação”, pois, mesmo que o problema social fosse ameaçado de agravamento pelas intermináveis crises político-econômicas (que cristalizavam interesses e conscientizavam as classes de sua concorrência), era amenizado pelo sentimento profundo da unidade nacional, pelo orgulho pela terra e pela gente e pelo espírito nacionalista, ainda que fosse este “sem dúvida muito à flor da pele e o seu tanto primário” (GB, pp. 72-73). Também melhoravam os padrões sanitários, embora não tão ampla e rapidamente como seria necessário. E, lamentava o general, como não poderia deixar de ser, numa sociedade “que se caracteriza por tão elevado índice de mobilidade social”, decaía visivelmente “o tono de moralidade sob a pressão das vivas dificuldades econômicas, da competição desenfreada, do ritmo agitado e cansativo da vida e não menos ao estímulo de muita propaganda perniciososa” (GB, pp. 72-73).

No campo político, à parte a “espetacular sucessão” de formas institucionais adotadas até chegar à atual, República federativa com regime representativo presidencial, e “por sob a dinâmica partidária, o estilo tão criticado e tão criticável da vida pública, funcionamento precário do sistema opinião pública-governo e propaganda, a ingerência tão poderosa e sutil do poderio econômico”, o que realmente valia assinalar, considerava o general, “é o inegável processo de maturação política das massas, cada vez mais adensadas nos grandes e médios centros populacionais e, dia a dia, graças à penetração dos

múltiplos meios de comunicação e difusão de idéias, mais atentas e mais participantes da vida pública” (GB, pp. 72-73). Passaram à história o velho senhor de engenho e a figura tradicional do “coronel” do interior. Bem assim, as “aristocracias rurais cederam inteiramente a dianteira a novas elites – a burguesia comercial, os bacharéis, os barões industriais” – e estas, por sua vez, sofriam desde logo pressões de baixo e crescente infiltração em suas fileiras de elementos egressos de outros estratos, num meio cambiante ao extremo. Sob os influxos de imposições econômicas e de mutações de origem externa, o ideário político também se renovava aceleradamente. E, em conclusão, “segundo uma perspectiva a longo prazo”, “o progresso no sentido de uma democratização efetiva da vida política nacional é sensível e inegável” (GB, pp. 72-73).

Ainda que trouxesse os inúmeros problemas citados, o general considerava a industrialização – pela ajuda externa – a única saída possível: “É que ao Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer” (GB, p. 62). E, não obstante a tarefa por realizar fosse de “ingente vulto”, ela era necessária para que “o Brasil venha a ser, afinal, o ‘colosso do Sul’”, o que não poderia atingir apenas com recursos próprios. De fato, o Brasil era um país com poupança muito baixa, o que levantava a questão dos recursos para o desenvolvimento: “Podemos nós, com recursos próprios – qual o Barão de Münchhausen – (...) desenvolver o país? Sim. Mas vamos levar demasiado tempo. E passar por sacrifícios muito grandes!” Nesse caminho, ademais, corria-se o risco de não atingir o sucesso, “pois que muitos desses recursos perigarão permanecer eternamente como potenciais inexplorados, como já bem o estão, afinal, aprendendo as nações que se deixaram embalar, anos, décadas a fio, com as glórias fátuas do título, tão pomposo quanto inexpressivo, de ‘país do futuro’” (PE, p. 384).

A alternativa, para ele, era lógica: “A poupança externa que nos venha de outras companhias – transnacionais ou não – estrangeiras talvez represente o acréscimo crítico ao crescimento do Produto Nacional Bruto”. Assim, completava, o Brasil depender essencialmente “e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular dos Estados Unidos, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança é fato que para nós, brasileiros de hoje, não exige discussão maior” (GB, p. 248).

A conclusão era consoante:

A poupança estrangeira, em certa medida, é indispensável para que asseguremos o próprio processo do desenvolvimento, a fim de atender àquela preocupação (...) do atendimento necessário aos novos contingentes de jovens que vêm ao mercado de trabalho. Então, sem o auxílio da poupança externa, o país poderá se desenvolver; outros têm tentado isso e conseguido, mas com sacrifícios muito grandes e num prazo excessivamente longo para a premência de nosso caso. (PE, pp. 515-516)³

Para chegar a efetivar a condição brasileira de “superestado potencial”, o progresso da tecnologia seria de grande valia, “multiplicando-nos as possibilidades e a capacidade de atuação, desde que nos esforcemos em conhecê-lo em primeira mão e assimilá-lo sem retardos” (GB, p. 134). Desta maneira, no que se refere à ajuda externa, havia que levar em conta a transferência de tecnologia: “a engenhosidade brasileira será capaz de inventar muitas coisas, mas certamente vai ter uma dificuldade desnecessária para inventar coisas que já estão inventadas. Se for possível adquiri-las a preços mais baratos do que o de um esforço longo e penoso, será sempre melhor”. Isso não significava descurar totalmente da produção de tecnologia, mas inserir-nos em nichos em que nossa experiência fosse maior, e a concorrência internacional, menor: “Cuidemos daquilo que é específico da nossa economia autóctone – tecnologia do sisal etc.” (PE, pp. 515-516).

Evidencia-se, portanto, que a *ilusão necessária* do bonapartismo era que os capitais externos seriam por nós utilizados para conseguir autonomia, ou seja, com a ajuda externa, conseguiríamos assentar as bases de nossa independência. Golbery tinha alguma consciência da contradição. Ele mesmo citava a frase de Washington: “Deveis sempre ter em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência”. A respeito, a perda da soberania nacional foi uma das preocupações dos estagiários da ESG, em 1980. Inquietava-os, especialmente, a questão das transnacionais e seu domínio sobre certos setores da economia. Golbery ponderava:

(...) o que me parece é que há setores em que, de forma alguma – segundo o princípio que está na Constituição e que todos obedecemos – há setores em que, absolutamente, não se deve permitir a ingerência estrangeira e há outros que se poderão liberalizar mais ou menos. Aliás, entendo que isso é variável com o tempo. (PE, pp. 515-516)

De forma que, concluía ele, “Se conseguirmos manter sob controle nacional – quer dizer, inteiramente fora de pressões excessivas de centros de decisão exteriores – alguns dos setores-chave da economia, teremos garantido a soberania do país” (PE, p. 515). Além disso, a permissão da entrada de capitais estrangeiros e empresas transnacionais era instrumental – seu objetivo era dar-nos condições para andar com nossas próprias pernas e chegar ao mesmo nível das potências de então.

Uma das implicações daquela quadra mundial de interdependência entre os Estados, afirmava o general, era a rediscussão do conceito de independência e de soberania. Afinal,

Nada do que um Estado resolva ou deixe de fazer no cenário internacional ou mesmo no próprio âmbito interno (...) poderá ser realmente indiferente, nos dias de hoje, a outro Estado qualquer. E note-se que uma nação determinada (...) se encontra a defrontar-se com mais

de 80 outros Estados, tantos quantos compõem a atual configuração política do universo e os quais se apresentam, além do mais, constituindo largas malhas de interesses mais ou menos solidários através de organizações das mais diversas. (GB, p. 149)

Se abria espaço para intervencionismos de todos os tipos, essa argumentação não significava, contudo, para Golbery, que a soberania e a independência não fossem mais atributos necessários ao Estado. Pelo contrário: apesar das já citadas indicações de que estava por vir uma nova ordem internacional, dominada por entidades multinacionais, para ele a soberania ainda era uma das mais claras exigências do Estado, sem a qual não podia existir.

A sobrevivência sem qualquer dose apreciável de autodeterminação ou soberania seria, em verdade, no mundo dos Estados-Nações que ainda hoje nos rodeia, apesar de certos sintomas indiscutíveis de transmutação em processo de todo o sistema, uma contradição insolúvel ou mera ficção jurídica; algo sobreviveria sempre, por certo, mas nunca um Estado. (GB, p. 168)

A contradição permanente entre o nacionalismo geopolítico e a opção pelo Ocidente, o ideólogo buscava resolvê-la afirmando que o Estado soberano admitia, “ele próprio, autolimitações maiores ou menores de seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição” (GB, p. 168). Mesmo assim, argumentava, se a generosidade materna da natureza cedera ao litoral do país e ao promontório nordestino posição tão favorável à defesa do Ocidente, esse trunfo era *brasileiro* e exclusivamente por nós deveria ser empregado, “por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte (...) e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica” (GB, p. 52).

Ainda sobre a questão da soberania, lembremos que, segundo Golbery, o nacionalismo sadio existente em toda a América Latina fez com que antigos receios quanto aos Estados Unidos fossem abolidos, gerando ressentimentos contrários: o reclamo pela ajuda necessária. Esse *nacionalismo ressentido*, o general também o portava, magoado porque os Estados Unidos não liam nas imutáveis massas continentais o destino grandioso do Brasil, que deveriam ajudar a construir. Constatar que aquele país negociava “a peso de dólares e auxílios vultosos de toda espécie e até à custa de certos recuos, mudanças de opinião e arranhões em seu prestígio, o apoio e a cooperação de povos ou indecisos ou francamente hostis” apenas aumentava o ressentimento, que o general tentava superar propondo: “ façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra” (GB, p. 52).

Como “o preço do poder é a responsabilidade”, poderíamos, de um lado, utilizar-nos dos trunfos geopolíticos que possuíamos para a defesa da civilização ocidental, mas, de outro, não podíamos deixar de aceitar, “e aceitá-los conscientemente”, os ônus decorrentes deles, pois “de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul ao qual estão vinculadas a nossa prosperidade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência” (GB, p. 52). Pois, se o Brasil subsistisse – e se subsistisse *em segurança* –, “poderá bem ser destino seu recolher a herança de cultura de uma civilização portentosa que se tenha esvaído na loucura da guerra (...) ‘como corredores olímpicos passando de mão em mão o facho luminoso da vida’” (PE, p. 219).

Mirando aqueles mesmos trunfos, o mundo comunista lançava olhares de cobiça para o litoral brasileiro e para a Amazônia. Por isso, se alguma ameaça havia a estes territórios, frise-se que “não é bem tal ameaça motivada por ambições colonizadoras que aqui pensem encontrar uma fonte de matérias-primas essenciais e, ao mesmo tempo, um mercado para seus produtos manufaturados” (GB, p. 51) (como criticava a esquerda):

Para tal fim aí estaria a África, tradicional campo de luta dos imperialismos colonialistas, muito mais próxima, menos rebelde por certo, rica de matérias-primas valiosas e não protegida nem por um fosso tão respeitável como o Atlântico, nem por interesses vitais de uma superpotência como os Estados Unidos. O que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça não dirigida propriamente contra nós, mas sim indiretamente contra os Estados Unidos da América, a qual, mesmo se a entendermos subestimar (...), nem por isso resulta insubsistente. (GB, p. 51)

Uma vez possuidor de tais trunfos (para não falar da “economia não competitiva” e da “larga e comprovada tradição de amizade”), e diante do fato de que entre os hispânicos vizinhos recrudescia um antiamericanismo disfarçado de *terceira posição*, aproveitando-se do envolvimento dos Estados Unidos no além-mar, o Brasil tinha superiores condições de

(...) negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, (...) mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina. (GB, pp. 50-51)

Reconhecimento da real estatura do Brasil nessas paragens, principalmente em face da Argentina, eis a exigência. Não era à-toa que os países da América do Sul realizavam, não obstante as desconfianças e litígios que os separavam, uma

(...) composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, rico demais hoje em virtude de seu imperialismo prepotente, que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas e cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição em alta dose de sangue escravo inferior... (GB, p. 53)

E Golbery quer esquecer o “fato indiscutível”, por ele mesmo revelado: para os norte-americanos, que tanto aprenderam “dos ingleses e de sua fria e calculadora política de equilíbrio de poder”, interessava “justificar e manter e acentuar mesmo, se possível, uma indiferenciação igualitária e niveladora desta paisagem sul-americana, afinal tão próxima e onde não lhes será agradável contar, por certo, com vizinhos poderosos e talvez irrequietos” (GB, p. 175).

A soberania poderia ser objeto, então, de escambo, desde que fosse uma *barganha leal*. Assim, concluía o general, “o direito de utilização de nosso território, seja para o que for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de forma alguma, ceder por um prato de lentilhas” (GB, p. 52, grifos nossos). O equivalente para os trunfos geopolíticos brasileiros era: “Também nós podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte...” (GB, p. 52).

O destino bate à porta! Havia que decidir: engrandecer-se ou perecer. O primeiro caminho, embora difícil, oferecia a possibilidade de uma grandiosidade futura – que dependia, em primeiro lugar, de uma decisão própria, do Brasil.

Golbery também chamava à responsabilidade, não obstante, as nações do centro capitalista. Afinal, advertia o general, “nesta quadra de agourentos e apocalípticos sismos sociais” (GB, p. 185), o “planeta não pode mais acolher, ao lado de nações abastadas, poderosas e prepotentes, a miséria chocante e, sob todos os aspectos, altamente perigosa, da humanidade que se agita e sofre e procria com altíssima taxa de natalidade, nos rincões menos favorecidos da terra” (GB, pp. 206-207).

Fazia-se necessário e urgente que o mundo capitalista, “do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis”, tomasse consciência “afinal, de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do milênio comunista a par das indiscutíveis e até espetaculares realizações no domínio da ciência, da técnica e da produção material de riquezas” senão de um jeito: “oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre a estagnação e a miséria generalizada, de um lado e, do outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos” (GB, p. 248).

Tais propósitos, entretanto, tinham de ser sinceros e diferenciados:

(...) para fazê-lo, nunca bastarão as prédicas mais ou menos insinceras sobre as virtudes inexcedíveis e sem jaça da livre empresa, a doutrinação cínica em favor da eterna benemerência do capital estrangeiro, as teses cediças sobre as vantagens inigualáveis de um livre-cambismo já defunto e as maravilhas da divisão internacional do trabalho, as apregoadas vocações agrícolas ou as repetidas demonstrações da perfeição admirável do mecanismo automático do mercado livre. Contraproducentes serão, afinal, os empréstimos a contagotas, que cada vez mais jungem o devedor à bolsa ávida e à vontade fria dos prestamistas, o oferecimento de armas quase sempre já obsoletas com que se busca agradar aos militares, a distribuição de comendas para afagar vaidades, de recompensas mais sonantes para pagar dedicações, de tiradas oratórias para embair os incautos e o apoio, ostensivo ou mascarado, a todas as ditaduras vigorosas, a todos os potentados e a todas as corrupções. (GB, p. 248)

Estas eram práticas velhas, conhecidas e falidas. No caso atual, segundo o general, importava dar “uma grande e inconcussa demonstração da vitalidade e poder de criação do próprio regime democrático, no rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso” (GB, pp. 248-249). Por meio desta “experiência em vasta escala, indiscutível e inspiradora”, ficaria patenteado que a sociedade cristã-ocidental (que ele denomina aqui de “regime”, sem dizer qual), “sem sacrifício das liberdades públicas, sem opressão da personalidade humana, sem escravização nem trabalho forçado nem campos de concentração nem massacres brutais, é possível romper o ciclo deprimente do subdesenvolvimento econômico e levar um povo à plena realização de seus destinos históricos” (GB, pp. 248-249). De maneira concludente e sugestiva, estaria atestado que as críticas e os ataques contra o

(...) capitalismo explorador e mesquinho, a rapinagem sem freio das grandes empresas internacionais, a odiosa prepotência do imperialismo expropriador de bens e escravizador de nações não mais se coadunariam, em verdade, com uma realidade evolvida a planos muito mais altos de reconhecimento da solidariedade humana e do dever de cooperação entre povos. (GB, pp. 248-249)

De forma que, advertia Golbery, um “desafio crucial” havia sido lançado às “próprias convicções democráticas de todos os povos do Ocidente”, o que significava testar “sua capacidade de sensibilizar e atrair, para a órbita de seu exemplo de vida” as novas nações do sudeste asiático, a África recém-desperta e, inclusive, a América Latina, “ainda mais ou menos indecisas todas, em sua imaturidade política, entre a formação política democrática e a ideologia totalitária do marxismo” (PE, p. 410).

Por fim, ressaltava ainda o general, “o ritmo do desenvolvimento” de cada país, relativamente ao contexto internacional de que fazia parte, “haverá sempre que atender, sob pena de trágica insolvência, ao princípio capital da proporcionalidade do poder ao vulto das responsabilidades e compromissos assumidos” (GB, p. 108).

“Ora”, raciocinava, “nenhuma experiência dessa ordem, mais veemente e mais decisiva, se poderia levar a efeito do que a requerida, hoje, pela grave crise econômica e social que sufoca e esteriliza os esforços desmesurados das populações latino-americanas” (GB, pp. 248-249).

Mais resguardada de interferências por parte do bloco comunista, mais próxima dos centros propulsores do dinamismo norte-americano, dotada de uma boa base territorial e de imensas riquezas ainda quase inexploradas, dispondo de um potencial demográfico e satisfatórios índices de mobilização para tarefas de reconstrução, profundamente cristã, animada de ideais democráticos e criada no seio da própria cultura ocidental, a *América Latina* (...) constitui vasto e promissor campo para uma tal experiência, generosa sem dúvida, mas também de alta significação para a defesa (...) da civilização toda do Ocidente que, atualmente, já se apresenta quase desnuda na sua esterilidade e na sua capacidade de atração, ante a arremetida pertinaz e desagregadora da ideologia marxista. *Redimindo os povos irmãos desta América, o Ocidente redimiria, pela esperança, os povos todos da Terra*. E as sereias comunistas cantariam ao vento insensível suas promessas blandiciosas... (GB, pp. 248-249, grifos nossos).

Desta América Latina, complementava o general, “o Brasil é, em si mesmo, uma expressão e um espelho” (GB, pp. 248-249), “está em condições muito propícias para sentir, perfeitamente, o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida”, da própria América, da África, das regiões Sul e Sudeste da Ásia até a Indonésia. Poderá, por isso,

(...) servir de intérprete fiel a anseios que bem é capaz de medir, com a certeza de defender causa justa, em benefício da própria Civilização Ocidental cuja missão capital, no momento, é a de oferecer, a todos esses povos desesperançados e frustrados, uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo comunismo. (GB, pp. 197-198)

Além do mais, “pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul”, o Brasil tinha importância ímpar para as “imperiosas necessidades de defesa do Ocidente” e dispunha de todas as condições para tornar-se um dos mais especiais *loci* de aplicação de uma espécie de plano Marshall latino-americano, em cujo espelho as nações subdesenvolvidas de todo o mundo pudessem se mirar e que redundasse em um aumento do desenvolvimento latino-

americano (GB, p. 246). E, “uma vez que integrante, com parcelas bem significativas de seu território e de sua população, de todas as áreas geopolíticas do continente” (GB, p. 135), o desenvolvimento do Brasil teria reflexos imediatos no conjunto da América do Sul.

O Brasil se arvorava, pois, em representante dos interesses de toda a América Latina, e mais, de todos os povos subdesenvolvidos da Terra. Estaria, em troca, oferecendo às potências ocidentais os meios que possuía para a defesa do Ocidente. Seu objetivo final, ao contrário do que absorveram alguns intérpretes (especialmente, a teoria do subimperialismo), era tornar-se uma potência de *nível mundial*, pois apenas nesta escala se estaria, e mesmo assim temporariamente, livre de grandes antagonismos. É importante, pois, reter que a condição do país como “satélite”, *key country* e afins atendia a outros objetivos. Baste exemplificar com a citação abaixo:

Para uma dada nação qualquer, tal oscilação só virá a cessar, em verdade, quando, pelo seu maior desenvolvimento e seu franco progresso, se haja ela distanciado tanto das demais, que perigos e ameaças, na circunvizinhança política, sejam afinal completamente arredados por longo prazo, se não mesmo em definitivo. Em tal caso, porém, a dinâmica das relações internacionais o que tem demonstrado é que essa nação emergirá, propriamente, do círculo regional restrito em que dantes se afirmara e crescerá, passando a integrar agora outro mundo mais dilatado, dentro do qual – a menos que ocupe, desde logo, singular posição pelo seu potencial efetivo – se verá de novo submetida ao constante ritmo de uma mesma oscilação entre ameaças próximas e perigos distantes, agora apenas ampliada numa escala maior. *Só como potência realmente mundial, poderá ela escapar, por algum tempo, a essa pendular atração de seus primordiais interesses de segurança nacional.* Mas, ainda assim, não esqueçamos que a paz ecumênica nunca pôde durar indefinidamente. (GB, p. 170)

De qualquer forma, Golbery não se preocupava em consultar os ditos países da periferia do capital a ver se concordavam com que o Brasil os representasse. Partia do princípio de que, se havia discordância, ela era superável, visto que não era “divergência de propósito, de objetivos, de fins”, mas apenas diferenças quanto à “definição de prioridades, de escala e de ritmo de execução” – fatores fundamentais na efetivação de medidas “para solução definitiva do problema do subdesenvolvimento continental”, cuja definição “representa a distância que vai do insucesso quase certo ao êxito quase de todo garantido” (GB, pp. 249-250).

Reiterava, porém, que “O reconhecimento pelos países líderes do Ocidente, em particular pelos Estados Unidos, da justeza e solidez de nossos anseios dependerá, entretanto, grandemente de nós” (GB, pp. 249-250). “Talvez o que falta deveras seja o conhecimento, por parte dos dinâmicos criadores da grandeza norte-americana, de que exista de

nosso lado uma vontade decidida de aceitar plenamente as responsabilidades que nos cabem, impulsionando uma positiva capacidade realizadora” (GB, pp. 52-53). Por isso, “é preciso argumentar, discutir, esclarecer, com provas, com dados positivos, com propostas concretas” (GB, p. 250).

Já admitindo que a liderança do Brasil não era assim tão natural e automaticamente vista pelos outros países do subcontinente, afirmava que se fazia necessário, também, convencer “todas as outras nações latino-americanas, igualmente interessadas, em uma campanha coordenada e ativa”, bem como “dar demonstrações claras de nossa própria capacidade de realização”, estabelecendo prioridades em relação aos problemas internos “dos que mais nos afligem e barram o franco caminho do progresso” e solucionando-os efetivamente, embora de maneira parcial, em função da escassez de recursos (GB, p. 250).

E mais: “a honestidade de nossos propósitos” deveria ser atestada “pela aceitação consciente de sacrifícios”, da mesma forma que “a firmeza de nossa conduta” o seria “pela austeridade indiscutível na ação”. “É preciso, sobretudo, testemunhar, à evidência, que somos, não só por origem, mas ainda mais por convicção, povos deste mundo livre do Ocidente que estaremos prontos a defender, sem tergiversações covardes nem subterfúgios desonrosos”. Sua defesa dos povos subdesenvolvidos terminava com a afirmação altruísta de que, “para nós, povos desta outra América ainda embrionária e em luta com a miséria e a fome, o penhor supremo da redenção é o senso das responsabilidades próprias na defesa do ocidente” (GB, p. 250).

E será, pois, com uma nota de confiança nos destinos do Brasil que (...) poderemos concluir, salientando que, panregião em si mesmo, nosso país, capaz de articular, sob sua liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial bem mais reduzido que o cercam, está fadado não só a subsistir galhardamente nesse mundo de amanhã em que tantas outras soberanias poderão vir a soçobrar ou diluir-se, mas ainda a firmar-se, no contexto internacional, como campeão das virtudes cristãs e dos inigualáveis padrões democráticos em que, a despeito de passageiros repúdios, sempre desejou e desejará viver e progredir, para engrandecer, por sua vez, a cultura da humanidade. (GB, p. 215)

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Excertos modificados de nosso trabalho *O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. 1999. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

** Doutoranda em ciências sociais pela PUC-SP, sob orientação do prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley. Membro do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder.

¹ Podemos citar: SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global, 1981; MELLO, Leonel I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus, Ed. Univ. da Amazônia, 1997; id. “Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada”. In: MOISÉS e ALBUQUERQUE. *Dilemas da consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975; DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981; COVRE, Maria de L. Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 64-81*. São Paulo, Brasiliense, 1983. Mais recentemente, a tetralogia de Elio Gaspari publicada pela Companhia das Letras, da qual o último volume (*A ditadura derrotada*) trata especificamente de Golbery, vem suprir uma lacuna em termos de narrativa factual.

² A sigla GB se refere a *Geopolítica do Brasil*, e CN a *Conjuntura política nacional*, conforme COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. Alguns artigos constam também de id., *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. Doravante, referiremos tal obra como PE, mencionada, como as demais, no corpo do texto.

³ Não deixa de soar nota ingênua esta crença no controle político do capital, ainda mais em nível mundial, quando a busca sôfrega do lucro já tinha dado todas as provas de ser o eixo central do sistema. Tais idéias seriam fundamentais para a ditadura, que “se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrofico subordinado ao imperialismo. A defesa castelista do capitalismo *associado*, uma vez reconhecida nossa posição hierarquicamente inferior aos Estados Unidos, perpassa inteiramente a ideologia da autocracia burguesa. Gestor que atende também aos chamados e desejos do capital estrangeiro. Aliás, repise-se esta dimensão, precisamente aqui se deu a ruptura democrática com a plataforma nacional e popular defendida pelo nacionalismo trabalhista em nosso país”. RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese de doutorado em História Social apresentada à PUC-SP, São Paulo, p. 143.



RESENHA

DE COMO O PODER MATOU A ESPERANÇA

Luis Esteban Dominguez*

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende*. Rio de Janeiro, Record, 2004, 303 p.

Tendo em mente os últimos 50 anos de luta pelo poder político do país, pelo controle da economia, pela idéia de Brasil, se fosse necessário, por uma questão de método, estabelecer um divisor de águas na formação da classe política, este divisor, para Flávio Tavares, provavelmente, seriam os 20 anos de governo militar.

O dia em que Getúlio matou Allende merece um olhar atento dos que procuram explicações para elaborar uma compreensão maior da herança política atualmente em atividade, para aqueles que se perguntam: somos herdeiros do golpe militar ou continuadores de Getúlio, JK e Jango? Sobre que parâmetros estão assentadas as bases do atual fazer político?

Estas apreciações não emanam objetivamente do texto escrito, mas o leitor arguto as encontrará nos curtos comentários do autor sobre a nossa política atual, comentários que “pulam” nas suas referências – e isto é uma intenção manifesta do autor –, o período do regime militar, estabelecendo, assim, e abusando do contraste, um fio condutor com o nosso “passado democrático” dos 50 e 60.

Estes assuntos constituem uma parte das reflexões do autor: a parte invisível. A forma que escolheu para trabalhar¹ obedece, em parte, à sua experiência como jornalista e homem político. Em parte, pois do livro emana a posição do autor perante a vida, uma vida de escolhas, sofrimentos e resignações, que está posta ao longo do texto. Trata-se de um livro escrito com o coração.

Qual a intenção de semelhante exposição? Apresentar as personagens históricas numa relação entre intimidade e poder, ver homens por trás dos nomes, afetos e defeitos, uma maneira de apontar para a condição humana, naquilo que ela pode ter de glorioso, perverso ou contraditório. Um entender a si entendendo o Brasil.

Isto quer dizer que o país ocupa um lugar central na análise e exposição dos fatos no livro; mas, ao mesmo tempo, o autor não o isola nem no tempo nem no espaço nem na história; ao contrário, ele enfatiza as suas características, apresentando-nos os homens do poder em outras latitudes – americanas (nosso continente), como Perón ou Kennedy, ou européias, com De Gaulle. Nada como o contraste para gerar comparações na lucidez do leitor e, talvez, para dizer “pinta tua aldeia e pintarás o mundo”, como Tolstoi apontava.

Num primeiro momento do livro, o autor refere-se a um encontro nas ruas de Xangai com Salvador Allende, na época senador chileno em viagem à China, pouco antes do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Este fato é apresentado como referência simbólica para a narrativa que entrelaça os destinos do Brasil aos da América Latina, numa leitura historiograficamente importante – na medida em que mostra a confluência da história na constante forja das Repúblicas latino-americanas.²

A técnica do testemunho³ documentado é o recurso utilizado para tecer um perfil dos destinos do Brasil na figura dos seus governantes, num perfil íntimo, de caráter e vaidades. Getúlio Vargas, marechal Lott, Juscelino, Jânio e Jango representam o Brasil pré-1964 na primeira parte do livro. Na segunda parte o autor nos apresenta, mais uma vez por contraste, a nossa peculiaridade latino-americana, ao narrar os seus contatos com Che Guevara, De Gaulle, Perón. Um trecho importante, subjetivo e de muito valor para entendermos o tipo de preocupação do autor é a sua visita ao Museu (quarto) de Frida Kahlo.

Aqueles inícios dos anos 1950 permanecem intactos até hoje na Casa Azul: num cavalete ao lado do leito, a última pintura de Frida, um retrato inconcluso de Stálin, em uniforme de gala, branco. Um quadro medíocre, em verdade cópia de uma gravura soviética que se vendia em Moscou nas estações do metrô, mas no qual ela pretendia retratar o marechalíssimo no esplendor do seu domínio total de reencontrado guia e líder.

Pela primeira vez, a sua pintura era uma cópia vulgar, quase desengonçada. Perguntei-me: o que teria pensado e sentido Frida Kahlo enquanto seus dedos pintavam a efígie do homem que tinha mandado matar Trotski? Ou a exaltação postiça de Stálin para outra vez pensar em Trotsky?

Ou extravasava, apenas, o seu amor por Diego, acalmando a morbidez do ciúme pessoal ou do amor-próprio ferido?

– Não sei, é a primeira vez que pinto assim! – teria respondido ela, com certeza, se alguém lhe houvesse perguntado por que pintava assim pela primeira vez.

Sim, pois nem ela, talvez, soubesse explicar por que seu último gesto como pintora fosse aquele retrato do homem que mandou matar o homem que uma vez ela amou (...).

Na costura histórica, a partir de personagens com diferentes perfis de poder ou de caráter, surge uma parte da história latente da América Latina,⁴ constantemente acompanhada pela vigília dos Estados Unidos; na aparente disparidade dos escolhidos para a

narração, o sofrimento, a fragilidade, a dúvida ou o caráter se encarregam de formatar os contornos que dão sentido e conteúdo, do início ao fim do livro, à proposta do autor. A América Latina, este continente “peculiar”,⁵ está retratada na diversidade das suas personagens, não tão distantes da diversidade dos seus povos.⁶ Da sua aldeia, seu mundo.

O distanciamento de Getúlio Vargas, a retidão e ética do marechal Lott, a expansividade quase irresponsável de Juscelino, a ambivalência de Jânio Quadros e o acanhamento de João Goulart. Estes representantes do poder do Estado vêem-se num contraponto a outro poder, a força da paixão, como a de Frida pela vida, por Diego e León, pela sua ideologia; a guerrilheira humanidade de Ernesto Guevara, a glória encarnada no velho general De Gaulle, que parece andar acompanhado do busto que lhe será erguido após a morte; a vaidade quase infantil do general Perón, preparando-se para voltar aclamado para o local de onde tinha sido expulso 18 anos antes.

Como não ver que por trás destas figuras também estão as emoções e as paixões dos milhões de pessoas que estiveram prontas a muitos sacrifícios, e que muitos de fato realizaram, como os maquis da França Livre, como os soldados de Che no Congo, em Cuba ou na Bolívia, os milhares que agitaram as vassourinhas de Jânio, os peões que construíram Brasília, os gaúchos da corrente pela legalidade de Jango no poder, os soldados de Lott? O autor nos estende uma ponte para um passado que não teve evolução, que era para ser e não foi – ele morreu nas páginas não escritas deste livro, morreu efetivamente no dia em que Getúlio matou Allende, o dia em que o presente não teve mais dívidas para com os mortos do passado.

Como se posicionar, em termos individuais – pensemos no autor –, para refletir sobre estes fenômenos, principalmente se foi possível estar tão perto dos acontecimentos, das informações, das personagens até?

É aqui que o autor realiza a mágica da literatura, primeiramente no título, quando nos põe perante dois cadáveres que nunca se cruzaram, mas que, nas páginas do livro, complementam-se num significado histórico e humano único, desfazendo o aparente absurdo da alegoria do título, que “por ser uma alegoria que brota do vivido, passa a ser real”. Um argumento que tem validade.

O outro elemento literário é ditado pela narrativa novelesca e tem a virtude de realizar o restante da operação de transmutação ficção/realidade, fugindo da escrita jornalística e nos aproximando de uma reflexão muito latino-americana: a nossa ficção é a nossa realidade?⁷

Mas o que é o poder se não simulacro de ser dono do poder?

Em que desvãos da história está, há dezenas de anos, o poder absoluto de Stálin, esse homem de aço? Ou o dos recentes generais-ditadores do Brasil e da América Latina?

O poder como assunto de homens atrelados aos sentimentos, e na outra direção os sentimentos atrelados ao poder que emana destes homens. A história é seu palco, o ser seu dilema. Cabe a nós – futuro do passado? – dar-lhe significado. Flávio Tavares parece ter encontrado o seu.

Há trivialidades que passam à história, como há banalidades que adquirem hierarquia de descobrimentos. Ou horrores que viram heroísmo. (E vice-versa.) Basta que o momento os propicie ou que haja, de permeio, um marco de grandiosidade ou emoção. Ou paixão. Ou de estupidez absoluta.

Notas

* Mestre em história social pela PUC-SP.

¹ Este testemunho está construído sobre fatos e documentos e, principalmente, por depoimentos orais ou resgatados à memória, alguns confirmados com outros, contemporâneos do autor.

² Trata-se de uma área de estudos que vem ganhando a atenção de novos pesquisadores.

³ A literatura de testemunho, entre outras tendências e definições, é o resultado de textos escritos por sobreviventes dos campos de concentração, por exemplo, ou dos cárceres das ditaduras. Ela não tem ficção mas possui uma forma ficcional. A título de cruzamento, um exemplo de literatura de testemunho é o livro *Recuerdos de la muerte*, de Miguel Bonasso (Buenos Aires, Bruguera, 1987), em que é narrada a experiência num campo de concentração durante a ditadura argentina. Temos, ainda, o livro do próprio Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, no qual temos contato com as salas de tortura da ditadura brasileira. Ver, ainda sobre literatura de testemunho, NESTROVSKY, A. e SELIGMAN-SILVA, M. (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, 2000.

⁴ O autor, pela simples exposição, mostra-nos o quanto os destinos latino-americanos se entrecruzam, seja no poder, nas políticas que são obrigados a adotar, na forma e no formato do saque sobre o poder, na manipulação das massas e também nas experiências individuais de exílio, fuga econômica, luta armada, imigração, posse da terra, entre outros tantos motivos que afetaram, e ainda afetam, milhões de pessoas. Esta é outra imagem que parece emanar do texto, ou seja, para além das estruturas e superestruturas do Estado, os homens são o seu caráter e este a sua crença., mas nenhum deles parece ser garantia de compromisso. E aqui, como pesquisadores, colocamo-nos a questão: até quando vamos deixar que o material histórico contido nestas experiências, nestes cruzamentos, perca-se em memórias? A história latino-americana parece precisar de muitos cruzamentos historiográficos.

⁵ Peculiar é uma das palavras mais suaves com que o pensamento conservador norte-americano pensa a América Latina. A esse respeito, ver: AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, Unesp, 2002, pp. 9-61.

⁶ A modernidade teve a virtude de interromper o processo de soterramento da cultura histórica e viva dos povos pré-colombianos, diferentemente da Europa, onde a religião cristã, pela sua intensidade e duração, apagou quase definitivamente os rastros da cultura pagã, fazendo que os diferentes povos fossem esquecidos ou assimilados sem quase deixar vestígios. A América Latina talvez ainda viva seu “paganismo”, sua negritude, seu europeísmo, talvez para manter a sua identidade única, tão diferente da ética protestante e tão sincrética com o catolicismo herdado.

⁷ Não podemos fugir do território literário do realismo fantástico, tanto na forma como na visão dos acontecimentos, nascendo daí a apreciação literária do trabalho do autor.

NOTÍCIAS DO PROGRAMA

Identities no Mercosul

Com o apoio da CAPES, através de seu Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, o Programa de Estudos Pós-graduados em História realizou na semana de 27 de setembro a 01 de outubro de 2004, o evento “Identities no Mercosul: diálogos Brasil-Argentina”, com o apoio do Consulado Geral da República Argentina em São Paulo, da Câmara de Comércio Brasil-Argentina, da Cinemateca Brasileira, do Centro de Estudos Borge-sianos e o Clube Argentino. Mesas que discutiram as identidades culturais dos dois países, e diversos temas, tais como: os desafios à integração dos mercados regionais; semióticas culturais; trânsitos literários; o inconsciente sem fronteiras; balanços historiográficos; as vanguardas modernistas na literatura, na música e no cinema; espaço e identidade; os governos militares na Argentina e no Brasil; a Argentina de Kirchner. Este intercâmbio cultural contou com a presença das professoras Dr.a Beatriz Crisório (Universidade de Buenos Aires), Dr.a Irma Antognazzi (Universidade Nacional de Rosário), professor Dr. Christian Carlos Hernán Castillo (Universidade de Buenos Aires), a pianista Gabriela Goldenberg (Conservatório Nacional Lopez Buchardo). Na Cinemateca, na semana de 13 a 17 de outubro, foi homenageado o cineasta argentino Mauricio Berú, autor de documentários já clássicos como “Astor Piazzolla”, “Certas Palavras de Chico Buarque”, “Vamos tango, todavia: El tango bailado”, “El tango instrumental”, na 1.ª Amostra de Documentários do Mercosul, sob a coordenação do documentarista Pedro Dantas (PUC-SP) e do cineasta brasileiro João Batista de Andrade, autor de clássicos como “O homem que virou suco” e “Doramundo”.

A programação está no site www.documentariosmercosul.com.br.

África na América

Nos meses de outubro e novembro, todas as quintas-feiras, o Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP apresentou o professor Dr. Julio Moracen Naranjo, pesquisador do Conselho Nacional de Artes Cênicas de Cuba, doutorando do PRO-LAM/USP, que realizou oficinas sobre “África na América. O latino-caribenho-africano: música, teatro, artes plásticas”. Revelando as tradições das ancestrais africanas na América Latina e no Caribe, o prof. Naranjo apontou as diversidades culturais a partir de conflitos e tensões nos contatos com os interesses e valores europeus e os intercruzamentos com culturas nativas e culturas de diásporas. Abordando temas em suas linguagens diversas, como a musical, a da dramaturgia e das artes plásticas, o autor destacou a dinâmica de diálogos interculturais, suas reconfigurações e ressignificações.

Centro de Estudos de História Latino-Americana

Institucionalizado o Centro de Estudos de História Latino-americana do Programa de pós-graduação em História em 2004, foram promovidos dois eventos intitulados “Diálogos Latino-Americanos”, juntamente com o Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder. O primeiro contou com a presença das Profs. Dras. Irma Aurélia Antognazzi, da Universidade de Rosário e Beatriz Carolina Crisório, da Universidade de Buenos Aires. Data: 29 de setembro de 2004, na sala P-65 da Reitoria da PUC-SP. O segundo teve como palestrante a prof.a Dr.a M. Guillermina Tiramonti, docente de Ciência Política, Educação e Sociedade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) da Argentina. Data: 28 de outubro de 2004, sala P-65 da Reitoria da PUC-SP.

I Semana de História da PUC-SP: “História: Cultura, Linguagens e Memória”

A I Semana de História da PUC-SP, realizada entre os dias 16 e 22 de outubro de 2004, foi uma iniciativa dos alunos da pós-graduação e graduação da PUC-SP com apoio do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós Graduados em História dessa mesma Universidade. A programação do evento, pensa-

da para a participação de todos os nossos alunos e aberta a interessados, foi composta por sete mesas redondas, nove mini-cursos, vinte e dois grupos de trabalho, uma oficina, além de diversas atividades culturais. Mais de 200 trabalhos de pesquisa foram apresentados por alunos de diferentes cursos da PUC-SP e de outras Universidades, possibilitando uma abertura para o conhecimento acadêmico, nos grupos de trabalho, por meio da exposição de Iniciação Científica, Monografia, Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.

A partir do envolvimento de alunos e professores que pensaram, estimularam e trabalharam para a I Semana de História, a integração entre os dois patamares da História na PUC-SP (graduação e pós-graduação) foi a base para o bom andamento do evento.



**TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004**

Mestrado

Lazara Maria Alves Moraes de Souza

Título: *Do sonho ao crime: adolescente em situação de risco social em Ituiutaba – MG
1992-2002*

Orientadora: Maria do Rosario da Cunha Peixoto

Sabrina Gottschlich do Prado

Título: *Imagens femininas na revista “a cigarra” – São Paulo 1915/1930*

Orientadora: Olga Brites

José Ferreira de Souza

Título: *A maior maravilha do mundo (?): problematizando a estação do Metrô Tatuapé*

Orientadora: Maria do Rosario Cunha Peixoto

José Weyne de Freitas Sousa

Título: *Artífices, criadas e chicos – as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres
em Fortaleza (1877-95)*

Orientadora: Maria Izilda Santos Matos

José Josberto Montenegro Sousa

Título: *Culturas e saberes populares em comunidades rurais do vale do rio Jaguaribe,
Ceará*

Orientadora: Maria Antonieta Martinez Antonacci

Leo Huber

Título: *Memórias e experiências de trabalhadores moradores de Vila União – Jales – 1980/2002*

Orientadora: Olga Brites

Agenor Sarraf Pacheco

Título: *À margem dos Marajós: memórias em fronteiras na nascente “cidade-floresta” melgaço*

Orientadora: Maria Antonieta Martinez Antonacci

Antonio Zilmar da Silva

Título: *A oralidade deitada sobre o papel: homens, letras e vozes em trincheiras (movimento armado em Fortaleza – 1911-12)*

Orientadora: Maria Antonieta Martinez Antonacci

João Galvino

Título: *Os pneus cruzando as trilhas: a CMTC como representação da modernidade*

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Tânia Soares da Silva

Título: *Da panacéia para hygéia: representações, diagnósticos e ações sobre a infância, mulher e famílias pobres no discurso médico-higienista (São Paulo, 1920-1930)*

Orientadora: Maria Izilda Santos Matos

Ubirajara Bernini Ramos

Título: *Portugal democrático. Um jornal da resistência ao salazarismo publicado no Brasil*

Orientador: Antonio Rago Filho

Alênio Carlos Noronha Alencar

Título: *Nódoas da escravidão: senhores, escravos e libertandos em Fortaleza (1850-1884)*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant’Anna

Luis Esteban Dominguez

Título: *Imigração Argentina em São Paulo 1970-1983. Resignificando identidades*

Orientadora: Marcia Barbosa Mansor D’Aléssio

Angela Sanchez Leão de Oliveira

Título: *Justiça dos brancos, liberdade dos índios – uma discussão legislativa na Amazônia colonial*

Orientador: Fernando Torres Londoño

Doutorado

Maria Auxiliadora de Freitas

Título: *Cuiabá nos séculos XIX e XX. Biografia de uma cidade através de imagens*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

João Krüger

Título: *A força e a beleza brotam da terra*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Ely Souza Estrela

Título: *Três felicidades e um desengano: uma experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho – BA*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Daisy Perelmutter

Título: *Intérpretes do desassossego – memórias e marcas sensíveis de artistas brasileiros de ascendência judaica*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Francisco José Gomes Damasceno

Título: *Sutil diferença: o movimento punk e o movimento hip hop em Fortaleza – grupos mistos no universo citadino contemporâneo*

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Valdeci Rezende Borges

Título: *Histórias românticas na corte imperial: o romance urbano de José de Alencar (Rio de Janeiro – 1840-1870)*

Orientadora: Maria Izilda Santos Matos

Roselane Neckel

Título: *Pública vida íntima – a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Maria das Graças de Andrade Leal

Título: *Manoel Querino: entre letras e lutas na Bahia: 1851-1923*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Benedita Celeste Moraes Pinto

Título: *Parteiras, “experientes” e poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta*

Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Eduardo Antonio Bonzatto

Título: *A fonte da nação – a iconografia pátria no livro didático de história do Brasil: o nacional e o regional (1960-2000)*

Orientador: Maurício Broinizi Pereira

Marta Emisia Jacinto Barbosa

Título: *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Título: *Narradores do sertão – história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Título: *Negros em desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

Título: *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Projeto História* é temática, semestral e compõe-se de 5 (cinco) seções: Traduções, Artigos, Entrevistas, Notícias de Pesquisa e Resenhas.

1 – Todos os trabalhos devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.

2 – Todos os textos enviados serão submetidos a 2 (dois) pareceristas do Conselho Editorial e, se necessário, serão encaminhados para um terceiro consultor.

3 – Os artigos devem conter aproximadamente 25 (vinte e cinco) laudas de 30 linhas e 70 toques. Deverão vir acompanhados de título, de resumo em torno de 100 palavras e de, no máximo, 5 (cinco) palavras-chave. Título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês.

4 – As resenhas terão um extensão em torno de 5 (cinco) laudas e deverão conter 3 (três) palavras-chave. Título e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. As resenhas dispensam a apresentação de resumo.

5 – As traduções terão uma extensão flexível, a critério do Conselho Editorial. Deverão vir acompanhadas de autorização do autor do texto e das imagens. As traduções dispensam resumo e palavras-chave.

6 – As notícias de pesquisa devem conter aproximadamente 10 (dez) laudas e deverão vir acompanhadas de título em português e inglês. Esses trabalhos dispensam resumo, palavras-chave e fonte.

7 – O originais devem ser apresentados em disquete 3,5”, Programa *Word 6.0* ou *7.0 for Windows* (fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5) e em 2 (duas) cópias impressas. Deverão conter ainda os seguintes dados: endereço completo, telefone, fax e e-mail.

8 – As notas bibliográficas e explicativas deverão ser numeradas e colocadas no final do texto. A revisão não publica bibliografias.

9 – Dados sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor deverão ser indicados em asteriscos no final do texto.

10 – Normas para notas:

Em caso de livro:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou item do livro entre aspas”. In: *Título do livro em itálico*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de artigo de periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, v., fascículo, p., ano.

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 e o valor do número avulso é de R\$ 30,00.

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no **Banco Bradesco – Ag. 3394-4 – Conta Corrente 1506-7**, para o endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP
PROJETO HISTÓRIA
Rua Monte Alegre, 984 – 4º andar – sala 4E08 – Bloco A – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo – Brasil

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis – 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco

